

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A POLÍTICA NA PARAÍBA:
CONSTRUÇÃO E TRAJETÓRIA DO PARTIDO NO ESTADO (1980/2000)

Paulo Giovani Antonino Nunes

Recife
2003

PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A POLÍTICA NA PARAÍBA:
CONSTRUÇÃO E TRAJETÓRIA DO PARTIDO NO ESTADO (1980/2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, para obtenção do título de Doutor em História do Brasil.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

RECIFE
2003

N972p Nunes, Paulo Giovanni Antonino.

O partido dos trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000) / Paulo Giovanni Antonino Nunes. – Recife, 2003.

390 p. : il. _

Orientador: Socorro Ferraz.

Tese (doutorado) – UFPE / CFCH

1. Partido dos Trabalhadores – Paraíba.
2. Partidos Políticos – Paraíba.
3. História Política – Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 329 (043)

PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A POLÍTICA NA PARAÍBA:
CONSTRUÇÃO E TRAJETÓRIA DO PARTIDO NO ESTADO (1980/2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, para obtenção do título de Doutor em História do Brasil.

Aprovada em 18 de junho de 2003

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira
Membro da Banca

Prof. Dr. José Luciano Góis de Oliveira
Membro da Banca

Prof. Dr. Antônio Natanael Martins Sarmiento
Membro da Banca

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos
Membro da Banca

Prof^a. Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Orientadora

Dedico este trabalho,

Aos meus pais, Tagi e Estelita, a minha esposa, Gláucia e aos meus filhos,
Mateus (in memória) e André.

Agradecimentos

A Socorro Ferraz, orientadora, pela dedicação e observações oportunas.

A professora Rosa Godoy Silveira, que em vários momentos deste trabalho, desde o projeto inicial, contribuiu com valiosas sugestões.

Aos dirigentes, militantes, ex-militantes e parlamentares do PT da Paraíba que se prontificaram a nos conceder entrevistas.

A Gláucia Karina, minha esposa, pelo apoio e por sua contribuição na confecção de gráficos e tabelas deste trabalho.

Aos meus colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UPFE.

Aos funcionários dos arquivos dos jornais Correio da Paraíba, O Norte, do Espaço Cultural, José Lins do Rêgo, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Diretório Estadual do PT, da Assembléia Legislativa da Paraíba e o do Tribunal Regional Eleitoral, pelo apoio.

Aos professores Maria Lúcia da Silva e Paulo Galvão, pelo apoio.

A Capes, que através do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), nos concedeu bolsa por quatro anos.

Resumo

Este trabalho aborda a construção e a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado da Paraíba. O PT foi criado por algumas forças sociais que atuavam nos anos 70, na luta pela redemocratização do País: sindicalistas, organizações de base da Igreja Católica, organizações da esquerda clandestina, parlamentares ligados à esquerda do MDB, e, finalmente, por intelectuais de esquerda, ligados ou não às organizações clandestinas. Esta caracterização da composição social do Partido, descrita em vários trabalhos acadêmicos, tem como base o Estado de São Paulo.

O PT do Estado da Paraíba é formado basicamente por duas dessas categorias sociais, presentes no Estado de São Paulo: os organismos de base da Igreja Católica e as organizações da esquerda clandestina. Isso porque o movimento sindical da Paraíba era muito frágil e atrelado ao Estado, entre outras coisas, pela condição econômica pouco industrializada do mesmo. Assim, do setor ligado ao sindicalismo, apenas segmentos do funcionalismo público e algumas lideranças ligadas às oposições sindicais, que estavam se organizando com o apoio da Pastoral Operária, participaram da criação do Partido.

Este trabalho procura analisar como um Partido, com as características do PT, que pretende representar a classe trabalhadora e defender mudanças no *status quo*, vai se construir em um Estado com as características da Paraíba, economicamente atrasado, marcado por uma cultura política oligárquica e autoritária, onde predominam práticas assistencialistas e clientelistas para o controle do eleitorado; além de uma classe trabalhadora e uma sociedade civil frágeis. Observa-se também as mudanças ocorridas no Partido, principalmente, após sua participação na institucionalidade; e em decorrência de mudanças mais abrangentes na política mundial; como também, de situações específicas no Brasil e na Paraíba. Busca-se demonstrar que o PT, no Estado da Paraíba, apresenta especificidades em relação à região Sudeste, especificamente seu berço – São Paulo –, o que traz algumas conseqüências para sua forma de atuação política, densidade eleitoral, composição de base social, etc.

Palavras chave: Partido dos Trabalhadores. Partidos Políticos. História Política.

Abstract

This study makes reference to the building and development of Party of the Work (PT) in the State of Paraíba. PT was created by some social forces that actuate during the 70's for redemocratization in Brazil, sindicalists, ground organization from Catholic Church, organizations of underground left, parlamentaries from left MDB and, finally with left intellectualists linked or not to underground organizations this categorization of social compound of the party, described in several academic works, has its base in the State of São Paulo. PT in the State of Paraíba is basically formed by two social categories, present in the State of São Paulo: ground organisms of Catholic Church and the left underground organizations. It might concern that sindical movement at Paraíba was too weak and with conection to the state, among other things, due economic conditions as a small number of industries. That way, to participate of sindicatos, the main category is public works and some leadership linked to sindical oppositions, that were organized with sponsor Work Pastorate had a participation in the Party birth. This study analyse how a Party as PT intends to represents woks class and defend changes in *status quo*, would be build in a State with Paraíba's characteristic, economic delay, mark with a political culture oligarquic and authoritarian where predominate assistencialist and clientelist practice to control the electorate, beside of a work class and a civil society fragile. We observed also that had happened changes inside the Party, mainly, after its participation in the institutionalization, and with broad changes in world politics, as well as, specific situations in Brazil and Paraíba, show particularities woth relation to southeast region, mainly where its birth – São Paulo – what brings some consequences for the way of its political action, electorate density and social base composition.

Keywords: Party of the Work. Political History. Political Party.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| Tema, objetivos e referências teóricas | 9 |
| Fontes e técnicas | 23 |
| Estrutura do texto | 24 |
| 1 A “ABERTURA POLÍTICA” NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PT | 27 |
| 1.1 A transição para a democracia no Brasil | 27 |
| 1.1.1 Cronologia da transição | 29 |
| 1.1.2 <i>A sociedade civil no processo de transição: Igreja, OAB, ABI, movimentos populares, movimento sindical e estudantes</i> | 37 |
| 1.2 O quadro partidário brasileiro: da reformulação partidária de 1979 ao ano 2000 | 46 |
| 1.3 O Partido dos Trabalhadores: formação e trajetória | 50 |
| 1.3.1 A formação do PT | 50 |
| 1.3.2 <i>Principais categorias sociais que participaram da formação do PT</i> | 53 |
| 1.3.3 <i>A organização interna do PT</i> | 58 |
| 1.3.4 <i>A trajetória e o papel das tendências internas do PT</i> | 61 |
| 1.3.5 <i>Relação do PT com a institucionalidade</i> | 78 |
| 1.3.6 <i>O processo de burocratização</i> | 84 |
| 1.3.7 <i>O socialismo petista</i> | 86 |
| 1.3.8 <i>As especificidades do PT no sistema partidário brasileiro</i> | 90 |
| 2 A POLÍTICA NA PARAÍBA NO PERÍODO REPUBLICANO: OS PARTIDOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS | 97 |
| 2.1 Da Proclamação da República ao Golpe Militar de 1964 | 99 |
| 2.2 Da Ditadura Militar à Redemocratização | 120 |
| 2.3 Das eleições de 1982 ao ano 2000 | 130 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 3 | CAPÍTULO 3: O PT NA PARAÍBA: CONSTRUÇÃO E TRAJETÓRIA | 135 |
| 3.1 | Da fundação a 1989: hegemonia de concepções “esquerdistas radicais” | 135 |
| 3.2 | De 1989 a 1997: um partido em disputa. Leve hegemonia dos “neomoderados” | 159 |
| 3.3 | De 1997 a 2000: hegemonia de concepções “moderadas” | 170 |
| 3.4 | A trajetória das tendências internas do PT na Paraíba | 185 |
| 4 | A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT: UM DIFÍCIL E SINUOSO CAMINHO | 195 |
| 4.1 | A Política de Alianças do PT a nível nacional | 195 |
| 4.2 | A Política de Alianças do PT no estado da Paraíba | 200 |
| 4.2.1 | Coligação do PT com o PMDB de Campina Grande | 237 |
| 5 | O PT E AS ELEIÇÕES: A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS E O DESEMPENHO ELEITORAL | 246 |
| 5.1 | As eleições estaduais de 1982 a 1998 | 246 |
| 5.2 | As eleições municipais de João Pessoa de 1985 a 2000 | 284 |
| 6 | O PT E OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS NA PARAÍBA | 307 |
| 6.1 | A atuação parlamentar do PT paraibano | 309 |
| 6.2 | Mudanças de posturas com a inserção na institucionalidade | 347 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 352 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 356 |
| | ANEXOS | 386 |

INTRODUÇÃO

Tema, Objetivos e Referências Teóricas

O Partido dos Trabalhadores, constituído formalmente em fevereiro de 1980, dentro do quadro da reformulação partidária feita pelo regime militar no final dos anos 70, foi criado por algumas forças sociais que surgiram em meados dos anos 70, na luta contra o regime militar e pela redemocratização do país. Assim, o Partido vai ser criado pelos sindicalistas denominados de “autênticos”, que, após as grandes greves do ABC paulista, sentem a necessidade de ter uma representação política própria; por organizações de base da Igreja Católica, principalmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais; pelas organizações da esquerda clandestina, que haviam feito uma auto-crítica de sua participação na luta armada contra o regime militar e que, naquele momento, procuravam atuar politicamente no movimento sindical, no movimento estudantil, nos movimentos da Igreja, etc.; por parlamentares ligados à esquerda do MDB, que se sentiam marginalizados pelas lideranças deste Partido; e, finalmente, por intelectuais de esquerda, ligados ou não às organizações clandestinas.

Esta caracterização da composição social do Partido, descrita em vários trabalhos acadêmicos, tem como base o Estado de São Paulo e, muitas vezes, é ampliada para todos os Estados da federação, o que nem sempre corresponde aos fatos. Isso acontece porque a grande maioria dos trabalhos acadêmicos sobre o PT restringe-se a analisar o Partido ou reconstruir sua formação a partir de seu berço, ou seja, o Estado de São Paulo, como afirma Pomar (1990, p. 69): “Diante das poucas informações sobre o surgimento do partido em outros Estados, os estudiosos acabam focando suas análises em São Paulo e no movimento sindical metalúrgico. Esse ‘são-paulo-centrismo’ acaba impedindo de entender as diferenças regionais existentes no PT”.

O PT do Estado da Paraíba, nosso objeto de análise, é formado basicamente por duas dessas categorias sociais presentes no Estado de São Paulo: os organismos de base da Igreja Católica – que após a formação do Partido se afastam provisoriamente deste, só retornando num momento

posterior – e as organizações da esquerda clandestina.¹ Isso porque, o movimento sindical da Paraíba era muito frágil e atrelado ao Estado, entre outras coisas, pela condição econômica pouco industrializada do Estado. Assim, do setor ligado ao sindicalismo, apenas segmentos do funcionalismo público, principalmente os professores da rede estadual, e algumas lideranças ligadas às oposições sindicais, que estavam se organizando com o apoio da Pastoral Operária, participaram da criação do Partido. O movimento camponês, que tinha uma grande tradição no Estado, a partir do surgimento das Ligas Camponesas no final dos anos 60, ainda sofria as marcas da repressão que sobre ele se abateu após o golpe militar de 1964, e estava, no momento da criação do Partido, procurando se reorganizar com o apoio da Igreja. Então, apenas algumas lideranças rurais participaram da criação do mesmo e, só num momento posterior, teria uma maior participação na construção deste.

Este trabalho propõe-se, portanto, a discutir e analisar como um partido, com as características do PT, que pretende representar a classe trabalhadora e defender mudanças no *status quo*, vai se construir em um estado com as características da Paraíba, economicamente atrasado,² marcado por uma cultura política³ oligárquica e autoritária, onde predominam práticas

¹ O movimento estudantil também participa da construção do Partido no Estado, mas, geralmente, as lideranças do mesmo, que são quem realmente tem uma participação mais ativa, são também membros de organizações de esquerda e definem sua atuação no PT a partir dessa vinculação.

² A partir de 1960, a economia paraibana passa a apresentar seus melhores resultados no setor industrial, contudo, comparando com os outros estados nordestinos foi a que apresentou um dos mais baixos desempenhos. De 1960 a 1975 o PIB industrial paraibano era o quarto maior do Nordeste; em 1983 era o terceiro menor; em 1987 era o segundo menor, maior apenas do que o do Piauí. (POLARI, 1990c, p.01 e segs.). De 1960 até 1997, período de atuação da SUDENE no Nordeste, a economia paraibana foi a que apresentou o mais baixo nível de crescimento, em toda a região, gerando um processo que Polari denominou de involução relativa. Nas décadas de 1960/70, o PIB total da Paraíba era o quarto maior, entre os estados nordestinos. Porém, nos anos de 1990 passou para a sexta posição, superando apenas o Piauí, Sergipe e Alagoas. Quanto à renda *per capita*, também aconteceu uma involução relativa contundente. Em 1965 ela era a quarta maior do Nordeste. A partir de 1985 passou a ser a terceira menor da região. (POLARI, 1997, p.14). Para uma avaliação mais completa da economia paraibana, além dos já citados. Ver. FERNANDES, Irene R. e AMORIM, Laura Helena B. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Universitária / UFPB, 1999. POLARI, Rômulo Soares. **A economia paraibana no contexto regional e nacional**. Evolução no período 1960-85 e perspectivas atuais. João Pessoa: (mimeog.) 1988. POLARI, Rômulo Soares. **A involução da economia paraibana no contexto nordestino**. Os porquês. João Pessoa: (mimeog.), 1990a. POLARI, Rômulo Soares. **A precária e preocupante situação sócio-econômica da Paraíba**. João Pessoa: (mimeog.), 1990b. POLARI, Rômulo Soares. **As transformações da agropecuária paraibana**. O alto custo social do baixo progresso. João Pessoa: (mimeog.), 1990d.

³ Optamos por trabalhar com o conceito de cultura política, restrito ao exposto por Giocomo Sani (1986, p. 306), no verbete sobre o referido tema, no **Dicionário de Política**, para quem ela é "... o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada

assistencialistas e clientelistas para o controle do eleitorado,⁴ além de uma classe trabalhadora e uma sociedade civil frágeis.⁵ Também analisar as mudanças ocorridas no Partido, principalmente, após sua participação na institucionalidade; e em decorrência de mudanças mais abrangentes na política mundial; como também, de situações específicas no Brasil e na Paraíba. Dessa forma, iremos defender a seguinte tese: o Partido dos Trabalhadores, no Estado da Paraíba, apresenta especificidades em relação à região Sudeste, especificamente seu berço – São Paulo –, o que traz algumas conseqüências para sua forma de atuação política, densidade eleitoral, composição de base social, etc. Pois, a construção do PT, enquanto partido surgido no campo da esquerda numa região economicamente atrasada, permeada por uma cultura política tradicional e com uma sociedade civil frágil, fez com que o mesmo fosse inicialmente hegemoneizado por elementos de classe média intelectualizada, ligada, em muitos casos, a correntes da esquerda marxista-leninista e trotskista, o que levou a uma prática política radicalizada e com pouca penetração no seio da sociedade. Entretanto, após eleger seus primeiros parlamentares, o Partido passa a ter uma maior inserção na sociedade, ao introduzir uma nova prática política no Parlamento, levando para dentro do mesmo a discussão de temas de interesse da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada. Mesmo assim, o Partido encontra dificuldades para se implantar como alternativa política viável eleitoralmente, o que levou

unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”. Para uma proposta que visa substituir o conceito de cultura política, centrado nas atitudes, por outro, centrado nas representações sociais. Ver. ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **Cultura política, identidade e representações sociais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999.

⁴ Para uma discussão conceitual sobre coronelismo, mandonismo e clientelismo, destacando o fato dos dois últimos, apesar de serem uma das características do primeiro, não se identificarem com ele, tendo em vista que o coronelismo é um fenômeno datado historicamente – no caso do Brasil, será predominante no período da República Velha, e se extinguirá com o início do Estado Novo – enquanto que o mandonismo e o clientelismo estão presentes em outros sistemas políticos, tendo, inclusive, o clientelismo se ampliado com o fim do coronelismo e a instituição do voto universal. Ver. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: **Dados**. v. 40 n. 2. Rio de Janeiro, 1997, p. 229-250.

⁵ Além das características citadas, ainda podemos perceber na Paraíba a existência da presença do chefe político, o que tende a acentuar o poder local e o exercício do mando, a existência da política de parentela, etc. Estas características certamente estão presentes em todos os estados da região Nordeste, apesar das peculiaridades de cada um, e provavelmente também nas regiões Centro-Oeste e Norte. Mas, com certeza, nas regiões Sudeste e Sul, elas são bem mais tênues, com exceção do clientelismo. Assim, apesar do Partido dos Trabalhadores ser um partido de caráter nacional, tendo diretrizes definidas nacionalmente, provavelmente irá apresentar peculiaridades em um país tão extenso e tão diferente culturalmente e economicamente como o Brasil.

setores mais “moderados” do Partido a promoverem alianças com partidos de direita no interior do Estado, alegando que elas eram necessárias para garantir a sobrevivência do mesmo nas regiões mais atrasadas e passaram a defender a existência de um “centro” na política paraibana, com o qual seria possível promoverem alianças nas cidades mais desenvolvidas. Esta linha política foi se tornando hegemônica a partir de mudanças que o PT vem sofrendo em decorrência de sua inserção na institucionalidade e de mudanças na política mundial e nacional.

Um trabalho que se coloca no campo da história política e, mais especificamente, de um partido político, exige uma discussão das novas perspectivas da história política e, dentro dela, dos estudos sobre partidos políticos presentes na historiografia. Ao mesmo tempo, um trabalho no campo da história, de um tema tão recente, nos leva, inevitavelmente, a uma discussão sobre as análises do papel da história presente.

A história política tradicional sempre tratou da pequena elite política, seja dos reis nas monarquias do Antigo Regime, ou, posteriormente, dos líderes das revoluções que os derrubaram. Esta história política tradicional:

[...] só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidades, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou événementielle - sendo o termo aí evidentemente usado no mau sentido -, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às causas profundas. (RÉMOND, 1996a, p.17)

A história política tradicional, factual e dando ênfase à política institucional, nasce com os gregos, tem continuidade com os eclesiásticos e escribas leigos da Idade Média, com uma certa diferença no enfoque.⁶ Mesmo a historiografia humanista renascentista não introduz modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, porém, iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação das lendas,

⁶ Falcon (1997, p. 63) salienta que além de continuidades também existem diferenças, como a transformação da natureza do próprio discurso histórico. Entretanto, sua essência, ou seja, a retenção de certos eventos e a continuidade narrativa, manteve-se incólume.

milagres, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis. (FALCON,1997, p. 62-63).

De meados do século XVIII ao terceiro quartel do XIX, dois grandes movimentos, a Ilustração e o Romantismo, acentuaram ainda mais a importância do político na história:

A promoção do Estado à condição de 'objeto por excelência da produção histórica' significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado - instituições, aparelhos, dirigentes; os 'acontecimentos' são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos de atenção dos historiadores. (FALCON, 1997, p. 65)

A partir de 1870, uma historiografia imbuída de valores científicos, habitualmente denominada de escola metódica ou positivista, levou a supremacia da história política - narrativa, factual, linear - ao seu apogeu nos meios acadêmicos.

O declínio da história política tradicional começa a partir de 1929/30, com sua condenação pela recém-fundada *Escola dos Annales*, e por outras correntes teóricas como o estruturalismo e o marxismo.

Julliard (1976, p. 180-181)⁷ aponta os principais considerandos para o julgamento desfavorável da história política tradicional, feitos principalmente pela *Escola dos Annales*: é psicológica e ignora os condicionamentos; elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; narrativa, e ignora a análise; idealista e ignora o material; ideológica e não tinha consciência de sê-lo; parcial e não sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo. Em síntese:

[...] a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribuiu a causa dos fenômenos a seu agente mais aparente, o mais altamente colocado, e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador. Uma tal concepção como é evidente, é pré-crítica; ela não merece o nome de

⁷ Este texto, publicado na primeira metade dos anos setenta na França, é hoje visto como um marco ao apontar um retorno da história política.

ciência, mesmo enfeitada com o epíteto de 'humana', e, sobretudo, não merece o nome de ciência social. (JULLIARD, 1976, p.181).

Assim, em meados do século XX, uma nova corrente historiográfica se insurge contra a hegemonia desta história política factual, individualista, idealista. Segundo Rémond (1996a, p.15), “Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse”. Passou-se a privilegiar elementos considerados mais estruturais, como o econômico e o social, fez-se também uma crítica ao Estado, um dos principais lugares onde se organiza a política, considerando que ele representa os interesses da classe dominante, e que ater-se ao seu estudo é deter-se na aparência das coisas. Mas essa mudança de enfoque não continha apenas diferenças epistemológicas. A mudança do quadro político, com o advento da democracia política e social, o surgimento do movimento operário e a difusão do socialismo fizeram com que o olhar do historiador se voltasse para as massas e para a interligação entre os elementos econômicos e sociais. Segundo Rémond (1996a, p.21): “A convergência desses diversos fatores explica razoavelmente o descrédito em que a história política foi lançada pela evolução das realidades e a revolução dos espíritos. Tudo levava a crer que ela não tinha mais futuro”. Mas Julliard (1976, p. 182) chama a atenção para o fato de que,

[...] se queira ou não, [...], essa orientação da historiografia é contemporânea de uma certa visão marxista das coisas (ou que como tal se apresentava), que fazia dos fenômenos da consciência e da vontade, portanto, dos fenômenos políticos, um reflexo da ação mais fundamental das forças econômicas e sociais; essa orientação também era contemporânea de uma conversão à primazia do econômico, primazia que vingava nas sociedades ocidentais. [...] o que há de comum entre essas duas visões é um certo desprezo pelos fenômenos políticos; é a convicção, que se diria emanada de Saint Simon, de que um problema político não é mais do que um problema econômico mal colocado.

Mas o referido autor deixa claro que não se trata de fazer dos fundadores dos Annales adeptos de algum tipo de “materialismo vulgar”, de “espiritualismo econômico” ou de alguma espécie de “samsimonismo

epistemológico” tendente a escorraçar a política do universo social. Pelo contrário, diz ele: “A história total, que desejaram, teve, entre outros méritos, o mérito de introduzir novamente os homens, com a sua carne e o seu sangue, numa história que parecia algumas vezes um teatro de marionetes”. (JULLIARD, 1976, p. 182).

Contudo, Julliard (1976, p.181) afirma que a situação em que se encontrava a história política não podia continuar:

Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza própria dos fenômenos políticos, que os limita a categoria dos fatos -; ou bem ao contrário, o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos os mais diversos, inclusive os mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político.

Raymond Aron (apud JULLIARD, 1976, p.182) diz que “nunca houve razão, lógica ou epistemológica, de afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômicos ou sociais apresenta em si um caráter mais científico do que o conhecimento dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções”. Já Fernand Braudel (1986, p.11), em sua crítica do curto prazo – o tempo do acontecimento -, diz que o acontecimento existe em todos os domínios, e não unicamente no político e que o domínio político pode escapar ao acontecimento. Segundo ele:

É por este motivo que existe entre nós, os historiadores, uma forte desconfiança em relação à história tradicional, chamada história dos acontecimentos; etiqueta que se costuma confundir com a da história política, não sem uma certa inexatidão: a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-lo.

Assim, afirma Julliard (1976, p. 182):

[...] está tomando o sentido inverso o movimento de desapareço dos pesquisadores com relação ao campo político. Considerado até aqui com desconfiança ou desprezo, esse campo toma novamente os seus direitos, à medida em que nossos contemporâneos tomaram consciência de sua importância e de sua autonomia.

Realmente, segundo Rémond (1996a), há umas duas ou três décadas, uma história política renovada, composta de elementos da totalidade social, retorna à “crista da onda” historiográfica, com o lançamento de várias teses acadêmicas nessa linha, com sua reintrodução no ensino de história e até em programas de concurso para recrutamento de professores. O referido autor argumenta que um fato que contribuiu para a volta da história política foi a ampliação do papel que a política passou a desempenhar na sociedade contemporânea, onde determinados fatos não podiam ser explicados apenas com referência aos dados da economia. Esses fatos:

[...] contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social [...]. O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor ou para pior [...]. Outra coisa que atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo da observação histórica: [foi] a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado (RÉMOND, 1996a, p. 23).

Ou seja, com a ampla intervenção do Estado na economia e nas questões sociais, várias de suas ações passaram para os domínios da história política. Com isso, “desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?” (RÉMOND, 1996a, p. 24). Julliard (1976, p. 184) também diz que, com:

[...] o fenômeno duplo da revolução das massas e da programação dos grandes setores da atividade social conduz-nos a uma concepção da política infinitamente mais ampla do que foi, geralmente, admitida. Se agora a soma do poder não reside mais no monarca, mas num ‘príncipe coletivo’ (Gramsci), seja ele partido, sindicato, administração, grupo de pressão, então, a política deixa de ser assunto da psicologia e moral, para ser assunto da sociologia e da praxeologia. Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político.

Entretanto, segundo Rémond (1996a, p. 26), apenas os fatores exógenos não são suficientes para inversões epistemológicas:

A virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação [...]. Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sobre a pressão externa e em função de uma reflexão crítica.

No caso, a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais.

Um dos elementos importantes na renovação da história política foi à interdisciplinaridade, estimulada pelo contato da história política com as ciências sociais e outras disciplinas, como o direito público, a psicologia social, a psicanálise, a lingüística, a matemática, a informática, a cartografia e outras, pois, segundo Rémond (1996a, p. 29), “É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar”. Hoje:

[...] a nova história do político corresponde [...] às principais aspirações que haviam suscitado a revolta justificada contra a história política tradicional. Essa nova história aceitou tão bem o desafio que lhe fora lançado que tem hoje com o que satisfazer os desejos dos historiadores mais exigentes em matéria de história total (RÉMOND, 1996a, p. 32).

Assim, atualmente, a história política renovada trabalha com uma grande massa documental, que ela trata estatisticamente, procura integrar nos seus estudos todos os atores do jogo político, mesmo os mais modestos. Além disso, pode-se hoje considerar que as críticas dos que diziam que o tempo da história política era o do efêmero e o do instante:

[...] ignoram a pluralidade dos ritmos que caracterizam a história política. Esta se desenvolve simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dia de revoluções, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tempos de escrutínio, existência de partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de

tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração [...] a noção de cultura política [...] implica continuidade em longuíssima duração (RÉMOND, 1996a, p. 34).

Outro elemento superado pela história política renovada é a suposta crítica do caráter superficial do político. Segundo Rémond (1996a, p. 35):

[...] a história política - e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas - aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda a análise reducionista, ela também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva.

Então, hoje, a história política trabalha com os grandes números, com os fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens do comportamento.

Outro autor que deu uma importante contribuição ao debate sobre a “nova história política” foi Pierre Rosanvallon, ao introduzir a idéia de uma história conceitual do político, defendendo a fusão das preocupações comuns ao historiador das idéias, ao cientista político e o historiador político. A partir dessa amálgama a política deixa de ser uma mera instância ou um domínio entre outros da realidade e passa a ser o lugar onde todas as instâncias sociais se articulam.

Segundo Rosanvallon (1995, p. 16), a história conceitual do político tem como objetivo: “a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”. Para ele, esta história conceitual do político:

[...] é história política na medida em que a esfera do político é o lugar de articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação (ROSANVALLON, 1995, p. 16).

De acordo com Rosanvallon (1995, p. 17), a história conceitual do político deve reunir o conjunto de elementos que compõem a cultura política e levar em conta de forma permanente a história do acontecimento. Dessa forma, ele considera que não existe matéria própria à história conceitual do político, pois ela consiste, “em coletar conjunto de materiais sobre os quais se apóiam, de forma separada, os historiadores das idéias, das mentalidades, das instituições e dos acontecimentos”. Sua originalidade funda-se mais no seu método do que em sua matéria, sendo que o seu método é ao mesmo tempo interativo e compreensivo. É interativo, pois consiste em analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: a análise dos hábitos, das separações, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambigüidades como as formas de realização. E também é compreensivo, pois se esforça por compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência (ROSANVALLON, 1995, p. 17). Na sua perspectiva, a história conceitual do político é um recurso importante para compreensão e conhecimento do presente.

Quanto ao estudo sobre partidos políticos, até recentemente, os mesmos vinham sofrendo um descrédito. Da mesma forma que os estudos de história política, este descrédito se dava, segundo Bernstein (1996, p. 57), devido à configuração de trabalhos produzidos, que eram basicamente de dois tipos:

[...] de um lado monografias, nacionais ou locais, empenhadas em reconstituir com precisão o tecido factual da vida dos partidos: nascimento, acidentes históricos, desenrolar de congressos, lutas internas entre tendências ou dirigentes, posicionamento em relação aos grandes fatos da história nacional, etc [e] de outro, estudos que privilegiavam a dimensão ideológica e se baseavam na idéia de que um partido se define fundamentalmente pelos seus fins últimos, ou seja, pelo seu projeto de sociedade.

Segundo Bernstein (1996, p. 58), este tipo de postura metodológica estava produzindo uma “história-crônica e factual, história ideológica marcada

pelo simplismo, maniqueísmo e a indiferença pelo real, o conjunto tinha, reconhecamos, por que suscitar a indiferença ou ironia”.

O interesse pelo tema - partidos políticos - voltou à tona no momento em que

historiadores, sociólogos e cientistas políticos começaram a revelar, em seus trabalhos:

[...] a importância e a riqueza de um domínio que se situa no cruzamento da longa duração e do acontecimento singular e que recorre, para explicar as ações dos homens, a dados múltiplos e complexos cuja combinação desemboca na existência e na ação dos partidos: o peso da tradição e o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e a ideologia, a psicologia social, o jogo dos mecanismos organizacionais e a importância das representações coletivas (Bernstein, 1996, p. 59).

É na linha dessa nova história política que pretendemos inscrever nosso trabalho. Assim procuraremos desenvolvê-lo tendo em vista não apenas um partido político e suas lutas internas e ideologia, mas a formação de um partido e suas relações com a sociedade, apesar de que em certos momentos precisaremos explicitar as lutas internas do PT, por ser importante para a compreensão do Partido e porque elas também esclarecem as diferentes concepções existentes neste para atuarem politicamente na sociedade. Enfim, concordamos com a afirmativa de Gramsci (1984, p. 24) de que escrever a vida de um partido não é fazer uma mera narrativa de sua vida interna: como nasce, os primeiros grupos que o constituem, as polêmicas ideológicas através das quais se elabora seu programa e a sua concepção do mundo e da vida, pois isso seria apenas a história de grupos intelectuais restritos. Claro que é necessário levar em conta o grupo social do qual o Partido é a expressão, assim a história de um partido não deixa de ser a história de um determinado grupo social. Todavia esse grupo não é isolado, tem amigos, afins, adversários, inimigos. Dessa forma, segundo Gramsci (1984, p. 24):

Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.

Até o fim dos anos 70, o presente era quase inexistente nas discussões metodológicas e epistemológicas no estudo da História, que se voltavam essencialmente para o estudo da Nova História, herdeira dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta ausência do presente se dava principalmente porque a Nova História considerava as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que os acidentes de conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance. Assim, erodindo a cadeia factual com o propósito de substituí-la pelo sentido econômico e social do tempo, a Nova História ignorou frequentemente o contemporâneo e, conseqüentemente, o presente e o imediato.⁸ Porém, essa ignorância conheceu notáveis exceções, como os artigos de Pierre Nora, *O retorno do fato*, e o de Jean Lacauture, *A história imediata*, que se constituíram reflexões essenciais sobre o presente.

Apesar de a história do presente vir tentando procurar fincar raízes desde meados do século XX, é só no início dos anos 80 que ela se firma, na trilha da retomada do interesse pelo político e valendo-se do papel de vanguarda desempenhado pelos historiadores do político.⁹ De acordo com Chauveau e Tétart (1999, p. 15 e segs), além do retorno do político, contribuiu para o desabrochar da história do presente, o impacto “de geração”, onde uma série de profissionais, diante do choque dos acontecimentos deste último século sobre os homens, e sua vontade de reagir, isto é, de tentar explicá-los de forma mais ou menos imediata. Ademais, fatores de cada profissão, também foram determinantes. Entre os jornalistas, pode-se destacar, entre outras razões, o papel da decomposição da imprensa nos anos de 1930 e o subseqüente desejo de propor, desde 1945, um comentário mais rigoroso do presente, do imediato. Já para os historiadores, trata-se, sobretudo, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o

⁸ Apesar dos fundadores dos *Annales* terem demonstrado um interesse particular pelo presente e até pelo político. Marc Bloch afirmou: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”. (apud. CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 10). Enquanto Lucien Febvre, num curso intitulado “A história na vida contemporânea”, no Collège de France, 1936, disse que: “a análise do presente podia dar a régua e o compasso à pesquisa histórica”. (apud. CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 10).

⁹ Entretanto, a história do presente e a história política não se constituem em sinônimos, pois a história do presente, além do político, se encarrega de campos como o cultural, econômico, intelectual, social, etc. e ainda, o político, como outros campos da história, não está exclusivamente ligado à proximidade do tempo.

estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente; e o fenômeno concomitante de demanda social, uma vez que existe, desde os anos de 1950, uma grande procura por esclarecimentos sobre temas atuais, que vai além dos meios universitários. Isto levou historiadores e jornalistas a produzirem textos, para suprir esta demanda, o que se tornou um grande negócio para a indústria editorial.

Mesmo tendo se firmado como um campo legítimo de estudo, a história do presente ainda tem sua legitimidade questionada: pode a história escrita no calor da hora, portanto, sem desfrutar do “recuo” de tempo necessário para uma análise isenta, constituir-se em objeto da história? É possível garantir a pesquisa quando o historiador está imerso no tempo e nas paixões que envolvem seu objeto? Como, dessa forma, continuar a garantir o estatuto de “ciência” à História, se as regras do “método” científico não poderiam ser aplicadas?

Estes questionamentos foram respondidos por historiadores do presente, que asseguram que o argumento da falta de recuo não se sustenta, pois é o próprio historiador, usando suas ferramentas e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo tempo, o recuo necessário. Quanto aos outros questionamentos, se afirma que o compromisso com a pesquisa científica gera a distância aceitável do seu objeto de estudo, utilizando-se de métodos de investigação histórica já consagrados. (RIOUX, 1999, p. 41 e segs).

Bernstein e Milza (1999, p. 127) afirmam que a história do presente é primeiramente e, antes de tudo, história. Apesar de suas especificidades¹⁰, ela não difere da história mais remota, tendo em vista seus objetivos, seus métodos e suas fontes.

¹⁰ Os autores citados consideram como principais especificidades da história do presente: primeiro, o fato de ela se situar na emergência de fenômenos de longa duração no seio do presente, e ter por função principal modificar permanentemente o significado destes, mudando as perspectivas segundo as quais os historiadores as consideram, procurando, no passado, novos objetos de estudo em função das preocupações do presente, abandonando objetos julgados obsoletos; e segundo, a abundância de instrumentos documentais capazes de fornecer fontes ao trabalho do historiador e que contribui para modificar a própria natureza da noção de arquivo. Esta profusão exige escolha e classificação e o rigor do ofício histórico, é neste caso, mais indispensável que noutras partes (BERNSTEIN; MILZA, 1999, p. 129).

Fontes e Técnicas

No desenvolvimento deste trabalho utilizamos fontes primárias orais e impressas. Foram realizadas entrevistas com militantes, ex-militantes, dirigentes, ex-dirigentes e parlamentares do Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba. As referidas entrevistas foram realizadas através da elaboração prévia de um roteiro, entretanto, no decorrer das mesmas novas questões foram surgindo. Estas entrevistas foram utilizadas no texto a partir da transcrição das fitas gravadas.¹¹

Na presente tese, utilizamos a história oral¹² na perspectiva de Pereira (1988, p. 37) para quem, “‘História Oral’ é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”.¹³

As fontes impressas utilizadas foram três jornais diários do Estado da Paraíba, **A União**, **Correio da Paraíba** e **O Norte**, entre os anos de 1980 e 2000. Estes periódicos foram pesquisados de forma alternada, contudo, de modo a cobrir todos os dias do período citado. Ainda com relação às fontes impressas consultamos todos os documentos oficiais do PT a nível nacional, publicados no livro **Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)**,

¹¹ Também utilizamos entrevistas realizadas pelo professor José Francisco de Melo Neto, com dirigentes, militantes e parlamentares petistas no Estado e publicadas, In MELO NETO, José Francisco. **Política e mudança: perspectivas populares**. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2002.

¹² Para um debate sobre a definição da História Oral. Ver. FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Entre-Vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13. Sobre a introdução institucional da História Oral no Brasil. Ver. FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-21. Para uma comparação da trajetória da História no Brasil e na Europa. Ver. FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História Oral. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. . 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 3-13 e JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. op. cit., p. 43-62.

¹³ Também nessa mesma perspectiva, ou seja, a História Oral como uma técnica para complementar as fontes disponíveis, Corrêa (1996, p. 65) afirma: “... a História Oral só deve ser empregada com utilidade depois do historiador valer-se de todas as demais fontes disponíveis, complementando ou cobrindo determinadas falhas, quando necessário, que a documentação tradicional deixou em branco”. Para a defesa da História Oral como uma metodologia, se contrapondo aos que acham que ela é apenas uma técnica ou os que defendem que ela é uma disciplina específica. Ver. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, op. cit., p. 7 - 25.

Partido dos Trabalhadores, além das Resoluções do II Congresso do Partido, realizado em 1999 e Atas e Resoluções do Diretório Nacional referentes à secção paraibana. A nível estadual consultamos as teses apresentadas nos Encontros Estaduais do PT, Atas do Diretório Regional e da Executiva e Notas e Resoluções da Executiva Estadual. Também foram consultados os Projetos de Lei, apresentado pelas bancadas petistas na Assembléia Legislativa e os resultados eleitorais oficiais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), durante o período analisado nesta tese.

Estrutura do Texto

O texto constará de uma introdução, seis capítulos e as considerações finais. Na introdução, como vimos, fizemos uma breve apresentação sobre o tema analisado, qual seja, o Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba, explicitamos nossos objetivos e a tese que será defendida, apresentamos uma discussão sobre a nova história política e a história do presente, onde procuramos explicitar onde se coloca nosso trabalho na linha da história política e, finalmente, indicamos as fontes consultadas e utilizadas no processo de pesquisa.

No capítulo primeiro, procuramos descrever, através de uma revisão bibliográfica, o processo de transição para a democracia no Brasil, a partir da “distensão” do General Geisel até a retomada definitiva da democracia, destacando a participação de elementos da sociedade civil. Nosso objetivo é situar a conjuntura de nascimento do PT; também descrevemos o quadro partidário brasileiro, pós-reformulação partidária de 1979 ao ano 2000, com o objetivo de apresentar os principais interlocutores, no âmbito partidário, do PT; e finalmente, a formação do PT, destacando as principais categorias que participaram de sua construção, sua organização interna, a trajetória e o papel das tendências internas do Partido, a relação do PT com a institucionalidade, o possível processo de burocratização do Partido, sua concepção de socialismo e por último, apresentamos uma discussão sobre até que ponto o PT representa uma especificidade no sistema partidário brasileiro.

No capítulo segundo, narramos, também através de revisão bibliográfica, o processo político paraibano no período republicano, dando ênfase à questão partidária e atuação dos movimentos sociais, destacando algumas das principais características da política no Estado, principalmente a continuidade das elites no poder, o uso da máquina estatal em práticas clientelistas como um dos aspectos fundamentais para o exercício do poder no Estado, e por fim, a fragilidade da sociedade civil, devido à fragilidade econômica do Estado e das próprias características da política paraibana. Nosso objetivo é examinar o “ambiente” onde o PT estadual irá se construir, para analisar até onde isso poderá influir na sua composição social e servir de obstáculo para seu crescimento eleitoral.

No capítulo terceiro, procuramos reconstruir a formação do PT no Estado da Paraíba, destacando as forças políticas e sociais que participaram deste processo, com o objetivo de observar especificidades com relação à região Sudeste do país, principalmente, São Paulo. Também procuramos descrever a trajetória do Partido no Estado, destacando as mudanças ocorridas no mesmo durante este período. Nesse processo de mudança, iremos tentar perceber diferentes fases vividas pelo Partido no Estado, mesmo com todos os riscos de qualquer periodização.

No capítulo quarto, descrevemos o processo de construção de uma política de alianças do Partido dos Trabalhadores, tanto a nível nacional como estadual, com o objetivo de demonstrar como mudanças nessa política estão relacionadas com as próprias mudanças ocorridas no Partido, como um todo.

O quinto capítulo se constitui uma narrativa das construções das candidaturas petistas ou por ele apoiadas e uma análise do desempenho eleitoral do Partido, para o governo do Estado e a Prefeitura de João Pessoa, entre os anos de 1982, quando o Partido disputou sua primeira eleição, a 2000. Pretendemos mostrar a mudança de postura do Partido com relação à convivência com outras forças políticas no Estado e a dificuldade da agremiação em se constituir como uma alternativa política dentro do Estado, dentre outros motivos, pelas características da política, da economia e da sociedade paraibana.

No capítulo sexto, descrevemos a atuação dos parlamentares petistas, observando até que ponto eles introduziram novas práticas políticas e novas temáticas no Parlamento paraibano e sua contribuição para o crescimento do Partido no Estado. Por fim, analisaremos as mudanças de postura ocorridas com os parlamentares em decorrência dessa sua inserção na institucionalidade.

Nas considerações finais procuramos apresentar algumas conclusões sobre as teses por nós levantadas e apontarmos alguns problemas que serão enfrentados pelo Partido dos Trabalhadores após a conquista da Presidência da República pelo Partido.

1 A “ABERTURA POLÍTICA” NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO PT

1.1 A transição para a democracia no Brasil

A transição brasileira para a democracia foi bastante longa. Começou no final de 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel¹⁴, e outros militares que se identificavam com o antigo Presidente Castelo Branco, entre eles, o general Golbery do Couto e Silva, de dar início à liberalização gradual do regime, e só terminou definitivamente, apesar do governo civil do Presidente José Sarney (1985-1989), em 1989,¹⁵ com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas. Segundo Keck (1991, p. 11):

[...] tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem o controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas

¹⁴ A tese, inicialmente levantada pelo brasileiro Stepan (1988, p.10), de que a liberalização começou dentro do aparelho de Estado e foi estimulada imediatamente por algumas das instituições da própria situação política autoritária, é hoje aceita pela maioria dos analistas da transição brasileira para a democracia iniciada no início do governo Geisel. Lamounier (1988, p. 131) também afirma que não faltam evidências de que os passos iniciais da abertura foram deliberados. Ele destaca os seguintes fatos que apontavam nesta direção: a presença de Armando Falcão no Ministério da Justiça; indicações de que seria suspensa a censura prévia; o apelo de Geisel à “imaginação criadora”, durante seu discurso de posse, manifestando a esperança de que fossem encontradas soluções que tornassem gradualmente desnecessárias as intervenções “revolucionárias”, baseadas em Atos Institucionais; e, no campo da legislação eleitoral, a chamada Lei Etelvino Lins, de 1974, um dos poucos projetos de iniciativa parlamentar estimulados pelo Executivo, que garantia o acesso igual e gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão, durante as futuras campanhas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cava (1988, p. 238) afirma: “Hoje em dia, quase todos concordam que a política de distensão teve origem nos próprios meios militares, visando primeiramente, se não de modo exclusivo, controlar uma ação minoritária da ‘linha dura’ dentro das Forças Armadas. [...] Em nenhum momento essa política, ou as modificações subsequentes que sofreu, pretendeu de fato devolver o poder Executivo do governo ao controle civil antes de meados da década de 90. Numa palavra, a distensão (que, depois de 1978, passou a ser chamada de ‘abertura’ [...]) era na verdade uma política estimulada pelo faccionalismo interno dos militares e que visava assegurar de maneira mais habilidosa o controle militar a longo prazo”.

¹⁵ A transição, como veremos, terá várias fases, uma primeira, denominada de “distensão”, durante o governo do General Geisel, onde praticamente toda a iniciativa parte do governo que tem um controle parcial do processo. Durante o governo do General Figueiredo, foi denominada de “abertura”. Nesta fase, pela própria dinâmica do processo, o governo começou a perder o controle da situação, com o surgimento dos novos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical. Contudo, o governo só perde a iniciativa do processo com o advento das eleições diretas para governadores de Estado em 1982. Com a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, do civil oposicionista, Tancredo Neves, para Presidente da República, em 1984, pode-se dizer que a ditadura acabou, pois houve alternância de poder e no governo de José Sarney, substituto de Tancredo Neves, que morreu, antes mesmo de assumir o cargo, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, mesmo com o fim da ditadura militar e o início do governo civil, o processo de redemocratização só se completou definitivamente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização das eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário.

A “política de distensão”, promovida pelo governo Geisel, foi um programa de medidas liberalizantes, cuidadosamente controladas, e definido no contexto do “slogan” oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” era vista no sentido de que se deveria manter fiel às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento adotado e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional,¹⁶ preservando, assim, os principais aspectos do aparato repressivo. Quanto à tese da “sem imobilidade” referia-se ao plano governamental de reformas que pretendia ser um passo à frente na liberalização progressiva, para uma volta à democracia.

De acordo com Alves (1989, p. 186), o governo pretendia fazer a distensão em estágios bem planejados, e na seguinte ordem: suspensão parcial da censura prévia; negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos; reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política; revogação das medidas mais coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5. Para ela: “A meta global da política de ‘distensão’ era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito forte as ‘pressões’” (ALVES, 1989, p. 186).

O sistema político que se pretendia desenvolver foi definido pelo Presidente Geisel como “democracia relativa” ou “democracia forte”. Nele, o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que surgisse alguma ameaça direta de contestação organizada ao regime. Todavia, as instituições políticas de representação seriam dotadas de flexibilidade para permitir uma participação restrita no processo decisório (ALVES, 1989, p. 186). Enfim, diz Alves (1989, p. 186):

¹⁶ Sobre as origens, desenvolvimento e conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento formulada pela Forças Armadas brasileiras e a tentativa de sua institucionalização após o golpe militar de 1964, Ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

Era um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida. A 'teoria da distensão' e as políticas derivadas dessa análise constituíam uma derradeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo.

Dando prosseguimento à política de “distensão” iniciada no governo Geisel, o seu substituto João Batista de Figueiredo adotou a política de “abertura”. O seu governo ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da “democracia forte” estabelecida por Geisel. Tanto a política de “distensão” com a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Regime Militar. Foi aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de se obter maior estabilidade e apoio ao Regime, ao mesmo tempo, que era limitada a participação de setores da população que pudessem fazer uma oposição de caráter classista ao regime. Dessa forma, grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses enfrentaram repressão, enquanto grupos que não eram considerados suficientemente organizados para configurar antagonismo ou pressão puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais (ALVES, 1989, p.225).

1.1.1 *Cronologia da transição*

Em 1973, o governo militar, após um longo ciclo de crescimento econômico, que se convencionou chamar de “Milagre Brasileiro”, começa a enfrentar problemas na área econômica, entre outros motivos, devido à crise do petróleo de 1973. Segundo Skidmore (1988, p. 31), para o Brasil a única maneira de absorver o aumento do preço e manter o crescimento era usar as reservas ou fazer empréstimos externos. E o Brasil fez as duas coisas, duplicando sua dívida externa, somente em 1974, de 6,2 bilhões para 11 bilhões de dólares. A partir desta data, tem início o fim do “milagre”. Apesar de

o Brasil manter, por alguns anos, o crescimento econômico, a crise econômica se instala pelo restante do regime militar, principalmente com o aumento da inflação e da dívida externa.

Nas eleições legislativas de 1974, o governo decidiu permitir o acesso, relativamente livre, de todos os candidatos, à televisão, provavelmente, devido ao excesso de autoconfiança após as eleições indiretas para governadores, onde o governo fora amplamente vitorioso. Segundo Skidmore (1988, p. 34), “Os resultados da eleição surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB”. Pois o partido de oposição, o MDB, quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, passando de 87 para 165 deputados. Foi um aumento considerável, mesmo levando em conta que o número total de cadeiras tenha crescido de 310 para 364. Já a ARENA, partido do governo, caiu de 223 para 199. Com relação ao Senado, os resultados foram igualmente ruins para o governo. A bancada do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46. Assim, enquanto a ARENA venceu por uma pequena margem no total de votos para deputado federal, o MDB venceu no total de votos para senador. O MDB ainda ganhou, além disso, o controle das assembleias estaduais nos principais estados do país, onde o eleitorado urbano era predominante. Segundo Skidmore (1988, p. 35), as eleições de 1974, “mostravam uma inesperada falta de apoio à ‘Revolução’. [...] O Planalto não poderia mais nutrir qualquer esperança sobre a habilidade da ARENA de vencer eleições relativamente livres”.

Para Lamounier (1988, p. 111), a vitória da oposição nas eleições de 1974, apesar de não ter afetado o monopólio governamental sobre as iniciativas de mudança pela via legislativa, nem os poderes que o AI-5 concentrava na Presidência da República, exerceu um impacto na conjuntura, em pelo menos três sentidos:

Primeiro, essa vitória coincidiu inteiramente com o surgimento de fator novo no contexto da experiência bipartidária iniciada em 1965. Esse fator novo é o sentido claramente plebiscitário do voto urbano dos principais Estados. Segundo, a revitalização do interesse popular pelas eleições e a magnitude da votação oposicionista levaram a um extraordinário aprofundamento de novas identificações partidárias, praticamente apagando, no que concerne à massa de eleitores, os vestígios do sistema multipartidário anterior a 1964. [...] [Por fim] ela

deu início à autonomização da abertura como processo político, transformando-a em algo bem menos reversível do que o inicialmente antevisto na estratégia governamental.

O processo de abertura prosseguiu com avanços e retrocessos. Em 1975, houve a morte do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, na sede do Segundo Exército em São Paulo. Em 1976, a morte do operário Manoel Fiel Filho, também no Segundo Exército, causou a demissão de seu comandante, o general de linha-dura Ednardo d'Ávila Melo. Em fins de 1976, aconteceu uma série de atentados a bomba, patrocinado por grupos de extrema direita, contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e contra padres críticos do governo, que também sofreram ameaças e seqüestros. Mas esses atentados não se prolongaram por muito tempo, os responsáveis ou foram contidos por seus superiores ou resolveram parar. Nesta época, ainda como reflexo da derrota nas eleições de 1974, o governo também resolveu endurecer, e fez uso constante do AI-5 para reprimir comunistas, tidos como elementos importantes na vitória eleitoral do MDB e parlamentares opositores do regime.

Em 1976, o governo iria enfrentar novas eleições, desta vez de caráter municipal. Nesta eleição, o governo se precaveu contra o uso do rádio e da televisão pelos candidatos, conseguindo aprovar no Congresso Nacional a “Lei Falcão”, uma referência ao nome do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que restringia o uso daqueles meios de comunicação. A partir da promulgação desta lei, era permitida aos candidatos apenas a difusão de suas fotos junto com resumo falado sobre a carreira política de cada um. Nestas eleições, a ARENA saiu-se vitoriosa no interior, mas perdeu nas áreas urbanas, onde o MDB demonstrou ter muita força, passando a controlar as Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos (SKIDMORE, 1988, p. 36 e segs).

Temendo derrotas de seu Partido em futuras eleições, o governo inicia uma série de casuísmos, visando ganhar as eleições, que começa com o “Pacote de Abril”, em 1977, e termina com o voto vinculado em 1982. Em 1º de abril de 1977, usando como pretexto a recusa do MDB de apoiar uma lei governamental para reformar o judiciário, o Presidente Geisel fecha o

Congresso¹⁷ e edita o chamado “Pacote de Abril”, visando fortalecer a ARENA nas futuras eleições. As principais mudanças constitucionais contidas no referido Pacote foram as seguintes: a partir daí, as emendas constitucionais necessitariam somente da aprovação majoritária do Congresso; todos os governadores de Estado e um terço dos senadores federais seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais, que incluíam as Câmaras Municipais, onde a ARENA predominava; os deputados federais seriam alocados na base média da população e não dos eleitores registrados, como em 1970 e 1974;¹⁸ e, finalmente, a Lei Falcão de 1976 foi estendida às eleições do Congresso.

Também no ano de 1977, o governo enfrenta um protesto dos intelectuais e jornalistas sobre a questão da censura. A censura prévia tinha sido suspensa para os grandes jornais em 1975, mas continuava para outras publicações, e o Ministro da Justiça informou que ela seria estendida às matérias importadas. Diante deste fato, dois mil, setecentos e cinqüenta jornalistas publicaram um protesto por todo o país, o qual havia sido precedido de um manifesto anticensura, assinado por mil intelectuais.

Em meados de 1977, o governo militar brasileiro também passou a ter problemas na área internacional. Com o início do governo Carter, nos Estados Unidos, e sua ênfase nos direitos humanos, o Departamento de Estado americano publicou um relatório sobre direitos humanos nos países que recebiam assistência militar dos Estados Unidos, o que era uma exigência do Congresso para fornecer ajuda a estes países. O relatório foi muito crítico em relação à situação dos direitos humanos no Brasil. O governo não gostou, considerando o fato uma interferência intolerável nos assuntos internos do Brasil, e cancelou o acordo de ajuda militar.

¹⁷ O fechamento do Congresso prejudicou a intenção de legitimação do regime e a própria política de “distensão”, mas conteve a força eleitoral da oposição (ALVES, 1987, p. 195).

¹⁸ Foi feita uma alteração no Artigo 31 da Constituição de 1969, determinando que o número de cadeiras de cada estado na Câmara dos Deputados não seria mais em proporção ao número de eleitores registrados no estado, como até então, mas em proporção a sua população total. Como os analfabetos não podiam votar, a regulamentação anterior permitia que os estados de maior índice de alfabetização obtivessem maior número de representantes, o que favorecia o MDB. A mudança na lei aumentava a representação dos estados pobres do Norte e Nordeste, onde os índices de analfabetismo eram muitos altos e onde a ARENA era mais forte (ALVES, 1987, p. 194).

No final de seu governo, Geisel ainda enfrentou uma disputa com os “linhas-duras” do regime; o Ministro do Exército, general Sylvio Frota, não concordou com a escolha do general João Baptista de Figueiredo para suceder Geisel na Presidência e foi demitido. Em 1978, Figueiredo, tendo como vice, o civil Aureliano Chaves, foi eleito presidente, derrotando no Colégio Eleitoral o general Euler Bentes Monteiro, que tinha como vice Paulo Brossard, candidatos do MDB.

Um mês após as eleições presidenciais, realizaram-se as eleições para o Congresso. De acordo com Skidmore (1988, p. 47 e segs), as mudanças da lei eleitoral, contidas no “Pacote de Abril”, conseguiram evitar que o MDB vencesse e alcançasse a maioria no Congresso. Pois, a partir das disposições contidas no referido Pacote, como vimos, um terço do Senado passou a ser eleito indiretamente, os chamados senadores biônicos, e uma revisão da fórmula na representação da Câmara dos Deputados deu à ARENA a continuidade do controle das duas casas.

No último ano do governo Geisel, medidas liberalizantes foram adotadas. Geisel, de acordo com sua promessa, afastou elementos-chave da estrutura autoritária. O Congresso aprovou medidas no mesmo sentido: a abolição do AI-5, privando, deste modo, o Presidente da autoridade de declarar o recesso do Congresso, cassar congressistas, ou privar os cidadãos de seus direitos; o *habeas-corpus* foi restituído para presos políticos e a censura prévia ao rádio e à televisão foi suspensa. Mas, ao mesmo em tempo que patrocinava medidas liberalizantes, o governo procurou obter novos poderes para controlar a transição. Obteve a autoridade de declarar o estado de emergência limitado, sem aprovação do Congresso, e propôs uma versão revisada da Lei de Segurança Nacional¹⁹, que muitos observadores consideravam uma fonte de poder arbitrário tão importante quanto o AI-5, pois, mesmo o número de crimes contra a segurança do Estado tendo sido reduzido e as penas abrandadas, a lei ainda permitia que prisioneiros políticos ficassem incomunicáveis por oito dias, em vez de dez, como era anteriormente. O Congresso nunca votou a lei,

¹⁹ Esta lei, de nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, define os crimes contra a segurança nacional e estabelece regras para o seu processo e julgamento. Ela veio substituir o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que, por sua vez, havia revogado o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar que se iniciou em 1964.

que foi aprovada por decurso de prazo, cláusula que considerava aprovada qualquer lei não votada dentro de 40 dias. No fim de 1978, buscando a reconciliação política com a oposição, Geisel revogou as ordens de expulsão de mais de 120 exilados políticos, sendo que alguns foram especificamente excluídos, entre eles, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Segundo Skidmore (1988, p. 49), Geisel e Golbery “levaram a liberalização mais longe do que todos os analistas políticos consideravam possível desde 1974. Mas importantes poderes arbitrários permaneciam”. Entre eles, a Lei de Segurança Nacional. O Congresso não tinha o controle sobre as verbas, não podia nem propor uma legislação de verbas nem aumentar uma verba proposta pelo Presidente; e o enorme aparato de segurança permanecia intocado. Alves (1987, p. 200), ao analisar o período do governo Geisel, conclui que ele:

[...] caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. Por um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhorias das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a Doutrina de Segurança Nacional Interna. À medida que se fortalecia o movimento de defesa dos direitos humanos, aumentavam no Estado de Segurança Nacional as pressões e contradições internas com respeito às políticas de repressão. Em consequência, o período foi de profunda incerteza, permitindo-se atividades políticas hoje para desencadear amanhã o Aparato Repressivo em operações maciças de busca e detenção.

No início do governo Figueiredo, o cenário econômico não era dos mais animadores. O Brasil conseguiu manter um elevado crescimento econômico desde o choque do petróleo em 1973, mas às custas de um rápido aumento do endividamento externo e um superaquecimento da economia. O plano quinquenal de Mário Henrique Simonsen, Ministro do Planejamento, que o forçava a explicar a necessidade de desaquecimento, transformou-o no alvo de críticas de todos os setores. Os estrategistas políticos dentro do novo governo recusavam-se a aceitar que o “milagre” tinha chegado ao fim. Simonsen foi demitido e substituído por Delfim Neto, que prometia manter o crescimento do país, promessa não cumprida ao longo do governo (SKIDMORE, 1988, p. 50-51).

Durante o governo Figueiredo inicia-se a luta pela anistia, que foi uma das campanhas para a qual a oposição conseguiu mobilizar um amplo apoio. A lei de anistia do Ministro da Justiça Petrônio Portela foi aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. Foram anistiados todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 1961, data da última anistia. Mas, estavam excluídos aqueles culpados de “crime de sangue” durante a resistência armada ao governo. A lei também restabelecia os direitos políticos aos que os tinham perdido devido aos Atos Institucionais. Pela lei, os torturadores de presos políticos durante o regime também foram anistiados.

Outro fato importante ocorrido no governo Figueiredo foi a volta do multipartidarismo, a partir de uma reorganização do sistema político-partidário. Após a derrota do governo nas eleições de 1974, Golbery havia chegado à conclusão de que o sistema bipartidário compulsório tendia a fortalecer a oposição e que seria difícil o Partido do governo vencer eleições, mesmo que apenas parcialmente abertas. A solução encontrada por ele foi conservar o Partido do governo, com novo nome, e facilitar a criação de vários partidos de oposição. Segundo Skidmore (1988, p. 54), para os estrategistas do regime, o governo poderia, assim, manter sua posição, ou atraindo o voto oposicionista ou formando uma coalizão com os elementos mais conservadores da oposição. Uma lei para cumprir estes objetivos foi enviada para o Congresso e aprovada em novembro.²⁰

O ano de 1980 foi marcado pelo aumento da crise econômica, da inflação, mudanças na lei de reajuste salarial e conflitos sindicais. Todavia, na frente política, a liberalização continuava. O Congresso aprovou, em novembro de 1980, uma emenda constitucional enviada pelo governo para reintroduzir as eleições diretas para governadores de Estado e todos os senadores, embora os senadores “biônicos” só terminassem seus mandatos em 1986. Esta medida significou uma anulação parcial do “Pacote de Abril”. Porém, nem todos estavam a favor da liberalização. Os opositores clandestinos da abertura política prepararam uma campanha de violência, durante o ano de 1980 e o

²⁰ Com a lei da reformulação partidária foi introduzido novamente no país o sistema multipartidário, na ocasião, o partido do governo, a ARENA transformou-se em PDS, o da oposição o MDB, em PMDB e foram criados mais três partidos, o PDT, o PTB e o PT, também de oposição.

começo de 1981. O Brasil foi sacudido por uma série de incidentes violentos e ameaças para que bancas de revistas não vendessem publicações esquerdistas. Quem desobedecia tinha suas bancas explodidas por bombas. Carta-bomba mandada à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – matou a secretária; o atentado do Riocentro, etc. Este último ato causou a saída de Golbery do governo, que se demitiu por discordar do acobertamento dos culpados por parte do governo. Mas, segundo Skidmore (1988, p. 60-61): “Apesar da renúncia de Golbery, o incidente do Riocentro e seu desenrolar acabaram por facilitar a abertura, colocando os militares direitistas mais na defensiva. O terrorismo parou, como para confirmar que os direitistas tivessem optado pela contenção”.

Ao se aproximarem as eleições de 1982, mesmo com a reorganização partidária, o governo sentiu que não seria capaz de garantir a vitória de seu Partido, o PDS, com uma margem suficientemente grande para assegurar o controle sobre o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo Presidente da República. Em novembro de 1981, o governo utiliza-se de mais um casuísmo, manda ao Congresso o “Pacote de Novembro”, que proibia as coligações eleitorais e determinava que os eleitores votassem em única legenda, o chamado voto vinculado.

A estratégia de dividir as oposições através da reforma do sistema partidário, mais os casuísmos do “Pacote de Novembro”, deram resultados para o governo nas eleições de 1982. Pois, embora as oposições tenham conseguido 59% do total dos votos populares, não obtiveram a maioria no Congresso, tomadas as duas casas juntas, ou no Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Figueiredo. Na Câmara dos Deputados, a oposição ficou com 240 representantes e o governo, com 235; no Senado Federal, a oposição tinha 23 e o governo, 46. No Colégio Eleitoral, o PDS mantinha uma maioria de 359 a 321. Contudo, um racha no partido do governo, devido a não aceitação do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, como candidato do governo a Presidente da República, levou à vitória do candidato oposicionista, Tancredo Neves, que contou com o apoio da chamada Frente Liberal, dissidência do PDS.

Para Lamounier (1988, p. 124), os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não se achavam em jogo, de 1974 até 1982. Para ele, esses níveis seriam o acesso ao Poder Executivo Federal, através da disputa da Presidência da República; a orientação da política econômica, obviamente dependente do Poder Executivo; as expressões legais da tutela militar sobre o processo político, corporificadas no AI-5, até o final de 1978, e que sobreviveram indiretamente, mediante o dispositivo constitucional do “estado de emergência”. Então, no sentido institucional, as eleições de 1982, com a eleição de dez governadores da oposição e perda pelo governo da maioria absoluta da Câmara dos Deputados, que deram ao sistema político um caráter aproximadamente diárquico e elevou o nível de confronto, no que diz respeito à própria sucessão presidencial, representaram um marco significativo. Pois, a partir dela, “não resta dúvida que o processo de abertura atingiu um novo patamar, na medida em que se desfez o monopólio governamental da iniciativa político-institucional. Configura-se, assim, o esgotamento do processo de abertura nos termos de seu projeto inicial” (LAMOUNIER, 1988, 124).

*1.1.2 A sociedade civil no processo de transição: Igreja, OAB, ABI, movimentos populares, movimento sindical e estudantes*²¹

Até o final dos anos de 1960, a Igreja Católica no Brasil não se opôs ao regime militar implantado em 1964, pelo contrário, chegou até a apoiá-lo. Segundo Cava (1988, p. 236-237), dois fatos marcaram a mudança dessa política: primeiro, quando em 1970, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e, posteriormente, o próprio Papa Paulo VI denunciaram a tortura no Brasil. No ano seguinte, Dom Paulo Evaristo Arns, recém nomeado Arcebispo de São Paulo, condenou publicamente a tortura de funcionários da Igreja nas prisões do Segundo Exército, em São Paulo. Assim, no início dos anos de 1970, a Igreja Católica brasileira viu-se liderando uma campanha mundial contra a tortura no Brasil. O segundo fato aconteceu no final de 1979, na data do

²¹ Obviamente, os partidos políticos são um dos principais elementos que compõe a sociedade civil, mas como este trabalho trata da formação e construção de um partido, nós não trataremos de forma específica dos mesmos neste subitem, pois a discussão sobre eles irá permear o texto como um todo.

vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, quando as Igrejas cristãs do Brasil (à exceção das pentecostais) lançaram por todo o país uma campanha pelos direitos humanos. Dessa forma, segundo Cava (1988, p. 237):

Fora dado o primeiro passo coletivo no sentido de negar legitimidade ao regime. Mais ainda, na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica, já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar. No caso da Igreja Católica, excetuando-se os próprios militares, nenhuma outra instituição dispunha, como ela, de uma rede de quadros espalhados por toda nação, de um sistema de comunicações (ainda que somente de porta em porta) que funcionasse apesar da censura e, ao contrário dos militares, de uma organização em escala mundial com a qual pudesse contar em termos de apoio e na qual pudesse confiar para dispor de uma 'audiência internacional.

Após o culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo, por ocasião da morte, sob tortura, nas dependências do Segundo Exército, do jornalista Vladimir Herzog, a Igreja se viu moralmente autorizada a agir por delegação em nome da sociedade civil. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo passou a dividir com a OAB a tarefa da campanha contra a tortura, convertendo-se numa força da sociedade civil de âmbito nacional (CAVA, 1988, p. 240).

Segundo Cava (1988, p. 243), três fatores ajudaram para essa nova postura da Igreja Católica: primeiro, uma nova hegemonia que começou a se formar dentro da referida instituição de setores progressistas, vinculados às causas populares; segundo, a legitimação, por parte da CNBB, desse processo que começara a se desenvolver e, por último, a emergência dos novos movimentos sociais seculares no meio das classes populares, principalmente, nas periferias de São Paulo, a partir de 1973, onde a Igreja teve uma participação direta.

Alves (1987, p. 201) considera que, em termos políticos, o aspecto mais marcante da atuação da Igreja Católica, no período de transição, foi sua capacidade de articular a "política formal" e a "política de base". No terreno da "política formal", a atuação desta deu-se através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). Na "política de base", através das várias pastorais criadas pela

Igreja, tais como: a da Terra, a do Mundo do Trabalho, a dos Direitos Humanos, etc. Esse tipo de organização permitiu à Igreja implantar uma ampla rede de grupos locais, arregimentando milhares de pessoas para trabalhar numa determinada área. Assim, por exemplo, a Pastoral dos Direitos Humanos atuou em todas as comunidades de base criadas pela Arquidiocese de São Paulo e disseminadas pelos grupos locais em paróquias, associações de moradores e fábricas. Estas organizações de base foram à fonte de influência social e política da Igreja e tinha um sistema de comunicação oral eficiente, comunicando rapidamente à Arquidiocese a prisão de militantes políticos para que a Igreja pudesse agir em sua defesa.

Outra entidade que desempenhou importante papel na luta contra a ditadura foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com Alves (1987, p. 209), as atividades da OAB na esfera judiciária foram importantes para ajudar a neutralizar elementos da cultura do medo: a defesa dos presos políticos combatia tanto o isolamento quanto à descrença; e as campanhas educativas de esclarecimentos promovidas pela entidade eram eficazes instrumentos contra o silêncio até então imposto. Para a referida autora, os advogados aderiram à oposição ao Regime Militar por dois motivos: primeiro, este criou uma estrutura paralela de leis extraordinárias outorgadas e revogadas por decretos do Executivo, que coexistia com o corpo tradicional de leis legitimadas pela Constituição. Esta dupla estrutura dificultava o trabalho profissional dos advogados. Segundo, os advogados que defendiam presos políticos ou investigavam as atividades do Aparato Repressivo constantemente tornavam-se alvos da repressão. Diante desta situação, os advogados utilizaram sua entidade profissional para pressionar o governo federal e forçá-lo a restabelecer o estado de direito e revogar a estrutura paralela.

Alves (1987, p. 210) considera que a atuação da OAB foi particularmente importante, no estabelecimento dos limites entre o quadro jurídico legítimo – o das leis promulgadas pelo Congresso de acordo com a Constituição – e o sistema jurídico paralelo e ilegítimo – o das leis de exceção impostas pelo Executivo a partir de 1964 sem a aprovação do Congresso; na defesa dos direitos humanos e na exigência da revogação da legislação repressiva; e no esclarecimento da opinião pública sobre questões legais e direitos públicos e

civis. Mas, para a referida autora, em termos políticos, a contribuição mais importante da OAB foi provavelmente:

[...] o questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional. A Ordem e alguns respeitados juristas estabeleceram uma distinção entre o 'estado de Direito' definido como sistema regido por legítimas estruturas legais – e o 'estado de exceção' – caracterizado como de estruturas legais ilegítimas. As definições e a insistência nessa distinção negava ao Estado de Segurança Nacional a legitimação que buscava com sua constante preocupação em baixar decretos-leis, atos institucionais e complementares (ALVES, 1987, p. 211).

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também teve um papel importante na luta contra a ditadura militar instalada em 1964 no Brasil, principalmente na luta contra a censura prévia aos órgãos de imprensa. Nos primeiros anos do regime militar, quando a censura prévia à imprensa ainda não havia sido instalada, o papel da ABI limitou-se à coordenação das atividades dos jornalistas, à defesa dos profissionais ameaçados e à promoção de debates educativos, conferências e sessões de estudo. Contudo, após a promulgação do AI-5, a imprensa passou a sofrer a censura prévia e outras formas de controle. Diante dessa nova conjuntura, a ABI além de dá prosseguimento a sua atuação educativa, deu cobertura à organização de comissões e grupos de combate à censura à imprensa e a outras atividades culturais de modo geral. Assim, a partir de 1969, tornou-se cada vez mais ativa como fórum para manifestação de recusa aos controles impostos à opinião e ao pensamento, coordenando atividades de grupos de oposição que defendiam a liberdade de expressão, canalizando-as para o terreno da política formal, de modo a exercer pressão direta sobre o Estado.

Além das atividades desenvolvidas pela ABI, a própria imprensa desenvolveu formas alternativas de resistência à censura prévia. Esta reação

assumiu duas formas: o surgimento de semanários ou tablóides alternativos de oposição, que criticavam mais livremente as políticas econômicas e repressivas do governo; e a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, que consistia na publicação indireta ou disfarçada de informações, para leitura nas entrelinhas, e, de forma direta, na veiculação de comprovações da censura. Várias técnicas foram utilizadas pelos órgãos de imprensa para mostrar a dureza da censura no país: um espaço era deixado em branco para ficar claro que houve veto, se estampava poemas, receitas culinárias, fotografias de animais enjaulados no lugar dos textos censurados, etc. (ALVES, 1987, p. 215 e segs). Segundo a referida autora, a fusão exercida pelas atividades da ABI e a campanha simbólica dos principais jornais obrigaram o governo do Presidente Geisel a eliminar a censura prévia à grande imprensa, em 1975, e, em 1978 à imprensa alternativa.

Com a suspensão da censura prévia, a imprensa passou a exercer um papel importante no processo de liberalização do regime, veiculando críticas ao modelo econômico adotado pelo Regime Militar, denunciando corrupção no governo, dando abertura às denúncias de tortura a presos políticos e exigindo investigação e o fim da violência. Para Alves (1987, p. 225):

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas.

A partir de meados da década de 1970, com a liberalização parcial do regime e a revogação do AI-5, abriu-se a possibilidade legal para o surgimento de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja, os grupos associativos seculares e um novo movimento sindical, do campo e das áreas urbanas. A partir do governo Figueiredo, este movimento viria desempenhar um papel importante no processo político e na oposição ao regime militar. Segundo Mainwaring (1988, p. 306):

Seria enganoso atribuir peso significativo aos movimentos populares no início da abertura. Aliás, a debilidade dos movimentos populares, e não sua força, foi um fator importante na criação de confiança dentro do regime, para que ele pudesse se liberalizar sem temer efeitos adversos. E especialmente nas áreas rurais, a abordagem do regime aos movimentos populares permaneceu repressiva até 1978. Entretanto, a abertura permitiu mais espaço para os movimentos populares, os quais usaram esse espaço para colocar novos itens na agenda política.

Lamounier (1988, p. 124) também concorda com a tese de Mainwaring. Para ele:

A importância dos movimentos da chamada sociedade civil – movimentos estudantis, religiosos, de associações profissionais, finalmente sindicais – não foi tanto a de forçar o início da abertura, mas sim a de ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício ditatorial do poder.

Estes movimentos de base eram de dois tipos: os movimentos seculares e os vinculados à Igreja Católica. As organizações de base seculares eram associações cívicas, independentes do Estado em financiamento e administração. Estas organizações tinham nomes variados: associações de moradores de bairros, sociedades ou associações de amigos de bairros, associações de moradores de favela ou associações comunitárias. Elas objetivavam mobilizar a população para atividades de pressão política, privilegiando a mobilização da comunidade para obtenção de melhorias no bairro (ALVES, 1987, p. 225-226). Segundo esta autora:

Durante o período do Estado de Segurança Nacional, as associações de moradores e favelados têm desempenhado papel decisivo na organização dos pobres. A partir de suas organizações locais, a população aprendeu a coordenar campanhas mais amplas, de nível estadual ou nacional, para pressionar o governo (ALVES, 1987, p. 229).

Quanto aos movimentos de base vinculados à Igreja Católica, além da parte canalizada institucionalmente pelas organizações da CNBB e das diferentes pastorais, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).²²

²² Sobre as origens e a história das CEBS, Ver CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. et al, Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org), **São Paulo: o povo em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 3. ed. 1982, p. 59-81 e BETO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Elas são pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural e têm geralmente origem no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidades ou diáconos, padres e membros de ordens religiosas. Segundo Alves (1987, p. 235-236):

A importância política e social das CEBs está em sua capacidade de despertar a consciência crítica da condição de opressão e estimular o respeito próprio, a esperança e, em consequência, uma efetiva ação pela mudança. O papel conscientizador das CEBs tem contribuído para o significativo fortalecimento dos movimentos populares de base. Elas desempenham duas importantes funções no movimento social global: estimulam a efetiva organização e inspiram profundo compromisso com a participação democrática interna, valorizando cada ser humano e ativando seu potencial como agente de mudança histórica. Desse modo, as comunidades de base têm sido verdadeiras escolas de sementeira da participação democrática.

Em meados de 1978, um novo personagem entra em cena, os trabalhadores urbanos - que estavam afastados da cena política desde a repressão às greves de Osasco e Contagem em 1968 - com a greve da indústria automobilística do ABC, cinturão industrial de São Paulo, liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula.

O movimento sindical brasileiro parecia “adormecido” no início dos anos 70, após toda repressão que se abateu sobre ele, a partir do golpe militar de 1964. Todavia, no interior das fábricas, havia pequenas mobilizações por melhores condições de trabalho, reajustes salariais, etc., que levavam a realizações de “operação tartaruga”, pequenas greves de algumas horas, recusa a fazer hora extra, etc., não visíveis para a sociedade como um todo, mas que serviram para manter a identidade dos trabalhadores enquanto grupo social.

A partir da “distensão”, lenta, gradual e segura, de Geisel, em 1974, a conjuntura tornou-se mais favorável para o movimento sindical e, a partir daí, foram surgindo fatos que levaram à reorganização do movimento sindical brasileiro, como a campanha de reposição salarial realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a partir da descoberta da falsificação do índice da

inflação para o ano de 1973.²³ Esta campanha, apesar de não ter sido vitoriosa, serviu para que os trabalhadores percebessem que o sindicato era alguma coisa além de um serviço de assistência social. Serviu, também, para que o sindicato percebesse a importância da mobilização dos trabalhadores, já que as lutas anteriores tendiam a ser encaminhadas por meios jurídicos, sem a participação dos trabalhadores, e a luta pela reposição salarial ajudou a atrair amplos setores da sociedade para o movimento.

Outro fato marcante foi à realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no Rio de Janeiro, em 1978. Neste encontro, um grupo de sindicalistas dos sindicatos oficiais, entre os quais se encontrava Lula, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, opôs-se à cúpula da CNTI, considerada vinculada aos interesses dos patrões e do governo, formando um grupo de oposição. Estes sindicalistas passaram a ser denominados desde então, de “sindicalistas autênticos” (KECK, 1988, p. 395 e segs). Segundo Rodrigues (1991, p. 15-16), deste grupo:

[...] faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos [...] que nesse momento poderiam ser classificados também como ‘independentes’ e, de outro lado, os sindicalistas com vinculação partidária, basicamente com o PCB [...]. Em função da reunião da CNTI, quando os dois grupos se aproximaram na crítica aos dirigentes dessa entidade e na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo surgiu um organismo de coordenação, a Intersindical²⁴ de existência efêmera.

Outro fato considerado significativo foi a realização do IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Nele se colocou a criação de uma Central Única dos Trabalhadores como um dos objetivos a ser alcançado pelos

²³ O DIEESE descobriu que o governo publicou um índice inflacionário menor do que o realmente havido, com o objetivo de conceder uma menor reposição salarial aos trabalhadores. Esta fraude foi depois confirmada pelo Banco Mundial e publicada na imprensa em 1977, o que desencadeou uma campanha pela reposição do que os trabalhadores tinham perdido na época.

²⁴ A Intersindical, apesar das divergências entre os sindicalistas “combativos”, liderados por Lula, e os “reformistas”, liderados pelos partidos comunistas, se manteve até os momentos que antecederam a criação da CUT, em 1983, quando não mais foi possível manter a unidade entre estas correntes.

trabalhadores e também se defendeu a criação de um Partido dos Trabalhadores.²⁵

A partir da segunda metade dos anos de 1970, o movimento estudantil, que foi duramente reprimido a partir de 1968 e teve suas organizações representativas autônomas proibidas de funcionar, volta a ter uma atuação pública e uma influência importante na luta contra a ditadura devido à sua visibilidade. Segundo Marcondes (1991, p. 07):

Caberia ao movimento estudantil, o ME, a honra de ser o primeiro a botar a cara para bater. Literalmente. Primeiro, foram as manifestações dentro do campus. Contra diretores de faculdades autoritários, contra a política educacional do governo, por melhorias nos restaurantes universitários [...]. Até chegar as reivindicações mais politizadas, como passeatas pela libertação dos presos políticos. Eram chamadas cada vez mais freqüente assembleias gerais universitárias, que uniam estudantes das diversas faculdades, tornando palpável a reconstrução do Diretório Central.

Em 1977, um protesto sobre questões acadêmicas prolonga-se para manifestações antigovernamentais. Apesar da repressão, na maioria das manifestações – tentativa de greve na UNB e prisão de 850 estudantes, que pediam o restabelecimento da democracia num encontro nacional de estudantes em Belo Horizonte – a polícia mostrava hesitação. Segundo Skidmore (1988, p. 43), “Pela primeira vez desde 1968, os ativistas sentiram que poderiam enfrentar o aparelho de segurança”.

No mesmo ano, os estudantes começaram a reorganização da UNE, com uma série de manifestações e passeatas, inicialmente em São Paulo, posteriormente em todo país. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram na USP um Encontro Nacional para eleger uma comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. Ao mesmo tempo, na PUC se realizava uma assembleia universitária programada para encobrir o Encontro secreto. Ao fim da assembleia, foi comunicada a realização do referido Encontro, e os estudantes decidiram realizar, à noite, uma comemoração aberta no auditório da Universidade, mas foram duramente

²⁵ A proposta de criação do Partido dos Trabalhadores foi levada ao referido Congresso pelo então deputado federal do MDB paulista, Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que mantinha relações com a organização trotskista, Convergência Socialista, apesar de não fazer parte da mesma. A referida proposta foi aprovada e passou a constar nas resoluções do mesmo.

reprimidos pela Polícia Militar de São Paulo, comandada pelo coronel Erasmo Dias. Bombas feriram dezesseis estudantes, centenas foram presos e sete enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Durante esse período de reorganização do movimento estudantil que se iniciou na USP e se espalhou por todo Brasil, as principais tendências que disputavam a liderança do movimento eram as seguintes: Refazendo, originada de militantes da Ação Popular (AP); Liberdade e Luta (Libelu), vinculada à Organização Socialista Internacionalista (OSI); Caminhando, ligada ao PC do B; Alternativa, ligada à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e Organizar a Luta, ligada ao MEP.

Estes movimentos da sociedade civil, que lutaram contra a ditadura militar vão ter um papel fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores, especificamente, o movimento sindical, os movimentos populares ligados à Igreja Católica e o movimento estudantil, que tinha uma atuação vinculada às organizações de esquerda clandestina.

1.2 O quadro partidário brasileiro: da reformulação partidária de 1979 aos dias atuais

Em 1979, o regime militar promoveu uma reforma partidária, permitindo a volta do pluripartidarismo. Após a reforma, foram criados o Partido dos Trabalhadores, liderado pelo líder metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula; o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola; o Partido Trabalhista Brasileiro, que ficou sob a liderança de Ivete Vargas, após uma longa briga judicial com Leonel Brizola, que também reivindicava esta sigla histórica do trabalhismo; a ARENA transformou-se em Partido Democrático Social, e continuou como partido do governo e o MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro, continuando como o maior partido de oposição ao Regime Militar até o seu fim, em 1984.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) compôs-se, basicamente, de lideranças do antigo MDB – menos as de centro-direita – que migraram principalmente para o Partido Popular (PP), posteriormente, voltam ao PMDB, com a fusão do PP a este Partido. O Partido Democrático Social (PDS)

recebeu os principais expoentes da ARENA. Além de lideranças de expressão na vida parlamentar, o Partido recebeu a adesão de membros do Executivo federal e de governadores e ex-governadores do período militar. O novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi formado por ex-políticos da ala moderada do antigo PTB, figuras menores do trabalhismo anterior a 1964. No período inicial, praticamente, não houve adesão de parlamentares ao Partido, apenas dois. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi composto por dois segmentos da elite política: um grupo dos trabalhistas históricos, que incluía lideranças de esquerda do antigo PTB e um outro grupo de parlamentares que começaram a vida pública, no plano federal, no MDB (NICOLAU, 1996, p. 17 e segs). No momento de sua fundação, 13 deputados federais se filiaram ao Partido. Segundo o referido autor:

A mística do antigo trabalhismo não resistiu ao novo sistema partidário dos anos 80. Duas explicações para isso podem ser aventadas: primeiro, a opção dos antigos trabalhistas por diferentes partidos (PTB, PDT e PMDB) e a perda da legenda do grupo mais identificado com o antigo PTB (Leonel Brizola) para o grupo de Ivete Vargas. Segundo, a emergência de um novo eleitorado – fruto do acelerado crescimento populacional nas décadas de 60, 70 e 80 – cujas ligações com a vida política da República de 46 eram inexistentes e para quem a sigla PTB pouco significava (NICOLAU, 1996, p. 19).

O retorno do Brasil à vida democrática, em 1985, com a eleição de um presidente civil, depois do longo ciclo militar, impulsionou um novo ciclo de formação de partidos políticos no país. As novas legendas criadas neste ano podem ser divididas em três grupos: primeiro, as dissidências do PDS (PFL e PL); segundo, as de esquerda doutrinária (PCB, PC do B e PSB); e, por fim, as formadas por cidadãos anônimos.

O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado por lideranças do PDS que apoiaram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Ele surgiu com uma expressiva

base parlamentar: 79 deputados federais e 17 senadores. Também contou com a adesão de sete governadores, dos 12 que o PDS elegera em 1982. O Partido Liberal (PL) foi fundado pelo então deputado federal Álvaro Vale, tradicional liderança carioca da ARENA/PDS, com uma rápida passagem pelo PFL. O objetivo da formação do PL foi viabilizar a candidatura de seu fundador à prefeitura do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, o PL organizou-se em outros estados. Hoje, o Partido tem uma forte ligação com as igrejas evangélicas, também faz parte dos seus quadros o atual Vice-Presidente da República, empresário José de Alencar.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi organizado por antigos componentes do PSB que atuaram no período 1947-65 e por políticos de centro-esquerda mais jovens. Nos anos seguintes, o PSB recebeu a filiação de políticos oriundos de diversos partidos, principalmente da esquerda do PMDB – sendo o principal deles, o ex-governador pernambucano, Miguel Arraes, que se filiou ao Partido em 1990. O PSB é o único caso de continuidade programática entre as legendas que atuaram legalmente no período 1946-64 e que foram registrados com os mesmos nomes nos anos 80. Em 2001, filiou-se ao Partido e ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que foi candidato a Presidente da República em 2002. Também no campo das esquerdas doutrinárias, temos nesse período a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Os militantes destes partidos atuaram no PMDB até 1984. Com o fim das restrições para a formação de partidos, ambos pediram o registro junto ao TSE. Acompanhando o ciclo de abertura dos comunistas internacionais, capitaneados pelo Partido Comunista Italiano (PCI), em 1992, o PCB mudou seu nome para Partido Popular Socialista (PPS) e abandonou qualquer tipo de vínculo com experiências socialistas internacionais e com o marxismo.²⁶

Nesse período, também surgiu um novo tipo de partido: as legendas criadas por cidadãos anônimos, cujas atividades políticas prévias eram ou inexistentes ou marginais. Em 1985, surgiram 19 partidos desse tipo, mas

²⁶ Apesar destas mudanças verificadas no partido, alguns setores do mesmo, ainda tem no marxismo uma referência teórica importante.

apenas quatro (PDC, PTR, PMN e PSC) conseguiram o registro definitivo (NICOLAU, 1996, p. 21 e segs). Segundo ele:

O advento dos partidos anônimos esteve diretamente vinculado a outra singularidade do período estudado: a migração de políticos de grandes partidos, sobretudo lideranças de expressão estadual, para essas legendas. A capacidade de sobrevivência de alguns desses partidos esteve relacionada ao fenômeno de migração interpartidária: as lideranças políticas tradicionais, ao vincularem-se a essas legendas, tiveram todo o interesse de participar do processo de organização e obtenção do registro definitivo (NICOLAU, 1996, p. 23).

Elas eram utilizadas, principalmente, por políticos que precisavam de uma legenda, para se candidatarem em seus estados, a cargos de prefeitos ou governadores, e não conseguiam ser indicados em seus partidos originais. No final dos anos 80, o processo constituinte (1987/88) e a campanha presidencial de 1989 produziram um novo ordenamento do quadro partidário, principalmente, com o surgimento do PSDB e PRN.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi organizado, basicamente, por parlamentares do PMDB descontentes com a posição do Partido em algumas votações na Assembléia Constituinte, sobretudo, a duração do mandato do Presidente José Sarney e a escolha dos sistemas de governo, entre presidencialismo e parlamentarismo. Na época de sua fundação, a bancada do Partido na Câmara Federal era composta de 37 deputados. Segundo Nicolau (1996, p. 25):

Ao contrário do PFL – outro partido formado por dissidentes de um grande partido -, o PSDB surgiu como um partido eminentemente parlamentar, não recebendo, no primeiro momento, a adesão de nenhum dos governadores do PMDB eleitos em 1986. Esta foi, certamente, uma das principais razões da grande dificuldade que o partido encontrou, nos primeiros anos de existência, para se estruturar no âmbito estadual.

O Partido da Reconstrução Nacional foi fundado por Fernando Collor de Mello, então, governador de Alagoas, que deixou o PMDB e filiou-se ao Partido da Juventude (PJ), um partido anônimo, que, por sua influência, trocou seu nome para PRN, em 1989. Com a ascensão de Collor de Mello nas eleições de 1989, outras lideranças estaduais filiaram-se ao Partido. Com o afastamento de Collor da Presidência, em 1992, o Partido praticamente se extinguiu. Segundo Nicolau (1996, p. 25): “O PRN é um excelente exemplo do que a literatura denomina partidos relâmpagos (flash parties) – partidos criados com o intuito de dar sustentação a projetos eleitorais individuais e que ascendem e entram em declínio de maneira espetacular”.

Seis outros partidos fundados entre 1987 e 1993 conseguiram obter o registro definitivo: o Partido Verde, (PV) fundado por lideranças do movimento ambientalista do Rio de Janeiro, na época, seus principais líderes eram os jornalistas Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis.²⁷ O Partido Social Democrático (PSD), o Partido Republicano Progressista (PRP), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona) e o Partido Trabalhista do Brasil (PT do B). Uma das singularidades do Prona e do PT do B, quando comparados às outras legendas fundadas por cidadãos anônimos que obtiveram registro definitivo, é a de que são os únicos a não contarem com a filiação de lideranças dos grandes partidos.

No começo dos anos 90, três processos de fusão transformaram quatro partidos em uma nova legenda. Em 1993, o PDS fundiu-se ao PDC, dando origem ao Partido Progressista Reformador e o PST fundiu-se ao PTR, originando o Partido Progressista (PP). Em 1995, o PPR e PP fundiram-se, dando origem ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), liderado pelo ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf (NICOLAU, 1996, p. 26).

1.3 O Partido dos Trabalhadores: formação e trajetória

1.3.1 A formação do PT

²⁷ Na verdade, ele foi fundado em 1985, apresentou candidatos pela legenda do PT em 1986, mas só concorreu com legenda própria em 1988.

O Partido dos Trabalhadores, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), são frutos da ação política dos chamados “novos sujeitos”,²⁸ que entram em cena na política brasileira no período da transição para a democracia, que se inicia em meados da década de 1970, com a “transição lenta e gradual” do governo Geisel e termina, de forma definitiva, em 1989 com a realização da primeira eleição direta depois de três décadas.

A idéia de criação de um partido de trabalhadores foi oficialmente lançada como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins - SP, em janeiro de 1979. Na ocasião, foi proposto um partido nos seguintes moldes:

[...] que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão de que fazer e como fazer. Não partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso, e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores (RESOLUÇÕES, 1998, p. 48).

²⁸ De acordo com Marilena Chauí (1988, p. 10), novos sujeitos por quatro motivos, primeiro “porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: suas práticas os põem como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado”. Segundo, “... porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações, postas como objetos dominados pelo intelecto”. Terceiro “... porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria com centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos da máquina organizadora”. Quarto, “... sujeito novo ainda noutro sentido, pois os traços anteriores revelam ser uma determinação decisiva desse sujeito histórico a defesa da autonomia dos movimentos, tendendo a romper com a tradição sócio política da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se”.

Os delegados presentes defenderam que a discussão sobre a fundação do novo partido deveria ser aprofundada através do debate nacional mantido com trabalhadores e setores progressistas.

A formação do PT foi discutida mais uma vez, em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado na cidade de Poços de Caldas - MG. Na ocasião, foi votada uma resolução semelhante à de Lins. Havia discordância quanto ao momento de fundar o Partido, mas todos concordavam que a proposta devia ser discutida pelas bases.

A partir do Encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado. Neste mesmo mês, aconteceu uma reunião em São Bernardo com líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB, para discutir a fundação do Partido. No dia 26 de junho, Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa do Partido seria distribuída para ser discutida com os operários. Mas, neste pronunciamento, ele não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Para ele, um partido dos trabalhadores seria um partido de todos os assalariados, procurando se distanciar da idéia do PT como um partido dos sindicatos.

Em outubro de 1979, no restaurante São Judas Tadeu, num Encontro, do qual participaram cerca de cem pessoas - intelectuais, parlamentares e líderes sindicais - foi decidido estruturar o PT como organização partidária, aprovou-se uma Declaração Política e um documento chamado *Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento* e formou-se a Comissão de Organização do Movimento Pró-PT, composta por dezesseis membros, dos quais quatorze eram sindicalistas, oito deles presidentes de sindicatos. Apenas um parlamentar estava nela incluído, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Edson Khair.

No dia 10 de fevereiro de 1980, foi formalmente fundado o Partido dos Trabalhadores, no Encontro Nacional realizado no Colégio Sion, em São Paulo, no qual estiveram presentes cerca de mil pessoas, representantes dos núcleos do Movimento Pró-PT de dezessete estados. Neste encontro, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, assinada a ata de fundação e eleita a Comissão Nacional Provisória. No dia 11 de fevereiro de 1982, foi concedido

pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro provisório do Partido dos Trabalhadores.

Keck (1991, p. 90) considera que alguns fatores contribuíram para a formação do PT. Em primeiro lugar, o surgimento de lideranças trabalhistas conhecidas nacionalmente, tendo como núcleo central São Paulo, particularmente Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e líder das primeiras grandes greves do final da década de setenta. Em segundo lugar, uma base de massa que já se manifestara em São Paulo no final dos anos setenta, nas greves e lutas sociais. Mas, a referida autora também considera que estes dois elementos não são suficientes para explicar o surgimento de um partido com as características do PT, numa conjuntura que ainda conservava muitos elementos do regime autoritário. Para ela, outros elementos foram importantes para a formação do PT, como a preparação do terreno para seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado.²⁹ E, também, o fato de que à medida que se consolidava o processo de criação do Partido dos Trabalhadores, um grupo de deputados estaduais da esquerda do (P) MDB em São Paulo sentiu-se aos poucos marginalizado da liderança do Partido e filiou-se ao PT no início dos anos 80. Estes parlamentares forneceram-lhe um apoio essencial em termos logísticos e de infra-estrutura durante o período de sua legalização.

1.3.2 Principais categorias sociais que participaram da formação do PT

²⁹ Para uma análise de disputa de hegemonia no meio sindical e no campo da esquerda entre o nascente PT e o PCB, com a vitória do PT, que passou a representar as forças mais dinâmicas vinculadas à esquerda, e, a conseqüente derrota do PCB, que devido sua política de “frente única”, objetivando garantir a redemocratização de forma lenta e gradual, buscando desta forma, evitar um retrocesso do regime militar, adotou uma política de conciliação que não era aceita pelos novos movimentos sociais que estavam surgindo na conjuntura da transição. Ver SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

Os líderes sindicais tiveram participação essencial na formação do PT, porém não se pode desvalorizar a participação de outros setores que a eles se juntaram para construir o Partido. Para Petit (1996, p. 77):

Merecem destaque católicos partidários da Teologia da Libertação, organizações da esquerda revolucionária, um pequeno grupo saído do MDB, intelectuais progressistas, ex-militantes de diversas organizações e/ou partidos de esquerda e a nova geração de ativistas dos movimentos sociais urbanos, além de integrantes do movimento estudantil que iniciaram no PT sua atividade partidária.

Para Couto (1995, p. 56), os sindicalistas foram o principal grupo político presente na fundação do Partido dos Trabalhadores. Segundo ele, a posição de maior projeção que a chefia de organizações sociais conferiu a seus dirigentes, pesou na formação inicial do PT, tanto que, já em sua Comissão Provisória, formada em outubro de 1979, nove dos dezessete membros eram presidentes ou diretores de sindicatos, o que representava 60% da mesma, contra apenas um parlamentar, que representava 6%. Para o referido autor:

[a] dinâmica participativa, de organização pela base e de autonomização perante as instituições estatais, é levada pelos sindicalistas para o interior do PT. A postura autonomista gera uma certa rejeição do Estado e de suas instituições, fenômeno agravado pelo fato de que tanto o surgimento daquelas lideranças como à fundação do partido têm lugar em meio a uma ditadura, que como tal era rechaçada devido a sua ilegitimidade (COUTO, 1995, p. 60).

Rodrigues (1990b, p. 12) afirma que as análises sobre o PT enfatizam excessivamente o peso dos sindicalistas na formação do Partido e dão pouca atenção às organizações católicas que tiveram um papel decisivo na viabilização do Partido em todo o país, ajudando na formação de diretórios e, posteriormente, nas eleições em favor de candidatos petistas. Para o autor, o apoio da Igreja e de suas organizações, embora não de modo oficial, manifestou-se desde os primeiros momentos da formação do Partido. Além dos

setores mais progressistas e das tendências ligados à Teologia da Libertação, personalidades ligadas às tendências mais tradicionais, vindas do antigo Partido Democrata Cristão, também aderiram ao PT. Enfim, segundo ele, “a Igreja Católica foi um fator decisivo tanto na formação como no crescimento posterior do PT” (RODRIGUES, 1990, p. 14).

Couto (1995, p. 66) destaca o “participacionismo” de que eram portadores os militantes católicos que entraram no PT:

Daí decorre a defesa de formas participativas de democracia por parte dos membros da Igreja progressista que ingressaram no PT. Essa forma de democracia tem raízes na própria forma organizativa das CEBs. Isso se fará sentir no partido de forma marcante, não apenas em sua postura quanto ao governo democrático, consubstanciada na defesa insistente de formas participativas e de democracia direta na ação política mais ampla, mas também na própria organização partidária.

Rodrigues (1990b, p. 15) enfatiza que, além dessas duas instituições fortes, sindicatos e Igreja, o PT também contou, desde o início, com o apoio de outro segmento importante e legítimo da sociedade brasileira: a alta intelectualidade. Assinaram a ficha de filiação do PT, no momento de sua fundação intelectuais do porte do historiador Sérgio Buarque de Hollanda, do crítico literário Antônio Candido, do crítico de cinema e arte Mário Pedrosa, do educador Paulo Freire, o filósofo José Arthur Gianotti e do cientista político Francisco Weffort, este último com uma participação bastante ativa na direção do Partido.

Outro grupo importante na formação do PT foi a esquerda marxista, pois praticamente todas as organizações da esquerda brasileira, com exceção do PCB, PC do B e MR-8, ingressaram no PT. Segundo Couto (1995, p. 68), a posição desses agrupamentos diante do PT variava muito: alguns deles se dissolveram ao entrarem no Partido, outros viam nele um mero abrigo provisório, sem maiores chances de tornar-se um partido revolucionário efetivo. Ele afirma que os agrupamentos de esquerda exerceram papéis ambíguos na formação do Partido. Por um lado, contribuíram muito para sua organização inicial, trabalhando nas campanhas de filiação; mas, por outro, procuraram fechar o Partido ao ingresso de simpatizantes vistos como não confiáveis; e, ainda, em

alguns momentos, prendiam-se a questões de princípio provocadoras de discussões intermináveis, prejudicando as deliberações. Para o autor, os agrupamentos esquerdistas também exerceram uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias. Pois, a pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus primórdios, fez com que o Partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda. Assim, uma ideologia de coloração marxista-leninista acabou por permear o partido. Mas, segundo Couto (1995, p. 68):

Não se deve confundir essa 'permeação' com a existência de uma hegemonia ideológica leninista no PT. Mas é possível falar numa espécie de 'leninismo difuso', presente em maior ou menor medida no partido, de forma contraditória, pouco sistemática e manifesto mais no plano da retórica do que em práticas políticas efetivas.

Com relação aos parlamentares, outro grupo que participou da formação do PT, e posteriormente, outros ocupantes de cargos eletivos, nunca tiveram uma posição de preponderância no Partido dos Trabalhadores, diversamente do que geralmente ocorre nos outros partidos brasileiros. O parlamentar petista era visto no Partido como um militante, igual a todos os demais, que deveriam não somente subordinar-se politicamente às diretrizes partidárias como ainda contribuir decisivamente para a sobrevivência do PT enquanto organização (COUTO, 1995, p. 194). Os parlamentares são obrigados a dar ao Partido significativa contribuição, no valor de 30% de seus rendimentos.³⁰ Esta forma de contribuição, além de outras, como a obrigação de ceder funcionários remunerados dos gabinetes para trabalhar no Partido, são demonstrações de força da organização partidária diante de seus representantes no Parlamento. Segundo Resolução do 3º Encontro Nacional, realizado em abril de 1984, o PT deve, com relação aos seus próprios parlamentares:

[...] estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no Parlamento e as suas relações com o próprio Partido. [...] O parlamentar petista não deve ter

³⁰ Segundo Bayme (1987, apud. COUTO, 1995, p. 73), [onde] “o grupo parlamentar é particularmente forte, os seus membros freqüentemente se recusam a pagar quotas ao partido”.

privilégios, dentro do Partido, por ser um parlamentar, mas também não deve – pela mesma razão – ser discriminado, combatido, penalizado ou visto com corpo estranho ao Partido. O parlamentar petista é um filiado do PT como qualquer outro e, com tal, tem os mesmos direitos e deveres (RESOLUÇÕES, 1998, p. 146).

A mesma Resolução define as funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do Partido.

A tentativa das direções partidárias de impor suas decisões sobre a atuação dos membros eleitos do Partido, tanto para cargos no legislativo como no executivo, é motivo de crises entre o Partido e os eleitos. O caso mais dramático foi à saída de alguns deputados federais do Partido que se recusaram a seguir a orientação partidária de votar nulo nas eleições indiretas de 1985 para Presidente da República. Mesmo que, com o passar do tempo, os ocupantes de cargos eletivos tenham conquistado mais autonomia, ainda assim, permaneceu o traço genético de partido de origem externa, orientado mais pela lógica societária da organização extra-estatal do que por uma atuação intra-institucional (COUTO, 1995, p.73 e segs). Tanto é assim que várias crises ocorreram entre o Partido e seus representantes para cargos executivos e legislativos durante toda a década de noventa, quando o Partido conquistou várias prefeituras, alguns governos de estado e um grande número de parlamentares.

O último conflito de maior repercussão entre os parlamentares e a direção do Partido se deu durante a revisão constitucional de 1994, quando alguns parlamentares petistas pretendiam apresentar emendas, mas o Partido que defendia a não realização da referida revisão, não permitiu. Contudo, nos últimos anos, apesar de o controle do Partido sobre seus parlamentares ainda permanecer bem maior do que entre os grandes partidos brasileiros, estes estão cada vez mais

tendo autonomia diante do Partido. Segundo Zizo, ex-vereador do Partido, em Serra Branca, interior da Paraíba:

[...] os gabinetes estão se sobressaindo mais do que o conjunto do partido. Estão se tornando instâncias decisórias, superando as próprias instâncias partidárias. O deputado X coloca vários delegados no Encontro Estadual. Esses delegados são assessores ou ligados a esse deputado, gerando uma lógica aparelhística do partido. Deputado Y ou vereador Z procedem da mesma maneira e vai se estabelecendo um estilo de fazer partido (MELO NETO, 2002, p. 293).

Couto (1995, p. 74) considera que foi importante o papel dos parlamentares na formação do PT, principalmente no que se refere ao aporte material que estes deram ao Partido em seus primeiros momentos. Mas, segundo o referido autor, não é possível deixar de reconhecer que: primeiro, tiveram um peso menor nos primeiros momentos da agremiação em comparação com as lideranças sindicais, dos movimentos sociais e da esquerda organizada; segundo, desempenhavam um papel claramente subordinado a essas lideranças nos primeiros momentos do Partido; e finalmente, ainda têm muitas dificuldades para uma atuação autônoma diante dessas lideranças.

Segundo ele, para entender as dificuldades dos parlamentares petistas em seu próprio partido e a pouca valorização do Parlamento pelo PT, no início de sua constituição, é preciso considerar além desses fatores genéticos intrapartidários, o contexto mais amplo em que surge o PT e o papel desempenhado pelos parlamentares nesse contexto. O Partido dos Trabalhadores surge durante o ocaso da ditadura militar, um regime em que, muito embora o Parlamento tenha sido mantido, não possuía qualquer poder efetivo. Com a redemocratização do país e a institucionalização cada vez maior do PT, à medida que ia ocupando espaços no aparelho do Estado os parlamentares passaram a ter um maior peso no Partido, tanto pelo apoio financeiro que dão ao mesmo, quanto por se tornarem cada vez mais referências do Partido junto à sociedade, apesar de que ainda é o Partido, no Brasil, com exceção do PC do B, que tem o maior controle sobre as ações de seus parlamentares.

1.3.3 A organização interna do PT

Com relação à organização interna, o PT criou alguns mecanismos para garantir a democracia e a participação de seus membros nos processos decisórios. Keck (1991, p. 123) aponta dois mecanismos: um foi o estabelecimento de um processo de convenção em dois turnos, mediante o qual, antes da realização de um encontro oficial, cuja composição era determinada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), o PT realiza pré-convenções onde participa uma amostra mais ampla dos membros do Partido. O segundo mecanismo baseou-se na instituição dos núcleos do Partido. Estes, em termos de concepção, apresentavam afinidade com as formas de organização das comunidades eclesiais de base da Igreja, tendo, portanto, um viés profundamente anticentralista.

Segundo Meneguello (1989, p. 91 e segs), é na organização de base, principalmente com a adoção destes núcleos, onde se procura uma maior articulação entre o Partido e suas bases partidárias, que reside a diferença básica do PT com os outros novos partidos brasileiros, surgidos na reforma partidária de 1979, e onde se estabelece o principal destaque frente a LOPP. Os núcleos de base não são órgãos estabelecidos pela LOPP e não figuram nos estatutos de qualquer outro partido político brasileiro. Para a referida autora, a proposta de maior articulação interna está também traduzida nas regras estabelecidas para filiação partidária. Pois, os estatutos do PT expressaram, de certa forma, a idéia “integralista” de partido. O Partido estabeleceu como funções dos filiados a participação assídua nas atividades partidárias, a contribuição financeira regular, a divulgação da ideologia exposta nos documentos partidários e o controle ético-disciplinar dos dirigentes e parlamentares. Ainda quanto à organização interna do PT, ela afirma que, se no âmbito das bases partidárias, o PT estabelece uma certa distinção organizacional com os demais partidos, no que se refere à organização partidária nos níveis municipal, regional e nacional, o PT basicamente não difere das normas estabelecidas pela LOPP.

No que diz respeito especificamente ao funcionamento democrático interno, o PT procurou estabelecer no seu perfil formal regras de garantia de participação e controle das bases no processo decisório do Partido. Já no Manifesto do PT de 1980 constava que os seus filiados não seriam meros executores das decisões dos órgãos de direção, mas teriam poder de decidir os rumos da agremiação, por meio de sua participação nos núcleos de base e nas reuniões partidárias.

Meneguello (1989, p. 101) aponta outros mecanismos, fora do âmbito estatutário, estabelecido pelo PT, para participação e representação das bases partidárias: internúcleos, órgão de articulação dos núcleos de base de mesmo distrito; os Conselhos Consultivos de Representação de Núcleos e um sistema de divulgação e comunicação. Ou seja, segundo a autora, “a valorização de formas mais democráticas de participação política está presente em toda a proposta petista de partido” (MENEGUELLO, 1989, p. 101).

Com relação à participação dos membros do Partido na sua vida interna, Keck (1991, p. 131) aponta, como pontos fracos, “o apoio financeiro por parte de seus membros e a natureza algo esporádica da imprensa partidária”.³¹ Com relação aos pontos fortes, ela considera, “a natureza participativa da escolha dos candidatos, a contestação de eleições internas e a rotatividade das lideranças, além do ativismo de seus filiados”. Mas, segundo Meneguello (1989, p. 90), “a novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrática, definido pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido”.

No seu 1º Congresso, realizado em 1991, o PT fez uma reorganização na sua estrutura orgânica: foi abolida a estrutura baseada em diretórios e executivas, instituiu-se o princípio da rotatividade nas direções e a obrigatoriedade das consultas amplas a todos os filiados nas decisões importantes. Também, foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres nas direções e implodiu-se a visão do núcleo de base como célula de intervenção. Além disso, o 1º Congresso introduziu a dimensão setorial e temática na

³¹ Apenas uma publicação do PT, de caráter nacional, conseguiu sair regularmente, a revista **Teoria e Debate**, que é publicada, trimestralmente desde 1987. As tentativas de publicar jornais mensais ou semanais fracassaram, como foi o caso do “Jornal dos Trabalhadores” e do “Brasil Agora”, respectivamente.

organização partidária, antes baseada exclusivamente no território e determinou que estados e grandes municípios mantenham publicações informativas regulares (FRANCO, 1992, p. 20). Para ele:

Com tais deliberações, o PT se torna o primeiro partido político brasileiro que rompe integralmente com o estatuto padrão imposto pela antiga legislação partidária. E, muito mais que isto, se torna o primeiro grande partido de esquerda no mundo que começa a romper com a estrutura piramidal de organização, baseada no fluxo comando-execução, ou seja, que tem a coragem de abandonar o modelo leninista de partido que foi exportado em série pela III Internacional (FRANCO, 1992, p. 20).

Fevereiro (1992), membro do Diretório Nacional do PT, também concorda que o Partido saiu de seu 1º Congresso com uma nova estrutura orgânica, bastante distinta do modelo dos seus primeiros doze anos. Segundo ele:

Radicalizamos a democracia partidária, ampliando e regulamentando os mecanismos de representação direta da base nos encontros de nível superior e nas instâncias de direção. Consolidou-se a idéia de núcleos como espaço de respiro entre a base orgânica e a base social. Abriu-se a participação neles aos não-filiados e foram consolidados canais de representação dos movimentos sociais, que passam a participar sem perder sua identidade de área de atuação (FEVEREIRO, 1992, p. 56).

No II Congresso do Partido, realizado em 1999, em Belo Horizonte, foram propostas mudanças estatutárias, posteriormente aprovadas, que garantem eleições diretas para presidentes e direções partidárias em todos os níveis, a partir do ano de 2001.

Como vimos, os trabalhos acadêmicos que analisaram o Partido dos Trabalhadores, no seu período inicial, acentuaram bastante a adoção dos núcleos de base como um dos principais mecanismos para a prática da democracia interna e a busca da participação das bases no Partido, contudo estes não se concretizaram como um mecanismo permanente no Partido. Após o crescimento do mesmo e sua atuação mais a nível parlamentar estes foram cada vez mais se esvaziando, apesar de ainda continuarem formalmente como um dos componentes da organização interna do Partido. Apesar disso, o Partido ainda mantém um relativo índice de democracia interna e participação

das bases. Mesmo que em alguns momentos essa prática tenha sido colocada em xeque, como na intervenção de alguns diretórios regionais para garantir alianças eleitorais, no sentido de proporcionar apoios mais amplos para as várias candidaturas de Lula para Presidência da República e em certas práticas das tendências internas do Partido que monopolizam os cargos e as intervenções no mesmo, dificultando uma participação mais efetiva de militantes independentes, além de uma certa predominância, verificada a partir da década de noventa dos gabinetes parlamentares nos encontros e congressos partidários.

1.3.4 *A trajetória e o papel das tendências internas do PT*

O PT apresenta, como uma de suas principais características, a existência de vários agrupamentos internos ao Partido, que atuam dentro do mesmo, disputando o poder. São as chamadas tendências internas. Muitos desses agrupamentos têm origem nos grupos da esquerda organizada clandestina que ingressaram no PT, tendo, portanto, uma organicidade que lhe é anterior. Segundo Couto (1995, p. 93):

Eram as tentativas de constituírem-se com ‘partidos dentro do partido’, ao menos até 1992, o motivo central dos embates entre diversas tendências de esquerda existentes no PT e o seu grupo dirigente, organizado de forma mais consolidada na corrente majoritária do partido, a Articulação.

O autor também destaca que o próprio surgimento da Articulação se deu como uma tentativa dos setores hegemônicos no Partido, - entre eles, os sindicalistas, líderes de movimentos populares e ex-militantes de organizações da esquerda clandestina, que se desvincularam das mesmas, e possuem cargos na burocracia partidária - de conter a ação das tendências de corte revolucionário. Só que, posteriormente, a própria Articulação sofreu cisões. Assim conclui Couto (1995, p. 96): “Em suma, é a divisão intrapartidária em tendências que delinea a estrutura do conflito entre petistas”.

Alguns elementos garantem a unidade do PT: primeiro, a liderança incontestada e carismática de Lula; segundo, o peso do setor sindical nos

primeiros anos do Partido, conferindo-lhe uma autenticidade “proletária” que incentivava as correntes interessadas em vincular-se a este segmento sócio-político a permanecer no PT; terceiro, a criação da Articulação como centro partidário capaz de criar um consenso majoritário voltado para a construção do PT como um partido estratégico; quarto, a grande massa de filiados e militantes de base inorgânicos a qualquer grupo organizado particular, mas com capacidade de influenciar coletivamente as decisões partidárias, devido ao arcabouço institucional participativo do PT. Isto obrigou as correntes a estabelecerem com o petismo “médio” uma estratégia de aproximação que procurasse organizar o seu apoio sem, contudo, manifestarem traços de uma tentativa de autonomização do Partido. E, finalmente, a paulatina migração das correntes partidárias de uma linha política que tomava o PT como partido tático, para outra que a toma como partido estratégico (COUTO, 1995, p. 96). No início da formação do PT, a distribuição dos grupos internos do Partido era a seguinte: de um lado, estavam os sindicalistas, os intelectuais, os parlamentares e boa parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional; de outro, a maior parte dos grupos de esquerda. Tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano ou mesmo condenando o processo de institucionalização partidário.

Estes grupos de esquerda apresentavam, no início da formação do PT, três orientações: a primeira baseada na idéia de que o Partido deveria organizar-se como frente política de massas. A segunda orientação afirmava basicamente a indiferença à legalização do Partido, porém definia-se pela sua construção e desenvolvimento, no sentido de, a médio prazo, organizar uma vanguarda marxista-leninista que teria como condição básica a união dos militantes de esquerda do Partido. E por fim, uma terceira orientação política configurou-se mais como tendência partidária, caracterizada, sobretudo, por uma atuação propagandística paralela às diretrizes oficiais do PT (MENEGUELLO, 1989, p. 70 e segs).

No momento de fundação do PT, entraram no Partido os seguintes agrupamentos comunistas originários de rachas do Partido Comunista Brasileiro (PCB): Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Ação Libertadora Nacional (ANL). Posteriormente, em meados da década de oitenta, outra dissidência do PCB, denominada A Esquerda, liderada por David Capistrano Filho, também entra no Partido. Outros vindos de rachas do Partido Comunista do Brasil (PC do B): Ala Vermelha, Partido Comunista Revolucionário (PCR) e um agrupamento que em 1984 vai fundar o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que continuou atuando dentro do PT, e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Esta última originária da antiga Ação Popular (AP), que inicialmente tinha orientação católica, mas que posteriormente assumiu teses marxistas-leninistas. Também entraram no PT várias correntes ligadas ao trotskismo: Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS), Convergência Socialista, Organização Socialista Internacionalista (OSI), Causa Operária, Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB) e Partido Operário Revolucionário (POR).³²

Azevedo é o autor que faz o mapeamento mais completo das tendências internas do PT. Segundo ele, no Partido dos Trabalhadores, de 1983 até 1994, conviveram dois grandes blocos: a Articulação, que é a tendência majoritária, e as tendências minoritárias.

A Articulação reúne militantes não (ou não mais) vinculadas a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN – Aliança Nacional Libertadora e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista O Trabalho. Conforme seu manifesto de lançamento, a Articulação foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (as organizações parapartidárias) e da tendência que

³² Sobre as trajetórias destes grupos até sua entrada no PT, Ver: HARNECKER, Marta. **O sonho era possível**. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Mespla/Casa América Livre, 1994. REIS FILHO, Daniel A. e SÁ, Jair F. (Org) **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil** (Origens, cisões e propostas). São Paulo: s.d.

via o PT como uma frente parlamentar, à semelhança do MDB. Vinculam-se à Articulação, entre outros: Lula, José Dirceu, Olívio Dutra, Luís Gushikem, Jair Meneguelli, Aloízio Mercadante e Plínio de Arruda Sampaio.

O bloco composto pelas tendências minoritárias, por sua vez, divide-se em três subconjuntos:

1) o primeiro é composto por agrupamentos originados a partir de organizações comunistas clandestinas: a Nova Esquerda, tendência partidária criada em 1989, a partir da dissolução do PRC – Partido Revolucionário Comunista, este surgido de uma cisão do PC do B em 1984. Era liderada por José Genoíno e Tarso Genro. A Força Socialista surgiu do Movimento Revolucionário Comunista, formado em 1985 por ex-militantes da Ala Vermelha do PC do B, do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado e OCPD – Organização Comunista Democrática – Proletária, esta última originada a partir da AP – Ação Popular, liderada por Ivan Valente. Ainda dentro deste primeiro subconjunto, existem também agrupamentos comunistas secundários e de menor expressão: o PRO – Partido Revolucionário Operário, cisão do PRC, que possuía certa expressão no Estado do Ceará, era vinculada a esta corrente a ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenelle; a Ala Vermelha, liderada por Orlando Cariello; grupos ligados ao PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Movimento por uma Tendência Marxista, uma cisão do PRC no momento que este se dissolveu.

2) O segundo subconjunto é formado por organizações trotskistas: a ORM-DS – Organização Marxista Revolucionária – Democracia Socialista, formada em 1979 e tendo como referência o grupo trotskista internacional Secretariado Unificado e o pensador belga Ernest Mandel, liderada por João Machado e por Raul Pont; o grupo O Trabalho, ex-OSI – Organização Socialista Internacionalista, formado em 1976, reunindo militantes de outras organizações trotskistas (Organização Marxista Brasileira e Grupo 1º de Maio), vinculado à Quarta Internacional – Comitê Internacional de Reconstrução, liderado por Markus Sokol; a Convergência Socialista, formada em 1978 por ex-militantes do PST – Partido Socialista dos Trabalhadores, clandestino, tendo por referência o Partido trotskista argentino do mesmo nome e a Liga Internacionalista Trotskista, dirigida por Valério Arcari; e a Causa Operária,

uma cisão da OSI em 1979, vinculada ao Partido Obrero, da Argentina, e à tendência Quarta Internacional, liderada por Rui Costa. Além das correntes citadas, ainda há neste subconjunto grupos menos importantes: LPS – Luta pelo Socialismo, saído da Democracia Socialista; o POR – Partido Operário Revolucionário, dirigido pelo ex-vereador de Diadema, expulso do PT, Manoel Diniz; e o Luta de Classes, liderado pelo ex-vice-prefeito de Diadema, Antônio Justino.

3) O terceiro subconjunto é constituído pelo grupo Vertente Socialista, ex-PPS – Poder Popular e Socialismo (cisão da Articulação, formado principalmente por militantes da área de saúde na Zona Leste de São Paulo, e por membros da Pastoral Operária). Era dirigida por Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães e Augusto de Franco; e pelo grupo paulistano PT Vivo, dirigido por Pedro Dallari (AZEVEDO, 1995, p. 79 e segs).

Segundo ele:

A vantagem de se descrever o Partido dos Trabalhadores tendo por critério o mapeamento dos agrupamentos e blocos partidários, em contraponto ao mapeamento anterior (sindicalistas, cristãos e esquerda), é que assim visualiza-se a disputa por cargos, pela direção e pelas decisões do partido, identificando a base das chapas que concorrem às eleições internas (AZEVEDO, 1995, p. 82).

A tendência majoritária do PT, a Articulação, conhecida inicialmente por “Articulação dos 113”, devido ao número de signatários de sua fundação, surgiu em 1983, em São Paulo, com o objetivo de disputar, em agosto daquele ano, a direção do Partido no Estado de São Paulo. Segundo Azevedo (1995, p. 86):

No texto da Articulação, ao mesmo tempo, que se criticam os projetos ‘vanguardista’, distanciados ‘das massas’, que imaginam ‘para já’ o confronto com o regime, mantém-se o esquema básico de que a transição ao socialismo se dá por meio de uma ruptura, de uma insurreição que destrua a institucionalidade ‘burguesa’, o Parlamento,

a democracia formal. A diferença, apenas, é que a ruptura ainda não é considerada possível.

As diferenças em relação às tendências não consistem em questionamentos do caráter autoritário do marxismo-leninismo, tanto no que toca à via para o socialismo, quanto ao próprio regime socialista. Pois, não há palavra referente ao modelo insurrecional, impositivo, salvo a divergência quanto à oportunidade, ao amadurecimento da crise pré-revolucionária.

A Articulação passou por três fases distintas: a primeira, a fase inicial, foi de supremacia dos sindicalistas “autênticos” e de participação ainda destacada de intelectuais; a segunda foi marcada pela configuração e consolidação da hegemonia ideológica da esquerda; e a terceira, decorreu de um movimento, inclusive na esquerda, de revisão e questionamento da ortodoxia e do leninismo, de reabertura e problematização das relações entre o socialismo e a democracia. Essas mudanças apontadas na terceira fase ocorreram em função da institucionalização e consolidação de um regime político, minimamente democrático, no país, do qual o PT participava na condição de administrador de prefeituras expressivas como São Paulo, Porto Alegre e Vitória, bem como em função de perspectiva de governar o país, com Lula, pela via legal eleitoral. E houve também, principalmente, a influência dos impactos dos acontecimentos no Leste Europeu.

A Nova Esquerda, uma das tendências minoritárias do PT, é a denominação adotada, desde agosto de 1989, pelo PRC – Partido Revolucionário Comunista, quando decidiu extinguir-se como partido e transformar-se em tendência do Partido dos Trabalhadores. Como já afirmamos, o PRC surgiu em 1984 a partir de uma cisão do PC do B. O PRC, depois, Nova Esquerda, é certamente o agrupamento ou tendência petista que mais mudou suas concepções e sua ideologia. Pois o PRC se dissolveu e passou a se constituir como uma tendência interna do PT, após fazer uma revisão crítica da ortodoxia anterior (AZEVEDO, 1995, p. 83 e segs). Mas, mesmo após esta revisão de seus conceitos:

Na tese apresentada ao VII Encontro Nacional do PT, a Nova Esquerda manteve as concepções de ‘dualidade de poderes’,

'negação das concepções pacifistas e ingênuas', 'ataque frontal ao Estado burguês', sucessão dos 'momentos de guerra de posição e de guerra de movimento', reafirmando assim um entendimento ortodoxo e antidemocrático da via ao socialismo (AZEVEDO, 1995, p.117).

Outra tendência minoritária é a Democracia Socialista – DS. Participa do PT desde sua fundação, é o mais importante dentre os agrupamentos trotskistas componentes do Partido, particularmente sob o critério de peso e expressão na estrutura partidária. Segundo o autor, é uma tendência bastante ortodoxa, que não faz, “quaisquer concessões para a crítica democrática ao leninismo. Seu objetivo era construir um partido revolucionário, leninista, para ‘destruir o capitalismo’, ‘tomar o poder” (AZEVEDO, 1995, p. 118).

Em 1995, o Partido dos Trabalhadores não mais se divide em dois blocos, um majoritário e outro minoritário. Com as crises internas que passaram a existir, a partir do início da década de noventa, em vez de dois, surgiram quatro subconjuntos partidários. Também deixou de existir um grupo majoritário. Ou seja, nenhum destes quatro blocos possui, sozinho, maioria no PT.

Entre 1991 e 1995, ocorreram algumas mudanças que levaram à atual configuração: primeiro, após muitos anos de difícil convivência com as demais tendências petistas, foram expulsas do PT, a Convergência Socialista e Causa Operária, grupos trotskistas que se colocavam na extrema esquerda do espectro ideológico; segundo, fundou-se uma facção partidária denominada Projeto para o Brasil e, depois, Democracia Radical. Esta nova facção começou a se formar em agosto de 1991, quando um grupo de dirigentes petistas, de diversas tendências internas, divulgou um documento intitulado *Um Projeto para o Brasil*, como proposta para o I Congresso do PT. O Projeto para o Brasil, entretanto, transformou-se numa facção partidária, tido neste momento, como o grupo da “direita” do PT, a Democracia Radical. É composta por ex-participantes da Articulação, (Francisco Whitaker, Irma Passoni, Victor Buaiz); ex-militantes de facções do antigo bloco minoritário (José Genoíno, que pertencia à Nova Esquerda, Eduardo Jorge, da Vertente Socialista e Pedro Dallari do PT Vivo). Terceiro, o antigo bloco majoritário, a Articulação, cindiu-se em duas facções, as vésperas do VIII Encontro Nacional, em 1993. Uma das

facções passou-se a chamar Hora da Verdade. Tinha como principais membros Rui Falcão, Davi Capistrano e Djalma Bom. A outra facção, de início chamada de direita da Articulação ou de Advertência, mais tarde passou a ser também conhecida por Unidade na Luta. Seus principais membros são: Aloízio Mercadante, José Dirceu, Benedita da Silva, Paulo Delgado e Chico Vigilante (AZEVEDO, 1995, 152 e segs). Segundo o referido autor:

Essas três mudanças, geradoras dos quatro novos blocos partidários, podem ser assim sintetizados: o antigo bloco minoritário sofreu duas perdas, uma 'à esquerda (com a expulsão da Convergência) e outra 'à direita', com a saída da Nova Esquerda e da maioria da Vertente Socialista; o antigo bloco majoritário dividiu-se em duas novas facções, Hora da Verdade e Unidade na Luta; e surgiu a Democracia Radical, formada por militantes que abandonaram aqueles dois blocos (AZEVEDO, 1995, p. 155).

Os blocos partidários, em 1995, eram os seguintes: na extrema esquerda, estava o bloco Na Luta PT, formado pela Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista, O Trabalho, a Vertente Socialista e o Grupo do Rio; à esquerda, estava o bloco Opção de Esquerda, formado pela Hora da Verdade (Esquerda da Articulação) e a Democracia Socialista; no centro, o bloco Unidade na Luta, formado pela Advertência (Direita da Articulação) e à direita, a Democracia Radical, formada por ex-militantes da Nova Esquerda, que foi extinta como tendência, ex-militantes da Vertente Socialista, ex-militantes da Articulação e do PT Vivo.

O bloco da extrema esquerda defende, de forma explícita, o leninismo; já o bloco da esquerda defende que as alianças partidárias devem ser restritas, a ação política requer confrontos com o grande capital. Só que tal radicalismo não resulta, como no caso da "extrema esquerda", de aceitação clara e indubitável, das teses leninistas. Nesse aspecto, a "esquerda" é distinta. Suas idéias são menos impermeáveis ao pensamento não-ortodoxo. Mas, há fortes contradições nas idéias e concepções da "esquerda". E nelas persistem traços do leninismo.

O centro, que é composto pelo agrupamento Unidade na Luta, é o agrupamento mais

heterogêneo do PT, particularmente quando se leva em conta a diversidade das idéias, a variedade das concepções de seus membros. Mas, não obstante as

diferentes concepções existentes nesta corrente, ela tem uma característica comum: a de afastar-se do modelo leninista (AZEVEDO, 1995, p. 155 e segs). As posições da Unidade na Luta são mais “moderadas” do que a outra cisão da Articulação, a corrente a Hora da Verdade, mas, segundo Azevedo (1995, p. 121), “as teses da Unidade na Luta não são isentas de ambigüidades. Em seus textos, mesmo que em menor grau que no caso da Hora da Verdade, persistem os mesmos traços ou viés leninistas”.

A direita é composta pelo agrupamento Democracia Radical, que é, entre as facções petistas, a que em maior grau alterou suas idéias e concepções. É num documento intitulado, Brasil futuro presente: diretrizes para a elaboração de um projeto estratégico para o Brasil, redigido para o VIII Encontro Nacional do PT, que se pode observar mais claramente os avanços e as ambigüidades da Democracia Radical: “O principal avanço é a crítica contundente ao ‘socialismo autocrático’. Para a Democracia Radical, o ‘socialismo autocrático’ foi uma regressão, tanto do ponto de vista político como do econômico e social” (AZEVEDO, 1995, p. 178). Para o referido autor, as ambigüidades desta tendência estão na definição do socialismo e na concepção democrática, apesar de que sobre este tema considera que esta tendência avançou bastante. A Democracia Radical apresenta como uma de suas principais novidades teóricas o questionamento do papel dos partidos políticos na sociedade atual, tese criticada pelo autor, que conclui: “As inconsistências das idéias da Democracia Radical se agravam na medida em que a dura crítica aos partidos é inseparável da apreciação fortemente negativa, quase rejeição, da democracia representativa” (AZEVEDO, 1995, p. 186). Para ele, “se o grupo petista afastou corajosamente a pretensão autoritária da clássica transição revolucionária ao socialismo, acabou por se reaproximar do mesmo equivoco básico do leninismo – o não institucionalismo” (AZEVEDO, 1995, p. 188-189).

No XI Encontro Nacional do PT, realizado em 1997 no Rio de Janeiro, as principais tendências presentes no PT eram as seguintes:

- Articulação/Unidade na Luta, oriunda da extinta Articulação, que rachou em 1993, e é a maior tendência do PT. Apesar de defender o socialismo, opta pelas reformas do capitalismo e defende uma ampla política de alianças. É

representada, entre outros, por Luiz Inácio Lula da Silva, pelo presidente do PT, José Dirceu, pelos líderes do PT na Câmara, José Machado e no Senado, José Eduardo Dutra, na época, além da Benedita da Silva.

- A Democracia Radical é a corrente mais moderada, aproxima-se da social-democracia. Os deputados José Genoíno e Eduardo Jorge são alguns de seus expoentes.

- A Nova Democracia, criada com o racha da Articulação, já esteve ligada à esquerda do Partido, mas no Encontro Nacional de 1995 passou para o campo dos moderados. Seu líder, o deputado estadual Rui Falcão (SP), propunha a autodissolução das tendências, começando pela sua própria.

- A Articulação de Esquerda é a segunda maior tendência. Também se formou a partir do racha da Articulação. Vários líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que pertencem ao PT, a integram, como João Pedro Stédile, além dos deputados Luciano Zica, Adão Preto e João Coser.

- A Democracia Socialista, de orientação trotskista, tem um jornal próprio, o *Em Tempo*, e é representada pelo prefeito de Porto Alegre, na época, Raul Pont, e pelo secretário-geral, Joaquim Soriano.

- A Força Socialista, originária do Movimento de Emancipação Proletária, é definida por um de seus líderes, o deputado federal Ivan Valente, como uma corrente marxista-socialista. É representada também pelo prefeito de Belém, Edmílson Rodrigues;

- O Trabalho, uma das mais radicais, está ligada à IV Internacional, fundada por Leon Trotski, e é representada, entre outros, pelo ex-secretário de Comunicação Markus Sokol. Tem um jornal próprio, *O Trabalho*.

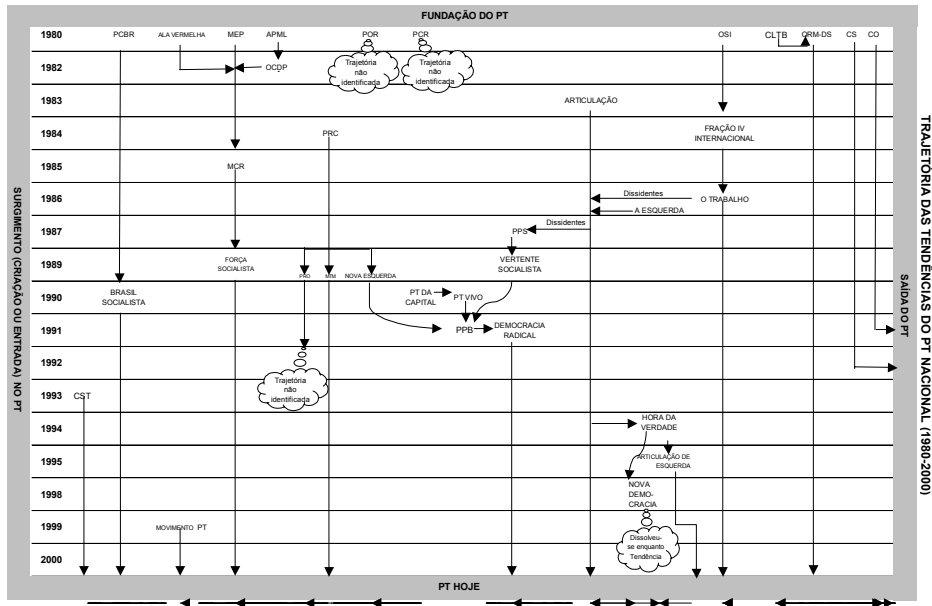
- A Tendência Marxista, originada do extinto Partido Revolucionário Comunista, define-se como marxista-leninista. Seus líderes são o dirigente Sávio Bonis e o presidente do diretório de Belo Horizonte, Rogério Correia.

- O Brasil Socialista é uma das mais “xiitas”, originada do extinto Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Seu maior representante é Bruno Maranhão. - O Fórum Socialista, liderado pelo deputado estadual por São Paulo Renato Simões, foi criado por católicos de esquerda; e finalmente, a Corrente Socialista dos Trabalhadores, trotskista, formada a partir de um racha

de militantes da Convergência Socialista, depois que essa saiu do PT, é liderada pelos deputados estaduais Luciana Genro, (RS), filha do ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, e João Batista, do Pará.

No II Congresso do Partido, em 1999, surge um novo agrupamento, que a princípio se coloca como alternativa à tensão do Partido entre as tendências de “direita” e as de “esquerda”, denominado Movimento PT, fundado, entre outros, pelos parlamentares Arlindo Chinaglia, Tilden Santiago, Jacques Wagner e Carlos Santana, advindos da Articulação e o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, com passagens por correntes do campo da esquerda do Partido. Este agrupamento não se coloca como uma tendência organizada, mas vem se articulando a nível nacional para disputar os Encontros dos Partido.³³

³³ Em 2003, ano em que o Partido assumiu a Presidência da República eram essas as principais tendências do PT: Articulação/Unidade na Luta, tendência majoritária, da qual fazem parte o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro chefe do Gabinete Civil, José Dirceu, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci. A Democracia Radical: primeira a assumir que o socialismo não era mais um objetivo a ser alcançado. Seu principal representante é o atual presidente do PT, José Genoíno. Essas duas são as mais moderadas do Partido. No centro, o Movimento PT, formada por petistas mais independentes, mas que geralmente compõem com os moderados, como Tarso Genro, secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e Geraldo Magela, ex-deputado federal e candidato derrotado ao governo do Distrito Federal. Com posições mais radicais: a Articulação de Esquerda, com 10% dos integrantes do Diretório Nacional, sendo a maior desse campo. Um de seus representantes é o deputado federal de São Paulo, Luciano Zica. A segunda maior desse campo é a Democracia Socialista (DS), que detém 9,5% do Diretório Nacional. Seus principais representantes são: o ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont, as senadoras Heloísa Helena (AL) e a Ana Júlia (PA), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto e o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Arno Augustin. A terceira maior entre os radicais é a Força Socialista, 8,5% dos membros do Diretório Nacional. Seus principais representantes são: o líder do PT na Câmara dos Deputados, Nelson Pellegrino, o deputado federal Ivan Valente e o prefeito de Belém, Edmílson Rodrigues. Também compõe esse campo, mas com posições mais radicais a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), pequena corrente trotskista, cujo principal representante é o deputado federal pelo Pará, João Batista de Araújo, o Babá; a Esquerda Socialista, tendência trotskista radical, que foi formada a partir de um racha da CST, é representada pela deputada federal pelo Rio Grande do Sul, Luciana Genro, filha de Tarso Genro e finalmente O Trabalho, cujo principal representante é Markus Sokol, membro do Diretório Nacional. Os moderados e os centristas juntos representam 68% do Diretório Nacional e as correntes mais radicais, representam 32%.(COSTA.; ROCHA. 2003, p. 37).



O Partido dos Trabalhadores só regulamentou o direito de tendências no interior da agremiação, no seu 5º Encontro Nacional, em 1987, todavia a preocupação com as mesmas está presente desde sua fundação. Em fevereiro de 1981, um ano após sua fundação, a Comissão Nacional Provisória do PT elaborou uma Resolução Política Extraordinária, intitulada *O PT e Suas Relações com as Demais Correntes Políticas de Esquerda*, onde apontava os problemas de relacionamento com as organizações de esquerda. Nesta, afirma que as dificuldades

têm como centro as condições de nascimento e construção que fazem do PT, irreversivelmente, um partido legal, ligado prioritariamente à prática de massas, e, ainda, um partido profundamente democrático – mas apoiado nos critérios de centralização necessários à garantia de uma prática política homogênea e unificada (apud, CARVALHO, 1992, p. 66).

Também afirma que estes problemas se dão porque algumas organizações têm uma aceitação apenas formal do PT como partido político e lutam no seu interior para transformá-lo numa frente política de massas; outras aceitam a sua continuidade como partido, mas lutam para transformá-lo, num partido de vanguarda, marxista-lenista e por fim, outras equiparam o direito de tendência ao direito de fração (CARVALHO, 1992, p. 66-67).³⁴

A preocupação com as organizações também esteve presente no discurso do primeiro presidente e maior liderança do PT, Luís Inácio da Silva, proferido na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1981:

Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa-nos que companheiros não queiram fazer nosso partido de massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que

³⁴ Para uma discussão sobre as diferenças entre tendências e frações. Ver. SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

os interesses destas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido (RESOLUÇÕES, 1998, p. 112).

No 4º Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores se posicionou de forma mais contundente sobre a existência das tendências. Uma das Resoluções dos referido Encontro afirma que o caráter do PT, que se coloca como um partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião. Pois, segundo a Resolução, isso não só dá ao Partido um dinamismo muito grande, possibilitando que, no confronto democrático de análise e propostas, o conjunto dos militantes se politize e faça o Partido avançar, como permite, por outro lado, aprofundar as relações democráticas internas e externas. Segundo a Resolução, o problema não está na existência de tendências, mas,

Reside em que coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo Partido, rompendo com a disciplina do PT, cujo aspecto mínimo é o cumprimento das decisões do PT. Algumas tendências dentro do PT constituem partido dentro do Partido. Embora haja diferenciação nas suas políticas ante o problema-chave da construção do PT, nos últimos anos tem havido a formação, entre outras, de um bloco entre elas para impor ao Partido a tática geral e diversas táticas setoriais (RESOLUÇÕES, 1998, p. 218).

Além disso, segundo a referida Resolução, existem outros problemas: algumas tendências que atuam no PT, mesmo quando afirmam o contrário, consideram o PT como uma frente e agem de acordo com essa concepção. Assim, as decisões dos órgãos dirigentes do PT só são levadas em consideração se coincidirem com a das instâncias dirigentes das tendências. Dessa forma, segundo a Resolução, elas rompem constantemente não só com a disciplina, mas também com a democracia interna do PT, pois este método de ação prejudica a construção do PT como partido. A Resolução do 4º Encontro conclui que, na medida em que o PT:

[...] avança para construir-se, cada vez mais, como um verdadeiro partido de classe, embora mantendo seu caráter aberto, de massa e democrático, a

existência de tendência com política e disciplina própria transforma-se numa aberração dentro do Partido, e tende a criar obstáculos à sua construção (RESOLUÇÕES, 1998, p. 219).

Diante desse quadro, o 4º Encontro Nacional afirma que reconhece o direito de tendência, mas o Partido entende que esse direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT, nem acatam sua democracia e disciplina, pois o direito de tendência não autoriza a militância em outros partidos que não o PT.

Esse Encontro também definiu que seria criada uma Comissão, pelo Diretório Nacional do Partido, para desenvolver a seguinte tarefa: promover em todo o Partido um amplo processo de discussão, para subsidiar a regulamentação do direito de tendências; e encaminhar ao DN uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças existentes entre elas.

Finalmente, no 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, foi aprovada uma Resolução que regulamentou o direito de tendências no Partido. Em primeiro lugar, a Resolução afirma que, em nenhum momento de sua construção, o PT assumiu a condição de frente, pois sempre se considerou um partido estratégico, que busca a construção do socialismo no Brasil. Em segundo lugar, diz que, ao declarar seu caráter estratégico, o PT confirma-se como partido e não como frente de partidos de organizações. Contrapondo-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Em terceiro lugar, o PT se declara democrático, e que, portanto, admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Contudo, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação.

Diante do exposto, a referida Resolução sustenta que o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao Partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem ao fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto.

Mas, ao mesmo tempo, que admite a existência de tendências no interior do PT, a Resolução assevera que:

É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria; implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular (RESOLUÇÕES, 1998, p. 357).

Pois, “O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do PT – seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT” (RESOLUÇÕES, 1998, p. 357).

A Resolução do 5º Encontro também define que, levando-se em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles um debate político visando à sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica do Partido, para que eles possam se transformar em legítimas tendências partidárias. A Resolução também define o que seria para o PT uma tendência interna e quais seus deveres perante o Partido:

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...); b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros; c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do

partido; d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido; e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido; f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo) (RESOLUÇÕES, 1998, p. 357-358).

O 1º Congresso do PT, realizado em 1991, constatou que o direito de tendência, aprovado pelo 4º Encontro Nacional e regulamentado pelos 5º e 7º Encontros Nacionais, teve um papel importante nas dissoluções dos partidos dentro do PT, na recusa do modelo monolítico e na afirmação da democracia e pluralismos inerentes ao Partido. Porém, determinados problemas persistiram. Segundo Resolução do referido Congresso, o direito de tendência não pode ser entendido como monopólio da vida partidária pelas tendências, pois o funcionamento interno do PT, quando reduzido à ação de suas tendências, impede o crescimento do Partido e dificulta a sua ação pública. Segundo a Resolução:

Em certa medida, isto é o que ocorre hoje. Por um lado, porque o precário funcionamento de nossas instâncias, a carência de mecanismos de formação e a quase inexistência de meios de comunicação partidários acabam marginalizando filiados; quem não fizer parte de uma tendência tem acesso dificultado às informações, às discussões e às direções partidárias (RESOLUÇÕES, 1998, p.524).

Além disso, segundo a Resolução do 1º Congresso, a aplicação de regulamento de tendências não conseguiu eliminar a existência e a cristalização, no Partido, de verdadeiras frações. Ainda que hoje todas as tendências reconheçam o caráter estratégico do PT, embora, alguns casos, apenas formalmente, persiste o fracionamento da ação pública do Partido,

especialmente no movimento sindical. Ademais, algumas tendências aderiram apenas tacitamente aos critérios da resolução de tendências, mantendo sedes públicas e jornais públicos, em choque com as posições do conjunto do Partido. Diante da persistência do problema, apesar de Resoluções anteriores terem amenizado o problema, o 1º Congresso afirma:

O PT deve ser um partido com direito a tendência, mas não um partido de tendências. O PT é um partido com direito de tendência, mas não admite que petistas ligados às tendências possuam mais direitos do que os militantes petistas desvinculados de tendência. O PT é um partido onde vigora o mais amplo direito de divergência e crítica, onde o direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente, com pleno reconhecimento dos direitos das minorias, mas não é uma federação de frações (RESOLUÇÕES, 1998, p.525).

Diante do reconhecimento da persistência do problema de relacionamento das tendências internas com o Partido, neste 1º Congresso, foi aprovada uma nova regulamentação do direito de tendência, que, além de manter os itens aprovados no 5º Encontro, já citados, acrescenta outros, entre eles: a proibição de sedes próprias; as relações internacionais como atributos exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção, sendo que a Direção Nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências e considerará se elas estão de acordo com a política do Partido; e finalmente, que as tendências internas do PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório e as deliberações das tendências não podem se sobrepor, ou se chocar, ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

1.3.5 Relação do PT com a institucionalidade

O PT é um partido que, nos anos 80, tanto ajudou a construir os movimentos, sindicais e populares, quanto foi por eles construído. Segundo Kowarick e Singer (1993, p. 197):

À medida que esses processos ocorriam, o PT consolidava-se como organização de massas e desenvolvia certos mecanismos democráticos de participação interna. Priorizava tanto o enraizamento nos movimentos sociais como a ação político-eleitoral e a conquista de cargos parlamentares e executivos, como passava a encarar, de forma crescente, a democracia enquanto valor universal de sistema de governo: o ideário socialista continua a ser o horizonte político-ideológico do partido, mas a via insurrecional é radicalmente substituída por uma concepção que privilegia os embates e debates institucionais.

Mas nem sempre foi assim. Em 1982, quando, ocorreram eleições diretas para governadores de Estado e o PT estreou nos embates eleitorais, o candidato a governador ao Estado de São Paulo, e principal liderança do Partido, Lula, afirmou o seguinte: “As eleições (constituem) um episódio, um momento definido de nossa atividade permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores” (RESOLUÇÕES, 1998, p. 198).

No seu já referido Discurso, na 1ª Convenção do Partido, em 1981, Lula já tinha afirmado essa concepção. Segundo ele:

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todo as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união do povo (RESOLUÇÕES, 1998, p.112-113).

Esta concepção do PT, que vê as eleições enquanto tática, a fim de construir um poder popular para atingir o socialismo, denotam não só uma concepção instrumental da democracia, como também a idéia de que a política é algo suspeito e o poder alguma coisa muito suja. O PT, no seu período inicial, tinha uma visão dicotômica e polarizada da sociedade brasileira, expressa nos

slogans “Vote 3, que o resto é burguês” ou “trabalhador vota em trabalhador”, distanciando-se de um discurso que incorporasse as aspirações e interesses das camadas médias (KOWARICK.; SINGER, 1993, p. 198). Mas segundo os referidos autores, com o passar do tempo:

Da ênfase no movimento social, o PT passa a valorizar também a luta parlamentar, fundamentalmente, após 1986, por ocasião das eleições para Assembléia Nacional Constituinte. Numa terceira fase, dois anos depois, tem início a experiência de administrar cidades enormes, com gigantescos problemas (KOWARICK.; SINGER, 1993, p. 200).

Pode-se dizer que, até a época em que assumiu suas maiores prefeituras, momento que coincidia com a queda do “socialismo real”, o pensamento petista “médio”, embora defendesse o reforço do Parlamento frente ao Executivo – tendo em vista, sobretudo a experiência ditatorial – preferia situar no âmbito da sociedade civil e das formas participativas o caminho para efetivar-se uma “verdadeira democracia”. O ingresso nas instituições estatais não teria, para o PT, a finalidade de prover políticas, de governar efetivamente, processando os *inputs* (demandas e apoios/suportes) em *outputs* (respostas). A finalidade era acumular forças, propagandear o programa, mobilizar e organizar os trabalhadores (COUTO, 1995, p. 83-84). Segundo ele: “é bom reiterar que esta posição antiestatal não se verificava apenas nos setores mais ‘à esquerda’ do PT, mas era algo presente até mesmo nas posições de sua corrente mais moderada, e majoritária, a Articulação” (COUTO, 1995, p. 85).

Porém o modelo originário do Partido dos Trabalhadores também é conformado pela inserção original do Partido nos marcos da institucionalidade. Há uma ambigüidade originária no Partido. Ele é movimentista, tem traços revolucionários,³⁵ mas é também um partido que, desde o primeiro momento,

³⁵ Andrade (1995, p. 14-15), define alguns tipos de partido: primeiro, o Partido Movimentista, que segundo ele, limita-se, quanto ao principal, a articular demandas dos setores que, organizados ou não, o

atua na legalidade. Enquanto o PT se mantinha na oposição aos executivos de plantão, ele era capaz de manter as lógicas de partido movimentista e de partido revolucionário sem maiores problemas, e até com vantagens. A Constituinte foi um momento em que alguns parlamentares petistas começaram a sofrer um processo de mudanças bastante importantes, no sentido de uma abordagem da política mais aberta à negociação. E, quando o Partido conquistou suas primeiras prefeituras, viu-se obrigado a dar respostas a toda a população – e não mais apenas à sua base orgânica e à militância ideologicamente engajada. Os petistas que assumiram cargos de responsabilidade de governo viram-se, de repente, não mais na situação de encaminhadores de reivindicações ao sistema político ou arautos da revolução. Eles passaram a ser os agentes que primeiro, dentro do sistema, têm de dar as respostas às reivindicações que antes encaminhavam e a muitas outras e; segundo, têm de zelar pela preservação e pelo bom funcionamento da máquina administrativa estatal (COUTO, 1995, p. 90). Segundo ele:

[...] aqueles que assumiram o governo têm também de negociar, sobretudo no interior do parlamento, com vistas a aprovar iniciativas legislativas que lhe permitam implementar suas políticas. Isso leva os petistas que se vêem diante do desafio de governar a assumirem, cada vez mais, uma nova orientação política, a do partido governante (COUTO, 1995, p. 90).

Para o referido autor, essa lógica negociadora não é totalmente estranha ao Partido, pois: “Muito embora até então tivessem predominado o movimentismo e a lógica revolucionária (sobretudo na retórica), inclusive em virtude da condição de partido oposicionista mantida pelo PT ao longo de seus primeiros anos, o Partido nascera como organização legal” (COUTO, 1995, p. 90).

Além do fato, já citado, de ter nascido como uma organização legal, portanto propensa a participar do jogo institucional, existia a normatividade democrática da que eram portadores alguns membros do PT, notadamente os intelectuais, capazes

apóiam, apresentando-as, sob forma de reivindicações e/ou denúncias, aos poderes públicos. Segundo, o Partido Revolucionário, que nega as estruturas vigentes – econômicas, políticas, etc. – e luta pela sua substituição por outras, sem atenção às regras do jogo. E terceiro, o Partido de Governo, que não apenas é sensível às necessidades do conjunto da população (é responsivo), como assume, por via eleitoral, a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas de interesse público. Segundo o referido autor, o fundamentalismo petista é, sobretudo movimentista, e não revolucionário.

de exercerem influência sobre os petistas ocupantes de cargos governamentais. Ademais havia o pragmatismo existente em setores sindicais do Partido já habituados às práticas de negociação com o capital, segundo regras do jogo estabelecido, principalmente os sindicalistas autênticos. Também tem que se levar em conta que o que levou essa lideranças, sindicais e dos movimentos sociais a fundarem o PT fora a intenção de permitir a incorporação dos trabalhadores ao sistema político, combatendo o caráter elitista deste; assim, a integração não é novidade absoluta (COUTO, 1995, p. 91). O referido autor conclui: “Há, portanto, na origem do partido, outros traços, de sinal inverso ao movimentismo e à lógica revolucionária, que possibilitam compreender por que ocorreu a catalisação e, conseqüentemente, a mudança” (COUTO, 1995, p. 91).

O PT não apresenta, de forma clara, em suas primeiras iniciativas e formulações políticas, o Poder Legislativo como o lugar onde seria possível e adequado formular políticas, realizando uma forma de política positiva,³⁶ na acepção weberiana. Pelo contrário, é a política negativa³⁷ que predomina durante os primeiros anos e, de certa forma, até muito depois disso, marcando bastante a conduta dos legisladores petistas. É importante identificar a fraqueza do Poder Legislativo no período militar como um elemento importante

³⁶ Segundo Weber (1982, p. 145), toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas diferentes e inconciliáveis: a ética da responsabilidade e a ética da convicção. Quem se pauta pela ética da responsabilidade tem que prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos. Já quem se pauta pela ética da convicção, “só se sente responsável por fazer que a chama das intenções puras não seja sufocada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reanimá-la sempre é o propósito de seus atos bastante irracionais, julgados à luz de seu possível êxito. São atos que só podem ter, e só terão, valor exemplar”. A política positiva é praticada por quem se pauta pela ética da responsabilidade. De acordo com Couto (1995, p. 44) a partir do momento que um partido político se insere num ambiente institucional impositor de responsabilidades governamentais tende a assumir uma lógica de ação pautada na ética da responsabilidade, orientada para a execução de tarefas governamentais. No entanto, os que nunca participam de um governo, apenas fazem oposição ou que por algum motivo estejam impossibilitados de exercer o poder político efetivo, não encontram estímulos para tornar-se partidos governantes, empreendedores de uma política positiva. Mas segundo o referido autor, “não é só a participação em instituições proporcionadoras de responsabilidades governantes condição suficiente para assunção de uma lógica de ação pautada na ética da responsabilidade. Partidos políticos desprovidos de qualquer preocupação ética prévia, portadores de uma orientação política voltada para a pilhagem do aparato estatal, ou pautados unicamente e de forma rígida numa ética da convicção, dificilmente assumem tal condição em virtude de seus próprios condicionantes internos”. (COUTO, 1995, p. 44).

³⁷ A política negativa, segundo Weber (1993, p. 21), se manifesta na mera realização de críticas, queixas, aconselhamentos, modificações e tramitação de propostas. Ele formulou esta definição ao analisar o Parlamento alemão no início do século XIX durante o período bismarkiano, onde aquele não tinha capacidade efetiva de influenciar nas políticas nacionais, por isto tendia a este tipo de atuação parlamentar. (COUTO, 1995, p. 42).

na conformação do Partido dos Trabalhadores. Tal configuração, decorrente de um ordenamento institucional ditatorial, contribuiu para forjar a convicção petista de que o Poder Legislativo não se constituía num *locus* privilegiado de atuação política (COUTO, 1995, p.192-93). Segundo ele:

Essa contribuição tem duas motivações relacionadas diretamente à experiência dos fundadores do partido. Primeira, os movimentos sociais que deram origem ao PT tiveram sua importância reforçada como veículos responsáveis pela canalização de demandas para o sistema político (diretamente ao Executivo) justamente em virtude da debilidade apresentada pelo Parlamento como arena receptora das demandas populares. Segunda, os primeiros parlamentares petistas, tanto os oriundos do MDB como aqueles eleitos pela primeira vez em 1982, tiveram como experiência de atuação política intra-institucional um Poder Legislativo debilitado pelo ordenamento constitucional imposto pelos militares (COUTO, 1995, p. 193-94).

O desapego à instituição parlamentar era contraposto pelo enaltecimento das formas de democracia direta, particularmente os conselhos populares. Aliás, segundo Couto (1995, p. 195):

[...] consubstanciavam-se nesta postura duas concepções da política contidas na linha originária do Partido dos Trabalhadores. Bolívar Lamounier³⁸ as denomina como duas utopias: a utopia presidencial-plebiscitária e a utopia participativa. Ambas contrapõem-se à legitimidade do Parlamento, substituindo-a ora pelo Executivo plebiscitariamente constituído (portanto por meio de um mecanismo semidireto de ação política pelos cidadãos), ora pela ação direta das massas.

A essa dificuldade de relacionamento com a instituição parlamentar, somava-se outra: a dificuldade do PT em lidar com o próprio processo de negociação política.

³⁸ Ver. LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989, p. 119-121.

Pois, mesmo que muitos de seus membros fundadores, especialmente os sindicalistas, tenham tido uma experiência de negociação com o empresariado, esta prática não foi de imediato levada pelo Partido para o interior do Parlamento. Como vimos, devido à fragilidade do Parlamento brasileiro nos primeiros anos de vida do PT, este privilegiou a “política negativa”, conforme definida por Weber.

Por fim, não se pode esquecer a influência do ideário marxista-leninista na formação do PT em face do processo de negociação. Pois, ao tomar os diferentes interesses existentes como formas de manifestação de luta de classes, denotando, portanto, contradições irreconciliáveis, o ideário revolucionário apontava para a impossibilidade de negociação – negociar com representantes da burguesia significaria trair os interesses da classe trabalhadora, comprometendo, assim, o próprio projeto revolucionário.

Para o PT, negociar no Parlamento tinha um duplo significado. Primeiro, significava reconhecer a própria instituição parlamentar (e, conseqüentemente, a institucionalidade representativa) como um *locus* legítimo de atuação política, que impõe certas regras – dentre elas a de negociar – que devem ser acatadas – em contraposição à política de ação direta, de pressão, promovida juntamente com os movimentos. Em segundo lugar, e em consonância com o primeiro ponto, negociar significa flexibilizar posições, não transformando tudo em questão de princípio, com os quais não se transige (COUTO, 1995, p. 196 e segs). Mas o autor citado, que analisa, especificamente, o governo de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, afirma:

A passagem do PT pelo Executivo paulistano representou, para os petistas no Executivo e no Legislativo, um forte processo de mudança, em que o reconhecimento das necessidades de negociar para governar tornou-se cada vez mais patente (COUTO, 1995, p. 198-199).

Esse processo de mudança, com relação ao processo de negociação, foi se acentuando ao longo década de 1990 com a ascensão do Partido ao

governo de alguns estados brasileiros, de importantes prefeituras e com a possibilidade de conquistar a Presidência da República.

1.3.6 O processo de burocratização

A nível eleitoral, o PT só passou a ser uma força importante na política brasileira a partir de 1985, já que, em 1982, na primeira eleição da qual participou, seus resultados eleitorais foram pífios, devido ao seu discurso classista radical e aos casuísmos do regime militar na época, como a adoção do voto vinculado, que levou a tese do voto útil, no PMDB. Segundo Keck (1991, p. 183):

As eleições para as prefeituras em 1985 prenunciaram uma nova era tanto para as relações do PT com outras forças políticas no Brasil quanto para a vida interna do partido. No que se refere as primeiras, o partido demonstrava que já não era um ator marginal. [...] depois de 1985 ele estava numa posição melhor para negociar. Conseqüentemente, ainda que os líderes do partido continuassem afirmando que o PT apresentaria seus próprios candidatos nas eleições, a discussão sobre coalizões deixou de ser tabu.

A partir daí, o PT só fez crescer eleitoralmente, tendo conquistado uma série de prefeituras pelo Brasil, o governo de alguns estados e eleito um razoável número de vereadores, deputados estaduais e federais, e se tornado uma alternativa de poder para a Presidência da República, como demonstra o fato de ter ido ao segundo turno nas eleições presidenciais de 1989 e ter sido o Partido de oposição mais votado nas eleições de 1994 e 1998. E, finalmente, no ano de 2002 ter conquistado a Presidência da República, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva e eleito a maior bancada de deputados na Câmara Federal.

Ao mesmo tempo que o PT apresentou um crescimento eleitoral e se transformou numa força no quadro político brasileiro, apresenta alguns problemas na sua trajetória, como suas dificuldades em administrar algumas cidades brasileiras, principalmente, no que se refere às relações entre Partido e os governos petistas, as disputas internas das tendências existentes no

Partido, a dificuldade de apresentar alternativas ao modelo neoliberal, principalmente após a derrocada dos regimes “socialistas” do Leste Europeu. Além disso, o Partido também passa, segundo Petit (1996, p.187/88), por um processo de burocratização:

A ‘profissionalização dos quadros’ e o monopólio exercido pelas tendências sobre as estruturas do partido fizeram-se acompanhar pela diminuição da participação voluntária dos filiados nas tarefas partidárias, que cada vez mais se restringe às campanhas eleitorais e, em menor medida, aos Encontros Municipais. Assim, enquanto os núcleos de base atuam cada vez menos, predominam no partido quatro estruturas: as tendências (que determinam, em grande medida, a ação dos restantes), os órgãos de direção, as bancadas no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, com suas respectivas assessorias, e as ‘máquinas sindicais’.

Segundo a análise de Franco (1992, p. 22), este problema tende a se intensificar, pois:

[...] os setores renovadores, que até agora impulsionaram as mudanças no partido, não têm demonstrado muita disposição para assumir responsabilidades orgânicas [...]. Contrariados, com certa razão, com a velha dinâmica de luta interna, estes setores muitas vezes preferem não enfrentar a disputa política: não articulam, não põem a cabeça para fora [...]. De sorte que o partido acaba ficando, mais uma vez, nas mãos daqueles quadros que se especializaram na gestão do aparelho e daqueles que têm apetite pelo poder.

Novaes (1993, p. 227) afirma que, após a adesão mais explícita à institucionalidade, e os êxitos eleitorais, o PT, embora seja o Partido de extração popular mais importante da história política brasileira, é hoje

[...] um projeto político ameaçado por distorções oriundas de seus próprios êxitos: a aceitação progressiva das injunções da chamada política institucional, combinada com a constituição de uma estrutura partidária crescentemente centralizadora, conjunto que denomino ‘processo de burocratização do partido’, implica para o PT os riscos de cada vez mais emaranhar-se na ordem institucional que principiou combatendo, perdendo a autonomia estratégica que um partido de massas e socialista requer.

Outro elemento preocupante na vida interna do PT, e que acentua o processo de burocratização, é a presença acentuada, nas instâncias de decisão do Partido, de militantes remunerados através de algum vínculo com

instituições já consolidadas. No VII Encontro Nacional e no 1º Congresso do Partido, mais da metade dos delegados provém da militância remunerada, em torno da qual mais e mais vai girando a vida política do Partido. Novaes (1993, p. 229) considera que o PT está atualmente densamente permeado pela formas tradicionais de atuação política. Assim, segundo o autor:

[é] interessante observar que inflexões dessa monta não poderiam deixar de vir acompanhadas de uma inversão de valores: contrariamente ao desprezo pela representação institucional dos primeiros tempos, as principais lideranças das tendências do PT vêm buscando alcançar o Parlamento. A limitada preferência propagandística inicial, que vinha imersa num molho de desprezo por quem se dirigia ao 'parlamento burguês', foi substituída pelo interesse impessoal na soma de recursos e pelo atrativo do prestígio político interno e externo que o êxito eleitoral confere, aspectos da mencionada importância propriamente política que o PT passou a atribuir ao plano institucional. Essa inversão de valores tem afinidade com as transformações operadas na linha política do partido.

Dessa forma, os recursos e o prestígio advindos do sucesso eleitoral permitem a formação de pequenas máquinas políticas, que prosperam à medida que as tendências aumentam o número de membros na posse de cargos eleitorais. Assim, conclui o autor, levando-se em conta os crescentes êxitos eleitorais do PT, não é descabido imaginar um cenário em que, a cada incremento no sucesso eleitoral do Partido, a vida partidária mais e mais gravitará em torno dos titulares desse sucesso, mesmo que setores da máquina partidária se mostrem retoricamente avessos a esse arranjo.

1.3.7 O socialismo petista

Nos documentos iniciais do PT, a ênfase não está no socialismo e sim na democracia. O socialismo aparece apenas em alguns documentos, às vezes tangencialmente. Uns fazem referência ao socialismo, outros, não. Os documentos produzidos entre 1979 e 1982 são breves, sintéticos e expressam falta de clareza ideológica e sobre os modelos ou paradigmas teóricos (AZEVEDO, 1995, p. 24 e segs). Por exemplo, a **Carta de Princípios** afirma: “O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como

objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”
(RESOLUÇÕES, 1998, p. 54).

E Luiz Inácio da Silva, em discurso proferido na 1ª Convenção Nacional do Partido, defende “... uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?” (RESOLUÇÕES, 1998, p. 114).

No referido “Discurso”, que é hoje um dos documentos oficiais do Partido, Lula também afirma que o PT se recusa a definir previamente um modelo de socialismo:

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores (RESOLUÇÕES, 1998, p. 114).

Para Azevedo (1995, p. 32):

[...] tal imprecisão resulta também da hegemonia dos sindicalistas autênticos. Os grupos e a ideologia leninista da esquerda organizada ainda não tinha grande força no partido, embora a influência já se fizesse sentir. Até os intelectuais optaram por um conteúdo relativamente vago e indefinido. Assim postergaram-se decisões sob a justificativa de que poderiam vir ‘com o tempo, democraticamente dos próprios trabalhadores’.

Entre este período inicial e 1987, quando o PT procurou, no seu V Encontro Nacional, definir o tipo de socialismo que defendia, houve um crescimento da influência ideológica da esquerda organizada no Partido, com o conseqüente fortalecimento do discurso e dos paradigmas leninistas. As Resoluções produzidas a partir de 1987 são textos longos, prolixos, em que predominam conceitos e pensamentos marxistas, em decorrência da hegemonia conquistada pela esquerda organizada, quer sob o aspecto organizacional, quer sob o aspecto ideológico. Pois, apesar dos sindicalistas não terem perdido sua importância, passaram a dividir a liderança e o comando do Partido. Assim, enquanto nos documentos iniciais, a idéia central era a democracia, nas Resoluções políticas do V, VI e VII Encontros Nacionais do PT, a questão central passou a ser a relação entre o socialismo e a democracia (AZEVEDO, 1995, p. 36 e segs).

No seu V Encontro Nacional, o Partido afirma: “A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT” (RESOLUÇÕES , 1998, p. 321). Em seguida, a Resolução do referido Encontro diz que, embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das tarefas fundamentais do Partido é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores.

Azevedo (1995, p. 57) afirma que, mesmo após as resoluções elaboradas a partir do V Encontro Nacional, onde se procurou definir o socialismo petista:

A forma como o PT pretende levar a sociedade brasileira ao socialismo não é clara. Há, tanto passagens em que se afirma, com todas as letras, que só se chega ao socialismo com o apoio e a concordância da maioria dos cidadãos, quanto outras em que não está menos explícita a concepção leninista segundo a qual a via é obrigatoriamente a de ruptura, alheia aos processos eleitorais.

Além dessa indefinição quanto à forma de se chegar ao socialismo, não há clareza a respeito das estruturas econômicas e instituições do socialismo.

Para Azevedo (1995, p. 03), um dos grandes problemas para a formulação do socialismo petista, que ele afirma que tem que ser democrático, é que:

Embora o PT, desde sua fundação, condene o stalinismo e a social-democracia, anunciando o ‘socialismo democrático’, na verdade não foi capaz, até hoje, de formular um projeto político ao mesmo tempo socialista e democrático (ou democrático e socialista) [...], quando o PT é democrático não é socialista, e quando é socialista não é democrático.

Na verdade, a grande dificuldade para o PT é que, embora ele procure fugir dos paradigmas formuladores das teses socialistas da Europa, está

permeado por essa cultura política. Então, quando ele tenta se afastar das teses leninistas, tentando formular um socialismo democrático, se aproxima das teses social-democráticas que ele também renega, tanto por seu estigma de “traição” ao socialismo revolucionário, quanto por não considerá-lo verdadeiramente socialista. E quando ele se aproxima de teses leninistas, percebe que elas contêm elementos não democráticos, principalmente tendo em vista a experiência do “socialismo real”, que o Partido também renega, apesar de que alguns de seus setores consideram que estes elementos anti-democráticos estejam ligados ao stalinismo e não ao leninismo.

Outro fato que marcou profundamente o PT, durante sua trajetória, foi à queda do “socialismo real”, no Leste Europeu. Apesar do Partido sempre procurar se distanciar do modelo de partido leninista e criticar a falta de democracia nos países ditos socialistas foi condescendente com este regime, e com ele manteve relações fraternas (LYRA, 1994, p. 129). Para Eugênio Bucci (1991, p. 45), ex-diretor da revista teórica do PT, a **Teoria e Debate**, “Durante os anos 80, o PT, [...] enviava algumas dezenas de seus quadros para cursar alguns programas ‘marxistas’ na Alemanha Oriental, governada por burocratas corruptos, cujo partido já foi chamado de ‘partido irmão’ em encontros oficiais do PT”.

Segundo Lyra (1994, p.128), mesmo o PT criticando, desde sua fundação, os regimes do “socialismo real”:

[...] tais críticas, [...] se restringem aos aspectos burocráticos e à ‘ausência de democracia’ no ‘socialismo real’. A matriz deste sistema - a Revolução Russa e o bolchevismo sob Lênin - não é contestada por nenhum setor expressivo do Partido. Questionam-se apenas as ‘deformações’ e os ‘desvios’ em relação ao projeto original, surgidos no processo de consolidação dos ‘regimes socialistas’.

O autor citado também afirma que: “... a condenação, em tese, pelo PT, da dissociação entre socialismo e democracia, não o impediu de avaliar, durante o período de vigência dos regimes do Leste europeu, tais regimes, procedimento que [...] continua a adotar em relação a Cuba” (LYRA, 1994, p.129).

Após o 1º Congresso do Partido, realizado em 1991, é que o PT faz uma crítica mais contundente dos regimes burocrático-estatais. Nesta ocasião,

rejeita um dos principais dogmas deste regime, a ditadura do proletariado, segundo Resolução do referido Congresso:

[...] democracia para nós, é simultaneamente meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores (RESOLUÇÕES , 1998, p. 499-500).

Mas, mesmo nesta ocasião, dois anos após a derrocada destes regimes, o PT ainda afirma que eles proporcionaram “avanços” políticos e sociais, apesar de não terem resolvido questões como a liberdade individual. Também não chegou, ainda, a criticar, de forma mais veemente a “matriz teórica” que “gerou” tal sistema político e econômico.

Azevedo (1995, p. 199) questiona se o PT, de fato, abandonou o leninismo e conclui que não se pode afirmar isso, pois ele continua defendendo a tese do “acúmulo de forças”. Para ele, “o problema permanece, pois ou bem se aceita o jogo democrático ou se acumulam forças para a revolução. O PT não exclui nenhuma das duas hipóteses”. O autor considera que, ainda no I Congresso, o PT continua desconfiado da democracia representativa. Contudo, as principais propostas do PT, apresentadas no Programa de governo de 1994,³⁹ adequam-se ao modelo social-democrata, porém, “paradoxalmente, o próprio PT desqualifica suas propostas. Afinal, ele mesmo rejeita o modelo social-democrata que, embora sem assumir defende” (AZEVEDO, 1995, p. 240). Oficialmente, o PT não se aceita como um partido social-democrata e o I Congresso reafirma essa posição: “... o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira” (RESOLUÇÕES , 1998, p. 502).

1.3.8 *As especificidades do PT no sistema partidário brasileiro*

A maioria das análises acadêmicas sobre o PT aponta as especificidades do Partido

diante do sistema partidário brasileiro. Meneguello (1989), no seu estudo sobre

³⁹ No Programa de Governo para Presidência da República de 1998 e no de 2002, quando o Partido conseguiu eleger o Presidente da República, seu programa tomou cada vez mais contornos social-democrata.

a formação do Partido, apresenta o mesmo como uma novidade no sistema político brasileiro, principalmente porque representa uma ruptura com os padrões de organizações partidárias conhecidas no país. Pinheiro (1989, p. 10) prefaciando o referido trabalho de Meneguello, também concorda que o PT representa uma novidade no sistema partidário brasileiro, por ser o primeiro partido de massa criado no Brasil, de origem externa ao sistema parlamentar, e apresenta uma forma definida da classe trabalhadora inserir-se no sistema político, e também, porque desde o começo vai tentar se enraizar efetivamente na sociedade. Para este autor, os outros partidos criados no Brasil, com algumas exceções, como o PCB, foram iniciativas das classes dominantes.

Segundo Meneguello (1989, p. 31 e segs), o PT adequa-se ao modelo clássico de partidos de massa elaborado por Maurice Duverger.⁴⁰ Pois o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Com relação à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia “integralista” de Partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora de períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.). Enfim, Meneguello (1989, p. 36) considera que “a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil”.

Os trabalhos sobre partidos políticos no Brasil constataram que a quase totalidade das organizações partidárias, durante o período político republicano, carece de um

⁴⁰ Este tipo de partido tem as seguintes características: uma origem externa, extraparlamentar, organizado sobre movimentos sociais, sindicatos e outros agrupamentos; uma organização interna intensa; uma forte articulação estrutural; uma centralização nacional; rigorosos requisitos para filiação; a presença de certo doutrinário; uma relação específica entre as lideranças do partido e seus parlamentares. Ver DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. Para uma síntese da bibliografia sobre partidos políticos, destacando a maneira como diferentes autores analisam o fenômeno partidário, com ênfase em questões relativas à natureza dos partidos, à definição dos partidos, as funções que eles exercem na sociedade e na vida política, a sua relação com as idéias e a ideologia, seu funcionamento como organização, os indivíduos que lhe dão vida e a relação que os mesmos estabelecem entre si, ou seja, os sistemas partidários. Ver. SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

forte enraizamento social em sua formação, definindo um perfil organizacional frágil.

O PT apresenta algumas singularidades que o diferenciam de outros partidos formados, ao longo da história republicana brasileira. O primeiro elemento que o destaca no quadro histórico-partidário brasileiro é sua origem: o PT organizou-se em torno das mobilizações do *novo sindicalismo*; de parte dos movimentos urbanos desenvolvidos, sobretudo, a partir da década de 70; de setores da intelectualidade e da classe política de oposição envolvida com o debate da reforma partidária; e de alguns grupos de esquerda.

O segundo elemento que o destaca frente a outros partidos é sua organização e funcionamento internos. Fugindo dos moldes impostos pela LOPP, o PT introduz na sua estrutura partidária, elementos de uma ligação mais estreita com suas organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparada com outros partidos, à luta eleitoral parlamentar (MENEGUELLO, 1989, p. 40 e segs). Como afirma na **Carta de Princípios**, documento elaborado em maio de 1979, com o objetivo de servir de base para as discussões de criação do Partido: "... o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas" (RESOLUÇÕES, 1998, p. 53).

O terceiro destaque apresentado pela referida autora é sua proposta política, traçada basicamente pela demanda de inserção no sistema político brasileiro dos setores até então marginalizados, o PT insere novos temas na arena do conflito partidário.

Outra autora que considera que o PT apresenta uma série de especificidades no sistema partidário brasileiro é a brasilianista Margaret Keck (1991, p. 13-14):

O PT nasceu da conjunção da súbita e generalizada onda de protesto operário do final da década de 70 com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia. Na agenda do partido, à contestação do status

quo incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto nos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo, seguia uma concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar de si mesmo. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira. A esquerda do espectro político legal no Brasil fora tradicionalmente ocupada por partidos populistas dirigidos pelas elites ou pelo Partido Comunista, durante o seu breve período de legalidade, em meados da década de 40. Até então não havia surgido nenhum partido a partir das bases, contando com um forte apoio da classe operária e tendo uma parte considerável de sua liderança originária do movimento operário.

Outro elemento específico do PT com relação a outros partidos fundados no Brasil, ao longo de sua história, “foi a relação entre o partido e o movimento operário” (KECK, 1991, p. 17). Apesar da referida autora destacar que os operários não foram o único elemento constitutivo da base inicial do Partido, pois a esquerda organizada, ativistas católicos, políticos progressistas, intelectuais e representantes de outros vários tipos de movimentos sociais tiveram e continuam a ter um papel importante nos vários aspectos da organização do PT:

Não obstante, foram os vínculos com um movimento cada vez mais autônomo e poderoso dos sindicatos brasileiros em prol das mudanças substantivas que favoreceram a legitimidade inicial do PT, bem como sua

capacidade de sobrevivência, apesar de uma conjuntura política adversa (KECK, 1991, p. 17).

Além de procurar se diferenciar de outros partidos políticos da esquerda mundial, o PT também representa um fato novo entre as instituições políticas brasileiras, por uma série de razões, como afirma Keck (1991, p. 271):

[...] primeiro porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segundo, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação.

Rodrigues (1990b, p. 07 e segs) também concorda com o caráter de novidade do PT no sistema partidário brasileiro, todavia procura relativizar esta tese. Para o referido autor, existe no PT algo de singular e de inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. Assim, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda. Mas, segundo ele, outras idéias relacionadas às origens do Partido e à sua natureza de classe merecem ser discutidas.

Primeiro, a tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e populares, seria um partido que “veio de baixo”. Essa afirmação encerra apenas meia verdade e faz crer que o Partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Mas, na realidade, a coisa não foi bem assim. Pois o PT surgiu dos movimentos sociais, porém dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Ademais, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, mas por diretores

dos sindicatos oficiais, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas.

Segundo, a tese de que se trata de um partido formado basicamente por trabalhadores, como o nome sugere e a liderança de Lula parece comprovar. O referido autor afirma que não pretende negar que o PT possui, nas suas instâncias dirigentes, um número de operários e sindicalistas, maior do que o de outros partidos brasileiros, contudo, de acordo com os dados que levantou, o PT deveria, mais adequadamente, ser entendido do ponto de vista sociológico, como um partido de classe média ou, mais exatamente, de um setor das classes médias. Assim, segundo Rodrigues (1990b, p. 12): “... o PT, embora tivesse nascido longe do Estado e das classes empresariais, surgiu a partir de duas instituições sólidas da sociedade brasileira: a Igreja e a estrutura sindical oficial”.

Oliveira (1986, p. 10-11) é o único autor, de nosso conhecimento, que discorda do caráter de novidade do PT. Segundo ele, há verdades, meias-verdades e equívocos na afirmação de que o PT é o primeiro partido político na história brasileira que emergiu da classe operária, não apenas do ponto de vista de sua “missão” mas no sentido mais preciso de que foram operários os seus principais fundadores. O equívoco reside em desconhecer, ou aparentar – fato freqüente tanto entre os sindicalistas quanto entre os militantes vindos da esquerda, e mesmo entre os intelectuais que militam no Partido – a anterior história do movimento operário brasileiro e suas projeções nos partidos políticos. O Partido Comunista do Brasil – denominação original do PCB – constitui o primeiro partido de origem operária, no cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos vinte. Para o autor, é inequívoco que algumas lideranças operárias estiveram desde o início na sua constituição e participaram de sua direção. Dessa forma:

O PT, assim aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial. Isto é, o PT recoloca a ‘questão operária’ (em situação econômica, política, social e cultural radicalmente diferente) colocada pelo PC brasileiro nos anos vinte (OLIVEIRA, 1986, p.11).

Rodrigues (1990b, p. 17) discorda de que o PT seja um continuador do PCB. Segundo ele, na formação do PT, “não há nada em comum com a

formação do PCB, o único partido de esquerda antes do PT a ter alguma expressão na grande política”.

Concordamos com os autores que defendem o caráter de especificidade do Partido dos Trabalhadores no quadro político-partidário brasileiro, mesmo alguns elementos de sua origem não estando presentes hoje, como por exemplo, o fato de privilegiar mais as lutas sociais que embates eleitorais e a atividade parlamentar, como mostramos na análise de sua trajetória. Porém, a forma como ele se formou, como um partido extra-parlamentar e com forte enraizamento no movimento sindical e popular, sem dúvida, o coloca como uma novidade.

Também consideramos que as “relativizações” feitas por Rodrigues (1990b), apesar de pertinentes, não anulam a tese acima colocada. Quanto à afirmação de Oliveira (1986), que vê uma certa relação de continuidade, entre a experiência do PT e a do PCB, apesar de também apontar as diferenças entre ambas, consideramos que ela é problemática. Mesmo o PCB também sendo um partido de origem extra-parlamentar e pretender representar os trabalhadores, surge numa conjuntura e num momento histórico bastante diferente, além de que também é um partido que sofre e aceita ingerências externas na sua forma de organização, ao adotar o modelo de Partido definido pela III Internacional, fato que não ocorreu com o PT.

Então, mesmo considerando que o PT absorve parte da cultura política da esquerda marxista-leninista, tendo em vista que parte importante de seus membros militaram no próprio PCB ou em organizações dissidentes do mesmo, não o consideramos um continuador deste. Mesmo porque o PT surge num momento onde já havia um grande acúmulo de críticas ao modelo de organização dos partidos comunistas, de uma forma geral, principalmente sua organização centralizada, além de vinculação com os modelos do “socialismo real”. Mesmo os militantes do PCB que vieram para o PT eram bastante críticos, tanto do modelo de organização partidária dos PCs como aos sistemas políticos que eles representavam.

2 A POLÍTICA NA PARAÍBA NO PERÍODO REPUBLICANO: OS PARTIDOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A política paraibana caracteriza-se pela permanência das elites no poder. Mesmo quando ocorreram mudanças no sistema político, boa parte desses setores conseguem se adequar ao novo regime que se implanta. Outra característica da política paraibana é a dependência das benesses do Estado para que lideranças políticas se mantenham no topo do poder. Geralmente, o político que não detém o controle da máquina estatal, tende a cair no ostracismo. Contudo, esta relação entre o controle da máquina e vitórias eleitorais não se estabeleceu de forma mecânica, pois, em alguns momentos, a máquina também sofreu derrotas. Eventuais êxitos das oposições paraibanas não significaram alterações substanciais na estrutura de poder na Paraíba, porque, na maioria das vezes, essas oposições eram apenas dissidências intra-elites. Sendo que o monopólio do poder pelas elites provenientes da Revolução de 1930, só encontrou um desafio mais sério no início dos anos 60, quando estas elites precisaram recorrer à força das armas para conterem segmentos populistas que tendiam para posições esquerdistas (MELLO, 2001, p. 121).

Campello de Sousa (1990, p. 42) afirma que o modelo partidário brasileiro, criado em 1945, contrastando com o modelo implícito da literatura corrente que vê os partidos políticos em termos de sociedade atuando sobre o Estado, caracteriza-se, por ter a estrutura estatal como condicionante de formação, evolução e atuação dos partidos políticos. De acordo com Mello (2001, p. 124), este raciocínio da referida autora torna-se especialmente válido em relação a estruturas como a da Paraíba, onde a sociedade civil não reuniu consistência e autonomia para fazer face ao aparelho do Estado. Segundo ele:

Esses condicionantes da estrutura de poder da Paraíba não proviriam, seguramente, da área política, mas da econômica. Na medida em que se converteu em unidade da federação pobre e periférica [...] a política paraibana cobra o preço de patrimonialismo, bem mais próximo do clientelismo que de politização [...]. No caso, o locus desse clientelismo patrimonial e cartorial-burocrático é o Estado e não a sociedade.

Assim, o referido autor, partindo do reconhecimento desta situação, afirma que na Paraíba, “o processo eleitoral não transita da sociedade para o Estado, mas sim deste para aquele, o que significa posicionar-lhe o aparelho estatal no centro dessa sistemática” (MELLO, 2001, p. 120). Para ele, “a sistemática político-eleitoral paraibana tornou-se mais agente de estadania⁴¹ do que cidadania, no sentido de que seus atores aparecerão mais como expressão da máquina estatal que intérpretes da sociedade” (MELLO, 2001, p. 121).

Porém, mesmo que a supremacia do Estado sobre a sociedade civil seja uma das principais características da estrutura de poder na Paraíba, não significa que esta seja algo amorfa, em todas as fases da história paraibana. Pois, apesar da repressão do aparato estatal, ela manifestou-se e chegou a contestar de forma veemente o sistema, como nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964. Neste momento, no âmbito da sociedade civil, se destacaram na luta por transformações sociais no Estado da Paraíba, entre outros, a Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

No período pós 1964, estes setores da sociedade civil foram literalmente colocados fora de embate, com a repressão que se abateu sobre eles. Mas, a partir de meados da década de 1970, estes movimentos ressurgem, ainda que de forma débil, incentivados pela Igreja Católica, que tinha adotado uma nova postura diante do social, após a realização do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962-65, e a Segunda Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, na Colômbia, em 1968, que procurou “traduzir” os ensinamentos do referido Concílio para a realidade latino-americana. Na ocasião a Igreja fez a “opção preferencial pelos pobres”.

Na Paraíba, a Igreja, a partir da posse do Arcebispo Dom José Maria Pires, em 1975, passa a ser a grande incentivadora para o ressurgimento dos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical e camponês, que irão se fortalecer, relativamente ao período anterior, a partir da década de

⁴¹ Carvalho (1989, apud MELLO, p. 121) define estadania como “participação não através da organização de interesses, mas a partir da máquina governamental ou contato direto com ela”.

1980. Também voltou à cena, nesta conjuntura de “abertura” o movimento estudantil e surgiu um incipiente movimento feminista de classe média. Além de que, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), que historicamente sempre teve uma atuação imobilista, e a Associação Paraibana de Imprensa, que anteriormente a 1964, já se destacara por uma postura combativa, procuraram imprimir uma atuação mais progressista, em defesa da restauração do Estado de Direito.

Estes “arroubos” da sociedade civil, não invalidam a tese de que no Estado da Paraíba, ela seja frágil, principalmente, diante de um estado controlado por uma elite tradicional, que hegemoniza a política a partir do uso dos recursos públicos, com práticas clientelísticas e autoritárias.

2.1 Da Proclamação da República ao Golpe Militar de 1964

A queda do Império e a implantação do regime republicano na Paraíba não foram precedidas de movimentos organizados, nem da criação de um partido republicano, como ocorreu no sudeste do país. Na Paraíba, existiram figuras republicanas históricas, como Aristides Lobo e Maciel Pinheiro, e as idéias republicanas foram divulgadas no jornal **Gazeta do Sertão**, fundado em 1888 por Francisco Retumba e Ireneo Joffily, porém, isso não resultou em nenhuma organização. Os políticos paraibanos permaneceram fiéis à Monarquia, contudo após a mudança do regime, se apressaram a aderir à República e conquistar seu espaço no novo regime (GURJÃO, 1999, p. 53 e segs).

Com o advento da República, o fenômeno oligárquico na Paraíba se configurou sob duas dominações: a “alvarista”, liderada por Álvaro Lopes Machado, que se manteve por vinte anos (1892-1912), e a “epitacista”, chefiada por Epitácio da Silva Pessoa, que dominou a política na Paraíba por quinze anos. Precedendo essas duas oligarquias, houve a “venancista, liderada por Venâncio Neiva, durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca, na Presidência da República. Ela durou de meados de 1889 ao final de 1891 (RODRIGUES, 1997, p. 19). Assim, o primeiro presidente republicano da Paraíba foi Venâncio Neiva (1889-1891), que era monarquista, mas sem militar

em política até então. Ele foi indicado por seus irmãos generais que tinham prestígio junto a Deodoro da Fonseca. Ao serem aliados do poder, com a ascensão de Álvaro Machado, seus integrantes criaram, em 1892, o Partido Autonomista, que sobreviveu até 1901. Segundo Rodrigues (1997, p.19), “esta dominação teria com seu maior papel histórico o de, mais tarde, instrumentalizar o epitacismo através da arregimentação de antigos militantes desse breve domínio”.

A queda de Venâncio Neiva e sua substituição pelo militar Álvaro Machado se deu devido à renúncia de Deodoro da Fonseca à Presidência e a ascensão do Vice-Presidente Floriano Peixoto, que nomeou Álvaro Machado o novo Presidente do Estado da Paraíba. Assim iniciou-se a denominada oligarquia “alvarista” que se prolongou, como vimos, por vinte anos. Um dos pontos de apoio da oligarquia “alvarista” era o Monsenhor Walfredo Leal, que foi governador, vice, senador e fundou o Partido Republicano da Paraíba (PRP). A oposição era liderada pelo Partido Autonomista, criado por Venâncio Neiva, que tinha como principal aliado Eptácio Pessoa.

Durante o período “alvarista”, sucederam-se cinco administrações estaduais. A primeira presidida pelo próprio Álvaro Machado (1892-1896). Em seguida, a de Antônio Alfredo da Gama e Melo (1896-1900). Depois desta, a de José Peregrino (1900-1904) e a segunda do próprio Álvaro Machado, que ficou no governo apenas um ano, voltando para o Senado e sendo substituído pelo seu vice, Monsenhor Walfredo Leal. E por fim, João Machado (1908-1912), irmão de Álvaro.

O período entre 1912 e 1915 foi de transição entre o “alvarismo” e o “epitacismo”, quando, Eptácio Pessoa e Walfredo Leal dividiram a liderança do Partido Republicano Conservador. Presidiu o Estado, nesta época, o “epitacista” Castro Pinto, sendo substituído, no final do mandato, por Antônio Pessoa, irmão de Eptácio. Às vésperas das eleições de 1915, diante das disputas pelo controle do poder estadual, ocorreu o rompimento entre Eptácio Pessoa e Walfredo Leal, dividindo o Partido Republicano Conservador em duas facções: a “epitacista” e a “walfredista”. Os partidários de Eptácio Pessoa ganharam, e daí, até 1930, passaram a ter o controle da política no Estado. Durante o período “epitacista”, governaram a Paraíba: Camilo de Holanda

(1916-1920); Solon de Lucena (1920-1924); João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930), que morreu no exercício do mandato, fato que terá repercussões na Revolução de 1930, no Brasil.

Durante a República Velha, o esquema de dominação oligárquica, na Paraíba, através de sucessivos arranjos, manteve relativa estabilidade. Mas, nos fins da década de vinte, a crise do sistema oligárquico atingiu também o Estado, com o acirramento das disputas inter-oligárquicas. Estes conflitos se acentuaram com a reformulação do coronelismo-oligárquico empreendido por João Pessoa, ao assumir o governo em 1928.

A participação da Paraíba na Revolução de 1930, como um dos componentes da Aliança Liberal, garantiu às lideranças locais, que faziam parte do quadro da administração do Estado, a permanência no poder. Assim, José Américo de Almeida – principal auxiliar da administração de João Pessoa – foi empossado na chefia do Executivo paraibano. José Américo passou, então, à condição de herdeiro político do ex-Presidente da Paraíba e o seu maior líder político. A partir deste momento, a influência de Epitácio Pessoa na política paraibana foi substituída pela de José Américo.

O quadro político pós 30 ficou da seguinte forma: o grupo situacionista, liderado por José Américo, formou o Partido Progressista (PP), que congregou, também, alguns perrepistas, absorvendo membros das oligarquias tradicionais derrotadas em 30. A facção dissidente, liderada por Joaquim Pessoa (irmão de João Pessoa) e Antônio Botto de Menezes, constituiu o Partido Republicano Libertador (PRL).

Nas eleições de 1932, que elegeu a Assembléia Constituinte, o PP foi o grande vitorioso e elegeu, em 1934, por via indireta, Argemiro de Figueiredo, como Governador da Paraíba.⁴² A partir de 1935, mesmo tendo vencido as eleições municipais de João Pessoa, o PRL foi se enfraquecendo face ao desligamento de várias pessoas do Partido e à adesão de outros ao PP.

Argemiro de Figueiredo conseguiu fortalecer o PP com a cooptação de perrepistas e lideranças do PRL, favorecendo, dessa forma, a união das

⁴² No período, de 1930-34, o Estado da Paraíba teve três governadores: José Américo, que deixou o executivo estadual para exercer o cargo de Ministro da Viação, Anthenor Navarro (1930-1932), que morreu de um acidente de avião no exercício do cargo e por último Gratuliano Brito (1932-1934).

facções oligárquicas. Em 1937, mesmo comprometido com a candidatura de José Américo à Presidência da República, solidarizou-se com o golpe que implantou o “Estado Novo” e inviabilizou a campanha sucessória presidencial e, portanto, a candidatura de José Américo, que terminou rompendo com Argemiro de Figueiredo. Este permaneceu no governo da Paraíba, como interventor, até 1940, quando foi substituído por Rui Carneiro.

Assim, durante o seu governo, Argemiro conseguiu conciliar os interesses das oligarquias paraibanas. Ele defendeu, principalmente, os interesses da fração dominante economicamente, a dos “coronéis” do algodão e pecuária, a quem era ligado, porém, sem negligenciar outros interesses em jogo. Através de intensa propaganda, que alardeava esforços para racionalização e modernização da lavoura, conseguiu difundir uma imagem progressista do Estado. Ele também se mantinha identificado com os postulados ideológicos do Estado Novo. Neste sentido, promovia intensa propaganda na imprensa sobre os méritos do novo regime. Seus discursos exaltavam o fascismo de Mussolini e Hitler comparando-o com o governo de Vargas, enquanto força libertadora da nação. Chegou a colocar um piso coberto com azulejos decorados com a suástica – símbolo do fascismo – no Palácio da Redenção, sede do governo da Paraíba. Estes azulejos só vieram a ser retirados em meados da década de 1990, no governo de Antônio Mariz.

No decorrer do governo de Argemiro de Figueiredo, as dissensões inter-oligárquicas foram ressurgindo⁴³ e culminaram, em 1940, com a deposição de Argemiro, após acusações de desmandos administrativos.⁴⁴

Com a deposição de Argemiro, Vargas nomeia Rui Carneiro como o novo interventor da Paraíba. Carneiro reordenou o esquema político-administrativo, recompondo os quadros oligárquicos dirigentes. Assim, alijou grupos então privilegiados, aliados de seu antecessor, em proveito de outros. Também fez a aproximação com conhecidas lideranças do movimento popular.

⁴³ Sobre o período de 1930 a 1940 e a recomposição das oligarquias sob a liderança de Argemiro de Figueiredo, Ver: SANTANA, Marta Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e intervenção estatal. Paraíba – 1930-1940.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

⁴⁴ Segundo Silvestre (1993, p. 269-293) as acusações de irregularidades no governo de Argemiro de Figueiredo foram apenas “intrigas” de Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, filho do ex-governador, João Pessoa, com o intuito de ser indicado por Getúlio Vargas, para o cargo de interventor da Paraíba.

Dessa forma, diversificando os quadros oligárquicos dirigentes e aplicando certas práticas populistas, Rui Carneiro conseguiu adequar o sistema oligárquico à nova fase que se prenunciava, principalmente, devido os efeitos da II Guerra Mundial (GURJÃO, 1999 p. 62-84).

Segundo Cittadino (1998, p. 17), a Revolução de 30 representou, por um lado, o fim do Estado Oligárquico e conseqüentemente, o fim do coronelismo enquanto sistema político nacional, mas, por outro:

[...] no Nordeste e, sobretudo, em estados como a Paraíba, não significou uma alteração na estrutura de poder local, nem tampouco a desagregação do coronelismo enquanto sistema de dominação. Ao contrário a estrutura agrária permaneceu intocada, permitindo que os grupos oligárquicos da Primeira República continuassem a deter a hegemonia política no estado e que a política coronelística sobrevivesse, continuando a constituir o fundamento do exercício do poder político a nível local.

Com o processo de redemocratização, iniciado a partir de 1945, com a criação de novos partidos políticos e o surgimento de eleições menos sujeitas à manipulação,

o que se observa na Paraíba é um processo progressivo de readaptação da política coronelística à nova realidade social. Os grupos oligárquicos tendem a acomodar-se à nova estrutura política, constituindo os núcleos locais dos partidos de atuação nacional e, passam a ser obrigados a disputar eleitoralmente a supremacia política do estado (CITTADINO, 1998, p. 17).

É nesse processo que “o coronelismo, agora encarado restritamente como expressão do poder de mando dos grupos oligárquicos, esgota-se, dando lugar à política populista como instrumento prioritário das novas relações de dominação” (CITTADINO, 1998, p. 17). Dessa forma, os grupos oligárquicos que permaneceram vinculados estritamente às práticas coronelísticas tenderam a ser derrotados, enquanto a hegemonia política passou para aqueles que souberam adaptar-se à nova situação. Nessa nova conjuntura, os métodos

tradicionais de controle do eleitorado, baseados na violência e opressão, são paulatinamente substituídos pela cooptação do eleitor e conquista de votos. Nesta nova relação, o clientelismo passa a ter um papel fundamental, e não apenas complementar.

Mas, pode-se questionar, como o populismo, que é geralmente identificado com uma política de massas, associada à industrialização e urbanização, se instala num estado como a Paraíba, pouco industrializado e tipicamente rural. De acordo com a autora citada, para se responder a essa questão, é necessário romper com a concepção do populismo enquanto uma aliança econômica e política entre o proletariado, a classe média e a burguesia industrial com objetivo de favorecer a criação e expansão do setor industrial, na qual os trabalhadores conseguem algumas conquistas em troca da ajuda para o desenvolvimento industrial.

No caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migrará para os centros urbanos, constituindo aí as massas populares, que incidirá a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força do processo de industrialização (CITTADINO, 1998, p. 18).

A política paraibana, após a redemocratização de 1945, continuou dominada por políticos remanescentes de 1930. O PSD foi criado pelo interventor Rui Carneiro, que se tornará chefe incontestado deste Partido. O mesmo era formado por representantes da burguesia industrial e comercial, por funcionários públicos ligados ao aparelho do Estado, e também recebia o apoio

de proprietários rurais dissidentes da UDN. A UDN terá inicialmente dois líderes, que disputarão a hegemonia dentro da legenda, o ex-interventor Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida. Ao juntar esses dois líderes, pode contar, por um lado, com o apoio de lideranças vinculadas a José Américo, devido a sua atuação no combate à seca, como Ministro da Aviação, além de que sua condição de intelectual consagrado tendia a atrair elementos da classe média urbana e de profissionais liberais. Por outro lado, contou também com os grupos oligárquicos vinculados a Argemiro de Figueiredo, desde o seu tempo de interventor. Os seus principais representantes eram ligados à burguesia algodoeira e exportadora, à agro-indústria canavieira e à pecuária.

O fato de a UDN estar ligada às oligarquias agrárias e o PSD ter uma penetração importante junto aos setores urbanos vinculados ao aparelho estatal, e mais o fato de que, nas primeiras eleições que disputaram, os votos do PSD se concentrarem no litoral e os da UDN, no interior do Estado, levaram alguns autores, a partir das considerações de Jean Blondel (1994, p. 142) - que definiu a UDN paraibana como “um partido essencialmente rural e o PSD como um agrupamento de natureza especialmente litorânea” – a estabelecerem uma oposição entre os dois partidos baseada em critérios geográficos. De acordo com essa interpretação, o caráter rural da UDN, na Paraíba, seria responsável pelas características mais conservadoras e autoritárias deste partido, enquanto a predominância de setores urbanos garantiriam ao PSD uma marca mais democrática e liberal. Mas para Cittadino (1998, p. 31):

[...] esta dicotomia existente entre os dois maiores e mais importantes partidos paraibanos, neste período, é aparente e falsa. Na verdade, a presença dos representantes dos grupos oligárquicos é também marcante no interior do PSD: durante o seu governo, Rui Carneiro procurou atrair os chefes políticos não prestigiados por Argemiro de Figueiredo buscando, em cada município, o apoio dos opositores locais ao argemirismo. Estes elementos, no momento da criação dos partidos, ingressaram no PSD, conferindo-lhe uma feição coronelística e, portanto, conservadora, neste aspecto não diferindo muito da UDN.

A composição econômica dos membros destes Partidos, na Paraíba, também não difere muito em seus aspectos fundamentais, o que faz com que a

hegemonia política no Estado permanecesse nas mãos dos grandes grupos familiares vinculados à propriedade da terra, estivesse o controle do poder estatal com a UDN ou o PSD. Esta semelhança econômica explicaria a facilidade com que estes Partidos realizaram alianças eleitorais.

O PTB foi, até 1951, quando Getúlio Vargas voltou à Presidência da República, um partido pouco expressivo no cenário político-eleitoral paraibano. A partir desta data, o Partido apresenta um crescimento com a entrada de políticos vindos de outras legendas. Todavia, ao contrário do caráter nacional do PTB, a legenda paraibana não difere ideologicamente das principais forças políticas do Estado, ficando a representatividade concreta dos interesses do trabalhismo relegada a uma posição secundária senão inexistente. O Partido alia-se sempre com uma das forças hegemônicas do Estado. Apenas na cidade de Santa Rita, onde o trabalhismo consegue estruturar-se de uma forma mais significativa, o PTB difere um pouco dos demais partidos.

O PSB, no Estado, será a legenda para onde candidatos de outros partidos se encaminharão em busca de uma legenda com quociente eleitoral mais baixo, onde pudessem ser mais facilmente eleitos.⁴⁵ Seus candidatos e seus eleitores não apresentam uma vinculação ideológica com o significado da legenda socialista, na verdade, representam a continuidade da política exercida pelos setores oligárquicos no Estado. Apenas no início da década de 60, especificamente nas eleições de 1962, o PSB elege representantes ligados à esquerda. Mas, mesmo nesta eleição, sua bancada não era totalmente formada por políticos com ideários socialistas (BLONDEL, 1994, p. 146 e segs; CITTADINO, 1998, p. 32 e segs).

Quanto ao PCB, os primeiros registros sobre o mesmo na Paraíba são da década de 30 e estão ligados ao nome do advogado João Santa Cruz. Ele foi candidato a deputado estadual pela primeira vez em 1934, pela chapa “Trabalhador Vota em Ti Mesmo”, representado a chamada “Liga Pró-Estado Leigo”, numa alusão à chapa “Trabalhador Ocupa teu Posto”, pela qual, no ano

⁴⁵ Políticos vinculados originalmente, principalmente, ao PSD, mas em alguns casos também a UDN, percebendo que teriam dificuldades de se elegerem nas suas legendas de origem, devido o alto quociente eleitoral, filiaram-se e concorreram às eleições pelo PSB, mesmo sem ter nenhum vínculo com o Partido, como foi o caso, por exemplo, nas eleições de 1962, de Wilson Braga, José Larcercda, José Lyra e outros, que se elegeram deputados estaduais pelo PSB.

anterior, o pernambucano Cristiano Cordeiro, fundador do PCB, concorrera à eleição no Estado de Pernambuco. No ano seguinte, João Santa Cruz incorporou-se à Aliança Nacional Libertadora, sendo seu maior líder na Paraíba. Após o fechamento da ANL e da tentativa de assalto ao poder pelos comunistas, no movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista, as principais lideranças comunistas da Paraíba foram presas.

Na década de 40, o PCB passa por um período de revigoração no Estado. Após 1945, o Partido integra-se na política paraibana de forma legal, apresentando candidatos e fazendo suas campanhas para Presidente da República e deputado federal, respectivamente, em 1945 e 1946. Mas foi no ano de 1947 que o PCB conseguiu seus melhores resultados eleitorais no Estado, elegendo João Santa Cruz deputado estadual e o gráfico Cabral Batista como o vereador mais votado de João Pessoa, pela legenda da UDN.⁴⁶ Como vimos, após ser colocado na ilegalidade, o Partido continuou lançando seus candidatos, principalmente a cargos proporcionais por outras legendas, tendo, em algumas oportunidades eleito vereadores em João Pessoa, Campina Grande e mais algumas cidades do interior do Estado e apoiado candidatos de outros partidos. Segundo Silva (2002, p. 130):

[...] quando se tratava de apoiar um candidato, pouco importava o partido deste candidato, o fator fundamental que os comunistas levavam em consideração era a penetração que este candidato tinha nos meios populares, e a defesa de um programa mínimo, fundamentalmente relacionado com as teses nacionalistas e as liberdades democráticas [...] o PCB nunca foi uniforme no que se refere às siglas dos candidatos que apoiou na Paraíba, só não tendo apoiado candidatos no PRP, a legenda integralista.

⁴⁶ Com o cancelamento do registro do PCB, em maio de 1947, e ameaça de cassação dos parlamentares eleitos pelo Partido, que terminou se concretizando no início de 1948, teve que lançar candidatos por outras legendas.

O PCB paraibano era formado, predominantemente, por membros da classe média. Tinha uma relativa penetração no meio operário nas cidades fabris de Rio Tinto e Mamanguape, contudo, com uma grande dificuldade de conseguir firmar bases operárias. A partir de 1958, conseguiu ter uma boa penetração no meio rural, junto aos camponeses, sendo uma das principais forças articuladoras da Ligas Camponesas. O PCB também tinha inserção no movimento estudantil onde era, juntamente com a Juventude Universitária Católica, a principal força. A partir de 1960, muitas vezes, essas duas correntes atuaram de comum acordo. Com essa aliança, os comunistas conseguiram eleger o estudante José Sabino presidente da UEEP e Antônio Augusto Arroxelas, eleito presidente desta entidade em 1962, era considerado um “aliado dos comunistas”. Os comunistas também conseguiram ter influência na Campanha de Educação Popular (CEPLAR). Apesar de penetração junto aos camponeses, o Partido era particularmente urbano, sendo seus candidatos votados, principalmente em João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Mamanguape, Rio Tinto, Sapé e Guarabira, tendo pouca penetração nos municípios menores do interior. Na Paraíba, os comunistas sofriam uma forte oposição da Igreja Católica. Nas eleições de 1959, em João Pessoa, onde o líder comunista João Santa Cruz foi candidato a prefeito pela legenda do PSB, contando com o apoio da UDN, a Liga Eleitoral Católica fez circular um panfleto sob o título de “Advertência Pré-Eleitoral”, que falava de todos os “perigos” que o comunismo oferecia à fé católica e conclamando os pessoenses a repelirem, com seu voto, “os inimigos da vossa Fé, vossa Família e da vossa Religião” (apud BARBOSA, 1985, p. 69). No dia da eleição, o jornal diário da Igreja Católica circulou com a seguinte manchete: “Votar em comunistas é trair a religião e a pátria” (apud SILVA, 2002, p. 144).

Durante este período, houve um revezamento no poder entre a UDN e o PSD. Entre 1945 e 1950, aconteceu uma supremacia política da UDN, porém, a partir daí, até 1964, nenhuma força conseguiu uma hegemonia incontestada. Três lideranças originárias de 30 dominaram a política do Estado neste período: José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Rui Carneiro. Todavia, nenhum deles, sozinho, deteve o controle do Estado. Somente as alianças que eles fizeram entre si, permitiram o controle – em parceria – dos

postos-chaves na vida política estadual. Estas alianças entre os três, às vezes, ou entre dois contra um, noutras, marcarão as disputas políticas no Estado.

Nas eleições estaduais de 1947, a UDN, contando com a presença de dois desses líderes, Argemiro de Figueiredo e José Américo, elege Oswaldo Trigueiro governador do Estado. Posteriormente, José Américo sai da UDN e vai para o PL, e coligado com o PSD, de Rui Carneiro, se elege governador em 1950, derrotando Argemiro de Figueiredo, da UDN. Essa derrota de Argemiro, em 1950, além de outra em 1947, nas eleições municipais de Campina Grande, através da candidatura de seu cunhado, Veneziano Vital do Rego, significou o início de um processo de reestruturação no exercício do poder a nível local, acompanhando alterações que se davam a nível nacional, com o advento do populismo, após o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República. Argemiro de Figueiredo personificava a estrutura de poder colada no coronelismo, do tempo da República Velha, e seus métodos de exercer o domínio político eram característicos de um momento histórico no qual o controle sobre o eleitorado era praticamente absoluto e inquestionável. Essas derrotas sofridas por Argemiro de Figueiredo são um indício de que o coronelismo, enquanto estrutura de dominação das classes oligárquicas, começava a dar sinais de esgotamento.

Com o declínio das práticas coronelísticas, começa a emergir o populismo, que passa a ser utilizado por outros segmentos desta mesma classe oligárquica para a preservação da mesma estrutura de dominação. Tais classes procuravam se adequar à nova realidade, diante das transformações que estavam se dando na sociedade, com o aumento da população urbana e do eleitorado. Assim, as vitórias de Elpídio de Almeida, para prefeito de Campina Grande, em 1947, e a de José Américo para governador, em 1950, representam uma renovação na política local, no sentido de que há o abandono dos métodos coercitivos de controle do eleitorado e a adoção do discurso populista como prioritário na disputa eleitoral. Entretanto, se há uma mudança, com a implantação de uma forma diferenciada de exercício da dominação política, não há mudança do *status quo* vigente; as elites agrárias continuam dominando, política e economicamente, o Estado.

Na eleição sucessória de 1954, há um acordo entre o PSD e a UDN e o governador José Américo, que estava deixando o governo, para o lançamento de uma chapa conjunta, formada por Flávio Ribeiro Coutinho (UDN) para governador e Pedro Gondim (PSD), para vice. Esta chapa foi eleita com facilidade, apesar de alguns setores, que ficaram fora ou contra o acordo, terem lançado a candidatura do advogado Renato Bastos para governador. A “pacificação” não significou um consenso absoluto entre as forças políticas locais, apenas representou um momento de trégua que permitiu a reordenação das máquinas políticas que, naquele momento, viviam uma crise de hegemonia. Ela também foi um claro sinal dos limites do projeto político pretensamente modernizador e anticoronelístico de José Américo. Pois este, ao avançar o processo de democratização do Estado, mesmo que através de uma prática populista de manipulação e controle das classes populares, fez uma opção pela conciliação com seus antigos opositores, fazendo um acordo que os poupasse da necessidade de articulação com as classes populares e, sobretudo, que afastasse essas classes da disputa política.

Em 1958, o principal líder da UDN, Argemiro de Figueiredo, perde o comando do Partido para o deputado João Agripino; sai do Partido e vai para o PTB, com o apoio de João Goulart, apesar da oposição do presidente estadual deste Partido, Hermano Sá. Ao sair da UDN, Argemiro apóia a candidatura de Rui Carneiro (PSD) para o senado, em 1958, e este derrotou José Américo (PL), que era apoiado pela UDN. Este resultado não significa mudanças na estrutura de poder local, mas um novo rearranjo no interior do bloco de poder em busca da hegemonia política no Estado. Houve um embate entre três lideranças, egressas de 30, que, a despeito de algumas diferenças quanto à forma de exercício do poder, continuavam representando os interesses das oligarquias locais, impondo as diretrizes políticas do Estado (CITTADINO, 1998, p. 39 e segs). Assim, segundo a referida autora:

A consequência mais significativa das eleições de 1958, em termos de lideranças, para a vida política paraibana, foi o encerramento de um ciclo iniciado a partir de 1930 e a emergência de novos nomes como figuras

centrais no cenário político local. Dessa forma, Argemiro de Figueiredo, que já havia sido derrotado no interior de seu partido, tendo de refugiar-se no PTB, passa a desempenhar um papel secundário, ocupando [...] o segundo escalão da política local. José Américo de Almeida, derrotado nas eleições, abandona a vida política [...]. Finalmente, Rui Carneiro, vitorioso nessas eleições, prossegue como chefe do PSD, mas, já não tão incontestado, pois terá de enfrentar, [...] uma nascente oposição no interior do partido que será responsável pela imposição de uma severa derrota ao partido nas eleições de 1960. Em contrapartida, observa-se a presença no cenário político de dois nomes em torno dos quais a efervescente política paraibana, às vésperas de 1964, girará: Pedro Gondim e João Agripino (CITTADINO, 1998, p. 66).

Em 1958, o governador Flávio Ribeiro Coutinho (UDN) fica impossibilitado de exercer o governo, devido aos problemas de saúde, e seu vice, Pedro Gondim (PSD), assume o governo, para terminar o mandato. Em 1959, surge um movimento, denominado de “queremismo”, reivindicando que o governador em exercício fosse candidato a governador nas eleições de 1960. Pedro Gondim recebeu o apoio de políticos, operários e funcionários públicos, através de suas entidades de classe. Contudo, o seu Partido, o PSD, não aceitou a sua candidatura e lançou a candidatura de Janduhy Carneiro. Então, Pedro Gondim terminou candidatando-se pela legenda do PSB, com o apoio da UDN – que indicou o vice, André da Paiva Gadelha, o coronel Zabilo – do PL; das dissidências do PSD, que o acompanharam na sua saída do Partido; e de parte do PTB, que discordava da chefia de Argemiro de Figueiredo. O candidato do PSD, Janduhy Carneiro, teve o apoio do PTB, que indicou o vice, Jacob Frantz, do PRT, PRP, PSP e dissidência do PSB. O Movimento Nacionalista Brasileiro – Seção da Paraíba, também o apoiou. Pedro Gondim e André Gadelha foram eleitos governador e vice, respectivamente.

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, representou o auge do populismo na Paraíba. Além das relações “fraternas”, de seu governo, no período inicial, com o movimento operário, uma das características de seu governo foi a nomeação de técnicos para as secretarias de governo.

Durante o período inicial de seu segundo governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios populistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

Diante dos conflitos mais sérios envolvendo camponeses e proprietários, a atitude inicial de Gondim pautava-se na concepção de legitimidade das Ligas e, assim, caracterizava-se pela não aceitação do uso da repressão e da violência contra o movimento. Ao não aceitar o uso da violência contra as manifestações dos camponeses, o Governo procura adotar a difícil posição de relativa imparcialidade, esperando que a resolução dos conflitos se desse através de medidas judiciais, ou seja, pelo respeito às leis. Porém, em um momento de violenta efervescência social, manter uma postura desse tipo significava, no mínimo, deixar no abandono aqueles que, no momento, eram mais frágeis, no caso, os camponeses, principalmente, levando-se em conta que, no Estado da Paraíba, a justiça ainda era amplamente controlada pelos representantes da classe dominante. Essa posição de Gondim, se, por um lado, evitou que, durante a primeira metade de sua administração, fosse usada a repressão policial contra os camponeses, por outro, não impediu o uso da violência dos proprietários contra os camponeses. Mas, essa posição do Governo do Estado, de respeito às leis, significava um avanço dentro de uma sociedade em que nem esse elemento básico de regulamentação das relações sociais era respeitado pelos grupos dominantes. Além disso, significava também a garantia da manutenção de um mínimo de espaço de expressão para as vozes discordantes.

Essa postura do governo de Gondim, de procurar manter-se como árbitro entre as classes em conflito, era um reflexo da composição populista que o elegeu. Pois ele se encontrava encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda, grupos com os quais mantinha vínculos desde a campanha, e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do Estado, com os quais se aliou para se eleger. Assim, sua margem de conciliação era muito reduzida. A dificuldade de atingir um ponto de equilíbrio reflete-se nas respostas dadas pelos seus interlocutores, tanto os grupos de esquerda, quanto os grupos agrários, que ora o aplaudem, ora o criticam. Porém, mesmo o governo Gondim tendo uma atitude dúbia e omissa com relação aos conflitos no campo, ele, na necessidade de atrair as esquerdas, deu amplos espaços aos segmentos vinculados a estas forças. Dessa forma, Gondim sempre deixou clara a sua posição de vinculação às teses reformistas, defendidas por esses grupos. Defendeu as reformas de base, dentre as quais a reforma agrária, apesar de ter tido poucas ações práticas no sentido de realizá-las. Também se incorporou ao movimento pela legalidade, no sentido de garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e defendeu a volta do presidencialismo no plebiscito de 1963. Também procurou imprimir uma nova feição ao Estado – de acordo com os princípios reformistas e do nacional-desenvolvimentismo, dos qual era defensor – através da tecnificação do aparelho de Estado e da industrialização. O fomento à industrialização tornou-se prioritário para o Governo do Estado, que incentivou a criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, fornecendo-lhes infra-estrutura necessária para instalação e funcionamento de indústrias.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o populismo “gondinista”. Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo Gondim. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão

da Faculdade de Direito⁴⁷. Estas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento “gondinista”, que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição populista que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessa política populista. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto populista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas conseqüências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros⁴⁸. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes

⁴⁷ Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: “Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, **Diário de Pernambuco**, 05 de março de 1964. (apud RODRIGUES, 2000, p. 15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In GUEDES, Nonato. et al. (Orgs). **O jogo da verdade**. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 273- 275.

⁴⁸ Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o Governo do Estado tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart.

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembléia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim elabora uma nota de apoio ao movimento golpista. Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do

Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à “revolução” se dará de forma absoluta e inquestionável (CITTADINO, 1998, p. 100 e segs).

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apoiou de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. A Assembléia Legislativa, através de projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e os suplentes Figueiredo Agra e

Agassiz Almeida. E a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes, José da Silva Gomes, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal.

O final do período populista na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais.⁴⁹ A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propicia o surgimento de práticas populistas. Contudo, durante a década de 1940 e grande parte da de 1950, o populismo serviu apenas como instrumento utilizado pelas classes dominantes para a conquista e manipulação das massas urbanas. Isso ocorreu, primeiro, por não se ter no Estado um nível de industrialização capaz de gerar um representante operariado urbano, organizado em sindicatos, que lhe permitissem negociar politicamente as suas reivindicações; e segundo, por estar-se no processo inicial de crescimento das massas populares. Será somente a partir do final da década de 1950 e, principalmente, no início da década de 1960 que, a reboque da radicalização do movimento do campo, as forças populares na Paraíba irão se mobilizar em defesa de seus interesses, aproveitando-se dos espaços da política populista.

Na época, o movimento sindical urbano na Paraíba era ainda muito incipiente, limitado às reivindicações corporativas, sem se envolver, ainda, nas questões políticas, como era próprio do movimento sindical desse período, em outras regiões do país. Apenas o setor bancário tinha uma atuação mais politizada e passou a desempenhar um papel de liderança dentro da classe trabalhadora urbana. Posteriormente, também os Sindicatos de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto e Santa Rita passam a ter uma atuação mais combativa.

⁴⁹ Durante a República Velha e no período pós 1930, até o início da fase populista o movimento sindical paraibano era muito frágil, no entanto, algumas categorias procuraram se organizar em sindicatos e realizaram algumas greves. Para uma análise sintética dos movimentos sociais entre o início da República e o do Estado Novo. Ver. GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889 / 1930). João Pessoa: Universitária / UFPB, 1994.

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, e a Associação Paraibana de Imprensa (API). Esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência de Adalberto Barreto (CITTADINO, 1998, p. 75 e segs). Outro campo de atuação importante das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, com o objetivo de, inspirada no método Paulo Freire, promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. Foi fundada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas à JUC (Juventude Universitária Católica). No seu Conselho Deliberativo, estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os comunistas também participam diretamente, principalmente, o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades (PORTO; LAGE, p. 36 e 163 e segs). Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem irá dar o tom das manifestações populares deste período é o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

A “paz agrária” no campo paraibano era garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea, composto, principalmente, pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, e pelo Estado, e fundamentava-se na exploração máxima do campesinato. Era possível detectar a relação entre dono da terra e o Estado, este, representado na zona de latifúndio pela força policial sob o comando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente designada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no

poder. O Grupo da Várzea conseguia manter a dominação oligárquica, legitimando o poder político do Estado através do curral eleitoral e do voto de “cabresto”.

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, com as mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua conseqüente expulsão da terra. Neste momento, os camponeses começaram a resistir, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o conseqüente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da Várzea (BENEVIDES, 1985, p. 32 e segs) e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos, e da influência das lutas de Pernambuco. A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, e que ficou conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galiléia, que deu origem à luta social agrária, apesar de diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do engenho Galiléia de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do líder camponês João Pedro Teixeira.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000, apesar de toda repressão do bloco agroindustrial. Começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receberem apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Centro de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. A divergência interna presente no movimento em Pernambuco, entre os seguidores de Francisco Julião e os do PCB, também se

fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos “julianistas”, Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas, e dos militantes do PCB. Mas o PCB era majoritário na Paraíba, o que facilitou a tese de adesão à sindicalização no campo, defendida por este Partido.

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a “petulância” dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais violenta do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a violência contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. Apelaram tanto para argumentos “sutis” de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; de agressões e de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito, como para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se comum a criação de milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas.

A escalada da violência teve início no Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, após um conflito entre membros da Liga e proprietários, que resultou na morte do líder camponês Alfredo Nascimento. Em seguida, houve o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira (AUED, 1985, p. 27 e 50). Este crime teve repercussão a nível nacional. Foi acusado de mandante do crime o senhor Aguinaldo Veloso Borges, sexto suplente de deputado estadual, que, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil Pereira de Brito, na Assembléia Legislativa, assumiu o mandato e passou a gozar de imunidade parlamentar.⁵⁰

⁵⁰ A Coligação Nacionalista Libertadora (UND e PL) elegeu onze deputados estaduais na eleição de 3 de outubro de 1958. Destes, um licenciou-se, dando lugar a que os cinco primeiros suplentes assumissem e, em seguida, entrassem de licença, até que chegou a vez dos sexto suplente, Aguinaldo Veloso Borges assumir. A trama ficou evidenciada pela Ata da Assembléia Legislativa do Estado do dia 11 de abril de 1962: “Expediente Requerimentos:

Do Deputado Clóvis Bezerra requerendo 31 dias de licença para tratamento de saúde. Do Deputado Flaviano Ribeiro, no mesmo sentido.

O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembléia o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembléia e vem assumir o mandato”. (apud BENEVIDES, 1985, p. 99).

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagem às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre os camponeses, quanto entre as milícias dos proprietários, como foi o caso do confronto que ficou conhecido como “Chacina de Mari”.⁵¹ Estas violências chegaram ao auge após o Golpe de 1964, que resultou no total desmantelamento do movimento camponês.

2.2 Da ditadura militar à redemocratização

As eleições de 1965, para governador na Paraíba, foram as últimas diretas ocorridas até 1982, e ainda se deram dentro do mesmo quadro partidário vigente desde 1945. Segundo Melo (1992 apud CITTADINO, 1999, p. 115), esta disputa revestia-se de grande importância, pois quem a vencesse, passaria a liderar o movimento “revolucionário” na Paraíba:

A distância já permite a compreensão de que, a três de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, disputava-se não apenas a titularidade do Governo Estadual, mas a representação do movimento de 1964 na Paraíba, pleiteada pelo ex-ministro João Agripino, chefe da UDN paraibana e um dos líderes nacionais daquele acontecimento, e Rui Carneiro, cacique populista do PSD, que não ingressou na ARENA por razões de ordem local.

Então, a disputa se deu entre João Agripino, que tinha como vice o ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, e Rui Carneiro, com Argemiro

⁵¹ Conflito entre um administrador de fazenda, vigias e policiais arrebanhados de um posto policial de Santa Rita, e camponeses, que resultou em oito mortos, entre os quais o administrador da Usina São João e o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino.

de Figueiredo de vice. A vitória de João Agripino o consagrou como a liderança mais forte da Paraíba no pós-64.⁵²

Com a extinção dos partidos, através do AI-2, formam-se os dois novos partidos autorizados pelo regime militar, a ARENA, da situação e o MDB, de oposição. Na Paraíba, a ARENA foi formada, fundamentalmente, por membros da antiga UDN, e subsidiariamente, por pequenos partidos, como o PDC, PL, PSP que, ao longo do governo Pedro Gondim, se aproximaram daquele Partido e dissidências do PSD, PTB, PSB e PR. Quanto ao MDB local, foi fundado, principalmente, por antigas forças “pessedistas”, que pouco diferiam dos grupos oligárquicos “udenistas”. Sendo assim, esta agremiação não aponta para o desempenho concreto de um perfil de oposição. A sua constituição foi definida muito mais a partir das disputas locais pelos espaços de poder do que no sentido de fazer uma oposição ao regime ditatorial. Segundo Ramos (1991, p. 108), o presidente do MDB, Rui Carneiro:

[...] gozava das boas graças dos revolucionários, era amigo pessoal de Castelo, que chegou a articular o seu ingresso no partido governista, a Arena, [...]. Rui só não filiou-se à Arena porque quis impor uma condição que Agripino rejeitou peremptoriamente: a exclusão de Pedro Gondim. Depois de muita sondagem, Castelo percebeu que Rui poderia prestar-lhe os mesmos serviços no partido oposicionista, dada sua lealdade ao poder federal.

⁵² Para uma análise de todo o governo de João Agripino, inclusive enfatizando o fato de que seu governo pretendeu modificar a cultura política paraibana. Ver. CITTADINO, Monique. **Poder local, modernização econômica e reforma do Estado: a face de Janus do Governo João Agripino.** Paraíba (1966/1971). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, mimeog., 2001. Acreditamos que apesar de trabalho da referida autora apresentar vários fatos que indicam uma postura do governo neste sentido, outros, também apontam o contrário, como a sua luta para indicar como seu vice, o ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, acusado de mal-versação do dinheiro público, sendo inclusive impedido de tomar posse por esse motivo, além das acusações de uso da máquina para sua eleição, o que também causou um processo que ameaçou a sua posse. Também tem que se considerar o fato das relações íntimas de Agripino, com os vários presidentes militares, que indicam no mínimo convivência com posições anti-democráticas.

Segundo Rolim (1979, p. 22), a Paraíba talvez tenha sido o único Estado do Nordeste onde o MDB nasceu relativamente forte, devido à presença de uma liderança como Rui Carneiro. Porém, para Cittadino (1999, p. 118),

esta afirmativa deve ser relativizada e, longe de representar a possibilidade de uma concreta oposição ao regime ditatorial do Governo Federal, verifica-se, claramente, que o MDB paraibano assumiu uma posição de apoio à política estabelecida pelo Executivo Federal, chegando a referendar diversas medidas adotadas pelo regime militar.

Durante o período de vigência deste, Rui Carneiro elegeu-se duas vezes senador pelo MDB, em 1966 e em 1974. Mas não se pode tomar a vitória do MDB para o senado como um exemplo de força oposicionista consistente frente ao Governo Federal, pois, em ambas as eleições, a ARENA foi amplamente vitoriosa para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa.

Mello (1999) aponta alguns momentos de resistência do MDB paraibano ao regime militar como o pronunciamento de alguns parlamentares do Partido fazendo leves críticas à falta de democracia, a exemplo do senador Argemiro de Figueiredo e os deputados Osmar de Aquino e Humberto Lucena, a nível federal, e Mirando Freire, a nível estadual, no período inicial do regime implantado em 1964.⁵³ E num momento posterior, após o início da “distensão”, críticas mais contundentes, em pronunciamentos do Senador Humberto Lucena, dos deputados federais Marcondes Gadelha e Otacílio Queirós e dos deputados estaduais Ruy Gouveia e Bosco Braga Barreto. Contudo, o mesmo

⁵³ Na verdade, na Paraíba, no período que antecedeu o AI-5, em 1968, apenas os estudantes fizeram uma oposição mais acentuada ao regime militar, principalmente após o assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro. Com o pretexto de protestar contra a morte do referido estudante, passeatas e greves foram realizadas em João Pessoa e Campina Grande e foram duramente reprimidas pelo governo de João Agripino. Mas, não se pode negligenciar que a oposição parlamentar tinha realmente pouco espaço para se expressar neste período e após o AI-5 só restou como forma de resistência os focos de luta armada, que foram massacrados pelo regime. Sobre a resistência estudantil na Paraíba, neste período, Ver. RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos**. A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000.

admite que a resistência do MDB ajustava-se às regras impostas pelo regime militar. Segundo ele:

Singularizado pela presença, em sua estrutura, da maioria do antigo pessedismo, o MDB constituía, na Paraíba, uma das mais sólidas seções oposicionistas da Federação Brasileira. Em peso político, somente a ultrapassavam as da Guanabara e Rio Grande do Sul. Mas, enquanto a primeira registrava a excrescência do chaguismo, e a gaúcha, de inspiração Jango-brizolista, via-se atingida por freqüentes expurgos, a paraibana consolidava-se sem maiores riscos, pela maneira como mesmo na resistência, ajustava-se às regras do sistema de 64 (MELLO, 1999, p. 37).

Após o mandato de João Agripino, os governadores passaram a ser eleitos de forma indireta até a volta das eleições diretas para o cargo, em 1982. Foram eleitos governadores da Paraíba dessa forma: Ernani Satyro em 1970, Ivan Bichara, em 1974 e Tarcísio Burity, em 1978.

A partir do golpe de 64, acentua-se o processo de modernização do Estado cujas bases haviam sido lançadas no Governo Pedro Gondim. Esse processo incluía, por um lado, uma transformação no próprio conteúdo e funções do Estado, no sentido de lhe conferir atribuições anteriormente não existentes. Por outro, o processo de modernização também implicaria uma dinamização da economia local, sobretudo, a partir da política de fomento à industrialização. Essa transformação do caráter do Estado foi iniciada no Governo Pedro Gondim, dentro de um projeto político mais amplo de âmbito nacional: a política desenvolvimentista.

Durante o regime militar, o desenvolvimentismo, mesmo que em outros moldes, era considerado como uma das bases fundamentais para a segurança nacional. João Agripino, comungando dos mesmos princípios do Governo Federal, foi o responsável, na Paraíba, por aprofundar e sistematizar o

processo de modernização iniciado por Gondim, elemento essencial da política desenvolvimentista. Dentro desta perspectiva, no governo de João Agripino, foram criadas a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Administração, a Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP) e a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP). No governo de Ernani Sátyro, o reaparelhamento do Estado prosseguiu, com a construção do Centro Administrativo.

Esse processo de modernização, implantado pelos governos da ditadura, além de atuar diretamente sobre o aparelho de Estado, ampliando-o e tornando-o mais complexo, também incluiu a dinamização da economia local, que passou a ser objeto preferencial do planejamento e da atuação estatal. Dessa forma, João Agripino procurou dar continuidade, e principalmente ampliar e aprofundar, os projetos de incentivo ao setor industrial feitos no Governo Pedro Gondim. Nesse sentido, procurou, através dos incentivos da SUDENE, atrair para a Paraíba diversos grupos industriais do Sudeste, fornecendo-lhes condições favoráveis à sua instalação.

No Governo Ivan Bichara, o investimento no setor industrial teve um novo impulso, com a criação de novos distritos industriais. Paralela e subsidiariamente ao incentivo do setor industrial, os governos do período ditatorial passaram a investir em infra-estrutura, para garantir o desenvolvimento industrial pretendido (CITTADINO, 1999, p. 120 e segs). Mas, segundo a referida autora:

[...] esse processo de modernização se, aparentemente, apresenta dados que sugerem um processo positivo de transformação do estado, ao ser submetido a uma análise mais criteriosa, revela-se como um processo conservador (a chamada modernização conservadora) no qual o aparelho do Estado é apropriado pelas tradicionais elites oligárquicas, e as conseqüências

da modernização imposta apresenta-se positiva unicamente para esses grupos, enquanto faixas mais amplas da população são obrigadas a arcar com os custos do processo, sendo submetidas a uma miserabilização progressiva (CITTADINO, 1999, p. 122).

Este processo teve conseqüências negativas mais acentuadas para dois setores da sociedade: o rural, com a expropriação camponesa e o industrial local, com a política de incentivo fiscal, que beneficiava empresas de outros estados que se instalavam aqui. E, finalmente:

[...] o processo de modernização conservadora do estado, à medida que tornou mais complexo o próprio aparelho de estado, possibilitou às elites políticas e econômicas a sua perpetuação no poder. Esses grupos, dispendo agora de uma máquina estatal mais ampla e complexa e, conseqüentemente, de um maior número de cargos e empregos de um lado e, do controle de verbas federais, de outro, aprofundaram o processo de privatização do espaço público, reforçando as práticas clientelistas que, em última instância, lhes garantiam o apoio necessário à preservação do poder (CITTADINO, 1999, p. 124).

A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o

golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter uma certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado “Acordo de Brasília”. Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátyro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátyro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga. Quanto aos primeiros, alegava-se que não tinham densidade eleitoral. Com relação a Braga, pairava contra ele a acusação de ter-se aliado, juntamente com os deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite, ao grupo de parlamentares articulador da candidatura do General Silvío Frota à Presidência da República.

O governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório tentando relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964 foi enviado para o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, pela ARENA da Paraíba. Diz o documento, sobre Mariz:

Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista (foi secretário geral da UNE) não tem condições para ajustar-se aos ideais revolucionário de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar. Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária (apud MACHADO, 1978, p. 45).

Bichara não conseguiu emplacar a candidatura do senador Milton Cabral para governador, junto aos militares, todavia conseguiu vetar a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio de Miranda Burity para o cargo de governador, ficando Milton Cabral

com a vaga de candidato a senador biônico. Porém, Mariz não aceitou passivamente a sua preterição como candidato da Arena ao governo do Estado, e, ao retornar a Paraíba, fez um discurso na Praça João Pessoa, para um grande contingente de pessoas, criticando todo o processo de escolha e o próprio regime.

Mariz ao não aceitar a decisão tomada em Brasília decidiu registrar sua candidatura a governador. Tinha-se dessa forma, duas candidaturas ao governo do Estado da Paraíba, dentro da Arena. Assim, referiu-se um repórter da revista **Isto É** sobre a eleição da Paraíba: “a Paraíba está preparada para assistir [...] à mais agitada de todas as convenções arenistas do país, já que uma vitória de Mariz terá o impacto de um pé-de-cabra forçando a porta do sistema. E talvez disparando o alarme do AI-5” (apud MACHADO, 1978, p. 120).

Na convenção, dos 286 convencionais aptos para votar, compareceram e votaram 281. Tarcísio Burity teve 152 votos e Antônio Mariz 124. Três votaram em branco e dois nulos. Para senador biônico, Milton Cabral derrotou o ex-Governador Ernani Sátiro por 162 votos a 111. Cinco votaram em branco e três nulos.

Após sua derrota, para o governo do Estado, Mariz e outros dissidentes da ARENA, apoiaram Humberto Lucena, do MDB, na eleição direta para o Senado, que derrotou o candidato da ARENA, o ex-Governador Ivan Bichara. Assim, segundo Rolim (1979, p. 121):

As causas da derrota da Arena, na Paraíba, não estão enquadradas no cenário geral que caracterizou as vitórias do MDB em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais. Acham-se aqui mesmo, como decorrência do desfecho da escolha do Governador.

Apesar dos dissidentes da ARENA terem contribuído para a derrota do Partido nas eleições para o senado, Mello (1999) destaca que os membros da mesma não tinham o perfil de contestadores do regime e aderiram à dissidência por

questões pessoais e de disputas por espaço na política local. Buscando comprovar esta afirmação, afirma que:

[...] mesmo com a radicalização avançando, esses deputados e os prefeitos que o acompanhavam continuaram, com raras exceções, a freqüentar as Secretarias de Estado do Governo – tanto antes quanto depois do afastamento do Governador Bichara – em busca de benesses, como bolsa de estudos, subvenções, auxílios e até nomeações, no festim de despedida do bicharismo (MELO, 1978, p. 294).

A responsabilidade de imprimir conteúdo programático à dissidência caberá ao deputado Antônio Mariz. Este, além de fazer críticas ao regime no seu discurso em praça pública, ao ter seu nome rejeitado pela ARENA, em outra oportunidade, num discurso na Câmara dos Deputados, teceu críticas mais profundas ao regime militar. Na ocasião, ele atacou a ausência, no processo político nacional, de liberdade e participação, a institucionalização dos senadores biônicos, o abandono do Nordeste, a má distribuição da renda nacional, a função draconiana da lei de greve, os créditos educativos, por os mesmos comprometerem a gratuidade da educação, e concluiu sua intervenção, defendendo uma reforma constitucional que restituísse a democracia, “como expressão da liberdade em todas as suas formas” (MELO, 1978, p. 295).

Além do apoio dos dissidentes da ARENA, outros fatores que contribuíram para a vitória do MDB, na eleição para o Senado na Paraíba, foram: o recurso da sub-legenda e a estrutura partidária do MDB, pois a Paraíba era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB detinha um significativo número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades (ROLIM, 1979, 121). O autor citado conclui sua análise das eleições de 1978, na Paraíba, único estado do Nordeste onde a oposição fez um senador, da seguinte forma: “... o que se infere é que a única vitória da oposição nesta parte do Brasil foi alcançada de braços cruzados. O esforço maior - e decisivo – ocorre nos arraiais arenistas” (ROLIM, 1979, 121).

Quanto às eleições para a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa, a ARENA e o MDB mantiveram o mesmo número de cadeiras, houve apenas algumas

mudanças de nomes, sem nenhuma significação do ponto de vista político e ideológico.

Contudo, se as eleições de 1978, quanto à estrutura de poder local, não apontaram para uma real transformação, em relação à estrutura político-partidária, representaram um esgotamento do regime político militar, instituído com o Golpe de 1964. Pois:

De um lado, a cisão no interior da ARENA é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dando a essa eleição ares de disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativa da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional (CITTADINO, 1999, p. 127).

No campo social, neste período de “abertura política”, há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim,⁵⁴ e um incipiente movimento sindical combativo, influenciado pelos acontecimentos do ABC e pelo trabalho de base da Igreja Católica.

⁵⁴ Para um levantamento minucioso dos conflitos de terra da Paraíba, do final da década de 1970 a segunda metade da década de 1990. Ver. MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997. Para uma análise específica do conflito de Alagamar. Ver. CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985 e GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O capitalismo selvagem e o conflito da grande Alagamar. João Pessoa: **Cadernos de Estudos Regionais**, UFPB/NDIHR, 1981.

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Quanto à questão sindical, quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria - com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo - como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos “combativos”, a Secretaria de Formação da CUT/PB: “...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho” (apud NUNES, p. 295).

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades onde as oposições ligadas ao “novo sindicalismo” ganharam as direções, foram a AMPEP e do Sindicato dos Têxteis.

Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação do PT no Estado da Paraíba, no ano de 1980, e, posteriormente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais. O Congresso de Fundação da CUT/Pb foi realizado no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais.

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela

atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operaria, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, etc., na zona urbana. A Pastoral Operária foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas.

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em Salvador. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luis consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a Associação Docente.

Também surgirá neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal **O Trabalho**, se destacará pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel será desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, que será criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher.

A primeira manifestação política pública, do campo da esquerda, no Estado da Paraíba foi uma procissão organizada com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, em 1978, pela libertação do preso político Cajá⁵⁵, que contou inclusive com a participação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

2.3 Das eleições diretas de 1982 ao ano 2000

Com a reformulação partidária do final de 1979, o deputado federal do MDB Carneiro Arnaud e parte da dissidência arenista na Paraíba, liderada pelo deputado Antônio Mariz, fundaram o Partido Popular (PP) no Estado, e posteriormente, com a fusão deste com o PMDB, eles entraram nesse Partido. O PDS será formado com os setores da ARENA e alguns dissidentes do MDB. Surge também neste momento o Partido dos Trabalhadores (PT)⁵⁶. O PDT e o PTB tentam se organizar, mas não conseguem se legalizar neste primeiro momento.

No início da década de oitenta, período dessa reformulação partidária, segundo Mello (2000, p. 89), o modelo modernizador do Estado paraibano, que se iniciou no governo de João Pessoa e teve seu auge no governo de João Agripino, “revelou-se esgotado, não só em razão do fraco desempenho da economia estadual, como em face da pressão exercida pelas oligarquias, a rigor não ultrapassadas pela modernização conservadora do período 1966/82, mas a ele crescentemente acopladas”. Setores oligárquicos ligados aos governadores Ernani Sátyro e Ivan Bichara, governantes pouco afeitos a considerações de ordem técnico-econômica; e o apoio dado pelas oligarquias “arenistas” à ascensão, em 1978, de Tarcisio Burity, levaram o Estado paraibano a uma grave crise, devido a uma acentuada prática clientelística. O Estado paraibano que, desde a Revolução de 30, se converteu no centro dinâmico da sociedade paraibana, entra em processo de sucateamento. Um dos sintomas dessa desagregação residiu na multiplicação de órgãos públicos

⁵⁵ Edvaldo Nunes da Silva, conhecido como Cajá, era um dos coordenadores das Pastorais no Recife e de forma clandestina, um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi preso no Recife e na prisão passou uns bilhetes dando orientações a militância de seu Partido, esse material foi apreendido pela polícia, expondo assim sua vinculação com o Partido clandestino.

⁵⁶ A construção, trajetória, atuação política e relações do PT com a política paraibana, que são os objetos principais deste trabalho, serão analisadas nos capítulos 3,4, 5 e 6.

destinados a favorecer a clientela dos grupos tradicionalistas, familiares e populistas. Neste sentido, houve um exagerado aumento do número de secretarias e de funcionários públicos. Nas eleições de 1982, a descaracterização do Estado paraibano recebeu um impulso, com o exagerado uso da máquina para eleger o candidato a governador pelo PDS, deputado Wilson Braga (MELLO, 2000, p. 89 e segs). Na ocasião, o então governador Clóvis Bezerra foi acusado de, em apenas dez meses de governo, nomear quatorze mil funcionários.

[...] a campanha eleitoral de 1982 levou o binômio Governo-PDS tanto a recorrer ao erário e fontes de financiamento externo – Banco Central, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, SAREM, etc. – como à dispensa de taxas internas, com o que as receitas públicas se esvaíram. Empresas públicas estaduais como CIDAGRO, A União Editora, CAGEPA e SAELPA ingressaram em virtual regime de falência, condição reconhecida pelo próprio Governador com relação a esta última (MELLO, 2000, p. 121-122).

Mello (2000, p. 122) também destaca o *déficit* do Banco Estadual, o Paraiban, e conclui: “o sucateamento da máquina estatal paraibana acelerou-se durante as eleições de 1982, após o que a ação do grupamento político, então vitorioso, contribuiria para agravá-lo”.

A partir do início da década de 80, o Estado passou a exercer um controle sobre os municípios, que refletia nos resultados eleitorais. A subordinação dos municípios ao Estado-membro, no caso, a Paraíba dos anos oitenta, fazia-se não apenas por via dos programas de dominação do Estado sobre os municípios, mas por intermédio de obras conveniadas.

Um dos mecanismos destinados a minar a autonomia municipal, através da subordinação das Prefeituras ao Governo do Estado, consistiu na

multiplicação de associações intermunicipalistas [...] com a finalidade de, controladas por lideranças situacionistas, acionarem programas e projetos de origem estatal (MELLO, 2000, p. 122).

O fato do PDS monopolizar os aparatos estatais não quer dizer que o PMDB não dispusesse, durante o pleito de 1982, de “coronéis” responsáveis pela organização de currais. Segundo Mello (2000, p. 110):

A existência de tais práticas e currais ao lado do PMDB não implicava, porém, em que esse partido dispusesse dos mesmos instrumentos do PDS. É que os currais experimentavam dificuldades em formar com a oposição, por lhes faltar o oxigênio do poder, tal como definido por Leal [...], ‘erário, empregos, favores e força policial, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça’.

Diante deste quadro de excessivo uso da máquina estatal, o candidato do PDS, deputado Wilson Braga, venceu por larga margem de votos os candidatos do PMDB, deputado Antônio Mariz, e do PT, o bancário Derly Pereira.

A partir das eleições diretas para governador, em 1982, o país como um todo entra numa nova fase, com a campanha das diretas, a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, com o conseqüente encerramento do ciclo militar, a promulgação da nova Constituição e, finalmente, a volta das eleições diretas para Presidente da República..

Na Paraíba, nesse período, se inicia um processo de reorganização partidária. O novo governador Wilson Braga rompe com o anterior, Tarcísio Burity, aproxima-se do novo Presidente da República, José Sarney, apesar de não ter aderido no primeiro momento à Frente Liberal, e passa a controlar as

legendas do PDS e PFL.⁵⁷ Burity inicialmente entra no PTB, um partido sem expressão na Paraíba⁵⁸ e depois entra no PMDB, onde foi eleito governador em 1986.⁵⁹ Assim o PMDB passa a ser governo na Paraíba, porém com um governador originário dos quadros da antiga ARENA.⁶⁰ Nesse período, o PMDB fragmenta-se, pois saíram de seus quadros os militantes dos partidos de esquerda que se legalizaram – o PCB e PC do B – e entidades da sociedade civil foram deixando de apoiá-lo.

A natureza da abertura política nacional dos anos oitenta condicionaram o comportamento do PMDB da Paraíba. Nesta, a agremiação humbertista compôs-se com dissidências militares para chegar ao Palácio da Redenção com Tarcisio Burity, em 1986. Pouco depois, os peemedebistas Ronaldo Cunha Lima e Antônio Mariz celebraram alianças com oligarquias e segmentos conservadores para alcançar o Governo, em 1990 e 94 (MELLO, 2000, p. 164).

⁵⁷ Posteriormente, no ano de 1989, o ex-governador Wilson Braga entra no PDT. A partir deste momento, o partido passa a ter expressão eleitoral no Estado. Em 1990, Wilson Braga disputa o Governo do Estado pela legenda, sendo derrotado, no segundo turno, por Ronaldo Cunha Lima do PMDB; em 1992 o Partido conquista a prefeitura de João Pessoa, com a eleição de Chico Franca; em 1994, a deputada federal Lúcia Braga disputa o governo do Estado com Antônio Mariz (PMDB) e foi derrotada também no segundo turno. Em 1996, novamente a deputada Lúcia Braga foi derrotada no segundo turno, dessa vez na disputa para a prefeitura de João Pessoa, pelo candidato do PMDB, Cícero Lucena. A partir daí o Partido entra em declínio, principalmente após a saída da família Braga da legenda. Com a saída destes a mesma ficou sobre o controle do ex-prefeito Chico Franca e passou a ter um fraco desempenho eleitoral, sendo hoje apenas um partido auxiliar do grupo ligado ao ex-governador José Maranhão.

⁵⁸ O PTB na Paraíba, como, aliás, em todo Brasil, após a reorganização partidária de 1979, não conseguiu se firmar como uma legenda independente, servindo apenas de abrigo para políticos dissidentes das grandes agremiações. Após o racha no PMDB, no final da década de 90, com a briga entre ex-governador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, passou a abrigar políticos ligados a este grupo e é hoje um partido auxiliar do mesmo, que se encontra no PSDB.

⁵⁹ Posteriormente, Burity também rompe com PMDB e vai para o PRN, onde apoiou, juntamente com o senador Raimundo Lira, que tinha sido eleito pelo PMDB, em 1986, a candidatura de Fernando Collor de Mello à Presidência da República em 1989. Na década de 1990, Burity migrou para várias legendas, entre elas, o PDT, onde tentou se eleger senador em 1998, sendo derrotado. Em 2002 voltou ao PMDB, quando novamente foi candidato a senador, sendo mais uma vez derrotado.

⁶⁰ Este fato provavelmente teve influência nas características “continuístas” do governo do PMDB com relação ao seu antecessor do PDS, principalmente no que se refere aos aspectos tradicionais da cultura política paraibana, porém, mesmo quando o PMDB assume o governo do Estado, com quadros históricos da legenda, que se destacaram na luta pela redemocratização do País, como o Ronaldo Cunha Lima e posteriormente José Maranhão, não se observaram mudanças neste aspecto.

Mariz foi eleito governador em 1994, porém veio a falecer logo no início de seu mandato, assumindo o Governo do Estado o vice-governador José Maranhão, que foi reeleito em 1998. Neste ano, surge uma dissidência no PMDB, com o rompimento entre o governador e o grupo do ex-governador Ronaldo Cunha Lima, que, posteriormente, ingressa no PSDB.⁶¹

A crise do setor público na Paraíba alcançou seu auge em meados de década de oitenta, quando o ensino público degradou-se, hospitais estatais faliram, estradas asfaltadas desapareceram, repartições se deterioraram e sociedades de economia mista passaram a atuar no vermelho. A culminância desse processo foi o fechamento, em 1990, do Banco do Estado da Paraíba, o Paraiban, pelo Banco Central. Vários fatores contribuíram para a desintegração do Estado, entre eles, administrações neo-populistas, de tipo clientelista e cartorial-burocrática, que aumentaram de forma exagerada as nomeações para o serviço público; e o excessivo endividamento do Estado. A Paraíba virtualmente faliu, porém, a falência do Estado não afetou, igualmente, todos os setores. Ainda há quem se beneficie dele (MELLO, 2000, p. 168 e segs). A partir de meados da década de noventa, há uma parcial recuperação do Estado, com investimentos em alguns setores, apesar de os índices sociais continuarem sofríveis.⁶²

⁶¹ O PSDB, na Paraíba, foi fundado em concomitância com o nacional, em 1988, pelo sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho, de tradicional família oligárquica do Estado. Este que tinha sido um dos fundadores do PMDB, no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, procurou dar um conteúdo mais ideológico ao mesmo, mas nunca conseguiu que a legenda tivesse expressão eleitoral no Estado, nem com a ascensão deste Partido à Presidência da República em 1994, com eleição de Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, em disputas internas, o mesmo foi afastado da legenda, que ficou sendo controlada pelo então secretário de Meio Ambiente da prefeitura de João Pessoa, Josimar Viana, pelo então prefeito de Boqueirão, e ex-deputado estadual João Fernandes e pelo prefeito de Pedras de Fogo, Manoel Júnior, que passou a presidir a legenda no Estado. Em 1999, após desentendimentos com o governador José Maranhão entraram na legenda, advindos do PMDB, os deputados federais Inaldo Leitão e Ricardo Rique. Após nova disputa interna, permeada pela briga interna do PMDB, entre o governador José Maranhão e o grupo Cunha Lima, o presidente da legenda, Manoel Júnior, ligado ao governador foi afastado da mesma. No início do ano de 2002, o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, e todo o grupo Cunha Lima, encabeçado pelo deputado federal e ex-governador Ronaldo Cunha e pelo, na época, prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima entraram no Partido. Nas eleições de 2002, este, elegeu o governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima e a maior bancada de deputados estaduais, tornando-se dessa forma, o maior partido político do Estado.

⁶² Em 1996, um relatório produzido pelo PNDU e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) colocou o Brasil no 63º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Paraíba em último lugar no Brasil, com um índice de qualidade de vida de 0,446, enquanto que o Rio Grande do Sul, que ficou em primeiro, tinha um índice de 0,871. Os critérios analisados para se chegar a tal índice foram: expectativa de vida ao nascer, renda per capita e educação (escolaridade e taxa de alfabetização). Na comparação entre vinte e seis estados brasileiros, já

3 O PT NA PARAÍBA: CONSTRUÇÃO E TRAJETÓRIA

3.1 Da fundação a 1989: hegemonia de concepções “esquerdistas radicais”

Como vimos, o movimento sindical ligado ao “novo sindicalismo”, a Igreja Católica, as organizações da esquerda organizada, os parlamentares progressistas saídos do MDB e alguns grupos de intelectuais foram as categorias sociais que participaram da criação do PT, sendo os setores ligados ao “novo sindicalismo” hegemônicos nesse processo, pelo menos no Estado de São Paulo. No caso do Estado da Paraíba, devido à fragilidade do movimento sindical, onde inicialmente apenas a Associação dos Professores do Estado (AMPEP) apóia a criação do PT, e a não adesão de parlamentares⁶³ de outras legendas ao Partido, quem irá encabeçar o projeto de criação da agremiação no Estado são os militantes vinculados aos movimentos da Igreja Católica, que em parte se afastam provisoriamente do processo no início de criação do Partido, como veremos, e os militantes das organizações da esquerda clandestina. Como afirma Anísio Maia, um dos fundadores do Partido no Estado:

Nesse tempo uma boa parte das pessoas que fundaram o PT eram ligados a alguma organização, um pessoal ponderável ligado ao setor trotskista, que hoje forma a DS, mas antes chamava CLTB e várias siglas, que levavam aquelas disputas intermináveis entre trotskistas e havia um setor que era originado do PCR, entre eles Wanderly Farias, Sônia Germano e eu. Nós

que o Estado de Tocantins não foi incluído na pesquisa, a Paraíba ficou em último lugar em esperança de vida, penúltimo em escolaridade e antepenúltimo em produto interno bruto per capita. (In: **Isto É**, 26 de junho de 1996, apud AMORIM, 1999, p. 98). O Governador do Estado, na época, José Maranhão, contestou os números argumentando que eles foram colhidos no início da década de 90, portanto antes de seu governo. Em 2002 um novo relatório foi divulgado, com dados referentes aos anos de 1991 a 2000, onde o Estado da Paraíba apresentou uma melhora em seus índices sociais, passando para um IDH de 0,678, ocupando agora o 24º no Brasil à frente dos estados de Alagoas, (0,633), Maranhão (0,647) e Piauí (0,673). (BATISTA, 2002, p. 01; SANTIAGO, 2003, p. 04). Mas, mesmo com essa melhora, os índices sociais da Paraíba continuam sofríveis. Dados de 2002, portanto após oito anos do governo de José Maranhão, confirmam a situação de penúria de boa parte da população paraibana. Segundo o Programa Comunidade Solidária a fome está presente, atualmente, em todo território paraibano, mas é mais acentuada em 91 dos 227 municípios. (SANTIAGO, 2002, p. 01). Também um relatório da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Economia, baseado em microdados do PNAD-IBGE, de julho de 2001, confirma os baixos índices de desenvolvimento social do Estado. Segundo o referido relatório, 49,36% dos paraibanos são indigentes, dessa forma, 1.639.964 dos 3.436.718 habitantes do Estado estão entre as linhas da pobreza e da miséria. LUNA, 2002, p. 04.

⁶³ Apenas o suplente de deputado estadual, Frei Marcelino, que assumiu o mandato algumas vezes, adere ao PT e disputa as eleições de 1982, não sendo eleito. Algum tempo depois, ele deixa o Partido.

éramos os dirigentes do PCR na Paraíba [...] e entramos para organizar o PT por decisão do PCR [...] quer dizer, um dos pilares da organização do PT na Paraíba foram as organizações de esquerda clandestinas.⁶⁴

Alguns desses militantes de organização de esquerda atuavam de forma clandestina dentro da Igreja, entre os principais, Wanderly Farias, membro da Coordenação Regional da Pastoral da Juventude no Movimento Popular, tendo, inclusive, sido o representante da juventude brasileira na Conferência de Puebla, e o professor Vanderley Amado, que atuava na Pastoral Operária. Na Paraíba participam da criação do PT, de forma mais orgânica, militantes das seguintes organizações: Partido Comunista Revolucionário (PCR); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), oriundas de rachas do PCB, durante o período da luta armada no Brasil; e os agrupamentos trotskistas: Organização Socialista Internacionalista (OSI), que se expressava através do jornal **O Trabalho** e no movimento estudantil era conhecida como Liberdade e Luta (Libelu); Convergência Socialista e Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB)⁶⁵ e, posteriormente, com o fim do CLTB e a entrada de parte deste grupo na Democracia Socialista em 1982, esta passa a ser um dos grupos importantes na construção do PT na Paraíba.

Essas organizações tiveram um papel importante na construção do PT no Estado e praticamente monopolizaram a direção partidária no início da formação do Partido, mas isso não quer dizer que elas eram agrupamentos grandes ou com muita inserção nos movimentos sociais.

O professor universitário Vanderley Amado, membro do MEP, e uma das principais figuras na construção do Partido no Estado, perguntado sobre o tamanho de sua organização, responde: “... o MEP era eu. Eu vim para Paraíba, na época não tinha nenhum outro militante do MEP, era eu e a minha esposa, Neide Miele”.⁶⁶ Posteriormente, com o trabalho dentro do PT e, principalmente, no

⁶⁴ Entrevista ao autor, dezembro de 2001.

⁶⁵ O CLTB foi um racha da OSI, principalmente por seu posicionamento contrário à entrada no PT e crítico à atuação do movimento sindical dos metalúrgicos, principalmente a liderança de Lula. Além de membros da OSI, militantes de outras correntes trotskistas entram na organização. Em 1982, após um processo de discussão, esta Corrente entra na Democracia Socialista (DS).

⁶⁶ Entrevista ao autor, fevereiro de 2002.

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)⁶⁷, uma organização formada pelo líder camponês Manoel da Conceição que objetivava prestar apoio aos trabalhadores rurais, onde os militantes do MEP tinham uma grande influência, a corrente cresce um pouco, porém, segundo o próprio Amado, não chega a ter mais de dez militantes orgânicos, contudo mesmo assim tinha dois membros na Comissão Provisória Estadual do PT, que era formada por dez pessoas.⁶⁸

Entre essas organizações de esquerda, o PCR era hegemônico no PT na Paraíba, na sua fase inicial, pois tinha penetração nas Pastorais da Igreja, através do trabalho de Wanderly Farias, no movimento estudantil, através de Sônia Germano e no MDB Jovem, através de Anísio Maia e tinha um certo controle sobre a primeira Comissão Provisória do PT. Porém, divergências entre as duas principais lideranças da organização, Wanderly Farias e Anísio Maia e afastamento de suas bases sociais⁶⁹ terminou por enfraquecer sua hegemonia no PT. Esta força do PCR no PT/PB é destacada num texto para discussão interna do MEP:

A força principal organizada no PT é o R que tinha bases na Pastoral Operária e MDB-Jovem. Hoje estão rachados. [...] Hoje encontramos totalmente imobilizados, enquanto Comissão Estadual, sem condições de levar uma política de organização, divulgação e finanças. Isso ocorre, em grande parte pela luta fratricida dentro do R que tem maioria no CE. Durante o lançamento, uma parte do R decidiu dar um golpe na direção do R na Paraíba, boicotando o lançamento; política que prosseguiu depois,

⁶⁷ Teve uma participação importante na construção do PT na Paraíba, tanto dando algum suporte financeiro para militantes se deslocarem dentro do Estado, já que estes, ao viajarem para resolver problemas da entidade, também faziam trabalho de militância do Partido, quanto recrutando militantes do setor rural para o Partido, a exemplo das sindicalistas Margarida Maria Alves, que, apesar de ter apoiado o PDS nas eleições de 1982, devido a questões de ordem local, ao ser assassinada pelo latifúndio em 1983 ainda era filiada do PT, já que uma Comissão de Ética instalada para expulsá-la não chegou a ter um resultado definitivo. Outros sindicalistas rurais importantes como Maria da Penha do Nascimento e Luiz Silva também eram do CENTRU e do PT.

⁶⁸ A Comissão Provisória que dirigiu o PT/PB, de 1980 até a eleição de sua primeira diretoria efetiva em março de 1981, era composta pelos seguintes membros: Wanderly Farias, Vanderley Amado, Sônia Germano, José Alves, Anísio Maia, Neide Miele, Eliezer Gomes, Climídia Nunes, Manoel Bernardino e Afonso Francisco. Os trotskistas não tinham representação nessa Comissão, já que o critério de proporcionalidade não foi adotado. Assim um das principais forças na construção do PT da Paraíba, o CLTB, ficou fora desta Comissão. O militante José Alves que, posteriormente, entrou no CLTB, era neste momento apenas militante sindical. Esta Comissão tinha representantes do PCR, do MEP e de militantes sindicais ligados a Igreja. Wanderly Farias e Sônia Germano deixaram o PT e, conseqüentemente, a referida Comissão Provisória, antes do fim do mandato da mesma.

⁶⁹ Wanderly Farias devido a divergências internas foi afastado das Pastorais da Igreja e Anísio Maia ao entrar no PT deixou o MDB-Jovem.

desorganizando as secretarias e a própria CE (A ORGANIZAÇÃO DO..., 1981, p. 1).⁷⁰

A Igreja Católica, que tinha apoiado o Golpe Militar de 1964, passa – após reavaliação de sua postura – a ser um espaço privilegiado de reorganização do movimento operário e popular. Entre os órgãos criados dentro da Igreja para apoiar os movimentos, destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais, principalmente a Pastoral Operária, Pastoral Rural, Pastoral da Juventude e Pastoral Universitária.

Estas entidades da Igreja vão ter um papel importante na fundação do Partido dos Trabalhadores na Paraíba. Segundo Amado (1988, p. 24), quando se iniciou o processo de reformulação partidária em 1979, em termos de animadores da Pastoral Operária, já havia um acúmulo de discussão da questão partidária. Então a Pastoral Operária iniciou debates nos seus grupos sobre a questão e foi encaminhada a realização de um Encontro das Oposições Populares, convocado pela Pastoral Operária, pela CGT (Coordenação Geral dos Trabalhadores), órgão ligado à própria Pastoral Operária, pelo **Jornal do Povo**, todas entidades ligadas à estrutura religiosa, além de outras poucas entidades não religiosas, mas com ligações políticas com membros que atuavam na Igreja.⁷¹

O objetivo do Encontro era “reunir todos os movimentos para debater a reformulação partidária, buscando uma posição unitária que leve a um avanço das lutas do povo” (BOLETIM... ,1979, p. 2). No boletim explicativo do Encontro, metade do espaço disponível foi ocupado para tentar explicar, de forma resumida, o que era o PT e quais os seus objetivos.

O Encontro das Oposições Populares foi realizado no Centro Comunitário do Rangel, na Igreja do Varjão, bairro popular de João Pessoa, no dia 25 de novembro de 1979. Participaram do referido Encontro pessoas vinculadas aos movimentos de base da Igreja Católica, setores jovens do MDB, do movimento sindical, principalmente de professores, bancários, trabalhadores

⁷⁰ O R ao qual se refere o documento é o PCR. Já as referências a Comissão Estadual e ao lançamento do partido são relativas ao PT/PB.

⁷¹ As outras entidades que assinaram a convocação do referido Encontro foram as seguintes: Diretório Acadêmico (Tecnologia), Setor Jovem do MDB-PB, Comitê Secundarista, Conselho Comunitário do Bairro do Rangel, CEDEPE (Centro de Estudo e Debates de Problemas Educacionais), DCE (Diretório Central dos Estudantes).(PRIMEIRO ..., 1979).

da construção civil, estudantes e camponeses. Como convidados participaram o líder camponês do Maranhão e membro da coordenação nacional do Movimento Pró-PT, Manoel da Conceição e Edval Nunes, o Cajá, Coordenador Regional das Pastorais.

De acordo com Vanderley Amado, apesar de as organizações da Igreja já terem um acúmulo de discussões sobre a questão da reformulação partidária, quase que elas foram “atropeladas” pelas organizações de esquerda na convocação para a fundação do PT.⁷² Segundo ele:

[...] quase fomos atropelados pelo pessoal trotskista, estudantes e AMPEP, o pessoal do movimento estudantil, onde eles tinham penetração. Então eles queriam tirar o Partido dos Trabalhadores. Saiu uma notinha no jornal, a gente viu e foi correndo lá para apagar o incêndio: ‘calma lá, vocês querem criar Partido dos Trabalhadores onde?, Cadê trabalhador aqui? Não tem né?’ [...]. Aí a gente consegue juntar e fazer o Encontro.⁷³

Um segundo Encontro das Oposições Populares foi marcado para janeiro de 1980, porém não se realizou.⁷⁴ Entretanto, os militantes que participaram do Encontro das Oposições Populares formaram uma Comissão para organizar um Encontro de Militantes do PT, que aconteceu no dia 2 de março de 1980, também na Igreja do Varjão (PRIMEIRO ENCONTRO ..., 1980). Na ocasião, foi formada uma Comissão Estadual Provisória do PT. No espaço de tempo entre o Encontro das Oposições Populares e este, que seria denominado I Encontro dos Militantes do PT, os ativistas que estavam discutindo a formação do Partido no Estado enviaram o funcionário público e hoje, jornalista, Sérgio Botelho para participar dos preparativos de criação do PT a nível nacional. Segundo Botelho, “... eu fui, dois meses antes da fundação do PT, para São Paulo, representando a Paraíba, fiquei lá, acompanhei todo o

⁷² Antes desse Encontro das Oposições Populares, militantes trotskistas da Paraíba convocaram os trabalhadores para uma reunião objetivando a formação de uma Comissão Pró-Partido dos Trabalhadores (PELA CRIAÇÃO ..., 1980). Esta reunião terminou não acontecendo e estes setores resolveram participar do referido Encontro das Oposições Populares, onde a fundação do PT seria discutida.

⁷³ Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

⁷⁴ As justificativas dadas para não realização do II Encontro das Oposições Populares, num boletim, divulgado por militantes que estavam articulando a criação do PT na Paraíba, foi a de acúmulo de tarefas dos referidos militantes, que estavam envolvidos em vários movimentos sociais. (PONTO DE VISTA..., 1980, p. 3). Mas, certamente, a dinâmica da conjuntura, com a decisão de criação do PT a nível nacional, apressou o ritmo da criação do mesmo no Estado, atropelando o processo de discussões inicialmente previsto.

processo de discussão, pré-discussão do PT”.⁷⁵ Além dele, o militante Vanderley Amado também participou como delegado da Paraíba, do Encontro de fundação do PT nacional, no Colégio Sion, no dia 10 de fevereiro de 1980.

Um segundo Encontro de Militantes do PT foi marcado para abril, e não se realizou, só acontecendo em junho de 1980 (SEGUNDO ..., 1980). Segundo Amado (1988, p. 25), a não realização do II Encontro de Militantes do PT na data marcada já indica o afastamento da Igreja do processo de organização do PT na Paraíba.

De acordo com Amado (1988, p. 25), este processo foi marcado pela desorganização dos grupos populares, o que provocou descontentamento nas bases. Este fato foi aproveitado pelos animadores religiosos, que se viam sem influência na direção do Partido que surgia, absorvendo as bases dos grupos de igreja, para acentuar a separação entre a Pastoral Operária e o Partido dos Trabalhadores.

Na discussão da organização do 1º de maio de 1980, a proposta de manifestações descentralizadas, trazidas para o PT pelos grupos da Igreja, não prevaleceu, o que acentuou o descontentamento. Em seguida, dois encontros de grupos da Pastoral Operária discutem basicamente a questão do PT. No primeiro encontro, realizado no 18/05/80 os grupos discutiram as seguintes questões: *“Como vemos o PT? É um grupo de trabalhadores? Ele está ajudando os trabalhadores?”*. As respostas dadas pelos trabalhadores presentes no Encontro foram as seguintes:

O PT deve ser um partido dos trabalhadores, mas não está sendo; É bom que surja um partido dos operários da cidade e do meio rural; A direção do PT tem que ser dos operários, os outros vêm obedecer ao comando, as outras classes entram a serviço; O PT atrapalha a organização dos trabalhadores. No PT muita gente atrapalha. A condução do PT na Paraíba tem atrapalhado; Não transformar a organização dos trabalhadores em núcleos do PT. Os operários não são contra o PT, mas contra o modo como está sendo conduzido e construído; O grupo dos operários deve clarear o que quer. O PT é mais amplo. O trabalhador organizado tem condições de dar direção ao PT; [...] Tem que haver um entrosamento entre Pastoral Operária, PT e CGT (apud AMADO, 1988, p. 25-26).

Segundo Amado (1988, p. 26), as poucas opiniões favoráveis ao PT se perderam na enxurrada de críticas do relatório do encontro.

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em abril de 2002.

Um segundo Encontro da Pastoral Operária aconteceu no dia 22/06/80, quando, apenas questões referentes ao PT foram discutidas em plenário. Três propostas foram levantadas para votação: 1ª) Ficar fora do PT enquanto não mudar a condução e orientação do Partido na Paraíba; 2ª) Ficar dentro do PT para transformá-lo no Partido dos Trabalhadores; 3ª) Não é contra o PT, porém no momento tem que organizar as bases. Esta organização pode levar as bases a entrar no partido que elas quiserem. A proposta vitoriosa foi a terceira (AMADO, 1988, p. 26-27). A partir daí, a Pastoral Operária não privilegiava mais nenhum partido político. Segundo Amado (1988, p. 27), “O resultado prático foi estancar a ‘sangria’ de militantes dos grupos de igreja para o PT, evitando a perda do controle ideológico”.

De acordo com o referido autor, os movimentos ligados à Igreja tinham uma preocupação de reproduzirem o modelo das CEBs para o resto do movimento operário e popular. E quando uma nova organização não correspondia ao modelo, então, era colocada em xeque. Segundo ele:

Foi o que aconteceu durante o processo de organização do PT, Partido dos Trabalhadores, na Paraíba. Acostumado aos espaços cedidos e a não disputa política dentro dos grupos, contando com a permeabilidade dos agentes, os trabalhadores oriundos das organizações de igreja estranharam as dificuldades em fazer prevalecer suas propostas (AMADO, 1988, p. 22).

Assim, eles entraram em conflito com outros grupos, principalmente os ligados às organizações de esquerda clandestina, que procuravam dirigir o processo de formação do PT no Estado. Segundo o autor citado, isso havia ficado claro numa reunião a respeito do encaminhamento da organização do PT, em novembro de 1979, quando dois trabalhadores deram o seguinte depoimento:

Tenho dúvidas (com relação ao PT) porque o pessoal elevado formam a direção. Senti isso na reunião do sábado. Tem que ter cuidado para esse pessoal não botar freio na gente [e outro] Tou com o PT. Deve-se tomar o máximo de cuidado de quem vai entrar dentro dele. Nem pronto já estão querendo botar a gente fora.

Professorzinho da universidade, filhinho de papai também vai querer pisar (apud AMADO, 1988, p. 22-23).⁷⁶

Segundo o referido autor, a emergência da contradição entre trabalhadores e não-trabalhadores ou intelectuais foi alimentada pelos agentes pastorais, no sentido de afastar o perigo da absorção dos grupos da Igreja pelo PT. Depoimentos, que constam dos relatórios dos encontros de grupo, de maio e junho de 1980, da Pastoral Operária, já citados, demonstram esta tese:

O PT devia ter o nome de PTA, que quer dizer: Partido dos Trabalhadores Abafados; Achei que nas horas difíceis, o PT não representou as vozes dos trabalhadores braçais; quem dirige o PT? O PT entrou como os outros partidos. Os operários são como enfeites; O PT tem mais estudante e professor do que operário. O PT ficou do lado de outras entidades e não dos operários na preparação do 1º de maio; Os trabalhadores devem dirigir o partido, os outros devem ajudar; Que os estudantes e professores tomem consciência qual deve ser o seu papel no trabalho de construção do PT (apud AMADO, 1988, p. 23).

Eliezer Gomes, que era um dos coordenadores da Pastoral da Juventude e foi o primeiro presidente do PT no Estado, também concorda com a tese defendida por Vanderley Amado, nessa questão do rompimento da Igreja com o PT, em sua fase inicial. Segundo ele:

[...] houve um racha, vamos dizer assim, que aconteceu mais na frente, realmente, entre a Pastoral Operária e outros setores da Igreja e também do pessoal mais de esquerda. Eu não entenderia que foi alguma discordância de encaminhamento, eu acho até que foi ciúmeira, a Pastoral Operária, eu tenho a impressão que a Pastoral Operária naquele momento, ela teve uma visão errada, achava que estava perdendo um pouco a vanguarda da coisa, estava perdendo a liderança.⁷⁷

O Padre Luiz Couto, futuro deputado pelo Partido, e um dos coordenadores da Pastoral Operária, não considera que este afastamento das organizações da Igreja do

⁷⁶ Estes depoimentos refletem um conflito entre os trabalhadores manuais, geralmente militantes das organizações de base da Igreja e militantes ligados às atividades de caráter mais intelectual, como professores e estudantes, geralmente ligados a grupos de esquerda. Estes trabalhadores temiam se transformar apenas em massa de manobra, diante de um possível controle do Partido por parte dos últimos, que se consideravam a “vanguarda” do movimento. Estas diferentes concepções irão permear o conflito entre os padres e militantes de base da Igreja com os membros de organizações de esquerda.

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

PT, no seu período inicial, tenha sido porque a instituição católica perdera a hegemonia do movimento. Segundo ele:

Não, eu acho que não foi neste sentido, até porque era ainda naquele primeiro momento [...] foi muito mais uma concepção de que um agrupamento achava que era o dono da verdade e achava que podia manipular, ou podia ser a vanguarda e os outros deviam ficar a reboque e a gente discordava dessa forma, [...]. Então era muito mais um aspecto pedagógico e essas pessoas votavam, só não eram ainda filiados ao Partido, mas comungavam com a idéia de que era preciso fundar um partido que efetivamente fosse dos trabalhadores e não um partido que fosse apenas de uma vanguarda e que usasse a grande maioria dos trabalhadores como massa de manobra. E a gente era contrário a isso aqui.⁷⁸

Os militantes vinculados às organizações de esquerda, que atuavam por dentro da Igreja e tinham muita influência nos seus movimentos de base, rompem com a Igreja e ficam no PT.

Com o afastamento de grande parte dos militantes de base da Igreja do PT na Paraíba, nessa fase inicial, o Partido passou praticamente a ser dominado, em termos de direção, por membros das organizações de esquerda, o que o tornou ainda mais distante de uma base social vinculada aos trabalhadores manuais, que estavam procurando se organizar através de um trabalho de base das Pastorais da Igreja. Apesar de que, essa base continuava simpática à idéia da formação do PT e setores mais militantes, terminaram por se engajarem, ainda na primeira metade da década de 1980 na sua construção.

Esse afastamento das organizações de base da Igreja da construção do PT paraibano, nesta fase inicial, reflete uma diferença de concepção sobre formação do Partido em relação aos agrupamentos esquerdistas. Enquanto os militantes ligados a Igreja defendiam uma concepção extremamente “basista” e “obreirista”, onde os próprios trabalhadores seriam seus dirigentes, sendo, para isso, necessário um trabalho mais assíduo de “conscientização” para que eles pudessem realmente compreender o significado e as concepções do Partido, as organizações de esquerda tinham uma proposta mais “vanguardista”, e procuraram “apressar” a formação do Partido, mesmo que,

⁷⁸ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

boa parte dos trabalhadores, que estavam discutindo sua construção, ainda não tivessem muita clareza sobre suas concepções. Afinal, esses se consideravam “representantes” e “guias” dos trabalhadores. Mas, mesmo esses setores pretendiam formar um partido de massa, como era proposta do Partido a nível nacional, porém as próprias condições políticas, econômicas e sociais do Estado da Paraíba, além do discurso radical dos militantes e dirigentes partidários dificultaram a adesão de um maior número de pessoas ao Partido. Também tem que se levar em consideração que importantes setores da sociedade consideravam que o PMDB era naquele momento, a melhor opção partidária para se combater a ditadura militar que ainda governava o país.

O Partido dos Trabalhadores na Paraíba foi fundado, oficialmente, no dia 10 de agosto de 1980 com a presença de Lula, que participou de atividades do lançamento oficial do Partido, em João Pessoa e outras cidades do interior do Estado.⁷⁹ No dia 13 de setembro, o PT/PB pediu seu registro provisório, após conseguir preencher todos os requisitos exigidos pela lei de reorganização partidária.

Logo após sua fundação oficial, o Partido irá enfrentar uma série de problemas. Esta fase foi marcada por constantes conflitos internos⁸⁰, que levaram à saída de um grupo de militantes que passou a discordar da linha política do Partido, diante da conjuntura; a não aceitação de lideranças estaduais que aparentemente pretendiam se filiar ao Partido; a expulsão de militantes que não se adequaram às concepções éticas do Partido, além do fracasso nas eleições estaduais e municipais de 1982.

Em março de 1981, acontece o primeiro “racha” do PT/PB com a saída de um grupo de militantes liderados por Wanderly Farias, membro da Comissão Regional e Nacional do PT, e um dos principais articuladores da fundação do Partido no Estado, como confirma outro militante, Vanderley Amado,

⁷⁹ Esta visita de Lula foi toda monitorada pela Polícia Federal, que relatou em documento confidencial todos os passos e falas de Lula e dos militantes do PT da Paraíba, que discursaram nos comícios. Ver “Informe nº 215/80-SI/DPF/PB”, cujo assunto era denominado de “Luiz Inácio da Silva – LULA, Lançamento do PT na Paraíba”. (apud PORFÍRIO, 2002, p. 3).

⁸⁰ Estes conflitos internos vão ser marca registrada do PT no Estado, mesmo em momentos posteriores, quando o radicalismo já não era tão acentuado.

[...] uma figura que teve muita importância no primeiro momento na construção partidária foi Wanderly. Wanderly e Sônia. Eles tinham muito contato, por conta do trabalho deles na igreja, a história deles, eles cresceram na igreja, então eles vão construir esse contato, permitir toda uma articulação do PT, de João Pessoa até Cajazeiras.⁸¹

Mas, segundo Vanderley Amado, num determinado momento, Wanderly Farias começou com atitudes de provocação dentro do Partido, principalmente defendendo uma Constituinte, coisa que o Partido não defendia naquele momento. Então, a direção do Partido lhe entregou uma carta de advertência solicitando que ele revisse sua posição, que a questão da Constituinte seria discutida em outro momento, quando o Partido tirasse uma posição. Contudo, segundo Amado, prevendo o estrago que ele podia fazer no Partido naquele momento, após a reunião, onde lhe foi entregue a referida carta de advertência, ele foi notificar os militantes do interior do Estado do que estava acontecendo. Diz o entrevistado:

[...] terminou a reunião, isso foi às dez horas da noite, peguei o último ônibus na rodoviária e fui direto para Cajazeiras, [...]. Ali o pessoal era todo área de influência do Wanderly e aí contei. Contava o que estava acontecendo [...] e contava a história da persistência de criar uma situação para ser expulso do Partido, e fui assim, fiz o caminho de volta, Patos, Teixeira, não passei em Pombal. Por coincidência em Pombal quase todo o Diretório Municipal saiu do PT, quando Wanderly saiu, aí eles saem [...], mas a grande maioria que era área de influência de Wanderly fica dentro do Partido, inclusive ele acaba botando nomes de pessoas que ele confiava, que estava do lado dele, e que depois vão desautorizar [...]. O estrago dele seria muito maior, se não tivesse, porque as pessoas confiavam nele, entraram no Partido por conta dele, [...] e realmente o estrago dele, quer dizer, não teve estrago, fora a perda de Pombal, que foi significativa, o resto não teve.⁸²

O grupo liderado por Wanderly Farias, realmente, resolve sair do PT. Eles divulgam um documento intitulado, *Pela Unidade do Povo Brasileiro Contra a Ditadura Militar*, anunciando a saída do grupo do Partido para ingressarem no PMDB.⁸³ Os nomes de cinquenta e oito militantes estavam postos no documento: além de Wanderly, tinha mais um membro da Comissão

⁸¹ Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

⁸² Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

⁸³ Pelo menos as duas principais lideranças do grupo, Wanderly Farias e Sônia Germano, ingressaram também MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização de esquerda que atuava dentro do PMDB.

Regional, Sônia Germano, cinco membros da Comissão Municipal de João Pessoa, perfazendo um total de 46 militantes da Capital; dois membros da Comissão Municipal de Patos, dois da de Teixeira e cinco da de Pombal. Porém, conforme vimos no depoimento de Vanderley Amado, nem todas as pessoas cujos nomes constavam no manifesto, deixaram realmente o Partido. Estes militantes acusavam o PT de não aprofundar o combate ao regime militar, citando com exemplo que o Partido “Recusa-se de forma estreita e cega a enfrentar a bandeira da Constituinte. Mantém-se na defesa das reivindicações específicas sem entender que a conquista de melhorias salariais e de vida por si só, não liquida o regime militar” (PELA UNIDADE..., 1981, p. 04). Segundo o documento citado, as divergências que tinham com a linha do Partido, quais sejam: a convocação da Constituinte, a defesa da unidade sindical e das oposições contra o regime militar, teses que o PT não defendia, levou estes militantes a deixarem o PT e ingressarem no PMDB. Para líder do grupo, Wanderly Farias, ao não defender essas bandeiras de luta o PT tornava-se inviável: “um partido que não aceita levantar a bandeira da Constituinte, da união das oposições e unidade sindical, se inviabilizará, inevitavelmente, perante o conjunto da sociedade brasileira” (WANDERLY VOLTA ..., 1981, p. 6). Outro motivo alegado por Farias, posteriormente, foi à constatação de que as oposições divididas não derrotariam o candidato do PDS, Wilson Braga, segundo ele: “a decisão da gente sair do PT, foi em oitenta e um, [...] porque aí eu já estava vendo, a gente já estava tendo clareza de que não tinha como lutar contra o esquema dominante, era Wilson Braga”.⁸⁴ Ele defendia uma coligação com o PMDB.⁸⁵

Após a saída do mencionado grupo, a Comissão Diretora Regional Provisória do PT/PB reuniu-se e emitiu uma nota à imprensa, onde diz que a saída de um grupo de militantes do Partido “não nos causa a menor surpresa, pois há muito que eles se encontravam afastados dos quadros do PT, não participando, em sua maioria, de nenhuma de nossas atividades. Inclusive, alguns deles nem eram filiados” (PARTIDO..., 1981, p. 3). A nota ainda afirma

⁸⁴ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2002.

⁸⁵ Neste momento ainda não tinha sido publicado o Pacote de Novembro do Governo Federal que proibia as coligações eleitorais e determinava que os eleitores votassem em uma única legenda.

que há tempo que esse grupo de pessoas mostrava discordância com a política adotada pelo Partido. Ainda estavam imbuídos do espírito da política tradicional e queriam transformar o PT em alguma coisa semelhante aos partidos que sempre comandaram a política no Brasil, ou seja, queriam que o PT esquecesse a sua proposta de lutar por um novo tipo de política. Segundo a direção do Partido, na referida nota, eles saíram do PT porque foram derrotados politicamente e não encontraram apoio para suas idéias dentro da agremiação.

Portanto quando passaram a defender essas bandeiras (Constituinte, Unidade das Oposições e Unidade Sindical) eles de fato passaram a se distanciar cada vez mais do Partido dos Trabalhadores, já que essas bandeiras hoje interessam apenas as elites políticas, enquanto nosso partido está interessado em construir uma política bancada na força vinda das bases organizadas, e não das cúpulas (PARTIDO..., 1981, p. 3).

Em nota oficial distribuída à imprensa em São Paulo, o secretário nacional do PT, Jacó Bittar se posicionou sobre a saída dos membros do PT/PB. Segundo ele, a direção nacional detectou a “ação nefasta de filiados que em algumas partes do país procuravam sabotar a organização e expansão do partido” (A DIREÇÃO..., 1981, p. 06). Segundo a nota, estes militantes, antes de serem ouvidos em vista de eventual sanção estatutária, anteciparam seu desligamento do Partido. E acrescenta:

Algumas dessas pessoas haviam ingressado no PT com o oculto propósito, agora publicamente evidente, de dificultar a viabilização legal. Outros haviam sido atraídos pela suposição de que no PT poderiam dar livre curso as suas ambições pessoais, em detrimento de interesses coletivos (A DIREÇÃO..., 1981, p. 6)..

A direção nacional do PT afirmou, ainda, que “incidentes como os da Paraíba e outros não impedirão a organização nacional do Partido dos Trabalhadores e a conquista do seu registro definitivo no Supremo Tribunal Eleitoral” (A DIREÇÃO..., 1981, p. 06).

Wanderly Farias rebateu as críticas feitas pela Direção Nacional do PT aos militantes que saíram do Partido na Paraíba. Considerou as acusações levianas, falsas e direitistas. Disse que fora um dos que mais se empenhara na legalização do

PT, enquanto outro grupo era contra a legalização e acusa a nota do Bittar de, em nenhum momento, enfrentar as divergências políticas que haviam motivado a saída do grupo. Segundo ele, havia uma intensa luta interna na seção da Paraíba, prejudicando o crescimento da legenda. Ele afirma que, enquanto seu grupo lutava pela legalização do Partido e pelo lançamento de candidatos nas eleições seguintes, uma outra ala lutava em sentido contrário. Segundo ele, o PT nunca avançou por causa das divergências internas, pois, quando seu grupo ia a um ato público em favor da Constituinte, passava-se uma semana discutindo esse comportamento, por pressão da outra ala.

A Comissão Diretora do PT em João Pessoa também distribuiu nota à imprensa onde diz que a saída desses militantes de seus quadros em nada abalara o propósito dos seus militantes de garantirem o processo de organização e legalização do Partido no Estado. Também fez severas críticas a Wanderly Farias, dizendo que Farias nunca fora um verdadeiro militante do PT. Afirma que não tinha sentido Farias alegar que deixara o Partido porque este não defendia a Constituição, porque essa questão ainda estava sendo debatida no Partido para, em seguida, ser adotada uma posição definitiva. Não tinha sentido, também alegar que o PT dividia o movimento sindical, quando eram os militantes do PT os maiores defensores da organização sindical, independente do Estado e dos patrões. Quanto à unidade das oposições, a direção do PT dizia defender que a classe trabalhadora não servisse de massa de manobra para os demagogos, carreiristas e oportunistas. A nota conclui, afirmando que toda a argumentação utilizada por Wanderly Farias não conseguia o seu vil e maquiavélico objetivo de impedir a construção do PT/PB (SAÍDA ..., 1981, p. 6).

Em seguida, no final de março de 1981, um grupo de militantes do PT de Patos também deixa o Partido, inclusive seu presidente, o universitário Gustavo de França. Segundo eles, deixaram o Partido porque os “seus ideais não se compactuavam com as ideologias que viviam a se digladiar, em detrimento das aspirações dos trabalhadores” (PT DE ..., 1981, p. 08). Em carta aberta, esses militantes diziam que o principal motivo de suas atitudes é não ter o PT, até aquele presente momento, se legalizado. Outro motivo é que o Partido não se encontrava com representatividade.

Mesmo com estas defecções, o PT/PB realizou, nos dias 21 e 22 de março de 1981, seu I Encontro Estadual, que reuniu militantes de 15 cidades do Estado. Na ocasião, foi eleito o Diretório do Partido e marcadas as convenções municipais. A deliberação final do Encontro definiu a legalização do PT/PB como o objetivo principal do Partido naquele momento. O metalúrgico Eliezer Gomes⁸⁶ foi eleito o primeiro presidente da agremiação no Estado, derrotando, por uma pequena margem de votos, o professor José Alves, que era apoiado pelas correntes trotskistas. No dia 06 de setembro de 1981, o PT/PB oficializou sua primeira direção executiva, que ficou composta da seguinte forma: Eliezer Gomes, presidente; José Alves, 1º vice-presidente; Francisco Nóbrega Gadelha, 2º vice-presidente; Laércio Losano, Secretário Geral e Wagner Braga Batista, Tesoureiro. Praticamente toda Executiva era ligada a organizações da esquerda clandestina.⁸⁷

No início de 1982, começam as especulações na imprensa local sobre a ida do Senador Marcondes Gadelha, do grupo autêntico do PMDB, para o PT, por não aceitar que o PMDB apoiasse a candidatura a governador de seu adversário político na cidade de Sousa, deputado federal Antônio Mariz, do PP. Marcondes Gadelha, em depoimento para o livro **Autênticos do MDB**, afirma:

⁸⁶ Eliezer Gomes era trabalhador do almoxarifado de uma empresa metalúrgica e fazia parte da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, mas o sindicato como um todo não estava no campo do “novo sindicalismo” nem apoiava o PT. Ele também era membro da Pastoral da Juventude do Meio Popular e próximo do PRC, pouco depois da formação do PT, passou realmente a militar numa organização de esquerda clandestina, o PCBR.

⁸⁷ Eliezer Gomes, como vimos, após entrar no PT passou a militar também no PCBR, juntamente com outro membro da Executiva, o professor Wagner Braga Batista; José Alves começou militando no movimento sindical dos professores secundaristas, após entrar no PT passou a militar também no CLTB e em seguida na DS; Laércio Losano, iniciou sua militância na Paraíba, na Convergência Socialista, entrando no PT já através desta corrente, em seguida passou para o CLTB, apenas Francisco Nóbrega Gadelha que tinha sua militância no interior do Estado, na cidade de Sousa não tinha vínculo, ou passou a ter ao entrar no PT, com organizações de esquerda. Esta Executiva foi definida em reunião do Diretório Regional do PT, no dia 06 de setembro de 1981 (ATA DO ..., 1981). No entanto, anteriormente, logo após o Encontro Estadual, em março do mesmo ano a imprensa anunciou que a Executiva Estadual do PT tinha a seguinte composição: Eliezer Gomes (presidente); Vanderley Amado (vice-presidente); José Alves (secretário-geral); Anísio Maia (tesoureiro); Afonso Abreu (1º secretário). E um boletim interno do PT, de setembro de 1981, portanto no mesmo mês da reunião do Diretório Estadual que definiu a Executiva citada acima, informou uma composição um pouco diferente: Eliezer Gomes (presidente); Rafael Romualdo do Nascimento (1º vice-presidente); Francisco Nóbrega Gadelha (2º vice-presidente); Laércio Losano (secretário geral); Severino José de Lima – Xangai (secretário) e Wagner Braga Batista (tesoureiro). (PT INFORMA ..., 1981, p. 2). Porém, mesmo que tenham ocorridos mudanças de nomes, não invalida a nossa argumentação de que a grande maioria dos membros da primeira Executiva do PT na Paraíba, era formada por pessoas vinculadas as organizações da esquerda clandestina ou que estavam na zona de influência das mesmas.

Vivíamos abertura, e o Partido dos Trabalhadores acabava de nascer... Procurei o PT, no qual meu companheiro de Grupo Autêntico, Freitas Diniz, já estava instalado, pois fora iniciada a diáspora no PMDB. Falei com Freitas, com Aírton Soares, aí também alojado, sobre minha vontade de ingressar as filas do PT, e fui recebido com muita alegria. O Lula teve a mesma reação de entusiasmo acatando muito bem a idéia, e inclusive enviou Jacó Bittar à Paraíba, para preparar o meu ingresso no partido. Bem, depois de tudo acertado, a executiva do PT do Estado deu uma nota violenta nos jornais, na primeira página, dizendo que não me aceitaria em razão da minha origem burguesa.⁸⁸ Meu pai era empresário, eu nunca vesti macacão, não conhecia o sofrimento do trabalhador e, portanto, não podia ser aceito no Partido dos Trabalhadores (NADER, 1998, p. 314).

Gadelha afirma ainda, que, alguns meses antes, tinha recebido uma carta de futuros membros da Executiva do PT/PB, que se encontravam, na ocasião, presos em Itamaracá, agradecendo a sua luta pelos direitos humanos, liberdade, anistia e levantamento das censuras. Em seguida, Marcondes Gadelha entra no PDS, onde foi reeleito senador. Mesmo que a direção do PT da Paraíba tenha se posicionado contra a entrada do então deputado federal Marcondes Gadelha no Partido, o mais provável é que ele apenas estivesse fazendo “jogo de cena” ao divulgar sua intenção de entrar no mesmo, pois ao mesmo tempo seu pai negociava com o então governador Tarcísio Burity a entrada de todo grupo Gadelha no PDS, o que terminou realmente acontecendo.

Em abril de 1982, o PT/PB começa um processo de expulsão de alguns de seus membros que, segundo a direção do Partido, não seguem a orientação partidária. Neste mês, o presidente do PT de Guarabira, José Barbosa da Silva, foi expulso do partido, acusado de infidelidade partidária, por ter apoiado abertamente a candidatura de pessoas pertencentes a outros partidos políticos e se negado a convocar a Convenção Municipal do Partido para a escolha dos candidatos a prefeito e a vice naquela cidade.

Também neste período, uma resolução da Executiva do Partido decide expulsar de seus quadros o candidato a deputado federal, pelo Partido, José Isidro, um antigo militante das Ligas Camponesas e que tinha ingressado no

⁸⁸ Ele se refere, provavelmente, a uma matéria intitulada, “PT não aceitará Marcondes Gadelha”, publicada no jornal **Correio da Paraíba**, a partir de uma entrevista concedida por José Calistrato, pré-candidato ao governo do Estado, pelo PT/PB, apoiado pelas correntes trotskistas do partido, a rádio **Correio da Paraíba**, onde ele afirma: “Eles são profissionais políticos e o nosso partido não aceita gente desse tipo em seus quadros [...]. Não aceitamos usineiros, latifundiários e industriais” (PT NÃO ..., 1982, p. 1).

PT no ano de 1982, vindo do PDT, já que esse Partido não conseguira se legalizar no Estado e parte de seus integrantes, entre eles, um antigo militante das Ligas Camponesas, Ivan Figueiredo, e o presidente do Sindicato dos Médicos e futuro vereador de João Pessoa pelo PC do B, Renó Macaúbas, foram convidados pela direção do PT e entrarem no Partido. José Isidro foi acusado de estar comprando voto e de estar recebendo dinheiro do candidato a governador do PDS, Wilson Braga. Mas a forma da expulsão foi complicada, lembrando práticas da esquerda autoritária.

Segundo Derly Pereira, candidato a governador do Partido, ele e uma comitiva formada por candidatos a deputado e senador foram em uma viagem de campanha pelo interior e o presidente do Partido, Eliezer Gomes, também não se encontrava em João Pessoa. Contudo, segundo ele, mesmo sem presença das principais lideranças do Partido, um grupo de militantes, marca uma reunião e o expulsa do Partido. Isso aconteceu no final de setembro de 1982. Na ocasião, o PT/PB divulgou uma nota à imprensa afirmando que o Sr. José Isidro, candidato a deputado federal pelo PT, tinha sido expulso porque, desde que ingressara no Partido, vinha se negando sistematicamente a participar dos trabalhos de militância, e o acusando de ter caracterizado sua campanha pela falta de total compromisso partidário, “não só com a linha programática do PT, mas também com a democracia interna, uma vez que tem desenvolvido uma campanha absolutamente descompromissada com as lutas específicas dos trabalhadores contra os patrões e o regime militar” (EXECUTIVA..., 1982, p. 2).

Segundo Derly, ao retornar da viagem de campanha, foi questionado pela imprensa sobre a expulsão de José Isidro e informou que não sabia de nada. Porém, ao chegar à sede do Partido, foi informado da expulsão. Então, ele questionou os dirigentes que decidiram pela expulsão: “nós estamos adotando um método que nós condenamos, fazendo a mesma prática, quer dizer, pegar o cara e demitir sumariamente, sem oportunidade de defesa, sem ouvir esse cara, sem ouvir as instâncias do Partido, sem discutir com ninguém”.⁸⁹ Todavia os dirigentes que participaram do processo de expulsão,

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

continuaram afirmando que a decisão fora legal. Diante da polêmica, Derly decidira convidar todos os candidatos a prefeito e a deputado estadual e federal para uma reunião com a finalidade de resolver o problema e propôs que fosse criada uma comissão de ética para apurar o caso. O encontro foi marcado, e, segundo Derly:

[...] foi outro desconcerto, quando eles se viram perdidos, que foi a votação e a votação já ia esmagadoramente majoritária a nossa posição. Aí eles apagaram a luz lá em baixo, e o pau cantou. Nesse tempo era ali na Casa das Frutas, no segundo andar, um preidinho, apagaram luz e o pau cantou, puta merda rapaz, quebraram tudo, aquele negócio danado. Eu sei que quando terminaram, acenderam as luzes, estava o destroço, nego apanhado, nego levou chutes, nego deu chute, mulher chorando. Bom, mas a gente resolveu criar, tiramos a comissão.⁹⁰

Assim, a Comissão Executiva do PT/PB suspendeu a decisão do Comitê Eleitoral, de expulsar do Partido José Isidro, e criou uma Comissão de Ética para apurar as acusações feitas contra ele: de infidelidade partidária, de receber dinheiro de candidatos de outros partidos; e as que Isidro fez, atribuindo a decisão de expulsá-lo a um suposto grupo infiltrado no Partido, a serviço do usineiro Marcus Odilon, candidato a deputado estadual pelo PMDB. No início de novembro o PT/PB expulsou, em definitivo, de seus quadros, o filiado e candidato a deputado federal José Isidro, acusado de receber ajuda financeira do PDS para sua campanha. As justificativas para a expulsão foram, segundo Washington Rocha, então candidato a deputado pelo Partido:

militância precária; desencontro das propostas apresentadas em declarações a imprensa, com o Programa do partido; o fato de o candidato nunca se dispor a participar de um trabalho conjunto com outros militantes petistas; falta de entrosamento com as instâncias partidárias e sua maneira personalista e comportamento individualista de fazer campanha (PT DECIDE PELA..., 1982, p. 3).

Segundo nota divulgada pelo PT/PB (PT EXPLICA ..., 1982, p. 2), José Isidro, ao ser ouvido pela Comissão de Ética do Partido, entrou em contradição, e deixou claro seu compromisso com o PDS, quando deu cópias de seu Projeto de Reforma Agrária para o candidato a governador deste partido, Wilson

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

Braga, se orientar em seus comícios e incluir no seu programa. A nota diz ainda que o próprio José Isidro confirmou que tinha negócios financeiros com José Teotônio, articulador do movimento Ação Popular, uma espécie de Comitê de apoio à candidatura de Wilson Braga. A referida nota, diz ainda, que José Isidro também limitou-se a fazer severas críticas ao PMDB, preferindo deixar o PDS de lado, ou então lhe fazer críticas leves. Segundo Derly Pereira, realmente José Isidro era culpado das acusações que foram feitas contra sua pessoa:

[...] ele foi lá em casa, na véspera [e lhe perguntou] 'qual a sua posição?' [e ele respondeu] 'rapaz, eu estou esperando vê o que o pessoal aprovou. Agora Zé Isidro, diga aqui, pelo que eu estou sabendo você recebeu dinheiro'. Ele disse: 'eu recebi. Recebi e vou dizer uma coisa e acho que é burrice de vocês porque não querem receber'.⁹¹

Estes fatos relatados acima demonstram problemas enfrentados pelo PT/PB nessa sua fase inicial. A indefinição de militantes e dirigentes partidárias sobre a viabilidade do Partido e dúvidas quanto ao fato de se compor uma frente com o PMDB não seria a melhor opção para enfrentar a ditadura; caso Wanderly Farias. A dificuldade da direção e da base partidária de aceitar a entrada no Partido de qualquer político considerado tradicional, mesmo que este tivesse uma atuação considerada combativa, diante do regime militar; caso Marcondes Gadelha. E por fim, a dificuldade de políticos com passado militante na política populista, de se adaptarem aos princípios éticos e puristas do PT, naquele momento; caso José Isidro.

Após as eleições de 1982, com a fraca votação do PT no Estado, há certo desânimo dos militantes. Segundo Derly Pereira, o candidato a governador derrotado nesta eleição, após a mesma, "... houve uma debandada, abandonaram o partido, ninguém via mais ninguém, o partido fechado, chegamos lá estava um monte de papel, assim...".⁹² Houve uma proposta para que a diretoria renunciasse a fim que o Partido se reorganizasse, mas a mesma não foi aceita.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

⁹² Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

Em abril de 1983, o PT/PB realiza um Encontro Estadual em Campina Grande, quando elege sua nova diretoria provisória. Também, neste Encontro, o PT/PB criou várias comissões, buscando um melhor funcionamento: de assuntos sindicais; movimentos populares e estudantis; organização interna e externa e imprensa. Além disso, foi criado o Instituto Pedro Teixeira, que objetivava a pesquisa, educação de base, divulgação de conhecimentos nas áreas social e cultural. Neste Encontro, Derly Pereira foi eleito presidente de forma consensual.

No final de 1983, o PT/PB se engaja, com outros partidos de oposição e entidades de classe, na luta pelas Diretas Já. De acordo com Vieira (1986, 121), os comitês pelas eleições diretas na Paraíba, inicialmente, tiveram um forte impulso, com a participação dos militantes do PT, dos sindicalistas classistas do Estado, do PMDB e, posteriormente, até mesmo do ex-governador Tarcísio de Miranda Burity. Depois, com o apoio do PCB, PC do B e MR-8, esses comitês foram sendo dominados politicamente pela direção do PMDB, combatendo, a partir daí, as propostas de luta mais massivas, mais agressivas levadas pelos militantes classistas e petistas. Segundo o referido autor,

No seio do PT, havia alguns companheiros, nesse momento de luta pelas diretas, mais sectários, que estavam contra a participação do PT nessa campanha. Já que era uma campanha hegemônica pela burguesia e que nada resolveria dos problemas fundamentais do povo brasileiro" (VIEIRA, 1986, p. 122).

O PT, que já sofrera uma pressão bastante forte nas eleições de 1982, por não aceitar a tese do "voto útil", e dessa forma, ser acusado de dividir as oposições, no caso da Paraíba, de parte da sociedade civil organizada e do PMDB, em 1984 passa a sofrer fortes pressões novamente, dessa vez por não aceitar ir para o Colégio Eleitoral que iria eleger o novo Presidente da República, de forma indireta.

A pressão sobre o PT na Paraíba vinha de jornalistas e políticos ligados ao PMDB. O jornalista Biu Ramos (1984, p. 2) escreve artigo intitulado *O PT burguês faz o jogo de Maluf*, onde crítica o Partido por não aceitar ir ao Colégio Eleitoral. O artigo foi transcrito na ata da Assembléia Legislativa do Estado, por requerimento do deputado estadual do PMDB, Marcus Odilon. O jornalista e deputado estadual do PMDB, Jório Machado, afirma, na imprensa, que o presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva, o Lula, é o "Cabo Anselmo" de

hoje, também pelo fato do PT não aceitar ir ao Colégio Eleitoral (JÓRIO MACHADO ..., 1984, p. 3). O jornal **Correio da Paraíba**, que também estava engajado na campanha de Tancredo Neves, faz uma matéria bastante tendenciosa sobre Lula, que se encontrava na Paraíba, acusando-o de fazer viagens pomposas, morar em mansão, estar a serviço da burguesia nacional e internacional, etc (VISITA ..., 1984, p. 10).

O PT resolveu fazer uma consulta interna para definir sua participação ou não no Colégio Eleitoral. Na Paraíba, como também em todo Brasil, os petistas decidiram pela não participação no Colégio Eleitoral.

Em julho de 1986, Derly Pereira foi reconduzido à presidência do PT/PB. Porém, nesta ocasião, houve novamente disputa pela direção partidária. Os setores trotskistas do Partido, liderados pela tendência interna Democracia Socialista – DS, lançaram a candidatura do professor Chico Lopes para presidente e ganharam o Encontro, mas na hora de escolher o presidente do Partido, resolveram apoiar Derly Pereira, para que o Partido não ficasse totalmente rachado. Assim, essas correntes mais à esquerda ocuparam cargos importantes na direção partidária, todavia deixaram a presidência com uma pessoa que não tinha uma vinculação orgânica, neste momento, com as tendências internas.

Nesta sua fase inicial o PT enfrentou muitas dificuldades para se constituir como partido no interior do Estado, principalmente devido à pregação anticomunista feita pelos políticos locais. O estudante universitário Edmilson Pinheiro denunciou à imprensa as calúnias do deputado estadual Aloísio Pereira, na região de Princesa Isabel, contra petistas, a quem chamou de comunistas e terroristas. Um dos fundadores do PT no Estado, Anísio Maia, confirma as dificuldades para se fundar o Partido. Segundo ele,

[...] é evidente que construir um partido como o PT pelo interior [...] foi muito difícil. Eu me lembro um tempo que nós fomos para Rio Tinto e fundamos o Partido lá. Conseguimos trinta e poucos filiados, e quando foi assim uns três dias depois chegou quatro pessoas procurando a gente apavoradas para saber onde tava a ficha pelo amor de Deus, que essa ficha tinha que ser apagada. Aí nós perguntamos porque e eles disseram que o dono da fábrica disse que quem fosse filiado ao PT ia ser demitido da fábrica e como a maioria do pessoal é tudo operário da fábrica em Rio Tinto, nós tivemos que acabar o PT lá para eles não perderem o emprego. Estavam

desesperados. E nós temos muitos exemplos de cidades onde era proibido a gente entrar, onde ameaçavam com capangas, pessoas que se filiam e que depois, no outro dia, pedem para retirar o nome pelo amor de Deus, pedem para a gente não passar nem perto, porque o chefe da cidade disse que iam sofrer se fossem filiados ao PT, outros que a gente era comunista. Essas dificuldades tiveram.⁹³

Outro militante do Partido, Antônio Barbosa, advogado dos sindicatos rurais do Brejo, membro do Centro de Orientação dos Direitos Humanos de Guarabira, confirma a dificuldade para os trabalhadores entrarem no PT, no início da década de 1980, segundo ele:

[...] fundar o PT era você ser excluído de alguns espaços, ser mal visto. O trabalhador rural que se filiava ao PT, ou que manifestava publicamente o seu apoio ao, eu vi em várias oportunidades lhe ser negado o direito de tirar águas de um barreiro, direito de conquistar um pedaço de terra para trabalhar. Fui testemunha, assim in loco, lá na minha cidade, na região do brejo paraibano, de situação como essa 'é do PT? É. Então não tem terra mais para trabalhar', mesmo pessoas que já trabalhavam em determinadas propriedades, honrava aquela história, o compromisso de pagar o foro, eu vi essa coisa de ser negado o roçado, de ser negado água, de ameaçar que não ia passar mais no caminho de sua propriedade.⁹⁴

Mesmo na Capital do Estado, ocorreram perseguições a militantes do PT. O presidente da agremiação Eliezer Gomes foi demitido da empresa onde trabalhava, após participar de comício com a presença de Lula, apesar de ser membro de uma direção sindical e supostamente ter imunidade sindical. Segundo ele:

Eu tive um problema [...] que é o seguinte: o primeiro comício do PT aqui na Paraíba, foi em Bayeux, foi lá na Imaculada Conceição, [...]. O primeiro comício com Lula, foi lá no bairro da Imaculada Conceição. Depois tivemos o jantar na casa do operário Manoel Bernardino, com Lula e etc., e no outro dia saiu uma foto no jornal **O Norte**, do comício com Lula, eu ao lado e alguns em cima de um caminhão, e a empresa que eu trabalhava me chamou, me botou lá no meio de um Armaram um circo lá e disseram que eu estava sendo demitido por justa causa da empresa. Aí botaram lá um bocado de artigos, não tinha acontecido nada dos artigos que eles botaram, mas pelo fato de eu ter saído ao lado de Lula, ser do PT, então era coisa terrível. Então me demitiram e eu passei quatro anos na Justiça, buscando meus direitos. O movimento sindical na época se mobilizou aqui, mas nós perdemos aqui na Primeira Instância, [...]. Eu recorri para Recife, naquela época era Recife, depois Brasília, e ganhei em todas as instâncias, direito líquido e certo da imunidade sindical e nesse período eu passei momentos difíceis.⁹⁵

⁹³ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

⁹⁵ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

Na região do Cariri paraibano, especificamente na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do PT do município, Luiz Silva, foi ameaçado de morte pelo chefe político do PMDB local, o que levou a Executiva Estadual do PT a solicitar providências de dirigentes do PMDB estadual e nacional.

Também se procurava estigmatizar os militantes do PT no interior do Estado. Por

exemplo, o proprietário da fazenda Bela Vista, em Esperança, culpou “os maconheiros e cabeludos do PT” e o padre Ribamar pelos conflitos na sua propriedade.

No final do ano de 1987, o PT/PB elegeu para presidente o professor universitário José Maria Gurgel, apoiado pelas correntes de esquerda do Partido, mas também com apoio do ex-presidente Derly Pereira. O novo presidente regional do PT, José Maria Gurgel, disse, na ocasião, que as metas de seu mandato eram: eleições diretas em todas os níveis no ano seguinte; não fazer coligações; combate ao arrocho salarial e à inflação; repúdio ao Plano Bresser; luta por uma melhor condição de saúde, moradia e educação; defesa da reforma agrária ampla sob o controle dos trabalhadores. Ele também afirmou que o PT não era um partido que tinha por objetivo específico alcançar o poder através de eleições. Segundo Gurgel, mais importante para o Partido era a conscientização dos trabalhadores, no sentido de alcançar estes objetivos. No mandato de José Maria Gurgel se encerra um ciclo onde o Partido era, segundo um de seus dirigentes, Carlos Alberto Dantas, candidato a governador em 1986 e a prefeito de João Pessoa, em 1988: “... extremamente radicalizado, considerado o PT mais ‘xiita do Brasil’”.⁹⁶ Segundo Carlos Alberto:

[...] o partido aqui tem uma presença muito forte, foi praticamente fundado por grupos de esquerda e ele tinha [...] digamos assim, essa hegemonia dos chamados ‘xiitas’, do campo mais radicalizado, mais avesso à abertura do partido a outros segmentos da sociedade. Agora, fazendo [...] uma leitura dessa situação, nós percebemos que apesar de haver radicalização, os segmentos que compunham o PT na Paraíba, não eram de operários, eram professores radicalizados, professores secundaristas, poucos professores universitários,

⁹⁶ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

camponeses quase nenhum, mas funcionários de sindicatos, serviços, funcionários públicos, tal, radicalizados também e alguns militantes de sindicatos rurais radicalizados também. Então, operário praticamente não existia, porque não existia movimento operário na Paraíba [...] algumas pessoas do movimento operário, mas vinculadas à Pastoral Operária, [...] uma contradição, uma base social média radicalizada, sem muita expressão no movimento de base.⁹⁷

Outro futuro dirigente do Partido, Júlio Rafael, paraibano, mas afastado do Estado nessa fase inicial de formação do PT, e que participara da fundação do PT do Estado do Mato Grosso, indo em seguida militar em São Paulo, ao retornar ao Estado e entrar em contato com o PT paraibano, mostrou-se surpreso com a radicalidade que imperava no Partido.

Voltei à Paraíba decidido a vir morar [...] Nesse momento, vem à Paraíba Marcelo Deda que fora eleito deputado estadual em Sergipe, no ano de 1986. [...]. Acompanhava também Djalma Bom, na época, tesoureiro da Executiva Nacional do partido. Eles vieram fazer uma reunião com o Diretório Estadual e trouxeram o meu telefone. Fui para essa reunião no sábado à tarde, lá na Padre Meira. Lá tive mais um choque ao serem colocados os pontos de pauta, sobre a questão financeira do partido. Após serem colocadas dificuldades pós-eleitorais, as dívidas, eis que fala José Alves dizendo que a questão de finanças é uma questão política. Tudo bem, entendíamos, perfeitamente. Mas, segundo ele, a questão de finanças deveria ser vista como no partido bolchevique cuja finalidade era para fazer a revolução. Os mecanismos de arrecadação financeira voltavam-se para a perspectiva de se fazer a revolução. Isto significava que as finanças deveriam estar voltadas para se comprar armas. Eu ouvi essa discussão, não podia acreditar que nem no distrito de Butantã era travada tal discussão com ex-guerrilheiro, como Genoíno, ou com o pessoal da Libelu.

Eu nunca tinha ouvido numa reunião do PT esse tipo de argumentação a não ser em raras e pequenas reuniões sem maiores expressões, lá na cidade de São Paulo. Em reuniões amplas do diretório, jamais tinha ouvido uma defesa como aquela apresentada pelo companheiro José Alves. Para ele, o PT era um partido revolucionário e, como tal, precisava se preocupar com a preparação do enfrentamento armado. Em todo o debate com lideranças do PRC, por exemplo, sempre se mediava a situação conjuntural que o país vivia, com as características de um partido que tinha um papel com características de uma frente política, mas que não colocavam que se deveria organizar revolução armada. Ora, isso dito, aqui na reunião do PT na maior tranquilidade. Quando saímos dessa reunião, o próprio Deda comentou: olha, isso é um bando de loucos. Eu não estou entendendo nada. Que danado é isso? Eu respondi que não tinha nenhuma responsabilidade com aquilo (MELO NETO, 2002, p. 236-37).

⁹⁷ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

Esta posição do militante José Alves, citada por Julio Rafael, não era hegemônica dentro do Partido na Paraíba. A citação alude a uma posição extrema, de um militante que sempre esteve próximo de posições de extrema esquerda. Mas essa radicalidade do PT da Paraíba era um fato. Segundo outro dirigente do Partido, Avenzoar Arruda:

Todas as pessoas que conviviam aqui e que tiveram a oportunidade de conviver também um pouco no âmbito nacional percebiam isso. O PT da Paraíba era efetivamente onde o Partido tinha uma feição de esquerda organizada. O debate era muito conceitual, muito doutrinário [...] e não era uma questão de uma ou outra tendência, por exemplo, a base da Igreja também era uma base radicalizada.⁹⁸

3.2 De 1989 a 1997: Um Partido em disputa. Leve hegemonia dos “neomoderados”

Para Carlos Alberto Dantas, a campanha de 1986, onde ele foi candidato a governador, já começa a demarcar diferenças de concepções do Partido no Estado:

Nesse momento já se percebia uma tendência forte, no sentido de que havia dois caminhos para o PT, ou ele se consolidava como um partido de massa, tentava incorporar segmentos menos comprometidos com grupos de esquerda mais sectários, que havia a necessidade de ampliar com a participação de segmentos médios da sociedade ou se transformava em gueto. Essa diferença vai ter, acho que essa campanha de 1986 é um divisor de águas, tanto que meu discurso vai incorporar temas, durante a campanha que tenha essa perspectiva, perspectiva de incorporação de segmentos outros que não apenas os trabalhadores do campo e da cidade. A gente estava numa perspectiva de incorporar pequenos proprietários, pequenos empresários [...], classe média, pequenos comerciantes. Era um discurso que começava a se diferenciar da primeira fase.⁹⁹

No entanto, essa mudança de concepção na atuação do Partido ainda se dava de forma muito lenta. Pois, mesmo mudanças que se davam a nível nacional, como a aprovação de uma política de alianças no campo da esquerda, ainda encontravam muita resistência na seção do Partido na Paraíba. Mudanças no sentido de um partido relativamente mais moderado vão começar a se dar quando a corrente interna Articulação se organiza

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

efetivamente no Estado, a partir de 1988, e começa a disputar as eleições internas com agrupamentos mais à esquerda, liderados por correntes trotskistas.

A partir do Encontro Estadual do PT/PB, realizado em meados de 1989, a Articulação passa a ter um certo domínio sobre o Partido, elegendo seus candidatos para a presidência partidária. Neste Encontro o candidato da Articulação para presidência do PT no Estado seria Júlio Rafael, mas o seu nome sofria forte resistência nas correntes mais à esquerda do Partido, além de uma certa resistência dentro da própria Articulação. Dessa forma, a corrente apoiou o professor universitário Laércio Losano, que não era orgânico da Articulação, para presidente do Partido, em substituição ao também professor José Maria Gurgel. Losano foi eleito com quase 60% dos votos, derrotando Anísio Maia, da chapa Alternativa Socialista, formada pelos grupos mais à esquerda do Partido. Segundo Losano:

[...] o conflito era muito grande, então meu nome foi sugerido para conciliação da própria Articulação, porque Júlio queria ser candidato e os históricos da Articulação não queriam, achavam que ele ia aumentar muito os conflitos, [...]. De última hora se reuniram lá os caciques e decidiram que eu ia encabeçar [...] foi o Dé, Elisa Mineiros, Derly [...] eu fui indicado para compor a chapa da Articulação, quando faltava quinze minutos para fechar.¹⁰⁰

O próprio Júlio Rafael reconhece que sofria resistências internas no PT, mas afirma que a retirada de seu nome foi feita através de acordo onde ele teve participação e concordou devido à conjuntura de 1989, onde iriam ocorrer eleições presidenciais e ele achava que o Partido devia fazer o possível para ter uma certa unidade para conduzir bem a campanha. Segundo ele:

[...] a Articulação teve 63% no Encontro Estadual. Eu já participei ativamente deste processo e a indicação do companheiro Laércio Losano se deu por uma disposição, uma vontade política nossa, em particular minha, que era o indicado a ser presidente [...]. Derly ainda hoje zona comigo, diz que eu fui dormir presidente e acordei fora da presidência. O fato é que naquele momento, em função das deliberações do V Encontro Nacional, que aprovou a política de alianças e aprovou também a regulamentação de tendências, foram as duas questões que polarizaram muito o debate, [...]. Em função destas lutas, em função da lenda que existia, que eu aqui era um

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2001.

homem de Zé Dirceu, que tinha vindo para organizar a Articulação, para controlar o PT, tal, tal. Havia um embate muito polarizado, aonde de certa forma o meu nome causava uma certa polémica, tendo maioria, levando em consideração 89, campanha de Lula. Nós decidimos [...] o grupo Articulação, resolveu buscar um candidato que não fosse identificado com a Articulação para ser o presidente do Partido, na perspectiva de distensionar o Partido e ter condições de construir bem a candidatura de Lula a Presidente da República [...]. Hoje me parece, foi uma decisão muito acertada, foi possível construir uma boa campanha de Lula, exatamente em função desse distensionamento que nós conseguimos com a participação de Laércio Losano como presidente. Eu fiquei como secretário geral. Nós tínhamos uns quatro cargos na Executiva, eu era secretário geral, Aires era secretária de Organização, Ednaldo Leite era tesoureiro, que na época era da Articulação.¹⁰¹

As mudanças, nesse momento, ainda eram muito tímidas, basicamente se passou a aceitar alianças com partidos de esquerda, contudo as negociações com qualquer partido fora desse campo ainda eram muito difíceis, mesmo para receber apoios, como se deu no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando setores do PMDB quiseram apoiar Lula e não foram bem aceitos pelo Partido.

Mas, a partir de junho de 1992, as mudanças no Partido se tornam mais substanciais. Quando Anísio Maia foi eleito o novo presidente regional do PT, apoiado pela Articulação - que nesse momento não tinha condições de vencer sozinha uma eleição interna do Partido, como confirma o próprio candidato eleito Anísio Maia:

Quando eu fui candidato, por exemplo, a primeira vez, eu era independente, fui apoiado pela Articulação, porque eles foram obrigados a me apoiar, porque eu me lancei candidato. Se a Articulação lançasse um candidato perdia, então era obrigada a se aliar com o meu grupo político que era chamado PT pela Base, [...] para poder evitar a vitória das pessoas de ultra-esquerda, [...] que era o caso da DS.¹⁰²

¹⁰¹ Entrevista concedida ao autor, em janeiro de 2002.

¹⁰² Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001. A Articulação depois de vencer com uma certa folga o Encontro de 1989, como vimos, perde um pouco sua força interna, após derrotas eleitorais, de seus membros, nas eleições de 1990, quando dois candidatos a deputados estaduais ligados à corrente, o vereador pessoense Derly Pereira e ex-presidente da CUT, Agamenon Vieira, foram derrotados, enquanto o candidato ligado a DS, Chico Lopes foi eleito deputado estadual. Em 1992, um dos principais membros da corrente, Júlio Rafael, foi derrotado para vereador de João Pessoa, enquanto Avenzoar Arruda da DS, foi eleito, juntamente com Ricardo Coutinho, que apesar de ser independente, fechava com os setores mais à esquerda do Partido. Então, estas derrotas externas terminaram criando um certo desânimo nos membros da corrente, que terminaram perdendo força também internamente.

Após o Encontro Estadual que elegeu Anísio Maia presidente do Partido na Paraíba, o ex-presidente provisório, Júlio Rafael,¹⁰³ publicou um artigo na imprensa analisando o evento. Dizia que o PT iria concorrer em 80 municípios nas próximas eleições municipais, sendo que, em mais de 15, iria sair coligado com outros partidos. Segundo ele, o PT/PB dava mostras de amadurecimento político, combinando sua perspectiva de consolidação partidária com a disputa de poder local. Já o presidente eleito do Partido, Anísio Maia, disse que o PT vivia uma nova fase com a renovação de seus diretórios. “Houve um aprofundamento do processo, que foi iniciado no 1º Congresso do partido. Está acentuado um perfil que privilegia a interlocução com a sociedade civil” (ALIANÇAS..., 1992, p. 2). Na sua avaliação, a legenda estava mais maleável na discussão sobre composições partidárias: “Abandonamos certa arrogância em relação a outras forças políticas. Aprofundamos as discussões sobre alianças e nos tornamos interlocutores ativos dos mais diversos problemas vividos no Brasil” (ALIANÇAS..., 1992, p. 2).

No Encontro Estadual do PT, de 1993, as eleições foram disputadas pela tendência

Articulação, que lançou candidatura de Anísio Maia, e pelas tendências consideradas mais à esquerda no espectro partidário, lideradas pela Democracia Socialista (DS), que tinha como candidato o vereador por João Pessoa, Avenzoar Arruda. O primeiro grupo formou a chapa “Construir a Unidade na Luta” e o segundo, a chapa “Um Rumo Revolucionário para o PT”. A diferença básica entre elas era política de alianças para as eleições de 1994. A chapa “Construir a Unidade na Luta” incorporou em sua proposta uma aliança nacional com o PSDB e setores do PDT e do PMDB que estivessem dispostos a apoiar a candidatura de Lula. Dizia o texto desta chapa:

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilizasse a vitória e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerdas, como o PSB, PPS, PC do B, e PSTU. Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT, e o PSDB, que vem tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente

¹⁰³ Júlio Rafael presidiu provisoriamente o Partido no ano de 1991 e parte de 1992, em substituição a Laércio Losano, que se afastou da presidência do PT/PB, para participar, como membro avulso, do I Congresso do Partido.

na disputa da hegemonia posta na conjuntura (COMEÇA ..., 1993, p. 3).

Os defensores da chapa “Um Rumo Revolucionário Para o PT” entendiam que os aliados do PT:

Na composição de governo são as forças políticas que não têm um programa estratégico antagônico ao dele – as que o partido tem chamado de democráticas e populares. Este não é o caso dos partidos reformistas burgueses, como o PSDB e PDT. Não podemos jogá-los nos braços da direita, mas eles não compõem de conjunto o nosso campo político. Uma perspectiva antimonopolista é inaceitável para o PSDB como partido, e as reformas estruturais da sociedade com as quais o PT está comprometido são inviáveis sem o enfrentamento dos monopólios. O que podemos é explorar as contradições em seu interior, trabalhando com setores, ou indivíduos, atraindo sua base para a nossa direção política, estabelecendo o conflito em seu interior, mas sem fazer concessões para suas direções e estruturas centrais (COMEÇA ..., 1993, p. 3).

Anísio Maia, da chapa “Construir a Unidade na Luta”, foi reeleito para a presidência do Partido, com 41 votos, derrotando Avenzoar Arruda, que teve 31 votos.

Durante o Encontro, o presidente eleito Anísio Maia distribuiu um documento onde afirmava: “A fase de candidatos simbólicos já passou, agora já temos política consolidada e não há mais necessidade de lançar candidaturas apenas para marcar posição” (PT DECIDE ..., 1993, p. 2).

Vai ser a partir da eleição de 1994, que as disputas internas do PT entre dois grupos com concepções diferentes, sobre política de alianças, concepções partidárias, democracia, etc. vão se aprofundar, e levar a conflitos constantes, com prejuízos para a imagem do Partido junto à sociedade e para as disputas eleitorais.

O grande conflito em 1994 vai ser sobre o apoio do Partido à candidatura do senador Antônio Mariz (PMDB) para governador do Estado, com objetivo de ampliar o palanque da candidatura de Lula a Presidente ou o lançamento de uma candidatura própria para governador.¹⁰⁴ Depois de um longo processo de embates públicos, terminou prevalecendo a tese da candidatura própria, já que, nesse momento, a Articulação, grande defensora do apoio à candidatura de Mariz, era minoritária no Partido, devido ao racha

¹⁰⁴ O processo de discussão, sobre essa questão da candidatura própria ou do apoio a Mariz, será relatado no capítulo quinto dessa tese.

interno que aconteceu a nível nacional, com reflexo também aqui na Paraíba. Os setores que saíram da Articulação e formaram a corrente interna Hora da Verdade, passaram a se aliar com as tendências mais à esquerda. E também setores da Articulação na região do Brejo, defensores da candidatura própria, se afastaram da corrente, e ficaram sob a liderança do futuro deputado estadual Padre Adelino, que defendia a candidatura própria.

A partir dos embates ocorridos durante a campanha eleitoral de 1994, dois grupos bem definidos se formaram dentro do Partido na Paraíba, para disputar a presidência da agremiação. Um, denominado Campo Socialista, formado pela tendência interna, Democracia Socialista, os mandatos dos deputados Pe. Adelino e Chico Lopes e grupos independentes da região do Cariri e Sertão, e o outro, era a tendência interna Articulação. Na eleição ocorrida em 1995, os candidatos foram Avenzoar Arruda, pelo Campo Socialista e Luiz Couto, pela Articulação. A chapa encabeçada por Avenzoar Arruda defendeu a tese “Estratégia do PT na Paraíba”. A chapa de Luiz Couto defendeu a tese “Articulação: Unidade na Luta”.

A política de alianças e as decisões partidárias eram as principais divergências entre os dois grupos. O grupo de Avenzoar defendia que o PSDB fosse excluído do leque de alianças do PT. Os membros da Articulação achavam que o PT deveria buscar alianças com o PSDB e os setores progressistas que haviam apoiado a candidatura de Lula em 1994. No terreno das decisões partidárias, as divergências eram bem maiores. O Campo Socialista defendia que fossem respeitadas as posições adotadas pela maioria do PT. Todos os petistas, mesmo os que discordassem das decisões partidárias, não poderiam, por exemplo, emitir posições pessoais públicas. A Articulação defendia o contrário. Para ela, as decisões da maioria deviam ser respeitadas e acatadas, mas defendia o direito de qualquer filiado expor suas opiniões publicamente, até mesmo discordando.

Os representantes do Campo Socialista apresentaram um manifesto aos delegados do Encontro Estadual do PT, onde afirmavam:

A realidade da Paraíba exige uma política de independência frente às oligarquias locais, um claro posicionamento de oposição aos governos instalados, de forma geral, e a apresentação de um projeto

alternativo de poder fundamentado em uma mudança efetiva a institucionalidade vigente, incorporando formas de controle social sobre os poderes públicos, um componente indispensável ao nosso projeto de universalização da cidadania (FARIAS, 1995, p. 3).

O manifesto defendia, também, uma mudança profunda na direção do Partido, recolocando-o em sintonia com a maioria de seus filiados e com os interesses das classes populares, inclusive, “pondo fim aos vícios e equívocos que nos levaram a divisões públicas e que no cotidiano nos enfraquece como são exemplo o desrespeito sistemático às decisões das bases e a circulação de documento internos, com o único objetivo de gerar intrigas contra membros do partido” (FARIAS, 1995, p. 3). Dizia, ainda, que o PT

precisa ter clareza do conteúdo conservador e contrário aos interesses das classes populares, tanto do governo Mariz quanto do governo FHC, inclusive sem aceitar o discurso de que o problema é o conjunto dos aliados desse governo, criando a ilusão de que os mesmos são recuperáveis (FARIAS, 1995, p. 3).

E que: O PT precisa de uma direção que se dedique ao Partido, que construa seus Diretórios Municipais valorizando sua militância e respeitando as decisões coletivas (FARIAS, 1995, p. 3).

No Encontro Estadual do PT, Avenzoar Arruda foi eleito presidente, mas o Encontro foi marcado por denúncias de fraude entre os próprios petistas. Houve desentendimentos entre a ala de Avenzoar e a de Luiz Couto. Os aliados de Couto abandonaram o Encontro e não votaram. Divulgaram um manifesto acusando os aliados de Avenzoar Arruda de terem forjado Encontros Municipais nos gabinetes parlamentares, de terem manipulado votos e falsificado assinaturas de filiados para que houvesse quorum em vários municípios. Por isso, pediram a anulação do Encontro Estadual à Executiva Nacional. O vereador Avenzoar Arruda disse que nada tinha a ver com a falsificação de assinaturas nos Diretórios do PT. Alguns anos depois, em entrevista a nós concedida, afirmou que as irregularidades foram cometidas por pessoas saídas da Articulação e que, naquele momento, faziam parte do Campo Socialista.

[...] Nós não sabíamos absolutamente o que estava acontecendo [...] porque era o pessoal que tinha saído da Articulação que tinha essa prática, que nós não sabíamos, que praticou contra ela e como eles sabiam, foi tudo que precisavam para fazer a denúncia [...]. A fraude dos Encontros do PT aconteceu antes daquele Encontro e naquele Encontro foram explicitadas. Nós não sabíamos [...]. Aquilo era uma prática que vinha particularmente na região do Brejo [...], ou seja, a questão de fazer lista, de passar com urna volante, era isso basicamente, e casos graves de falsificação de assinaturas [...]. O pessoal que praticou, na verdade, fazia parte do mandato de Adelino e um pouco da orientação da Articulação de Esquerda.¹⁰⁵

O ex-presidente do Partido, Derly Pereira, que presidiu a Comissão Provisória durante o processo de apuração das fraudes, considera que as irregularidades praticadas em outros momentos, pelo menos no período em que ele foi presidente, não tinham o objetivo de manipular para ganhar encontros, mas objetivavam legalizar o Partido diante da legislação partidária:

[...] Avenzoar andou se aproveitando de mim, porque quando eu fui presidente, a gente na questão de legalizar o partido, porque tinha que ter naquele tempo, trinta e cinco diretórios, então nesse negócio de legalizar o partido havia uma certa, vamos dizer assim, não havia muito rigor [...]. Você tinha que ter aquela presença, então era possível um município ou outro o cara jogar alguns votos lá, para cumprir o quorum, garantir a legalidade do diretório. Todos os partidos políticos fazem e a gente fazia por uma questão de sobrevivência. A gente permitia que alguns diretórios fizessem isso e Avenzoar então aproveitou isso, disse que eu também tinha permitido a prática de falcaturas quando eu era presidente do Partido, porque ele sabia de vários municípios onde também houve [...]. Uma coisa é você legalizar o Partido, lutar para legalizar o Partido, de ter a dificuldade mínima de você constituir tantos diretórios e outra coisa é você saber, enxertar uma urna para tirar delegado, para eleger presidente do Partido. [...]. Eles me acusaram disso, que eu havia permitido esse tipo de coisa quando a gente realizava as convenções partidárias, mas a gente realizava para sobreviver, nós tínhamos que ter trinta e cinco diretórios, a gente fazia trinta e seis na marra, para poder o Partido existir no Estado.¹⁰⁶

O clima de conflito entre os militantes, criado com as acusações de fraudes, se acentua quando Avenzoar Arruda e outros integrantes do Campo Socialista convocam uma entrevista coletiva e acusam o deputado Luiz Couto de ter recebido dinheiro irregular da Assembléia. Diante deste fato, o deputado Luiz Couto entrou com uma queixa-crime contra o vereador Avenzoar Arruda. Segundo Couto, Avenzoar teria cometido crime de calúnia, difamação e injúria:

¹⁰⁵ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

crime de calúnia, por ter afirmado que Luiz Couto recebera propina da Assembléia Legislativa para prejudicar o PT; difamação e injúria, por ter atingido o bom nome e a boa imagem do deputado. Ele pediu afastamento do cargo de presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembléia Legislativa, até que fosse esclarecida a denúncia feita contra ele. Também solicitou que a Assembléia Legislativa pedisse a quebra de seu sigilo bancário, pois achava imprescindível que a Mesa-Diretora tomasse providências, a fim de preservar a sua imagem pública e também a do Legislativo. Avenzoar Arruda disse que, apesar de a imprensa ter caracterizado como propina as denúncias por ele feitas, ele sempre insistiu que estava denunciando o recebimento de dinheiro ilegal, mas reconheceu que as denúncias tinham o intuito de arranhar a imagem de pessoa ética do deputado Luiz Couto:

[...] tinha a verba social e ajuda combustível, mas o que caracterizava mesmo o dinheiro ilegal era a questão da verba combustível. Esse era um dinheiro ilegal porque você recebia uma rubrica dizendo que era uma questão para combustível, mas não aparecia na prestação de conta o combustível dos deputados. Então, evidentemente, era um dinheiro que o deputado recebia como salário, ou seja, tanto é assim, que hoje eles estão com problema no imposto de renda [...]. Era uma verba chamada verba combustível, mas não era combustível coisa nenhuma. Então era um dinheiro ilegal, que era isso que eu caracterizava. A imprensa evidentemente caracterizou como propina, mas eu insisti em dizer que o que eu caracterizava era dinheiro ilegal, porque propina tem outra conotação, de corrupção e tal, agora que o dinheiro era ilegal eu não tinha dúvidas e depois apresentei isso dentro do PT [...]. Eu apresentei na época com Luiz Couto, aí depois eu apresentei isso novamente dentro do PT, dizendo que estava errado e tal, mas sempre o que acontecia era que as pessoas não queriam apurar [...]. Então eu disse que era um dinheiro ilegal na época com Luiz Couto, porque aí era uma resposta à história ética dele, porque ele dizia que era ético e os do PT não eram éticos, então eu dizia que uma pessoa ética não poderia receber esse tipo de coisa [...]. Então, infelizmente, naquele momento ela sai não apenas com o intuito de defender o PT, era no intuito de acusar mesmo, um tipo de revanche, digamos assim, eu não quero desconhecer de modo algum, mas era uma revanche baseada em fatos.¹⁰⁷

No dia 31/10/95, o Diretório Nacional do PT resolveu intervir na direção petista na Paraíba. Foi nomeada uma Comissão Diretora Provisória, presidida pelo ex-vereador Derly Pereira, e criada uma Comissão de Ética interestadual

¹⁰⁷ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

para apurar as irregularidades ocorridas durante a preparação do Encontro Estadual do Partido. Vera Gomes, do Diretório Nacional, foi indicada para comandar as investigações, mas por questões de saúde, teve que se afastar da referida Comissão.

Durante as apurações da Comissão de Ética, foram divulgadas versões de alguns relatórios não oficiais. Uma primeira, divulgada pela imprensa, dizia que haveria a expulsões de três militantes, dois de Araçagi e um de Lagoa de Dentro; suspensão de um ano, de Giucélia Figueiredo e Irenaldo Barbosa; advertência ao deputado Pe. Adelino e dois militantes de Alagoinha. Mas o vereador Avenzoar Arruda disse, na ocasião, que o trabalho da Comissão de Ética não foi concluído e que, portanto, as informações sobre possíveis punições não procediam.

Alguns dias depois, foi divulgado um relatório, por Zoraida Arruda, membro da Comissão Provisória do Partido, que não apresentava a expulsão de nenhum filiado, sugeria o arquivamento de algumas denúncias, advertência para alguns filiados e suspensão dos direitos dos mesmos de participarem de cargo de direção em qualquer nível, por período de um ano. Foi constatado que houve coleta de assinaturas de pessoas que não participaram de Encontros em Araçagi e Serra da Raiz. Constatou-se, também, a falsificação de assinaturas em Lagoa de Dentro. O relatório acusava os deputados Pe. Adelino, Luiz Couto e Chico Lopes de receberem verbas da Assembléia Legislativa através de um posto de combustível. O deputado Luiz Couto repudiou o conteúdo do documento, considerando-o uma “verdadeira farsa”. O ex-presidente regional do PT/PB, Anísio Maia, encaminhou um documento ao presidente nacional do PT, José Dirceu, acusando a Comissão de Ética, que apurara as denúncias de fraude na Convenção Estadual do Partido de “incompetente e suspeita”. Maia disse que várias denúncias foram confirmadas, mas as punições ficaram apenas na advertência e pediu uma intervenção da Executiva Nacional do PT. Para ele, a Comissão de Ética havia elaborado um relatório que punia os denunciadores e inocentava os acusados. Segundo ele, “Isso reforçou o que desconfiávamos: A maioria da Comissão veio a Paraíba proteger seus companheiros de tendência e impedir os esclarecimentos das fraudes” (ANÍSIO MAIA PEDE ...,1996, p. 3). Já o vereador CBS disse que existia um

“arrumadinho” dentro do PT para evitar as punições aos envolvidos nas denúncias investigadas pela Comissão de Ética. Segundo ele, “Nada mais me surpreende dentro de um partido que prega ser diferente e, na prática, tem os mesmos vícios e mazelas dos partidos tradicionais” (FARIAS, 1996, p. 3). O vereador Avenzoar Arruda disse que CBS estava procurando um motivo para sair do Partido.

O vereador CBS afirmou que iria esperar que o Diretório Nacional do PT se pronunciasse sobre as fraudes na Paraíba para oficializar sua saída do Partido. Segundo ele, “Se o diretório endossar a pizza que foi o relatório da Comissão de Ética, não há dúvidas que eu e mais alguns companheiros vamos sair do PT” (CBS ..., 1996, p. 3). No dia 03/02/96, o vereador CBS comunicou sua saída do PT, revoltado com a advertência dada a ele pelo Diretório Municipal de João de Pessoa, por ter criticado o processo que apurou a fraude na convenção do Partido e por estar desrespeitando normas partidárias referentes à contribuição financeira. No dia 06/02/96, ele desligou-se oficialmente do PT.

Finalmente, no início de maio de 1996, o Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução definitiva sobre o caso das denúncias de fraudes envolvendo o PT/PB. A resolução aprovada foi a seguinte:

O Diretório Nacional [...] baseado em relatório sobre os trabalhos da Comissão de Ética designada para apurar as denúncias envolvendo o PT na Paraíba, aprova a seguinte resolução:

1. Adverte publicamente os presidentes e os secretários dos Diretórios Municipais dos seguintes Municípios: Areial, Alagoa Grande, Araçagi, Mari, Itapororoca, Tacima, Caiçara, Pilõezinho, Alagoinha e Mogeiro;
2. Suspende por um ano o direito de fazer parte de qualquer instância de direção os filiados Wilson Massau e Agnaldo Vasconcelos;
3. Suspende por um ano o direito de fazer parte em qualquer instância de direção a filiada Giucélia Figueiredo, pelos fatos de a mesma, no exercício do cargo de Secretária de Organização, ter-se omitido de defender a fazer valer o regimento do Encontro;
4. O DN reconhece o direito dos filiados punidos com suspensão de se candidatarem a cargos públicos [...].

Termo do Acordo:

1. A Comissão Executiva Nacional fica responsável pela formulação dos termos de uma advertência interna ao Deputado Pe. Adelino por seu tratamento desrespeitoso a lideranças partidárias, mas sem publicar tal advertência em qualquer fórum partidário ou público (ATA ..., 1996).

Este acordo foi assumido pelas partes em conflito no Partido da Paraíba, tendo sido

registrado apenas a abstenção de Avenzoar Arruda quanto à punição aplicada a

Giucélia Figueiredo. A resolução também propôs uma chapa unitária no encontro seguinte, com todas as forças que compunham o PT/PB. No Encontro Estadual do Partido, realizado após a conclusão desse relatório, houve um acordo para que a pena de Giucélia fosse revista, fato que foi confirmado pelo Diretório Nacional.

Após a aprovação desta resolução, o caso das fraudes foi considerado resolvido e o PT/PB elegeu sua nova direção de forma consensual, em maio de 1996, para cumprir mandato de um ano. O professor Laércio Losano foi eleito presidente. Mas sem dúvida, este episódio deixou marcas negativas no Partido perante a sociedade, pois, apesar de ele sempre ter sido marcado por vários confrontos internos, sempre se considerou que as “brigas” do PT eram por questões ideológicas. Mas, neste caso, uma nova face do Partido foi exposta para a sociedade: um partido que também cometia desvios no campo da ética, tão cara à agremiação. Após este episódio, o Campo Socialista se desfez e setores da “esquerda” do Partido passaram a se agrupar apenas em momentos de disputas, nos Encontros Estaduais.

3.3 De 1997 a 2000: hegemonia de concepções “moderadas”

Com o fim do Campo Socialista, os setores de “esquerda” do Partido se organizaram num agrupamento denominado Campo de Esquerda para disputarem o Encontro Estadual de 1997. Na ocasião, apoiaram a candidatura de Laércio Losano, para presidente, que terminou sendo derrotado pelo deputado Luiz Couto, da Articulação, por 69 a 68 votos. Couto foi o primeiro presidente do PT da Paraíba, realmente orgânico, da tendência Articulação. A partir deste momento, se inicia uma nova fase no Partido, com a formação do chamado Campo Majoritário, incluindo a Articulação e a Democracia Radical, que passam a ter um controle quase absoluto do Partido e passam a imprimir uma nova concepção política ao mesmo, principalmente no campo das alianças eleitorais.¹⁰⁸

¹⁰⁸ A postura do PT/PB, diante das alianças eleitorais, como um dos elementos que mais reflete as mudanças ocorridas na linha política do Partido, será analisada no capítulo quarto dessa tese.

A eleição do PT na Paraíba, no ano de 1999, foi disputada por Adalberto Fulgêncio, representando o Campo Majoritário, formado pelas tendências Articulação e Democracia Radical; por Frei Anastácio, representando o Campo de Esquerda, formado pelas tendências Democracia Socialista – DS, Articulação de Esquerda, Força Socialista e grupos independentes; e pelo presidente do Sindicato dos Bancários, Israel Guedes. Adalberto Fulgêncio foi eleito presidente estadual do PT, derrotando Frei Anastácio por 161 votos contra 99, Israel Guedes teve dois votos. A Articulação venceu todas as votações do Encontro.

Segundo Adalberto, o Partido agora não ficou *light*, ficou mais democrático: “O PT agora é o partido da tolerância e da generosidade. Temos de deixar claro que não somos os donos da verdade e que não ganhamos sozinhos” (LEARTH..., 1999b, p. 04). O candidato derrotado, Frei Anastácio, contra-argumentou: “Se o PT continuar a trilhar esse caminho que está escolhendo, em pouco tempo se transformará num partido como outro qualquer [...]. Defendemos um partido de luta, como o PT sempre foi, aliado aos movimentos sociais, às bases partidárias (LEARTH..., 1999b, p. 04).

No ano de 2000, outro grande embate interno abalou o PT da Paraíba: a tentativa de expulsão do deputado estadual Ricardo Coutinho do Partido, patrocinada pelo chamado Campo Majoritário, formado pela Articulação e pela Democracia Radical. O deputado, que foi o mais votado na história do Partido, era considerado independente, mas sempre “fechava” com o chamado Campo de Esquerda. Todo o processo começou com a definição da escolha do candidato a prefeito de João Pessoa, sendo Ricardo Coutinho, inicialmente, o escolhido, mas depois renunciou, alegando boicote da direção do Partido.¹⁰⁹

Após as eleições municipais, a disputa interna continuou acirrada. Alguns membros do

Diretório Municipal do PT de João Pessoa afirmaram que iriam expulsar os deputados Avenzoar Arruda, Ricardo Coutinho e Frei Anastácio e mais onze filiados que haviam sido candidatos à vereança na Capital paraibana. O

¹⁰⁹ O processo de escolha da candidatura do deputado Ricardo Coutinho, sua renúncia e a escolha da candidatura do deputado Luiz Couto, que levou a acusação de infidelidade partidária por parte de Ricardo Coutinho, que levaria à tentativa de expulsá-lo do Partido, será relatada no capítulo quinto desse trabalho, onde o processo de construção da candidatura do Partido para disputar as eleições de 2000, em João Pessoa, será descrito.

presidente do PT/JP, Walter Aguiar, acusou os petistas de infidelidade partidária, por não apoiarem a candidatura de Luiz Couto a prefeito. Ele culpou o grupo pela derrota do PT:

Temos casos de petistas que aparecem no guia de candidatos de outros partidos. Temos casos de candidatos a vereador que convidaram candidatos a prefeito de outros partidos para lançamento de suas candidaturas e temos até casos de candidatos a vereadores que se recusaram a dizer que ia votar em Luiz Couto, dentre outras questões que podem ser caracterizadas como infidelidade partidária. A Direção Nacional já nos comunicou que acatará qualquer decisão que for tomada pela Direção Municipal com relação a este assunto. Vamos ouvir todas as partes. Se for caracterizada a infidelidade partidária, ela deve ser tratada como tal (RODRIGUES, 2000a, p. 04).

O deputado Luiz Couto também defendeu a expulsão do deputado federal Avenzoar Arruda e do estadual Ricardo Coutinho do PT:

Queremos a expulsão. Um deputado federal não pode fazer o que Avenzoar fez. Não pode agir como ele agiu. O deputado prejudicou nossa campanha. O deputado Ricardo Coutinho não pode fazer o que ele fez. Por isso, não dá para conviver com essas pessoas (RODRIGUES, 2000a, p. 04).

Couto acusou, também, alguns candidatos a vereador de agirem deliberadamente contra sua campanha.

Ao saber da intenção da direção do PT em expulsá-lo, o deputado Ricardo Coutinho se pronunciou: “Eu só tenho que lamentar profundamente que esse grupo, depois de ter causado tanto prejuízo ao PT, queira causar mais prejuízo ainda alimentando essa guerra interna dentro do partido” (RODRIGUES, 2000a, p. 04). E refutou a acusação do grupo majoritário, de creditar o fracasso eleitoral do PT de João Pessoa ao grupo petista que fora excluído da disputa, afirmando que ele e seus aliados nada haviam feito para serem expulsos do Partido. “Nós fomos atacados o tempo todo e abraçamos candidaturas de companheiros do PT, não só em João Pessoa, mas em outros municípios. Mas, se alguém tem algo contra nós que ponha as cartas na mesa” (RODRIGUES, 2000a, p. 04).

No início de outubro de 2000, o Diretório Municipal do PT de João Pessoa convocou o deputado Ricardo Coutinho para prestar esclarecimentos sobre denúncias de

infidelidade partidária durante a campanha eleitoral daquele ano. Havia uma representação também contra o deputado federal Avenzoar Arruda. No dia seguinte, foi decidido que uma Comissão de Ética do PT iria apurar a acusação de infidelidade partidária que teria sido praticada pelo deputado Ricardo Coutinho. A decisão da Executiva Municipal de João Pessoa caracterizava o início de uma operação para expulsar o deputado. Convocado para prestar esclarecimento a Executiva, Ricardo não compareceu à reunião, dizendo que só prestaria esclarecimentos quando conhecesse a acusação que existia contra ele. A representação contra Ricardo foi impetrada por três filiados do PT: Fernando Lopes, Dinny Charles e Manoel Pedro e subscrita por outros filiados. A representação contra Avenzoar passou a ser tratada a nível nacional, por ser ele deputado federal. Ricardo invectivou: “Os que querem me expulsar estão sendo hipócritas. Por que não assume que isso interessa ao projeto de 2002 com o PMDB do R” (PT..., 2000, p. 2).

A Comissão de Ética foi formada por Carlos Alberto Dantas, Lucius Fabiano e Almir Nóbrega. Segundo o jornalista Antônio Vicente, um dos membros da Comissão de Ética, o professor Carlos Alberto Dantas lhe respondeu, ao ser indagado se estava tudo bem: “Tudo bem, Vicente, só vai estar quando a gente conseguir expulsar Ricardo Coutinho do PT” (PT..., 2000, p. 2). Ricardo Coutinho repudiou que membros da Comissão de Ética do PT já tivessem antecipado o voto pela sua expulsão: “Ou seja, é jogo de cartas marcadas. A sorte é que a base está do nosso lado” (MOURA, 2000k, p. 3).

Diante da instalação da Comissão de Ética para investigar o deputado Ricardo Coutinho por quebra de contrato ético e infidelidade partidária, este também denunciou à Executiva Municipal do PT/JP o deputado Luiz Couto por agressão física e pediu a instalação de uma Comissão de Ética para apurar o caso, afirmando que Couto o agredira pelas costas e o empurrara acintosamente durante o Encontro do PT.

Alguns dias depois, a Executiva do PT/JP resolveu instaurar uma Comissão de Ética para analisar as acusações de agressão feitas por Ricardo Coutinho contra Luiz Couto. A Comissão foi composta por Renato Luiz, Rodrigo Soares e Pedro Reginaldo. O deputado Luiz Couto, através de nota, acusou o deputado Ricardo Coutinho de tentar manipular a opinião pública através de

difamação, da calúnia e da mentira, ao imputar-lhe um ato que dizia não ter cometido. Coutinho refutou, afirmando que a Comissão de Ética, instituída pelo Partido, além de ferir os estatutos partidários, não era isenta, por ter pessoas do gabinete de Luiz Couto.

A Comissão de Ética instituída no PT/JP, para avaliar a acusação do deputado Ricardo Coutinho, isentou Couto das acusações e sugeriu a abertura de um novo processo disciplinar contra Ricardo Coutinho, que foi acatado pelos diretorianos. Um dos membros da Comissão, Rodrigo Soares, se pronunciou:

O que constatamos, a partir dos depoimentos, análises de toda documentação e das imagens do encontro é que não houve nenhum tipo de agressão a Ricardo Coutinho por parte de Luiz Couto. Por isso, solicitamos que seja aberta uma comissão interdisciplinar para apurar o porquê de Ricardo Coutinho ter feito esta denúncia e não ter dado nenhum esclarecimento necessário à Comissão (RICARDO ... 2000, p. 2).

No início de novembro de 2000, trinta e dois candidatos – eleitos e não eleitos – pelo PT na eleição de 2000, assinaram um manifesto ao Diretório Estadual pedindo o fim dos processos de expulsão dos seus filiados.

A direção partidária deve lembrar que os militantes do PT, muitos hoje detentores de mandato popular, sacrificaram grande parte de suas vidas desde a fundação deste partido sem visar benefício pessoal [...] o PT verdadeiro não pode jamais perder estes companheiros (RICARDO 2000, p. 2).

Mas os vereadores Luciano Cartaxo, José Bezerra e 22 dirigentes do PT discordaram dessa tese e afirmaram que:

Garantindo a amplo direito de defesa, dando transparência aos debates, o PT tem que ir até o fim, apurando responsabilidades e punindo os que quebraram o contrato ético que norteia nossa existência partidária. O fortalecimento do PT, enquanto alternativa de poder e de governo, passa por sua capacidade de enfrentar estes desafios, sem interferências alheias à vontade livre e soberana dos seus filiados (RODRIGUES, 2000b, p. 3).

O advogado José Edísio encaminhou a defesa do deputado Ricardo Coutinho, colocando a Comissão de Ética sob suspeita, dizendo que ela teria que ser eleita e não criada como o fora; argumentou que Coutinho agira em companhia dos outros

membros do PT de Luta, e, portanto, não podia ser julgado sozinho; e que, sendo deputado estadual, só podia ser julgado no Diretório Estadual e não no Municipal. O juiz Miguel de Lyra Filho suspendeu o processo ético disciplinar do DM/PT/JP contra o deputado Ricardo Coutinho, aceitando a tese da defesa do deputado de que a Comissão de Ética teria que ser eleita; e a suspeição dos seus integrantes posto que adversários políticos de Ricardo.

No dia 21/10/00, o denominada Campo Majoritário do PT de João Pessoa, formado pelas tendências internas Articulação e Democracia Radical, divulgou uma carta aberta aos simpatizantes e militantes do PT na Paraíba, relatando sua versão dos fatos e defendendo a apuração de todos os fatos referentes à acusação de quebra de contrato ético e infidelidade partidária contra o deputado estadual Ricardo Coutinho:

[...] é importante não cometermos o pecado de querer jogar tudo e todos no mesmo barco, o discurso de que todos cometeram erros e, por conseguinte, o melhor é requestrar a pizza, não é salutar [...]. De imediato, temos que ter uma postura mais racional, assumindo e cobrando responsabilidades na justa medida de quem lhes cabe.

Nesse sentido, a Executiva Municipal do PT em João Pessoa instalou, no último dia 5 de outubro, Comissão de Ética para apurar representação movida por três filiados do PT no Município e subscrita por pelo menos mais 15 companheiros(a)s contra o senhor Ricardo Coutinho, por quebra do contrato ético e infidelidade partidária. Esta Comissão já está trabalhando e, após ouvir as partes, emitirá parecer que será levado à apreciação do Diretório Municipal do PT em João Pessoa, tudo como mandam as regras internas do PT e as normas do Estado Democrático de Direito.

Quanto ao mérito do debate que vem sendo travado pela imprensa e no interior do PT, gostaríamos de esclarecer que não se trata de uma simples disputa ou divergência interna, pois o que foi vivenciado pelo PT na última campanha não é um mero problema, de concepção e de diferenças de pensamento sobre alianças, democracia e programa, como alguns espertamente querem fazer crer neste momento. Ora, temos absoluta certeza de que da concepção de ética do(a) companheiro(a)s não fazem parte valores como a calúnia, a difamação, a mentira, [...] que foram fartamente utilizados contra o PT, seu candidato a prefeito, candidatos a vereador e dirigentes nos últimos meses, [...] estas iniciativas partiram de filiados do PT [...].

A Direção Municipal do PT em João Pessoa foi acusada pelo senhor Ricardo Coutinho de ter vendido o PT aos Cunha Lima, de ter feito balcão de negócios. E aí, isso é disputa interna? O senhor Ricardo Coutinho disse que os dirigentes do PT fazem do PT meio de vida. E aí, isso é divergência de idéias? O vereador Júlio Rafael enfrentou na campanha uma verdadeira guerra para derrotá-lo, uma central de boatos com origem em filiados do PT e que fazia uso de um jornal local, espalhando pela cidade que ele recebera milhões de Cícero Lucena (candidato a Prefeito pelo PMDB em João Pessoa) para emplacar a “candidatura laranja” de Luiz Couto, que também recebera

alguns outros milhões. E aí, a gente esquece tudo o que aconteceu e Luiz Couto, Júlio Rafael e as direções do PT ficam como ladrões e vendidos no filme? Um panfleto assinado por Ricardo Coutinho e denominado “PT de Luta” dizia que os três vereadores do PT de João Pessoa eram mais governistas que os vereadores da base do prefeito. Além disso, mentia descaradamente à população passando a versão de que Júlio Rafael e Luciano Cartaxo tinham sido contra a luta do IPTU, em 1998, quando foram eles protagonistas principais dessa luta. E aí, a gente deixa a mentira, a calúnia e a difamação prosperarem?

Se a Direção do PT “vendeu” ou fez do PT “balcão de negócios”, ela tem que ser destituída e seus membros que assim agiram devem ser expulsos; se algum dirigente do PT faz do PT “meio de vida” ele tem que ser destituído e expulso; se Luiz Couto foi um “candidato laranja” ele não merece continuar sendo um parlamentar do PT; se Júlio Rafael “recebeu milhões para facilitar a vitória de Cícero”, ele não ‘só deve ser expulso, como é preciso exigir a quebra de seu sigilo bancário e fiscal para que o PT possa mensurar o tamanho do negócio. Se os vereadores do PT são “mais governistas do que os vereadores da base do prefeito”, eles devem mudar de partido. Agora, se todas estas insinuações, entre tantas outras, não forem comprovadas, aqueles que as proferiram têm que ser devidamente responsabilizados, num processo em que seja garantido o respeito às regras partidárias. [...]

Sobre a aliança de Campina Grande, motivo de tantas polêmicas e de tantas insinuações, é bom lembrarmos que foi uma decisão democrática da base partidária, dos petistas de Campina Grande, referendada pelos Diretórios Estadual e Nacional do PT. Alguns podem não concordar com esta aliança, é legítimo, mas não podem fazer campanha contra ela. Ela foi feita à luz do dia, com todos dentro e fora do PT sabendo que estava sendo feita. Ninguém vendeu o PT para os Cunha Lima; o PT decidiu no voto (63% dos filiados de Campina Grande) que queria fazer aliança com o PMDB naquele município. [...] que fique claro que esta foi uma decisão política, não fizemos negócio, nem cometemos nenhum crime.

Quanto à infidelidade partidária, pedimos aos companheiros(as) uma reflexão sobre se é respeito aos princípios democráticos fazer uma campanha contra a candidatura do PT depois das instâncias terem definido quem era o candidato e a tática eleitoral. Se pode, então ninguém no PT irá respeitar mais nada, vamos nos transformar numa organização anárquica, sem comando, sem orientação, sem projeto, sem partido (CARTA AOS..., apud MELO NETO, 2002, p. 407).

Tentando apaziguar o conflito, o deputado Frei Anastácio Ribeiro publicou uma carta na imprensa, intitulada *Em Defesa da Unidade do PT, pela Repactuação Interna* (RIBEIRO, 2000, p. 3), dirigida ao presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, ao municipal, Walter Aguiar, e aos deputados Avenzoar Arruda, Luiz Couto e Ricardo Coutinho, propondo que o Partido esquecesse a aresta e voltasse à unidade. E, caso não fosse possível resolver o impasse, que se criasse uma comissão política a nível nacional para tentar resolvê-la. A Executiva Nacional do PT resolveu criar uma Comissão de

Acompanhamento, formada por Arlindo Chinaglia, Joaquim Soriano e Sílvio Pereira, para tentar resolver as brigas internas do PT/PB.

O DM/PT/JP criou uma Comissão de Ética definitiva para apurar todas as denúncias contra filiados do Partido na Capital. Todos os processos que tramitavam no órgão contra filiados foram zerados e reiniciados por esta comissão. Ela era composta por Agamenon Vieira, Rodrigo Soares, Pedro Reginaldo, Agamenon Castilho e Laércio Losano. Três da Articulação e dois das tendências minoritárias. A Comissão de Acompanhamento do DN acompanhou os trabalhos. A Comissão de Ética do PT/JP recomendou a expulsão do deputado Ricardo Coutinho do Partido, em relatório entregue ao presidente municipal da legenda, Walter Aguiar. Votaram a favor da expulsão: Agamenon Vieira, Rodrigo Soares e Pedro Reginaldo. Votaram contra: Laércio Losano e Agamenon Castilho. No dia 20 de dezembro de 2000, o deputado Ricardo Coutinho foi expulso do PT. A decisão foi tomada pelo DM/PT/JP, por 16 votos a 1 (os 11 diretorianos aliados de Ricardo decidiram deixar a reunião, alegando irregularidades na Comissão de Ética). Na ocasião, o Diretório divulgou a seguinte nota oficial sobre o caso:

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de João Pessoa – Paraíba, reunido extraordinariamente para discutir, avaliar e deliberar sobre o relatório da Comissão de Ética, que apurou o comportamento do deputado estadual Ricardo Coutinho, no último pleito eleitoral, vem a público esclarecer:

Foi cumprido todo o processo legal, com garantias de amplos espaços para apresentação de provas, depoimentos e tudo aquilo que se fez necessário para esclarecimentos e comprovação das denúncias formuladas.

Segundo o relatório da referida comissão:

a) Ficou configurada a quebra do contrato ético que permeia a existência do nosso partido, e a relação que deve permear o dia a dia de todos aqueles que compartilham de um mesmo projeto partidário.

b) Configurou-se, também, infidelidade partidária na medida em que o deputado estadual Ricardo Coutinho, não só não participou da campanha do PT, como assumiu postura pública de ataques ao nosso candidato e protagonizou ações de hostilidade à nossa campanha, ao candidato majoritário e a vários candidatos proporcionais do PT.

c) Houve quebra de disciplina partidária e desrespeito das regras democraticamente aprovadas pelo PT, que amparam a existência do mais exitoso projeto político partidário do nosso país.

Diante de tais fatos, e após debates realizados nesta reunião, sem que aparecesse qualquer outra proposta, por parte dos diretorianos, o DM PT – João Pessoa - PB, resolve:

1) Acatar na íntegra o relatório da Comissão de Ética e seu Parecer.

- 2) Como consequência, delibera pela expulsão do seu quadro de filiados do deputado estadual Ricardo Coutinho.
- 3) Ainda como consequência do Parecer, encaminha para a Comissão Executiva Municipal a análise da documentação apresentada, para os devidos procedimentos legais e estatutários, na perspectiva de abertura de outros processos de apuração de responsabilidades de outros(as) filiados(as) ao PT, nas infrações citadas acima (NOTA OFICIAL..., apud MELO NETO, 2002, p. 411).

Ricardo recorreu da decisão. Após esta decisão, o deputado federal Avenzoar Arruda e o estadual Frei Anastácio coordenaram uma mobilização para anular a decisão do DM/PT/JP de expulsar o deputado Ricardo Coutinho. Eles divulgaram nota, pedindo a abertura de diálogo para discutir a expulsão de Ricardo Coutinho. Dizia a nota: “As instâncias superiores do PT têm a obrigação de abrir o diálogo violentamente encerrado no âmbito municipal. Do contrário, os princípios fundamentais do PT estão feridos de morte e de forma irreversível” (RICARDO VAI ..., 2000, p. 2). Conforme o documento, a crise vivida pelo PT/JP era resultado da divergência entre duas estratégias para disputar os rumos do país e, em particular, do Estado da Paraíba. “Enquanto nós queremos um PT como dirigente do processo de mudança, outros pretendem apoiar um projeto alheio aos interesses das classes populares, como uma etapa intransponível” (RICARDO VAI ..., 2000, p. 2). A nota ainda acrescenta: “os atos do bloco eleitoral chamado ‘PT de Luta’ foram coletivos e como tais, não cabe punição individual em função destes atos, uma vez que as responsabilidades perante as instâncias partidárias são, igualmente, assumidas por todos os seus membros” (RICARDO VAI ..., 2000, p. 2).

Por fim, os petistas disseram que as bases para a repactuação do Partido deviam se basear na declaração de voto de dois membros da Comissão de Ética, que apontavam as responsabilidades das partes e sugeriram um processo partidário onde as “punições servem para educar e não para destruir”.

No dia 20/01/2001, o Diretório Estadual do PT resolveu manter a expulsão do deputado Ricardo Coutinho. Na ocasião, foi aprovada a seguinte resolução:

[...] o Relator emitiu o seu Parecer e voto que:

1. Reconheceu que ficou configurado a quebra do contrato ético de convivência partidária, com base nos ataques caluniosos, difamatórios, infundados e levianos do senhor Ricardo Coutinho contra os dirigentes partidários, parlamentares e candidatos do PT;

2. Evidenciou-se a infidelidade partidária, ficando claramente delineado que o Deputado Estadual Ricardo Coutinho não só se omitiu de fazer campanha para o PT e seus candidatos, como ainda fez campanha contra; e

3) Houve desrespeito flagrante das regras partidárias e da vontade legítima da maioria dos filiados quando o Líder da Bancada Estadual – Deputado Ricardo Coutinho, atacou publicamente os instrumentos e as normas partidárias de construção da vontade coletiva dos filiados do Partido dos Trabalhadores.

E, por todo o anteriormente exposto, vota pela denegação dos recursos interpostos e pela manutenção da decisão do Diretório Municipal de João Pessoa que deliberou pela expulsão do Senhor Ricardo Vieira Coutinho do quadro de filiados do PT.

Mediante tais fatos e, após amplos debates realizados nesta reunião o Diretório Regional resolve:

1. Acatar na íntegra o Parecer e acompanhar o voto do Relator que mantém a decisão do DM/PT/João Pessoa pela EXPULSÃO do deputado Estadual Ricardo Coutinho do seu quadro de filiados (RESOLUÇÃO ..., 2001).

Esta resolução foi aprovada por 23 votos contra 20 e duas abstenções.

O deputado Ricardo Coutinho recorreu ao Diretório Nacional.

Finalmente, encerrando o caso, nos dia 15 de julho de 2000, o Diretório Nacional aprovou a seguinte resolução sobre o caso:

Considerando o comportamento aético do filiado Ricardo Coutinho em acusar levemente, dirigentes, parlamentares e filiados do Partido dos Trabalhadores na Paraíba;

Considerando que tais acusações foram veiculadas amplamente pelos meios de comunicação de massa, denegrindo a imagem do partido;

Considerando que as ações do filiado Ricardo Coutinho sempre foram no sentido de quebrar os acordos políticos, construídos legitimamente pelas instâncias partidárias, inclusive com a participação de dirigentes nacionais;

Considerando que todas as deliberações, tomadas pelo Diretório Municipal de João Pessoa, foram legítimas e encaminhadas conforme as regras partidárias;

O Diretório Nacional resolve:

Aplicar a pena de suspensão de todos os direitos políticos e partidários, inclusive o direito à legenda partidária para disputa de cargo eletivo, por um prazo de um ano, conforme artigo 210, inciso IV, parágrafo 4º, do estatuto partidário.

Compete ao Diretório Nacional acompanhar a postura do filiado punido, podendo no decorrer da execução da penalidade já referida, avocar para si a eventual revisão da pena imposta (RESOLUÇÃO DO..., 2001).

São as diferentes concepções diante da política, do papel dos partidos, da forma de chegar ao socialismo, enfim, das táticas e estratégias a serem adotadas, em diferentes conjunturas, as causas dos históricos conflitos entre

partidos de esquerda, no Brasil e no mundo, além de causas não tão nobres, como autoritarismo, personalismo, oportunismo, etc. No caso do PT, que procurou se organizar como um partido democrático, onde o direito de tendências sempre esteve garantindo, esses conflitos se exacerbaram, e se tornaram uma marca do Partido, com reflexos positivos e negativos. Positivo, porque passou para a sociedade a imagem de um partido democrático, onde todos os filiados teriam direito à voz e que discute questões ideológicas. Negativo, porque expõe as “entranhas” do Partido, com todos os seus problemas, em debates públicos, passando a imagem de falta de unidade.

No caso da Paraíba, a história do PT também é marcada por conflitos homéricos, causados tanto pelas mesmas questões que são colocadas a nível nacional, quanto por especificidades de sua formação num estado com as características da Paraíba, como já salientamos. A princípio tivemos o conflito entre os militantes de base da Igreja e os membros das organizações de esquerda, que podem ter ocorrido em todo o Brasil. Mas num estado como a Paraíba, ele se acentuou pela falta de uma representatividade operária no Partido, devido à fragilidade da mesma no Estado. Tivemos a expulsão de militantes que não se adaptaram à proposta partidária ou a saída de outros, que não acreditaram em sua viabilidade.

Mas, podemos perceber que, na primeira fase do PT/PB, que segundo nossa periodização vai da fundação até 1989, apesar da predominância de grupos de esquerda, dos conflitos entre trotskistas e militantes oriundos dos PCs, e de ser a fase mais radicalizada do mesmo, existia uma certa unidade diante da forma de atuar politicamente no Estado. Ou seja, todos os grupos defendiam um partido purista, classista, que deveria representar os trabalhadores e rejeitar qualquer tipo aliança ou contato político com os partidos e políticos tradicionais do Estado e inicialmente, até mesmo com outras forças de esquerda, que se aliavam com estes políticos.

Esta política adotada pelo PT paraibano, que por sinal era praticamente a mesma do Partido a nível nacional, até pelo 1987, quando o V Encontro definiu sua política de alianças, levou o Partido no Estado a um isolacionismo perante a sociedade, todavia, também, fez com que este fosse criando uma identidade, se mostrando diferente das outras forças políticas. Porém, apesar

de todos os conflitos, reafirmamos, nessa primeira fase, por serem todos “radicais”, existia uma maior convergência na forma de atuar na política local.

No final da primeira fase e no início da segunda, que vai de 1989 a 1997, sempre segundo a periodização por nós adotada, começa a acontecer uma lenta mudança na forma do PT/PB se comportar diante das outras forças políticas. Alianças no campo da esquerda começam a ser defendidas por setores ligados à Articulação.¹¹⁰ Inicialmente com uma certa resistência das forças mais à esquerda do Partido, devido suas alianças com os partidos da Nova República, e por embates nos movimentos sociais e sindicais. Contudo, após a aliança realizada com estes partidos para as eleições presidenciais de 1989, alianças no campo da esquerda passou a ser unanimidade, apenas com algumas restrições, por esses partidos, ainda se aliarem com os partidos tradicionais em determinadas eleições.

Mas, a partir de 1994, as diferenças quanto à política a ser adotada no Estado se acentuaram, e vão ser causas de grandes conflitos. Tendo como argumento a tese de que era preciso garantir apoios para a candidatura presidencial de Lula, a Articulação passa a defender uma aliança com o candidato do PMDB, desde que esse passasse a apoiar a candidatura presidencial do Partido. Os setores de esquerda defendiam candidatura própria e alianças apenas no campo de esquerda, apesar de que, no processo de discussão, passaram a admitir o apoio ao candidato do PMDB, senador Antônio Mariz, desde que esse declarasse primeiro seu apoio público a Lula. Como Mariz não se definiu, e setores de esquerda, com a adesão da Hora da Verdade, tendência oriunda de um racha da Articulação, conseguiram emplacar a candidatura própria. Esta campanha será marcada por uma grande disputa, com setores da Articulação, incentivados pela direção nacional do Partido,

¹¹⁰ A Articulação, nesse momento, apesar de ser a tendência mais moderada do Partido, ainda mantinha muitas posições esquerdistas. Só a partir da Queda do Muro de Berlim, com o conseqüente fim do “socialismo real” e do acesso do PT a governos municipais e estaduais, gerando a necessidade de uma política mais maleável, ou positiva, no sentido weberiano, para conseguir administrar, é que ela começa a sofrer mudanças, passando a uma postura cada vez mais próxima das concepções sociais-democráticas. Na Paraíba, esse processo de mudança foi capitaneado por Julio Rafael, e terá a adesão de novos militantes que entraram no Partido, em meados da década de oitenta, sem nenhuma vinculação com organizações de esquerda marxista-leninista ou trotskista e com uma pequena ou nenhuma inserção nos movimentos sociais, que ascenderam na burocracia partidária, além da de outros militantes, que tiveram vínculos com as referidas organizações, mas que reviram suas posições políticas.

defendendo a retirada da candidatura do PT e setores de esquerda tentando mantê-la.¹¹¹ Na verdade, praticamente não houve campanha, os embates internos consumiram todas as energias dos militantes petistas e aliados.

A partir destes embates o Partido ficará dividido ao meio. A Articulação defendendo uma política de alianças mais ampla e os setores de esquerda, que se organizam no chamado Campo Socialista, defendendo alianças apenas no campo da esquerda. O resultado será o grande confronto do Encontro Estadual de 1995, como vimos. Confronto que marcou profundamente o Partido, tanto internamente, criando grande animosidade entre seus membros, a ponto de parecer que o maior o adversário se encontrava dentro do próprio Partido, e não nas elites oligárquicas do Estado, quanto externamente, com as denúncias de fraude, que arranham a imagem do PT, como partido ético.

A partir de 1997, com a vitória do deputado Luís Couto, por apenas um voto, contra o candidato do Campo de Esquerda, Laércio Losano, uma nova fase começa no Partido, com o início da consolidação do projeto da Articulação, apesar dos setores da “esquerda”, a partir daí, em minoria, continuarem resistindo às concepções defendidas pela corrente majoritária, que irá se aliar com a Democracia Radical, para formar o Campo Majoritário.

No Encontro Estadual de 1997, a tendência interna Democracia Socialista (DS), principal corrente dos setores da “esquerda” do PT na Paraíba, aponta uma divisão de estratégias entre as forças que disputam a hegemonia dentro do Partido. A tese desta corrente, apresentada para o Encontro Estadual de 1997, afirma que:

De um lado colocam-se aqueles que consideram impossível a conquista da hegemonia pelas forças democráticas e populares e apostam as fichas no deslocamento de algum segmento das oligarquias (forçosamente chamados de progressistas) para conformar um bloco alternativo ao poder estabelecido. Do outro lado colocam-se aqueles que consideram possível e viável a conquista da hegemonia pelas forças democráticas e populares e que não aceitam a estratégia de aproximação do PT com as oligarquias locais (RESGATAR ..., 1997, p. 20).

¹¹¹ O processo da campanha de 1994 será narrado em detalhes, no capítulo quinto dessa tese.

A primeira posição citada seria a da Articulação, mas esta corrente, neste momento, ainda não defende oficialmente esta estratégia, apenas afirma que é impossível falar na formação de um campo democrático popular, na Paraíba, composto pelo PT e os outros partidos de esquerda. Segundo sua tese, apresentada no referido Encontro:

Não se pode falar de um campo democrático e popular na política paraibana, tanto pela adesão ao governo do PMDB por parte de partidos que a nível nacional estão neste campo, quanto pela falta de iniciativa da direção do PT para a composição de tal campo, fora dos períodos eleitorais. Percebe-se dificuldades para tais iniciativas, uma vez que o PSB e o PV no Estado, são agremiações sem consistência política significativa, inclusive incorporando em seu interior personalidades de direita, alguns vinculados à truculência na política estadual [...]. Quanto ao PPS e PC do B, com definições políticas mais claras, até as últimas eleições estavam participando do governo estadual (o PPS continua) (VIDA ..., 1997, p. 35).

Mas, no Encontro Estadual de 1999, quando já tinha se concretizado o rompimento dentro do PMDB, entre o governador José Maranhão e o grupo do ex-governador Ronaldo Cunha Lima, a corrente Articulação, nesse momento, amplamente majoritária dentro do Partido, assume oficialmente a concepção que lhe era imputada pela Democracia Socialista. Na sua tese, apresentada no Encontro Estadual de 1999, afirma:

Particularmente na Paraíba, a fratura do PMDB deu visibilidade ao centro na política estadual. O segmento de ruptura com o maranhismo aponta para um projeto de poder no Estado e nas principais cidades, em oposição à direita, e dialogando com as esquerdas. [...] Esse segmento político controla as duas maiores prefeituras do Estado. Embora aparentemente unificado na disputa contra o adversário interno do PMDB, o governador Maranhão, este grupo não apresenta no debate e na postura política cotidiana a mesma cara.

Enquanto a representação campinense sinaliza para uma postura de democratização, ainda que tópica, gestão pública municipal e para uma posição de independência, senão de rompimento, em relação ao governo FHC, a banda pessoense além de manter uma postura de governo autocrática, permanece subserviente ao Governo Federal (VIDA NOVA ..., 1999, p. 04).

Amplamente vitoriosa no Encontro Estadual de 1999, como vimos, a Articulação partiu para colocar em prática suas concepções, defendendo e conseguindo fazer aliança com o grupo Cunha Lima, na cidade de Campina

Grande, no ano 2000, mesmo sem esse grupo romper com o governo de FHC. Assim, depois de vinte anos de existência no Estado da Paraíba, parte do PT descobre o “centro” na política paraibana, exatamente no grupo que o PT, ao longo de sua trajetória, sempre denominara de oligárquico, clientelista, autoritário, etc.

A adoção dessa política será o motivo principal do último grande conflito interno do PT, no período analisado: a tentativa de expulsão do deputado Ricardo Coutinho do Partido. A Articulação, como vimos, defendia um acordo com o que ela considerava o “centro” na política, ou seja, a dissidência do PMDB, liderada pelo grupo Cunha Lima. No entanto, oficialmente, ela defendia aliança com o prefeito Cássio Cunha Lima, em Campina Grande, considerado progressista, e era contra aliança com o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, um dos mais fiéis aliados do grupo Cunha Lima, considerado conservador. Mas, nos parece que essa leitura da Articulação se dava devido à correlação de forças dentro do PT de João Pessoa, onde o nome do deputado Ricardo Coutinho, ligado aos setores mais à esquerda do Partido, despontava como candidato natural do PT, credenciado pela maior votação, de um deputado, na cidade de João Pessoa. Então, dessa forma, a corrente adota esse discurso ambíguo, porque se vê impossibilitada de bancar uma aliança com o PMDB, também em João Pessoa.

Depois da escolha de Ricardo Coutinho como candidato a prefeito, aparentemente de forma consensual, o grupo majoritário do Partido em João Pessoa, começa, senão a boicotar, como acusou Ricardo Coutinho, pelo menos a demonstrar “má vontade” com a candidatura. Este fato irá gerar a renúncia de Ricardo à candidatura e mais uma grande crise interna no PT, durante o desenrolar de uma campanha eleitoral. Consideramos que essa crise foi gerada porque a candidatura de Ricardo Coutinho não era compatível com o projeto de alianças políticas da Articulação, para aquela e para futuras eleições e se acentuou pelo comportamento de Ricardo Coutinho, que depois de escolhido candidato, renunciou à candidatura, pensando provavelmente em voltar “nos braços do povo” devido seu prestígio eleitoral.¹¹²

¹¹² Ricardo Coutinho também sempre foi acusado, dentro do PT, por todas as correntes, de não se dispor a participar dos embates e da vida orgânica do Partido, tendo uma atuação de caráter mais individualista.

3.4 A trajetória das tendências internas do PT na Paraíba

O PT na Paraíba formou-se, basicamente, por militantes de organizações de esquerda, como vimos, portanto, por agrupamentos que tinham uma organicidade anterior à existência do Partido. No início da constituição do Partido, essas correntes se dividiam em dois grupos, as oriundas de cisões do PCB ou PC do B e as que seguiam as orientações trotskistas. Também existiam as pessoas que vinham de movimentos da Igreja que permaneceram no PT, atuando inicialmente de forma independente. As pessoas que militavam nessas organizações eram maioria na direção do Partido, contudo, a maioria dos seus filiados não possuía vínculos com nenhuma organização, ou tendência.

No PT da Paraíba, existiam, no momento de sua fundação, militantes vinculados ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), cujos principais representantes no Estado eram Wanderly Farias, Anísio Maia e Sônia Germano, todos membros da primeira Comissão Provisória do PT; ao Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), representado inicialmente por Vanderley Amado e Neide Miele, também membros da primeira Comissão Provisória; ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), representado por Alberto Magno, Wagner Braga e, posteriormente, o presidente da Comissão Provisória e da primeira Executiva do PT, Eliezer Gomes. Estas eram as principais organizações que surgiram a partir de fracionamentos dos Partidos Comunistas. Também havia militantes que haviam militado no PCB e que, neste momento, atuavam como independentes de correntes no PT, como Derly Pereira, José Calistrato, etc. e um pequeno grupo de militantes do movimento estudantil, no Campus de Areia da UFPB, ligado à Polop.

Quanto às organizações trotskistas, a principal, no momento inicial do PT na Paraíba, era o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB),

Isso nos parece de certa forma verdadeiro, mas também é verdade que a forma combativa e criativa com que exerceu seus mandatos de vereador em João Pessoa e exerce o de deputado estadual, projetou de forma positiva o PT em João Pessoa e no Estado.

que surge inicialmente de uma cisão da Organização Socialista Internacionalista (OSI), mas que também absorve trotskistas advindos de outras correntes. Suas principais lideranças no Estado eram os professores universitários, advindos de São Paulo, Victor Leornardi e Francisco Foot Hardman. Esta corrente teve uma forte presença na Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), a primeira entidade sindical da Paraíba ligada ao PT. Muitas lideranças ligadas a AMPEP militavam no CLTB e no PT, entre outros: Ronaldo Barbosa, Agamenom Vieira, Wilson Aragão, Edílson Amorim, Chico Lopes, José Alves, Idalmo da Silva. Também havia militantes em outros setores, como o professor universitário Laércio Losano, o sindicalista Edvan Silva, o líder estudantil Carlos Alberto Dantas, o funcionário público federal, Edvaldo Rosas, e outros militantes como Alberto Pingüim, que por duas vezes foi secretário geral do PT estadual, Socorro Rosas, etc.

Em 1982, o CLTB se funde com a Democracia Socialista (DS) e boa parte dos militantes dessa corrente, principalmente os ligados a AMPEP, vão entrar nesta tendência, que vai ser sempre uma das mais fortes correntes internas do PT paraibano; a OSI, que se expressava através do jornal **O Trabalho** e da corrente estudantil Liberdade e Luta (Libelu). Quando entrou de forma mais decidida no PT, depois de relutância em fazê-lo, era um grupo pequeno, formado basicamente de estudantes devido ao racha que gerou o CLTB. Posteriormente, vai ter um certo crescimento. Participaram desta corrente, entre outros, Walter Aguiar, Carlos Alberto Dantas, que depois foi para o CLTB, Regina Célia Gonçalves, Edvaldo Faustino e posteriormente, o professor universitário de Campina Grande, Josevaldo Cunha; a Convergência Socialista, também dessa fase inicial do PT, tinha, entre seus militantes no Estado, Sérgio Botelho, Laércio Losano, que depois vão para o CLTB, Wasghinton Rocha e Dora Isabel. Estas são as principais correntes internas do PT na Paraíba no seu período constitutivo.

Em meados da década de oitenta, surge a Causa Operária, fundada no Estado pelo professor universitário Ivo Ferreira Brito e que vai ter uma boa penetração no movimento estudantil, sob a liderança do estudante José de Sousa Júnior, que se torna a principal referência da tendência até sua saída

em 1990. A partir daí a corrente ficará sobre o comando da professora Lourdes Sarmiento, até a corrente ser expulsa do PT em 1991.

O MEP se funde com outras correntes a nível nacional e se transforma em Movimento Comunista Revolucionário (MCR), que, com a saída de Vanderley Amado e Neide Miele, passa a ter como principal referência o professor universitário Leôncio Camino, e pouco depois de sua criação se extingue na Paraíba.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) vai ter alguns militantes na Paraíba, principalmente no meio estudantil. Com a extinção dessa agremiação, criam a Nova Esquerda e o Movimento por uma Tendência Marxista, na Paraíba, mas que tem uma presença muito pequena no Partido. Também vai ser criada uma corrente com atuação apenas no Estado da Paraíba, denominada Rumo ao Socialismo, que vai ter como principais referências os trotskistas José Alves e Idalmo da Silva.

A Articulação, apesar ter sido criada a nível nacional, com o Manifesto dos 113, em 1983, só se organiza efetivamente na Paraíba a partir de 1987,¹¹³ quando passa a ser a maior corrente interna do Partido. Engajaram-se na corrente militantes independentes como Derly Pereira e Jairo de Oliveira, lideranças vindas de correntes trotskistas como Agamenon Vieira, Wilson Aragão, Carlos Alberto Dantas, lideranças ligadas à Igreja, como Antônio Barbosa e Pe. Luiz Couto, lideranças do setor rural, como Dé e Luis Silva e muitos militantes recém entrados no PT, sem vínculos com organizações de esquerda, como Adalberto Fulgêncio, Francisco Linhares, Charliton Machado, Genival Veloso, Joaquim Neto, etc. Ela passou a ter uma atuação mais orgânica com a chegada do militante Júlio Rafael ao Estado, que passou a ser uma de suas principais referências.

Em 1989, surge também a Vertente Socialista, que vai ter como principais referências Anísio Maia e Josevaldo Cunha.

No início da década de 90, duas tendências, consideradas das mais radicais e que não se enquadraram nas novas normas para existência de

¹¹³ Mesmo a tendência não tendo uma organização efetiva, alguns militantes já se identificavam com ela, o procuravam atuar no Partido segundo suas concepções. Assim, pode-se dizer que mesmo ela não sendo orgânica, existe na Paraíba, a partir de 1983, em concomitância com sua fundação a nível nacional.

tendências, saem do Partido. A Causa Operária foi expulsa e a Convergência Socialista saiu por contra própria. Na Paraíba, a expulsão da Causa Operária se dá em janeiro de 1991. O Partido, seguindo orientação a nível nacional, resolveu expulsar de seus quadros os integrantes da tendência interna. O presidente regional do PT, à época, Laércio Losano, informou aos membros da Executiva do PT/PB que o Diretório Nacional do PT deliberou o seguinte sobre a Causa Operária:

a) manutenção da resolução da DN de 14/07/90, que não reconhece a Causa Operária como tendência interna do PT; b) Determinar aos DRs e DMs que convoquem todos os filiados do PT identificados com a C.O a exercerem imediatamente seu direito a opção de filiação exclusiva ao PT, conforme definido na resolução do DN, 'O PT e as organizações', de 25/03/90; c) Caso haja negativa desses filiados em aceitarem estas resoluções, os DRs e DMs deverão providenciar as suas desfiliações, iniciando pela desocupação dos cargos de direção que venham exercendo; d) as DRs e DMs tem até o final do mês de dezembro para conduzirem este processo e informar à Sorg as providências adotadas (ATA DA ..., 1991).

Assim, segundo o presidente do Partido na Paraíba, de acordo com as deliberações do DN, só restava para Executiva do PT dar os devidos encaminhamentos.

O secretário geral do PT, Júlio Rafael, disse que o item "b" do parecer sobre a Causa Operária foi encaminhado, e os integrantes da Causa Operária no Estado não aceitaram, fazendo manifestações na porta da sede do PT contra a deliberação do DN, acatando, assim, decisão da referida organização a nível nacional. Após estes informes, a Comissão Executiva Regional do PT/PB deliberou o seguinte:

Todos [os] integrantes da Causa Operária na Paraíba estão expulsos do partido, acatando assim decisão do órgão máximo do partido, que é o DN, tomada em 01 e 02/12/90, estando também, conseqüentemente obedecendo a LOPP em seu artigo 70 s 3º e 5º m bem como, o Estatuto do PT em seu artigo 4º e 10º alínea II. Cabe aos DMs que tenham em seus quadros de filiados os eleitores acima, formalizaram junto às respectivas zonas eleitorais as desfiliações dos mesmos ((ATA DA ..., 1991).

A Causa Operária tinha apenas cinco militantes no PT/PB. Os militantes da referida tendência na Paraíba não aceitaram pacificamente a saída do PT.

Em abril, tentaram participar da eleição do novo Diretório Municipal de João Pessoa, e, ainda em setembro de 1991, nove meses após sua expulsão, anunciaram na imprensa um debate com o editor do jornal **Causa Operária** como evento do PT, o que levou a Direção Executiva do PT/PB a divulgar uma nota oficial afirmando que a corrente Causa Operária fora expulsa do PT, por não aceitar as deliberações democraticamente tomadas no interior do Partido. E ainda, em 1992, a Causa Operária lançou a pré-candidatura de sua militante Lourdes Sarmiento para prefeita de João Pessoa, pelo PT. Isso foi possível porque, a expulsão ainda não tinha sido oficializada a nível de Justiça Eleitoral e os militantes da corrente insistiam em permanecer filiados individualmente ao PT. Contudo, no segundo semestre de 1992, a Causa Operária saiu definitivamente do PT.

No início de junho de 1992, os membros da tendência interna do PT, a Convergência Socialista, deixam o Partido por não se adaptarem à nova regulamentação de tendências. Na Paraíba, a referida tendência era composta por um grupo de estudantes e alguns professores e tinha como principal referência à professora universitária Wilma Martins, ex-secretária de imprensa e pertencente à Executiva Estadual.

Em julho de 1992, a tendência Rumo ao Socialismo de atuação restrita à Paraíba também deixa o Partido. O militante José Alves, que disputou a convenção com Chico Lopes para prefeito de João Pessoa, em 1992, sendo derrotado, era a principal referência da corrente. Eles divulgaram um manifesto explicando as razões do rompimento, onde condenavam, entre outras coisas, as coligações feitas pelo PT em vários estados. Diz o manifesto divulgado pelo grupo:

Era o PT um agrupamento de forças políticas que procuravam, de alguma forma, aplicar, no movimento de massas, a teoria de Lênin e a teoria de Leon Trotski. Nos primeiros tempos de PT, acreditávamos na possibilidade de que o partido se encaminhasse para uma postura classista e socialista. [...] Entretanto, alas reformistas e oportunistas já apontavam propostas e encaminhamentos para as reformas da sociedade capitalista. [...] O Congresso petista de 1991 aprovou, definitivamente, as alianças com partidos, força e personalidades reformistas e pró-burgueses. [...] O classismo (instintivo e ideológico) foi derrotado em definitivo na engrenagem e estrutura petista e, como agravamento, temos agora as perseguições, expulsões e prisões à militância classista por parte dos Governos eleitos pelo PT e das próprias instâncias do Partido (CEM ..., 1992, p. 3).

O vereador Derly Pereira disse que esses grupos que deixaram o PT/PB eram insignificantes. Segundo ele:

Esse grupo tem manifestado divergências sobre a linha geral do partido, inclusive após os dois últimos encontros do PT e o Congresso Nacional do partido, quando adotamos uma posição mais aberta a crítica em relação à forma ortodoxa de se encarar a questão da luta pela libertação dos trabalhadores. Eles não tiveram grande adesão ao partido, por isso estão saindo (DERLY AFIRMA ..., 1992, p. 2).

Para ele, a saída desses grupos não iria afetar as campanhas eleitorais do Partido, pois estas pessoas já não vinham dando qualquer contribuição para o Partido, do ponto de vista eleitoral. Disse Derly: “muitos deles têm divergências em relação a própria participação eleitoral do partido e achavam que o PT não deve concorrer a cargos eletivos. Portanto, acho que essa dissidência não vai afetar o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores” (DERLY AFIRMA ..., 1992, p. 2).

O deputado Chico Lopes criticou os dissidentes do Partido e disse que o mesmo não estava cindido: “Acho que esses companheiros tiveram muito tempo para conquistar os seus espaços dentro do partido. Esse rompimento é uma demonstração de que não quiseram construir o partido” (CHICO LOPES CRITICA ..., 1992, p. 2). Ele também não aceitou a comparação feita pelos dissidentes entre o PT e os partidos tradicionais do país, ligados à burguesia: “Eles não querem enxergar a realidade de hoje, que vive o país e o planeta. Nós precisamos analisar o que aconteceu no Leste Europeu e precisamos também nos atualizar a essa realidade e buscar dentro dessa perspectiva, o que é melhor para o Brasil” (CHICO LOPES CRITICA ..., 1992, p. 2).

A partir do início da década de 90, com a saída da Convergência Socialista, da Causa Operária, com o fim da Vertente Socialista, com a diluição dos militantes vinculados aos PCs e da tendência trotskista O Trabalho, dentro da Articulação, esta tendência e a Democracia Socialista (DS) passaram a ser as mais visíveis dentro do PT da Paraíba.

Um fenômeno novo surge com a eleição de parlamentares pelo Partido: são os chamados Coletivos, ligados a deputados ou vereadores, que se

organizam para intervir dentro do Partido. Também os gabinetes passam a ser referência. Assim, teremos o Coletivo Ricardo Coutinho, ligado ao vereador pessoense, eleito em 1992, e depois deputado estadual; o Gabinete de Chico Lopes, ligado ao mandato deste deputado estadual, a partir do momento que ele saiu da tendência Democracia Socialista, em 1994; o Gabinete de Pe. Adelino, ligado ao mandato do deputado estadual, a partir de sua eleição em 1994; e, já no final da década de noventa, o Coletivo Frei Anastácio, vinculado ao deputado estadual, eleito em 1998.

No ano de 1993, acontece na Articulação um fracionamento a nível nacional e os dissidentes desta corrente formam a corrente Hora da Verdade. Na Paraíba, os dissidentes são ligados ao setor sindical da Articulação. Vão para o Hora da Verdade, entre outros, o ex-presidente da CUT/PB, Wilson Aragão, Vera Amaral, Alexandre Náder, Edvan Silva, Crizantina Cartaxo, Inês Navarro e Giucélia Figueiredo.

A partir dos embates internos ocorridos durante as eleições de 1994, que tiveram seu auge na disputa para a eleição do Diretório Regional do PT em 1995, o Partido divide-se em dois grandes blocos: a Articulação, corrente majoritária a nível nacional e também no Estado da Paraíba, e o Campo Socialista, composto por várias tendências: a Democracia Socialista – DS; setores da Hora da Verdade, grupos independentes da região do Cariri e Sertão, o mandato de Adelino e o mandato de Chico Lopes. Ficaram fora do bloco apenas o Coletivo Ricardo Coutinho e a tendência O Trabalho, que era, nesse momento apenas um pequeno grupamento, e em alguns momentos, pendia para o Campo Socialista. Segundo o deputado federal Avenzoar Arruda:

O Campo Socialista aqui foi um pouco à idéia da DS, ou seja, a DS imaginou a questão do Campo Socialista para dialogar com o conjunto independente que não era da Articulação, que lutava contra a Articulação e que não queria se assumir de nenhuma tendência [...] porque a Articulação, ela em si trabalhava numa lógica de campo [...]. Foi a resposta ao que a Articulação vinha fazendo. Então nós formamos o chamado Campo Socialista: alguns grupos independentes que dialogavam com a DS, grupo lá do Cariri, um grupo lá do Sertão, mais o mandato de Adelino, que pegava o pessoal do grupo do Brejo e o mandato de Chico Lopes, que Chico Lopes estava saindo da DS e era uma maneira também de você

enquadrar todo mundo no chamado Campo Socialista. Aí se formou o Campo Socialista com muita força.¹¹⁴

Após o processo de apuração das fraudes do Encontro Estadual do PT, de 1995, já referida, o Campo Socialista se extingue. Segundo o deputado Avenzoar Arruda:

O Campo Socialista, a partir daí se desfez, ou seja, ficou na luta até terminar o processo porque era natural e solidário que ficasse na luta até terminar o processo. Mas concluído o processo não houve mais reunião do Campo Socialista [...]. Necessariamente as fraudes [...] não caracterizou o fim desse Campo, mas a questão do comportamento na apuração das fraudes, porque aí havia muitas divergências, ou seja, tinha um setor claramente que achava que não devia ter Comissão nenhuma, nem apuração nenhuma e tinham outros que defendiam aquela história: estabelece o critério, tal pena, tal ato, isso serve para todos. E isso aí acabou levando a divisão do Campo Socialista.¹¹⁵

No ano de 1997, surgiu a Força Socialista, tendência que, a nível nacional, foi criada a partir do fim do MCR, mas que no Estado foi criada por militantes oriundos da DS, com passagem pelo gabinete de Chico Lopes. As principais referências da tendência são Josenilton Feitosa e Nelson Júnior.

Em 1998, foi criada a Articulação de Esquerda, por militantes que permaneceram na Hora da Verdade, tendo como principais referências Giucélia Figueiredo e Edvan Silva. Também nesse ano, foi criada a Democracia Radical, que, a nível nacional, surge a partir da extinção da Nova Esquerda, mas que, na Paraíba, não tem nenhuma relação de continuidade, pois foi fundada, entre outros, pelo vereador pessoense, Luciano Cartaxo e teve, posteriormente, a adesão do vereador José Bezerra, que nunca foram militantes da Nova Esquerda.

Em 1999, um grupo ligado à base do Sindicato da Previdência recriou no Estado a corrente Tendência Marxista (TM).¹¹⁶ Suas principais referências são Souza e Everaldo Chaves. Estes militantes não tiveram participação no PRC, Partido do qual foi originada esta tendência, em 1989.

¹¹⁴ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

¹¹⁵ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001

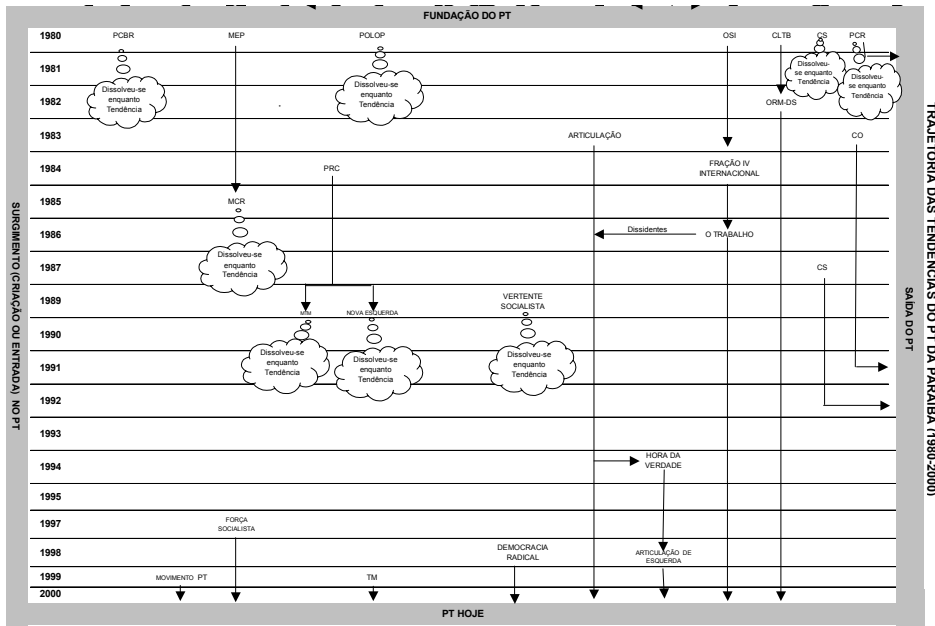
¹¹⁶ Anteriormente, chamada de Movimento por uma Tendência Marxista (MTM), que como vimos, originou-se de um racha do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Com o fim do Campo Socialista, as tendências consideradas mais à esquerda dentro do Partido passaram a se organizar nas disputas internas, principalmente nos Encontros do Partido, no chamado Campo de Esquerda, formado pela DS, Articulação de Esquerda, Força Socialista, Coletivo Frei Anastácio, Coletivo Ricardo Coutinho e independentes. A Articulação, que recebeu a adesão do ex-deputado Chico Lopes e o apoio do também ex-deputado Pe. Adelino, passou a se articular com a Democracia Radical e formaram o chamado Campo Majoritário.

Em 1999, às vésperas do Encontro Estadual do Partido, eram essas as principais tendências do PT/PB: Articulação, tendo como principais referências: Luiz Couto, Júlio Rafael, Walter Aguiar, Adalberto Fulgêncio; Articulação de Esquerda, cujas principais referências eram: Giucélia Figueiredo e Edvan Silva; Democracia Radical, cujas referências eram os vereadores Luciano Cartaxo e José Bezerra; Democracia Socialista – DS, que tem como principais referências Avenzoar Arruda, Zoraida Arruda e Ronaldo Barbosa; Força Socialista, que tem como principais referências: Josenilto Feitosa e Nelson Júnior; Tendência Marxista, que tem como principais referências Souza e Everaldo Chaves; Independentes, mas organizados em coletivos, os deputados Ricardo Coutinho e Frei Anastácio. Também há alguns militantes de O Trabalho, mas praticamente sem nenhuma influência no Partido, e outras lideranças independentes sem referências em mandato.

Em novembro de 1999, foi criada uma nova corrente interna no PT, a nível nacional, “O Movimento PT – Por um novo pacto interno”, que, a princípio, não se coloca como tendência. Na Paraíba, a referência é o mandato de Frei Anastácio.

QUADRO DAS TENDÊNCIAS (ESTADUAL)



4 A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT: UM DIFÍCIL E SINUOSO CAMINHO

4.1 A política de alianças do PT a nível nacional

No seu 4º Encontro Nacional, realizado em 1986, o PT, que fora, até então, um partido avesso a qualquer tipo de alianças eleitorais, admite, pela primeira vez, se coligar com outros partidos. Segundo Resolução do referido Encontro, se o Partido concluísse que uma candidatura própria não traria benefícios para o PT, para o movimento sindical e popular ou para a classe trabalhadora, então, ele deveria tentar examinar as possibilidades de coligações eleitorais, mas levando em conta as deliberações aprovadas sobre o assunto e entrando em contato com a Direção Nacional do Partido. Para o PT, neste momento:

Coligações – majoritárias ou proporcionais – só serão permitidas quando aprovadas em Encontro Regional, ouvido o Diretório Nacional, e cabendo recurso ao Encontro Nacional; no caso de coligações proporcionais, acresça-se a restrição de que elas só poderão existir nos casos de haver, também, coligações para postos majoritários (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 232).

Mas o Partido dos Trabalhadores começa a definir sua política de alianças no V Encontro Nacional do Partido, em 1987. O PT era conhecido por sua resistência às alianças, mas, de certa forma, movido pela premência de pavimentar a candidatura de Lula – nas eleições presidenciais, marcadas para 1989 – junto a amplos setores sociais, mostrou-se mais suscetível a essa questão, embora não tenha abandonado o receio de se diluir no conjunto dessas alianças (SILVA, 1997, p. 88). Nesse momento, esse amplo arco de forças sociais deveria reunir, segundo resolução do V Encontro: os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural em contradição com a política econômica do governo e os interesses do grande capital. Ressalvado os princípios de identidade e independência de classe, o PT propõe uma política de alianças que vai em direção contrária ao sectarismo dos seus setores mais radicais, para os quais as alianças seriam sempre nefastas ao PT. Segundo Silva (1997, p. 89):

[...] o mais importante nas resoluções do V Encontro sobre esse tema é que o PT abandonava, em definitivo, o estreitismo, sua marca indelével, e formulava uma 'Política de Alianças' para o Partido. Com essa política o PT distanciava-se do slogan que se constituiria a marca registrada dos seus primórdios, ou seja, 'o PT não se funde, nem se confunde'. Esse tema deixava de ser um tabu ou questão de princípio para o PT.

A concepção da Política de Alianças aprovada partia do princípio de que a luta por uma alternativa democrática e popular exigia uma política de acúmulo de forças, que partisse do reconhecimento de que não estavam colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas trabalhadoras, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Assim, o Partido compreendia que, em tais circunstâncias, somente uma aliança de classe dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo teria condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil. Dessa forma, o Partido reafirmava sua crença na construção do socialismo e descartava qualquer possibilidade de algum tipo de aliança com a burguesia, que, segundo resolução do Encontro, era considerada uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

As resoluções sobre a Política de Alianças do PT, formuladas no V Encontro, estavam baseadas em duas leituras que o Partido fez do quadro político brasileiro, à época:

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexas em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classe com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 324).

A segunda leitura estabelecia que, no conjunto dessas alianças, os interesses dos trabalhadores deveriam ser preservados e, mais que isso, priorizados: "A partir de um programa da classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o País e iniciar a construção do socialismo, o PT tem então que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje" (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 324).

Tal política previa a possibilidade de alianças com os partidos do campo progressista, como PV, PSB, PC do B, PCB, PH, PDT e dissidências de setores do PMDB, sendo estas avaliadas caso a caso. Os setores mais moderados do Partido defendiam o princípio de identidade programática e independência de classe do PT – porém mostravam-se suscetíveis à necessidade da ampliação do arco de alianças petistas como condição *sine qua non* para que o Partido viesse a viabilizar o seu projeto político. Já os setores mais radicais encaravam tal política não como uma perspectiva de acumulação de forças, mas como uma capitulação a interesses políticos antagônicos ao projeto político petista, conforme já ocorrera com o PCB (SILVA, 1997, p. 90).

No referido V Encontro Nacional, o PT propõe, como aliança estratégica, a formação de uma Frente Única Classista com as forças que atuavam nos movimentos operário, popular e sindical. Contudo, o Partido percebia, também, que esta Frente Única Classista seria insuficiente para derrotar a burguesia. A partir dessa conclusão, propunha que se buscassem alianças com todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estivessem dispostos a marcharem com os trabalhadores na luta pelo poder, embora o PT não concebesse a possibilidade de alianças estratégicas com setores da burguesia. Assim, definiu-se as diretrizes que deveriam nortear as alianças táticas, de caráter mais imediato: eram prioritárias as alianças no âmbito da classe trabalhadora, porém foram autorizadas, também, alianças com outras forças políticas, em torno de objetivos imediatos, ou a médio prazo, resguardada a independência do Partido. Mas, mesmo com essa proposta de ampliação no campo das alianças políticas, o PT reconhecia no movimento sindical um dos pilares mais importantes dessas alianças, posto que todos os trabalhadores deveriam estar representados. Devia-se fazer alianças desde as comissões de fábricas, nos locais de trabalho, até as centrais sindicais.

A partir de 1989, após a realização de seu VI Encontro Nacional, o PT tem como pressupostos para sua política de alianças três elementos: primeiro, oposição aos apoiadores do regime militar e à direita em geral; segundo, consolidação de um bloco capaz de eleger Lula presidente; e, finalmente, a constituição de um projeto e a necessidade de convencer os trabalhadores da

qualidade e viabilidade do mesmo (CICONE, 1995, apud SILVA, 1997, p. 93). Neste sentido, foi firmado um arco de forças políticas que apoiariam a candidatura de Lula à Presidência da República, formado pelos partidos PC do B, PSB e PV. Este último apresentando o candidato a vice, Fernando Gabeira, que seria rejeitado posteriormente, causando a saída do PV da aliança para as eleições presidenciais de 1989. Segundo Silva (1997, p. 94):

A rigor não há avanços significativos no que concerne às resoluções sobre as alianças interpartidárias entre o V e o VI Encontro Nacional do Partido. O que se pode invocar como um avanço é a clareza do PT sobre a necessidade de formação de um amplo bloco de forças populares capaz de eleger Lula presidente, o que implica obviamente uma postura menos idealista e mais pragmática no tocante à correlação de forças políticas na sociedade brasileira.

Após a derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989, o PT reitera a intenção de se formar um bloco de oposição cerrado ao Governo Collor. Assim, procura atrair para a Frente o PCB, o PDT e o PSDB, reafirma o princípio de independência e coloca, como requisito básico para a formação dessas alianças, a apresentação de um programa mínimo, democrático e popular, em contraposição ao projeto neoliberal do governo. Segundo Silva (1997, p. 95):

No VII Encontro Nacional do Partido é perceptível o avanço nas discussões sobre uma possível aliança com o PDT e o PSDB, onde recomendava-se que fossem utilizados os mesmos critérios utilizados para os demais partidos, ou seja, oposição ao Governo e um programa democrático popular. Convém registrar neste Encontro uma preocupação do PT com a manutenção da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B) e sobretudo, o respeito às realidades estaduais.

No I Congresso do PT, realizado em 1991, o que norteou a política de alianças foi, a distinção entre o governo e o poder e a articulação entre propostas imediatas e projetos estratégicos. O I Congresso, ciente da idéia de que a superação do capitalismo é uma obra de diversos segmentos sociais, recomenda que se continue a ampliar a política de alianças definidas no V Encontro, sobretudo devido à ofensiva neoliberal (SILVA, 1997, p. 96). A resolução aprovada, sobre política de alianças, no referido Congresso foi a seguinte:

A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise econômica e social do País. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 511).

O VIII Encontro Nacional, em 1993, foi realizado numa conjuntura onde a candidatura de Lula surgia como grande favorita para a eleição presidencial de 1994. No referido Encontro o PT apresentou o denominado “Programa Democrático-Popular”, que serviria como base para possíveis alianças. O Partido se propunha a atrair para seu arco de aliança, os Partidos de esquerda: PSB, PC do B, PPS, mesmo estes tendo dado apoio ao governo de Itamar Franco, do qual o PT era oposição, além do PCB, PSTU e PV. No entanto, considerava que “a necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem de esquerda” (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 568). Diante desta constatação ele se propôs também a buscar alianças com partidos considerados de centro-esquerda como o PDT e o PSDB. Mas as alianças com este campo terminaram não se realizando, porque estes Partidos resolveram lançar candidatos próprios a Presidente da República.

No X Encontro Nacional, realizado em 1995, o PT reafirmava a política de alianças composta pelo PT, PSB, PC do B, PSTU, PCB e PV. Também confirma uma aproximação com o PDT, considerado um partido que vinha se colocando na oposição ao governo de FHC e ao projeto neoliberal. Quanto ao PMDB e o PSDB, só seriam permitidas alianças pontuais com setores desses partidos tendo por base um programa de oposição a FHC e sua política neoliberal. Ao mesmo tempo, o PT rejeitava qualquer aliança com os partidos da coalizão de centro-direita que davam apoio ao governo. O X Encontro também define que as alianças fora do campo democrático-popular seriam avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas do Partido em nível nacional.

No Encontro Nacional, realizado em 1997, o PT reafirma o arco de alianças do Encontro anterior. Segundo uma Resolução tirada neste evento:

A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com o PSB, PC do B, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao Governo de FHC (RESOLUÇÕES..., 1998, p. 661).

No II Congresso Nacional, realizado em 1999, o PT mais uma vez reafirma o arco de alianças, acrescentando apenas setores do PPS que não haviam sido contemplados na eleição anterior. Segundo Resolução do referido Congresso:

Para o sucesso em 2000 é preciso reafirmar a política de alianças, priorizando a Frente Democrática Popular composta pelo PT, PDT, PSB, PC do B e com os setores do PPS e PMDB que se têm oposto ao Governo FHC. As nossas alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo. Toda e qualquer aliança com partidos e setores de partidos, fora do nosso arco de alianças, além das condições anteriormente expostas, só poderá ocorrer após consultas aos Diretórios Regionais, cabendo recurso à Comissão Executiva Nacional (RESOLUÇÕES DO..., 1999, p. 11).

4.2 A política de alianças do PT no Estado da Paraíba

A partir da derrota nas eleições de 1985, em João Pessoa, alguns membros do PT/PB começaram a discutir a possibilidade de alianças políticas. Wanderley Caixe, candidato a prefeito derrotado na referida eleição, em sua análise sobre as mesmas, externou a necessidade de coligações futuras no campo da esquerda.

Para as eleições de 1986, o presidente regional do PT, Derly Pereira, admitia a possibilidade de alianças, dizendo que o critério para coligações seria a oposição ao Governo Sarney e à transição conservadora, assim como às diversas propostas populistas que procuravam apresentar-se como oposição, mas, na verdade, representavam o continuísmo. Dessa forma, restringia-se bastante a possibilidade de alianças, já que, neste momento, os Partidos comunistas, PCB e PC do B, ainda apoiavam a “Nova República” e o PDT, que fazia oposição à mesma, era considerado populista pelo Partido. Na ocasião, o presidente petista no Estado da Paraíba descartou qualquer possibilidade do

PT participar da frente proposta pelo PMDB. Dizia que o PMDB “não tem autoridade para convocar uma frente popular, porque sempre esteve de mãos dadas com as forças mais reacionárias e conservadoras do Estado” (DERLY ADVERTE ..., 1986, p. 02).

Então, é só a partir de 1987 - ano do V Encontro Nacional do Partido, que definiu sua política de alianças – que o PT/PB começa a admitir, de forma concreta, a possibilidade de coligações. Neste ano, visando às eleições municipais, o presidente regional do partido, Derly Pereira, se propôs a discutir a proposta do PSB para que se formasse uma frente popular para disputar as eleições. Mas afirmava que a Frente devia ter propósitos mais amplos do que apenas disputar as eleições. Ao mesmo tempo, posicionou-se contrário à proposta de formar uma frente popular na Paraíba, composta por partidos de esquerda e progressistas, conforme sugestão do deputado federal Agassiz Almeida (PMDB). Segundo Pereira: “temos uma idéia de união das forças populares em cima das lutas de classes, mas não numa frente eleitoral ou formal” (DERLY É ..., 1987, p. 03). Posteriormente, descartou a possibilidade do PT participar de uma frente de esquerdas para apoiar a candidatura do deputado estadual Antônio Augusto Arroxelas (PDT) para prefeito de João Pessoa, dizendo que o PT iria lançar candidato próprio e que se coligasse, seria com o PC do B, PCB e PDT, este último, se mostrasse que realmente estava interessado em defender as causas populares. O secretário geral do Partido, Anísio Maia, pronunciou-se, na ocasião, que o PT admitia coligar-se com o PCB, PSB e PC do B, mas não com o PDT, pois este estava repleto de gente do esquema de Wilson Braga.

Diante desta discussão sobre política de alianças entre os militantes do PT, a Executiva Estadual emitiu um documento desautorizando qualquer negociação sobre o apoio a candidaturas ao pleito municipal de 1988 de outras siglas, alegando que o Partido ainda nada deliberara, internamente, sobre o assunto (PT REAFIRMA ..., 1987, p. 3). Durante o Encontro Estadual de 1987, o Partido descartou a possibilidade das alianças que vinham sendo discutidas por seus militantes durante o ano. O presidente eleito no referido Encontro, José Maria Gurgel afirmou que o Partido:

[...] não vai se coligar com ninguém, porque os partidos existentes em nosso Estado são fisiológicos e atrelados a grupos políticos. O PT nunca vai se coligar com esses partidos, que têm, atrás de si poderosos grupos econômicos, responsáveis diretos pela situação de miséria em que se encontra o trabalhador brasileiro (PRESIDENTE DO ..., 1987, p. 03).

O PT considerava que, na Paraíba, não existia outro partido com atuação verdadeiramente de oposição ao Governo Estadual e Federal. Pois, segundo sua avaliação, inclusive os comunistas, haviam feito coligações com os partidos burgueses e apoiado a “Nova República”, e o PDT, no Estado, era uma filial do ex-governador Wilson Braga. Alguns diretórios municipais também se colocaram contra alianças políticas. O PT de Patos distribuiu nota à imprensa afirmando que não faria coligações com outros partidos (PT ESTÁ ..., 1988, p. 3). Afirmava que devia ser priorizada a organização dos trabalhadores em seus sindicatos, associações de bairros e em outros movimentos para unirem forças e lutarem por melhores condições de vida e trabalho. O PT patoense considerava as eleições como um meio de os trabalhadores adquirirem maior consciência política, através do debate de propostas para o bem coletivo, fazendo a luta pelo poder um elemento a mais para a transformação radical da sociedade. O PT de João Pessoa também reafirmava sua posição de não fazer coligações na eleição municipal. Dizia que essa decisão fora tomada no último Encontro Estadual e lamentava que alguns filiados estivessem indo contra a orientação do Partido, defendendo coligações (PT É ..., 1988, p. 3). Um destes filiados era Agamenon Vieira, que destaca a importância das alianças com os partidos de esquerda: “Somos acusados pelos partidos de esquerda de estreitos, por não fazermos alianças. Não estou propondo a aliança, mas a discussão, nunca devemos nos fechar à discussão” (TRÊS ..., 1988, p. 02).

Esta declaração mostra como era tabu no Partido, neste momento, a questão das alianças: um dos principais dirigentes da agremiação, respaldado pelo fato de ser ex-presidente da CUT no Estado, ainda tinha receio de propor uma aliança eleitoral para o Partido e se arriscava a propor apenas que o assunto fosse debatido.

Posteriormente, o diretório regional do PT decidiu que não iria influir nas decisões dos diretórios municipais para indicar candidatos. Segundo o presidente do Partido na Paraíba, José Maria Gurgel, cada município teria autonomia para se coligar com as agremiações que seguissem as diretrizes políticas do PT. Segundo Gurgel:

[...] de acordo com o que conhecemos de nossos companheiros nos diversos municípios, somente serão firmadas coligações com agremiações que não apoiem a chamada Nova República, não tenham compromissos com o governo estadual, além daqueles que não tenham identificação nos movimentos populares e sindical (DIRETÓRIO ..., 1988, p. 03).

Em 1988, a postura sobre a política de alianças vai começar a demarcar a diferença entre o campo da Articulação e setores mais à esquerda no Partido. Em março deste ano, a imprensa anuncia que membros da chamada “ala realista” do PT, a Articulação, representada na Paraíba pelo presidente do Diretório Municipal de João Pessoa, Carlos Alberto Dantas, por Agamenon Vieira, Derly Pereira, entre outros, iria sugerir e procurar convencer os “xiitas”, radicais da agremiação, a aprovarem, na pré-convenção, a proposta em defesa de coligações com partidos de esquerda nas eleições para prefeito de João Pessoa (“GRUPO REALISTA” ..., 1988, p. 2).

Quando Carlos Alberto Dantas, ex-candidato a governador pelo Partido nas eleições de 1986, foi lançado candidato a prefeito de João Pessoa em 1988, por algumas lideranças do Partido, houve resistência, principalmente por setores do Partido considerarem-no um defensor de alianças políticas. Lúcio Flávio, secretário de Imprensa do Diretório Municipal de João Pessoa, distribuiu nota à imprensa dizendo que alguns militantes não consideravam Carlos Alberto o candidato ideal, “Já que seu tom moderado e favorável à coligação não é bem aceito pelo partido” (PARTIDO DOS ..., 1988, p. 02). Carlos Alberto Dantas, na ocasião, disse que se identificava com as propostas do Diretório Nacional do PT, de abrir uma política de alianças com partidos rompidos com a “Nova República” e isso o diferenciava dos outros pré-candidatos do Partido, Anísio Maia e José Alves, contrários a coligações com outros partidos. Carlos Alberto defendia coligação com o PC do B, PSB e PV e numa convenção

realizada em junho de 1988, foi escolhido pré-candidato do Partido a prefeito de João Pessoa. Também ficou decidido que PT iria coligar com o PSB e o PV, mas o pré-candidato disse que ainda tentaria um acordo com o PC do B. Segundo ele, houve uma derrota das facções que pretendiam assumir o controle do PT e defendiam a tese que o Partido não devia se coligar com nenhuma outra agremiação, mesmo de esquerda. Ele considerava que:

Somente com uma Frente de Centro Esquerda poderemos enfrentar essa luta desigual, quando o poder econômico é posto em detrimento daqueles partidos que não dispõem de dinheiro para pleitear as eleições. Unidos, o povo, o PT, o PSB e o PV poderemos mudar o perfil, o destino das eleições, e da própria sociedade (CARLOS ALBERTO GARANTE ..., 1988, p. 02).

Logo após as declarações de Carlos Alberto Dantas, o secretário de Imprensa do PT de João Pessoa, Lúcio Flávio e o coordenador do Núcleo do Castelo Branco, Assis Almeida, distribuíram nota à imprensa criticando Dantas e seus seguidores, por estarem descaracterizando o PT com a tese da “frente progressista” para as eleições municipais seguintes (MILITANTES ..., 1988, p. 3). Esse tipo de traição aos trabalhadores não representava, segundo a nota, as instâncias de deliberação do PT, mas, apenas a vontade pessoal desses dirigentes que queriam levar o PT para o campo da colaboração de classe com a burguesia.

Posteriormente, foi descartada a possibilidade de coligação do PT com o PC do B nas eleições municipais de 1988, já que a direção do Partido resolveu ratificar a decisão das bases na última pré-convenção, contra a coligação por considerarem que existia profundas divergências entre os militantes dos dois partidos, no trabalho realizado junto às bases sociais de João Pessoa. O PV também terminou não participando da aliança, pois resolveu lançar candidato próprio. Contudo o PT realizou sua primeira coligação em João Pessoa, com o PSB, que indicou o vice na chapa, o sindicalista Fernando Borges.

Antes mesmo da realização das eleições municipais de 1988, o Diretório Regional do PT decidiu aplicar punições a membros do Partido que desobedeceram às Resoluções do V Encontro Nacional sobre política de alianças. A Executiva do Partido decidiu destituir os Diretórios Municipais de

Caaporã, Montadas e Cruz do Espírito Santo, que haviam decidido fazer, respectivamente, alianças com os candidatos a prefeito do PFL, PMDB e PL. Segundo o presidente regional do PT, José Maria Gurgel, a Executiva considerava traição aos princípios partidários a realização de alianças eleitorais, explícitas ou implícitas, com forças conservadoras que atuavam no Estado, a exemplo do PMDB, PFL, PL e PTB. Também foi analisada a situação de Esperança, onde o PT local se coligara com o PSB e PDT. Lá, segundo Gurgel, houve envolvimento declarado do candidato do PSB/PDT com o governador Tarcisio Burity, e os petistas se afastaram da coligação e não subiram mais no palanque.

Em 1989, nas eleições presidenciais, o PT fez alianças com partidos do campo da esquerda. Foi formada a Frente Brasil Popular, composta pelo PSB e PC do B, além do PT, para apoiar a candidatura de Lula a Presidente da República. A partir deste momento, as alianças neste campo passaram a ser uma unanimidade para o PT, apesar de, em alguns estados, inclusive na Paraíba, ainda haver alguma resistência para alianças locais, devido ao apoio dada por estes partidos a políticos considerados tradicionais e conservadores.

Apesar desta abertura no campo da esquerda o PT/PB, nesta época, ainda mostrava muita resistência para se relacionar com outras forças políticas, mesmo que fosse para receber apoios, como se pode ver na postura do Partido no 2º turno das eleições presidenciais de 1989, onde o PT/PB teve uma posição bastante confusa quanto às alianças no Estado. Logo após as eleições, a direção Executiva do Partido decidiu que aceitava o voto, mas não permitiria a presença do prefeito de João Pessoa, Wilson Braga (PDT)¹¹⁷ no palanque de Lula. Segundo o secretário geral do Partido e coordenador da campanha de Lula no Estado, Júlio Rafael, “Entre o prefeito e o Partido dos Trabalhadores existem profundas divergências. Ele participou do esquema político de sustentação do regime militar e é um político envolvido em corrupção” (PT RECEBE ..., 1989, p. 03). Segundo ele, além de Braga, alguns

¹¹⁷ O ex-governador Wilson Braga, após ser derrotado para o senado em 1986, elegeu-se prefeito de João Pessoa em 1988 pelo PFL, mas em 1989 passou para o PDT com o intuito de apoiar a candidatura presidencial de Leonel Brizola. E como este, declarou apoio a Lula no 2º turno daquela eleição, Braga também passou a apoiá-lo, não sendo, no entanto, bem aceito pelos dirigentes e militantes do PT no Estado da Paraíba.

políticos do PMDB também não seriam bem recebidos no palanque do PT. O Partido anunciou que ia elaborar uma lista com os nomes bem vindos à campanha. O presidente do Partido no Estado, Laércio Losano, disse que a Frente Brasil Popular na Paraíba não aceitava coligar-se com o PMDB, mas apenas com setores do PDT e com o PCB, PSDB e PV. Segundo ele, o fato da Frente Brasil não aceitar alianças com políticos como Wilson Braga e o senador Humberto Lucena, presidente estadual do PMDB, “não quer dizer que rejeitamos seus votos. Pelo contrário, queremos que eles recomendem Lula a seus eleitores” (FRENTE ..., 1989, p. 03). Vários políticos paraibanos criticaram o PT/PB por estar selecionando apoio, fazendo com que algumas lideranças se inibissem em apoiar o PT, com medo de serem rejeitadas. Apesar desta posição do PT na Paraíba, o PMDB local resolveu apoiar a candidatura de Lula, referendando a posição do partido a nível nacional. Várias lideranças locais do partido, como o senador Humberto Lucena, o deputado federal Antônio Mariz, o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, o deputado federal Cássio Cunha Lima, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado João Fernandes, além de Lúcia Braga, do PDT, declararam seu apoio à candidatura petista.

Após as eleições presidências e o bom desempenho da candidatura de Lula no estado¹¹⁸, o PT paraibano se sentiu fortalecido e começou a discutir, de imediato, as eleições de 1990 para governador, principalmente a questão da política de alianças. O secretário geral do partido, Júlio Rafael, disse que o PT pretendia manter a Frente com o PSB e PC do B e, se possível, ampliá-las. Neste sentido, afirmou que o deputado federal Antônio Mariz (PMDB) poderia ser o candidato a governador apoiado pelo PT, desde que se filiasse ao PT ou deixasse o PMDB para ingressar numa legenda progressista. Disse Júlio Rafael: “Sem filiar-se ao PT, a solução para termos Mariz como candidato seria ele vir fazer coligação do PMDB com o PT, mas sem trazer esses

¹¹⁸ No 1º turno das eleições presidenciais de 1989, Lula foi o segundo candidato mais votado no Estado da Paraíba, com 313.926 votos, enquanto o primeiro colocado Fernando Collor de Mello teve 457.385 votos. No 2º turno entre Lula e Collor, este teve 740.208 votos e Lula, 606.464 votos. No entanto, nas duas maiores cidades do Estado, João Pessoa e Campina Grande, Lula venceu Collor, por respectivamente, 108.152 a 83.477 e 66.468 a 62.813 votos. Fonte: TRE-PB.

peemedibistas conservadores ou então chegarmos a coligação com Mariz num partido realmente progressista” (PT QUER ..., 1989, p. 03).

Estas declarações geraram uma série de reações contrárias. A Executiva Estadual do PT descartou, em nota oficial, qualquer possibilidade de alianças com o PMDB, PDT, PRN, PDS e PL, para as eleições de 1990. Dizia a nota:

O Partido dos Trabalhadores reafirma sua disposição de enfrentar as próximas eleições em condições de apresentar uma alternativa de Governo que se situe no campo democrático e popular, em oposição ao governo do Sr. Collor de Mello e as velhas oligarquias, que a muito tempo vêm se revezando no controle do Executivo Estadual, perpetuando o quadro de miséria a que está submetida a imensa maioria da população paraibana (PT DESCARTA ..., 1990, p. 01).

E o vereador Derly Pereira descartou a possibilidade levantada pelo prefeito de João Pessoa, Wilson Braga (PDT), do mesmo ser o candidato a senador numa possível aliança do PT com o PDT: “já expusemos de forma mais explícita que o conceito de ‘frente’ leva em conta a união de forças progressistas e de esquerda visando implantar novos modelos de administração” (DERLY NÃO ..., 1990, p. 3). Também descartou a possibilidade de aliança com Ronaldo Cunha Lima (PMDB).

Com toda certeza o PT não vai se compor com as candidaturas que representam os setores oligárquicos e continuístas da Paraíba, mas com forças políticas já definidas pelo 5º e 6º encontros nacionais do nosso partido, além dos movimentos sindicais e populares (DERLY NÃO ..., 1990, p. 3).

Nesta eleição, o PT/PB realizou sua primeira coligação para disputar o Governo do Estado. O Partido aliou-se com o PCB, PSB e PC do B, formando a Frente Paraíba Popular, que não conseguiu ir para o 2º turno das eleições. No 2º turno, o PT resolveu realizar um plebiscito com seus filiados para definir sua posição, entre três alternativas: voto nulo, voto em branco e apoio crítico a Ronaldo Cunha Lima (PMDB). O apoio ao outro candidato, Wilson Braga, do PDT, foi descartado. O plebiscito definiu-se pelo voto nulo ou branco.

Na discussão sobre alianças para as eleições municipais de 1992, a novidade foi o PT admitir a possibilidade de apoiar candidatos de outros partidos. No caso de João Pessoa, o vereador Derly Pereira disse que o PT

não pretendia fechar questão em torno de candidatos que fossem oriundos apenas de sua própria legenda.

A linha geral do PT para as próximas eleições será baseada nas últimas reuniões do partido, que defendem a coligação com partidos de esquerda que estejam afinados com os ideais progressistas do PT. Aceitaremos entrar numa coligação, dispostos a apoiar qualquer candidato que represente a linha progressista do partido (PT, PC do B e PSDB, 1991, p. 2).

Na ocasião, praticamente descartou a possibilidade de alianças com o PDT e PMDB. Com o PDT, devido a seu vínculo com o “braguismo”:

[...] o PDT na Paraíba é comandado pelo ex-governador Wilson Braga, que carrega em suas costas todos os vícios da política tradicional do clientelismo. No seu governo, ele sofreu acusações de corrupção e até hoje não conseguiu desmanchar a imagem negativa que passou a ter, junto à opinião pública (PT QUER ESQUERDA ..., 1991, p. 02).

E quanto ao PMDB, por conta da então vigente administração do governador Ronaldo Cunha Lima:

Ronaldo vem se revelando um governo marcado pelos mesmos vícios de todas as administrações que passaram pelo Estado, onde se repete o tratamento injusto em relação ao funcionalismo público, a repressão ao movimento popular e a prática da probidade duvidosa com no caso do Fain,¹¹⁹ onde um secretário de Estado utilizou dinheiro público para beneficiar empresas de sua família (PT RESISTE 1991, p. 02).

Para as eleições de 1992, o PT/PB decidiu que as alianças deviam ser feitas de acordo com a orientação da Executiva Nacional. O presidente regional do Partido, Júlio Rafael, disse que os municípios teriam liberdade para fazer alianças, mas: “Só não tem autorização para passar por cima das orientações do Diretório Nacional e fazer coligações com partidos conservadores” (PT APROVA ..., 1992, p. 03). O vereador Derly Pereira disse que existia uma orientação nacional para não se coligar com partidos que apoiavam Collor, mas que também se exigia que os setores envolvidos não tivessem

¹¹⁹ Fundo de Apoio a Industrialização.

comprometimento com as oligarquias do Estado, com a corrupção e o assistencialismo feito com o dinheiro público e com o crime organizado.

Apesar do Partido, a nível estadual, ter proibido coligações com partidos comprometidos com as oligarquias ou que tivessem práticas de corrupção e assistencialismo, alianças que comprometiam esta resolução foram realizadas em algumas cidades do interior do Estado. Nesta eleição o PT/PB realizou 27 coligações. Na majoritária foram nove no campo da esquerda e dezoito com partidos como o PDT¹²⁰, PMDB e PSDB, que apesar de estarem, a nível nacional, contemplados no campo de alianças, no caso da Paraíba, existia uma forte oposição a estes partidos, principalmente ao PDT, pois o mesmo era controlado pelo ex-governador Wilson Braga, de quem o PT sempre foi um opositor veemente. Além disso, o PT em João Pessoa, fazia uma forte oposição ao prefeito Chico Franca, desse Partido, e ao PMDB, que estava controlando o Governo do Estado, e que também sofria uma grande oposição do PT. Estes partidos eram, segundo o PT paraibano, controlados pelas oligarquias e praticavam o assistencialismo, portanto não estariam contempladas, no caso paraibano, na política de alianças do Partido. Na proporcional foram realizadas quatorze coligações com os partidos “tradicionais” e treze com partidos de esquerda. O PT elegeu em todo o Estado treze vereadores, sendo dois em alianças com o PMDB e o PDT, sete com partidos de esquerda e quatro sem nenhuma aliança.

¹²⁰ O PDT podia ser considerado um partido do campo da esquerda, mas devido às suas peculiaridades no Estado da Paraíba, preferimos colocá-lo no centro, juntamente com o PMDB, pois era um partido que o PT/PB tinha muita dificuldade em aceitar no seu campo de aliança, como vimos. Mesmo depois da saída do grupo do ex-governador Wilson Braga, as relações com o PT no estado continuaram conflituosas, devido ao seu alinhamento à ala do PMDB ligada ao governador José Maranhão.

Alianças realizadas com o PT nos municípios da Paraíba

| 1992 | | | | |
|------|------------------|----------------------|------------------|----------------------------|
| | <i>Município</i> | Majoritária | Proporcional | Vereadores eleitos pelo PT |
| 1. | Araçagi | PT/PDT/PMDB | PT/PDT/PMDB | |
| 2. | Cajazeiras | PT/PCdoB | PT/PCdoB | |
| 3. | Catolé do Rocha | PT/PDT | PT/PDT | |
| 4. | Conde | PT/PDT | PT/PDT | |
| 5. | Esperança | PT/PSDB | PT/PSDB | |
| 6. | Guarabira | PT/PPS | PT/PPS | |
| 7. | Ingá | PT/PDT | PT/PDT | |
| 8. | Itabaiana | PT/PPS/PSB | PT/PPS/PSB | |
| 9. | Itapororoca | PT/PSB | PT/PSB | |
| 10. | João Pessoa | PT/PPS/PSB/PCdoB | PT/PPS/PSB/PCdoB | 3 |
| 11. | Juazeirinho | PT/PL/PSDB/PCdoB/PDT | PT/PL/PSDB/PCdoB | |
| 12. | Mari | PT/PSDB/PMDB | PT/PSDB/PMDB | |
| 13. | Monteiro | PT/PDT | PT/PDT | |
| 14. | Nova Floresta | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 15. | Nova Palmeira | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 16. | Pedra Lavrada | PT/PMDB/PSDB | PT/PMDB | |
| 17. | Pedras De Fogo | PT/PTB/PSDB | PT/PTB | |
| 18. | Piancó | PT/PST/PSB | PT/PST/PSB | |
| 19. | Pilar | PT/PCdoB | PT/PCdoB | |
| 20. | Pirpirituba | PT/PSB/PSDB | PT/PSB | 1 |
| 21. | Princesa Isabel | PT/PDT | PT/PDT | 1 |
| 22. | Remígio | PT/PPS/PSB | PT/PPS/PSB | |
| 23. | Serra Branca | PT/PSB/PSDB | PT/PSB | 1 |
| 24. | Serra da Raiz | PT/PSDB | PT/PSDB | |
| 25. | Soledade | PT/PPS | PT/PPS | |
| 26. | Sousa | PT/PCdoB/PSDB | PT/PCdoB | 1 |
| 27. | Taperoá | PT/PST/PSDB | PT/PST | 1 |

Fonte: TRE/PB

Nesta eleição de 1992, o PT conseguiu passar para o 2º turno, em João Pessoa, onde seu candidato, o deputado estadual Chico Lopes, iria disputar com o candidato do PDT, Chico Franca. Logo após o resultado do 1º turno das eleições de João Pessoa, o deputado estadual Gilvan Freire, líder do PMDB na Assembléia Legislativa, disse que a tendência natural do Partido seria apoiar Chico Lopes no 2º turno de João Pessoa, para derrotar o “braguismo”.

A Executiva Nacional do PT reuniu todos os seus candidatos que estavam participando da disputa em 2º turno para as prefeituras e orientou para ampliar o leque de alianças com outros setores democráticos e progressistas, capazes de darem governabilidade para uma gestão democrático-popular. Apesar desta recomendação do Diretório Nacional, o candidato a prefeito da Frente Partidos do Povo, deputado Chico Lopes,

afirmou que não aceitaria apoio dos candidatos derrotados no 1º turno, com exceção de Pedro Adelson, do PSDB. Quanto ao apoio do governador Ronaldo Cunha Lima (PMDB), disse que não poderia receber apoio de quem tinha dois processos contra ele:

Se fui processado pelo governador não foi porque sou um aliado seu e sim porque faço oposição a sua administração na Assembléia Legislativa, denunciando os escândalos que ocorrem e lutando por melhorias salariais para os servidores. Continuo sendo oposição ao Governo do Estado (LOPES DESTACA ..., 1992, p. 02).

Diante desta situação, o Diretório Municipal do PMDB de João Pessoa decidiu ficar neutro no 2º turno das eleições em João Pessoa, deixando os membros de seu Partido e seu eleitorado livres para escolherem qualquer um dos candidatos. O presidente do Partido, vereador Potengi Lucena, disse que não iria apoiar o PT porque seu candidato, Chico Lopes, manifestara-se contrário à participação do PMDB no palanque. Mas, apesar desta posição, os senadores do PMDB, Humberto Lucena e Antônio Mariz, mantiveram seu apoio à candidatura de Chico Lopes, inclusive, subiram no seu palanque. E a quinze dias das eleições, o vereador Derly Pereira disse que todo o apoio à candidatura de Chico Lopes era bem-vindo, mas distinguiu apoio de aliança. Disse ele:

Existe uma diferença fundamental entre apoio e aliança entre partidos políticos. A posição do PT em relação à formação de alianças continua intacta. Sobre receber apoios o partido sempre esteve aberto a todos os setores da sociedade que compreendem ser o seu programa viável (PETISTAS QUEREM APOIO ..., 1992, p. 02).

As eleições de 1994 tinham a peculiaridade de serem casadas, ou seja, iam de Presidente da República a deputado estadual. Diante deste fato, o dirigente petista Júlio Rafael disse que o que daria o tom da campanha do PT era a eleição para Presidente da República e que os partidos aceitos para coligações eram: PSDB, PSB, PC do B e PPS e setores democráticos do PMDB e PDT. Segundo Júlio, o nome de senador Antônio Mariz (PMDB) podia ser apoiado pelo PT para o governo do Estado, desde que preenchesse o requisito de apoio à candidatura Lula e o programa democrático e popular do

PT. Júlio Rafael acrescentou: “Queremos discutir com Mariz o conteúdo do programa do PT. Acho ele uma excelente opção para o povo da Paraíba” (PT JÁ ..., 1993, p. 03).

No Encontro Estadual de 1993, foi aprovado um texto defendido pelo deputado Chico Lopes e os vereadores Avenzoar Arruda e Ricardo Coutinho, ligados aos setores mais à esquerda do Partido, propondo que a política de alianças para 1994 fosse discutida num Encontro Extraordinário. Para os proponentes, o PT só devia fazer alianças com os partidos de esquerda e que, se setores progressistas do PMDB, PDT e PSDB quisessem participar de alianças, teriam que romper com os governos estadual e federal. A corrente Articulação defendeu uma política de alianças mais aberta, onde as alas progressistas do PMDB, PDT e PSDB participassem da composição.

Quanto à tática eleitoral, duas teses foram apresentadas para avaliação do Diretório Estadual. Uma, apresentada pela Articulação, defendendo que a tática eleitoral para as eleições teria que seguir as deliberações do 8º Encontro Nacional do PT. Segundo o texto, a candidatura de Lula estava no centro das orientações políticas que deviam dar rumo à tática eleitoral do Partido, tentando superar a principal contradição que ela enfrentava no Estado, ou seja, a distância existente entre o desempenho de Lula nas pesquisas eleitorais e o desempenho do PT nas eleições estaduais. Dizia o documento:

Não devemos tratar discussão sobre chapas e candidaturas partidárias de maneira como vem sendo feita até agora, o lançamento de candidatura sem expressão política e eleitoral ao Governo traz o risco de puxarmos a candidatura de Lula para baixo (SETORES ..., 1993, p. 03).

E outra, dos setores mais à esquerda do Partido, intitulada “Tática Eleitoral para 1994: uma opção de esquerda”. Segundo o documento, o quadro político eleitoral na Paraíba era muito nebuloso e que seria precipitado fazer uma avaliação precária dos candidatos, haja vista que as alianças entre eles se efetivavam pela aritmética e não pelo programa. De acordo com o documento, o PT devia propor aos partidos interessados em um governo democrático e popular uma política de alianças em torno de um programa de governo, para

contrapor-se à movimentação das elites, como foi deliberado no 8º Encontro Nacional. Outros pontos do documento aprovado sobre política de alianças:

O campo das forças com a qual mantemos alguma identidade é relativamente frágil e os partidos que o compõem, com exceção do PT e do PC do B, passam por uma crise de orientação bastante grave. É importante mantermos a pressão para que partidos, como o PPS, rompam com o Governo Itamar e também com o Governo Cunha Lima, pois uma aliança com estes partidos fazendo parte do Governo é, no mínimo, de difícil aceitação para a base social do campo democrático popular (SETORES ..., 1993, p. 03).

Segundo o documento, o PSDB, embora não integrando o campo democrático popular, fazia parte das alianças eleitorais possíveis, mas a situação deste Partido, dentro deste contexto:

É mais difícil de ser alterada por ele trabalhar na perspectiva de construir uma terceira via (Fernando Henrique Cardoso) e a nível local está aliado, inclusive fazendo parte do Governo, tanto com o braguismo em João Pessoa quanto com o PMDB, salvo algumas exceções pontuais. As declarações do presidente regional do PSDB, Odilon Ribeiro Coutinho, apontam para o confronto com nossas posições. Além disso, devemos lembrar que no segundo turno das eleições municipais o PSDB decidiu apoiar Chico Franca contra nossa candidatura e, portanto, não devemos alimentar grandes esperanças de fazermos aliança com este partido (SETORES ..., 1993, p. 03).

A segunda tese foi aprovada pelo Diretório Estadual, o que demonstra uma hegemonia da esquerda do Partido nesse momento.

Em 1994, o vereador Avenzoar Arruda, vinculado à tendência interna Democracia Socialista (DS), escreveu artigo no jornal **O Norte**, definindo, em linhas gerais, a política de alianças do PT no Estado, ou de seu grupo, especificamente diante da conjuntura eleitoral de 1994. Afirmava ele:

[...] nossa política de alianças não é purista, mas também não é uma caça de votos. [...] Queremos fazer alianças com as forças que apresentam algo em comum conosco, seja fazendo oposição ao governo federal, estadual ou municipal, seja na luta pelas reformas estruturais de nossa economia, que visem à distribuição de rendas, seja na luta pela democratização real da sociedade. [...] A nossa política de alianças incorpora exatamente a visão de que o PT é o Partido melhor posicionado para dirigir o bloco de aliados (ARRUDA, 1994, p. 02).

Quanto ao caso específico do Estado:

Temos defendido aqui na Paraíba uma aliança com o PSB e o PC do B, podendo incluir o PSDB e o PPS dependendo de algumas mudanças na orientação desses partidos em nível local. Rejeitamos aliança eleitoral com o PMDB, PDT, PFL, PPR e demais partidos sob o controle de famílias tradicionais. [...] Setores do PMDB que se identificam com as lutas democráticas e populares, se efetivamente romperem com este partido, poderão fazer parte de nosso campo de alianças, e assim com o PSDB serão considerados aliados táticos. Finalmente é preciso deixar claro que a nossa política de alianças pressupõe preliminarmente apoio a Lula no primeiro turno, um programa que defende a distribuição de renda, a reforma agrária, ampliação da democracia e da participação popular, bem como a oposição ao governo Itamar e ao governo Cunha Lima (ARRUDA, 1994, p. 02).

Diante deste quadro de hegemonia de setores de esquerda do Partido, o PT da Paraíba, apesar da preocupação em procurar ampliar o palanque de Lula para a disputa presidencial, foi muito exigente para a realização das mesmas, principalmente quando este estava muito na frente nas pesquisas eleitorais. Para defender a candidatura de Mariz, exigia, além de seu apoio a Lula no primeiro turno, que tivesse uma posição crítica ao governo do candidato ao senado pelo PMDB, o ex-governador Ronaldo Cunha Lima, o que não foi aceito por Mariz:

Isso realmente é um disparate. Eu apoiei a candidatura de Ronaldo e fui companheiro de chapa em 1990, apoiei todo o seu governo e, evidentemente, que novamente compomos com ele e investimos no partido nestas eleições de 3 de outubro, quando pretendemos disputar na mesma chapa majoritária uma vez mais (MARIZ NEGA ..., 1994, p. 03).

E quanto ao PSDB, enquanto a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ainda não tinha deslançado, o PT impôs uma série de condições para uma possível aliança: 1ª) que os tucanos adotassem uma postura de oposição ao Governo do Estado; 2ª) que apoiassem a candidatura de Lula à Presidência da República; e 3ª) que descartassem de vez alianças com partidos tradicionais, a exemplo do PMDB e PDT.

Nesta eleição, passaram para o 2º turno os candidatos Antônio Mariz (PMDB) e Lúcia Braga (PDT). O candidato do PT, Avenzoar Arruda, foi o terceiro colocado. A eleição presidencial foi definida no 1º turno, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) sobre Lula (PT). Então, logo após, o

Partido começou a discutir qual seria seu posicionamento no 2º turno das eleições na Paraíba.

A Executiva do PT/PB definiu que só iria se posicionar sobre o 2º turno no dia 22 de outubro, numa reunião com os membros do Diretório Regional e um representante de cada Diretório Municipal. Ficou definido que, até a decisão, estariam desautorizados encontros paralelos de filiados com qualquer um dos candidatos. O PT/PB decidiu se reunir com os dois candidatos que estavam disputando o 2º turno.

Contudo, antes do PT/PB tomar uma posição oficial, cerca de setenta militantes ou simpatizantes do PT lançaram um manifesto de apoio à candidatura de Mariz (PETISTAS SE ..., 1994, p. 02). O manifesto alertava os militantes do PT da importância de participar do processo democrático que a política do Partido vinha pregando ao longo dos anos, principalmente na defesa da eleição em dois turnos. Assinaram o documento, entre outros, os ex-candidatos a governador pelo Partido, Carlos Alberto Dantas e Genival Veloso, o candidato ao senado na última eleição Joaquim Neto, o ex-presidente do Diretório Municipal de Campina Grande, Jairo de Oliveira, vereadores do interior do Estado, etc. Joaquim Neto, além de assinar o manifesto, enviou uma carta para o PT/PB declarando seu apoio a Mariz e pedindo que o Partido fizesse o mesmo, lembrando o apoio de Mariz a Lula, em 1989 e a Chico Lopes, em 1992 (JOAQUIM NETO ..., 1994, p. 4).

O PT/PB decidiu realizar um plebiscito com seus filiados para decidir que posição tomar. Foram definidas quatro opções de voto: apoio a Mariz; apoio a Lúcia Braga; voto nulo; liberação dos militantes.

Membros do Diretório Municipal de João Pessoa defenderam a liberação da militância. Foi elaborado um manifesto assinado por cerca de 200 pessoas, neste sentido. Segundo o mesmo:

O PT deve se preparar para exercer a oposição ao futuro Governo do Estado, mobilizando o povo em defesa das propostas e das reivindicações das classes populares. [...] A posição de equidistância nos permite manter a defesa do nosso programa em melhores condições, acumulando forças para as próximas disputas na sociedade, inclusive as disputas eleitorais. [...] não apoiar nenhum dos dois candidatos, permite a todos os filiados votar livremente sem comprometer o partido como um todo, criando assim condições para

construirmos uma unidade partidária num momento crítico para o nosso partido, pois constitui-se sem dúvida, um equívoco sem precedentes, apostar na divisão partidária, com o único objetivo de beneficiar uma candidatura das oligarquias (PETISTAS ..., 1994, p. 03).

O Diretório Municipal de Campina Grande decidiu pelo voto nulo. Segundo Cozete Barbosa, presidenta do Partido, “Nenhuma das candidaturas representa avanços” (PT PROPÕE ..., 1994, p. 03) . Outros militantes, como o presidente regional do Partido Anísio Maia e os deputados eleitos Luiz Couto e Pe. Adelino, defenderam o apoio a Mariz. Algumas lideranças nacionais do Partido, como Luiza Erundina, declararam seu apoio a Mariz, enquanto a senadora pelo Rio de Janeiro, Benedita da Silva, declarou seu apoio a Lúcia Braga. A Executiva do PT/PB condenou a declaração de lideranças nacionais do Partido que se posicionaram em apoio a uma das candidaturas a governador da Paraíba antes da decisão do PT/PB.

O resultado do plebiscito do PT/PB para definir sua posição no 2º turno foi a seguinte: liberação da militância: 874 (63,65%); Mariz: 304 (22,14%); voto nulo: 94 (6,84%) e Lúcia Braga: 92 (6,70%). Apesar de ter decidido pela liberação da militância, os defensores da candidatura de Mariz no Estado mantiveram aberto o Comitê Pró-Mariz, após uma consulta à Executiva Nacional, que endossou a campanha pelo senador. Lula também anunciou seu apoio a Mariz, que foi eleito governador da Paraíba.

Nas eleições municipais de 1996, surge uma grande novidade na política de alianças do PT/PB, que levará a uma mudança radical do Partido no Estado. O Diretório Regional do Partido, por maioria de votos, decidiu que era impraticável a aplicação da política de alianças nacional, e resolveu não considerar o aspecto de sigla partidária nas suas considerações acerca de possíveis coligações, mas sim orientar-se por resolução própria. Pela resolução aprovada no Diretório Regional, o PT não faria coligações em três casos. O primeiro seria com candidatos cujo passado registre envolvimento em casos de corrupção ou malversação de dinheiro público. O segundo caso seria com candidatos que tivessem envolvimento em casos de repressão aos trabalhadores e seus movimentos organizados. E o terceiro, seria com

candidatos com perfil conservador e que reproduzissem a política tradicional.¹²¹ Como ponto imprescindível para a aprovação das coligações, o PT/PB apontava a elaboração de um programa conjunto que rompesse com a política tradicional, paralelo à discussão de um trabalho político conjunto de oposição. Também previa a elaboração de um programa mínimo de governo com pontos essenciais do “modo petista de governar”, discutido publicamente. Portanto, após a aprovação desta resolução, o PT/PB passou a admitir, de forma oficial, a possibilidade de fazer alianças com partidos que se colocavam no campo da direita, na política nacional e local.

O vereador Avenzoar Arruda, membro da tendência interna Democracia Socialista, discordou da decisão do Diretório Estadual do PT na Paraíba. Não aceitou a justificativa dada pela direção do PT de que as coligações evitariam a ameaça de extinção do Partido em alguns municípios. Ele escreveu um artigo no jornal **Correio da Paraíba**, condenando as alianças do PT/PB com o PFL, em alguns municípios, autorizadas pelo Diretório Regional:

[...] é uma afronta a nossa história de lutas e precisa ser revista com urgência, pois é ao mesmo tempo equivocada, perniciosa à construção partidária e negativa até mesmo do ponto de vista eleitoral [...]. Os argumentos daqueles que aprovaram tal resolução não resistem a qualquer debate sério com a base social do partido, exatamente porque essa base lutou e ainda luta contra os representantes do PFL que sempre estiveram no poder e que são diretamente responsáveis pela miséria a que está submetido nosso povo. Dizer que existe um PFL municipal diferente do PFL nacional, ou que o PT vai ganhar as bases do PFL fazendo alianças com esse partido ou ainda que viabilidade eleitoral do PT, em alguns municípios depende de alianças com o PFL é no mínimo, subestimar a nossa inteligência [...]. Tão pouco é assimilável ao PT o oportunismo eleitoral que nega princípios em troca de uma vaga na Câmara Municipal. Os [...] que defendem a autorização para alianças com o PFL, tentando também justificar tal posição com o argumento da polarização secular entre honestos e desonestos, independente do partido a que são filiados, apenas contribuem para a despolitização do debate. Não desconheço a importância do atributo honestidade quando se trata de alianças políticas, mas daí a colocá-la acima dos partidos, acima da polarização de idéias e de representação social, há uma distância quilométrica (ARRUDA, 1996, p. 02).

Em meados de julho de 1996, a Comissão Executiva Nacional do PT desaprovou a resolução sobre a política de alianças adotada na Paraíba:

¹²¹ Política tradicional, para o PT, seriam as práticas de coronelismo, clientelismo, corrupção eleitoral ou abuso do poder econômico.

[...] depois de tomar conhecimento de resolução do Diretório Regional da Paraíba sobre coligações, adotou a seguinte decisão: considerar como nula e inepta a resolução do Diretório Regional da Paraíba, porque contradiz decisão do 10º Encontro Nacional e do Diretório Nacional. Para a CEN não se pode deixar de considerar a aspecto 'sigla partidária' na política de alianças. Diante disto, a CEN solicita de imediato ao Diretório Regional que remeta para consideração da CEN todos os casos de coligação realizados na Paraíba (ATA DA ..., 1996).

Alguns dias depois, a Comissão Executiva Nacional aprovou esta resolução sobre política de alianças:

1. Em cumprimento às diretrizes do 10º Encontro Nacional do PT, a CEN vetou todas as coligações com o PFL e PPB;
2. Todas as coligações com partidos colocados fora do arco de alianças não autorizadas pelos respectivos diretórios regionais e pela Executiva Nacional, estão igualmente canceladas (ATA DA COMISSÃO..., 1996).

Após a aprovação destas resoluções, o Diretório Nacional do PT determinou que os Diretórios Municipais da Paraíba anulassem as coligações feitas com o PFL e PPB. Os Diretórios Municipais deveriam, ainda, excluir o nome do PT das coligações e de qualquer propagando eleitoral que tivessem a sigla do Partido. Os registros dos candidatos petistas que integrassem os acordos, também teriam que ser cancelados. Mas muitas destas coligações terminaram sendo aceitas pelo Partido, tendo como justificativa a realidade local. Nesta eleição, o PT/PB realizou 76 coligações na majoritária e 75 na proporcional. Sendo que na majoritária foram 34 envolvendo o PMDB e PDT, partidos que, como já salientamos, estavam no campo de alianças do PT a nível nacional, mas tinham muitos problemas na Paraíba; 9 com o PSDB, que nesse momento sofria sérias restrições para realizar coligações com o PT, por ser o Partido do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de quem o PT era um ferrenho opositor; 11 no campo da esquerda e, a grande novidade, 22 envolvendo partidos considerados de direita, como o PFL e o PPB. Na proporcional foram 33 com o PMDB/PDT; 9 com o PSDB; 11 no campo de esquerda e 22 com a direita. Tanto na majoritária como na proporcional, outros partidos, considerados fora do campo de aliança do PT, o PTB, PL e PRN participaram das alianças, todavia estes partidos tinham pouca

representatividade no Estado, na época. Nesta eleição, o partido elegeu 48 vereadores, sendo 7 no campo da esquerda; 15 em alianças envolvendo o PMDB/PDT; 4 envolvendo o PSDB; 11, envolvendo partidos de direita e 11 sem nenhuma aliança.

Alianças realizadas com o PT nos municípios da Paraíba

| 1996 | | | | |
|------|------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| | Município | Majoritária | Proporcional | Vereadores eleitos (PT) |
| 1. | Alagoa Grande | PT /PDT | PT /PDT | 1 |
| 2. | Alagoinha | PT/PSB | PT/PSB | |
| 3. | Alhandra | PT/PTB/PMDB/PRN | PT/PTB/PMDB/PRN | |
| 4. | Aparecida | PT/PDT/PMDB | PT/PDT/PMDB | |
| 5. | Araçagi | PT/PSDB/PPS/PFL | PT/PSDB/PPS/PFL | |
| 6. | Arara | PT/PSB/PV | PT/PSB/PV | |
| 7. | Areia | PT/PDT/PPS | PT/PDT/PPS | |
| 8. | Aroeiras | PT/PDT/PFL/PPB | PT/PDT/PFL/PPB/PL | 1 |
| 9. | Barra de Santa Rosa | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 10. | Bayeux | PT/PFL | PT/PFL | |
| 11. | Belém do Brejo Cruz | PT/PDT/PMDB | PT/PDT/PMDB | 1 |
| 12. | Bom Sucesso | PT/PDT/PFL | PT/PDT/PFL | |
| 13. | Bonito de Santa Fé | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 14. | Borborema | PT/PDT/PTB | PT/PDT/PTB | 1 |
| 15. | Brejo do Cruz | PT/PFL | PT/PFL | |
| 16. | Caaporã | PT/ PPS | PT/ PPS | |
| 17. | Cabaceiras | PT/PSDB/PMDB/PL | PT/PSDB/PMDB/PL | |
| 18. | Cajazeiras | PT/PDT/PTB/PSB/Pc do B | PT/PDT/PTB/PSB/PCdoB | 1 |
| 19. | Campina Grande | PT/ PV | PT/ PV | 1 |
| 20. | Campo de Santana | PT/PDT/PFL/PL | PT/PDT/PFL/PL | |
| 21. | Capim | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 22. | Coremas | PT/PSDB/PRP/PL/PSB | PT/PSDB/PRP/PL/PSB | 1 |
| 23. | Cruz do Espírito Santo | PT/PSDB/PPS/PPB | PT/PSDB/PPS/PPB | |
| 24. | Cuité | PT/PSDB/PMDB/PRP | PT/PSDB/PMDB/PRP | |
| 25. | Cuité de Mamanguape | PT/PMDB/PFL | PT/PMDB/PFL | 1 |
| 26. | Curral de Cima | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 27. | Duas Estradas | PT/PMDB/PSB | PT/PMDB/PSB | |
| 28. | Fagundes | PT/PDT/PL/PFL | PT/PDT/PL/PFL | 3 |
| 29. | Guarabira | PT/PDT/PL/PMDB | PT/PDT/PL/PMDB | |
| 30. | Igaracy | PT/PSDB/PSB | PT/PSDB/PSB | |
| 31. | Imaculada | PT/PSDB/PMDB | PT/PSDB/PMDB | 1 |
| 32. | Itabaiana | PT/PDT | PT/PDT | |
| 33. | Itapororoca | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 34. | Jacaraú | PT/PMDB | Não coligou | 1 |
| 35. | João Pessoa | PT/PPS/PV | PT/PPS/PV | 3 |
| 36. | Juarez Távora | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 37. | Juazeirinho | PT/PDT/ PSDB/PCdoB/PFL/PRN | PT/PDT/ PSDB/PCdoB/PFL/PRN | 1 |
| 38. | Lagoa de Dentro | PT/PSB/PFL | PT/PSB/PFL | 1 |
| 39. | Logradouro | PT/PSDB/PFL | PT/PSDB/PFL | |
| 40. | Malta | PT/PCdoB/PL | PT/PCdoB/PL | 1 |
| 41. | Mamanguape | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 42. | Marcação | PT/PMDB/PSD | PT/PMDB/PSD | 1 |
| 43. | Mari | PT/PPS | PT/PPS | 1 |
| 44. | Massaranduba | PT/PSDB/PCdoB/PPB | PT/PSDB/PCdoB/PPB | |
| 45. | Mataraca | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |

Alianças realizadas com o PT nos municípios da Paraíba (continuação)

| 1996 | | | | |
|------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| | Município | Majoritária | Proporcional | Nº de Vereadores eleitos (PT) |
| 46. | Mogeiro | PT/PSDB/PFL | PT/PSDB/PFL | |
| 47. | Monteiro | PT/PDT/PL | PT/PDT/PL | |
| 48. | Mulungu | PT/PDT/PL/PFL | PT/PDT/PL/PFL/PL | 1 |
| 49. | Nova Floresta | PT/PSDB/PFL | PT/PSDB/PFL | 1 |
| 50. | Patos | PT/PPS/PV | PT/PPS/PV | |
| 51. | Pedra Branca | PT/PDT | PT/PDT | |
| 52. | Pedra Lavrada | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 53. | Pilar | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 54. | Pirpirituba | PT/PMDB/ PSDB | PT/PMDB/ PSDB | |
| 55. | Pocinhos | PT/PSDB/PFL/PPB | PT/PSDB/PFL/PPB | |
| 56. | Pombal | PT/PSB | PT/PSB | |
| 57. | Princesa Isabel | PT/PMDB/PDT | PT/PMDB/PDT | 1 |
| 58. | Remígio | PT/PDT/PSB | PT/PDT/PSB | |
| 59. | Riacho dos Cavalos | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 60. | Salgado de São Félix | PT/PDT | PT/PDT | 1 |
| 61. | Santa Helena | PT/PV | PT/PV | |
| 62. | Santa Rita | PT/PSB/PCdoB | PT/PSB/Pc do B | 1 |
| 63. | São Sebastião do Umbuzeiro | PT/PMDB/PFL | PT/PMDB/PFL | |
| 64. | São Vicente do Seridó | PT/PSDB/PFL/PDT | PT/PSDB/PFL/PDT | |
| 65. | Serra Branca | PT/PSB | PT/PSB | 2 |
| 66. | Serra da Raiz | PT/PSDB /PDT | PT/PSDB /PDT | 1 |
| 67. | Serraria | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 68. | Sertãozinho | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 69. | Sobrado | PT/PDT | PT/PDT | 1 |
| 70. | Solânea | PT/PMDB/PTB/PL | PT/PMDB/PTB/PL | |
| 71. | Soledade | PT/PSDB/PMDB/PV/PPB/PRP | PT/PSDB/PMDB/PV/PPB/PRP | |
| 72. | Sousa | PT/PDT/PV | PT/PDT/PV | 1 |
| 73. | Taperoá | PT/PSDB/PFL | PT/PSDB/PFL | 1 |
| 74. | Teixeira | PT/PSDB/PMDB | PT/PSDB/PMDB | 1 |
| 75. | Uiraúna | PT/PSDB/PMDB | PT/PSDB/PMDB | |
| 76. | Vieirópolis | PT/PDT/PL | PT/PDT/PL | |

Fonte: TRE/PB

Após as eleições municipais no país, a Comissão Executiva Nacional do PT fez uma avaliação do 1º turno e a política para o 2º turno das eleições e decidiu que, nas cidades onde não estivesse disputando o 2º turno, o Partido apoiaria todos os candidatos do campo democrático-popular e que estabelecessem com o PT uma política de alianças. Diante desta orientação, a Comissão Executiva Municipal do PT de João Pessoa, único município do Estado onde haveria 2º turno, decidiu indicar dois posicionamentos para a votação da plenária que decidiria a posição do Partido: primeiro, liberar a militância para votar em quem quisesse; segundo, apoiar Lúcia Braga (PDT). A Executiva descartou a possibilidade de apoiar Cícero Lucena (PMDB). O Partido decidiu-se pelo apoio à deputada Lúcia Braga. Esta foi a primeira vez que o PT apoiou outro partido no 2º turno das eleições na Paraíba.

Esta decisão do PT gerou críticas de parte da imprensa, principalmente do Sistema Correio de Comunicação, inimigo do “braguismo”, e também no meio político. O colunista Hélder Moura, do jornal **Correio da Paraíba**, disse que o PT estaria sendo oportunista, pensando em crescer a partir de uma possível participação na administração de João Pessoa, esquecendo que sempre combatera ferozmente o “braguismo” e o governo de Chico Franca (PDT). A coluna *Informe* do mesmo jornal considerou o apoio do PT a Lúcia Braga, em João Pessoa, uma das maiores contradições do Partido no Estado. Porque o Partido fizera oposição ferrenha ao prefeito Chico Franca e criticara bastante o PC do B quando este se aliara com o “braguismo”. No campo político, o PPS, aliado do PT no 1º turno das eleições em João Pessoa, e que declarou seu apoio ao candidato do PMDB, Cícero Lucena, lamentou a posição do PT de apoiar Lúcia Braga (PDT): “somando ao que consideramos de mais perverso e lesivo à administração pública, aliando-se, assim, a um grupo caracterizado pelo uso e ocultamento da violência como prática histórica” (BARBOSA, 1996, p. 03). O ex-governador Ronaldo Cunha Lima disse que o PT perdera a dignidade ao apoiar Lúcia Braga (PDT), pois o Partido fora quem mais combatera o “braguismo”. O candidato a prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena (PMDB), desafiou o PT a repetir seu guia eleitoral do 1º turno, numa referência às críticas que haviam sido feitas a Lúcia Braga.

Diante da polêmica gerada pelo apoio do PT de João Pessoa à candidata do PDT, o Diretório Municipal do Partido distribuiu uma nota explicando porque estava apoiando Lúcia Braga. Na nota, diz que não optara pela neutralidade de votar em branco ou nulo – porque seria apoiar o candidato do PMDB, Cícero Lucena. “Seria um apoio implícito ao candidato dos poderosos, dos meios de comunicação, governo estadual, governo federal e da oligarquia Cunha Lima, que sempre disse sim às propostas de FHC” (PT JUSTIFICA ..., 1996, p. 03). A nota afirmava, ainda, que desde sua fundação, o PT lutara contra as oligarquias das famílias Pereira, Ribeiro Coutinho, Veloso Borges e Cunha Lima¹²²: “Querer encobrir a realidade nacional com um localismo político construído à base das disputas provinciais é render-se aos

¹²² Mas segundo o jornal **Correio da Paraíba**, a nota não dizia, por exemplo, que lutou também, até bem pouco tempo, contra a oligarquia comandada pela família Braga.

interesses das oligarquias locais, despolitizando as disputas eleitorais e criando embaraços para futuras batalhas” (PT JUSTIFICA ..., 1996, p. 03). Na defesa de Lúcia Braga, a nota afirmava:

Não temos dúvida que a defesa dos trabalhadores e dos excluídos somente poderá ser feita combinando-se as lutas locais com as disputas de rumos para o país, o que necessariamente nos coloca como tarefa estratégica das elites no Brasil [...]. É uma questão de coerência continuarmos lutando contra os grupos que sempre dominaram a Paraíba independente de sigla partidária que ocupam. [...] Nosso apoio à candidatura Lúcia Braga não tem contrapartida de cargos públicos, pois não faz parte de nossa tradição este tipo de postura (PT JUSTIFICA ..., 1996, p. 03).

A decisão de apoiar Lúcia Braga no 2º turno foi aprovada pela maioria do PT em João Pessoa, mas paradoxalmente, os setores mais à esquerda dentro do Partido, mais resistentes às alianças, apoiaram com mais ênfase essa coligação. Segundo Avenzoar Arruda, uma das principais lideranças da tendência interna Democracia Socialista, isso se deu devido a uma avaliação que a tendência tinha da política paraibana naquele momento:

Nós fizemos uma avaliação de que o futuro do braguismo estava encerrado digamos assim. Não havia mais perspectivas para o braguismo voltar a ser a força política hegemônica e que a tendência dali para frente era um enfrentamento cada vez mais nítido com o pessoal do PMDB que passava a ser o representante das oligarquias da Paraíba e representante, inclusive, do projeto de Fernando Henrique. Essa era questão chave. Então Lúcia Braga tinha também na figura dela, carregava nas costas apoios ao PT, posicionamento na Constituinte favorável aos trabalhadores, enfim, não seria a figura, digamos assim, mais simbólica da oligarquia braguista, muito embora fosse braguista, então isso justificava o apoio, não pensando no balanço do braguismo, que era uma tragédia para a Paraíba e isso nós não retirávamos nada. Mas, pensando no futuro da Paraíba que era exatamente o enfrentamento com a oligarquia formada pelo PMDB, acho que nós tínhamos razão, tanto é que o braguismo acabou. [...]. Então houve uma avaliação política, uma avaliação política difícil. Eu me lembro, inclusive, que na DS, duas vezes essa questão foi adiada porque não tinha acordo e depois se venceu no voto por maioria. Não havia acordo, e só se aceitou com a desculpa de que era 2º turno e que não tínhamos mais condições de votar nulo.¹²³

Já o deputado Luiz Couto, membro da Articulação e candidato derrotado nesta eleição, mostrou-se menos entusiasmado para apoiar essa aliança:

¹²³ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

Como pessoa de partido eu tinha que me submeter, embora eu dissesse para Lula e para Zé Dirceu que eu só participaria das atividades que tivessem a presença deles. E não participei de nenhuma outra atividade. Só participei de uma atividade em que Lula esteve presente e Zé Dirceu. Porque eu defendia naquele momento que o Partido não tinha que tomar posição, que não deveria votar nem em um, nem no outro, porque nem um nem outro representava mudança para João Pessoa.¹²⁴

O apoio à candidatura de Lúcia Braga foi complicado e polêmico, porque o Partido sempre tivera uma postura muito crítica ao grupo liderado pelo ex-governador Wilson Braga. Em 1986, candidato a governador pelo PT, Carlos Alberto Dantas, afirmara à imprensa que se sentia à vontade para debater com o candidato da Aliança Trabalhista Liberal, senador Marcondes Gadelha, apoiado pelo governador Wilson Braga, pois essa candidatura, segundo ele, “simboliza o braguismo, o malufismo, conseqüentemente a corrente mais reacionária da política estadual” (CANDIDATO DO PT SE ..., 1986, p. 2). Na eleição de 1988, Carlos Alberto, desta vez, candidato do Partido a prefeito de João Pessoa, voltara a fazer críticas a Wilson Braga, que estava disputando também a prefeitura, terminando por ser eleito. Segundo ele: “A volta de Braga à política paraibana, e de João Pessoa de modo particular, significa a volta da derrota, de tudo que há de velho e de desmoralização” (CARLOS ALBERTO AFIRMA ..., 1988, p. 02). Ele afirmara, ainda, que não acreditava que o PFL vencesse as eleições, pois o candidato deste partido, Wilson Braga, dispensava comentários, todo mundo tinha conhecimento de seus atos. A população pessoense conhecia bem essa figura sinistra e sabia o que representaria o seu retorno à vida pública paraibana.

Noutra ocasião, o vereador Avenzoar Arruda sugerira que o vereador¹²⁵ Wilson Braga renunciasse a seu mandato para que a suplente Nadja Palitot assumisse definitivamente. Para ele, “o ostracismo político de Braga seria o melhor para ele e para o povo paraibano”. Segundo ele, à volta de Braga à Câmara iria desviar o curso normal dos trabalhos no Legislativo, pois, “É impossível discutir questões do município com uma companhia tão desagradável”, e afirmou:

¹²⁴ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

¹²⁵ Ao ser derrotado na disputa para o governo do Estado, em 1990, o ex-governador e ex-prefeito de João Pessoa, Wilson Braga, foi eleito vereador de João Pessoa, em 1992.

[...] é impossível olhar para Braga e não lembrar das verbas desviadas de Cruz do Espírito Santo, da morte do jornalista Paulo Brandão, da morte da sindicalista Margarida Maria Alves, do rombo financeiro que ele deixou no Estado e que ainda hoje nós estamos pagando por isso, de sua política clientelista e o festival de nomeações feitas por ele durante o governo, por tudo isso a presença dele incomoda muito na Câmara (AVENZOAR SUGERE ..., 1994, p. 02).

Complementava, dizendo que sua questão com Braga não era pessoal, “A minha briga é política. Acho que é obrigação de todo homem público da Paraíba combater a volta do braguismo” (AVENZOAR SUGERE ..., 1994, p. 02). Também nas discussões sobre possíveis alianças nas eleições para prefeito de João Pessoa, em 1992, a corrente interna do PT, Democracia Socialista (DS), da qual Avenzoar fazia parte, divulgou um manifesto se posicionando contrário à coligação com o PDT. Diz o manifesto:

Defendemos que o PT não aceite discutir coligações ou qualquer outra forma de composição com a deputada Lúcia Braga, por entendermos que a mesma representa a continuação do ‘braguismo’ e por recusarmos a esquecer os crimes cometidos contra a classe trabalhadora durante o governo Braga (GRUPO ..., 1992, p. 03).

A política de alianças posta em prática em 1996 foi avaliada no Encontro Estadual de 1997. Enquanto o grupo que a defendeu, a corrente interna Articulação, considerou a política adotada correta, o seu principal crítico, a corrente interna Democracia Socialista e seus aliados do Campo de Esquerda, consideraram-na maléfica para o Partido. Para a Articulação:

Vários setores do partido ficaram temerosos com a política de aliança colocada em prática no estado, alguns ainda estão relutantes em aceitar o acerto daquela política, temiam que o PT se descaracterizasse, perdesse seu ímpeto combativo e seu perfil de partido socialista. A prática concreta colocou por terra todos estes temores e está mostrando que, apesar dos riscos que o conjunto partidário enfrentou, foi correta, nas suas linhas gerais, as orientações tomadas pelo partido. Vários são os casos que apesar das alianças formadas conseguimos nos diferenciar na campanha e, mesmo no pós-eleição, não perdemos nossa autonomia enquanto partido comprometido com os interesses dos trabalhadores e excluídos da sociedade (VIDA ..., 1997, p. 34-35).

Já para a Democracia Socialista:

A política de alianças praticada pelo Diretório Regional nas eleições de 1996 foi um equívoco de graves proporções para o partido. Várias alianças com o PFL, o PPB, o PMDB e o PSDB foram autorizadas sob o signo da supremacia dos interesses locais e da amplitude do PT. [...] A perda de referenciais de classes e o voluntarismo tem sido uma marca nas políticas de alianças do PT paraibano – sempre apresentadas como uma ‘tábua de salvação’ para o partido – e todos os que fizeram restrições às mesmas serão considerados politicamente atrasados. Até a defesa de alianças com os partidos de direita deixou de ser oportunismo eleitoral para se transformar em ‘flexibilidade local’ (RESGATAR ..., 1997, p 22).

Tendo em vista as eleições de 1998, para Presidente da República, governador de Estado, senadores, deputados federais e estaduais, o PT/PB aprovou, em julho de 1997, no seu Encontro Estadual, uma resolução sobre política de alianças, acenando pela primeira vez, para possibilidade de apoiar um candidato a governador de outro partido, no caso o deputado estadual Vital do Rêgo Filho, do PDT, que na ocasião, fazia ferrenha oposição ao governador José Maranhão, juntamente com a bancada do PT na Assembléia Legislativa. A resolução aprovada foi a seguinte:

O PT buscará a construção de uma frente política que se contraponha de forma coerente e com propostas alternativas, ao projeto neoliberal, aí compreendidas as suas representações locais. Ao PT cabe a tarefa de proporcionar o debate com os partidos do campo democrático e popular (PC do B, PSB, PV, PSTU, etc) de forma transparente e democrática, para as representações da sociedade civil e dos partidos que, como o PDT, conformam o bloco de oposição, em nível nacional, ao projeto neoliberal e ao governo FHC.

Nesta perspectiva, o candidato a governador apresentado pelo PDT, Deputado Estadual Vital do Rêgo, é um importante interlocutor nesse debate, ficando o DR encarregado de tomar todas as iniciativas cabíveis.

Pela primeira vez na Paraíba enfrentaremos a contradição de participarmos de governos municipais cuja composição não é a mesma da nossa frente política na campanha eleitoral em nível estadual e nacional. A superação desta contradição exigirá uma discussão específica com as bases do PT e da frente nesses municípios.

O Diretório Regional, no prazo de 90 (noventa) dias, concluirá esse debate no que diz respeito à formação da chapa majoritária e após amplas discussões e seminários sobre o tema, indicará nomes que poderão participar dessa chapa, iniciando a partir de então a mobilização para a disputa eleitoral de 1998.

O PT rejeita desde já alianças com os partidos que dão sustentação ao projeto neoliberal e ao atual governo federal (RESOLUÇÃO ..., 1997).

Em novembro de 1997, tendo em vista a posição do Diretório Estadual do Rio de Janeiro, em não aceitar uma coligação com o PDT, para apoiar a candidatura de Anthony Garotinho, para governador, em troca do apoio deste Partido para a candidatura de Lula a Presidente da República, o Diretório Estadual da Paraíba aprovou outra resolução, sobre política de alianças:

O PT/PB reafirma a vontade política de todos os seus filiados e militantes em participar ativamente de uma ampla frente política eleitoral do campo democrático, para derrotar o projeto político de reeleição do atual presidente da República.

A condição primeira para revertermos o quadro de degradação social, miséria e exclusão social, geradas pela política econômica e social de orientação neoliberal é derrotarmos nas urnas o governo FHC.

Frente a isto, os Partidos, movimentos e personalidades deste campo não devem sobrepor interesses menores ou localizados ao projeto nacional de composição dos partidos populares e democráticos (PT, PDT, PSB e PC do B). O Brasil e seu povo não podem ficar refém ao debate estadual onde egos e vaidades pessoais se manifestam com todo vigor, inviabilizando a conformação da frente nacional.

Neste sentido, o PT/PB não aceita a postura de setores do PT do Rio de Janeiro e de outros estados de lançar candidatura própria a todo custo. [...]

Não podemos subordinar as vontades das grandes majorias da população brasileira de mais casa, mais saúde, mais educação e mais empregos aos interesses paroquiais de alguns, por isso para uma melhor distribuição de renda só com Lula presidente.

Alianças já (ATA DO ..., 1997).

Como se vê, esta resolução priorizava a eleição de Presidente da República. Neste

sentido, propunha a construção de alianças nos estados que viessem ampliar o leque de apoio à candidatura presidencial.

Como a aliança com o PDT terminou não se realizando na Paraíba, como veremos,¹²⁶ em março de 1998, a Diretório Regional do PT aprovou a seguinte resolução sobre política de alianças:

1. Considerando a renúncia dos pré-candidatos inscritos para a prévia interna do PT, para escolha de candidato a governador, a ser indicada a Frente de Partidos, o Partido dos Trabalhadores incorpora o nome do Deputado Gilvan Freire como candidato a governador da Frente [...] (ATA DO ..., 1998).

Ao aceitar a indicação do deputado federal Gilvan Freire (PSB) como candidato a governador, o PT/PB, pela primeira vez, em toda a sua existência

¹²⁶ O processo de construção das candidaturas para as eleições de 1998 será discutido no capítulo 5 dessa tese.

no Estado, passou a apoiar um candidato a governador de outra legenda. A Frente foi composta pelos seguintes partidos: PSB, PT, PV e PC do B. O PT indicou o candidato a vice-governador, o então presidente da CUT/PB, Hamurabi Duarte e a candidata ao senado, a então vereadora de Campina Grande, Cozete Barbosa.

Nas discussões para as eleições municipais do ano 2000, surgiram, no início de 1999, várias especulações sobre possíveis alianças do PT com os setores do PMDB vinculados ao grupo Cunha Lima. Principalmente, a possibilidade de o Partido vir a apoiar a reeleição dos prefeitos de João Pessoa, Cícero Lucena e de Campina Grande, Cássio Cunha Lima. Diante deste fato, o presidente regional do PT, deputado Luiz Couto, desautorizou os presidentes de Diretórios Municipais em todo o Estado a divulgarem alianças por conta própria, sem decisão nas instâncias partidárias. Disse que se deveria aguardar as deliberações sobre política de alianças do II Congresso do partido. E que, naquele momento, a orientação era fazer alianças com os partidos de esquerda. Alianças com o PTB, PPB, PFL, PMDB ou PSDB só poderiam ser confirmadas após análise dos Diretórios Estadual ou Nacional. Afirmou, na ocasião, que: “Os diretórios municipais têm autonomia para decidir, mas o partido irá avaliar. Não está descartado porque depende de cada caso” (LEARTH, 1999a, p. 4).

No Encontro Estadual de 1999, foram estabelecidos parâmetros para as alianças das eleições de 2000. Foi ampliado o leque de partidos que poderiam se coligar com o PT. Isso significava, segundo Adalberto Fulgêncio, presidente eleito no referido Encontro, que os Diretórios Municipais do PT, em todo o Estado, poderiam abrir diálogos até mesmo com o PFL e PPB ou outros partidos de “direita”. Também ficou aberto o diálogo com a facção “ronaldista” do PMDB. Só ficaram de fora do campo de alianças do PT no Estado, as legendas de extrema esquerda, como o PCO, PSTU e o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Disse Adalberto:

Esses partidos (de extrema esquerda) têm uma tradição autoritária. Defendem a ditadura do proletariado, por isso não podemos aceitar. No caso do PFL e PPB, em alguns municípios do Estado, nas outras eleições nós nos coligamos. Deixamos apenas em aberto. Ficou aberta a possibilidade. Caberá aos diretórios municipais discutir e

cada caso será avaliado individualmente. Os diretórios municipais deverão manter diálogo com o estadual para haver a decisão final (LEARTH, 1999b, p. 04).

Mas o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu, disse que o Partido na Paraíba, só poderia fazer alianças com o PMDB se eles anunciassem o rompimento político com FHC. Também descartou alianças com os partidos de direita, como o PPB e PFL. “O PT não faz alianças com partido de direita. Isso está bem claro na nossa resolução partidária” (RODRIGUES, 1999b, p. 03). Ele disse que, em regra geral, as alianças do PT eram feitas com o PDT, PSB, PC do B, PPS e com setores do PMDB. Com outros partidos, só em situações excepcionais:

O PT só faz alianças, primeiro, em torno de programa e propostas concretas para as administrações municipais, principalmente baseado em questões éticas, como o combate a corrupção, com a participação popular e faz aliança em torno de uma questão nacional (RODRIGUES, 1999b, p. 03).

Contudo o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, insistiu que, no interior, “Em casos isolados [...] é possível haver alianças com o PFL [...]. Casos como esse terão que ser analisados e definidos pela executiva estadual” (LEARTH, 1999c, p. 02).

Procurando dar sustentação a essa tese de ampliação do campo de alianças, inclusive abrindo a possibilidade de se realizá-las com partidos não contemplados pela última resolução do PT a nível nacional, o Diretório Estadual do PT aprovou a seguinte resolução sobre o referido tema:

[...] 3. Na campanha municipal, o PT deverá se organizar de forma que expresse claramente sua oposição à hegemonia conservadora e neoliberal em todos as esferas: nacional, estadual e municipal, atraindo com isso, partidos tradicionalmente do campo democrático e popular: PC do B, PSB, PV, setores do PMDB, PSDB e PDT e personalidades de outras agremiações partidárias em contradição ou descontentamento com o atual modelo político;

4. O diálogo com os demais partidos deverá convergir para um amplo programa de mudança na estrutura de poder local. Nessa lógica, por uma questão de princípio, assumiremos um compromisso ético e cultural de que nossas alianças com partidos e personalidades passem pelo crivo da honestidade e da respeitabilidade da coisa pública.

5. O PT deve consolidar uma política de alianças, que mesmo abarcando setores distintos à orientação partidária, em função das

diversidades eleitorais dos municípios, posicione-se contrária à plataforma neoliberal, apontando para uma unidade futura em torno de um movimento democrático e popular suprapartidário ao nível local (RESOLUÇÃO ..., S/D) .

No entanto, em maio de 2000, o Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução sobre política de alianças, para as eleições municipais deste ano, reafirmando o que tinha sido definido no II Congresso do Partido, realizado, como vimos, em 1999:

1. O II Congresso Nacional definiu que 'para o sucesso de 2000 é preciso reafirmar a política de alianças, priorizando a Frente Democrática Popular composta pelo PT, PDT, PSB, PC do B e PCB e com setores do PPS e PMDB que se tem oposto ao Governo FHC. As nossas alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, a oposição a FHC e ao neoliberalismo, todo e qualquer aliança com partidos e setores de partidos, fora do nosso arco de alianças, além das condições anteriormente expostas, só poderá ocorrer após consultas aos Diretórios Regionais cabendo recurso à Comissão Executiva Nacional'
2. Não será permitida nenhuma coligação com partidos fora do nosso arco de alianças, conforme definição do II Congresso sem a autorização do DR ou CEE. Os diretórios que descumprirem esta determinação estarão sujeitos à intervenção e a anulação da coligação realizada.
3. Os pedidos de coligações que o DR ou CEE não tenham apreciado não poderão ser constituídos, cabendo recurso a CEN (RESOLUÇÃO ..., 2000).

Em meados de junho de 2000, o PT/PB fez uma avaliação das políticas de alianças com o PPB, PSDB e PFL, aprovadas nos Encontros Municipais do Partido. Na ocasião, foram apresentadas as alianças majoritárias aprovadas e descritas as justificativas para realização das coligações em alguns municípios: em Bananeiras, Cuité e Pilõezinhos, o PT indicou o vice do candidato a prefeito do PFL; em Alagoa Grande, o PT indicou o vice do candidato a prefeito do PPB; em Belém do Brejo do Cruz, indicou o vice do candidato a prefeito do PSDB; em Pilar, o PT indicou o candidato a prefeito e o PPB, o vice; em Teixeira, o PT indicou o candidato a prefeito e o PSDB, o vice¹²⁷. Com relação às alianças proporcionais, foram aprovadas coligações com partidos como

¹²⁷ Posteriormente, o PSDB de Teixeira passou para o controle do deputado Valdeci Amorim, adversário do PT local e desfez a coligação com o PT. Este, coligou-se com o PMDB, que indicou o vice. Teixeira foi uma das duas cidades paraibanas onde o PT elegeu seus primeiros prefeitos no Estado, na eleição de 2000. A outra foi Cabedelo.

PSDB, PFL, PST, PTB, além de outras com partidos que estão dentro do campo de alianças do PT.

Em meados de junho de 2000, o advogado e militante do PT Antônio Barbosa encaminhou recurso à Executiva Nacional do PT, pedindo que fossem examinadas as coligações fechadas com o PFL, PPB e PSDB na Paraíba, especialmente, aquelas de nível majoritário, por entender, que elas iam contra a resolução do II Congresso, que disciplina a política de alianças. No dia 19/06/2000, a Executiva Nacional se posicionou contrária às coligações realizadas nos municípios de Lucena, Livramento, Belém, Mogeiro, Taperóa, Guarabira, Catolé do Rocha, Mari, Logradouro, Boqueirão, Juazeirinho, Quixaba e Catingueira e antecipou, também, que no mérito não autorizava coligação com o PFL. Um mês depois, o Diretório Regional do PT se reuniu para discutir esta decisão da Executiva Nacional sobre as alianças. Na ocasião, o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, informou que quatro municípios atingidos pela decisão nacional (Cuité, Guarabira, Pilõezinhos e Bananeiras), haviam apresentado, em tempo hábil, recurso ao Diretório Nacional e que alguns Diretórios Municipais, atingidos pela decisão nacional e regional, anteciparam-se no sentido de desfazerem as alianças (Ouro Velho, Catingueira, Alagoa Grande, Sapé, Pilar e Mari). Mas, na verdade, alguns destes Diretórios Municipais citados, mantiveram as coligações não aceitas pelo Diretório Nacional e Regional. Na reunião, foi aprovada a seguinte resolução:

- a) O Diretório Regional acata de forma crítica a decisão nacional;
- b) Encaminha o pedido de desfazimento das alianças nos municípios que não pediram autorização das instâncias regional e nacional, de acordo com o calendário pré-estabelecido;
- c) Encaminha pedido de desfazimento das alianças em todos os municípios em que a Executiva Nacional considerou desautorizadas;
- d) Preserva o direito de recurso dos municípios de Cuité, Bananeiras, Pilõezinhos e Guarabira, até o pronunciamento definitivo do DN (ATA DO..., 2000).

Após esta decisão do Diretório Regional, a tendência interna do PT, Força Socialista, entrou com um recurso junto à Executiva Nacional, alegando que o Diretório Regional estava ferindo uma determinação que anulou algumas coligações em municípios paraibanos. O Secretário de Formação do PT/PB,

Nelson Júnior, membro da referida tendência, acusou o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, o vereador Júlio Rafael e a secretária de organização, Francisca Carvalho, todos da Articulação, de orientar a militância, os diretorianos e os candidatos do Partido a manterem o apoio e as alianças. Na ocasião, Adalberto Fulgêncio disse que o Partido ainda não tinha sido oficialmente informado da decisão da Executiva Nacional sobre o caso e negou que tivesse orientando a manutenção das coligações.

Posteriormente, o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, disse que a Executiva Nacional deu autorização para alianças com o PPB, PFL e PSDB, em alguns municípios e rejeitou noutros. Alguns municípios que tiveram a autorização para coligações rejeitadas recorreram da decisão. Em alguns casos obtiveram sucesso no recurso, como Bananeiras, onde a chapa foi mantida. O vereador Luiz Valter do PT foi candidato a vice de Marta Ramalho, do PFL, pois a aliança foi registrada um dia antes da decisão da Executiva Nacional rejeitá-la. O TRE também deu ganho de causa ao Diretório Municipal do PT de Quixaba, mantendo a coligação com PFL e PSDB na majoritária e na proporcional.

Nesta eleição, o PT/PB fez 80 coligações na majoritária e 83 na proporcional. Na majoritária foram 10 no campo da esquerda; 23 envolvendo o PMDB/PDT; 10 envolvendo o PSDB e 37 envolvendo partidos de direita. Na proporcional foram 15 no campo da esquerda; 24 envolvendo o PMDB/PDT; 12 envolvendo o PSDB e 32 envolvendo partidos de direita. O PT elegeu nesta eleição 53 vereadores, sendo 14 em alianças com a esquerda; 15 envolvendo o PMDB/PDT; 4 envolvendo o PSDB e 15 envolvendo partidos de direita. Também neste ano pequenos partidos que não estavam no campo de alianças participaram de coligações, com destaque para o PL e o PTB, que teve um certo crescimento, devido à entrada neste partido de parte dos dissidentes do PMDB ligado ao grupo Cunha Lima.

Alianças realizadas com o PT nos municípios da Paraíba

| 2000 | | | | |
|------|------------------------|---|------------------------------|-------------------------------|
| | <i>Município</i> | Majoritária | Proporcional | Nº de Vereadores eleitos (PT) |
| 1. | Água Branca | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 2. | Aguiar | PT/PFL/PRP | PT/PFL/PRP | |
| 3. | Alagoa Grande | PT/PDT | PT/PDT | 2 |
| 4. | Alagoinha | PT/PFL/PDT/PSB/PPB | PT/PFL/PDT/PSB/PPB | |
| 5. | Alhandra | PT/PSDC/PMDB/PSB | PT/PSDC/PMDB/PSB | |
| 6. | Aparecida | PT/PSDB/PFL/PL/PTB | PT/PSDB/PFL/PL/PTB | 1 |
| 7. | Araruna | PT/PTB | PT/PTB | |
| 8. | Areia | PT/PSB/PPB/PTB | PT/PSB/PPB/PTB | 1 |
| 9. | Areia de Baraúnas | PT/PTB | PT/PTB | |
| 10. | Baía da Traição | PT/PMDB/PL | PT/PMDB/PL | 2 |
| 11. | Bananeiras | PT/PSB/PFL/PDT | PT/PSB/PFL/PDT | 1 |
| 12. | Barra de Santa Rosa | PT/PMDB/PPS | PT/PPS | |
| 13. | Belém | PT/PSB/PSDB | PT/PSB/PSDB | 1 |
| 14. | Belém do Brejo do Cruz | PT/PSDB/PV | PT/PSDB/PV | 1 |
| 15. | Boa Ventura | PT/PSDB/PFL/PTB/PDT/PMDB/PLP | PT/PDT | |
| 16. | Bonito de Santa Fé | PT/PSDB/PTB/PPB | PT/PSDB/PTB/PPB | |
| 17. | Boqueirão | PT/PSDB/PV/PMDB/PTB | PT/PMDB | |
| 18. | Caaporã | PT/PPS | PT/PPS | |
| 19. | Cabaceiras | PT/PMDB/PV/PPB | PT/PV/PPB | |
| 20. | Cabedelo | PT/PMDB/PV/PTB/PTN/PL/PPS/PCdoB/PSB/PRN/PST/PSDC | PT/PST | 2 |
| 21. | Cacimba de Dentro | PT/PFL/PTB | PT/PFL/PTB | |
| 22. | Caiçara | PT/PSDB/PPB/PFL/PTB/PDT | PT/PSDB/PPB/PFL/PTB/PDT | |
| 23. | Cajazeiras | PT/PV/PPS/PCdoB | PT/PV/PPS/PCdoB | 1 |
| 24. | Campina Grande | PT/PMDB/PTB/PCdoB/PRTB/PSB/PSC/PSL/PMN/PV/PPS/PGT/PRP/PSDB/PRN/PL | PT/PSB | 1 |
| 25. | Capim | PT/PMDB/PL/PPB | PT/PMDB/PL/PPB | 1 |
| 26. | Casserengue | PT/PMDB/PTB | PT/PMDB | |
| 27. | Catingueira | PT/PMDB/PFL | PT/PMDB/PFL | |
| 28. | Catolé do Rocha | PT/PSDB/PFL/PTB | PT/PSDB/PFL/PTB | |
| 29. | Conde | Não coligou | PT/PSB | 1 |
| 30. | Coremas | PT/PMDB/PL | PT/PMDB/PL | 1 |
| 31. | Cruz do Espírito Santo | PT/PMDB/PPS/PPB/PDT | PT/PMDB/PPS | |
| 32. | Cuité | PT/PFL | PT/PFL | 1 |
| 33. | Cuité de Mamanguape | PT/PMDB/PL/PFL | PT/PMDB/PFL | 1 |
| 34. | Curral de Cima | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 35. | Dona Inês | PT/PFL | PT/PFL | |
| 36. | Guarabira | PT/PSDB/PSC | PT/PSDB/PSC | |
| 37. | Igaracy | PT/PSDB/PSC/PMDB/PPS/PFL/PDT | PT/PSDB/PSC/PMDB/PPS/PFL/PDT | |
| 38. | Imaculada | PT/PSB/PMDB/PFL | PT/PSB/PMDB/PFL | 1 |
| 39. | Itabaiana | PT/PSDB/PPB/PDT/PSL/PL/PCdoB | PT/PL/PCdoB | 2 |
| 40. | Itaporanga | PT/PSB | PT/PSB | |
| 41. | Itapororoca | PT/PMDB/PPS/PFL | PT/PMDB/PPS/PFL | |

Alianças realizadas com o PT nos municípios da Paraíba (continuação)

| 2000 | | | | |
|------|------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| | <i>Município</i> | Majoritária | Proporcional | Nº de Vereadores eleitos (PT) |
| 42. | Jericó | PT/PSDB/PTB | PT/PSDB/PTB | |
| 43. | João Pessoa | PT/PCdoB | PT/PCdoB | 3 |
| 44. | Juazeirinho | PT/PSDB/PFL/PTB/PDT/PRN | PT/PSDB/PFL/PTB/PDT/PRN | |
| 45. | Livramento | PT/PSDB/PMDB | PT/PSDB/PMDB | |
| 46. | Logradouro | PT/PV/PTB/PFL | PT/PV/PTB/PFL | |
| 47. | Lucena | PT/PTB/PFL | PT/PTB/PFL | |

| | | | | |
|-----|-----------------------|----------------------------|----------------------|---|
| 48. | Malta | PT/PCdoB/PL/PST | PT/PCdoB/PL/PST | |
| 49. | Marcação | PT/PMDB/PPS/PSB | PT/PMDB/PPS/PSB | 1 |
| 50. | Mari | PT/PSDB/PL/PPS/PFL/PDT | PT/PSDB/PL/PPS/PDT | |
| 51. | Massaranduba | PT/PMDB/PSDB/PSL | PT/PMDB/PSDB/PSL | |
| 52. | Mogeyro | PT/PTB/PFL/PSDB/PV | PT/PTB/PFL/PSDB | 1 |
| 53. | Monte Horebe | Não coligou | PT/PPB/PFL/PDT | |
| 54. | Nova Floresta | Não coligou | PT/PFL/PSDB | 1 |
| 55. | Nova Palmeira | PT/PPS | PT/PPI | 2 |
| 56. | Passagem | PT/PMDB/PDT/PSB | PT/PMDB/PDT/PSB | |
| 57. | Patos | PT/PCdoB/PV/PPS/PHS | PT/PCdoB/PV/PPS/PHS | 1 |
| 58. | Pedra Branca | PT/PDT | PT/PDT | |
| 59. | Pedra Lavrada | PT/PSDB/PMDB/PFL/PPB | PT/PSDB/PMDB/PFL/PPB | 1 |
| 60. | Pedras de Fogo | PT/PPS | PT/PPS | |
| 61. | Piancó | PT/PSDB/PTB/PSB | PT/PSDB/PTB/PSB | |
| 62. | Picuí | PT/PSDB/PL/PPS/PFL | PT/PSDB/PL/PPS/PFL | |
| 63. | Pilar | PT/PPB | PT/PPB | 1 |
| 64. | Pilões | PT/PSDB/PMDB/PFL/PPS | PT/PSDB/PMDB/PFL/PPS | |
| 65. | Pilõezinhos | PT/PFL | PT/PFL | 1 |
| 66. | Pirpirituba | PT/PFL/PSDB/PTB/PST | PT/PSDB | 1 |
| 67. | Princesa Isabel | PT/PDT/PMDB | PT/PDT/PMDB | 1 |
| 68. | Quixaba | PT/PSDB/PFL | PT/PSDB/PFL | 1 |
| 69. | Remígio | PT/PSDB/PMDB/PL | PT/PSDB | 1 |
| 70. | Riachão do Poço | PT/PMDB | PT/PMDB | |
| 71. | Salgado de São Félix | PT/PDT | PT/PDT | 2 |
| 72. | Santa Helena | PT/PSD/PPB | PT/PSD/PPB | |
| 73. | Santa Luzia | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 74. | Santa Rita | PT/PPS | PT/PPS | 1 |
| 75. | São Vicente do Seridó | PT/PFL/PSDB/PV | PT/PSDB/PV | |
| 76. | Serra Branca | PT/PSB | PT/PSB | 2 |
| 77. | Serra da Raiz | PT/PDT | PT/PDT | 1 |
| 78. | Sobrado | PT/PMDB | PT/PMDB | 1 |
| 79. | Solânea | PT/PFL/PDT/PSB/PPB/PSL/PSC | PT/PDT/PSB/PSL | 1 |
| 80. | Soledade | PT/PV/PPS | PT/PV/PPS | |
| 81. | Sousa | PT/PMDB/PSDB/PPS | PT/PMDB/PSDB/PPS/PL | |
| 82. | Teixeira | PT/PMDB/PTB | PT/PMDB/PTB | 1 |
| 83. | Umbuzeiro | PT/PMDB/PTB | PT/PMDB/PTB | 1 |

Fonte: TRE/PB

Neste campo da política de alianças, concordamos com a afirmação do militante Francisco Isidoro, de que o PT na Paraíba passou de um extremo a outro: “Acho que saímos de um extremo ao outro [...]. Saímos de um extremo, onde se falar em aliança era motivo para se pedir comissão de ética para o companheiro [...] para outro extremo, que é a possibilidade de realizar alianças com qualquer proposta ou partido” (MELO NETO, 2002, p. 184).

Contudo, a política de alianças adotada, ainda é muito polêmica dentro do Partido.

Lideranças do mesmo avaliam de forma diferenciada. O presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, atribuiu o seu crescimento no Estado¹²⁸ à política de alianças, construída até mesmo com partidos conservadores e considerados de direita, a exemplo do PFL. O dirigente declarou que não tem vergonha em

¹²⁸ O PT/PB, em termos proporcionais, foi o partido que mais cresceu nas eleições municipais de 2000. Elegeu dois prefeitos, Cabedelo e Teixeira; cinco vice-prefeitos: Campina Grande, Pilõezinho, Salgado de São Félix, Areia e Remígio, e 53 vereadores.

citar o acordo com *peefelistas* em alguns municípios, em “que circunstancialmente era necessário. Fizemos alianças sim com partidos conservadores, mas em cima de um projeto político para o futuro” (FERREIRA, 2000, p. 4).

O ex-deputado Pe. Adelino, que migrou do Campo Socialista para o Campo Majoritário, afirmou que, em tese, é contra aliança com partidos de direita, mas,

Já no interior do Estado, a história é outra. A realidade é outra. Na eleição passada, eu fui a favor de aliança em alguns municípios até com a presença do PFL. Sem aquela aliança, nós não teríamos eleito nenhum vereador no interior, de modo especial, na região do Brejo (MELO NETO, 2002, p. 179).

Esta defesa de alianças com partidos conservadores, nas cidades pequenas do interior, tendo em vista as peculiaridades da política local, é feita até por militantes que sempre fecham com o Campo de Esquerda, como o professor Edgar Malagodi, ex-candidato a prefeito de Campina Grande:

Acho equivocada a imposição de um modelo de alianças partidárias para as cidades de cinco mil, dez mil habitantes, como as cidades do interior da Paraíba. Às vezes existe, na mesma família, uma pessoa que é do PFL, outra que é do PDT e outra do PT. Às vezes, a pessoa que é do PFL [...] é a mais honesta, mais respeitada pelo povo. Então acho que isso é impor uma categoria teórica numa realidade em que não se aplica essa categoria (MELO NETO, 2002, p. 135).

Mas a principal liderança da corrente interna Democracia Socialista, o deputado federal Avenzoar Arruda, continua achando que esta política de alianças não trouxe benefícios para o Partido:

[...] eu nunca vi um PFL progressista em nenhum lugar, quando você encontra às vezes um PFL metido à oposição é porque ele está brigando na disputa local e que na verdade é um reacionário disfarçado. O caso mais simbólico que eu vi, que eu denunciei, que eu lutei e que eu perdi dentro do PT foi o caso de Fagundes. Quando eu citava o exemplo de que era uma armadilha o PT fazer aliança com o PFL e Luiz Couto dizia, inclusive em tom agressivo, que era um absurdo eu não aceitar aquilo, uma vez que ele tinha documentos de que o cara depois de eleito prefeito passaria para o PT. E o que aconteceu foi que depois de eleito prefeito, ele não só não veio para o PT como levou os vereadores do PT para o PFL.¹²⁹

¹²⁹ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

Esta nova postura do PT na Paraíba, com relação a sua política de alianças, é realmente muito problemática, principalmente devido às implicações que ela podem trazer para a imagem do Partido diante da sociedade.

No Brasil, existe uma cultura política, amplamente introduzida no seio da sociedade, de que os partidos políticos não significam muita coisa, além de instrumento exigido por lei para quem deseja se candidatar a cargos públicos. O PT surge combatendo essa cultura. Então, no momento que o PT paraibano aprova uma resolução afirmando que não se deve considerar a sigla partidária na hora de fazer alianças¹³⁰ está, sem dúvida, reforçando essa cultura no seio da sociedade, ao mesmo tempo que fica exposto a críticas de que ele próprio é apenas mais uma legenda, igual as outras. Mas, ao mesmo tempo, tem razão o professor Edgar Malagodi, quando afirma que é complicado tentar impor uma categoria teórica em realidades onde elas não se aplicam. Realmente, em determinadas cidades do interior da Paraíba, e do Brasil, as siglas partidárias significam pouco para os políticos que a ela se filiam. Entretanto, mesmo essa tese estando correta, precisa ser relativizada, porque mesmo nestas pequenas cidades do interior, os políticos e seus seguidores entram em determinado partido, devido à afinidade com os grupos que estão no governo estadual ou se são oposição, aos partidos dos grupos que estão na oposição ao governo do momento. Mas, geralmente são ligados a grupos políticos tradicionais, sendo situação ou oposição e têm práticas, com raras exceções, destes políticos tradicionais. Quem realmente teria condições de avaliar estas exceções, seriam os Diretórios Municipais, mas em muitos casos, eles levam em consideração apenas o fato de um determinado grupo ser oposição ao prefeito e a possibilidade de eleger parlamentares numa possível coligação, sem levar em conta as resoluções e os princípios do Partido.

Uma das principais justificativas dos que defendem alianças amplas, inclusive com partidos de direita, principalmente em cidades do interior do Estado, é que sem elas o PT não elege parlamentares, e sem eles o Partido não cresce nestas cidades. Realmente, os números são favoráveis aos

¹³⁰ Esta resolução foi anulada pela Executiva Nacional, como vimos, porém na prática ela terminou se concretizando, já que o Partido tinha aprovado uma resolução no VII Encontro Nacional, em 1990, onde determinava respeito pelas realidades estaduais. Então, em nome deste princípio alianças fora do arco determinado pelo PT a nível estadual puderam ser realizadas.

defensores desta tese: a partir de 1996 quando essa política foi adotada, o número de vereadores eleitos teve um crescimento significativo, sendo a maioria deles eleitos em coligações fora do arco de alianças do PT.¹³¹

Então, de acordo com uma visão mais pragmática, essas alianças com partidos do campo conservador, podem ser consideradas positivas, porque aumentaram a bancada de parlamentares PT no interior do Estado, que com sua atuação nas respectivas Câmaras Municipais contribuíram tanto para o crescimento do Partido, quanto para uma nova prática política, em locais onde as condições para implantação de uma proposta política de esquerda são completamente adversas.¹³² No entanto, a adoção de uma política desse tipo pode trazer sérios prejuízos para uma cultura que o próprio PT buscou imprimir na sociedade brasileira, de que os partidos são instituições mais importantes do que lideranças individuais, que tem princípios, representam interesses diferentes, e que, portanto, para que haja uma aliança tem que existir um mínimo de pontos convergentes.

4.2.1 Coligação do PT com o PMDB de Campina Grande

Como vimos, o PT/PB mudou bastante sua política de alianças ao longo de sua trajetória, saindo de uma posição de repúdio total a qualquer coligação para uma posição de até admitir fazer alianças com os partidos tidos como de “direita” no espectro político paraibano e brasileiro. Todavia, até a eleição de

¹³¹ Essa maioria se dá quando se consideram as alianças com os partidos ditos de direita, como o PFL e o PPB, e partidos de centro, ou centro-esquerda, como o PMDB, PDT e o PSDB, que como já salientamos, apesar de em certas circunstâncias serem admitidos como aliados do PT a nível nacional, na Paraíba, devido às especificidades da política local, na maioria das vezes não são admitidos como aliados. Em 1996 o PT/PB elegeu 48 vereadores, sendo 11 sem nenhuma aliança, 7 em alianças com partidos de esquerda e 30 em alianças com os partidos acima referidos. Em 2000, o Partido elegeu 53 vereadores, sendo 5 sem alianças, 14 em alianças com partidos de esquerda e 34 em alianças com os partidos citados. Dessas alianças participaram outros partidos que no período analisado não faziam parte do campo de alianças do PT, como o PTB e o PL, no entanto são partidos poucos representativos no cenário político paraibano.

¹³² Em regiões ou áreas geográficas atrasadas economicamente, os partidos de esquerda tendem a ter dificuldades para atuar politicamente e, geralmente, tem fracos desempenhos eleitorais. Rodrigues (2002, p.162) ao analisar a distribuição dos deputados federais eleitos no Brasil em 1998, por partidos e regiões, chegou à seguinte conclusão: “... os partidos mais à direita tendem a obter melhores resultados nas regiões menos desenvolvidas; [...] os partidos de centro e de esquerda tendem a conseguir melhores resultados nas regiões mais desenvolvida”. Claro que existem exceções. O próprio autor, em sua análise, aponta o caso do PPB, que apesar de ser um partido de direita tem sempre um bom desempenho eleitoral em São Paulo, o Estado mais rico do Brasil.

1996, estas alianças foram feitas apenas em pequenos municípios do interior do Estado, tendo, portanto, uma repercussão externa ainda pequena, apesar de ser motivo de grandes divergências internas. Mas, nas eleições municipais de 2000, o PT paraibano fez sua mais polêmica aliança eleitoral, coligou-se com o PMDB em Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado, indicando o nome à vice-prefeita de Cássio Cunha Lima, este, candidato à reeleição e adversário histórico do Partido na cidade e no Estado.

A briga entre o PT de Campina Grande e o grupo Cunha Lima, que controla a administração pública na cidade desde 1983, quando Ronaldo Cunha Lima assumiu como prefeito eleito, foi uma constante. Em meados de 1989, o presidente do PT local, Jairo de Oliveira, foi condenado a sete meses de prisão, transformada em *sursis* por dois anos, no processo movido contra ele pelo ex-senador Ivandro Cunha Lima, por crime de calúnia. Jairo acusou Ivandro de ter eletrificado sua fazenda com recursos da Celb¹³³ e não conseguiu provar na Justiça. Posteriormente, quando Jairo de Oliveira foi condenado em 1ª Instância,¹³⁴ a Comissão Executiva Estadual do PT divulgou nota oficial denunciando à população os atos de prepotência, calúnia, perseguição política e abuso econômico e político do “clã Cunha Lima” contra o presidente do PT de Campina Grande, Jairo de Oliveira. Dizia a nota:

Entendemos que o objetivo maior dos Cunha Lima é calar e desacreditar a voz da oposição do PT junto à sociedade paraibana. O PT refuta esta prática anti-democrática dessa oligarquia que, há anos, encastelada no poder, nada fez para que a população da Paraíba tivesse acesso a uma vida mais digna, onde não faltassem o pão, a justiça, a saúde e a educação (JAIRO É ..., 1991, p. 3).

Durante uma greve dos servidores municipais de Campina Grande, a presidenta do Sintab – sindicato que representa os servidores municipais da região de Campina Grande – e militante do PT, Cozete Barbosa, e futura vice-prefeita de Campina Grande, na chapa de Cássio Cunha Lima, fez a seguinte declaração sobre a atuação do mesmo, como prefeito de Campina Grande: “Um prefeito tão jovem, que discursava pela modernidade, tem a mesma prática retrograda do prefeito de Queimadas, José Pereira, que é e age com

¹³³ Companhia de Eletrificação do município de Campina Grande, posteriormente privatizada.

¹³⁴ Jairo de Oliveira recorreu ao STF da referida sentença judicial, mas, no início de 1993, foi condenado.

um vaqueiro” (MOURA,; JOSÉ,. 1991, p. 12). Sobre o secretariado municipal, afirmara Cozete:

[...] há duas alas: primeiro, uma minoria, aqueles que se impõem pela competência, e segundo, aqueles que angariam prestígio junto ao prefeito pela bajulação e a forma vil como criticam a ação do Sindicato, e, sendo o prefeito um menino mimado, que gosta de quem puxa aquilo, este contingente de incompetentes se mantém no poder (MOURA,; JOSÉ,. 1991, p. 12).

O PT também acusou o grupo Cunha Lima de práticas clientelísticas. Na campanha de 1988 para a prefeitura, a Executiva do PT de Campina Grande denunciou o PMDB local, acusando-o de distribuir colchões e dinheiro com os eleitores da cidade, tentando obter em troca votos para o seu candidato a prefeito, o deputado federal Cássio Cunha Lima. Segundo a candidata a vereadora pelo PT, na época, a mesma Cozete Barbosa, “o cadastramento dos interessados em receber dinheiro e colchões vem sendo feito na casa de Renato Cunha Lima, tio de Cássio” (PMDB É ..., 1988, p. 6).

O PT/PB, além de fazer uma acirrada oposição ao governo de Ronaldo Cunha Lima, durante seu mandato de governador, propôs a renúncia do mesmo, após a tentativa de assassinato do ex-governador Tarcísio Burity, e pediu a apuração do crime e das denúncias que o motivaram:

O atentado promovido pelo Governador da Paraíba contra o Sr. Tarcísio Burity comprova que as elites oligárquicas do Estado começam a se desesperar diante dos desdobramentos que a CPI da corrupção vem desencadeando no país. [...] Cunha Lima sempre tratou os críticos do seu governo de forma intolerante e autoritária, patrocinando diversas ações penais e outras formas de intimidações, culminando, agora, com este gesto abominável (PT CONDENA ..., 1993, p. 5).

É claro, que diante desse histórico de oposição acirrada ao grupo Cunha Lima, tanto na cidade de Campina Grande e no Estado da Paraíba como um todo, fazer uma coligação com o referido grupo era complicado e polêmico para o PT, mesmo que o grupo fizesse parte de um partido, o PMDB, que estava dentro do campo de alianças do PT e diante da possibilidade de Cássio Cunha Lima deixar o governo municipal em 2002 para concorrer ao governo do Estado, deixando a prefeitura da cidade para a administração do PT.

As primeiras conversações entre o PT de Campina Grande e o grupo Cunha Lima, visando uma aliança para a eleição municipal, aconteceram em 1996, mas, naquela oportunidade, acabou não se concretizando. Na ocasião, os dirigentes do Partido na cidade, Cozete Barbosa e Jairo de Oliveira, conversaram com Cássio e discutiram uma possível aliança.

Tendo em vista as eleições de 2000, a imprensa paraibana informava que o PT/CG estava dividido em dois grupos básicos: os que aceitavam alianças com outros partidos, liderados pela vereadora Cozete Barbosa, para quem “Se mantivermos uma posição inflexível, sem abriremos perspectivas para novas alianças, nunca poderemos concretizar o sonho de chegar ao poder” (ALFREDO, 1999, p. 3). Ela defendia que o Partido discutisse, internamente, até mesmo um possível convite para integrar a chapa do prefeito, na época, Cássio Cunha Lima (PMDB). E outro grupo defendia uma candidatura autenticamente de esquerda, liderado pelo presidente da Executiva Municipal, Edgar Malagodi, que assim se pronunciou: “Não podemos descaracterizar o nosso discurso e nos levar pelo canto da sereia” (ALFREDO, 1999, p. 3). Tanto o deputado Vital Filho (PDT), candidato a prefeito, como o prefeito Cássio Cunha Lima (PMDB), candidato à reeleição, ofereceram o cargo de vice-prefeito ao PT.

Lideranças estaduais petistas, ligadas aos setores mais moderados do Partido, também defenderam uma possível aliança com o grupo Cunha Lima. O vice-presidente regional do PT, Walter Aguiar, defendeu que o PT devia abrir discussão com o prefeito de Campina Grande. No início de julho de 1999, ele confirmou as conversas do Partido com Cássio Cunha Lima.

Durante o Encontro Municipal do PT/CG, foi deliberado que o Partido continuaria contra uma política de aliança com o PMDB – “ronaldistas” ou “maranhistas” – e com o PDT, que apoiava o governador José Maranhão. Também foi reafirmada a oposição sistemática ao prefeito Cássio Cunha Lima, por considerar-se que sua política não avançava no que diz respeito à participação popular, apesar da iniciativa do Orçamento Participativo. O PT/CG, escolheu Edgar Malagodi e Arimatéia França como pré-candidatos a prefeito.

Mesmo após esta deliberação do Encontro Municipal de Campina Grande, o vereador pessoense Júlio Rafael continuou defendendo a aliança com o grupo Cunha Lima:

Nós defendemos que em Campina Grande, é possível articular uma alternativa de centro esquerda, que reúna a administração Cássio Cunha Lima com a esquerda, buscando construir as bases políticas para uma alternativa nas eleições de 2000, na campanha municipal, e 2002, na campanha nacional (BARBOSA, 1999b, p. 2).

Afirmou que Cássio tinha aprofundado algumas experiências democráticas como o orçamento participativo e os conselhos políticos e administrativos. Segundo Júlio Rafael, em João Pessoa isso não ocorria, por isso, “não há viabilidade de alianças com o centro e a esquerda deve lançar candidatos e buscar alianças com a sociedade” (BARBOSA, 1999b, p. 2). Já o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, disse que os possíveis entendimentos com o PMDB/CG estavam respaldados por resoluções dos diretórios estadual e nacional, quanto à política de alianças do Partido e apontou alguns pré-requisitos para que o PT pudesse fazer uma aliança com Cássio, em Campina Grande: um posicionamento de prefeito quanto ao governo FHC e Maranhão e quanto ao interesse de aprofundar a participação popular na elaboração do orçamento participativo e da bolsa-escola.

Diante desse quadro, onde setores do Partido continuaram defendendo uma possível aliança com o prefeito Cássio Cunha Lima, a direção municipal do PT/CG decidiu se reunir com o prefeito para discutir a possibilidade de aliança entre o PT e o PMDB, ocasião em que o prefeito Cássio Cunha Lima ofereceu a vaga de vice ao PT numa possível coligação entre os partidos para disputar a prefeitura da cidade. O presidente do PT/CG, Raimundo Cajá, disse, naquela oportunidade, que o PT/CG tinha uma pré-condição para fazer aliança com Cássio Cunha Lima (PMDB): o rompimento do grupo Cunha Lima com o presidente FHC. Caso contrário, não haveria possibilidade de coligação. Mas o prefeito Cássio Cunha Lima afirmou: “Não posso romper com FHC. Não posso colocar os interesses da cidade acima dos interesses eleitorais. Além do mais FHC muito tem ajudado Campina Grande” (MOURA, 2000b., p. 3). E completou: “Com o grau de dificuldade que eu hoje tenho com o Governo

Estadual, imagine só se romper também com o Governo Federal” (MOURA, 2000c., p. 3). Mesmo diante deste aparente impasse, onde um dos pré-requisitos para a aliança, imposto pelo PT, era o rompimento de Cássio com FHC, e este afirmando que não podia atendê-lo, as negociações continuaram.

Tentando resolver a questão da forma mais democrática possível, o PT/CG decidiu fazer um plebiscito interno para decidir se o Partido se coligava ou não com o PMDB/CG. Enquanto aguardava o resultado do plebiscito, o PT/CG decidiu dar continuidade às conversações com o prefeito Cássio Cunha Lima, inclusive, com o apoio da ala de Edgar Malagodi. Foi criada uma comissão para elaborar um documento com alguns pontos básicos para a coligação: o aprofundamento dos problemas sociais de Campina Grande, com a questão dos meninos de rua, transporte e a revitalização do centro da cidade; e o rompimento com o programa neoliberal de FHC.

Durante as discussões sobre a possível coligação, o presidente de honra do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, deu entrevista por telefone a uma rádio de Campina Grande, defendendo a coligação do Partido com o PMDB. Indagado se a composição não era contraditória por o PT sempre ter sido oposição aos Cunha Lima, ele disse: “importante neste momento é a certeza de que ao encabeçar uma chapa com o PMDB, nosso partido terá a oportunidade de avançar no que tange a uma proposta administrativa e social de governo no município” (MARCOS, 2000a., p. 3).

O professor Edgar Malagodi contestou, dizendo que Lula defendera a coligação do PT com o PMDB em Campina Grande, por estar por fora da realidade política campinense e teria emitido opinião com base na conjuntura nacional. Para Malagodi, o PT não vislumbrara nenhuma mudança no grupo Cunha Lima, depois de criticá-lo por 18 anos: “Se as práticas são as mesmas, não há motivo para uma coligação com o PMDB” (PRÁTICA ..., 2000, p. 5).

Outros dirigentes e parlamentares também se posicionaram sobre o assunto. O presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, defendeu a coligação do PT/CG com Cássio afirmando que tinha autorização do presidente nacional do PT, José Dirceu, para manter entendimentos com o PMDB do R. Já o deputado Ricardo Coutinho contestou: “Esta aliança em Campina fere a resolução do PT de ser contra quem apóia FHC como Cássio. Depois, não se

pode dar suporte a oligarquias que, há muito mandam na política do Estado” (MOURA, 2000a., p. 3). E aduziu: “Essa coligação, PT com Cássio, vai ferir todos os princípios éticos do partido e descaracterizá-lo totalmente, porque o papel do PT na política paraibana é aglutinar forças e construir um pólo alternativo de poder” (BARBOSA,; RODRIGUES, 2000, p. 3).

O deputado federal Avenzoar Arruda disse que o PT era oposição a Cunha Lima há 20 anos, lembrou a luta contra a privatização da Celb, contra os “trens da alegria” feitos pela prefeitura campinense e as tentativas de instalar CPIs para investigar corrupção no governo.

Tudo isso enfrentando o grupo da situação. Portanto, não faz sentido negar essa história em troca de uma aliança eventual. E o que é mais grave: o prefeito Cássio Cunha Lima é um apoiador de ‘carteirinha’ do governo FHC. E o PT não aceita alianças com quem apóie esse governo (AVENZOAR DIZ ..., 2000, p. 3).

A direção estadual do PT divulgou um manifesto, com 47 assinaturas, de dirigentes, parlamentares e vice-prefeitos, apoiando a coligação em Campina Grande (RODRIGUES, 2000e, p. 3). Assinaram, entre outros, a bancada de vereadores de João Pessoa, os ex-deputados Chico Lopes, Pe. Adelino, o deputado estadual Luiz Couto, o presidente estadual da CUT, Hamurabi Duarte, e os presidentes dos Diretórios Regional e Municipal de João Pessoa, respectivamente, Adalberto Fulgêncio e Walter Aguiar.

O resultado do plebiscito foi favorável à coligação com o PMDB: 63% dos filiados que participaram do mesmo votaram a favor. Em seguida, foi assinado pelos Diretórios do PMDB e PT de Campina e pelos candidatos a prefeito Cássio Cunha Lima e pela candidata a vice-prefeita Cozete Barbosa um protocolo de intenções para ser cumprido num possível futuro governo dos mesmos. Neste, eles se comprometiam a combater o neoliberalismo através de políticas públicas, que segundo o documento, já vinham sendo adotadas pelo prefeito Cássio Cunha Lima, candidato à reeleição, tais como: Orçamento Participativo, Programa Saúde da Família, Programa de Geração de Emprego e Renda, Programa Qualidade de Vida – Moradia Popular, Programa Chegou o Doutor e Programa Bolsa Escola, além de se empenharem na democratização do poder local.

Após o resultado do plebiscito, o presidente de honra do PT nacional, Luis Inácio Lula da Silva, disse que não via incoerência na aliança do PT com o PMDB em Campina Grande, pois o PMDB não estava fora do arco de alianças do PT. E que Cássio não romperia com FHC, “eminentemente em função da política local” (ALFREDO, 2000a, p. 3). Mas o secretário sindical do PT/CG, Sizenando Leal, entrou com um recurso pedindo a anulação da coligação, alegando os seguintes motivos:

Cássio Cunha Lima faz parte de uma oligarquia familiar que governa a nossa cidade desde 1983 quando o hoje senador Ronaldo Cunha Lima seu genitor tomou posse [...] durante todos esse anos, a Prefeitura do nosso município serviu de cabide de emprego e de instrumento de clientelismo das elites locais. Também faz parte deste esquema o senhor Cássio Cunha Lima e o ex-prefeito Félix Araújo cuja gestão foi alvo de várias denúncias de corrupção [...] o senhor Cássio Cunha Lima é o principal defensor dos interesses dos setores privilegiados de nossa cidade, dando concessão sem licitação à empresa de transportes coletivos e contratando empresa para coleta de lixo de forma suspeita [...] executa e apóia as políticas neoliberais em nosso município. Privatizou a Celb (ALFREDO, 2000b, p. 3).

No final de maio de 2000, a Comissão Executiva Nacional do PT julgou o recurso da dirigente partidária Zoraida Arruda, contra a decisão do Diretório Regional, que acatara a Resolução do Encontro Municipal em aprovar a coligação com o PMDB. A CEN deliberou por 9 votos favoráveis, 7 contra e 2 abstenções, aceitar a decisão do DR/PB. Zoraida Arruda recorreu da decisão do CEN ao DN. Este deliberou por 42 votos favoráveis, 22 votos contrários e nenhuma abstenção, por acatar a decisão do CEN e pelo indeferimento do recurso. Assim, a direção nacional do PT rejeitou o último recurso contra a aliança do PT com o PMDB em Campina Grande.

Mesmo após a formulação oficial da aliança, apoiada pela maioria do Partido, os conflitos continuaram durante a campanha entre candidatos petistas a vereador, que foram contra a referida aliança. A sindicalista Terezinha Cavalcanti, candidata a vereadora pelo PT/CG, entrou na Justiça contra a alteração no seu guia eleitoral de TV, produzido de forma independente. Ela acusou a produtora do guia de Cássio de alterar seu programa. Edgar Malagodi, candidato a vereador pelo PT/CG, conseguiu na Justiça Eleitoral tirar de seu guia eleitoral as alusões aos candidatos Cássio e Cozete. Disse ele,

“Sou do PT autêntico e não aceito me misturar com essa chapa” (ALFREDO, 2000b, p. 3). Outro candidato a vereador do PT/CG, Chicão, entrou com um pedido de liminar na Justiça Eleitoral, para aparecer no Guia Eleitoral de TV, acusando o presidente do PT/CG, Cajá, de estar boicotando seu programa em virtude do teor de seu discurso, que, segundo o presidente do Partido local vinha com críticas ao candidato Cássio Cunha Lima. Chicão também denunciou que a Coligação não permitia a produção de programas, em uma produtora independente, sendo os candidatos obrigados a gravar os programas de estúdio na produtora do candidato Cássio Cunha Lima e se sujeitarem a um programa onde o maior destaque era o nome do candidato a prefeito.

Cássio Cunha Lima foi reeleito com grande maioria de votos e o PT/CG elegeu Cozete Barbosa vice-prefeita. Porém, nas eleições proporcionais, o Partido teve um desempenho eleitoral inferior a 1996. Naquela eleição, a legenda petista superou 15 mil votos. Em 2000, teve em torno de 11 mil votos, apesar do eleitorado ter aumentado 14%. O Partido, a exemplo de 1996, elegeu um vereador, dessa vez, o sindicalista Antônio Pereira.

Realmente, uma coligação entre o PT de Campina Grande e o grupo Cunha Lima não poderia deixar de ser polêmica, devido à histórica oposição que o Partido fez a esse grupo, tanto a nível municipal quanto a nível estadual, quando Ronaldo Cunha Lima, a maior liderança do grupo, foi governador do Estado. No entanto, a decisão do Partido de realizar a coligação não pode ser acusada de antidemocrática, pois a decisão foi aprovada pela grande maioria dos filiados do PT da cidade, que participaram do referido plebiscito. Na verdade, ela representa tanto as mudanças que ocorreram no PT/PB ao longo de sua trajetória e a leitura que o Campo Majoritário, composto pelas correntes internas, Articulação e Democracia Radical, faziam da política paraibana naquele momento, como vimos, quanto uma tentativa do grupo Cunha Lima de procurar uma alternativa, no campo mais progressista da política estadual, para futuras alianças visando o governo do Estado em 2002, após o rompimento do mesmo com o grupo do governador José Maranhão.¹³⁵

¹³⁵ Entretanto, as coisas não aconteceram como estavam previstas, pois Cássio Cunha Lima e a grande maioria de seu grupo, inclusive seu pai o senador Ronaldo Cunha Lima, terminaram se filiando ao PSDB e apoiando a candidatura de José Serra para Presidente da República, o que inviabilizou o apoio do PT/PB

5 O PT E AS ELEIÇÕES: A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS E O DESEMPENHO ELEITORAL¹³⁶

5.1 As eleições estaduais de 1982 a 1998

Diante da volta das eleições diretas para governador, em 1982, o PT passa a ser questionado, por setores da oposição, sobre qual sua posição neste pleito. No início de 1982, o senador Ivandro Cunha Lima (PMDB) se pronunciou, em um programa de rádio, afirmando que, se o PT continuasse nesse posicionamento de candidatura própria, estaria simplesmente fazendo o jogo do governo. O presidente do PT/PB, Eliezer Gomes, rebateu essas afirmações:

Gostaria de deixar claro que não é jamais o PT que deve ser o maior medo do PMDB, pois antes de existirmos, o PMDB teve 18 anos para fazer a política de salvação que promete hoje. Portanto é bom que fique claro que o Partido dos Trabalhadores continuará fazendo seu trabalho junto aos de baixo, aos trabalhadores urbanos e rurais sem se preocupar com a existência de um ou dois partidos (PRESIDENTE DO PT REBATE ..., 1982, p. 3).

a sua candidatura a governador em 2002. O PT terminou lançando candidato próprio a governador e no 2º turno apoiou Roberto Paulino, o candidato do ex-governador José Maranhão, a quem fez oposição durante seus dois mandatos de governador, já que este, diante do fato do grupo Cunha Lima está apoiando o candidato do PSDB, José Serra, resolveu apoiar Lula, já no 1º turno da eleição para Presidente República.

¹³⁶ Não é nossa intenção neste capítulo fazer uma narrativa e uma análise de todo processo eleitoral paraibano, no período que nos propomos estudar, mas tão somente, pretendemos verificar a construção das candidaturas petistas e como elas se relacionaram com as outras forças políticas existentes no Estado, além do desempenho eleitoral do PT. Nosso objetivo é observar as mudanças que foram se dando no Partido, ao longo de sua trajetória, com relação a estas forças políticas, além de possíveis dificuldades no desempenho eleitoral do PT no Estado, devido a seus problemas internos e elementos da política paraibana. Portanto, não nos deteremos, de forma mais detalhada, na construção das candidaturas dos outros partidos políticos que disputaram pleitos no Estado, neste período.

Diante da impossibilidade de analisarmos a construção das candidaturas petistas em cada município do Estado, optamos por trabalhar apenas as eleições estaduais, ou seja, para governadores, senadores e deputados estaduais e federais, que englobam todo o Estado e as municipais de João Pessoa, devido à maior projeção do Partido na referida cidade.

Em janeiro de 1982, o PT/PB realizou um Encontro Estadual, para escolher seu candidato a governador, sendo escolhido o Dr. Titi, médico da cidade de Souza, apoiado pelos setores do Partido ligados às dissidências do PC e setores da Igreja, em disputa com José Calistrato, ex-presos político de Itamaracá, apoiado pelos setores trotskistas do Partido. O bancário Derly Pereira foi escolhido como candidato a vice. Mas, segundo ele, após esta decisão do Encontro Estadual,

[...] ficou o problema, para sustentar a campanha. Quem estava aqui [João Pessoa] era eu [...]. Então a imprensa corre atrás dos candidatos do PT e o outro lá em Souza, e eu aqui passei a ser o porta-voz da candidatura do PT, [...]. A gente fez uma outra reunião, um outro Encontro Estadual em Souza e lá o Titi coloca que não tinha a menor condição de assumir a candidatura para governador, que tinha a limitação da ausência dele aqui, estava fora do foco, não podia se deslocar para cá para assumir uma campanha aqui e que a coisa se dava mesmo era na capital, [...]. Aí eu saio candidato, e Zé Olimpio vice. Zé Olimpio era vigia da fábrica de Marcondes Gadelha, era o vigia lá da usina dos Gadelha.¹³⁷

Então, nesse novo Encontro, realizado em março de 1982, o PT/PB escolheu seus candidatos definitivos. O bancário Derly Pereira foi o escolhido para disputar o governo do Estado, tendo o camponês/vigia José Olimpio como vice. Em julho de 1982, o PT/PB realizou sua convenção oficial e confirmou os nomes de seus candidatos para disputarem o governo do Estado e o senado, indicando cinco candidatos para deputado federal e nove para deputado estadual. Também lançou candidatos a prefeito e/ou vereadores nas 35 cidades onde havia diretórios. O Partido fez uma campanha enfrentando muitas dificuldades financeiras. No final de setembro, a imprensa divulgou que, por falta de dinheiro, o PT/PB ainda não tinha veiculado, pelo rádio e televisão, a publicidade eleitoral de seus candidatos e que os petistas estavam se cotizando a fim de conseguir recursos para divulgar a propaganda.

Diante da polêmica levantada pelos políticos do PMDB e da própria Igreja sobre a questão do voto útil para derrotar os candidatos da ditadura, às vésperas das eleições de 1982, um grupo de jornalistas, artistas e profissionais liberais do Estado publicam uma nota na imprensa, paga com seus próprios recursos, defendendo o voto no PT, e afirmando que o “voto útil” era aquele

¹³⁷ Entrevista concedida ao autor, em março de 2002.

dado aos candidatos comprometidos com os trabalhadores. E concluem: “Não apoiamos os ‘menos ruins’. Na Paraíba estamos apoiando a proposta do único que é bom: o PT” (OPTAMOS ..., 1982, p. 6). Assinaram a nota, entre outros, Carlos Aranha, Walter Galvão, Agnaldo Almeida, Jomard Muniz de Brito, Chico César, Pedro Osmar, Pedro Nunes e Silvio Osias.

Além do PMDB, a tese do “voto útil” acabou sendo adotada também pela Igreja na Paraíba. O arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires aderiu à tese do “voto útil” e divulgou uma Carta Pastoral da Igreja onde afirmava:

[...] Embora a Igreja não possa ligar-se a um Partido Político, os cristãos devem fazer uma opção consciente, colocando o interesse do povo acima de qualquer consideração. Trata-se de um julgamento prático para ser feito por cada um depois de se informar devidamente. Esse julgamento é o resultado de respostas às seguintes perguntas:

a) qual o partido que apresenta maior garantia de orientar a política para o bem do povo?

b) este Partido tem condições, agora, de vencer as eleições?

Falo em Partidos, não em candidatos, porque, infelizmente, a lei eleitoral não nos permite escolher os melhores dos diversos partidos: temos que votar num Partido só, sem misturar candidatos de partidos diferentes.

Falei em Partidos com condições de vencer as eleições. Cada um pergunte a sua consciência: O que é melhor para a minha Pátria: votar num Partido que considero o melhor, mas não tem condições de vencer? Ou votar em outro que eu sei que não é o melhor, mas também não me parece o pior? Devo apoiar com meu voto o menos ruim ou ficar firme no melhor, sabendo que, com isto, favoreço o que considero pior? Essa escolha cada um deve fazer livremente, conscientemente“ (PIRES, 1992 apud MELLO 2000, p. 133-134).

Além disso, as eleições de 1982, na Paraíba, foram marcadas pelo violento e abusivo uso da máquina estatal em apoio ao candidato do Governo.

Além do aspecto da utilização indiscriminada da máquina estatal em benefício do partido oficial, um outro elemento indicativo dos limites ao processo de democratização consistiu na manipulação eleitoral das massas populares e na reintrodução de práticas clientelísticas, consubstanciado, sobretudo, no populismo *braguiста*, desenvolvido em um momento que a conquista do voto popular readquiriria uma profunda importância política (CITTADINO, 1999, p. 128-29).

Diante dessa conjuntura que ensejava a tese do “voto útil”, o voto vinculado e o uso da máquina por parte do partido governista, o PT/PB teve uma pequena votação no Estado, como, praticamente, em todo o Brasil.

Resultados das Eleições

| 1982 | | | | |
|-------------------|-------|------------------------------------|-----------|------------|
| GOVERNO DO ESTADO | | | | |
| PARTIDO | SIGLA | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 11 | PDS | Wilson Leite Braga (eleito) | 509.855 | 52,88% |
| 15 | PMDB | Antonio Marques Silva Mariz | 358.146 | 37,14% |
| 13 | PT | Francisco Derly Pereira | 3.918 | 0,41% |
| | | Votos nominais | 871.919 | 90,42% |
| | | Votos brancos | 70.291 | 7,29% |
| | | Votos válidos | 942.210 | 97,71% |
| | | Votos nulos | 22.042 | 2,29% |
| | | Votos apurados | 964.252 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 964.252 | 75,59% |
| | | Abstenção | 311.361 | 24,41% |
| | | Eleitorado | 1.275.613 | 100,00% |
| SENADO FEDERAL | | | | |
| PARTIDO | SIGLA | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 11 | PDS | Marcondes Iran B. Gadelha (eleito) | 321.917 | 33,39% |
| 15 | PMDB | Pedro Moreno Gondim | 257.429 | 26,70% |
| 11 | PDS | Amir Gaudêncio de Queiroz | 132.231 | 13,71% |
| 15 | PMDB | Ney Robinson Suassuna | 78.722 | 8,16% |
| 11 | PDS | Olavo Nóbrega de Souza | 55.548 | 5,76% |
| 15 | PMDB | Djacir Cavalcanti de Arruda | 6.559 | 0,68% |
| 13 | PT | Idalmo da Silva | 3.730 | 0,39% |
| | | Votos nominais | 856.136 | 88,79% |
| | | Votos brancos | 78.951 | 8,19% |
| | | Votos válidos | 935.087 | 96,98% |
| | | Votos nulos | 29.165 | 3,02% |
| | | Votos apurados = Comparecimento | 964.252 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Percentual de Votação dos Partidos nas Eleições Proporcionais

| 1982 | | | |
|----------------|------------------------------------|---------|------------|
| CÂMARA FEDERAL | | | |
| PARTIDO | SIGLA | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 11 | PDS (Elegeu 7 deputados federais) | 501.554 | 52,01% |
| 15 | PMDB (Elegeu 5 deputados federais) | 330.676 | 34,29% |
| 13 | PT | 3.578 | 0,37% |
| | Votos brancos | 87.205 | 9,04% |
| | Votos válidos | 923.013 | 95,72% |
| | Votos nulos | 41.239 | 4,28% |
| | Comparecimento | 964.252 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

| 1982 | | | |
|------------------------|--------------------------------------|---------|------------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | | |
| PARTIDO | SIGLA | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 11 | PDS (Elegeu 22 deputados estaduais) | 492.457 | 51,07% |
| 15 | PMDB (Elegeu 14 deputados estaduais) | 323.547 | 33,55% |
| 13 | PT | 3.580 | 0,37% |
| | Votos brancos | 90.590 | 9,39% |
| | Votos válidos | 910.174 | 94,39% |
| | Votos nulos | 54.078 | 5,61% |
| | Comparecimento | 964.252 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Segundo Vieira, o PT/PB teve uma votação muito baixa porque, além de todas as suas deficiências organizativas, apresentou grandes debilidades, ao nível de sua capacidade política de levar a sua mensagem partidária às massas. Segundo ele:

A realidade tinha demonstrado que o partido ainda tinha uma inserção no movimento social do Estado, bastante débil que, ainda havia uma visão esquerdista, em vários militantes, que aparecia como 'antieleitoreira', de que não considerava correta a importância da luta eleitoral, da luta parlamentar. Havia ainda uma estrutura partidária primária, incapaz de enfrentar grandes disputas, como foram as eleições daquele ano (VIEIRA, 1986, p. 118).

Em 1986, aconteceu uma nova disputa eleitoral para governador do Estado, senadores e deputados. No âmbito do PT/PB, concorreram na escolha do candidato a governador os professores Carlos Alberto Dantas e Chico Lopes. O primeiro venceu por uma margem bastante pequena de votos, 33 a 31. O estivador Severino Guilherme da Silva foi escolhido candidato a vice-governador. Para o senado, o Partido lançou Alberto Amaral, operário da construção civil e Antônio Batista, trabalhador rural, além de 14 candidatos a deputado federal e 32 a deputado estadual. Mais uma vez, uma chapa partidária, sem coligações.

O candidato do PT ao governo do Estado, Carlos Alberto, disse que sua campanha seria centralizada na reforma agrária, Constituinte, trabalho e justiça social. Segundo ele, "o PT defende uma reforma agrária, onde os trabalhadores possam escolher suas terras. Se for o caso até de ter que invadi-las, nós apoiaremos" (CANDIDATO ..., 1986, p. 3). Também falou da necessidade de se combater a discriminação contra a mulher e o negro e que

se caminhasse para uma sociedade com propostas concretas de socialismo. Afirmou, finalmente, que seu governo iria criar uma secretaria especial para tratar da Reforma Agrária e fazer uma estatização gradativa dos meios de transportes públicos.

O candidato a deputado estadual, Agamenon Vieira, destacou que ainda existia, por parte das oligarquias, o clientelismo e a compra de votos cuja alta influência junto ao eleitorado persistia. Denunciou a compra de votos no interior do Estado, tanto pela Coligação encabeçada pelo PDS quanto pela do PMDB. Segundo ele:

[...] num País e num Estado onde a necessidade imediata das pessoas é um prato de comida, é difícil para um pequeno partido como o PT, cujos candidatos não dispõem de recursos nenhum, não para distribuir com a população, prática que jamais adotaremos, mas pelo menos para dispor de condições de levar nossas idéias, nossas propostas para o povo (CANDIDATO DO PT ..., 1986, p. 3).

O candidato a deputado federal pelo PT, Derly Pereira, também denunciou a compra de votos pelos políticos:

[...] todas as vezes que nos aproximamos de alguns eleitores para pedir voto, eles já questionam logo quanto ganhará em troca ou exigem, pelo menos uma promessa de emprego para depois das eleições. Essa, infelizmente, é a realidade de uma grande parte do eleitorado. Esse é um comportamento registrado ao longo dos anos a partir de uma política de clientelismo pelos políticos e oligarquias poderosas (DERLY AFIRMA QUE ..., 1986, p. 2).

Apesar das denúncias de uso da máquina por parte do Governo do Estado, em prol de seu candidato, da compra de votos pelas duas Coligações, do uso eleitoreiro do Plano Cruzado, existia um clima de otimismo nas hostes do PT/PB sobre o resultado das eleições. O candidato do PT ao governo do Estado, Carlos Alberto Dantas, previa que, apesar do abuso do poder econômico registrado ao longo da campanha, o eleitor paraibano poderia “trair”, nas urnas, os “coronéis” e as oligarquias políticas que levaram a Paraíba ao caos social e à miséria econômica. Mas os resultados das eleições, mais uma vez, não foram favoráveis.

Resultados das Eleições

| 1986 | | | | |
|-------------------|---------------------|---|-----------|------------|
| GOVERNO DO ESTADO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/ PMDB | PMDB/PCdoB/PCB/PSB | Tarcísio de Miranda Burity (eleito) | 755.625 | 54,58% |
| 25/ PFL | PDS/PFL/PTB/PDC/PMB | Marcondes Iran Benevides Gadelha | 459.589 | 33,20% |
| 13/ PT | Não coligou | Carlos Alberto Dantas Bezerra | 18.097 | 1,31% |
| | | Votos nominais | 1.233.311 | 89,09% |
| | | Votos brancos | 112.701 | 8,14% |
| | | Votos válidos | 1.346.012 | 97,23% |
| | | Votos nulos | 38.337 | 2,77% |
| | | Votos apurados | 1.384.349 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 1.384.349 | 94,54% |
| | | Abstenção | 79.989 | 5,46% |
| | | Eleitorado | 1.464.338 | 100,00% |
| SENADO FEDERAL | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PCdoB/PCB/PSB | Raimundo Lira (eleito) | 615.533 | 22,23% |
| 15/PMDB | PMDB/PCdoB/PCB/PSB | Humberto Coutinho de Lucena (eleito) | 607.266 | 21,93% |
| 11/PDS | PDS/PFL/PMB/PTB | Wilson Leite Braga | 388.878 | 14,05% |
| 11/PDS | PDS/PFL/PMB/PTB | Maurício Brasilino Leite | 267.111 | 9,65% |
| 11/PDS | PDS/PFL/PMB/PTB | João Bosco Braga Barreto | 40.723 | 1,47% |
| 22/PL | Não coligou | Durval Ferreira da Silva Filho | 33.547 | 1,21% |
| 13/PT | Não coligou | Alberto do Amaral | 28.539 | 1,03% |
| 13/PT | Não coligou | Antonio Batista de Sousa | 27.118 | 0,98% |
| 22/PL | Não coligou | José Guedes | 20.398 | 0,74% |
| 11/PDS | PDS/PFL/PMB/PTB | Otávio Pires Lacerda | 13.265 | 0,48% |
| 17/PSC | Não coligou | João José Nouri | 11.126 | 0,40% |
| | | Votos nominais | 2.053.504 | 74,17% |
| | | Votos brancos | 602.067 | 21,75% |
| | | Votos válidos | 2.655.571 | 95,91% |
| | | Votos nulos | 113.127 | 4,09% |
| | | Votos apurados = 2 x Comparecimento (*) | 2.768.698 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

(*) A quantidade de votos apurados é o dobro do comparecimento, porque nesta eleição, os eleitores votavam em dois senadores.

Percentual de Votação dos Partidos nas Eleições Proporcionais

| 1986 | | | |
|------------------------|--|-----------|------------|
| CÂMARA FEDERAL | | | |
| PARTIDO | SIGLA | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PCdoB/PCB (Elegeu 7 deputados federais) | 457.174 | 33,02% |
| 25/PFL | PFL/PDS/PDC/PMB (Elegeu 4 deputados federais) | 305.347 | 22,06% |
| 11/PDS | PFL/PDS/PDC/PMB (Elegeu 1 deputado federal) | 66.827 | 4,83% |
| 13/PT | Não coligou | 24.519 | 1,77% |
| 26/PMB | PFL/PDS/PDC/PMB | 10.700 | 0,77% |
| 22/PL | Não coligou | 9.536 | 0,69% |
| 12/PDT | Não coligou | 2.297 | 0,17% |
| 40/PSB | Não coligou | 2.292 | 0,17% |
| 14/PTB | Não coligou | 1.831 | 0,13% |
| 17/PDC | PFL/PDS/PDC/PMB | 142 | 0,01% |
| | Votos brancos | 443.014 | 32,87% |
| | Votos válidos | 1.323.679 | 95,62% |
| | Votos nulos | 60.670 | 4,38% |
| | Votos apurados = comparecimento | 1.384.349 | 100,00% |
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PCdoB/PCB (Elegeu 16 deputados estaduais) | 399.542 | 28,86% |
| 25/PFL | PFL/PDS/PDC/PMB (Elegeu 10 deputados estaduais) | 225.386 | 16,28% |
| 11/PDS | PFL/PDS/PDC/PMB (Elegeu 9 deputados estaduais) | 214.263 | 15,48% |
| 13/PT | Não coligou | 27.125 | 1,96% |
| 22/PL | Não coligou | 14.777 | 1,07% |
| 14/PTB | Não coligou | 14.781 | 1,07% |
| 23/PCB | PMDB/PCdoB/PCB/PSB | 6.921 | 0,50% |
| 12/PDT | Não coligou | 3.932 | 0,28% |
| 40/PSB | Não coligou | 2.494 | 0,18% |
| 17/PDC | PFL/PDS/PDC/PMB | 541 | 0,04% |
| | Votos brancos | 407.190 | 29,41% |
| | Votos válidos | 1.316.952 | 95,13% |
| | Votos nulos | 67.397 | 4,87% |
| | Votos apurados = comparecimento | 1.384.349 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Visando à disputa das eleições de 1990, em março deste ano, o PT/PB começou a discutir a possibilidade do ex-deputado paraibano na década de cinquenta e sessenta, cassado pelo regime militar, José Joffily, e que estava afastado do Estado há alguns anos, ser o candidato a governador por uma Frente de Esquerda formada pelo PT, PSDB, PCB, PC do B e PSB. Mas, no Encontro

Municipal do PT de João Pessoa, a indicação de José Joffily foi derrotada pela da sindicalista Cozete Barbosa, por 106 votos a 72. Outro pretense candidato, o professor universitário Silvio Frank Allem, do Departamento de História da UFPB, abdicou de sua candidatura, devido à oposição do movimento feminista no âmbito do Partido. José Joffily foi apoiado por parte da tendência Articulação e Cozete Barbosa, pelas tendências Convergência Socialista, O Trabalho, Causa Operária, Democracia Socialista – DS, Vertente Socialista e Rumo ao Socialismo. Este ainda não era o fórum definitivo para a escolha do candidato a governador, mas a derrota no maior diretório municipal do PT no Estado desestimulou a candidatura de Joffily.

Posteriormente, foi lançado o nome do médico Genival Veloso, do PT, para candidato a governador pela Frente de Esquerda. Na convenção do Partido, ele derrotou Cozete Barbosa, por 94 votos a 43. Emilia Correia Lima, do PCB, foi indicada como candidata a vice-governadora e Paulo Araújo, do PSB, foi indicado para disputar o senado. A Frente Paraíba Popular era composta pelo PT, PCB, PSB e PC do B. Assim, pela primeira vez, o PT da Paraíba fazia uma coligação para disputar as eleições para governador do Estado.

O PT na Paraíba entrou nesta campanha muito otimista devido ao bom desempenho de Lula no Estado, na campanha presidencial do ano anterior. Mas nas eleições locais a realidade mostrou-se bastante diferente; a campanha logo polarizou entre as candidaturas do PMDB, Ronaldo Cunha Lima e Wilson Braga, do PDT. A candidatura de Genival Veloso não decolou.

Resultados das Eleições

| 1990 | | | | |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-----------|------------|
| GOVERNO DO ESTADO - 1º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 12 / PDT | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | Wilson Leite Braga | 498.763 | 33,64% |
| 15 / PMDB | PMDB/PSDB/PST | Ronaldo J. da Cunha Lima (eleito) | 462.562 | 31,20% |
| 11 / PDS | PRN/PDS | João Agripino de Vasconcelos Maia | 137.487 | 9,27% |
| 13 / PT | PC do B/PT/PSB/PCB | Genival Veloso de Franca | 44.719 | 3,02% |
| 17 / PDC | Não coligou | João Juracy Palhano Freire | 6.494 | 0,44% |
| | | Votos nominais | 1.150.025 | 77,58% |
| | | Votos brancos | 202.478 | 13,66% |
| | | Votos válidos | 1.352.503 | 91,23% |
| | | Votos nulos | 129.946 | 8,77% |
| | | Votos apurados | 1.482.449 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 1.482.449 | 81,86% |
| | | Abstenção | 328.547 | 18,14% |
| | | Eleitorado | 1.810.996 | 100,00% |
| SENADO FEDERAL | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15 / PMDB | PMDB/PSDB/PST | Antonio M. da S. Mariz (eleito) | 490.376 | 33,08% |
| 12 / PDT | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | Marcondes Iran Benevides Gadelha | 296.278 | 19,99% |
| 11 / PDS | PRN/PDS | Joacil de Brito Pereira | 60.706 | 4,09% |
| 40 / PSB | PCDOB/PT/PSB/PCB | Paulo de Araújo Neto | 29.511 | 1,99% |
| 17 / PDC | Não coligou | Francisco Asfora | 16.615 | 1,12% |
| | | Votos nominais | 893.486 | 60,27% |
| | | Votos brancos | 469.352 | 31,66% |
| | | Votos válidos | 1.362.838 | 91,93% |
| | | Votos nulos | 119.611 | 8,07% |
| | | Votos apurados = Comparecimento | 1.482.449 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Percentual de Votação dos Partidos nas Eleições Proporcionais

| 1990 | | | |
|------------------------|---|-----------|------------|
| CÂMARA FEDERAL | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PSDB/PST (Elegeram 4 deputados federais) | 220.150 | 14,85% |
| 12/PDT | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL (Elegeram 3 deputados federais) | 172.114 | 11,61% |
| 25/PFL | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL (Elegeram 3 deputados federais) | 166.296 | 11,22% |
| 11/PDS | PRN/PDS (Elegeram 2 deputados federais) | 123.073 | 8,30% |
| 13/PT | PCDOB/PT/PSB/PCB | 23.917 | 1,61% |
| 45/PSDB | PMDB/PSDB/PST | 17.628 | 1,19% |
| 20/PSC | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 6.454 | 0,44% |
| 65/PCdoB | PCDOB/PT/PSB/PCB | 4.096 | 0,28% |
| 14/PTB | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 3.007 | 0,20% |
| 52/PST | PMDB/PSDB/PST | 1.667 | 0,11% |
| 23/PCB | PCDOB/PT/PSB/PCB | 1.638 | 0,11% |
| 22/PL | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 1.401 | 0,09% |
| 28/PTR | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 975 | 0,07% |
| 40/PSB | PCDOB/PT/PSB/PCB | 552 | 0,04% |
| 17/PDC | Não coligou | 37 | 0,00% |
| | Votos nominais sem a votação nas respectivas legendas | 743.005 | 50,12% |
| | Votos de legenda (de todos os partidos juntos) | 60.453 | 4,08% |
| | Votos brancos | 527.734 | 35,60% |
| | Votos válidos | 1.331.192 | 89,80% |
| | Votos nulos | 151.257 | 10,20% |
| | Votos apurados = comparecimento | 1.482.449 | 100,00% |
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 11/PDS | PRN/PDS (Elegeram 9 deputados estaduais) | 228.647 | 15,424% |
| 12/PDT | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL (Elegeram 8 deputados estaduais) | 216.949 | 14,635% |
| 15/PMDB | PMDB/PSDB/PST (Elegeram 8 deputados estaduais) | 178.249 | 12,024% |
| 25/PFL | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL (Elegeram 9 deputados estaduais) | 150.352 | 10,142% |
| 13/PT | PCDOB/PT/PSB/PCB (Elegeram 1 deputado estadual) | 39.566 | 2,669% |
| 45/PSDB | PMDB/PSDB/PST | 18.562 | 1,252% |
| 22/PL | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 9.121 | 0,615% |
| 14/PTB | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 9.113 | 0,615% |
| 65/PCdoB | PCDOB/PT/PSB/PCB (Elegeram 1 deputado estadual) | 4.570 | 0,308% |
| 23/PCB | PCDOB/PT/PSB/PCB | 2.306 | 0,156% |
| 28/PTR | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 1.377 | 0,093% |
| 52/PST | PMDB/PSDB/PST | 1.305 | 0,088% |
| 40/PSB | PCDOB/PT/PSB/PCB | 776 | 0,052% |
| 20/PSC | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | 519 | 0,035% |
| 17/PDC | Não coligou | 13 | 0,001% |
| | Votos nominais sem a votação nas respectivas legendas | 861.425 | 58,108% |
| | Votos de legenda (de todos os partidos juntos) | 45.276 | 3,054% |
| | Votos brancos | 428.253 | 28,888% |
| | Votos válidos | 1.334.954 | 90,051% |
| | Votos nulos | 147.495 | 9,949% |

| | | | |
|---------------|---------------------------------|-----------|----------|
| Fonte: TRE-PB | Votos apurados = comparecimento | 1.482.449 | 100,000% |
|---------------|---------------------------------|-----------|----------|

A Frente elegeu dois deputados estaduais, Chico Lopes, do próprio PT, e Simão Almeida do PC do B. Assim, o Partido elege o seu primeiro deputado estadual na Paraíba. Porém não conseguiu nenhum deputado federal.

Terminado o 1º turno, a Frente Paraíba Popular abriu as discussões sobre sua posição no 2º turno das eleições. Genival Veloso, derrotado no 1º turno, afirmou que a questão seria discutida no Fórum da Frente, como um todo, para que este assumisse uma atitude comum em relação aos dois candidatos que iriam concorrer no 2º turno. Mas os partidos da Frente tomaram posições de forma isolada. Enquanto o PCB e o PC do B resolveram apoiar a candidatura de Ronaldo Cunha Lima, do PMDB, o PSB liberou sua militância e o PT resolveu realizar um plebiscito com seus filiados para definir sua posição, entre três alternativas: voto nulo, voto em branco e apoio crítico a Ronaldo Cunha Lima (PMDB). O apoio ao outro candidato, Wilson Braga (PFL), foi descartado. O plebiscito definiu-se pelo voto nulo ou branco. Ronaldo Cunha Lima (PMDB) foi eleito, derrotando Wilson Braga (PFL).

Resultado da Eleição

| 1990 | | | | |
|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|-----------|------------|
| GOVERNO DO ESTADO - 2º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15 / PMDB | PMDB/PSDB/PST | Ronaldo José da Cunha Lima (eleito) | 704.148 | 50,19% |
| 12 / PDT | PFL/PSC/PDT/PTB/PMN/PSD/PTR/PL | Wilson Leite Braga | 571.595 | 40,74% |
| | | Votos nominais | 1.275.743 | 50,19% |
| | | Votos brancos | 31.412 | 2,24% |
| | | Votos válidos | 1.307.155 | 52,43% |
| | | Votos nulos | 95.893 | 6,83% |
| | | Votos apurados | 1.403.048 | 59,26% |
| | | Comparecimento | 1.403.048 | 77,47% |
| | | Abstenção | 407.948 | 22,53% |
| | | Eleitorado | 1.810.996 | 100,00% |

Fonte: TRE/PB

A discussão sobre o possível candidato do PT ao governo do Estado da Paraíba, nas eleições de 1994 - que tinha a peculiaridade de ser uma eleição

casada, ou seja, iria se escolher Presidente da República, governadores dos estados, senadores, deputados federais e deputados estaduais - se inicia ao final de agosto de 1993. Esta discussão iria gerar uma polêmica dentro do PT/PB, com os setores do Partido ligado à Articulação defendendo a candidatura do deputado Chico Lopes para governador e os setores da esquerda, especificamente a Democracia Socialista, corrente da qual fazia parte o deputado, defendendo que ele devia ser candidato à reeleição. O vereador Avenzoar Arruda alegou que Anísio Maia e Júlio Rafael estavam querendo lançar a candidatura de Chico Lopes ao governo do Estado prevendo que ele não ganharia e, assim, se afastaria do mandato, dificultando que ele disputasse a prefeitura de João Pessoa em 1996. Denunciou que a intenção dos dois dirigentes era de que o PT não apresentasse candidaturas próprias em 94, formando alianças com o PSDB e o PMDB. “Por isso que eles estão insistindo tanto na candidatura do deputado Chico Lopes, para que ele de última hora manifeste o seu desinteresse e o Partido não tenha outras opções de candidaturas para apresentar aos eleitores no próximo ano” (VEREADOR ..., p. 1993, p. 2). O presidente regional do PT, Anísio Maia, rebateu essas acusações, afirmando: “Nós decidimos escolher o candidato majoritário para disputar a eleição do próximo ano através de consulta às bases municipais e 90% dessas bases querem a candidatura de Chico Lopes” (ANÍSIO MAIA INSISTE ..., p. 1993, p. 4). Para ele, isso não seria “queimação” política da carreira do deputado, mas sim um crescimento de seu nome.

Esta discussão sobre a possível indicação do deputado Chico Lopes para disputar o Governo do Estado pelo PT gerou uma grande polêmica pela imprensa, entre os membros do Partido, a partir de um artigo do colunista Wellington Farias, do jornal **O Norte**, que acusou de “conspiradores” os que defendiam a candidatura de Chico Lopes. Primeiro, Júlio Rafael, um dos defensores desta candidatura, escreveu uma carta para o colunista, rebatendo as acusações. Iniciava sua resposta citando uma passagem de uma resolução do 8º Encontro Nacional do PT sobre os “notáveis”¹³⁸ do Partido e disse:

¹³⁸ A resolução referida é a seguinte: “O novo núcleo dirigente deve estar fundado em cinco compromissos:
[...]

Cabe ao PT, não só no discurso, [mas] na sua prática política efetiva romper com a cultura personalista dos “notáveis” (coronéis?) de utilizarem os partidos como mero trampolim eleitoral de interesses privados ou de grupos. É mais do que legítimo qualquer filiado postular a indicação para disputar a prefeitura de João Pessoa em 1996, só que está meio fora de hora. Ou não? Eu acho que sim. É justo, e politicamente correto, deixar o PT refém da estratégia de um deputado no ano que vamos ter eleições gerais no País? – eu acho que não (RAFAEL, 1993a, p. 3).

Na seqüência, citava o artigo de Clovis Rossi, na **Folha de São Paulo**, questionando se Lula levaria os candidatos nos estados para cima ou estes o arrastariam para baixo. E continuava:

Esta é a discussão substantiva a fazer, quando nós sabemos que é no Nordeste a maior vantagem de Lula, nas pesquisas eleitorais, sobre seus adversários. O PT pode correr o risco de ter uma chapa majoritária com pouca expressão política e social, em 1994, que puxe a candidatura de Lula para baixo? Eu acho que não. É isto que quero discutir com a base partidária e com aqueles partidos que o PT venha coligar. Para tanto não necessito conspirar, e nem ficar subordinado aos interesses daqueles que só pensam nos seus mandatos e nos seus salários (RAFAEL, 1993a, p. 3).

Prosseguindo a polêmica, o vereador Avenzoar Arruda enviou uma carta para a coluna de Wellington Farias, com o objetivo de responder a Júlio Rafael, esclarecendo que a resolução do 8º Encontro Nacional, citada por Júlio Rafael, fora aprovada contra o voto da tendência de Júlio. Assim disse Avenzoar Arruda:

Júlio Rafael não tem legitimidade para usar as resoluções do 8º Encontro Nacional contra a maioria que as aprovou. Quanto à disputa local, Júlio Rafael confessa o que havíamos denunciado. Ele avalia que o PT na Paraíba não é viável¹³⁹ e, portanto deve ser apenas uma carta para se atrair apoio à candidatura de Lula Presidente. Com esse

e) a renovação do contrato ético e democrático entre os militantes – de modo que a democracia interna e a valorização das instâncias suplantem a diluição dos centros paralelos de poder, evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em notáveis, por força da militância, fazem de tudo para ser mais que os outros”. (RESOLUÇÕES ..., 1998, p. 563).

¹³⁹ Ele se refere a um artigo de Júlio Rafael, publicado no jornal **O Norte**, onde este afirmou que o PT ainda é um partido frágil eleitoralmente, treze anos após sua criação. Neste artigo, ele faz uma avaliação da força eleitoral dos principais partidos políticos com atuação na Paraíba, a partir da votação obtida por estes nas eleições municipais de 1992, chegando à seguinte conclusão sobre o PT: “Está claramente configurado que é, pelo menos aqui na Paraíba, um partido de feições claramente urbana. 75,77% de seus votos vêm de João Pessoa e Campina Grande, onde consegue média de 18,47% dos votos, quatro vezes mais que a média estadual. No resto do Estado tem um desempenho eleitoral insignificante, onde consegue a façanha de, nos municípios de 5.000 a 10.000 eleitores, perder para o PSB” (RAFAEL, 1993b, p. 5).

raciocínio, defender Chico Lopes para governador, é querer queimá-lo de forma irreversível para as futuras disputas partidárias (ARRUDA, 1993, p. 2).

O ex-presidente do Diretório Municipal de João Pessoa, Luiz de Sousa Júnior, também entrou no debate. Escreveu artigo rebatendo críticas de Francisco Linhares, membro da Executiva Regional, que insinuara, em artigo no jornal **O Norte**, ser oportunista e coronelística a disposição de Chico Lopes de ser candidato à reeleição. Segundo Júnior, os adversários de Chico Lopes trabalham em duas frentes: primeiro, insistem na indicação de Chico para governador, pois isso abriria uma vaga na Assembléia Legislativa; segundo, se ele não aceitar, apostam num desgaste do mesmo.

Diante dessa polêmica para a escolha do candidato do PT ao governo do Estado, o jornalista Rubens Nóbrega defendeu, em sua coluna no jornal **O Norte**, o nome da ex-prefeita de São Paulo e, na época, Ministra da Administração do governo Itamar Franco, a paraibana Luiza Erundina, para candidata a governadora do Estado, pelo PT. Em seguida, começou a ganhar força um movimento suprapartidário neste sentido. Mas a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, desistiu definitivamente de ser candidata em meados de julho de 1993.

Dessa forma, se retorna à discussão sobre a possível candidatura do deputado Chico Lopes. Contudo, ele descartou a possibilidade de disputar o governo do Estado na eleição de 1994, pois entendia que era mais vantagem para o fortalecimento do Partido que seu nome fosse indicado para disputar a reeleição, já que poderia garantir a eleição de outros representantes. Tentando pôr fim a esta discussão, distribuiu uma carta aberta aos filiados, militantes e simpatizantes do Partido (LOPES QUESTIONA ..., 1993, P. 2) em que dizia haver integrantes do PT usando de má fé quando lançavam seu nome para disputar o governo do Estado. Segundo o deputado, sua reeleição para a Assembléia Legislativa não se contrapunha à estratégia do PT de enraizar-se na sociedade paraibana:

Pelo contrário, ela fortalece essa estratégia pelo menos no plano institucional, com a possibilidade de ampliarmos a bancada petista, de darmos mais ressonância à luta popular e, principalmente, aos servidores públicos, preparando o partido para as próximas disputas (CHICO DIZ ..., 1993, p. 3).

Disse que, com sua decisão de não se candidatar, não estava desrespeitando ou infringindo nenhuma norma interna do Partido, na medida em que era um direito do filiado, e não uma obrigação, muito menos uma imposição, ser candidato a cargos eletivos. Atribuiu à esquerda autoritária conceber essa idéia de que o militante só tem deveres e não direitos. Também afirmou que seu projeto político pessoal não se antagonizava com nenhum projeto político do PT, lembrando que Erundina também recusara o convite do Diretório Regional do PT para ser candidata ao governo na Paraíba, por entender que era melhor para o Partido ela candidatar-se à Câmara Federal. Diante dessa polêmica, o Diretório Estadual do PT deliberou que os nomes que iriam participar da chapa majoritária do Partido, para as eleições de 1994, só poderiam ser divulgados quando as pessoas fossem consultadas e aceitassem a indicação.

O Encontro Extraordinário do PT/PB, realizado em novembro de 1993, escolheu três pré-candidatos ao governo do Estado: Mário Silveira, que havia entrado recentemente do PT, vindo do PMDB, Avenzoar Arruda e Jairo de Oliveira. Ficou definido que o candidato seria escolhido numa prévia, após uma série de debates em várias cidades do Estado. Em meados de janeiro de 1994, o PT/PB realizou a prévia entre os três pré-candidatos. O candidato escolhido na prévia foi Mário Silveira, com mais de 52% dos votos.

Mas, em meados de março de 1994, com a possibilidade de o senador Antônio Mariz ser o candidato a governador pelo PMDB, em substituição ao senador Humberto Lucena, nome até então mais cotado, foram feitas várias especulações na imprensa sobre uma possível aliança deste partido com o PT, para apoiar a candidatura do senador, apesar do PT já ter escolhido Mário Silveira, seu candidato. O presidente regional petista, Anísio Maia, divulgou uma nota oficial do Partido afirmando que os petistas que defendiam uma composição haviam condicionado qualquer entendimento neste sentido ao rompimento do senador com o PMDB (PETISTAS SE REÚNEM ..., 1994, p. 2). Como Mariz se recusara a tomar esta atitude, estaria afastada qualquer possibilidade de acordo.

No entanto, o senador Antônio Mariz, ao ser escolhido o candidato do PMDB ao governo do Estado, continuou alimentando a possibilidade de fazer uma aliança com o PT no Estado da Paraíba. Disse que pretendia deixar a questão do vice para ser negociada com uma aliança com a esquerda e admitiu votar em Lula no 2º turno. Segundo ele: “Nós já votamos em Lula, eu e o governador Ronaldo Cunha Lima. Na eleição passada, chegamos até a fazer comícios em Campina Grande em favor do candidato do PT” (MARIZ QUER ..., 1994, p. 3).

Após esta declaração de Mariz, o PT/PB emitiu nota oficial cobrando do senador esclarecimentos sobre seu possível apoio a Lula (PT COBRA ESCLARECIMENTOS ..., 1994, p. 2). E também detalhes sobre seu programa de governo, um posicionamento sobre o governo de Ronaldo Cunha Lima (PMDB) e sobre a política de alianças, se direcionada para partidos de esquerda ou para o PPB e PFL. A nota, assinada pelo presidente do Partido, Anísio Maia, e pelo secretário geral, Avenzoar Arruda, estabelecia uma ponte para uma possível aliança entre o PT e o PMDB. Em seguida, a Executiva Estadual do PT se reuniu com o senador Antônio Mariz, que convidou os petistas para fazerem parte de seu governo, mas estes disseram ao senador que o Partido continuava fazendo oposição ao governador Ronaldo Cunha Lima (PMDB) e que este era o maior complicador nesta discussão sobre alianças com o PMDB na Paraíba. O presidente regional do PT, Anísio Maia, disse que iria manter aberto o debate público com o mesmo.

O diálogo entre o PT/PB e o senador Antônio Mariz (PMDB), acerca da sucessão estadual, continuou. Mas o presidente regional do PT, Anísio Maia, disse que as decisões só seriam tomadas após consultas às bases. Segundo nota divulgada pelo Partido:

Pelo fato de sermos um partido democrático admitimos como salutar a existência de opiniões divergentes entre nós, desde que respeitadas as deliberações oficiais. No caso da sucessão paraibana, não poderá ser diferente. Desta forma só no nosso Encontro Estadual de 9 e 10 de abril é que deliberaremos sobre o assunto adotando uma posição oficial (ACORDO ..., 1994, p. 3).

A nota também afirmava que a Executiva do Partido estava autorizada a prosseguir o diálogo com Mariz, desde que respeitado o seguinte critério: o

diálogo deveria ser o mais público possível, de modo que a opinião pública e os filiados acompanhassem o conteúdo e o andamento das conversações. O Partido impôs algumas condições para concretizar a aliança:

Para o PT, é fundamental o apoio do Senador a Lula logo no primeiro turno das eleições, já que o nosso objetivo maior é constituir uma frente política de apoio ao Governo Democrático e Popular; o PT se mantém em oposição à Administração do Sr. Ronaldo Cunha Lima e cobra do Senador uma avaliação neste sentido (ACORDO ..., 1994, p. 3).

Durante Encontro Estadual do PT, realizado entre os dias nove e dez de abril de 1994, que iria oficializar Mário Silveira seu candidato a governador do Estado, este enviou uma carta comunicando sua renúncia à candidatura, em caráter irrevogável.¹⁴⁰ Ele afirmou na referida carta: “Espero que meu gesto venha contribuir para o fortalecimento da candidatura do companheiro Lula no Estado da Paraíba” (MÁRIO RENUNCIA ..., 1994, p. 3). O vereador Avenzoar Arruda, segundo colocado na prévia do Partido, foi escolhido o novo candidato. Durante o Encontro, foi feito um acordo entre o presidente do PT, Anísio Maia, e membros da tendência Articulação, com o candidato Avenzoar Arruda, no sentido de que sua candidatura podia ser revista, caso Mariz declarasse apoio à candidatura de Lula. Segundo Avenzoar:

[...] nós concordávamos com isso: Mariz declarando apoio à Lula, é claro que não tinha sentido, não tinha razão de ser nossa candidatura. Isso aí nós tínhamos acordo. Agora era um ato posterior da declaração de Mariz, não era um ato anterior [...]. Terminado o Encontro, eu candidato a governador, fomos procurar Mariz [...], dizendo exatamente que nós tínhamos problemas com o governo de Ronaldo [...]. Mas tudo isso nós aceitávamos, desde que Mariz evidentemente declarasse que iria apoiar Lula [...]. Mariz sempre respondeu com muitas dubiedades [...]. Por outro lado, o outro compromisso era de que não houvesse, digamos assim, a rifa da candidatura, sem que Mariz declarasse absolutamente nada.¹⁴¹

¹⁴⁰ Quando Mário Silveira foi escolhido candidato a governador pelo PT, nas prévias realizadas pelo Partido, o nome mais cotado para ser candidato pelo seu ex-partido, o PMDB, era o do senador Humberto Lucena, mas com a escolha do senador Antônio Mariz, houve uma mudança na conjuntura, tanto por setores do PT passarem a defender uma possível aliança com Mariz, quanto porque o próprio Silveira perdeu o ímpeto por sua candidatura devido às relações de amizade e proximidade político-ideológica entre ambos.

¹⁴¹ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

Após a escolha do novo candidato a governador, a Comissão Executiva Nacional do PT decidiu que o PT na Paraíba devia continuar as negociações com outros partidos e líderes que apoiassem Lula, mas devia manter a candidatura majoritária do Partido no Estado. Diante desta resolução da Executiva Nacional, o Comitê Eleitoral Provisório elaborou uma nota, onde afirmava:

Com essa resolução fica consolidada a nossa candidatura ao governo do Estado e agora vamos trabalhar para que outros candidatos ao governo do Estado também defendam a candidatura Lula para presidente. No caso específico do senador Antônio Mariz seu silêncio vem sendo entendido como um apoio velado a Orestes Quércia – o que é lamentável, mas vamos continuar pressionando para que setores progressistas do PMDB apóiem Lula (DECISÃO ..., 1994, p. 3).

A nota também dizia que o Comitê resolvera agilizar a formação da Frente Paraíba Popular com o PSB, PC do B e PSTU.

Mesmo com essa resolução, o PT/PB continuou negociando uma aliança com Mariz. O PT reivindicava que Mariz fizesse um pronunciamento público dizendo sua opinião sobre a composição. Contudo, ele não se pronunciou publicamente sobre a aliança. Assim, a Comissão Executiva Estadual do PT distribuiu nota oficial, (PT COBRA ..., 1994, p. 3) confirmando a suspensão dos entendimentos que vinha mantendo com o mesmo e sinalizando que o PT somente renovaria os entendimentos se Mariz declarasse publicamente seu apoio a Lula. O PT se manteria em oposição ao governo estadual e não aceitaria apoiar para o senado Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena; não aceitaria, tampouco, palanque “paralelo” e entendimentos buscando ambigüidade em termos de disputa eleitoral, considerando ser o apoio a Lula incompatível com qualquer participação nas campanhas das candidaturas presidenciais do PMDB. A candidatura do PT ao governo do Estado seria mantida e o seu candidato, Avenzoar Arruda, foi autorizado a manter entendimentos com as forças políticas do campo de alianças e com a própria sociedade, buscando a formulação de um programa de governo alternativo. O PT não iria participar de reuniões para discutir programa de governo com o

PMDB, por este não ter respondido, publicamente, os questionamentos do PT sobre o apoio a Lula no 1º turno e a avaliação sobre o governo Cunha Lima.

Dois dias após esta nota, a imprensa informou que a Executiva Nacional do PT iria tentar agendar uma reunião entre o senador Antônio Mariz com a participação de Lula e a delegação paraibana que iria ao Encontro Nacional, com o objetivo de retomar as negociações visando uma aliança. O presidente regional do PT, Anísio Maia, disse que havia discordância no PT sobre a forma como haviam sido suspensas as negociações e que o PT não descartara, de forma definitiva, um possível apoio ao Senador. Maia esclareceu que existiam dificuldades internas dos dois lados.

Diante da polêmica, a Executiva Regional do PT resolveu dar um prazo até o dia oito de maio para que o senador Antônio Mariz (PMDB) apresentasse publicamente as propostas de aliança entre os dois partidos, a fim de que as negociações fossem reabertas. E que, se até esta data, nada fosse feito, o PT homologaria sua chapa, com Avenzoar Arruda candidato a governador.

Na sua convenção realizada no início de maio de 1994, o PT/PB decidiu homologar a Frente Paraíba Popular, formada pelo PT, PSB, PC do B e PSTU e a candidatura de Avenzoar Arruda ao governo do Estado. Mas setores do PT ainda continuaram conversando com o candidato do PMDB, senador Antônio Mariz, tentando uma aliança. A imprensa informou que o PT, a nível nacional, continuava dialogando com o senador Antônio Mariz (PMDB), visando uma aliança. E que, na Paraíba, integrantes desses dois partidos disseram que os canais nunca foram fechados.

A chapa majoritária da Frente Paraíba Popular foi definida, tendo Avenzoar Arruda (PT) como candidato a governador; Antônio Cariri (PSB) como vice e Joaquim Neto (PT) e Francis Zenaide (PC do B) como candidatos a senadores.

Após essa definição da chapa majoritária da Frente Paraíba Popular, o candidato do PMDB ao governo do Estado disse que a renegociação com o PT, para o apoio ao seu nome, poderia ser reaberta a qualquer momento. Júlio Rafael defendeu a imediata retomada das negociações, para que fosse assegurada a vitória no 1º turno para Lula e Mariz. Defendeu, ainda, o entendimento apenas entre as candidaturas majoritárias: “Não haveria uma

coligação, mas apenas uma aliança entre os dois candidatos majoritários. Nós teríamos nossos candidatos ao Senado Federal, sem haver qualquer ligação com as demais candidaturas do PMDB” (PETISTAS ADIMITEM ..., 1994, 3). Neste caso, Avenzoar Arruda abriria mão de sua candidatura. O presidente regional do PT, Anísio Maia, na ocasião, disse que, se o senador Antônio Mariz afirmasse o apoio a Lula no 1º turno, o Partido retiraria a candidatura de Avenzoar Arruda e passaria a apoiá-lo. E distribuiu uma nota (CANDIDATURA ..., 1994, p. 3) dizendo que a prioridade era a campanha de Lula citando os casos da Bahia e Rio Grande do Norte, onde o Diretório Nacional interviera para ampliar a candidatura de Lula. No entanto, Avenzoar Arruda distribuiu nota oficial (AVENZOAR GARANTE ..., p. 3) dizendo que não renunciaria à sua candidatura ao governo do Estado, mesmo que Mariz ou Lúcia Braga declarassem seu apoio a Lula no 1º turno. Os vereadores CBS, Ricardo Coutinho e o deputado Chico Lopes fizeram declaração de apoio à candidatura de Avenzoar.

Diante deste clima, a direção estadual do PT decidiu se reunir para discutir a situação.

Os diretórios de Serra Branca e Sousa apresentaram um pedido de punição para dirigentes do Partido que continuavam defendendo o apoio a Mariz. Na reunião, decidiu-se manter a candidatura de Avenzoar Arruda e afastar a hipótese de acordo com o PMDB. Dos 21 participantes 19 votaram nesta proposta. Também foi aprovada uma resolução que, além de manter a candidatura de Avenzoar, advertia os filiados do PT para que não mantivessem entendimentos com candidatos a governador de outros partidos e também não fizessem declarações públicas em favor de candidaturas extra-partidárias. Mas o presidente regional do PT, Anísio Maia, disse que esta reunião terminou sem deliberação oficial por falta de quorum, pois, segundo ele, no momento da votação estavam presentes 20 diretorianos quando seriam necessários 23. No entanto, disse que alguns acordos haviam sido fechados, mesmo sem ser em forma de deliberação, entre eles: qualquer negociação com o senador Mariz só seria feita através da Executiva Nacional; um comportamento ético dos petistas, que devem se restringir a discutir publicamente questões políticas e nunca pessoais; seria mantida a candidatura de Avenzoar Arruda; os pedidos

de expulsão não seriam analisados e, finalmente, condenaram-se retaliações entre membros do Partido.

Em meados de junho de 1994, o senador Antônio Mariz, candidato a governador pelo PMDB, voltou a manifestar interesse numa aliança com o PT estadual: “De fato demonstramos interesse numa composição política com o PT, uma vez que isso traduziria a participação de um partido progressista com componentes populares na aliança” (MARIZ INSISTE ... 1994, p. 3). Por sua vez, o candidato a Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, disse num programa de rádio que estava disposto a conversar com o senador Antônio Mariz (PMDB) se este tornasse público o voto a seu favor, para presidente. Disse Lula: “O companheiro Avenzoar Arruda, inclusive, sabe disso porque já conversou comigo” (LULA QUER ..., 1994, p.3). Já o presidente regional do PT, Anísio Maia, voltou a se manifestar, dizendo que o Partido estava apenas esperando uma definição de Mariz, sobre o apoio a Lula no 1º turno, para retirar a candidatura de Avenzoar Arruda. Segundo ele, a Executiva Nacional avaliava que a queda do desempenho de Lula, onde o PT tinha uma ampla aliança, fora pequena. Em virtude dessa avaliação, havia um consenso dentro do Partido em retirar as candidaturas próprias que não estivessem obtendo êxito e formar uma ampla aliança com outros partidos. Este era o caso da Paraíba.

No início de agosto de 1994, a candidatura de Avenzoar Arruda, que já enfrentava problemas internos de seu partido, passava a ter dificuldades também no âmbito da Frente Paraíba Popular. O candidato a vice-governador Antônio Cariri (PSB) oficializou seu afastamento da campanha para apoiar o candidato do PMDB, Antônio Mariz. O Fórum Político da Frente Paraíba Popular se reuniu para discutir a decisão do PSB de apoiar Mariz e definiu a substituição do vice Antônio Cariri. Na reunião, decidiu-se dar um prazo para que o PSB apresentasse a carta-renúncia do vice Antônio Cariri na chapa de Avenzoar Arruda. Cinco candidatos do PSB a cargos proporcionais estiveram presentes à reunião e redigiram um documento repudiando a postura de Antônio Cariri e do presidente estadual do Partido, José Agrício. Mas o PSB, que desejava forçar a renúncia de Avenzoar Arruda ao governo do Estado deliberou que não iria retirar a candidatura do seu vice, Antônio Cariri, mesmo

após este haver declarado apoio à candidatura de Mariz. Segundo o presidente do PSB, José Agrício, com a renúncia de Avenzoar, os entendimentos entre Mariz e Lula se tornariam mais fáceis: “A nossa avaliação é que Avenzoar tira voto de Lula. Nós queremos que ele tenha bom senso e renuncie” (PSB VAI ..., 1994, p. 3). Avenzoar Arruda apelou para a seriedade e ética do PSB e disse que esperava que Antônio Cariri renunciasse a vice. A Executiva do PSB divulgou nota oficial onde reafirmou a posição de apoiar Mariz, mas não oficializou a renúncia de Antônio Cariri a vice de Avenzoar Arruda (PSB ENTREGA ..., 1994, p 3).

Após este fato, a direção do PT/PB elaborou um documento, pedindo a renúncia de Avenzoar Arruda e defendendo o retorno do processo de negociação com Mariz. O presidente regional do PT, Anísio Maia, disse que a candidatura de Avenzoar estava prejudicando a campanha de Lula no Estado e que existia uma orientação do Diretório Nacional para manter o diálogo com Mariz. O documento afirma que a candidatura de Avenzoar, “não representa mais a vontade da maioria dos filiados e a militância partidária. Muito menos da base social petista e da candidatura Lula” (PRESIDENTE ..., 1994, p. 3). Segundo Anísio Maia, em depoimento posterior aos fatos, existia uma pressão da direção nacional para que fosse feita essa aliança com Mariz, além de que parte da direção estadual também considerava correta a tese da aliança com o candidato do PMDB, segundo ele:

A pressão do Diretório Nacional existia e o meu empenho em conquistar o apoio de Mariz era em função disso. Nós fizemos várias reuniões com membros do Diretório Nacional aqui na Paraíba junto com Mariz, aliás, toda reunião que nós fazíamos com Mariz eram reuniões oficiais da Direção Estadual com a Nacional. Então a Direção Nacional achava que era estratégico o apoio de Mariz a Lula, porque iria criar uma situação inusitada. Eu também concordo [...]. Então existia uma pressão muito grande da Nacional e que nós aqui compartilhávamos, é por isso que nós insistimos. Muita gente dizia que a gente tava contra a orientação do Estado. Mas não; a gente seguiu a orientação do Diretório Nacional que era superior à Estadual, mas não era obedecendo ordem não, porque também nós concordávamos com isso; era estratégico o apoio de Mariz a Lula. Mariz chegou a admitir o apoio a Lula, não efetivou esse apoio porque havia uma oposição muito grande dentro do PT e eles recuaram. Mas eu me lembro que naquela época nós fizemos reunião, eu particularmente fiz, como presidente do Partido, com 15 deputados do PMDB. Nós reunimos, eles foram para a reunião discutir com a gente e se prontificaram em apoiar a Lula, inclusive

entre eles tinha até Gilvan Freire, que era deputado estadual na época, que terminou sendo o único que continuou apoiando Lula. Os demais, lógico, debandaram, para apoiar Fernando Henrique. Mas havia um movimento muito favorável, só que toda vez que a gente fazia um acordo com Mariz, a gente era bombardeado no outro lado por Avenzoar e o pessoal que apoiava ele, agredindo politicamente Mariz, criando toda dificuldade e tal, então eles recuavam. Ficava naquela história, Mariz dizia: se Avenzoar disser que me apóia eu apoio Lula, aí o Avenzoar dizia: se Mariz disser que apóia Lula eu apóio, então ficava... Mariz na verdade era meio vacilante mesmo, precisava alguém do PT dizer: não, nós vamos apoiar, tal, tal. Não houve isso, porque na verdade não ia haver, ia ser uma divergência política grande, mas tudo que a gente fez foi orientado pela Direção Nacional, inclusive com a participação de membros da Direção Nacional em quase todas as reuniões que a gente se reunia com Mariz e o *staff* do PMDB [...]. Nós tivemos um momento histórico que eu não sei, eu tenho até uma dúvida se era verdade ou não que nessa história da gente criticar Ronaldo e tal. Ronaldo Cunha Lima teve numa determinada reunião e nessa reunião ele ligou para Humberto Lucena e voltou com uma proposta para gente: *faço uma proposta para resolver a parada. Mariz governador e o PT indica o vice e os dois senadores são do PMDB*. Aí a gente disse: eu faço uma contraproposta: Mariz governador, o PT indica o vice e os dois senadores do PMDB, mas a gente lança os nossos dois do PT. O acordo que a gente faz é que a gente tem uma relação de, digamos assim, de não acusar o PMDB na campanha. Aí eles disseram: *É, pode ser, vamos discutir*. Ficamos de discutir isso no PT e o PT não aceitou. Talvez o PT tivesse tido o governador da Paraíba nessa ocasião, mas isso existiu de fato, de verdade [...]. Aí o PT bombardeou essa idéia, na verdade era muito difícil, o PT não tinha condição de assumir isso, não tava amadurecido para essa oportunidade, mas isso foi uma proposta de Ronaldo Cunha Lima e eu acho que foi séria, porque ele ligou para Humberto e tal.¹⁴²

Diante do impasse, a secretária de Organização do PT/PB convidou um representante da Executiva Nacional para discutir a campanha de Lula em nível nacional e a conjuntura estadual. Eles queriam definir uma posição em relação aos posicionamentos individuais de Anísio Maia e em relação à coordenação da campanha de Lula que, no entendimento de vários diretórios municipais, não atendia às expectativas e às necessidades que a campanha requeria. O candidato do PT ao governo do Estado, Avenzoar Arruda, solicitou um membro do Comitê Nacional em João Pessoa para se posicionar sobre sua candidatura. Diante destas solicitações, a Executiva Nacional do PT enviou a Paraíba, Luís Eduardo Greenhalgh, para discutir o assunto. Este dirigente fez uma reunião com Mariz, e este decidiu que não iria declarar o apoio a Lula. Pois, segundo ele, se tornara inviável uma aliança entre os dois partidos no

¹⁴² Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

Estado, devido às agressões de Avenzoar Arruda ao PMDB. No final de setembro, Mariz anunciou seu apoio ao candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. A direção nacional do PT decidiu que não iria intervir na candidatura de Avenzoar, que apesar de toda resistência interna foi mantida. O percentual de votos obtido por sua candidatura foi fundamental para garantir um 2º turno no Estado.

Resultados das Eleições

| 1994 | | | | |
|------------------------------------|--------------------------|---|-----------|------------|
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO ESTADO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | %APURADOS |
| 45/PSDB | PSDB/PTB/PFL | Fernando Henrique Cardoso (eleito) | 761.876 | 47,04% |
| 13/PT | PT/PSTU/PPS/PSB/PV/PCdoB | Luiz Inácio Lula da Silva | 311.142 | 19,21% |
| 15/PMDB | PMDB/PSP | Oestes Quércia | 56.407 | 3,48% |
| 56PRONA | Não coligou | Enéas Ferreira Carneiro | 44.088 | 2,72% |
| 12/PDT | Não coligou | Leonel Moura Brizola | 15.985 | 0,99% |
| 11/PPR | Não coligou | Esperidião Amin Helou Filho | 8.285 | 0,51% |
| 36/PRN | Não coligou | Carlos Antonio Gomes | 6.883 | 0,42% |
| 20/PSC | Não coligou | Hernani Goulart Fortuna | 3.741 | 0,23% |
| | | Votos nominais | 1.208.407 | 74,61% |
| | | Votos brancos | 219.564 | 13,56% |
| | | Votos válidos | 1.427.971 | 88,17% |
| | | Votos nulos | 191.678 | 11,83% |
| | | Votos apurados | 1.619.649 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 1.619.649 | 77,44% |
| | | Abstenção | 471.857 | 22,56% |
| | | Eleitorado | 2.091.506 | 100,00% |
| GOVERNO DO ESTADO – 1º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/ PMDB | PMDB/PSC/PPS/PP/PRP/PSDB | Antonio Marques da Silva Mariz | 525.395 | 32,44% |
| 12/ PDT | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | Antonia Lúcia Navarro Braga | 489.066 | 30,20% |
| 13/ PT | PT/PSB/PC do B/PSTU/PV | José Avenzoar Arruda das Neves | 73.989 | 4,57% |
| 11/ PPR | (Não coligou) | Francisco Evangelista de Freitas | 24.541 | 1,52% |
| 33/ PMN | (Não coligou) | Djacy Lima de Oliveira | 14.611 | 0,90% |
| | | Votos nominais | 1.127.602 | 69,62% |
| | | Votos brancos | 357.027 | 22,04% |
| | | Votos válidos | 1.484.629 | 91,66% |
| | | Votos nulos | 135.020 | 8,34% |
| | | Votos apurados | 1.619.649 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 1.619.649 | 77,44% |
| | | Abstenção | 471.857 | 22,56% |
| | | Eleitorado | 2.091.506 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

| 1994 | | | | |
|----------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------|------------|
| SENADO FEDERAL | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/ PMDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | Ronaldo J. da Cunha Lima (eleito) | 517.832 | 15,99% |
| 15/ PMDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | Humberto Coutinho Lucena (eleito) | 415.899 | 12,84% |
| 25/ PFL | PFL/PDT/PTB/PL/PRN | Raimundo Lira | 381.186 | 11,77% |
| 25/ PFL | PFL/PDT/PTB/PL/PRN | João Agripino De Vasconcelos Maia | 319.095 | 9,85% |
| 13/ PT | PT/PSB/PC do B/PSTU/PV | Joaquim José Da Silva Neto | 135.834 | 4,19% |
| 65/ PCdoB | PT/PSB/PC do B/PSTU/PV | Francisca Pereira Lopes Zenaide | 65.972 | 2,04% |
| 33/ PMN | (Não coligou) | João Bosco Farias de Melo | 47.471 | 1,47% |
| 33/ PMN | (Não coligou) | João Nunes De Castro | 45.898 | 1,42% |
| | | Votos nominais | 1.929.187 | 59,56% |
| | | Votos brancos | 905.051 | 27,94% |
| | | Votos válidos | 2.834.238 | 87,50% |
| | | Votos nulos | 405.060 | 12,50% |
| | | Votos apurados = 2xComparecimento(*) | 3.239.298 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

(*) A quantidade de votos apurados é o dobro do comparecimento, porque nesta eleição, os eleitores votavam em dois senadores.

Percentual de Votação dos Partidos nas Eleições Proporcionais

| 1994 | | | |
|----------------|--|-----------|------------|
| CÂMARA FEDERAL | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB (Elegeu 5 deputados federais) | 477.653 | 29,484% |
| 25/PFL | PDT/PTB/PL/PFL/PRN (Elegeu 2 deputados federais) | 182.845 | 11,286% |
| 12/PDT | PDT/PTB/PL/PFL/PRN (Elegeu 1 deputado federal) | 106.025 | 6,545% |
| 11/PPR | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 58.725 | 3,625% |
| 14/PTB | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 33.694 | 2,080% |
| 13/PT | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 29.127 | 1,798% |
| 45/PSDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 20.963 | 1,294% |
| 22/PL | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 11.451 | 0,707% |
| 65/PCdoB | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 3.139 | 0,194% |
| 36/PRN | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 2.676 | 0,165% |
| 40/PSB | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 1.034 | 0,064% |
| 16/PSTU | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 637 | 0,039% |
| 39/PP | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 32 | 0,002% |
| | Votos nominais sem a votação nas respectivas legendas | 928.001 | 57,282% |
| | Votos de legenda (de todos os partidos juntos) | 27.550 | 1,701% |
| | Votos brancos | 308.186 | 19,02% |
| | Votos válidos | 1.263.737 | 78,01% |
| | Votos nulos | 356.321 | 21,99% |
| | Votos apurados = comparecimento | 1.620.058 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

| 1994 | | | |
|------------------------|--|-----------|------------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB (Elegeu 19 deputados estaduais) | 458.948 | 28,30% |
| 25/PFL | PDT/PTB/PL/PFL/PRN (Elegeu 5 deputados estaduais) | 178.560 | 11,01% |
| 12/PDT | PDT/PTB/PL/PFL/PRN (Elegeu 7 deputados estaduais) | 163.359 | 10,07% |
| 13/PT | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B (Elegeu 3 deputados estaduais) | 86.435 | 5,33% |
| 39/PP | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB (Elegeu 1 deputado estadual) | 42.455 | 2,62% |
| 11/PPR | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 24.797 | 1,53% |
| 45/PSDB | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 15.526 | 0,96% |
| 40/PSB | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 14.090 | 0,87% |
| 65/PCdoB | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 9.152 | 0,56% |
| 43/PV | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B (Elegeu 1 deputado estadual) | 7.826 | 0,48% |
| 36/PRN | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 6.982 | 0,43% |
| 23/PPS | PPR/PMDB/PSC/PPS/PP/PSD/PRP/PSDB | 4.482 | 0,28% |
| 14/PTB | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 1.259 | 0,08% |
| 33/PMN | (Não coligou) | 1.242 | 0,08% |
| 22/PL | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | 802 | 0,05% |
| 16/PSTU | PT/PSTU/PSB/PV/PC do B | 114 | 0,01% |
| | Votos nominais sem a votação nas respectivas legendas | 1.016.029 | 62,66% |
| | Votos de legenda (de todos os partidos juntos) | 19.059 | 1,18% |
| | Votos brancos | 289.050 | 17,83% |
| | Votos válidos | 1.324.138 | 81,66% |
| | Votos nulos | 297.420 | 18,34% |
| | Votos apurados | 1.621.558 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Nesta eleição, o PT elegeu três deputados estaduais: Pe. Adelino, com 11.730 votos; Pe. Luiz Couto, com 9.449 votos e Chico Lopes, com 9.243 votos. A Frente Paraíba Popular ainda elegeu mais um deputado, Tota Agra, do PV. Mas nenhum deputado federal.

Para o 2º turno passaram Antônio Mariz (PMDB) e Lúcia Braga (PDT). O PT/PB não apoiou nenhum dos candidatos; decidiu num plebiscito entre os filiados pela liberação da militância.

Resultado da Eleição

| 1994 | | | | |
|------------------------------|--------------------------|---|-----------|------------|
| GOVERNO DO ESTADO - 2º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PSC/PPS/PP/PPR/PSDB | Antonio Marques da Silva Mariz (eleito) | 781.349 | 52,22% |
| 12/PDT | PDT/PTB/PL/PFL/PRN | Antonia Lúcia Navarro Braga | 558.987 | 37,36% |
| | | Votos nominais | 1.340.336 | 89,59% |
| | | Votos brancos | 18.536 | 1,24% |
| | | Votos válidos | 1.358.872 | 90,83% |
| | | Votos nulos | 137.249 | 9,17% |
| | | Votos apurados | 1.496.121 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 1.496.121 | 71,53% |
| | | Abstenção | 595.385 | 28,47% |
| | | Eleitorado | 2.091.506 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Para as eleições de 1998, mais uma vez uma eleição casada, envolvendo Presidente da República, governador e os cargos do legislativo, o Encontro Estadual do PT, realizado no final de julho de 1997, decidiu apoiar o nome do deputado Vital do Rêgo Filho (PDT) como candidato das oposições ao governo do Estado. O Encontro deliberou que o PT deveria negociar uma composição com o PC do B, PSB, PV, PSTU e PDT. Porém esta possível aliança não prosperou, devido às condições impostas pelo PDT de inclusão do PFL e PPB na frente de oposições. O PT e o PC do B também vetaram a proposta de deputado federal Gilvan Freire (PSB) para que o deputado estadual Vital Filho (PDT) fosse candidato a governador em dois palanques, apoiado pelos partidos de esquerda e pelo PFL e PPB. Eles informaram que não aceitariam alianças com aliados de FHC.

Em reunião do Diretório Regional, realizada no início de novembro de 1997, foi aprovada a seguinte resolução sobre as eleições de 1998:

1. O DR do PT/PB recebe os nomes de Anísio Maia, Jairo de Oliveira, Jeová Vieira e Wilson Massau como candidato ao governo do Estado, para a apreciação do Fórum Democrático e Popular e para as bases partidárias;
2. Indica também os nomes de Cozete Barbosa e Júlio Rafael para candidatos ao Senado Federal;
3. Em ambos os casos, o PT está aberto ao diálogo e construção de novas alternativas até o próximo Encontro Estadual (ATA DO ..., 1997b).

Diante das dificuldades para a concretização da candidatura do deputado Vital Filho para governador, surgiu a possibilidade do deputado Gilvan Freire (PSB) vir a ser o candidato ao governo do Estado pela Frente de Esquerda. O nome do deputado teve uma boa acolhida entre os dirigentes e parlamentares do PT no Estado. O vice-presidente regional do PT, Walter Aguiar disse que seu partido via com simpatia esta candidatura. Jairo de Oliveira (PT/CG), pré-candidato do Partido ao governo do Estado enviou uma carta à Direção Estadual colocando o Partido à vontade para refletir sobre o lançamento da candidatura do deputado federal Gilvan Freire para governador. O presidente regional do PT, deputado Luiz Couto, disse que o nome de Gilvan Freire seria bem vindo se fosse colocado à disposição do Fórum das Esquerdas.¹⁴³ O secretário de Assuntos Institucionais do PT, Adalberto Fulgêncio, disse que Gilvan Freire:

É um nome de potencial muito grande, ainda mais diante de sua postura no Congresso Federal, sempre se colocando contra a política neoliberal de FHC, e o fato de ter rompido com o governador José Maranhão. O nome de Gilvan se colocado mesmo como alternativa para a Frente das Esquerdas será um nome de consenso dentro do PT, assim com o da vereadora Cozete Barbosa para o Senado Federal (SOARES, 1998, p. 4).

O vereador Luciano Cartaxo também se pronunciou, afirmando que, para governador, o nome do deputado federal Gilvan Freire (PSB) tinha chances de ir ao 2º turno e ajudar na eleição de Lula para presidente. Segundo ele: “Gilvan possui um perfil de centro-esquerda, o que nos coloca como uma alternativa capaz de dialogar com amplos setores da sociedade paraibana em busca de soluções democráticas para o problema do Estado. É este perfil que precisamos” (PETISTA NÃO ..., 1998, p. 3). Diante da boa aceitação do nome do deputado Gilvan Freire (PSB) como candidato a governador pela Frente de Oposições, a Executiva Estadual do PT sugeriu ao Diretório Estadual a suspensão da prévia para escolher seu candidato a governador, entre Anísio Maia e Jairo de Oliveira.

¹⁴³ Fórum criado pelos partidos de esquerda no Estado da Paraíba para discutir o processo eleitoral de 1998 e escolher um candidato de consenso.

No final de março de 1998, os partidos que formavam a Frente das Oposições Democráticas e Popular da Paraíba – PT, PSB, PC do B, PDT e PV – lançaram oficialmente, através de manifesto, a candidatura do deputado federal Gilvan Freire (PSB) ao governo do Estado da Paraíba. Pela primeira vez, desde sua fundação no Estado, o PT apoiava um candidato de outro partido para governador.

Diante da derrota do senador Ronaldo Cunha Lima para o então governador José Maranhão, nas prévias do PMDB que escolheram o candidato do Partido ao executivo estadual, e tendo em vista a grande animosidade entre as lideranças deste Partido, o pré-candidato ao governo do Estado pela Frente de Oposições, deputado Gilvan Freire (PSB), disse que iria pedir o apoio ao senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB) para sua campanha. O vereador Júlio Rafael considerou positiva a possibilidade do senador Ronaldo Cunha Lima apoiar Gilvan Freire:

Nós devemos ter a perspectiva de ampliar a Frente de Oposições. Nosso objetivo deverá ser desmascarar a farsa de austeridade de José Maranhão. Quem quiser se contrapor ao governador, no âmbito estadual, e ao presidente FHC, em âmbito nacional, deverá ser recebido pela Frente (ARAÚJO, 1998a, p. 5).

O também vereador Luciano Cartaxo disse que o apoio do grupo Cunha Lima à Frente seria bem vindo, “Desde que assumo, também, a campanha de Lula, nossa prioridade” (APOIOS ..., 1998, p. 5). Já o deputado Vital Filho (PDT), cujo partido, na ocasião fazia parte da Frente das Oposições, disse que não aceitaria que o candidato a governador do Estado pela referida Frente recebesse o apoio do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB).

E, de fato, o PT/PB procurou obter o apoio do grupo Cunha Lima. A Comissão Executiva do PT/PB emitiu nota oficial afirmando que, com base em resolução do último Encontro Estadual, resolvera procurar a dissidência liderada pelo senador Ronaldo Cunha Lima, “no intuito de estabelecer conversações que tenham como base de apoio à chapa da Frente Democrática Popular” (FARIAS, 1998, p. 3). Foi criada uma Comissão para entrar em contato com o senador Ronaldo Cunha Lima, com o objetivo de obter apoio dos dissidentes do PMDB para a campanha de Lula. A Frente de Oposições

também criou uma Comissão, formada pelos presidentes dos partidos que compunham a Frente para tentar obter o apoio do senador para a candidatura de Gilvan Freire (PSB) ao governo do Estado.

No final de junho de 1998, o PT/PB homologou a coligação com o PSB, em torno do nome de deputado federal Gilvan Freire para governador, também homologou o nome de Cozete Barbosa para o Senado. O PDT não confirmou sua participação na Frente. O PT exigiu que o PDT indicasse o deputado Neto Franca para vice, mas este partido propôs o ex-deputado Ademar Teotônio. Posteriormente, os partidos que compõem a Frente de Oposições excluíram o PDT da mesma. A Frente entendeu que o PDT não estava empenhado na construção da Frente e que os boatos de que o Partido estava tendo entendimentos com o governador José Maranhão, candidato à reeleição pelo PMDB, eram verdadeiros. No início de julho, em nota oficial, (ESQUERDA ..., 1998, p. 3) a Frente de Oposições Popular deu por encerrado, em caráter definitivo, os entendimentos com o PDT, acusando-o de duplicidade de comportamento no processo eleitoral, por ter mantido entendimentos com a Frente e com o governador José Maranhão. O PDT terminou se coligando com o PMDB. O presidente estadual da CUT, Hamurabi Duarte, foi indicado como vice de Gilvan Freire, pelo PT.

Após a escolha oficial de seu candidato, a Frente de Oposições continuou empenhada em obter o apoio de senador Ronaldo Cunha Lima, mesmo após a tentativa do senador em se aproximar de FHC. Segundo Walter Aguiar, representante do PT na Frente, enquanto não se oficializasse o apoio de Ronaldo a FHC, a Comissão formada pela Frente para dialogar com o senador iria continuar trabalhando. O candidato Gilvan Freire (PSB) disse que o apoio de Ronaldo a FHC inibiria sua presença no palanque da Frente, mas não descartou o apoio de Ronaldo só no âmbito de governo de Estado.

No início de setembro, Gilvan Freire disse que a Frente não trabalhava mais com a perspectiva de ter o apoio do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB). O vice-presidente regional do PT e coordenador da campanha de Lula na Paraíba, Walter Aguiar, criticou a decisão do senador Ronaldo Cunha Lima de apoiar a candidatura de FHC: "O posicionamento de Ronaldo Cunha Lima demonstrou que a disputa entre ele e o governador não era ideológica, era

apenas uma disputa pelo poder. Não há nenhuma diferença entre um e outro” (PT CRITICA ..., 1998, p. 3).

O grupo Cunha Lima, apesar de todas as divergências com o grupo do governador José Maranhão, candidato à reeleição, terminou por apoiar formalmente a chapa do PMDB, mesmo que sem muito empenho. Nesta eleição o Partido teve uma das vitórias mais folgadas da história eleitoral da Paraíba.

Resultados das Eleições

| 1998 | | | | |
|------------------------------------|--|---|-----------|------------|
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO ESTADO | | | | |
| PARTIDO | SIGLA | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 45 | PSDB | Fernando Henrique Cardoso (eleito) | 541.067 | 32,29% |
| 13 | PT | Luiz Inácio Lula da Silva | 402.293 | 24,01% |
| 23 | PPS | Ciro Ferreira Gomes | 191.878 | 11,45% |
| 56 | PRONA | Enéas Ferreira Carneiro | 15.889 | 0,95% |
| 16 | PSTU | José Maria de Almeida | 10.039 | 0,60% |
| 43 | PV | Ílfrido Hélio Syrkis | 8.411 | 0,50% |
| 33 | PMN | Ivan Moacyr da Frota | 7.483 | 0,45% |
| 70 | PTdoB | João de Deus Barbosa de Jesus | 5.363 | 0,32% |
| 27 | PSDC | José Maria Eymael | 4.309 | 0,26% |
| 31 | PSN | Vasco Azevedo Neto | 3.663 | 0,22% |
| 19 | PTN | Thereza Tinajero Ruiz | 2.885 | 0,17% |
| 20 | PSC | Sérgio Bueno | 2.200 | 0,13% |
| | | Votos válidos | 1.195.480 | 71,35% |
| | | Votos brancos | 221.533 | 13,22% |
| | | Votos nulos | 258.592 | 15,43% |
| | | Comparecimento = votos apurados | 1.675.605 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 1.675.605 | 75,37% |
| | | Abstenção | 547.654 | 24,63% |
| | | Eleitorado | 2.223.259 | 100,00% |
| GOVERNO DO ESTADO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PTB/PDT/PPB/PSL/PL/PFL/PSDB/PST/PSC | José Targino Maranhão (eleito) | 877.852 | 52,39% |
| 40/PSB | PSB/PT/PV/PCdoB | Gilvan da Silva Freire | 175.234 | 10,46% |
| 44/PRP | PRP/PRN/PSDC | José Antonio Valadares | 14.090 | 0,84% |
| 33/PMN | (Não coligou) | João César de Araújo | 11.095 | 0,66% |
| 16/PSTU | (Não coligou) | Marcelo Rodrigues da Silva | 9.244 | 0,55% |
| | | Votos válidos | 1.087.515 | 64,90% |
| | | Votos brancos | 374.347 | 22,34% |
| | | Votos nulos | 213.743 | 12,76% |
| | | Votos apurados = Comparecimento | 1.675.605 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 1.675.605 | 75,37% |
| | | Abstenção | 547.654 | 24,63% |
| | | Eleitorado | 2.223.259 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

| 1998 | | | | |
|----------------|-----------------|-------------------------------------|-----------|------------|
| SENADO FEDERAL | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/ PMDB | (Não coligou) | Ney Robson Suassuna | 455.359 | 27,18% |
| 11/ PPB | (Não coligou) | Tarcísio de Miranda Burity (eleito) | 394.294 | 23,53% |
| 13/ PT | PT/PSB/PV/PCdoB | Cozete Barbosa L. G. de Medeiros | 216.006 | 12,89% |
| 33/ PMN | (Não coligou) | Márcio Vinícius Alves Porto | 11.267 | 0,67% |
| 36/ PRN | PSDC/PRN/PRP | Jaime Ferreira Carneiro | 9.489 | 0,57% |
| 17/ PSL | (Não coligou) | Francisco Asfora | 7.237 | 0,43% |
| | | Votos válidos | 1.093.652 | 65,27% |
| | | Votos brancos | 334.841 | 19,98% |
| | | Votos nulos | 247.112 | 14,75% |
| | | Votos apurados = Comparecimento | 1.675.605 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

OBS.: Através da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, o TRE determinou que a partir das eleições de 1998 os votos brancos não compunham os votos válidos, como acontecia anteriormente.

Percentual de Votação dos Partidos nas Eleições Proporcionais

| 1998 | | | |
|----------------|---|-----------|------------|
| CÂMARA FEDERAL | | | |
| PARTIDO | SIGLA | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB (Elegeu 5 deputados federais) | 481.275 | 28,721% |
| 25/PFL | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB (Elegeu 3 deputados federais) | 244.108 | 14,567% |
| 45/PSDB | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB (Elegeu 1 deputado federal) | 103.138 | 6,155% |
| 13/PT | PT/PSB/PV/PCdoB (Elegeu 1 deputado federal) | 90.692 | 5,412% |
| 14/PTB | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB (Elegeu 1 deputado federal) | 80.745 | 4,819% |
| 12/PDT | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB | 66.688 | 3,980% |
| 11/PPB | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB (Elegeu 1 deputado federal) | 59.681 | 3,562% |
| 40/PSB | PT/PSB/PV/PCdoB | 36.065 | 2,152% |
| 65/PCdoB | PT/PSB/PV/PCdoB | 12.803 | 0,764% |
| 16/PSTU | Não coligou | 2.544 | 0,152% |
| 17/PSL | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB | 2.183 | 0,130% |
| 56/PRONA | Não coligou | 1.886 | 0,113% |
| 22/PL | PMDB/PPB/PDT/PTB/PSL/PL/PFL/PSDB | 1.847 | 0,110% |
| 43/PV | PT/PSB/PV/PCdoB | 1.715 | 0,102% |
| 44/PRP | PRP/PSDC/PRN | 1.179 | 0,070% |
| 36/PRN | PRP/PSDC/PRN | 405 | 0,024% |
| 27/PSDC | PRP/PSDC/PRN | 80 | 0,005% |
| | Votos válidos | 1.187.034 | 70,838% |
| | Votos brancos | 226.940 | 13,543% |
| | Votos nulos | 261.734 | 15,619% |
| | Votos apurados = Comparecimento | 1.675.708 | 100,000% |

Fonte: TRE-PB

| 1998 | | | |
|------------------------|--|-----------|------------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA | | | |
| PARTIDO | SIGLA | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | Não coligou (Elegeu 18 deputados estaduais) | 595.834 | 35,56% |
| 25/PFL | PFL/PPB/PDT (Elegeu 5 deputados estaduais) | 180.652 | 10,78% |
| 45/PSDB | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL (Elegeu 5 deputados estaduais) | 168.081 | 10,03% |
| 13/PT | PT/PSB/PV/PCdoB (Elegeu 3 deputados estaduais) | 121.861 | 7,27% |
| 12/PDT | PFL/PPB/PDT (Elegeu 2 deputados estaduais) | 63.869 | 3,81% |
| 11/PPB | PFL/PPB/PDT (Elegeu 1 deputado estadual) | 36.882 | 2,20% |
| 43/PV | PT/PSB/PV/PCdoB (Elegeu 1 deputado estadual) | 22.595 | 1,35% |
| 17/PSL | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL (Elegeu 1 deputado estadual) | 22.110 | 1,32% |
| 14/PTB | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL | 15.875 | 0,95% |
| 22/PL | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL | 14.624 | 0,87% |
| 40/PSB | PT/PSB/PV/PCdoB | 13.852 | 0,83% |
| 44/PRP | PRP/PSDC/PRN | 11.939 | 0,71% |
| 33/PMN | PMN/PPS | 3.614 | 0,22% |
| 23/PPS | PMN/PPS | 2.876 | 0,17% |
| 65/PCdoB | PT/PSB/PV/PCdoB | 2.786 | 0,17% |
| 36/PRN | PRP/PSDC/PRN | 1.496 | 0,09% |
| 56/PRONA | Nao coligou | 1.234 | 0,07% |
| 18/PST | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL | 1.231 | 0,07% |
| 16/PSTU | Não coligou | 733 | 0,04% |
| 20/PSC | PSDB/PTB/PSL/PST/PSC/PL | 608 | 0,04% |
| 29/PCO | Não coligou | 381 | 0,02% |
| 27/PSDC | PRP/PSDC/PRN | 127 | 0,01% |
| | Votos brancos | 164.483 | 9,82% |
| | Votos válidos | 1.447.743 | 86,40% |
| | Votos nulos | 227.965 | 13,60% |
| | Votos apurados = comparecimento | 1.675.708 | 100,00% |

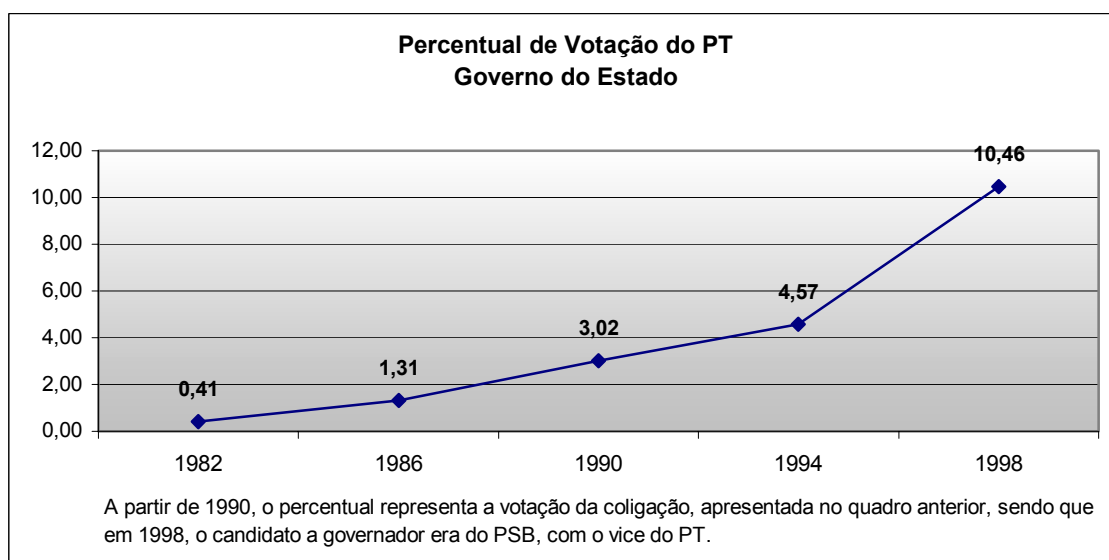
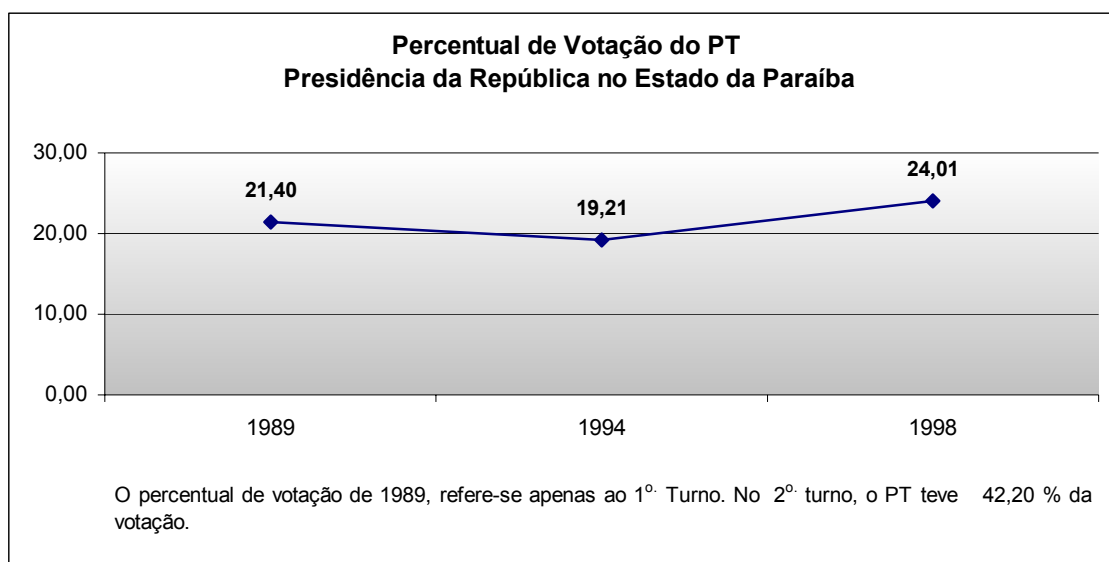
Fonte: TRE-PB

Resultado final, após recontagem realizada na 10ª Zona Eleitoral nos dias 30 e 31 de outubro de 1998.

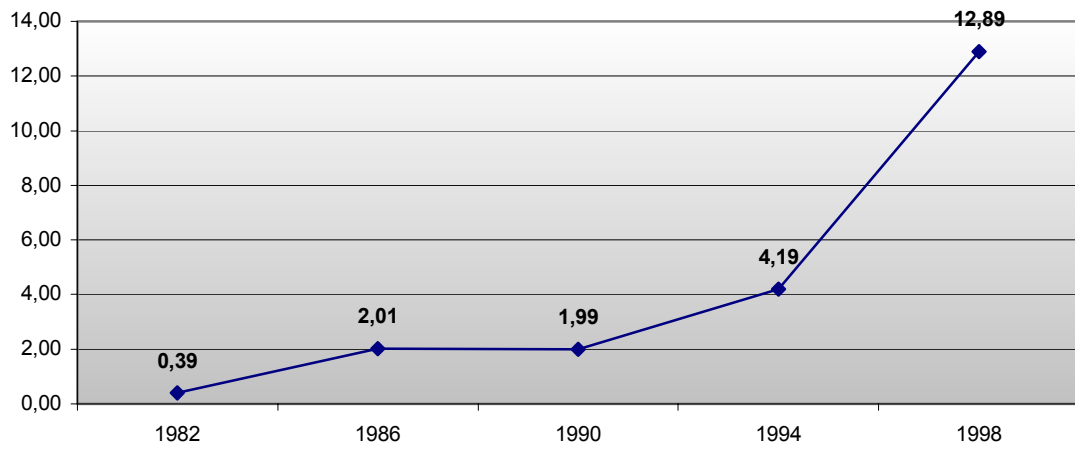
A Frente de Oposições Popular elegeu um deputado federal, Beto Meireles (PSB), mas a sua eleição foi questionada devido a suspeitas de fraude eleitoral, posteriormente confirmadas¹⁴⁴, sendo substituído por Avenzoar Arruda (PT); e quatro deputados estaduais: Sargento Denis (PV) e três do PT: Ricardo Coutinho, com 25.387 votos; Frei Anastácio, com 13.506 votos e Luiz Couto, com 11.862 votos. Os deputados estaduais Pe. Adelino e Chico Lopes não foram reeleitos.

¹⁴⁴ Logo após a apuração dos votos, o PT de Guarabira deu entrada com um recurso pedindo revisão dos votos em 20 sessões daquele município, desconfiado da baixa média de votos em branco. O argumento petista era de que estes votos poderiam ter sido manipulados em favor de Beto Meireles (PSB), candidato residente na cidade. Ele teve 16.758 votos e Avenzoar Arruda (PT), 16.649. Em meados de outubro, a Comissão Apuradora das Eleições 98 na Paraíba determinou a recontagem dos votos de Guarabira. Durante a verificação de 58 urnas em Guarabira, feita pelo TRE, Beto Meireles perdeu 79 dos 16.758 votos que obteve. Sua vantagem sobre Avenzoar Arruda caiu de 109 votos para 30 votos. O PT pediu a recontagem de todas as urnas. O TRE decidiu recontar todos os votos de Guarabira. Após a recontagem, Avenzoar Arruda superou Beto Meireles em 609 votos e tornou-se o primeiro deputado federal do PT da Paraíba.

A primeira experiência eleitoral do Partido dos Trabalhadores na Paraíba foi decepcionante e, apesar de seu desempenho ser ascendente, está longe de colocar o Partido, como uma alternativa eleitoral no Estado, como podemos ver no gráfico abaixo.

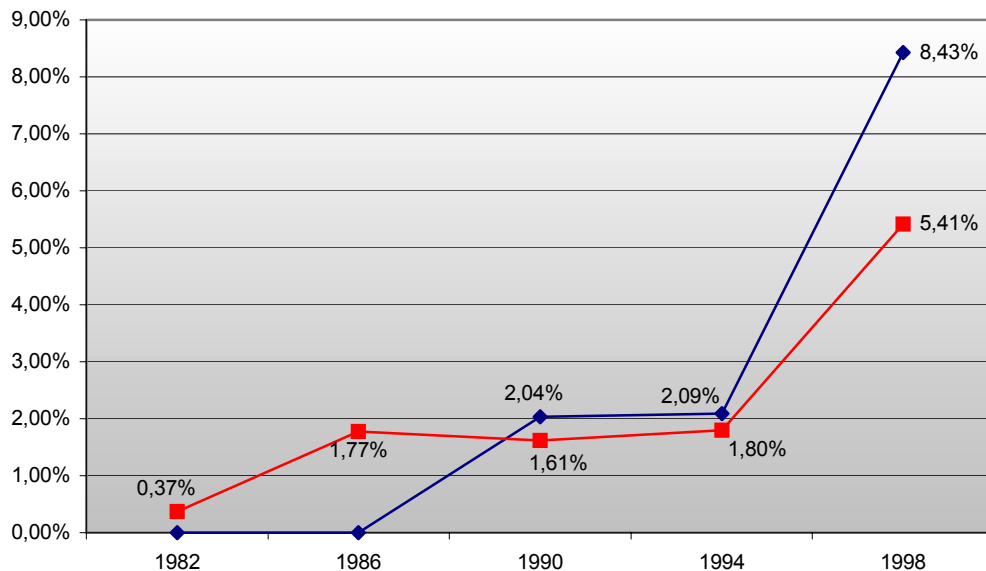


Percentual de Votação do PT Senado Federal

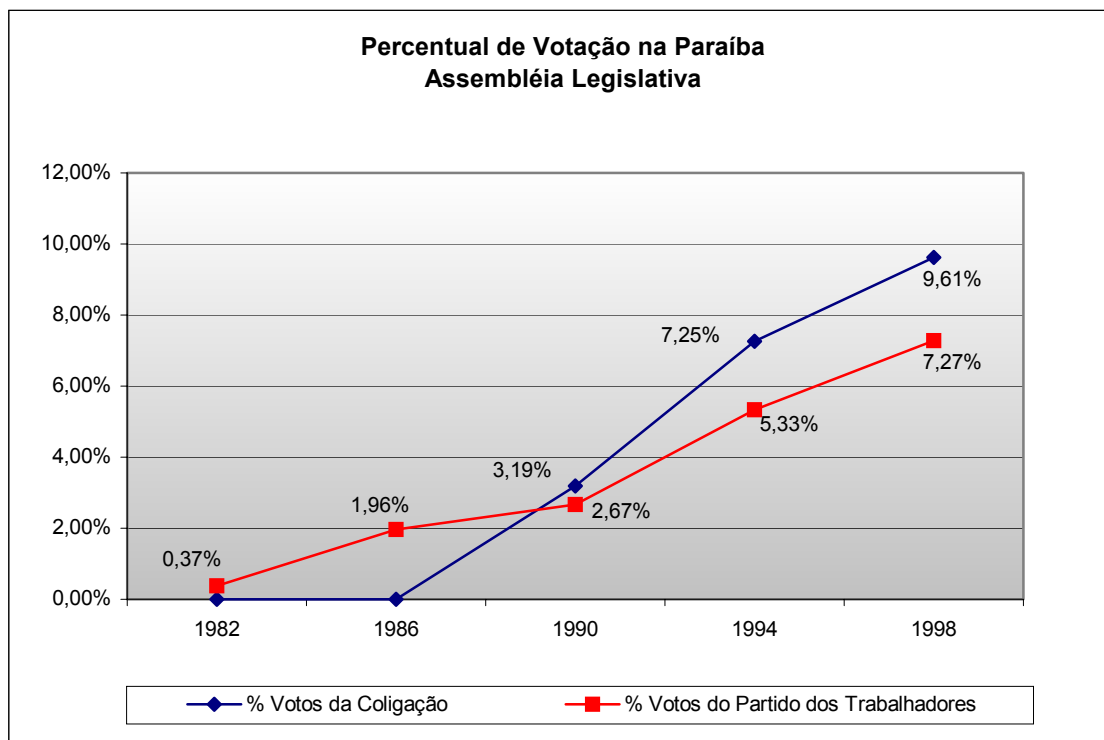


Os percentuais de 1986 e 1994 representam a soma de dois candidatos ao Senado, já que duas vagas estavam na disputa. Em 1986, como não havia coligação, os dois candidatos eram do PT e em 1994, um do PT e outro do PC do B.

Percentual de Votação na Paraíba Câmara Federal



◆ % Votos da Coligação
 ■ % Votos do Partido dos Trabalhadores



Podemos observar que para Presidente da República a votação petista no Estado sempre foi bastante acima das de âmbito estadual. Isso se explica porque estas eleições são mais livres, isto é, não existe tanto empenho das lideranças locais na disputa do voto.

No entanto, para governador do Estado e senador, os índices eleitorais do PT estão longe de colocá-lo como força política que realmente disputa o poder através do voto. As eleições de 1982 foram atípicas, pois ainda existiam os casuísmos do Regime Militar, como o voto vinculado, que levou a tese do voto útil, no PMDB, como uma alternativa para derrotar a ditadura. Assim, potenciais eleitores do PT resolveram votar naquele Partido. Desta forma o desempenho eleitoral do PT foi fraco em todo país, apenas no Estado de São Paulo, onde o candidato a governador foi Lula, o Partido teve um desempenho que pode ser considerado bom: 9,8% dos votos. A Paraíba teve um desempenho dentro da média dos outros estados do Nordeste.¹⁴⁵ Entretanto, a

¹⁴⁵ Neste ano o PT teve a seguinte votação, para governador no Nordeste: Bahia (0,8%), Ceará (0,5%), Maranhão (0,8%), Pernambuco (0,2%), Piauí (0,7%), Rio Grande do Norte (0,4%) e Sergipe (0,3%). Em Alagoas, o PT não apresentou candidato. Fonte TRE-SP (apud MENEGUELLO, 1989, p. 124).

partir daí, o PT melhorou bastante seu desempenho eleitoral no país, fato não acompanhado pelo Partido na Paraíba, apesar de que, como já acentuamos, vir tendo uma votação ascendente.¹⁴⁶

Também nas eleições proporcionais o desempenho do PT paraibano é ascendente. No entanto, também pode ser considerado fraco. Ele só elegeu seu primeiro deputado federal em 1998 e seu primeiro estadual em 1990. Em 1994 e 1998 elegeu três deputados estaduais.

A explicação para esse fraco desempenho eleitoral pode estar nas próprias peculiaridades do PT local, marcado até o final da década de 1980 por um acentuado radicalismo e, mesmo depois desse período, por constantes confrontos internos, para definição da linha política a ser adotada. Mas, principalmente, pelas próprias características da política paraibana, onde as elites tradicionais, a partir de práticas clientelísticas, com recursos públicos, se revezam no poder, polarizando as eleições e deixando pouco espaço para o surgimento de uma força, fora dos quadros da política tradicional.

Apesar destas dificuldades, o PT no Estado já conquistou importantes espaços na política local, tornando-se uma força respeitável, principalmente, por sua atuação parlamentar e capacidade de mobilização. E mesmo no campo eleitoral, com a ascensão verificada, poderá se tornar em breve uma força, se não com capacidade de ganhar eleições de caráter estadual, num período breve, mas se tornando decisiva em pleitos futuros, apoiando uma das forças em disputa.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Comprovando essa votação ascendente do PT no Estado da Paraíba, em 2002, o candidato do Partido a governador, o deputado federal Avenzoar Arruda, teve 200.363 votos, o que representou 12,6% dos votos. Esta candidatura de Avenzoar ao governo do Estado pelo PT representa um realinhamento da composição interna do Partido na Paraíba. A ida de Cássio Cunha Lima para o PSDB inviabilizou a coligação com este para as eleições 2002, como defendia o Campo Majoritário, composto pelas correntes internas, Articulação e Democracia Radical. Então, este decidiu-se pela candidatura própria, lançando o presidente do Partido Adalberto Fulgêncio como candidato, mas diante do fraco desempenho deste nas pesquisas eleitorais, a Democracia Radical e grande parte da Articulação resolveram apoiar a candidatura de Avenzoar Arruda, ligado à Democracia Socialista (DS), portanto de uma das correntes da “esquerda” do Partido. Este abriu mão de uma reeleição quase certa para deputado federal para candidatar-se a governador e garantir palanque para a campanha de Lula a Presidente. No entanto, especula-se, que o acordo envolve um apoio da Articulação a candidatura de Avenzoar a prefeito de João Pessoa, em 2004. Apenas um pequeno grupo da Articulação continuou defendendo o apoio à candidatura de Cássio Cunha Lima a governador, os setores ligados à prefeita de Campina Grande, Cozete Barbosa, e algumas lideranças da corrente, como Júlio Rafael e Walter Aguiar.

¹⁴⁷ A primeira experiência do PT paraibano em apoiar formalmente um candidato no 2º turno de eleição se deu no ano de 2002, quando o Partido apoiou o candidato do PMDB, Roberto Paulino, que acabou derrotado por Cássio Cunha Lima do PSDB, por uma pequena margem de votos.

5.2 As eleições municipais na cidade de João Pessoa: de 1985 a 2000

Aprovada, pelo Congresso Nacional, as eleições diretas para prefeito das capitais, para o ano de 1985, o presidente regional do PT, Derly Pereira, afirmou que o Partido teria candidato próprio para a prefeitura de João Pessoa e descartou qualquer possibilidade de uma coligação entre o PT e o PDT, em torno do nome do ex-governador Tarcisio Burity. A convenção do Partido para indicar o candidato a prefeito de João Pessoa foi disputada pelo professor José Alves e o advogado Wanderley Caixe, recém ingresso no Partido, vindo do PMDB. O grupo que lançou José Alves fez ressalvas ao fato de Caixe ter entrado recentemente no Partido e ter defendido o “voto útil” em 1982, quando fora candidato a deputado federal pelo PMDB. Wanderley Caixe era um antigo ativista do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese e, no momento, presidia seu próprio Centro de Defesa dos Direitos Humanos, entidade civil, de prestação de serviços, desligado da Pastoral. Em 1982, fora candidato a deputado federal pelas chamadas “candidaturas populares” do PMDB e ficara na suplência. Em entrevista a Maria Antônia Alonso de Andrade, confessou que teve dificuldades para penetrar na fechada estrutura do Partido petista, enfrentando um certo boicote inicial. Segundo ele: “Nossa proposta era também alargar o leque do PT, queimar o estreitismo daquela militância inicial do PT, do PT como grupinho que eram eles e não entrava mais ninguém” (apud ANDRADE, 1987, p. 19).

Wanderley Caixe venceu a convenção, e foi escolhido candidato a prefeito de João Pessoa, tendo como candidato a vice-prefeito o veterinário Anísio Maia. O *slogan* da campanha era “Nem usineiro nem acordão, nós somos oposição”, numa referência ao acordo entre o PMDB e o PFL do governador Wilson Braga, que lançara Carneiro Arnaud do PMDB para prefeito, e a candidatura do usineiro Marcus Odilon, dissidente do PMDB, pelo PTB. O PT lançou candidatos em faixa própria, sem fazer coligações eleitorais.

Andrade (1987, p. 20) afirma que o PT não tinha, na época, áreas de influência na capital paraibana, possuía apenas penetração em algumas categorias sociais, como a universitária e tentava penetrar na periferia, em associações de moradores e comunidades de base. A plataforma do Partido

era baseada nas grandes propostas de nível nacional – rompimento com FMI, reforma agrária, etc. – e, a nível local, a principal proposta era a criação dos Conselhos Populares.

Segundo a autora, na campanha do PT em João Pessoa, foi dada ênfase aos debates, visitas e mini-comícios. Lula participou do comício principal no Ponto de Cem Réis, onde fez críticas à Nova República. O candidato do PT a prefeito de João Pessoa dirigia ataques tanto à Aliança Democrática quanto ao PTB, considerando igualmente representantes do “fascismo” e das famílias políticas tradicionais da Paraíba. Mas Caixe também era atacado. Durante um Encontro de Produtores Rurais sobre reforma agrária, foram distribuídos cartazes enfatizando sua participação na luta armada contra o regime militar. Caixe distribuiu nota à imprensa condenando o fato: “Ali verificamos que os velhos chefões do reacionarismo mais uma vez serviram de biombo para esconder o egoísmo e a insensibilidade diante do apelo nacional para um país melhor” (CAIXE, 1985, p. 2).

A campanha de Wanderley Caixe não conseguiu ter um bom desempenho. No final de outubro de 1985, um grupo de petistas estava preocupado com a possibilidade de seu candidato ter menos votos que Josélio Gondim (PDT) e Carlos Gláucio (PL). Na ocasião, o jornalista Carlos Aranha convocou artistas, professores, intelectuais, militantes, em jornais e rádios da Capital, além de estudantes e profissionais em geral, para se reunirem e elaborarem um plano de reforma da candidatura. Mas os piores prognósticos se confirmaram, Caixe ficou em quarto lugar, atrás de Carlos Gláucio do PL, um estreante na política e lançado por um partido novo e sem grandes recursos.

Resultados das Eleições

| 1985 | | | | |
|---------------------------|--------------|----------------------------------|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PFL/PDS | Antonio Carneiro Arnaud (eleito) | 60.791 | 46,91% |
| 14/PTB | Não coligou | Marcus Odilon Ribeiro Coutinho | 50.387 | 38,88% |
| 22/PL | Não coligou | Carlos Gláucio Sabino de Farias | 5.342 | 4,12% |
| 13/PT | Não coligou | Wanderley Caixe | 4.419 | 3,41% |

| | | | | |
|--------|-------------|---------------------------------|---------|---------|
| 16/PPB | Não coligou | Damião Galdino da Silva | 1.252 | 0,97% |
| 12/PDT | Não coligou | Josélio Paulo Neto | 357 | 0,28% |
| | | Votos nominais | 122.548 | 94,56% |
| | | Votos brancos | 1.398 | 1,08% |
| | | Votos válidos | 123.946 | 95,64% |
| | | Votos nulos | 5.657 | 4,36% |
| | | Votos apurados = comparecimento | 129.603 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 129.603 | 80,18% |
| | | Abstenção | 32.034 | 19,82% |
| | | Eleitorado | 161.637 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Andrade, ao analisar o desempenho dos partidos nas eleições municipais de João

Pessoa, em 1985, inclusive nas diferentes zonas eleitorais, onde votam os eleitores de classe média e alta e os dos bairros populares e áreas periféricas da capital, chegou à seguinte conclusão sobre o desempenho do PT, neste pleito: “[...] o PT paraibano: 1. não conseguiu crescer politicamente; 2. tem maior penetração entre as classes médias do que entre as populares, o que o aproxima da imagem vulgarizada de ‘partido de professores e estudantes’” (ANDRADE, 1987, p. 30).

Visando às disputas das eleições de 1988, em junho deste ano, algumas lideranças do PT, entre elas, Genival Veloso, Derly Pereira, Agamenon Vieira e Antônio Barbosa, lançaram o presidente do Diretório Municipal de João Pessoa e ex-candidato a governador o professor Carlos Alberto Dantas como candidato a prefeito de João Pessoa. Mas o processo de escolha foi tumultuado. A pré-convenção para escolher o candidato a prefeito aconteceu no dia 19 de junho de 1988, sob o protesto dos outros pré-candidatos Anísio Maia e José Alves; estes afirmaram que, em reunião, tinha sido acordado outra data. Nesta pré-convenção, Carlos Alberto foi escolhido candidato a prefeito. O vice-presidente do Diretório Municipal de João Pessoa, Ronaldo Barbosa, disse que o órgão não reconhecia a pré-convenção que escolhera Carlos Alberto candidato a prefeito, pois, em reunião anterior, tinha sido definida a data de 23 e 24 de julho para a realização da pré-convenção. Também alguns núcleos de base de bairros de João Pessoa, que apoiavam a candidatura de José Alves, denunciaram “manobras promovidas por alguns filiados que realizaram, sem

respaldo regimental do PT, o evento divisionista do último dia 19” (PT DESCARTA COLIGAÇÃO ..., 1988, p. 2). Carlos Alberto rebateu estas acusações e disse que o processo da pré-convenção fora definido numa plenária municipal do Partido.

Diante desta polêmica, o Diretório Regional decidiu, por 15 votos a 4 e 6 abstenções, realizar uma nova pré-convenção em João Pessoa, para escolher os candidatos a prefeito e a vereadores do Partido. Posteriormente, o Diretório Municipal de João Pessoa decidiu por unanimidade realizar uma nova Pré-Convenção.

A nova Pré-Convenção do PT de João Pessoa foi realizada no final de julho. Escolheu Carlos Alberto como candidato a prefeito de João Pessoa e decidiu pela coligação com o PSB e o PV. A proposta de Carlos Alberto, defendendo que fosse mantida a decisão da Pré-Convenção anterior, derrotou uma contrária, apresentada por Avenzoar Arruda, por 118 a 115 votos; assim, os nomes de Anísio Maia e José Alves não foram levados à votação. Posteriormente, o PV resolveu sair da coligação e lançar candidato próprio. Mas o PT na Paraíba fez sua primeira coligação. O PSB indicou o sindicalista Fernando Borges para vice-prefeito.

Nesta eleição, o PT/PB teve um relativo crescimento eleitoral em João Pessoa. **Resultados das Eleições**

| 1988 | | | | |
|---------------------------|-----------------|---|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 25/PFL | PFL | Wilson Leite Braga (eleito) | 77.377 | 42,05% |
| 17/PDC | PDC/PL | João da Mata de Sousa | 28.183 | 15,32% |
| 15/PMDB | PMDB/PCB | Haroldo Coutinho de Lucena | 25.397 | 13,80% |
| 13/PT | PT/PSB | Carlos Alberto Dantas Bezerra | 7.597 | 4,13% |
| 14/PTB | PTB/PDS/PMB/PTR | Hermano Augusto de Almeida | 6.632 | 3,60% |
| 12/PDT | PDT/PSDB/PCdoB | Antonio Augusto de Arroxelas Macedo | 2.106 | 1,14% |
| 43/PV | PV | Jaêmio Ferreira Carneiro | 507 | 0,28% |
| | | Votos nominais | 147.799 | 80,33% |
| | | Votos brancos | 21.010 | 11,42% |
| | | Votos válidos | 168.809 | 91,74% |
| | | Votos nulos | 15.190 | 8,26% |
| | | Comparecimento = votos apurados | 183.999 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 183.999 | 89,23% |
| | | Abstenção | 22.202 | 10,77% |
| | | Eleitorado | 206.201 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

A pré-convenção do PT para escolher o candidato do Partido a prefeito de João Pessoa, para as eleições de 1992, foi disputada por três postulantes: Chico Lopes, José Alves e Lourdes Sarmento. O vencedor foi o deputado Chico Lopes com 70% dos votos; José Alves obteve 16% e Lourdes Sarmento, 11%. Ficou ainda decidido que o Partido deveria manter entendimentos com os setores progressistas visando à realização de alianças. Logo após a pré-convenção, o PT de João Pessoa começou a articular com o PC do B, PPS e PSB a formação de uma frente ampla para as eleições de João Pessoa. No final do mês de maio de 1992, estes partidos distribuíram nota conjunta comunicando a formação da Frente de Partidos Progressistas (PARTIDOS ..., 1992, p. 2). E, em meados de junho, escolheram seus candidatos: o deputado Chico Lopes (PT) para prefeito e o deputado Simão Almeida (PC do B) para vice. O nome escolhido para a coligação foi Frente Partidos do Povo.

O candidato a prefeito de João Pessoa pela Frente Partidos do Povo foi o segundo colocado no 1º turno das eleições, garantindo sua passagem para o 2º turno. O primeiro colocado foi Chico Franca (PDT).

Resultados das Eleições

| 1992 | | | | |
|--------------------------------------|------------------|--|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - 1º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 12/PDT | Não coligou | Francisco Xavier Monteiro da Franca (eleito) | 65.256 | 30,83% |
| 13/PT | PT/PPS/PSB/PCdoB | Francisco Lopes da Silva | 45.543 | 21,52% |
| 15/PMDB | PMDB/PFL/PCN/PRP | Delosmar Domingos de Mendonça Jr. | 30.812 | 14,56% |
| 45/PSDB | PSDB/PL/PTR | Pedro Adelson Guedes dos Santos | 10.431 | 4,93% |
| 14/PTB | Não coligou | José Bartolomeu da Silva Filho | 1.945 | 0,92% |
| 33/PMN | PMN/PV | Djacy Lima de Oliveira | 877 | 0,41% |
| 52/PST | PST/PSD | Eduardo de Oliveira e Silva | 748 | 0,35% |
| | | Votos nominais | 155.612 | 73,52% |
| | | Votos brancos | 27.678 | 13,08% |
| | | Votos válidos | 183.290 | 86,60% |
| | | Votos nulos | 28.370 | 13,40% |
| | | Votos apurados | 211.660 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 211.660 | 85,23% |
| | | Abstenção | 36.691 | 14,77% |
| | | Eleitorado | 248.351 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

O PT elegeu três vereadores em João Pessoa, Ricardo Coutinho, Avenzoar Arruda e Carlos Barbosa de Sousa, o CBS. No Estado todo, o Partido elegeu 13 vereadores, e, mais uma vez, não elegeu nenhum prefeito no Estado.

No segundo turno, o PT teve dificuldades para conseguir apoios, principalmente do PMDB, que teve o terceiro candidato mais votado, devido à postura de oposição do Partido ao governador Ronaldo Cunha Lima, membro deste Partido, o que inviabilizou uma aliança formal. Mesmo assim, lideranças do PMDB, como os senadores Antônio Mariz e Humberto Lucena, deram apoio à candidatura petista de Chico Lopes, mas este apoio não foi suficiente para elegê-lo. Chico Franca do PDT foi eleito prefeito de João Pessoa.

Resultado da Eleição

| 1992 | | | | |
|--------------------------------------|------------------|--|---------|-----------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - 2º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % PURADOS |
| 12/PDT | Não coligou | Francisco Xavier Monteiro da Franca (eleito) | 102.878 | 50,53% |
| 13/PT | PT/PPS/PSB/PCdoB | Francisco Lopes da Silva | 71.750 | 35,24% |
| | | Votos nominais | 174.628 | 85,77% |
| | | Votos brancos | 2.599 | 1,28% |
| | | Votos válidos | 177.227 | 87,05% |
| | | Votos nulos | 26.370 | 12,95% |
| | | Votos apurados | 203.597 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 203.597 | 81,98% |
| | | Abstenção | 44.754 | 18,02% |
| | | Eleitorado | 248.351 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

Em meados de março de 1996, os deputados Luiz Couto e Chico Lopes lançaram suas pré-candidaturas a prefeito de João Pessoa, pelo PT, para as eleições que

seriam realizadas naquele ano. Ficou definido que, se houvesse mais de um candidato, haveria prévia.

O PT/JP realizou a prévia para escolher o candidato do Partido a prefeito de João Pessoa, mas as urnas não foram abertas devido a acusações de irregularidades. Os aliados de Couto recorreram ao Diretório Nacional do PT, argumentando que o Diretório Municipal de João Pessoa e a Comissão Eleitoral haviam descumprido o regulamento, ao exigirem que os filiados pagassem suas mensalidades na Secretaria Geral do Partido e não nos locais de votação. Os advogados dos dois candidatos pediram impugnação da prévia, alegando compra de votos, fraude na lista de votantes e pagamento de contribuições partidárias por terceiros. O advogado Edir Mendonça, ligado a Lopes, encaminhou à Comissão Eleitoral pedido de impugnação da urna do bairro de Mandacaru. Segundo ele, 60 pessoas aliadas de Couto pagaram suas mensalidades de uma vez só, o que é proibido pelo estatuto do PT. Edir disse que os partidários de Couto tiveram suas contribuições pagas por terceiros. O ex-presidente do PT, Anísio Maia, que apoiava Couto, pediu a impugnação de urnas nos bairros de Mangabeira e Ernani Sátyro, alegando compra de votos. Dois dias depois, as urnas foram abertas e o deputado Luiz Couto venceu as prévias por 332 votos a 181. Mas a urna de Mandacaru foi impugnada e os votos de Couto caíram para 241 e os de Chico Lopes, para 171. Após a apuração, o deputado Chico Lopes pediu a impugnação da candidatura do deputado Luiz Couto a prefeito de João Pessoa, alegando que alguns simpatizantes de Couto tiveram sua contribuição partidária paga pelo candidato antes da eleição, o que contrariava o regulamento da prévia.

No início de maio de 1996, o Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução, que tratava da situação em João Pessoa e em que afirma o seguinte:

O DN reconhece no Deputado Luiz Couto todas as qualidades políticas para representar o PT nas próximas eleições municipais, não tendo conhecimento de qualquer comportamento, nos planos ético ou político, que desabone o companheiro como dirigente, parlamentar, ou candidato. [...].

Termo de Acordo:

[...]

2) A partir desse momento estão formalmente retirados os recursos existentes contra a prévia de João Pessoa/PB (ATA ..., 1996b).

Em meados de maio de 1996, o PT/JP homologou o nome do deputado Luiz Couto como candidato do Partido a prefeito de João Pessoa, no seu Encontro Municipal. O cantor Fuba, do PPS, foi escolhido candidato a vice-prefeito. O PV completava a coligação. Nesta eleição, o PT teve um desempenho inferior ao de 1992.

Resultados das Eleições

| 1996 | | | | |
|--------------------------------------|---------------------|---|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - 1º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PTB/PSL/PL/PFL | Cícero de Lucena Filho (eleito) | 89.457 | 37,52% |
| 12/PDT | PDT/PcdoB/PPB | Antonia Lúcia Navarro Braga | 51.982 | 21,80% |
| 13/PT | PT/PPS/PV | Luiz Albuquerque Couto | 36.624 | 15,36% |
| 40/PSB | PSB/PSDB | Nádja Diógenes Palitot y Palitot | 27.654 | 11,60% |
| 44/PRP | PRP/PSDC/PRN | Mário da Cruz Barbosa | 2955 | 1,24% |
| 16/PSTU | Não coligou | Afonso Francisco de Abreu | 516 | 0,22% |
| 33/PMN | PMN/PSC/PSD | Álvaro Cavalcanti de Almeida | 466 | 0,20% |
| 29/PCO | Não coligou | Maria de Loudes Sarmento | 149 | 0,06% |
| | | Votos nominais | 209.803 | 87,99% |
| | | Votos brancos | 3.362 | 1,41% |
| | | Votos válidos | 213.165 | 89,40% |
| | | Votos nulos | 25.274 | 10,60% |
| | | Comparecimento = votos apurados | 238.439 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 238.439 | 81,17% |
| | | Abstenção | 55.312 | 18,83% |
| | | Eleitorado | 293.751 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

O Partido elegeu três vereadores: Ricardo Coutinho, com 6.917 votos, sendo o mais votado da Câmara; Luciano Cartaxo, 1.461 votos e Júlio Rafael, 1.416 votos. Avenzoar Arruda não se reelegeu, ficando na 1ª suplência, com 14 votos a menos que Júlio Rafael.

Quanto ao segundo turno, a Comissão Executiva Municipal do PT/JP decidiu indicar dois posicionamentos para a votação da plenária que decidiria a posição do Partido no 2º turno: primeiro, liberar a militância para votar em quem quisesse; segundo, apoiar Lúcia Braga (PDT). A Executiva descartou a possibilidade de apoiar Cícero Lucena (PMDB). O Partido decidiu-se pelo apoio à deputada Lúcia Braga.

Resultado da Eleição

| 1996 | | | | |
|--------------------------------------|---------------------|---|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - 2º TURNO | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PTB/PSL/PL/PFL | Cícero de Lucena Filho (eleito) | 115.937 | 49,17% |
| 12/PDT | PDT/PCdoB/PPB | Antonia Lúcia Navarro Braga | 93.494 | 39,65% |
| | | Votos nominais | 209.431 | 88,81% |
| | | Votos brancos | 3.704 | 1,57% |
| | | Votos válidos | 213.135 | 90,38% |
| | | Votos nulos | 22.674 | 9,62% |
| | | Comparecimento = votos apurados | 235.809 | 100,00% |
| | | Comparecimento em relação ao eleitorado | 235.809 | 80,28% |
| | | Abstenção | 57.942 | 19,72% |
| | | Eleitorado | 293.751 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

O processo eleitoral, visando à disputa das eleições de 2000 na cidade de João Pessoa, iniciou-se com as especulações sobre uma possível aliança do PT com o prefeito Cícero Lucena (PMDB), candidato à reeleição. Mas essa possibilidade foi rechaçada pela direção do Partido, mesmo pelos setores mais propensos a alianças, como a corrente Articulação. Já no ano de 1999, a imprensa paraibana informou que o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena (PMDB), estava acenando para o PT/PB com proposta de aliança. Porém o vice-presidente regional do PT, Walter Aguiar, disse que o PT não estabeleceria acordo em 2000, pois não iria abrir mão do acúmulo político conseguido nas últimas eleições para submeter-se à aliança com Cícero Lucena: “Manteremos a composição com os partidos de esquerda, e, se possível, ampliaremos o acordo fechando o apoio com os de centro-esquerda, desde que a condição seja trabalhar em cima do nome de um candidato petista” (ARAÚJO, 1998b, p. 3).

Todavia, confirmando as especulações da imprensa, o líder do governo Cícero Lucena (PMDB), na Câmara Municipal, Fernando Milanez (PPB), disse que o prefeito estava aberto para discutir, com os partidos de esquerda – PT, PV, PSB, PC do B e dissidentes de outras legendas, a formação de uma Frente de centro-esquerda. O vice-presidente regional do PT, Walter Aguiar, voltou a afirmar que o Partido não tinha interesse de integrar a aliança proposta pelo vereador Milanez, pois, para ele, a proposta mascarava uma briga de cartas

marcadas entre os grupos do PMDB liderados por José Maranhão e Ronaldo Cunha Lima. Segundo o dirigente petista, Maranhão se aliava com a direita e Cunha Lima não tinha tomado nenhum posicionamento de centro-esquerda. “E temos como exemplo a reeleição do presidente Fernando Henrique, que teve o apoio dos dois. Não temos visto nada diferente dentro do PMDB” (GALVÃO, 1999, p. 4).

No início de fevereiro de 1999, o deputado Frei Anastácio lançou o nome do deputado Ricardo Coutinho para prefeito de João Pessoa, durante um almoço oferecido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) aos trabalhadores rurais. Após este fato, a direção do PT disse que a posição do Partido sobre as eleições do ano seguinte somente seria definida após uma ampla consulta interna. O deputado Ricardo Coutinho defendeu que o PT antecipasse as discussões internas sobre as eleições municipais do ano 2000: “Não é imperativo que o candidato seja eu. Pode ser qualquer um. Mas precisamos nos antecipar, porque nem Maranhão nem Cícero têm nada a nos oferecer” (MOURA, 1999, p. 3).

No Encontro Municipal de João Pessoa, que elegeu a nova direção do Partido, o deputado Ricardo Coutinho foi indicado pré-candidato a prefeito de João Pessoa. Na plenária, obteve 140 votos a favor e dois contra. Coutinho foi autorizado pela plenária a discutir a formação de alianças com os partidos aliados e com movimentos da sociedade. Os aliados de Walter Aguiar, o novo presidente do Partido, eleito no referido Encontro, não aceitaram o resultado da Plenária. Segundo o vereador Luciano Cartaxo: “ a plenária foi esvaziada e não teve representatividade. Das 1.200 pessoas que compareceram para votar, apenas 140 ficaram na plenária” (BARBOSA, 1999, p. 3).¹⁴⁸

Diante da pressão de setores do Partido, o Diretório Municipal resolveu antecipar para dezembro de 1999 a discussão da escolha do candidato do Partido para prefeito de João Pessoa. O presidente do PT/JP, Walter Aguiar,

¹⁴⁸ Esta pequena percentagem de filiados que participou efetivamente das discussões sobre a escolha do candidato reflete um problema atual do Partido dos Trabalhadores: pessoas, ligadas, principalmente a parlamentares, se filiam sem ter realmente interesse numa militância partidária. Então, apenas votam no dia das convenções, sem terem um maior compromisso com as discussões internas do Partido, como é tradição na militância petista. Neste caso específico, setores do Partido que não tinham interesse em definir naquele momento o candidato a prefeito também contribuíram para o esvaziamento das discussões. No entanto, há uma discrepância entre o número de filiados e o número de militantes que tem realmente uma vida partidária mais ativa.

declarou que a plenária que indicou Ricardo Coutinho não tinha valor legal. Em dezembro, o PT/JP realizou a I Conferência Eleitoral e decidiu-se pelo lançamento de uma chapa partidária, com Ricardo Coutinho para prefeito e um vice também do PT, a ser escolhido. A tendência Articulação ficou responsável pela coordenação da campanha e uma série de discussões estratégicas para a elaboração de uma proposta administrativa.

No início de janeiro de 2000, o deputado Ricardo Coutinho foi confirmado com o único pré-candidato do PT a prefeito de João Pessoa. A partir daí, começam a surgir novos problemas na condução da campanha. O Diretório Municipal definiu a coordenação da campanha, mas alguns de seus membros não foram bem aceitos pelo pré-candidato. A imprensa informou que, se não fosse mudada a coordenação, Coutinho pretendia dizer quem estava sabotando sua campanha. O presidente do PT/JP, Walter Aguiar, negou que a Articulação estivesse sabotando a candidatura, afirmando desconhecer a insatisfação com a coordenação, que fora escolhida de forma a representar todos as correntes do Partido. Ricardo Coutinho manifestou-se surpreso com as declarações do presidente do PT/JP, Walter Aguiar, pois ele lhe enviara carta demonstrando esta insatisfação. Walter Aguiar confirmou que recebera a carta e que o assunto seria debatido (CARDOSO, 2000a, p. 3).

Diante desta polêmica, o PT/JP se reuniu para decidir mudanças na coordenação da campanha de Ricardo Coutinho e a questão da coligação com o PDT. Nesta reunião, ficou decidido que o PT/JP não aceitaria o PDT na Frente de Oposições. O candidato a prefeito Ricardo Coutinho disse que a decisão foi precipitada: “Respeito a decisão, mas deveríamos ouvir primeiro o que o seu presidente municipal, Neto Franca, teria a dizer” (CARDOSO, 2000e, p. 2). Também ficou definida que a coordenação da campanha seria indicada por Ricardo Coutinho.

No mês de abril de 2000, Wallene Cavalcanti, membro da executiva do PT/JP, acusou a direção do Partido de estar boicotando a candidatura de Ricardo Coutinho a prefeito de João Pessoa, em especial o vereador Júlio Rafael.

Tudo o que se buscou até agora para consolidar a candidatura dentro e fora do partido foi golpeado pela atual direção. Foi assim desde a aprovação do nome de Ricardo como pré-candidato (setembro de 1999), passando pela aprovação de uma chapa exclusivamente partidária (dezembro de 1999) e, por último, a aliança celebrada com o PMDB de Campina Grande (março de 2000) (JÚLIO RAFAEL É ... 2000, p. 3).

Logo após esta denúncia, o deputado Ricardo Coutinho confirmou, em entrevista à imprensa, que seu nome estava sendo boicotado por setores do PT desde o lançamento de seu nome por Frei Anastácio. Lembrou que seu nome não fora reconhecido como pré-candidato, no Encontro Municipal; havia sido formada uma coordenação à sua revelia, quase todos os partidos que queriam lhe apoiar, haviam sido combatidos e sua candidatura não fora reconhecida como prioritária pelo PT nacional. Os presidentes do PT regional e de João Pessoa, respectivamente, Adalberto Fulgêncio e Walter Aguiar, negaram o boicote dizendo que a candidatura é consensual dentro do PT, apesar das divergências conceituais entre a Articulação e o grupo liderado pelo candidato. No mesmo dia desta declaração, Ricardo Coutinho devolveu a candidatura ao Partido, sob a alegação de estar sofrendo boicote, através da seguinte carta entregue à direção municipal do Partido:

[...] Os motivos para o boicote já foram explicitados antes em vários momentos. Agora, só nos resta devolver a candidatura ao partido para que a atual direção encaminhe de acordo com a sua vontade.[...] Uma história de 20 anos não pode ser ignorada em troca de vias tortuosas para se alcançar o poder. Eleição para nós é uma etapa rumo à sociedade mais justa e fraterna. As lutas em favor dos trabalhadores e excluídos são nosso maior objetivo. E não vamos lutar em vão. Que fiquem com a candidatura. Nós ficamos com a cidadania (NOTA ..., 2000, p. 1).

Esta carta foi aceita pelo Diretório Municipal por 21 votos a favor, 3 abstenções e nenhum contra. No entanto, mesmo um dos principais aliados de Coutinho, o deputado federal Avenzoar Arruda, considerou, em avaliação posterior ao processo eleitoral, que a renúncia foi, além de uma precipitação, receio de uma derrota nas urnas, segundo ele:

[...] a candidatura de Cícero Lucena aparecia como a franca favorita, independente do candidato que viesse a ser. Então não é verdadeiro o discurso de que com Luís Couto nós perderíamos, com Ricardo nós

venceríamos. E todos tinham conhecimento disso, principalmente Ricardo Coutinho, que tinha muito medo de ser candidato e ser ridicularizado na eleição. Então ele começou também a exigir coisas que para um candidato que tivesse plenas condições de vencer não exigiria [...]. Como as condições eram muito difíceis, ele se sentiu no direito de fazer aquelas exigências, ou seja, o controle da coordenação, uma composição de aliança que incluía inclusive o PL, de certo modo podemos dizer, uma certa estrutura de campanha e assim por diante [...]. Agora a renúncia foi uma precipitação e eu acho que, mais do que uma precipitação, foi um ato consciente de quem não queria ser o candidato [...]. Tanto é que não se inscreveu na prévia. Houve tempo.¹⁴⁹

Após a entrega da carta, o deputado Ricardo Coutinho disse que não renunciara à candidatura. Mas convocara o debate entre membros do diretório estadual e municipal que o estavam boicotando e apenas colocara a candidatura à disposição do Partido: “A renúncia é um ato de vontade individual e eu nunca tive vontade de sair da disputa” (FARIAS, 2000, p. 4). Defendeu uma plenária para discutir os rumos do Partido e da candidatura. Chamou os dirigentes do PT de “traidores”, citando Júlio Rafael, Adalberto Fulgêncio e Walter Aguiar, afirmando que, desde que seu nome foi lançado, eles começaram “a conspirar contra a candidatura do PT e não somente contra meu nome. Quem dizia ser responsável pela candidatura estava maldosamente boicotando o partido” (FARIAS, 2000, p. 4). Segundo ele, a direção do PT pretendia fechar uma aliança com Cícero Lucena (PMDB), “mas como poderia ser esmagada pelas bases, recuou, passou a boicotar a candidatura do partido” (FARIAS, 2000, p. 4). Petistas que defendiam a candidatura de Ricardo Coutinho solicitaram que ele reconsiderasse a decisão e reassumisse a sua pré-candidatura a prefeito de João Pessoa. Também defenderam que a direção municipal do Partido reexaminasse a devolução de pré-candidatura e assumisse suas responsabilidades em relação à questão. Cerca de 700 pessoas, entre filiados do PT e representantes de 24 entidades de João Pessoa, fizeram um ato de apoio à permanência do deputado Ricardo Coutinho como candidato. Nove pré-candidatos a vereadores pelo PT participaram do ato. Houve um show de artistas locais em apoio. Coutinho disse que não iria participar de prévia e só retomaria sua candidatura com a reestruturação do poder interno no Partido e autonomia para realização de sua campanha.

¹⁴⁹ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

Diante do impasse criado, o secretário de Organização do PT nacional, Silvio Pereira, veio à Paraíba tentar articular a pacificação do PT/JP, realizando reuniões separadas com os grupos divergentes. Ricardo Coutinho disse a ele que não renunciara à indicação, apenas entregou a candidatura ao Partido. Também disse que não aceitaria participar das prévias e que só retomaria a candidatura se algumas exigências fossem atendidas: reformulação da direção do Partido, sob a chancela da direção nacional; depois da campanha, os dirigentes voltariam ao poder; e, não participar da prévia. Já o grupo da Articulação acusou o deputado Ricardo Coutinho de ir de encontro à orientação do Partido; de utilizar a imprensa para distorcer decisões do diretório e de fazer acusações de que estava sendo traído.

No dia 14 de abril, Ricardo Coutinho divulgou uma carta aos filiados do PT, intitulada *Uma Carta Necessária e Verdadeira*, onde procurava relatar o que ele considerou boicote à sua candidatura:

1. No último dia 03 de abril, numa reunião entre a executiva do PT, parlamentares e candidatos a vereador, todos os presentes ouviram o vereador Júlio Rafael, o presidente do Diretório Municipal, Walter Aguiar, o presidente do Diretório Regional Adalberto Fulgêncio, o vice-presidente do Diretório Municipal, Francisco Linhares, o Secretário do Diretório Municipal Anderson Pires e a Secretária de Organização, Chica Carvalho, afirmarem publicamente que não trabalhariam a candidatura a prefeito do PT, lavando as mãos e se recusando a assumir as suas responsabilidades de dirigentes partidários.
2. Essa confissão pública foi apenas o último ato de um longo boicote ao meu nome que começou desde o ano passado. A prova é que, faltando apenas 5 meses e 20 dias para uma eleição onde o PT apresenta chances reais de vitória, a campanha não tinha qualquer estrutura pensada ou montada para o embate eleitoral; não tinha, sequer, começado uma discussão sobre o seu programa de governo e muito menos um diagnóstico da cidade que queremos governar. Tinha apenas uma crise atrás da outra que conflagrava o partido e não abria espaço para que a militância se engajasse na campanha. [...]
3. O boicote foi tomando formas cada vez mais claras. Informações desse grupo dinamitaram a nossa candidatura na Direção Nacional, alegando que ela não tinha chances de vitória, levando-os a não considerá-la prioritária e, portanto, fora do apoio do PT nacional.
4. A vinda do companheiro Lula à Paraíba foi mais uma etapa desse boicote. Programaram um comício em Cabedelo, um debate na UFPB e uma longa conversa de Lula com Cássio Cunha Lima. Nenhuma atividade com o candidato do PT da capital paraibana. [...]
7. Dentre as inúmeras crises contra a nossa candidatura, promovidas pelo grupo de Júlio Rafael e Walter Aguiar, destaco a da formação da coordenação de campanha. O Diretório Municipal votou uma coordenação de campanha contra a vontade do candidato. Nunca se

viu isso em qualquer parte do País. Depois da minha reação pública, voltaram atrás e disseram que não aceitavam mais participar da coordenação de campanha e que eu podia indicar todos os membros, como se eu estivesse lutando por isso. Meu desejo sempre foi formar uma coordenação com todas as forças do partido, e isso é tão verdadeiro que, no dia dessa decisão absurda do DM de votar a coordenação, eu tinha convidado Walter Aguiar para coordenar a campanha, o que, comprovando o boicote, não foi aceito. [...]

9. Da mesma forma agiram com os partidos aliados. Em nenhum momento, tiveram vontade política de construir uma frente de partidos, no campo definido pela resolução nacional sobre alianças. Optaram e trabalharam para que houvesse, sempre, uma instabilidade reinante entre os partidos, enfraquecendo a candidatura do PT. [...]

Está provado que essa crise foi criada e alimentada por esse grupo que domina a direção do PT. [...] (UMA CARTA ..., 2000 apud MELO NETO, 2002, p. 401).

O PT/JP decidiu que iria realizar sua prévia no dia 28 de maio de 2000. Os partidários da candidatura de Ricardo Coutinho ainda tentaram aprovar um plebiscito para saber se o Partido aceitava ou não a renúncia do deputado. A proposta foi derrotada por 17 a 8 votos. O deputado Luiz Couto decidiu disputar a prévia. O deputado Ricardo Coutinho disse que a prévia do PT/JP para escolher o candidato a prefeito “é o coroamento de um golpe dado pelo grupo petista - comandado pelo vereador Júlio Rafael – que é ligado aos Cunha Lima” (LEARTH, 2000a, p. 5). E afirmou que não apoiaria a candidatura de Luiz Couto, caso a configuração política partidária continuasse daquele jeito:

Só apóio uma candidatura nestas eleições que seja, verdadeiramente, de oposição ao prefeito Cícero Lucena. Esse grupo que controla o PT, o grupo de Luiz Couto, nunca fez oposição ao PMDB do R (grupo Cunha Lima do qual o prefeito Cícero Lucena faz parte) (LEARTH, 2000a, p. 5).

No início de maio, o deputado Luiz Couto foi escolhido o candidato do PT a prefeito de João Pessoa, tendo a prévia sido cancelada, porque Couto fora o único a se inscrever.

Em meados de maio de 2000, o deputado Ricardo Coutinho resolveu disputar a convenção do PT/JP com o deputado Luiz Couto. Segundo ele, a Executiva Nacional do Partido determinou que o Diretório aceitasse a inscrição, mesmo já tendo passado o período para registro de candidaturas. Ele entregou um documento se inscrevendo para disputar com o deputado Luiz Couto a

convenção que indicaria o candidato do Partido a prefeito de João Pessoa. Mas o presidente do Diretório Municipal de João Pessoa, Walter Aguiar, disse que todos os prazos de inscrição tinham sido encerrados e que não existia qualquer possibilidade de considerar o documento entregue por Ricardo Coutinho.

Walter Aguiar disse que, além da solicitação ocorrer fora do prazo, sua pretensão ficara insustentável, pois houve uma quebra total de confiança do deputado com o Partido. O grupo do deputado Ricardo Coutinho decidiu que iria votar pelo “não” à candidatura de Luiz Couto e zerar o processo para que a base do Partido se pronunciasse no voto.

No dia 04 de junho de 2000, o deputado Luiz Couto foi escolhido, no Encontro Municipal do PT/JP, como candidato a prefeito de João Pessoa, obtendo 510 votos “sim”, contra 359 “não”. Foram escolhidos 27 candidatos a vereadores. Anísio Maia, o único nome inscrito como candidato a vice-prefeito, só obteve 25% dos votos dos filiados e não teve seu nome homologado, precisava de 50%. Após o Encontro, Ricardo Coutinho disse que ia prestar queixa numa delegacia por ter sido agredido por Luiz Couto. Este negou a agressão: “Eu não agredi Ricardo. Ele está mentindo. Apenas tomei um panfleto que ele estava distribuindo” (MOURA, 2000d, p. 3).

Após esta “guerra” na definição do candidato a prefeito de João Pessoa, ficou difícil se construir uma unidade em torno da candidatura escolhida. O deputado Ricardo Coutinho disse que votava no candidato do Partido, mas não participaria da campanha majoritária. Ou seja, não participaria de atividades públicas pela candidatura de Couto. Ao ser indagado se iria indicar o vice de Luiz Couto, disse: “Quem pariu a candidatura de Couto deve parir também o seu vice” (MOURA, 2000e, p. 3). O deputado federal Avenzoar Arruda também disse que ele e seu grupo não iriam participar do processo de construção da chapa majoritária, indicando o vice, como propôs a tendência Articulação. Disse ele: “O que nós vamos querer apenas é fazer a campanha do PT” (AVENZOAR NÃO ..., 2000, p. 3). Diante da recusa dos setores mais à esquerda em indicarem o vice na chapa de Luiz Couto, o PT/JP indicou o nome de seu presidente Walter Aguiar, também membro da Articulação, para ser o vice. No final de junho de 2000, o PT/JP homologou as candidaturas. O Partido coligou-se apenas com o PC do B, já que os outros partidos de esquerda –

PDT, PSB, PV e PPS – se aliaram com a candidatura do prefeito Cícero Lucena (PMDB).

Durante a campanha, o PT/JP se indispôs com os pequenos partidos devido a uma briga para aumentar seu tempo no Guia Eleitoral, alegando que ocorreu erro na divisão e questionando o tempo dado ao PTN, PCO e PSTU, considerado maior do que deveria ser.

O candidato a prefeito de João Pessoa pelo PSTU, Alexandre Arruda, disse: “É muito estranho quererem retirar nosso tempo no guia eleitoral. Talvez por saber que fazemos oposição cerrada ao prefeito” (MOURA, 2000f, p. 3). O PSTU e o PCO acusam a candidatura de Luiz Couto de ser “laranja”. A candidata a prefeita de João Pessoa pelo PCO, Lourdes Sarmiento, disse sobre o PT: “O partido se vendeu ao esquema Cunha Lima, para facilitar a reeleição do prefeito Cícero Lucena. Por isto, vem agredindo, tanto o PSTU, quanto o PCO, porque nós fazemos oposição ao prefeito” (MOURA, 2000h, p. 3). O PSTU acusou o PT de se posicionar contra a liberdade de expressão por ter requerido sua exclusão do guia eleitoral.

O candidato a vereador pelo PT, Heriberto Coelho, encaminhou uma carta ao presidente do PT/JP, Walter Aguiar, protestando contra a proposta do PT de excluir o PSTU e o PCO do guia eleitoral: “A exclusão é um atentado à democracia” (LUNA, 2000a, p. 4). Mas o PT/PB ingressou com um recurso no TRE pedindo a impugnação do tempo do PCO, PSTU e PTN, argumentando que esses partidos não tinham representantes no Congresso Nacional, por isso não podiam participar do guia (CARDOSO, 2000b, p. 3).

O deputado Ricardo Coutinho disse sobre o assunto: “Sou contrário e estranho esta ação do PT de tomar tempo no guia de partidos que fazem oposição a Cícero” (MOURA, 2000j, p. 3). A secretária de Movimentos Populares do PT/PB, Giucélia Figueiredo, disse que a ação de restringir partidos no guia eleitoral era de responsabilidade da coordenação da campanha de Luiz Couto, não passara por nenhuma instância partidária e estava constangendo a militância identificada com as lutas democráticas do Partido.

Também no decorrer da campanha, o deputado federal Avenzoar Arruda e os estaduais Ricardo Coutinho e Frei Anastácio distribuíram uma nota,

exigindo que a direção municipal do PT/JP adotasse uma política de oposição ao prefeito de João Pessoa (ARRUDA, A.; COUTINHO, R.; RIBEIRO, Frei A. 2000, p. 3). A nota diz, ainda, que o PT/PB vivia uma crise de direção que se caracterizava por contradições entre as orientações da direção e a vontade política da base partidária e sua base de influência. Os autores da nota criaram um movimento, denominado PT de Luta, e publicaram propaganda paga na imprensa, indicando onze candidatos a vereadores do PT, em João Pessoa. Devido à divulgação desta nota, o secretário nacional de Organização do PT, Silvio Pereira, solicitou ao diretório estadual da Paraíba a abertura de processo disciplinar contra os autores, pois estes não estariam se engajando na campanha a prefeito, mas apenas na de alguns vereadores.

Também circulou na Internet um movimento anônimo denominado PT 100%, que prometia reforçar a campanha de Alexandre Arruda (PSTU) e detonar a de Luiz Couto (PT). O vice-presidente do PT/JP, Francisco Linhares, disse:

Creio que esse tal movimento que pretende bater na campanha do PT, e que é um bicho sem cabeça, apócrifo, é coisa de quem não tem coragem de assumir o que faz. Tal iniciativa deve ser coisa dos aliados de Cícero, Maranhão e FHC. De toda forma acionaremos a Justiça para responsabilizar o provedor que veicula tal agressão contra o PT, já que não sabemos o nome dos covardes que tentam derrotar o PT (LUNA, 2000b, p. 4).

O autodenominado PT 100% publicou o seguinte texto na Internet:

Nós defendemos um PT que não precisa ameaçar filiados para ter votos. Nós defendemos o PT da empolgação, da paixão, do desprendimento voluntário. Depois que essa turma se apoderou do PT, aluga-se em troca de secretarias (aguardem Campina, para depois dizer que é mentira) (LUNA, 2000c, p. 4).

Ao mesmo tempo criticou a atuação parlamentar dos vereadores petistas Luciano Cartaxo e José Bezerra, em João Pessoa, dizendo que, no seu mandato, Cartaxo fizera apenas quatro discursos e José Bezerra, um de dez minutos para criticar a Zona Azul. Luciano Cartaxo respondeu afirmando que continuaria seu trabalho na Câmara – a exemplo de projetos para implantar o Procon Municipal, a Lei do Material Escolar e a campanha de defesa dos

genéricos (LUNA, 2000f, p. 4). José Bezerra também respondeu às críticas do PT 100%. Enviou ao jornal **Correio da Paraíba**, uma relação de seus projetos, entre outros: a carência de 10 minutos na Zona Azul; o de higiene e saúde nas escolas municipais e a luta pelo passe livre para surdos e pela adaptação dos coletivos para deficientes físicos (LUNA, 2000d, p. 4). O vereador Júlio Rafael disse que a facção PT 100% lutara para o PT/JP não atingir os 18% da última eleição, culpando os deputados Avenzoar Arruda, Ricardo Coutinho e Frei Anastácio de agirem por trás do PT 100%: “É uma idéia fixa deles. Mesmo que isso estraçalhe o PT” (LUNA, 2000e, p. 4).

No início de agosto de 2000, o candidato a vereador, Antônio Barbosa, ex-chefe de gabinete do deputado Luiz Couto, agora ligado ao PT de Luta, sugeriu que o candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT, deputado Luiz Couto, renunciasse à sua candidatura. Pois, segundo ele, Couto “não envolveu as entidades, os sindicatos, a Igreja, que estão fora do processo. [...] devemos nos sentar para tomar uma nova medida, que pode ser sim, a retirada desta candidatura” (CARDOSO, 2000c, p. 2). O deputado Luiz Couto retrucou que não pretendia renunciar a sua condição de candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT: “Renuncio sim ao demônio, ao mau caratismo, à covardia” (CARDOSO, 2000d, p. 2). Mas, Antônio Barbosa, esclareceu que não sugerira a renúncia de Luiz Couto:

[...] considerando crítica a situação da nossa campanha, sugeri ao deputado que fizesse um chamamento as direções partidárias, aos candidatos a vereadores e a militância para uma avaliação, aberta e profunda, a fim de redimensionar a campanha ou até mesmo substituir a candidatura. [...] isso difere de renúncia, pois esta se trata de um ato excepcional e extremado, enquanto que a substituição pressupõe diálogo e acordo político (CARDOSO, 2000d, p. 2).

Depois de uma campanha tão marcada por disputas internas, onde as brigas entre os pretensos candidatos do Partido tiveram muito mais destaque para a imprensa do qualquer proposta deste para governar a cidade, o resultado eleitoral até que pode ser considerado positivo.

Resultados das Eleições

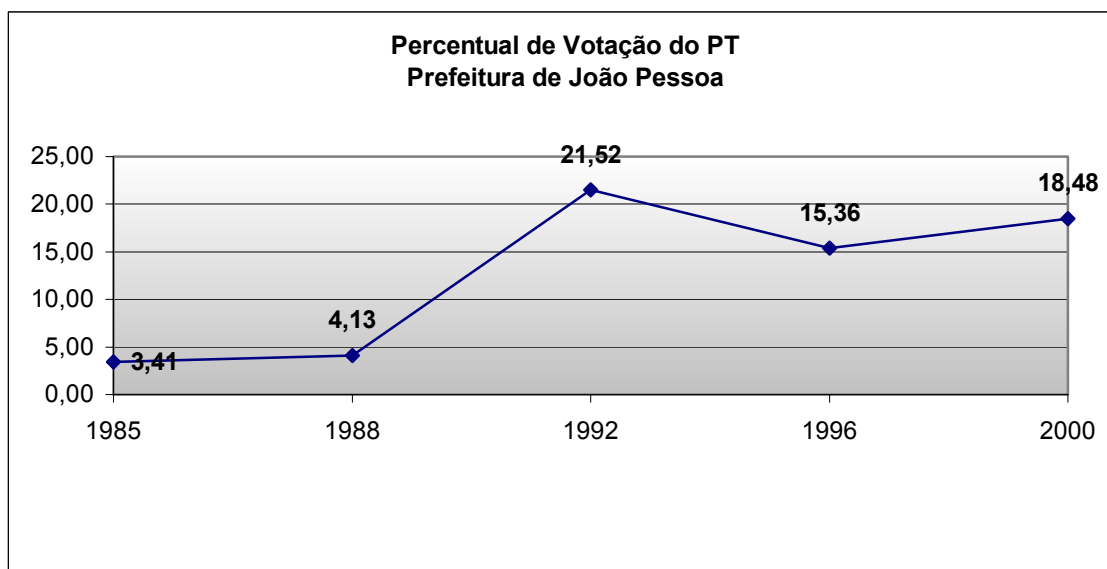
| 2000 | | | | |
|---------------------------|--|----------------------------------|---------|------------|
| PREFEITURA DE JOÃO PESSOA | | | | |
| PARTIDO | COLIGAÇÃO | CANDIDATO | VOTAÇÃO | % APURADOS |
| 15/PMDB | PMDB/PFL/PPB/PTB/PL/PSL/PST/PDT/PHS/PRN/PRP/PSDB/PSC/PV/PSB/PPS/PSDL/PTdoB/PMN/PAN/PGT | Cícero de Lucena Filho (eleito) | 193.156 | 65,06% |
| 13/PT | PT/PCdoB | Luiz Albuquerque Couto | 54.849 | 18,48% |
| 29/PCO | Não coligou | Maria de Lourdes Sarmiento | 6.104 | 2,06% |
| 16/PSTU | Não coligou | Alexandre Arruda Ramalho Ribeiro | 4.908 | 1,65% |
| 19/PTN | Não coligou | Ricardo Antonio Camelo Cabral | 1.919 | 0,65% |
| | | Votos válidos | 260.936 | 87,90% |
| | | Votos brancos | 12.562 | 4,23% |
| | | Votos nulos | 23.370 | 7,87% |
| | | Votos apurados | 296.868 | 100,00% |
| | | Comparecimento | 296.868 | 86,47% |
| | | Abstenção | 46.458 | 13,53% |
| | | Eleitorado | 343.326 | 100,00% |

Fonte: TRE-PB

OBS.: Através da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, o TRE determinou que a partir das eleições de 1998, os votos brancos não compunham os votos válidos, como acontecia anteriormente.

Para a Câmara Municipal, o Partido elegeu mais uma vez três vereadores: Luciano Cartaxo, com 3.504 votos e José Bezerra, com 2.051 foram reeleitos e o ex-deputado estadual pelo Partido, Padre Adelino, com 2.114 votos. O vereador Júlio Rafael, que foi um dos principais expoentes das divergências com o candidato a prefeito desistente, Ricardo Coutinho, não foi reeleito.

Em João Pessoa, o desempenho eleitoral do PT, nas disputas municipais, sempre esteve muito acima da média conseguida nas eleições estaduais, apesar de, nas duas primeiras disputas, o índice também ter sido baixo, como podemos observar no gráfico seguinte:



Este fato, explica-se, pelas características da cidade, a maior e mais desenvolvida do Estado, com uma sociedade civil relativamente bem mais forte do que no restante do mesmo,¹⁵⁰ principalmente com um certo fortalecimento do movimento sindical, principalmente, no setor público, a partir de meados da década de 1980, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Estado. Mas mesmo assim, apenas em uma ocasião, o Partido disputou uma eleição com certa perspectiva de vitória, que foi a de 1992. Nesta ocasião, elementos da conjuntura favoreceram o bom desempenho do Partido. Além do prestígio político do candidato a prefeito Chico Lopes e de seu vice Simão Almeida, conquistado com o bom desempenho de ambos, como deputados estaduais, teve também o fato de a candidata do PDT, a deputada federal Lúcia Braga, considerada a grande favorita para pleito, não ter podido disputar o pleito, por ser esposa do ex-prefeito Wilson Braga.¹⁵¹

¹⁵⁰ Apenas a cidade de Campina Grande, a segunda maior do Estado, apresenta características próximas a João Pessoa, no entanto, naquela cidade o desempenho eleitoral do PT, sempre ficou abaixo do da Capital. Paradoxalmente, em alguns cidades do interior, como Serra Branca, por exemplo, uma pequena cidade encravada na região do Cariri, a área mais pobre do Estado, o PT, durante toda a década de 1990 teve um desempenho eleitoral bem acima da média estadual, e até mesmo, maior do que em João Pessoa.

¹⁵¹ Wilson Braga tinha se afastado da prefeitura de João Pessoa, em 1990, para ser candidato a governador do Estado, mas como tinha exercido parte do mandato por dois anos, a Justiça Eleitoral entendeu que sua esposa não podia concorrer ao cargo. Diante deste fato, o partido de ambos, o PDT, indicou Chico Franca que, apesar do apoio da família Braga, estava longe de ter prestígio da referida deputada.

Nas disputas seguintes, de 1996 e 2000, conflitos internos atrapalharam a performance eleitoral do Partido. Em 1996, o Partido escolheu o deputado Luiz Couto como candidato a prefeito, quando provavelmente, o deputado Chico Lopes, que tinha ido para o 2º turno na eleição anterior, teria tido uma melhor aceitação por parte da sociedade, naquele momento. Em 2000, como vimos, a escolha da candidatura a prefeito foi marcada por grandes disputas internas, o que inviabilizou a unidade do Partido, além de ter causado o afastamento do candidato Ricardo Coutinho, que reconhecidamente tinha um maior potencial eleitoral, na ocasião, do que o candidato escolhido, o deputado Luiz Couto.

6 O PT E OS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

O PT na Paraíba teve dificuldade para atuar nos espaços institucionais, e, principalmente, entabular qualquer processo de negociação com outras forças políticas no Estado. Primeiro, pela própria postura radicalizada do Partido na sua fase inicial, que era comum em todo país, mas que, no Estado da Paraíba, se acentuava pela predominância de grupos mais radicais, ligados à esquerda marxista-leninista e trotskista na direção partidária. Por outro lado, devido às características da política paraibana, onde praticamente todas as forças políticas tinham posturas clientelistas, conservadoras, pouco comprometidas com mudanças reais na sociedade, o que dificultava o diálogo com um partido que nascia com a intenção de fazer transformações profundas na sociedade.

Mas, à medida que o PT a nível nacional vai mudando sua postura, principalmente a partir da definição de uma política de alianças com outras forças políticas e de um contato maior do Partido com os espaços institucionais, na Assembléia Nacional Constituinte, isso passa a ter reflexo no PT paraibano. Essa nova linha política teve muita resistência para ser adotada no Estado. O PT só veio a ter uma convivência mais tranqüila com outros partidos de esquerda a partir da eleição presidencial de 1989, quando selou uma aliança com essas forças, ou seja, mesmo definido que o Partido podia se coligar com estes partidos, isso só se tornou ponto pacífico no Partido nas eleições estaduais de 1990, apesar de o PT já ter se aliado com o PSB, nas eleições para prefeito de João Pessoa, em 1988. Como vimos, essa aliança foi objeto de muita polêmica no Partido.

Com relação a conversações com outras forças políticas do Estado, que podiam ser consideradas de centro, o Partido só veio a tê-las nas eleições de 1994, para governador, com o objetivo de ampliar o palanque de Lula para presidente. Contudo essa aliança não se concretizou, entre outros fatores, porque a maioria do Partido não aceitava alianças, a não ser com forças de esquerda. Mas, a partir daí, e, principalmente, do momento em que a tendência Articulação passou a ser majoritária no Partido, as negociações com outras

forças políticas foram se acentuando, mesmo ainda sendo objeto de muito questionamento.

O PT só elegeu seus primeiros parlamentares em 1988; cinco vereadores, sendo um em João Pessoa; só elegeu seu primeiro deputado estadual em 1990, e seu primeiro deputado federal no ano 2000. Contudo, a atuação parlamentar do Partido, apesar dos poucos representantes petistas no Estado, foi sempre muito ativa e criativa. Os parlamentares petistas, além de fazerem oposição acirrada aos governos, trouxeram para dentro do parlamento questões que não eram muito comuns de serem debatidas nas Câmaras de Vereadores e na Assembléia Legislativa, tais como: a moralização do poder público, a defesa dos direitos humanos, o enfrentamento do corporativismo dentro da Assembléia, com a defesa da liberação de parlamentares acusados de crime comum para serem julgados pela justiça, a defesa do consumidor, a cultura, a democratização do orçamento. Esses temas passaram a ser objetos de discussões nos parlamentos, na imprensa e na sociedade como um todo.

Os parlamentares petistas também se destacam por apresentarem problemas da área de interesse dos trabalhadores, como: reforma agrária, saúde pública, educação pública, transportes coletivos, moradia, além de fazerem uma constante defesa dos funcionários públicos. Os referidos representantes tiveram, também, atuação destacada em questões da conjuntura, como a luta contra as privatizações de empresas públicas, o aumento de IPTU, etc. Com isso, eles contribuíram tanto para o crescimento da legenda no Estado, como para uma certa inovação nas práticas políticas do parlamento paraibano. Todavia essa relação dos parlamentares com o espaço institucional também trouxe dificuldades para os parlamentares petistas, principalmente a aceitação pelos mesmos e pelo Partido de algumas práticas que eles, inicialmente, combatiam, como o recebimento de verbas sociais e auxílio-combustível e privilégios, como aposentadorias especiais de parlamentares, entre outros.

6.1 Atuação parlamentar do PT paraibano

Nas eleições de 1988, quando o PT/PB elegeu seus primeiros parlamentares: ao todo, foram cinco vereadores no Estado, o Partido passa a ter uma presença maior na vida política paraibana, com uma expressão bastante ativa no parlamento e mais visibilidade na imprensa. Logo após eleger seus primeiros vereadores, a Executiva Regional do PT convocou uma reunião com os eleitos e os respectivos presidentes de Diretórios Municipais para estabelecer um Plano de Ação do Partido nas Câmaras Municipais onde conseguira eleger representantes. A reunião teve como objetivo discutir a definição do papel que os vereadores petistas iriam desempenhar no Legislativo municipal; o relacionamento do PT com os demais partidos; dos vereadores com os movimentos sociais e a criação de conselhos comunitários. Nesta reunião, foram feitas as seguintes recomendações aos parlamentares eleitos do Partido: incentivo à formação de conselhos públicos e à participação popular nas sessões; luta para conseguir eliminar as diferenças salariais existentes nas Câmaras e democratizar os seus regimentos internos. Quanto à participação na formação da Mesa, a orientação foi a de que se deve discutir princípios buscando a moralização do poder e não discutir a divisão de cargos. Também ficou definido que o PT também não faria alianças permanentes com nenhum partido, mas poderia se unir para defender propostas de interesse do povo.

O presidente regional do PT, na época, José Maria Gurgel, disse que sua agremiação atuaria nas Câmaras onde elegera representantes de forma a não permitir a corrupção, o nepotismo nem irregularidades tanto no Poder Legislativo com nas Prefeituras. Segundo ele, o PT também não permitiria que os vereadores fossem utilizados como instrumentos para manutenção de grupos no poder, notadamente no Executivo, pois para o Partido, o mandato dos parlamentares devia estar a serviço das causas populares e voltados para os interesses sociais das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Em 1990, o PT paraibano elegia o seu primeiro deputado estadual, o professor secundário Chico Lopes. No seu primeiro discurso, logo após tomar posse na Assembléia Legislativa, o deputado destacou algumas diretrizes que

iriam compor sua ação como parlamentar: a vinculação dos subsídios dos deputados à igual índice e data de aumento dos vencimentos do funcionalismo estadual; a criação de tribunas livres e audiências públicas permanentes que garantissem a participação das forças organizadas da sociedade na Assembléia Legislativa; a extinção do Instituto de Previdência dos deputados; o leilão de carros oficiais da Casa, mesmo os pertencentes aos membros da Mesa Diretora. Em sua opinião, estas medidas visaram resgatar a credibilidade dos políticos junto à opinião pública. Enfim, afirmou que sua atuação seria marcada por um posicionamento em favor dos trabalhadores e dos principais aspectos da ordem social e econômica da Assembléia Legislativa.

Nas eleições municipais de 1992, o PT/PB elegeu 13 vereadores no Estado, sendo três em João Pessoa. Nas eleições de 1994, o PT/PB aumentou sua bancada de um para três deputados estaduais. Chico Lopes foi reeleito, e juntaram-se a ele os padres Luiz Couto e Adelino. Nas eleições municipais de 1996, o PT/PB elegeu 48 vereadores no Estado. Manteve sua bancada de 3 vereadores em João Pessoa e elegeu, pela primeira vez, um vereador em Campina Grande. Nas eleições de 1998, o PT/PB teve novamente três deputados estaduais: Luiz Couto foi reeleito, mais Frei Anastácio e Ricardo Coutinho, que foi o candidato a deputado mais votado em João Pessoa. Chico Lopes e Pe. Adelino não foram reeleitos. O Partido também elegeu seu primeiro deputado federal no Estado, Avenzoar Arruda. Nas eleições de 2000, o PT elegeu 53 vereadores na Paraíba, mantendo sua bancada de três vereadores em João Pessoa e de um em Campina Grande.

Os parlamentares petistas se destacaram diante dos seguintes temas:

- Postura diante dos governadores

O mandato do primeiro deputado estadual do PT no Estado, Chico Lopes, foi de oposição sistemática ao governador Ronaldo Cunha Lima (PMDB).

Inicialmente, o parlamentar petista fez críticas e cobranças ao governo anterior, Tarcisio Burity, e propôs uma CPI na Saúde, para investigar o governo Burity, mas, logo em seguida, passou a direcionar suas críticas ao governo de Ronaldo Cunha Lima, afirmando que o governador não tinha

projeto de educação, isto é, quantas escolas iriam ser construídas ou recuperadas e indagando sobre os salários dos professores; na área da saúde, quantos hospitais iriam ser recuperados, assim como os salários do setor e o do restante dos funcionários; e ainda, na questão rural, quantos hectares de terra iriam ser irrigados, quem iria ser beneficiado. Segundo ele, nada disso estava definido. Quanto à questão do salário dos funcionários públicos, o deputado considerou que o arrocho salarial já era esperado, “haja vista que o governador, quando era prefeito de Campina Grande sempre foi contra os funcionários, principalmente os que faziam greves constantes e lutavam por melhores salários na administração municipal” (LOPES DIZ ..., 1991, p. 3). E acrescentou que “a gestão de Ronaldo em Campina Grande foi marcada por greves, arrocho salarial e outras questões desse tipo, por isso não poderíamos esperar que fosse diferente a situação agora quando ele está à frente do governo” (LOPES DIZ ..., 1991, p. 3).

Além das constantes críticas ao governo de Ronaldo Cunha Lima, o deputado Chico Lopes requereu o *impeachment* do governador por improbidade administrativa e suspensão das funções do Secretário de Indústria e Comércio, João da Mata, devido à concessão de empréstimos por parte do Fundo de Apoio a Industrialização (Fain) às empresas do Secretário. O referido deputado formalizou a denúncia à Comissão de Legislação e Justiça da Assembléia Legislativa, contra o Governo do Estado, acusando-o de emprestar dinheiro irregularmente a vários empresários do Estado, entre eles, o referido secretário, João da Mata. A Comissão deu parecer contrário à sua denúncia e sugeriu o arquivamento do processo. Este considerou que o parecer tinha características eminentemente políticas, já que o governo tinha maioria na Assembléia Legislativa. O Diretório Regional do PT também se pronunciou sobre o caso: distribuiu nota oficial acusando o Governo do Estado de procurar desviar a atenção do centro das denúncias ao invés de responder com provas. E alertou a opinião pública para não se deixar iludir com essas manobras governamentais: “Contra isso o PT não cala e não aceita este tipo de comportamento” (PT ACUSA ..., 1991, p. 7). Diante do parecer, da Comissão, a Assembléia Legislativa decidiu arquivar a denúncia. Por outro lado, o procurador geral do Estado, Luiz Bronzeado, resolveu representar

criminalmente o deputado Chico Lopes, por crime contra a honra do governador Ronaldo Cunha Lima e seu Secretário João da Mata. Lopes afirmou na Assembléia Legislativa que não temia ameaças do governo Ronaldo Cunha Lima, que movera ação na Justiça contra ele: “Vou continuar denunciando as irregularidades do Governo tanta vezes quantas forem necessárias” (GOVERNADOR ..., 1992, p. 3). O Diretório Nacional do PT divulgou uma moção de solidariedade ao deputado Chico Lopes e criticando o autoritarismo do governador (DIREÇÃO ..., 1992, p. 3). A CUT/PB também decidiu, em Plenária da entidade, dar apoio ao deputado.

O deputado Chico Lopes (PT) voltou a se pronunciar, dizendo que não haviam ocorrido mudanças efetivas no Estado depois que Ronaldo Cunha Lima assumira o governo. Para o parlamentar, o primeiro ano de governo fora decepcionante, lamentando a situação calamitosa em que o funcionalismo público terminara o ano, principalmente no setor de educação: “Collor está acabando com o ensino público a nível nacional e aqui na Paraíba, Ronaldo está dando seqüência a este trabalho” (LOPES LAMENTA ..., 1992, p. 3). Também destacou o descaso do governo com a questão dos sem-terra e as tentativas de obstaculizar as Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar atos do governo: “Fica claro que o Governo faz tudo para evitar que se apure o que está sendo denunciado na sua administração. O Governo obstaculou a CPI da Saelpa, a CPI dos Açudes e agora a CPI do Detran” (AL CRIA CPI ..., 1993, p. 3).

Com relação ao governo de Antônio Mariz (PMDB), a postura do PT/PB foi um pouco diferente. O Partido afirmou que iria avaliar as declarações do governador eleito de que iria formar um secretariado ouvindo e prestigiando todos as lideranças que o apoiaram no 2º turno. Na Paraíba, algumas lideranças do PT o apoiaram. Mas o vereador Avenzoar Arruda, ex-candidato a governador pelo PT, disse que estava descartada a participação do Partido no governo. Também o candidato derrotado ao senado, Joaquim Neto, disse que apesar de ter apoiado Mariz no 2º turno, não defendia a participação do PT no governo, argumentando que o PT deveria manter sua postura de oposição, apresentar propostas e exigir que o governo cumprisse os compromissos da campanha:

Ela deve ser diferente na medida em que o próprio governo tenha um posicionamento diferente com relação aos movimentos populares. Infelizmente isso não foi possível no governo Ronaldo Cunha Lima. Não foi criado um diálogo entre o governo e os movimentos organizados. É o que nós esperamos que aconteça agora no governo (PT NÃO DEVE ..., 1994, p. 3).

Já o deputado Chico Lopes divulgou uma nota se manifestando publicamente contrário à participação do PT no futuro governo (CHICO SUGERE ..., 1994, p. 2).

Com a doença de Mariz, em maio de 1995, cinco meses depois de assumir o governo, o cargo passa a ser ocupado interinamente pelo vice-governador, José Maranhão. Este procurou obter o apoio dos parlamentares paraibanos para seu governo, neste período de interinidade, e solicitou uma reunião com os parlamentares de todos os partidos para discutir o assunto. A bancada do PT na Assembléia Legislativa não compareceu e divulgou nota esclarecendo a ausência de seus três deputados à reunião com o governador em exercício, em que explicava que os parlamentares não podiam concordar com a participação da bancada do PT nos termos como estava sendo noticiado, isto é, com a conotação de apoio ao governador em exercício. Dizia a nota: “O Partido dos Trabalhadores já manifestou sua oposição ao governo do PMDB por entender que seu programa político-administrativo não contempla os interesses da maioria da população” (PT QUESTIONA ..., 1995, p. 3).

Mas a oposição dos parlamentares petistas ao governo de José Maranhão, nos seus dois mandatos, não foi tão efetiva e sistemática quanto à oposição feita ao governo de Ronaldo Cunha Lima, apesar de o Partido ter aumentado seu número de parlamentares de um para três. Uma das teses apresentadas no Encontro Estadual do Partido em 1997, e que foi escolhida como tese guia, reconhece esse fato:

O Governador José Maranhão (PMDB) tem deixado claro desde o início de seu Governo que é tão neoliberal quanto FHC, e até o momento o PT não conseguiu se credenciar como o carro chefe da oposição. Precisamos mudar esse quadro. É necessário que seja construída pela Instância Partidária, uma política que ponha o Partido como o maior opositor do Governo Maranhão. A Direção Partidária deve dirigir o processo, sob pena de chegarmos nas eleições de 1998 completamente desarticulados e sem nenhuma presença marcante

no imaginário popular como referência de oposição (CONSTRUIR O PT/PB ..., 1997).

- Tentativas de moralização do serviço público

Ao tomar posse o vereador Derly Pereira, de João Pessoa, apresentou um projeto de lei¹⁵² que estabelecia critérios para o aumento de vencimentos dos cargos eletivos municipais. De acordo com a matéria, o aumento, a qualquer título, de vencimentos, gratificações do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores, somente seria concedido por lei na época e nas mesmas bases atribuídas aos funcionários do município. Esse projeto foi derrotado na Câmara, mas ele continuou sua luta contra o aumento diferenciado de salários entre parlamentares municipais e o restante dos servidores públicos. Em abril de 1989, devolveu à Câmara de João Pessoa a quantia de NCZ\$ 1.739,00, referente ao aumento dos salários dos vereadores, aprovado contra seu voto. Derly condenou esse reajuste contrário à política de moralidade administrativa pregada pelo PT e levou a questão ao Diretório Municipal, que deliberou pela devolução à tesouraria da Câmara. O PT anunciou sua posição em nota oficial:

A deliberação do diretório se prende a política do Partido em todo País, sua linha programática e de plataforma de campanha eleitoral de seus candidatos em todas as eleições, que tem posições definitivas e claras a favor dos seguintes princípios: combate às gritantes desigualdades sociais, luta contra as mordomias no serviço público, e defesa da moralidade administrativa (PT MANDA, 1989, p. 3).

Posteriormente, o vereador Derly Pereira disse que não era contra os reajustes dos salários dos vereadores, mas sim a forma como eles eram concedidos, uma vez que os critérios eram desconhecidos e estavam muito acima da majoração dos demais funcionários públicos. Por isso, tomou a iniciativa de devolver parte de seus salários, no que foi seguido por alguns vereadores. Propôs que os futuros aumentos dos vereadores fossem discutidos e aprovados em plenário, e não

¹⁵² As fontes utilizadas para acompanhar a atuação dos vereadores de João Pessoa foram as divulgadas na imprensa diária paraibana, já que tivemos dificuldade de acesso aos arquivos da Câmara de Vereadores de João Pessoa, devido uma reforma que estava acontecendo na mesma durante o período por nós destinado à pesquisa desse tema. Quanto à atuação dos deputados estaduais, utilizamos além das informações da imprensa diária, documentos oficiais do arquivo da Assembléia Legislativa, especificamente, os projetos de lei apresentados pelos deputados do Partido dos Trabalhadores.

mais secretamente, como sempre ocorrera. A proposta foi rejeitada. Depois, a Câmara de João Pessoa aprovou um Projeto de Resolução, determinando que só teria aumento nos salários aquele vereador que fizesse requerimento, por escrito, do benefício, à Mesa Diretora. Esta medida visava justamente atingir os vereadores que estavam se posicionando contra os aumentos salariais dos vereadores. Derly Pereira entrou na justiça contra o referido projeto. Segundo ele, houve revanchismo da Mesa Diretora contra sua pessoa, por ele ter oferecido resistência aos privilégios de constantes reajustes dos parlamentares.

Em 1996, o Tribunal de Justiça do Estado acatou o pedido de mandato de segurança do já ex-vereador e obrigou a Câmara a pagar a diferença.¹⁵³ Já no final de seu mandato, o vereador Derly Pereira, ainda apresentou projetos tentando resolver a questão do salário dos vereadores de João Pessoa. Apresentou emendas propondo que os salários dos vereadores ficassem em 50% da remuneração do deputado estadual e que o reajuste dos vereadores fosse vinculado ao aumento dos funcionários municipais, ambas as propostas rejeitadas. Pereira votou contra a emenda que propunha que o vereador poderia receber até 75% do deputado estadual. Também a nova bancada do PT, eleita em 1992, não assinou o documento que previa que o vereador pessoense poderia ganhar até 75% do salário do deputado estadual.

Na legislatura seguinte, o vereador eleito Ricardo Coutinho (PT) sugeriu que a Mesa Diretora convocasse uma sessão extraordinária para discutir a situação dos diretores da Casa, que recebiam salários de “marajás”. Também solicitou ao Prefeito de João Pessoa, na época, Chico Franca (PDT), que encaminhasse à Curadoria do Ministério Público e a todos os vereadores a relação dos servidores da Prefeitura, ativos e inativos, para que fosse feito um cotejo com a folha da Câmara Municipal. Pois, segundo ele, havia indícios de

¹⁵³ Curiosamente, essa luta do vereador Derly Pereira contra o aumento de salários dos vereadores pessoenses vai ser causa de sua saída do PT, no ano de 1996, por ele se recusar a repassar para o Partido 30% da diferença paga pela Câmara Municipal, após decisão judicial. Ele não era mais parlamentar e considerava que não tinha mais obrigação de repassar esse dinheiro para o Partido, mas, mesmo assim, se propôs a gastar a quantia referente ao Partido na reforma da sede do Diretório Estadual que abrigava também o Diretório Municipal de João Pessoa, por achar que a direção do Partido não administrava bem os recursos do mesmo, gastando, principalmente, com viagens para encontros e congressos. A direção municipal, a quem ele teria de repassar a quantia, não aceitou esta proposta e ele terminou não repassando o dinheiro ao Partido. Quando foi votar no Encontro Municipal de 1996, foi comunicado que não poderia por estar em débito com o Partido. Revoltado, ele rasgou sua ficha de filiação ao Partido e afastou-se do mesmo.

que alguns “marajás” da Câmara haviam sido recontratados irregularmente pelo Município. Neste sentido, o vereador Avenzoar Arruda apresentou um projeto de resolução solicitando a criação de uma comissão especial para investigar as denúncias de irregularidades em gestões anteriores da Câmara Municipal de João Pessoa. As denúncias veiculadas na imprensa eram da existência de marajás na diretoria da Casa e de pagamento de gratificações irregulares a filhos de funcionários antigos. A Comissão foi instalada e ele foi eleito presidente. Durante os trabalhos da mesma, denunciou a existência de marajás entre os funcionários da Câmara, inclusive ganhando mais que os vereadores. A Câmara de João Pessoa divulgou o relatório da CPI e concluiu que a auditoria do TCE, indicando acumulação indevida e recebimento, respectivamente, de cargos e salários estava correta.

A bancada petista também lutou contra o uso de licenças médicas por parte de parlamentares, cujo objetivo era permitir a ascensão de suplentes à titularidade do mandato, com fins de acomodar interesses políticos.

Em Campina Grande, a vereadora Cozete Barbosa denunciou que o vereador Fausto Teixeira (PMDB) tirara licença médica na Câmara Municipal e continuava trabalhando como médico. O PT/CG se manifestou oficialmente contra as licenças suspeitas de vereadores na Câmara de Campina Grande. O Partido saiu em defesa de sua vereadora Cozete Barbosa e reforçou a denúncia de que, antes de se tratar de um dispositivo que viesse a legalizar a situação crítica de saúde, a licença de 121 dias estava servindo para negociações naquela Casa. Diante destas denúncias a Câmara de Campina Grande terminou aprovando um projeto da vereadora Cozete Barbosa, estabelecendo uma junta médica para avaliar pedido de afastamento de vereador, por problema de saúde.

Na Câmara Municipal de João Pessoa, o vereador Luciano Cartaxo apresentou uma emenda ao Regimento Interno propondo que todas as licenças médicas que ultrapassem 120 dias teriam que passar pela análise do Conselho Regional de Medicina (CRM). Em âmbito estadual, o deputado Ricardo Coutinho pediu uma análise do CRM sobre as licenças médicas concedidas para deputados.

Os parlamentares estaduais petistas também se preocuparam em fazer denúncias contra irregularidades de prefeitos do interior do Estado, principalmente nas cidades onde o Partido não tinha representação parlamentar. Foram denunciados descaso administrativo, contratações irregulares de funcionários, desvios de recursos públicos, baixos salários e atraso no pagamento dos salários dos funcionários, abuso de poder e violência. E, principalmente, pedidos de auditorias nas contas das prefeituras e Câmaras de Vereadores por parte do Tribunal de Contas do Estado.

A preocupação com a moralização em outros poderes, além do legislativo, também foi uma prática dos parlamentares petistas. O deputado Ricardo Coutinho entrou com uma ação na Justiça para impedir que os Conselheiros do TCE continuassem recebendo o auxílio-moradia que, através de uma resolução, fora estendido aos Conselheiros e seus substitutos. A Assembléia Legislativa rejeitou. O deputado Chico Lopes solicitou do governador José Maranhão uma auditoria na folha de pagamento dos servidores estaduais para identificar os “servidores fantasmas”. E o deputado Luiz Couto exigiu providências quanto aos “fantasmas” da Secretaria de Educação.

Além destes projetos e ações buscando uma moralização dos órgãos públicos, no âmbito do executivo e do legislativo, os parlamentares petistas apresentaram alguns outros projetos com esse mesmo objetivo.

Projetos de Lei apresentados pelo PT na Assembléia Legislativa da Paraíba

| Tentativa de Moralização do Serviço Público | | | |
|--|-----------------------|---|-------------------------------|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Pe. Luiz Couto | 144/95 | Permitia ao Ministério Público responsabilizar Secretários e Diretores dos órgãos públicos, por despesas causadas ao patrimônio ou improbidade administrativa. | Considerado inconstitucional. |
| | 560/96 | Estabelecia condições e critérios a serem observados para o exercício de cargos de direção na Administração Indireta do Estado (certidão negativa, apresentação da declaração de Imposto de Renda, formação acadêmica e, ao ser exonerado, apresentar, por dois anos consecutivos, declaração de bens e comunicar se ocupou cargos ou recebeu ações de empresas concorrentes à estatal onde trabalhou). | |

| Tentativa de Moralização do Serviço Público (Continuação) | | | |
|--|-----------------------|--|---|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| | 671/97 | Dispunha sobre a obrigatoriedade do Executivo Estadual, abrangendo Administração direta e indireta, de anunciar seus gastos com publicidade. | |
| | 53/99 | Impedia a contratação em cargos comissionados de parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, ou por adoção, do governador, vice, secretários, presidentes e diretores de órgãos de administração indireta, além de parentes e membros do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Procurador do Estado. | |
| Pe. Adelino | 147/95 | Instituiu auditoria obrigatória na mudança de Secretários ou dirigentes de Autarquias, Fundações e órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive da Mesa-Diretora da Assembléia Legislativa. | Considerado inconstitucional. |
| | 39/91 | Impedia a contratação em cargos comissionados de parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, ou por adoção, do governador, vice, secretários, presidentes e diretores de órgãos de administração indireta, além de parentes e membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Procurador do Estado. | Considerado inconstitucional. |
| Chico Lopes | 92/92 | Obrigava os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, a publicar no Diário Oficial, até quinze dias do mês subsequente, relação de compras efetuadas, de obras e de serviços. | Refutado no plenário da Assembléia Legislativa. |
| | 687/97 | Determinava a obrigatoriedade de notificação, pelas Câmaras Municipais dos municípios cujas prefeituras foram beneficiadas, da liberação de recursos estaduais, provenientes de qualquer natureza. Estas também deveriam notificar aos partidos políticos, aos sindicatos, às associações de trabalhadores e empregados com sede no município e ao Ministério Público. | Aprovado na Assembléia Legislativa; vetado pelo Governador José Maranhão. A Assembléia Legislativa rejeitou o veto e transformou o referido projeto de lei, na Lei nº 6.629, de 19/06/1998. |
| Ricardo Coutinho | 104/99 | Obrigava o Governo do Estado a publicar sua prestação de contas na Internet. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assembléia Legislativa. |
| | 482/00 | Dispunha sobre a obrigatoriedade da publicação no Diário Oficial do Estado e dos municípios, de contratos de Cartas-Convite pelos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundações do Estado. | Considerado inconstitucional. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

Outra luta encampada pela bancada petista, tanto a nível estadual como municipal, foi contra o nepotismo. Além dos projetos, já citados, apresentados pelos deputados estaduais Chico Lopes e Luiz Couto, o vereador petista Derly Pereira apresentou um projeto nos mesmos moldes na Câmara Municipal de João Pessoa, que foi rejeitado por 10 votos a 3. O vereador Heraldo Teixeira (PFL), presidente da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara, disse que o

referido projeto era inconstitucional, esdrúxulo, injusto e objeto de promoção pessoal.

Na legislatura seguinte, o vereador pessoense Júlio Rafael também apresentou um projeto proibindo a prática do nepotismo no âmbito municipal. Pelo projeto, ficariam proibidos de contratar parentes até 2º grau, para cargos comissionados, o prefeito, vereadores secretários e diretores dos órgãos municipais. O projeto foi rejeitado.

O vereador Avenzoar Arruda apresentou um projeto de lei estabelecendo pré-condições para as empresas participarem de licitações públicas municipais, entre outras coisas, ele queria proibir que as empresas que houvessem sido condenadas por atos de corrupção participassem de concorrência pública, durante dez anos. Posteriormente, já como deputado federal Avenzoar Arruda apresentou uma emenda constitucional que acabaria com o sigilo bancário de todos os membros dos três poderes.

Outra luta árdua da bancada petista, juntamente com outros parlamentares de esquerda e/ou progressistas, foi contra as aposentadorias especiais de ex-parlamentares e ex-governadores. O vereador Derly Pereira, criticou a aprovação do Fundo de Previdência para vereadores que tenham exercido, no mínimo, cinco legislaturas ou 70 anos de idade. “Não se admite um vereador ser aposentado com apenas 20 anos de serviços, enquanto o trabalhador normal só é contemplado com aposentadorias após 35 anos de atividade profissional” (DERLY PEREIRA DEFENDE ..., 1988, p. 3).

Neste sentido, o vereador Derly apoiou um projeto do vereador Delosmar Mendonça (PMDB), extinguindo a “Lei Xexéu”, que tinha criado o Fundo de Previdência dos Vereadores e posicionou-se contra a manutenção do benefício mesmo para os já contemplados pelo Fundo. Segundo ele, a lei que estabeleceu o Fundo era inconstitucional e, dessa forma, não se constituía, o benefício, em direito adquirido.

Na Assembléia Legislativa, o PT/PB e seu parlamentar, o deputado estadual Chico Lopes, iniciaram uma campanha contra os privilégios de parlamentares e de outros ocupantes de cargos públicos. O deputado Simão Almeida (PC do B) apresentou uma emenda acabando com as aposentadorias especiais para deputados estaduais na Paraíba, mas sua emenda não foi

votada em Plenário, pois teve um parecer contrário e a Mesa da Assembléia Legislativa nem o colocou em votação. Então, o PT/PB decidiu recorrer à Justiça contra a aposentadoria de parlamentares aos oito anos de trabalho, ou seja, apenas dois mandatos. Também distribuiu uma nota oficial condenando a decisão da Assembléia Legislativa de manter o Artigo 270 da Constituição do Estado, que permitia a aposentadoria especial de parlamentares. Diz a nota:

Por entendermos que se trata de um privilégio injustificável, criado no tempo dos governos militares, a luta pela extinção é um dos pontos que aparecem com prioridades na pauta de atuação das bancadas petistas em todas as Casas Legislativas que temos representação. Já faz parte de nossa tradição partidária a luta pela moralização do Poder Legislativo [...] para nós do PT, o mandato parlamentar não pode continuar sendo uma fonte de privilégios e de mordomias para uns poucos com o dinheiro público. A Assembléia Legislativa da Paraíba votou na manutenção destes privilégios, e o companheiro Chico Lopes, tomará no momento certo, as iniciativas políticas necessárias para acabarmos com esta fonte de mordomias e de achincalhe ao Poder Legislativo (PT CONSIDERA ..., 1991, p. 2).

Em seguida, o deputado Chico Lopes requereu à Assembléia Legislativa a relação de todos os deputados estaduais beneficiados com aposentadorias. Segundo ele:

Esses são os primeiros passos no sentido de uma ação popular que vamos mover contra esses benefícios que consideramos lesivos aos cofres do Estado. O Estado já enfrenta uma séria crise financeira e não podemos admitir que um expediente imoral como esse continue a ser utilizado. Não faz sentido um deputado se aposentar aos oito anos de serviço, além de considerarmos esse benefício inconstitucional (LOPES PEDE ..., 1991, p. 3).

O parlamentar entrou com uma ação requerendo a inconstitucionalidade de pagamento de aposentadorias e pensões concedidas a ex-parlamentares, pedindo que o juiz proferisse sentença favorável à ação, neste sentido, feita pelo deputado estadual Simão Almeida (PC do B), considerando que a lei de aposentadoria era espúria.

Noutra ocasião, o deputado Chico Lopes declarou à imprensa que ia entrar com uma ação popular para acabar com a aposentadoria de ex-governadores. Segundo ele, tratava-se de uma medida imoral, lesiva ao Poder Público e se constituía, ainda, numa afronta aos trabalhadores:

Ora, um trabalhador rural que muitas vezes passa até 60 anos trabalhando, se aposenta com um salário mínimo. Um servidor público trabalha entre 30 e 35 anos para se aposentar com um salário que, em sua maioria, não dá para garantir um bom sustento para família, a exemplo do que acontece com grande parte dos trabalhadores brasileiros. Enquanto isso, os políticos tradicionais conseguiram criar mecanismos espúrios na legislação através dos quais beneficiam alguns poucos privilegiados. Isso é um absurdo que não pode mais continuar (PT VAI À 1991, p. 2).

Enfim, para ele: “Pensão de ex-governador é uma das maiores imoralidades que existem no serviço público” (PT VAI À 1991, p. 2).

Logo no início de seu mandato na Assembléia Legislativa, o deputado Luiz Couto propôs acabar com as aposentadorias especiais dos ex-deputados, considerando o benefício um verdadeiro desrespeito ao poder público e ao contribuinte. Discordou da tese de que estava expondo o Poder Legislativo ao deboche e à desmoralização por propor o fim das aposentadorias especiais para ex-deputados. Segundo o deputado, “A Assembléia não pode se furtar a esta discussão no momento em que a sociedade dá demonstrações claras e inequívocas que deseja dos políticos postura firme de combate aos privilégios das elites do país” (COUTO NEGA ..., 1995, p. 4). Mas não conseguiu o número suficiente de assinaturas de deputados para apresentar a emenda. Então, iniciou a coleta de assinaturas para a proposta de uma emenda popular à Constituição da Paraíba, para revogar as aposentadorias especiais de deputados e remeteu formulários aos militantes para a coleta. Segundo ele, “Os benefícios previstos na Lei 5.238, de 24.01.90, são imorais. Os cidadãos questionam o repasse precoce de quem legislou em causa própria” (GUEDES, 1995, p. 3). O entendimento de Couto era o de que os deputados devem contribuir e receber os benefícios conforme as regras estabelecidas pelo Ipep¹⁵⁴ e que valem para os servidores públicos estaduais.

Nesta luta contra as aposentadorias especiais de deputados, os parlamentares da esquerda paraibana conseguiram uma primeira vitória quando o juiz da 3ª Vara da Fazenda mandou arquivar o processo motivado por uma ação popular impetrada pelos deputados Simão Almeida (PC do B) e Chico Lopes, em 1993, contra o dispositivo de uma lei que dava direitos de

¹⁵⁴ Instituto de Previdência do Estado da Paraíba.

aposentadoria a ex-deputados que haviam exercido apenas um mandato de quatro anos, se comprovassem que tinham tido outro mandato de prefeito ou vereador.

Outro parlamentar petista, o deputado Pe. Adelino, também se posicionou contra as aposentadorias dos parlamentares: “Sou contra qualquer tipo de aposentadoria especial, porque ao longo de minha história política sempre repudiei tais privilégios” (MOURA, 1995, p. 2). Adelino considerava um absurdo esta aposentadoria especial que, na sua opinião, é: “casuística e extremamente desproporcional e injusta” (DEPUTADO ..., 1996, p. 3).

Em dezembro de 1998, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei Nº 1.114/98 de autoria da Mesa da referida Assembléia, na época presidida pelo deputado Inaldo Leitão (PMDB), extinguindo o regime Previdenciário de titular de Mandato Eletivo Estadual. No dia 12 de janeiro de 1999, o governador José Maranhão sancionou a lei Nº 6.714 acabando com as aposentadorias especiais de deputados estaduais, a partir desta data. Quem tinha direito adquirido continuou recebendo.¹⁵⁵

Depois de toda esta luta contra a aposentadoria especial dos deputados, desencadeada pelos parlamentares da esquerda na Paraíba, com ativa participação dos parlamentares e da militância do PT, e, principalmente, depois de todos os seus pronunciamentos, considerando uma imoralidade esta aposentadoria, como vimos, o deputado Chico Lopes, logo após não ser reeleito para o seu terceiro mandato na Assembléia Legislativa, requereu aposentadoria especial. Essa atitude causou grande polêmica no PT paraibano. De acordo com alguns petistas, a aquisição de aposentadoria pelo ex-deputado feria a ideologia e o próprio posicionamento de Chico Lopes, durante seu mandato. Adalberto Fulgêncio, membro da Executiva Estadual, disse que o ex-deputado Chico Lopes, a exemplo do deputado Luiz Couto, se posicionara contra a concessão de aposentadorias especiais para parlamentares. Mas considerava que Chico Lopes não devia sofrer uma penalidade disciplinar do Partido. Disse ele: “Eu acho que ele já foi penalizado. O fato de não ter sido reeleito e agora ter caído no descrédito na opinião pública com este episódio já é punição, mas cabe à

¹⁵⁵ Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

Executiva e o Diretório do partido decidir sobre o assunto” (RODRIGUES, 1999a, p. 3).

Em nota oficial, o PT explicou que não havia nenhum pedido de aplicação de penalidade a Chico Lopes e que ele era “um patrimônio do Partido”. A nota disse, ainda, que o PT era contra “qualquer tipo de privilégio, inclusive aposentadoria especial, mas que não havia nenhum regulamento no estatuto petista que penalizasse os filiados que haviam requisitado o benefício” (PETISTAS RECUARAM ..., 1999, p. 3).

O vice-presidente regional do PT, Walter Aguiar, considerou equivocada a justificativa de Lopes para a aposentadoria. Lopes disse ao jornal **O Norte** que não tinha outra alternativa, já que o Partido não lhe dera apoio e oportunidade de trabalho remunerado. Aguiar disse que não era papel do PT dar cobertura aos parlamentares não eleitos. Ele lembrou que o PT fora o primeiro partido a lutar contra as aposentadorias de parlamentares:

A primeira Assembléia a acabar com esse privilégio foi a de São Paulo, através de um projeto do deputado petista Roberto Gouveia. O PT tem uma trajetória contrária a essas aposentadorias e, por isso mesmo, não concorda com a posição adotada por Chico Lopes. No entanto, é um partido tolerante. Por isso, não estamos pensando em puni-lo. A intolerância não faz parte de nossa prática (PT CRITICA LOPES ..., 1999, p. 4).

No final de abril de 1999, a Executiva Estadual do PT apresentou uma resolução sobre aposentadorias especiais, onde afirma:

- 1) O PT reafirma sua posição contra toda e qualquer forma de privilégios, independente de qualquer atividade política ou profissional, e foi a luta do PT que contribuiu, em particular, para o fim dos privilégios relativos à aposentadoria especial para deputados na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional.
- 2) O caráter democrático e de respeito ao estado de direito do PT não permite que, infringindo o princípio de que não se pode legislar para retroagir na punição ou aplicar pena não prevista, impede que seja aplicada qualquer espécie de pena ao companheiro Chico Lopes, em razão de ter solicitado a aposentadoria especial na proporção de dois mandatos (RESOLUÇÃO SOBRE ..., 1999).

- Direitos Humanos

A defesa dos direitos humanos foi outra área onde os parlamentares petistas no Estado se destacaram. Ao deixar a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, para assumir a liderança do PT na Assembléia, o deputado Chico Lopes fez um balanço de sua atuação à frente da referida Comissão. E destacou os seguintes pontos que foram discutidos: a chacina do Roger;¹⁵⁶ a revisão das aposentadorias do INSS, o funcionamento dos postos de saúde das escolas nas áreas das comunidades indígenas. Além disso, foram feitas duas visitas à Penitenciária Máxima de Mangabeira e debates sobre a violência e segurança pública em alguns municípios.

Com a saída do deputado Chico Lopes, o deputado Luiz Couto assumiu a presidência da Comissão, onde teve destacada atuação. Durante sua gestão, solicitou ao Ministério Público a designação de um promotor de Justiça, para acompanhar o inquérito policial que investigava o assassinato do agricultor Severino Ramos, em Mogeiro. Segundo Couto, o comentário na cidade é que ele teria sido morto por ter denunciado irregularidades na Polícia do município. Solicitou, também, que o governo brasileiro oferecesse asilo político a africanos presos em João Pessoa, fugidos da guerra em Serra Leoa. Fez visitas ao hospital Juliano Moreira e ao Manicômio Judiciário para constatar como viviam os internos. Investigou a participação de integrantes do SSP no esquema dos caça-níqueis. Denunciou interferência política na apuração de crime de estupro e assassinato de estudante em Teixeira e pediu garantia de vida para os familiares da estudante assassinada e para a testemunha do crime. O deputado Luiz Couto, na qualidade de presidente da referida Comissão, também participou em Brasília de um debate sobre o combate ao abuso sexual infantil e, como convidado pelo deputado federal Marcos Rolim, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, relatou o que se passa na Paraíba com as crianças violentadas.

Mesmo antes de ser presidente da Comissão de Direitos da Assembléia Legislativa, o deputado Luiz Couto já tinha uma atuação destacada na área.

¹⁵⁶ A chamada “Chacina do Roger” foi a morte de oito presidiários no presídio do Roger, em meados de 1997, por policiais militares, durante uma rebelião de presos.

Como parlamentar, ele sugerira a participação de representantes das entidades de defesa dos direitos humanos na audiência pública sobre os desaparecidos no regime militar; solicitara a criação da Delegacia de Combate à Tortura; denunciou a situação das penitenciárias de João Pessoa; e a prisão e tortura de crianças, adolescentes e detentos no município de Pedras de Fogo; enviara requerimento ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, solicitando uma campanha nacional contra a violência policial; entregou ao ministro da Justiça José Gregori dossiê contendo denúncias de tortura em presídios paraibanos; apresentou à imprensa depoimentos de tortura e impunidade e relatou o clima de terror verificado na região de Pedras de Fogo, com a ação dos grupos de extermínio.

O deputado Luiz Couto, ao apresentar o relatório com as suas atividades na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, denunciou a prática de tortura, maus tratos, atos de barbárie e impunidade na Paraíba. Em 13 dos 17 casos denunciados, os acusados eram policiais civis ou militares ou, ainda, parte do aparelho de Segurança Pública do Estado. O documento foi encaminhado para os órgãos de acompanhamento dos Direitos Humanos no Brasil.

Outro fato que marcou a atuação dos parlamentares petistas, no que se refere à defesa dos direitos humanos, foi a luta para punição dos culpados da chamada “Chacina do Roger”. O deputado Pe. Adelino apresentou requerimento na Assembléia Legislativa para investigar o ocorrido. Após o massacre, o deputado Chico Lopes, na época, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, convocou uma audiência pública para discutir a situação do sistema penitenciário da Paraíba. O vereador Júlio Rafael solicitou a visita a João Pessoa de entidade de Defesa dos Direitos Humanos em nível internacional, para denunciar a situação de “insistente desrespeito aos Direitos Humanos que o Estado tem assumido e pressionar as autoridades para apurar os culpados pelas mortes ocorridas no Presídio do Roger” (ANOTE ..., 1997, p. 7).

Na cidade de Campina Grande, a vereadora Cozete Barbosa apresentou aos vereadores um dossiê que apurava denúncias de torturas no Presídio do Serrotão. Disse ter recebido ameaças de morte, desde que denunciou a prática

de tortura em presídios do Estado. Na ocasião, o ministro da Justiça, José Gregori, determinou que a Polícia Federal a protegesse. Ela participou de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que discutiu denúncias sobre práticas de tortura em presídios da Paraíba. Além dessas ações em defesa dos direitos humanos os parlamentares petistas apresentaram os seguintes projetos de lei:

| Direitos Humanos | | | |
|--------------------------|-----------------------|---|---|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 166/91 | Criava o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. | Aprovado pela Assembleia Legislativa e transformado na Lei nº 5.551, de 14/01/1991. |
| Ricardo Coutinho | 31/99 | Dispunha sobre o atendimento às vítimas de violência sexual e tornava obrigatório o atendimento hospitalar multidisciplinar diferenciado às crianças e mulheres vítimas de violências em geral. | Considerado inconstitucional. |

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

- Luta contra o corporativismo dos parlamentares (Caso Márcia Barbosa)

A bancada do PT na Assembleia Legislativa também não se furtou de enfrentar o corporativismo dos parlamentares e lutou para que os mesmos fossem punidos quando acusados de crimes comuns. O caso mais notório foi a apuração da morte da estudante Márcia Barbosa. O inquérito indicou o deputado Aécio Pereira (PFL) como responsável pelo crime. Só a bancada do PT assumiu o voto para que a Assembleia Legislativa liberasse o referido deputado para ser processado pelo assassinato. Mais seis deputados votaram a favor da liberação, só que de forma secreta. Assim, a Assembleia não consentiu que o referido deputado pudesse ser processado.

Mesmo depois dessa decisão da Assembleia Legislativa, o deputado Luiz Couto continuou lutando para que o caso fosse esclarecido e o deputado acusado do crime, pudesse ser julgado. Ele acionou a bancada do PT no Congresso Nacional para fazer pressão sobre o caso “Márcia” e para tentar agilizar a votação do fim da imunidade parlamentar para crimes comuns e encaminhou às entidades de Direitos Humanos, de direitos civis e outros setores influentes da sociedade, a queixa-crime inerente ao assassinato da

estudante Márcia Barbosa. Também a bancada do PT na Câmara de João Pessoa pediu que a referida Câmara solicitasse à Assembléia Legislativa a revisão do caso do deputado Aécio Pereira (PFL). Disse o vereador Júlio Rafael: “No ano do aniversário de 50 anos da Carta de Declaração dos Direitos Humanos, a decisão da Assembléia Legislativa em preservar a impunidade parlamentar é vergonhosa” (PETISTAS QUEREM ..., 1998, p, 3).

Apesar de estar sendo acusado de um crime comum, o deputado Aécio Pereira (PFL) foi indicado para integrar a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, sob o protesto da bancada do PT. O deputado Aécio desistiu da indicação.

Pressionado pelo caso do crime e, também, pelo fato de ter sido citado no relatório não oficial da CPI da Prostituição Infanto-Juvenil, publicado na Internet pelo deputado Luiz Couto, o deputado Aécio Pereira (PFL) divulgou uma carta acusando o deputado Luiz Couto de pedofilia e disse que também recebera acusações contra o deputado Frei Anastácio e o ex-deputado Pe. Adelino, todos padres.

Houve uma grande reação da sociedade civil contra estas acusações. O deputado Luiz Couto recebeu nota de solidariedade de 40 entidades representativas da sociedade civil, devido às acusações feitas contra ele pelo deputado Aécio Pereira. O arcebispo da Paraíba, Dom Marcelo Cavalheira, exigiu da Assembléia Legislativa uma retratação formal à Igreja Católica devido às acusações de pedofilia contra os padres deputados, Luiz Couto e Frei Anastácio. Foi feita uma procissão de desagravo. O presidente da Assembléia Legislativa recebeu 23 abaixo-assinados com cerca de três mil assinaturas, pedindo a liberação da imunidade parlamentar do deputado Aécio Pereira, (PFL) para que ele pudesse ser processado pela justiça comum, e repudiando as acusações deste contra os deputados petistas.

Posteriormente, o desempregado Edinildo Fernandes disse que a carta apresentada pelo deputado Aécio Pereira (PFL), acusando o deputado Luiz Couto de pedofilia, assinada por ele, era falsa e que nem conhecia Luiz Couto.

O deputado Aécio Pereira (PFL) foi condenado a pagar indenização de R\$ 20 mil ao deputado Luiz Couto por danos morais.

Na legislatura de 1999, do Conselho de Ética da Assembléia Legislativa, presidido pelo deputado Robson Dutra (PMDB), arquivou-se o pedido de inquérito policial contra o deputado Aécio Pereira (PFL) pela morte da estudante Márcia Barbosa.

- Defesa do Consumidor

Um dos parlamentares petistas, o vereador Luciano Cartaxo, do PT de João Pessoa, tem como marca principal de seu mandato, iniciado em 1997, a defesa do consumidor. Ele apresentou um projeto de lei que criou o Sistema de Defesa do Consumidor na capital paraibana. Além desse, apresentou outros projetos de lei neste sentido: obrigatoriedade de todos os estabelecimentos comerciais de João Pessoa terem um exemplar do Código de Defesa do Consumidor, em lugar visível; definição de material escolar – de responsabilidade dos pais, e material genérico – de responsabilidade das escolas; obrigatoriedade de afixação do telefone do Procon municipal nos estabelecimentos comerciais de João Pessoa; obrigatoriedade de agências bancárias afixarem cartazes com preços dos serviços praticados.

Além do vereador Luciano Cartaxo, outros parlamentares petistas apresentaram projetos de lei em defesa do consumidor.

| Defesa do Consumidor | | | |
|-----------------------------|-----------------------|---|--|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Pe. Luiz Couto | 381/96 | Estabelecia normas para divulgação educativa e de conscientização sobre o direito do consumidor. | Considerado inconstitucional. |
| | 382/96 | Obrigava os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do Estado a afixarem o número do telefone do PROCON, da Curadoria de Defesa do Consumidor e da Delegacia de Polícia. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assembléia Legislativa. |
| Ricardo Coutinho | 449/00 | Criava o cadastro de fornecedores e tornava obrigatória a divulgação trimestral pelos órgãos de defesa do consumidor, da relação de reclamações contra fornecedores de produtos e serviços. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assembléia Legislativa. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

- Cultura

No campo da cultura, um fato que marcou a atuação parlamentar do PT foi a Lei de Incentivo à Cultura, de autoria do vereador Ricardo Coutinho, aprovada na Câmara de João Pessoa. Essa lei institui que pessoas físicas, ou jurídicas, domiciliadas em João Pessoa, tenham incentivos fiscais para a realização de projetos culturais. Segundo Ricardo Coutinho:

[...] essa Lei foi discutida através de cinco reuniões com movimentos culturais, Musiclube [...]. Era muita gente, nós fizemos a maior mobilização que um segmento específico já fez, particularmente o da cultura: aprovamos a única Lei no Brasil que veio da oposição e que pegou e pegou pela força e pela veracidade dessa relação entre o mandato e esse segmento da cultura. E, no fundo, nós fizemos uma coisa que [...] foi fundamental, ou seja, nós abrimos espaço para a cultura entrar na agenda política. A partir de noventa e três, aqui na Paraíba, a cultura passou a fazer política, entendeu que era importante fazer política [...]. A partir do mandato entendeu que era importante fazer política. Tanto é que na década de noventa que foi uma década extremamente perversa para os movimentos sociais, na Paraíba, nós tivemos mais de dez Leis Municipais, a partir dessa Lei de João Pessoa, tivemos uma Lei estadual, tivemos discussão sobre cultura em vários municípios.¹⁵⁷

O deputado Chico Lopes apresentou um projeto similar, com amplitude estadual e Ricardo Coutinho, ao se eleger deputado, também fez o mesmo.

| Cultura | | | |
|-------------------|----------------|--|--|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 951/98 | Dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assembléia Legislativa. |
| Ricardo Coutinho | 22/99 | Dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais para a cultura. | Considerado inconstitucional. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

Após considerar inconstitucional o projeto do deputado Ricardo Coutinho, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei N° 352/99 proposto pelo governador José Maranhão, criando o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Procult) com nove emendas encaminhadas pelo referido deputado.

¹⁵⁷ Entrevista concedida ao autor, em fevereiro de 2002.

- Orçamento

Com relação ao orçamento, os parlamentares petistas se destacaram pela apresentação de emendas, destinadas para os setores mais carentes da população e pela tentativa de democratização do orçamento, nas oportunidades que presidiram a Comissão de Orçamento da Câmara de João Pessoa. O vereador Avenzoar Arruda, quando presidiu a referida Comissão, convocou entidades representativas da sociedade civil para participarem da elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de João Pessoa. O mesmo foi feito pelo vereador Júlio Rafael ao ser escolhido para presidir a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de João Pessoa, no ano de 1999, realizando reuniões públicas com entidades sindicais, ONGs e Conselhos Regionais, no intuito de ampliar o debate sobre as prioridades e metas para a cidade. Segundo ele, em torno de 200 pessoas participaram das reuniões públicas. No ano seguinte, reuniu cerca de 30 entidades do movimento social para discutir propostas de orçamento da Prefeitura de João Pessoa e realizou audiências públicas para discutir a proposta orçamentária.

- Questão Agrária

A defesa da reforma agrária e a luta contra a violência no campo, praticada contra os trabalhadores rurais, foram uma constante na ação parlamentar dos petistas no Estado da Paraíba, no período analisado. Os parlamentares do Partido exigiram a prisão de autores de crimes contra trabalhadores rurais; promoveram acordos, evitando o despejo de fazendas; intercederam junto às autoridades solicitando abrigo provisório para famílias despejadas e solução para conflitos de terra; deram apoio a trabalhadores rurais acampados em áreas públicas; solidarizaram-se com lideranças da Igreja, condenadas à prisão pela Justiça, por envolvimento em conflitos de terra; denunciaram a existência de milícias privadas para intimidar os trabalhadores rurais sem-terra; denunciaram a prisão de trabalhadores rurais, durante ações de despejos, etc.

Portanto, desde que o PT na Paraíba elegeu seus primeiros parlamentares, tanto para as Câmaras Municipais quanto para a Assembléia Legislativa, estes se empenharam na defesa dos trabalhadores rurais. Mas foi a partir da legislatura iniciada em 1998, com a eleição do deputado Frei Anastácio, ex-coordenador da Comissão Pastoral da Terra, que um parlamentar do Partido dedicou seu mandato, preferencialmente, à questão agrária e agrícola. A Comissão de Desenvolvimento da Assembléia Legislativa, presidida pelo referido deputado, realizou audiências públicas para discutir alternativas para o escoamento e comercialização da produção agropecuária dos trabalhadores de assentamento; entregou ao superintendente da Sudene um documento descrevendo o caos da seca na Paraíba e solicitando o alistamento de pessoas nas frentes de emergência; mobilizou os trabalhadores rurais de todo o Estado para audiências públicas, com o objetivo de debater a desativação das frentes produtivas de trabalho e o corte das cestas básicas; reuniu-se com representantes de associações de trabalhadores rurais para discutir o Programa Especial de Ampliação e Fortalecimento dos Bancos de Sementes Comunitárias na Paraíba. Ele também liderou uma Comissão de representantes da Pastoral da Terra, que foi recebida pelo ministro do STF, Marco Aurélio, para relatar a onda de violência contra trabalhadores rurais sem-terra, na Paraíba.

Devido à sua atuação nas questões agrárias, tanto antes de ser parlamentar como durante seu mandato, o deputado Frei Anastácio teve problemas com a Justiça. O Tribunal de Justiça da Paraíba encaminhou à Assembléia Legislativa dois pedidos de autorização para processá-lo. Ele foi acusado de invasão de propriedades e incêndio de lavouras e descumprimento de ordem judicial para a retirada de sem-terras de propriedades rurais. Juntamente com outros padres, foi acusado pelo presidente da Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar da Paraíba, Antônio Celso Cavalcanti, de serem os mentores intelectuais de táticas de guerrilha, no conflito existente na Fazenda Antas, em Sapé. Na ocasião, a Executiva Regional do PT divulgou nota, manifestando sua “irrestrita solidariedade às ações legítimas e nos marcos da legalidade e da democracia do deputado Frei Anastácio e dos padres João Maria Cauchi e José Martins em favor da causa da reforma agrária” (PT DIVULGA ..., 1999, p. 4).

- Saúde Pública

Com relação à saúde pública, os parlamentares petistas no Estado também apresentaram alguns projetos e ações parlamentares. O governador Cícero Lucena (PMDB)¹⁵⁸ instituiu o Fundo Estadual da Saúde, a partir de uma emenda do deputado Chico Lopes.

O deputado Ricardo Coutinho entrou com uma representação na Curadoria do Consumidor solicitando que a Secretaria de Saúde normalizasse a distribuição dos medicamentos para pessoas em fila de espera para realizar transplante. E cobrou da Secretaria de Saúde do Estado o pagamento atrasado de passagens aos pacientes de hemodiálise residentes no interior.

| Saúde Pública | | | |
|-------------------|----------------|---|---|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Pe. Luiz Couto | 110/95 | Dispunha sobre o acompanhamento hospitalar para pacientes de zero a 14 anos, nos hospitais públicos e conveniados. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assemb. Legislativa. |
| | 504/96 | Obrigava o governo a desenvolver um programa de prevenção à AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, nas escolas públicas estaduais. | Considerado inconstitucional. |
| Chico Lopes | 190/95 | Dispunha sobre a reforma psiquiátrica no Estado da Paraíba, determinando a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos, para rede de atenção integral a saúde mental. | |
| | 687/97 | Obrigava as empresas privadas a atuarem sob forma de prestação direta ou indireta de serviços médico-hospitalares a garantirem atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde. | Aprovado na Assembleia Legislativa, vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assemb. Legislativa. |
| Ricardo Coutinho | 328/99 | Propunha que nenhum hospital, público ou privado, poderia negar atendimento de urgência/emergência em qualquer município paraibano. | Considerado inconstitucional. |

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego)

¹⁵⁸ Cícero Lucena foi eleito vice-governador na chapa do governador Ronaldo Cunha Lima, em 1990, e assumiu o governo do Estado da Paraíba, em abril de 1994, com a saída do titular para concorrer ao cargo de senador.

- Educação Pública

Outra área privilegiada pelos parlamentares petistas foi a de educação pública. O deputado Chico Lopes - professor com atuação bastante combativa no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado – teve a educação pública como uma das prioridades de seu mandato. Logo no início de seu primeiro mandato, denunciou, num documento intitulado *Educação Pública na Paraíba: Crítica e Realidade*, a situação crítica da educação paraibana. Segundo ele, a profissão de educador estava sendo degradada por dois motivos: os baixos salários e a deficiência nas condições de trabalho. Ele cita no referido documento o problema de evasão escolar, repetência, situação dos profissionais da área de educação, etc. Também apresentou um requerimento à Assembléia Legislativa solicitando que o Governo do Estado criasse oficialmente a segurança nas escolas públicas.

O deputado Chico Lopes também apresentou alguns projetos de lei.

| Educação Pública | | | |
|--------------------------|-----------------------|--|---|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 34/91 | Disciplinava o número máximo de alunos em salas de aula da rede pública de ensino. | Considerado inconstitucional. |
| | 81/91 | Previa a realização de eleições diretas para diretores de escolas públicas de ensino, em todos os municípios da Paraíba. | Vetado pelo Governador Ronaldo Cunha Lima. |
| | 152/91 | Previa o abatimento das mensalidades escolares na rede privada de ensino, proporcional ao número de filhos matriculados. | Vetado pelo Governador em exercício, Cícero Lucena. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

- Transportes

No setor de transportes coletivos, os parlamentares petistas se destacaram pela luta contra o aumento das passagens dos transportes coletivos e pela apresentação de alguns projetos importantes na área.

| Transportes | | | |
|--------------------------|-----------------------|--|--|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 12/93 | Instituiu a meia passagem nos ônibus intermunicipal para estudantes, durante todo o ano, em 10% dos lugares disponíveis. | Aprovado pela Assembleia Legislativa e transformado na Lei no. 5.754, de 16/02/1993. |
| Pe. Adelino | 533/96 | Propunha o aumento para 50% dos lugares disponíveis nos ônibus intermunicipais com direito a meia passagem, alterando a Lei 5.754 que garantia até 10 passagens para estudantes. | Vetado pelo Governador José Maranhão e mantido o veto pela Assembleia Legislativa. |
| | 731/97 | Instituiu o serviço alternativo de transportes de passageiros. | Considerado inconstitucional. |

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

O deputado Chico Lopes também apresentou uma emenda constitucional propondo o fim do monopólio dos transportes intermunicipais. O deputado Inaldo Leitão (PMDB) deu parecer considerando inconstitucional e a referida emenda terminou sendo derrotada na Assembleia Legislativa por 16 votos a 13. Na ocasião, o deputado Luiz Couto disse que não houve vontade política da Assembleia Legislativa de quebrar o monopólio. Ele impetrou ação popular contra o monopólio das empresas de transportes coletivos intermunicipais.

- Moradia

Quanto à questão da moradia, um dos parlamentares petistas se destacou na defesa dos sem-teto e dos mutuários: o vereador, e depois deputado estadual, Ricardo Coutinho. Ele deu apoio e procurou intermediar junto ao Poder Público, juntamente com outros parlamentares do Partido, a questão das invasões de conjuntos residenciais. Também apresentou requerimento, aprovado na Câmara de João Pessoa, solicitando ao governo estadual a revisão das prestações da casa própria dos mutuários da Cehap. Coutinho propôs que a revisão fosse feita pela equivalência salarial, conforme contrato. O parlamentar petista também conseguiu algumas vitórias na justiça. Atendendo uma representação sua, uma juíza concedeu liminar que suspendeu a execução de imóveis de mutuários inadimplentes da Caixa Econômica e da Cehap.

- Funcionalismo Público

Os parlamentares petistas sempre tiveram uma atuação muito agressiva em defesa do funcionalismo público, tanto a nível municipal, como estadual ou federal. O vereador pessoense Derly Pereira apresentou uma emenda à mensagem de aumento salarial da Prefeitura de João Pessoa, equiparando a remuneração dos profissionais da área de saúde à sua correspondente na área de educação. E outra, juntamente com o vereador Renô Macaúbas (PC do B), que garantia o piso nacional de salário para todos os servidores.

O líder do PT na Câmara de João Pessoa, vereador Ricardo Coutinho, apresentou projeto de lei fixando a data-base dos servidores municipais em 1º de maio. O projeto de Ricardo também determinava que os salários dos servidores não poderiam ser inferiores ao salário mínimo. O projeto foi rejeitado pela Câmara, assim como a emenda do vereador que propunha a fixação de um piso salarial para todas as categorias de nível superior do funcionalismo público. A mensagem do prefeito Chico Franca, aprovada pela Câmara, beneficiava apenas o Fisco e a Saúde.

O deputado estadual Chico Lopes elaborou uma série de emendas à Mensagem de aumento salarial dos servidores estaduais, enviada à Assembléia Legislativa pelo governador Ronaldo Cunha Lima, sendo que a principal era a que assegurava aos grupos ocupacionais *outras atividades de nível superior e serviços de saúde* o mesmo salário do grupo ocupacional *outros serviços técnicos-científico*, formado pelos engenheiros, cujo piso salarial é de 8,5 salários mínimos. Ele também cobrou a aplicação imediata da Lei Complementar nº 11 que garantia, na época, um reajuste de 105,05% aos servidores públicos estaduais. Em nenhum desses casos, suas reivindicações foram atendidas.

O deputado federal Avenzoar Arruda entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a medida provisória que suspendia a concessão de promoções funcionais a todo servidor da administração federal, além de extinguir o adicional por tempo de serviço. Também apresentou uma emenda que impede a demissão do servidor público federal por extinção do emprego.

| Funcionalismo Público | | | |
|------------------------------|-----------------------|---|--|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 33/91 | Instituiu o dia 1º. de maio como data-base para os servidores públicos do Estado. | Considerado inconstitucional. |
| Pe. Luiz Couto | 1030/98 | Dispunha sobre a negociação das relações de trabalho entre servidores públicos e dos órgãos do Estado, discutindo a data-base, a livre negociação e o treinamento de mão-de-obra. | Rejeitado no plenário da Assembléia Legislativa. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

Além de funcionários públicos, os parlamentares petistas também se posicionaram diante da luta de outras categorias de trabalhadores no Estado. Principalmente em apoio às greves e lutas contras demissões.

- Participação em CPI's

Os parlamentares petistas também se destacaram por apresentarem propostas de criação ou apoiarem Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para apurarem irregularidades no serviço público. Algumas dessas comissões foram instaladas, mas a maioria não conseguiu as assinaturas necessárias.

Logo no início de seu mandato, o deputado estadual Chico Lopes requereu a formação de uma CPI para apurar irregularidades no Sistema Único de Saúde (SUS), durante a administração do Secretário Estadual de Saúde, Gilvan Navarro, no governo de Tarcisio Burity, anterior à sua gestão como deputado. Ele justificou o pedido, devido ao fato de ter informações de favorecimento de amigos e parentes dos governantes, contratações irregulares e mau gerenciamento dos bens públicos. A CPI foi instalada. Além desta, o parlamentar também solicitou a instauração de outras CPIs: para apurar as denúncias contra a concorrência pública realizada pela Saelpa; para apurar as denúncias de irregularidades no Detran. Foi instalada a CPI do Detran na Assembléia Legislativa e Chico Lopes foi eleito vice-presidente da mesma e depois passou a relator. Ele também presidiu a CPI das Mensalidades na Assembléia Legislativa, que investigou o abuso no aumento das mensalidades na rede privada de ensino.

Outro parlamentar petista, o deputado Luiz Couto, requereu ao presidente da Assembléia Legislativa a instalação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção na Sudema; propôs uma CPI para apurar denúncias

de tortura nos presídios da Paraíba; apresentou o pedido de instalação da CPI para investigar irregularidades praticadas por ex-prefeitos; apresentou requerimento solicitando a instalação de uma CPI para investigar a exploração da seca no Estado, com fins econômicos e políticos; pediu a instalação de uma CPI na Assembléia Legislativa para investigar as ramificações do narcotráfico na Paraíba.

O deputado Frei Anastácio sugeriu a formação de uma CPI para investigar as denúncias contra o ex-presidente da Assembléia Legislativa, Inaldo Leitão, acusado de ter sucateado a Assembléia e empregado parentes; encaminhou pedido para instalação de uma CPI para apurar denúncias de soldados contra seus oficiais; propôs a instalação de uma CPI para investigar a participação de policiais militares e civis na formação de milícias privadas que atuam na repressão aos conflitos agrários na Paraíba.

O deputado Ricardo Coutinho propôs à Assembléia Legislativa a criação de uma CPI para apurar superfaturamento na compra de leite, sem licitação, pela Secretaria de Saúde do Estado, bem como a aquisição deste produto por parte das prefeituras; cobrou da Mesa-Diretora da Assembléia Legislativa a instalação de uma CPI para apurar o caso dos caça-níqueis.

Na Câmara Municipal de João Pessoa, os vereadores petistas também propuseram e participaram de algumas CPIs. O vereador Avenzoar Arruda apresentou, juntamente com a bancada do PT e a do PMDB, um projeto de resolução propondo a criação de uma CPI para investigar as denúncias sobre os salários dos diretores da Câmara de João Pessoa. A CPI foi instalada. Presidiu a CPI que investigou sonegação de ISS, por parte das escolas privadas de João Pessoa; propôs uma CPI para investigar denúncias de irregularidades na coleta de lixo de João Pessoa.

O vereador CBS apresentou proposta para criar uma CPI para investigar denúncias no Cadastro Imobiliário da Prefeitura, onde várias ruas são registradas como calçadas sem estarem. A proposta foi aprovada e ele foi nomeado presidente da CPI.

O vereador Ricardo Coutinho foi o relator da CPI da Prostituição Infantil, instalada na Câmara; propôs à instauração de uma CPI para apurar denúncias

de sonegação do Imposto Sobre Serviços (ISS), envolvendo empresas de transporte coletivo.

O vereador Júlio Rafael solicitou a instalação de uma CPI na Emlur para investigar suposto superfaturamento nas contas do órgão.

O vereador José Bezerra solicitou a instalação de uma CPI para apurar desvios de verbas da Lei Municipal Viva a Cultura, mas não conseguiu assinaturas suficientes para a instalação da CPI; tentou instalar a CPI do FGTS do serviço público, também não obteve sucesso.

No âmbito da Câmara Federal, o deputado federal Avenzoar Arruda solicitou a CPI do FAT.

Mas, das CPIs com a participação de parlamentares petistas da Paraíba, duas se destacaram pela polêmica que causaram na sociedade e na política do Estado: a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil na Paraíba, cujo relator foi o deputado Luiz Couto, devido a um relatório paralelo divulgado por este na Internet e a CPI Finor, na Câmara Federal, da qual fez parte, como membro, o deputado federal do PT da Paraíba, Avenzoar Arruda, devido a acusações feitas contra o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, que, na ocasião disputava a reeleição à prefeitura, numa coligação com o PT da cidade.

O problema na CPI da Prostituição Infanto-Juvenil ocorreu porque o relatório elaborado pelo deputado Luiz Couto não foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa e nem chegou a ser apreciado no plenário. No relatório de Couto, foram citados os nomes de deputados, juiz, promotor e empresários. Esse trecho foi retirado, por decisão da maioria da Comissão de Justiça. O voto de Couto foi vencido. Mesmo seu relatório não sendo aprovado, o deputado Luiz Couto o colocou na Internet e o enviou ao Ministério Público. O mesmo denunciava o Secretário de Segurança Pública, Pedro Adelson, por prevaricação na apuração das denúncias, ao afastar e punir o delegado que estava investigando as denúncias contra a cafetina Maria Celestina. O relatório também citava o deputado federal Inaldo Leitão e os estaduais Wilson Santiago e Aécio Pereira, como freqüentadores da casa da cafetina Maria Celestina, que usava crianças e adolescentes em

seu estabelecimento. Também informou os principais pontos de prostituição da cidade.

Posteriormente, o deputado Luiz Couto disse que não acusou os três deputados citados no relatório divulgado na sua página na Internet. Ele apenas citou o que constava no inquérito policial e disse que o texto divulgado na Internet correspondia a seu voto na CPI. Os deputados Wilson Santiago (PSDB) e Aécio Pereira (PFL) citados no relatório de Couto, negaram as acusações. O deputado Wilson Santiago formalizou um processo contra o deputado Luiz Couto no Ministério Público e na Assembléia Legislativa, por falsidade ideológica e falta de decoro parlamentar. Ele e o deputado federal Inaldo Leitão (PMDB) pediram a cassação do deputado Luiz Couto junto à Mesa-Diretora e entraram com uma ação de indenização por perdas e danos contra o deputado.

O Tribunal de Justiça da Paraíba encaminhou pedido de licença à Assembléia Legislativa para processar o deputado Luiz Couto por prática de calúnia e injúria ao ter lançado na Internet relatório sobre a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil na Paraíba. Couto não teve seu mandato cassado, mas terminou por ser afastado de cargo de vice-presidente, que passou a exercer no Conselho de Ética da Assembléia. Sua candidatura a este cargo fazia parte de uma chapa consensual, mas sua indicação não se confirmou. No início de abril de 1999, ele foi eleito para o referido cargo. Mas após sua eleição, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa um projeto de resolução do deputado Carlos Mangueira (PMDB), que afastava, temporariamente, integrantes do Conselho de Ética que fossem citados em processos. Couto denunciou uma armação na Assembléia Legislativa para afastá-lo do Conselho, numa espécie de cassação branca. Ele disse que iria entrar na Justiça contra o projeto que alterou o Código de Ética e Decoro Parlamentar, porque a lei não podia retroagir para prejudicar. Couto admitiu se afastar do Conselho apenas em processos em que ele estivesse envolvido, mas terminou sendo afastado do Conselho de Ética. Em decorrência, a bancada do PT e a do PV na Assembléia Legislativa renunciaram ao direito de participar do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia.

Quanto à CPI do Finor, os problemas se deram principalmente pelo fato do deputado federal Avenzoar Arruda, do PT da Paraíba, membro da referida Comissão, ser um dos principais opositores da aliança de seu Partido com o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, que fora superintendente da Sudene no período investigado pela CPI que apurava denúncia contra aplicação de recursos do Finor. Este fato gerou especulações de que ele estava procurando enquadrar Cássio por este motivo. Mas o deputado federal Avenzoar Arruda negou que sua cruzada pela CPI do Finor/Sudene fosse uma retaliação ao prefeito Cássio: “De modo algum. Apenas acho que todas as denúncias contra Cássio e outros superintendentes precisam ser apuradas” (LEARTH, 2000b, p. 4). A CPI do Finor foi pedida desde 1995 pelo deputado José Pimentel (PT-CE), com base em auditoria do TCU, que, segundo Avenzoar, acusava o ex-superintendente Cássio Cunha Lima de ter favorecido empresas, feito tráfico de influência e liberado recursos para empresas em situação irregular.

Iniciados os trabalhos da CPI, Avenzoar Arruda acusou o prefeito de Campina Grande de tráfico de influência na Sudene, no período em que ele fora superintendente. Arruda citou o caso do empresário Ricardo Vanderley, de São José de Piranhas, que teve liberados recursos após ter dado entrada no pedido para um projeto, em apenas oito dias. Também afirmou que existiam indícios de beneficiamento da família de Cássio, com a liberação de dinheiro do Finor. E disse que o prefeito mentira ao afirmar que não havia liberado recursos para o empresário Churchil Cavalcanti, quando na direção da Sudene, pois, segundo o deputado petista, Cássio liberou as verbas para empresas do empresário no Piauí.

A vereadora Cozete Barbosa disse que acreditava na inocência de Cássio, descartando a possibilidade de seu partido romper a aliança com o prefeito em Campina Grande. Disse ela: “Antes do PT firmar aliança, Cássio entregou certidão negativa do TCU. Ele já prestou esclarecimentos ao partido e estamos convencidos diante dos documentos mostrados da retidão do caráter do prefeito. Nós não trabalhamos com a hipótese de rompimento” (LEARTH, 2000b, p. 4). Mas o deputado Avenzoar Arruda disse que a certidão negativa

apresentada por Cássio Cunha Lima nada vale para as apurações que estão sendo feitas.

O que estamos apurando, e quero deixar muito claro, não existe ainda conclusão de que Cássio é culpado, seria uma leviandade se afirmar isso agora, é que existem irregularidades, e que em parte, foram praticados na gestão dele à frente da Sudene, daí porque estamos apurando responsabilidades. Pode-se até no final das averiguações se descobrir que foram seus subordinados que praticaram estes atos ilícitos sem o seu conhecimento (ALFREDO, 2000c, p. 2).

Ele também garantiu ter provas de que os empresários acusados de fraudar a Sudene financiaram a campanha de Cássio Cunha Lima a deputado federal, em 1994. Avenzoar citou Ernandes Medeiros, da empresa Frular – SA. A vereadora Cozete Barbosa confirmou que Cássio recebeu dinheiro de empresários beneficiados pelo Finor: “Para quem liberou R\$ 16 milhões, receber R\$ 10 mil é crime?” (FLASHES ..., 2000).

Diante das acusações de Avenzoar ao prefeito Cássio, a vereadora Cozete Barbosa, candidata a vice-prefeita na sua chapa, pediu aos diretórios nacional e estadual do Partido uma posição em relação ao deputado. Pois as insinuações de Avenzoar estavam repercutindo negativamente na campanha, e ele estava querendo enquadrar o prefeito de qualquer jeito. A vereadora disse ainda que Avenzoar tomara uma posição isolada, sem consultar o Partido: “Ele tinha uma vivência partidária e, agora, começa a atirar na coligação, sem levar as discussões para o partido, o que seria mais correto, caso tivesse preocupação com o PT” (MOURA, 2000i, p. 3). Em seguida, Avenzoar Arruda enviou carta à vereadora Cozete Barbosa informando que continuaria as investigações da CPI do Finor. “Se você confia tanto assim na inocência de seu aliado, então vamos apressar a apuração e não obstruir, ou constranger a quem está fazendo” (LEATH, 2000c, p. 4). E disse que o trabalho que vem desempenhando na CPI do Finor não pode ser condicionado a qualquer aliança política de seu Partido.

Uma coisa é o papel que eu estou desempenhando na CPI do Finor e outra coisa é a aliança do PT em Campina Grande com o prefeito Cássio Cunha Lima. Uma coisa não tem nada a ver com a outra e eu

não tenho culpa de uma pessoa estar sendo citada em diversos relatórios que chegam à CPI (RODRIGUES, 2000d, p. 3).

O presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, admitiu que a aliança entre o PT e o PMDB de Campina Grande poderia ser revista, caso o deputado federal Avenzoar Arruda apresentasse elementos concretos que abalasse a integridade moral do prefeito Cássio Cunha Lima: “Até prova em contrário, o prefeito tem toda a confiança do PT” (RODRIGUES, 2000c, p. 3). O dirigente disse que o Partido não iria agir como um tribunal de sanção em relação ao deputado. “A crítica que eu faço a Avenzoar é que ele tem ido à imprensa, dando a impressão a todos que, na verdade, é contra a aliança do PT com o PMDB em Campina Grande” (RODRIGUES, 2000c, p. 3). Ele disse:

O que eu afirmei há 15 dias foi: primeiro a CPI do Finor tem total autonomia para apurar responsabilidades de quem quer que seja, além de todo apoio do PT. Segundo, o deputado Avenzoar Arruda é totalmente responsável pelos seus atos. Terceiro, toda investigação deve ter suas cautelas, seja numa CPI ou não, na divulgação do que está sendo apurado, até mesmo para não dificultar a averiguação de alguma má conduta ou delito. Quarto, a partir do momento em que existir provas concretas contra quem quer que seja, Avenzoar deve encaminhar para a CPI, o PT e a própria sociedade, e o partido vai estar à vontade para uma decisão em relação à aliança com o PMDB em Campina Grande (MOURA, 2000g, p. 3).

Já o prefeito Cássio Cunha Lima disse que o deputado Avenzoar Arruda estava agindo de má fé com as acusações que vinha fazendo contra ele. No entanto, admitiu ter recebido dinheiro para sua campanha de empresas que foram beneficiadas com recursos da Sudene, porém, dentro do que determina a legislação eleitoral. O deputado federal Avenzoar Arruda disse que as declarações do prefeito Cássio Cunha Lima (PMDB) são uma forma de tentar obstruir os trabalhos da CPI do Finor. “As tentativas de obstruir as investigações o tornam ainda mais suspeito. [...] Todas as denúncias que fiz estão respaldadas em documentos do TCU e do Ministério da Fazenda. Eu seria leviano se fizesse denúncias sem os documentos” (RODRIGUES; LEARTH, 2000, p. 3). Cássio se reuniu com o presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, e o Secretário de Planejamento do PT nacional, Delúbio Soares, que decidiram continuar a aliança PT/PMDB em Campina Grande, e afirmaram que o PT estava solidário com Cássio: “Mais do que solidários,

somos aliados dele em Campina Grande e vamos continuar assim. Não há provas contra Cássio” (PT NACIONAL ..., 2000, p. 3). Foi dito ainda que não haveria qualquer restrição à atuação de Avenzoar Arruda enquanto deputado federal.

No decorrer dos trabalhos da CPI, Avenzoar Arruda pediu a quebra do sigilo fiscal de empresários e empresas paraibanas, na CPI do Finor. O deputado federal Armando Abílio (PMDB) pediu vistas, alegando que a iniciativa de Avenzoar tem inspiração política de perseguição ao prefeito campinense. O presidente regional do PT, Adalberto Fulgêncio, acusou o deputado federal Avenzoar Arruda de usar a CPI do Finor para tentar minar a aliança do PT/PMDB em Campina Grande e desafiou o deputado a apresentar provas das denúncias contra Cássio. A direção estadual do PT distribuiu nota oficial, afirmando que apoiava a CPI do Finor, mas repudiava a utilização eleitoral e rasteira da CPI. A tônica da nota procurava manifestar o apoio da direção do Partido ao prefeito Cássio Cunha Lima e reafirmar o acordo do PT/PMDB: “A CPI do Finor não tem como objeto de investigação o prefeito Cássio Cunha Lima. Até o presente momento, sequer houve uma menção ao nome do prefeito de Campina Grande” (LEARTH, 2000d, p. 4).

A CPI não conseguiu incriminar o prefeito Cássio Cunha Lima, que não foi considerado culpado das irregularidades ocorridas na sua gestão à frente da Sudene. Segundo o deputado federal Avenzoar Arruda:

Veja bem, em termos de provas, de enriquecimento ilícito de Cássio ou coisa dessa natureza nós não chegamos a ter, porque nós não quebramos sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas que eu queria quebrar. Eu perdi esse requerimento lá. Se nós tivéssemos quebrado, nós poderíamos ter chegado a isso, mas essa investigação ficou inconclusa. Espero que o Ministério Público faça [...]. Agora, a questão de Cássio, concretamente, o que é que tem? Havia acusações dos técnicos do Tribunal de Contas da União, e essa foi a parte que eu fiquei, digamos assim, mais estarecido com a posição do PT da Paraíba, com a maioria do PT da Paraíba: é porque chamavam de leviano não só a mim, mas inclusive os técnicos do Tribunal de Contas que haviam feito a denúncia e, evidentemente, não dá para aceitar que o superintendente da SUDENE naquele período que ele passou, onde se concentra inclusive o roubo, ele não tivesse conhecimento de nada. Tanto é assim que ele participou de inaugurações de coisas que não funcionam [...], ele liberou o recurso pra vários empreendimentos fraudados. Quer dizer, a maioria dos empreendimentos fraudados tem liberação de Cássio e no período dele e alguns depois financiam a campanha dele. Eu acho que isso aí

é indício demais pra se dizer que ele trabalhou de forma honesta, de forma limpa, ou seja, que ele cometeu improbidade administrativa eu não tenho dúvida, é só você ler o artigo 10 da Lei da improbidade administrativa que tem lá, a omissão para defender o erário também é um crime de improbidade administrativa. E nesse sentido aí, eu posso afirmar com todas as letras que ele cometeu o crime de improbidade administrativa. Agora, eu não posso dizer que ele teve benefícios diretos, porque aí a investigação teria que ser aprofundada, e eu não pude aprofundar a investigação, em parte porque o próprio PT não quis.¹⁵⁹

- Privatização

A bancada petista na Assembléia Legislativa aprovou algumas medidas para apresentar ao projeto de privatização das estatais paraibanas. Entre elas, que a Assembléia Legislativa analisasse cada estatal que fosse colocada na pauta de venda; a forma de participação dos funcionários da estatal na aquisição de ações das empresas vendidas; que não participassem apenas técnicos, mas representantes dos sindicatos dos empregados das empresas vendidas. Neste sentido, apresentou uma emenda propondo a participação de representantes das empresas a serem privatizadas nas comissões técnicas que coordenariam o Programa Estadual de Privatização. Também apresentou emenda propondo que os recursos oriundos da privatização fossem investidos em projetos em que a presença do Estado era indispensável, nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e programas de geração de renda.

O líder do PT na Assembléia Legislativa, deputado Chico Lopes, deu entrada em requerimento propondo a realização de reunião extraordinária da Comissão Representativa da Assembléia Legislativa para discutir o Programa de Privatização da Saelpa. E apresentou emenda obrigando a aprovação prévia, pela Assembléia Legislativa, para privatizar qualquer empresa do Estado, mas a emenda foi derrotada. Ele também apresentou o seguinte projeto:

| Privatizações | | | |
|-------------------|----------------|---|--|
| Deputado Estadual | Projeto de Lei | Resumo | Resultado |
| Chico Lopes | 969/98 | Prevê a retirada da Saelpa e da Cagepa, do programa de privatizações do Estado. | Rejeitado no plenário da Assembléia Legislativa. |

Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rego).

¹⁵⁹ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2001.

O deputado Luiz Couto apresentou um projeto de resolução autorizando o TRE a realizar um plebiscito sobre a venda do Paraiban; criou uma força tarefa especial de assessores para estabelecer o que considera o valor real da Saelpa, que estava à venda, e impetrou ação popular para impedir a realização do leilão da referida empresa.

- Luta contra o aumento do IPTU

Uma das ações parlamentares mais acirradas e de repercussão popular foi a empreendida pela bancada de vereadores do PT na Câmara de João Pessoa contra o aumento do IPTU, definido pelo prefeito Cícero Lucena, para o ano de 1998. O vereador Júlio Rafael denunciou que o IPTU da capital paraibana estava sendo reajustado em alguns casos em 700%. Segundo ele, bairros populares seriam penalizados, enquanto os bairros mais ricos pagariam relativamente menos. Desta forma, a bancada do PT votou contra o projeto que atualizava os valores do IPTU e anunciou um movimento para recolher 20 mil assinaturas para que o projeto de lei de reajuste do imposto passasse por um referendo popular. O vereador Fernando Milanez, líder do governo na Câmara, acusou a bancada do PT de usar a matéria para fazer proselitismo político, dizendo que o vereador Júlio Rafael participara da Comissão de elaboração do projeto e em nenhum momento, antes da votação, trouxera o assunto para debate. Este fato é confirmado por um dos vereadores do PT, Ricardo Coutinho, que afirma também que a bancada de oposição não discutiu a indicação de membros para essa comissão. Segundo ele:

Foi criada pela prefeitura uma comissão, uns seis meses antes de explodir essa história, uma comissão para discutir IPTU e a oposição, que seríamos nós da bancada, indicaria um e esse um indicado foi o vereador Júlio Rafael, sem que eu tivesse conhecimento. Não sabia disso, provavelmente foi discutido com o prefeito, porque comigo não foi [...]. Quando estourou o problema, foi quando esse vereador chegou para mim para dizer. Então como eu estava dizendo, a bancada de oposição não se reuniu para discutir se devia indicar e, se devia indicar, quem deveria ser indicado para uma tal comissão que só se soube quando estourou o problema [...]. Enfim, eu percebi que era uma forma muito mais da prefeitura comprometer a própria oposição dentro da Câmara, para um projeto que ela sabia que seria extremamente impopular. Seis meses depois desse funcionamento foi que nós

tivemos, eu tive, a informação de que havia uma comissão antes e que essa comissão não tinha dado em nada, a não ser enfraquecido o Poder Legislativo, e que a Prefeitura iria mandar o Projeto de aumento extorsivo.¹⁶⁰

A bancada do PT na Câmara de João Pessoa também fez uma campanha com o objetivo de mostrar à população de João Pessoa as conseqüências do aumento do IPTU no bolso do contribuinte. A campanha foi intitulada “É Prá Matar”. Além disso, o vereador Júlio Rafael e o presidente do Diretório Municipal do PT de João Pessoa, Renato Luis de Lima, entraram na Justiça com um Mandato de Segurança Preventivo, com pedido de Liminar, solicitando a suspensão do pagamento do imposto. Eles defenderam que a nova legislação só entrasse em vigor em 1999. O Tribunal de Justiça decidiu pela suspensão temporária do IPTU, e sugeriu ao prefeito Cícero Lucena (PMDB) que reabrisse as discussões sobre o projeto.

A imprensa reconheceu, através do colunista Hélder Moura, do jornal **Correio da Paraíba** que a vitória contra o aumento abusivo do IPTU foi do PT, principalmente dos vereadores Júlio Rafael e Ricardo Coutinho.

Como o Partido dos Trabalhadores na Paraíba, no período analisado, não exerceu nenhum cargo executivo, sua atuação parlamentar foi marcada pelo denunciismo, principalmente, de suspeitas de corrupção, sempre com indícios, mas muitas vezes não comprovadas, devido à força dos integrantes dos governos estaduais ou municipais, que geralmente barravam as investigações, ficando muitas vezes dúvidas sobre a veracidade das denúncias ou a inocência dos acusados. No entanto, propostas concretas visando à transparência administrativa foram feitas pelo parlamentares petistas, tanto a nível municipal como estadual, porém nunca adotadas pelos governantes paraibanos.

Outra marca da atuação parlamentar dos petistas no Estado foi a reivindicação por direitos, principalmente de setores organizados da sociedade, muitas vezes, sem uma preocupação maior com a cobertura orçamentária para atender essas reivindicações. Porém, com o acesso de integrantes do PT em vários cargos executivos pelo Brasil afora, e a não possibilidade de atender

¹⁶⁰ Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2002.

todas as reivindicações historicamente feitas por petistas, os parlamentares paraibanos passaram a ser questionados, no parlamento e pela imprensa. Um exemplo disso foram taxas como a de iluminação pública, de coleta de lixo, etc., que sempre receberam a oposição de parlamentares petistas e passaram a ser defendidas e cobradas por administrações do Partido. Dessa forma, parte dos parlamentares petistas, passaram a ter uma preocupação maior com as possibilidades orçamentárias, começaram a defender cobranças de determinados impostos e diminuíram o ímpeto reivindicativo. Entretanto, nem todos os parlamentares do Partido aderiram a essa lógica.

Mas, sem dúvida, apesar dos limites, a atuação dos parlamentares petistas, em todo o Estado da Paraíba, no período analisado, foi um marco para a cultura política paraibana, pois introduziu novas temáticas no parlamento, fez uma defesa intransigente dos trabalhadores e da moralização da “coisa” pública, fatos praticamente ausentes da experiência parlamentar do Estado, com relativa exceção, do período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964.¹⁶¹ Isso serviu para projetar tanto os parlamentares como o Partido no âmbito da política estadual, que passaram a ser vistos com respeito pela população e por parte da imprensa.

Todavia, a inserção na institucionalidade trouxe algumas mudanças, tanto nos parlamentares petistas, quanto no próprio Partido; umas positivas, como a maior capacidade de negociação política para tentar resolver problemas da população; outras nem tanto, como uma maior tolerância a determinadas práticas, anteriormente criticadas pelo Partido e seus parlamentares, como veremos a seguir.

6.2 Mudanças de posturas com a inserção na institucionalidade

Os parlamentares petistas no Estado, principalmente após a segunda bancada de deputados estaduais, mudaram sua postura diante de algumas

¹⁶¹ No período que antecedeu o golpe militar, alguns parlamentares paraibanos também faziam a defesa dos direitos dos trabalhadores, porém nem tanto da moralização da “coisa” pública. No entanto, era uma atuação marcada por posturas individuais de determinados parlamentares, não uma política definida por um partido político. Também não existia um conteúdo classista bem definido, como no caso dos parlamentares petistas, defendiam-se bandeiras mais amplas, como uma política nacionalista.

“benesses” proporcionadas pelo Parlamento, que o Partido e seus parlamentares condenaram de forma veemente e depois passaram a aceitar como normais, principalmente as verbas de assistência social e verbas de auxílio-combustível, inicialmente consideradas impróprias para a ação parlamentar. Depois passaram a ser aceitas normalmente, sendo consideradas verbas de gabinete, que seriam usadas para ação parlamentar, mesmo admitindo que elas também podem ser usadas por alguns parlamentares como um salário extra para os deputados ou para fazer assistencialismo puro e simples.

Vejamos a trajetória dos parlamentares petistas no Estado sobre o assunto.

No seu primeiro mandato, o deputado Chico Lopes sugeriu a revogação da verba de assistência social criada pela Assembléia Legislativa da Paraíba, afirmando que: “O papel do deputado é o de legislar, não fazer assistencialismo com o dinheiro público. O Estado é quem deve realizar obras de assistência social, não os parlamentares” (CHICO LOPES DEFENDE ..., 1999, p. 3). Ele votou contra a verba social aprovada para os deputados estaduais.

O vereador Derly Pereira também criticou a criação da verba social pelos deputados estaduais da Paraíba. Para ele, “propostas desta natureza tentam camuflar a velha prática de se utilizar do dinheiro público para o clientelismo com fins eleitorais” (PROJETO ..., 1991, p. 2). Disse que o projeto de lei do deputado estadual José Lacerda (PFL),¹⁶² prevendo a criação de um fundo de apoio social para os vereadores, a exemplo do que fora sugerido para os deputados, era inconstitucional. Segundo ele, a aprovação dessa matéria não podia ser aceita também por questões éticas e administrativas, já que a função pública assistencial cabia aos órgãos da administração estadual e não a deputados e vereadores.

No início da década de noventa, a imprensa local noticiou que a Assembléia Legislativa pagava as contas de telefones particulares dos deputados e até de seus parentes. Eles também receberiam uma ajuda de custo para combustível e tarifas postais. O advogado Djacy Lima disse que os 36 deputados estaduais recebiam mensalmente CR\$ 45 milhões para a compra de combustíveis. Mas o

¹⁶² Projeto de Lei Nº 144/91 do deputado estadual José Lacerda, que dispunha sobre a remuneração de vereadores. Fonte: Assembléia Legislativa da Paraíba (Arquivo Deputado José Brás do Rêgo).

deputado Chico Lopes garantiu que não recebia a cota destinada a combustíveis e desafiou Djacy a provar o contrário. Lopes também negou receber verba para pagamento de telefone, apresentando aos jornalistas uma declaração da Secretaria Geral da Assembléia Legislativa, assinada por Marçal José Cavalcanti: “Declaro para os devidos fins que o deputado Francisco Lopes da Silva não faz uso da cota mensal, destinada a combustíveis e telefone, em conformidade com o que preceitua a resolução número 487/92, deste Poder Legislativo” (LOPES CHAMA ..., 1993, p. 3).

O deputado apresentou o seu contracheque para mostrar quanto ganhava, e disse: “Pode ser que algum deputado perceba mais do que isso, recebendo inclusive, por fora do contracheque as cotas de combustível e telefone. Eu mesmo só recebo isso” (LOPES QUER ..., 1993, p. 3).

Mas no ano de 1995, durante o conflito interno vivido pelo PT da Paraíba, devido às acusações de fraudes no Encontro Estadual do Partido, o vereador Avenzoar Arruda denunciou que o deputado Luiz Couto, seu opositor na disputa da presidência do Partido, estava recebendo dinheiro ilegal da Assembléia Legislativa, referindo-se ao auxílio-combustível, que era recebido pelos parlamentares sem comprovação de uso, além de receberem também a verba social que, anteriormente, era condenada pelo Partido. Só que além de Couto, os parlamentares aliados de Avenzoar Arruda, na ocasião, Chico Lopes e Padre Adelino também recebiam esses benefícios, que continuaram sendo recebidos pela bancada eleita em seguida, apesar de ter sido objeto de muita polêmica dentro do Partido.

Durante o Encontro Estadual de 1997, esse tema foi debatido e ficou decidido que seria discutido a nível nacional, já que parlamentares petistas de outros estados também tinham esses benefícios, contudo o assunto terminou sem uma resolução. Segundo uma das teses apresentadas no referido Encontro, uma das razões para a luta interna do Partido era: “a questão das verbas recebidas pelos deputados na Assembléia Legislativa: R\$ 6.000,00 de vencimentos, R\$ 3.900,00 de verbas para combustível e R\$ 6.000,00 de ‘verbas sociais’, conforme consta na ata do Diretório Regional do PT em 01/março/97”

(RESGATAR ..., 1997, p. 20). Além desses valores citados, os parlamentares ainda têm direito a R\$ 18. 121, 87, para pagamento de suas assessorias.¹⁶³

O deputado Chico Lopes, além da questão da aposentadoria especial que recebe, depois de tanto condená-la, como vimos, também foi acusado de desviar parte dos salários de seus assessores para pagar dívidas de campanha, porém desta acusação foi absolvido a nível interno. A denúncia foi feita pelo advogado José Vandalberto de Carvalho e pelo ex-chefe de gabinete, Eugênio Rolim Alencar, ambos exonerados, segundo eles, por não aceitarem o desconto. Derrotado na última eleição, Lopes teria decidido ficar com R\$ 4.200,00 dos R\$ 8.597,27 repassados pela Assembléia Legislativa para o pagamento dos cargos comissionados. Segundo o advogado, houve o lançamento da proposta, mas sem definir os percentuais. O ex-chefe de gabinete disse que “os outros assessores foram forçados a assinar o documento. Caso contrário, seriam demitidos” (ARAÚJO, 1998c, p. 3). Quatorze assessores do gabinete do deputado Chico Lopes assinaram um documento repudiando as denúncias feitas pelo advogado do gabinete do deputado e declarando que eles estavam doando, espontaneamente, parte de seus salários para pagar dívidas de campanha. Diz a nota:

Queremos deixar claro que não formos forçados a assinar nenhum documento como afirma o citado advogado. Afirmamos também, que não é prática deste mandato coletivo atitude deste porte, ainda queremos mencionar que somos militantes do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais, por isso sabemos muito bem o que acordamos e assinamos. [...] reafirmamos que, em reunião assumimos o compromisso de repassar parte dos nossos salários para contribuir com os débitos da campanha, os quais precisam ser quitados até o fim do mandato (GALVÃO, 1998, p. 3).

A Executiva Estadual do PT decidiu formar uma Comissão de Averiguação Interna para apurar as denúncias contra o deputado Chico Lopes, feita por assessores de gabinete, filiados ao PT. Em meados de abril de 1999, a Comissão Executiva Estadual do PT aprovou a seguinte resolução sobre o caso:

¹⁶³ Eles valores foram reajustados em 54% no início de 2003, após reajuste nos mesmos percentuais dos vencimentos e benefícios dos deputados federais, que gerou um efeito cascata nos outros poderes legislativos, tanto a nível estadual como municipal.

[...] considerando o relatório apresentado pela Comissão que apurou e investigou a denúncia a respeito de coação por parte de ex-Deputado Chico Lopes a dois de seus assessores, vem a público expressar o que segue:

1) A denúncia contra o ex-Deputado Chico Lopes não foi confirmada, muito contrariamente, pois 14 de seus ex-assessores desmentiram denúncia de cotização por coação para fim de pagamento de débito de sua campanha (NOTA OFICIAL DA ..., 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propomos a discutir e analisar como um Partido com as características do PT se constrói num Estado com as peculiaridades da Paraíba. Procuramos estudar um partido político, tendo em vista sua relação com a sociedade e não apenas seus delineamentos internos, apesar de que estes também são importantes para a compreensão da própria ação política deste Partido, sendo assim, também bastante enfatizados.

Dessa forma, procuramos, através de uma revisão bibliográfica, descrever a formação do PT a nível nacional - como salientamos, a grande maioria da bibliografia existente trata a formação do PT a partir da realidade do Estado de São Paulo - para procurar observar se existiam diferenças, principalmente na composição social do Partido, com conseqüências na ação política, no desempenho eleitoral, etc., entre aquele Estado e a Paraíba, devido às grandes diferenças econômicas, sociais e culturais entre ambos.

Constatamos que, apesar de o PT ser um partido de caráter nacional, realmente, existiram grandes diferenças na sua base social, com as conseqüências citadas, entre os estados da federação brasileira, pois se pode ampliar o caso analisado para alguns outros estados nordestinos que têm as mesmas características da Paraíba, apesar de todos apresentarem especificidades. Por exemplo, no Estado de Pernambuco, a grande dificuldade encontrada inicialmente, para o crescimento do PT, foi a forte tradição de uma certa cultura de esquerda, tanto ligada ao PCB quanto à esquerda populista, na tradição de Miguel Arraes. Assim sendo, o espaço que seria teoricamente preenchido pelo PT já estava relativamente ocupado, apesar de que, na década de 1990, com a desintegração do PCB, devido, entre outros fatores, aos acontecimentos do Leste Europeu e à queda da popularidade de Arraes, motivada, entre outras coisas, pelas dificuldades de se implantar uma política populista, nos moldes do pré-64, na conjuntura pós-redemocratização, o PT em Pernambuco tivesse um relativo crescimento.¹⁶⁴ Já na Paraíba, essa cultura de esquerda era inexistente, pois o PCB sempre foi muito frágil no

¹⁶⁴ Estamos partindo apenas de indícios para fazer essa afirmação, para comprovação da mesma, seriam necessários estudos específicos.

Estado, e nunca tivemos políticos populistas ligados a uma tradição esquerdista.

Das categorias sociais existentes em São Paulo, quais sejam: sindicalistas, militantes de base da Igreja Católica, organizações de esquerda e parlamentares; a Paraíba apresentava apenas duas, os militantes de base da Igreja Católica e as organizações de esquerda, ligadas a grupos marxistas-leninistas e trotskistas, sendo que estas últimas terminaram por ser hegemônicas no Partido durante um certo período. Isso se deu devido às características do Estado da Paraíba, que é pouco industrializado, e, portanto, não tem uma classe operária forte, como São Paulo, além da fragilidade de sua sociedade civil como um todo. Então, ao ser hegemônico por esses grupos, geralmente formados por pessoas de classe média, sem muita penetração no seio da sociedade, fez com que o Partido se tornasse uma espécie de gueto, apresentando, conseqüentemente um fraco desempenho eleitoral.

Mas perguntamos: era possível ser de outra maneira, diante das condições existentes na Paraíba, no momento de formação do PT? Sem querer cair em nenhum tipo de determinismo, achamos que as opções não eram muitas, mesmo que a proposta basista de elementos ligados à Igreja, tivesse sido vitoriosa, não mudaria muito a situação, tendo em vista o pequeno raio de penetração desses movimentos junto aos trabalhadores. No campo da política institucional, não tinha parlamentares com disposição e perfil para construir o PT de acordo com sua proposta original: um partido classista, de massas, democrático, basista, etc. Então, naquela conjuntura, somente militantes ligados às organizações de esquerda e sindicalistas do setor público se dispuseram a levar em frente à construção do PT na Paraíba, e, diga-se de passagem, fizeram-no com muito empenho, enfrentando diversas dificuldades, como vimos. Essa hegemonia de grupos de esquerda determinou um perfil mais radicalizado do PT paraibano, durante praticamente toda década de 1980.

No final desta década, com a democracia já plenamente restabelecida, com a volta das eleições diretas para Presidente da República, com uma certa ascensão do sindicalismo de classe média no Estado, principalmente

funcionários públicos e bancários, também alguns sindicatos de operários, como o da construção civil e dos têxteis, estes desde a primeira metade da década de 1980, já no campo do novo sindicalismo e da CUT, além de uma certa retomada do movimento sindical rural, o PT, no Estado, tem a possibilidade de apresentar algum crescimento. É nesta nova conjuntura que ele elege seus primeiros parlamentares, e devido à ação parlamentar dos mesmos, aguerrida e inovadora, e certa penetração nos movimentos sociais, o Partido passa a ter uma maior visibilidade, tanto na imprensa como no meio da classe média. Internamente, ele passa por mudanças, tanto a nível nacional como estadual. Primeiro houve a crise do Leste Europeu, com a queda do Muro de Berlim, pois, mesmo o Partido não defendendo aqueles regimes, sendo um crítico, principalmente da falta de democracia nos mesmos, muitos militantes do Partido tinham referências nos regimes ditos socialistas e nos teóricos originais destas experiências, Marx, Lênin, Trotski, etc., mesmo que muitos continuassem achando que os mesmos não tinham culpa da degenerescência do socialismo, cabendo essa, exclusivamente, ao stalinismo. O fato é que após esses acontecimentos, muitos militantes petistas reviram suas posições e passaram a defender posições mais moderadas. Outro fator que teve uma grande importância nas posições petistas foi o fato de o Partido, a partir do final da década de 1980, passar a administrar grandes cidades brasileiras e alguns estados, passando a partir daí, a ter uma nova experiência, sendo obrigado a adotar uma “política positiva” baseada na ética da responsabilidade. O Partido passou a perceber a importância da negociação política no parlamento para ter o mínimo de sucesso nas suas administrações, então, foi ficando cada vez mais maleável, mais “enquadrado” na institucionalidade.

Na Paraíba, esse processo de mudança foi lento, sendo objeto de intensa disputa interna. Até 1997, o Partido estava dividido ao meio, entre setores que passaram a adotar uma posição mais moderada e setores que mantinham uma postura mais radical. No entanto, a partir dessa data, setores mais moderados passaram a ser amplamente hegemônicos no Partido. As mudanças no PT paraibano podem ser claramente observadas através de um acompanhamento e uma análise de sua política de alianças. Como vimos, ela

passou de um extremo a outro, ou seja, de rejeição total de alianças, inicialmente até mesmo com partidos de esquerda, para uma posição onde até alianças com partidos de direita passaram a ser aceitas e realizadas. Todavia, mesmo com todas essas mudanças, o Partido, ainda não se tornou uma força eleitoral no Estado. Apesar de já ser um dos atores importantes na política paraibana, de ser respeitado e, até certo ponto, temido por sua atuação parlamentar, ele ainda não conseguiu disputar uma eleição de âmbito estadual com alguma chance de vitória, e só no ano 2000, vinte anos após sua fundação, conseguiu eleger seus dois primeiros prefeitos no Estado, em cidades de pequeno porte, apesar de que o Partido vem tendo sempre um desempenho eleitoral ascendente. Isso comprova que não só a postura radical do PT, numa determinada fase de sua trajetória impedia um desempenho eleitoral satisfatório, mas as características da política paraibana, principalmente a dependência da sociedade em relação ao Estado, fazendo com que quem detém o governo passe a ter um poder enorme sobre esta, além das práticas clientelísticas, principalmente com recursos públicos, ainda são um grande empecilho para o crescimento eleitoral de um partido de esquerda, numa região atrasada economicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos (Consultados e citados)

ALMEIDA, Jorge. PT, Marxismo e Democracia. In: **O PT e o Marxismo**. São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, 1991, p. 102-109.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, J.; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. vii – xxv.

AMADO, Vanderley A. **Engajamento nos Movimentos Sociais: A Origem do “Zé Pião”, Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Psicologia - UFPB, mimeog., 1988.

ANDERSON, Perry.; CAMILLER, Patrick. (Org.). **Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **Cultura Política, Identidade e Representações Sociais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1986.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **As Eleições Municipais de 1985 em João Pessoa**. João Pessoa: UFPB/NDIHR, mimeog., 1987.

ANDRADE, Régis de Castro. Prefácio. In: COUTO, Cláudio Gonçalves. **O Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 13-17.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho**, Campinas/SP: UNICAMP/Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**, São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. O Processo Político na Paraíba (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 97-109.

- AUED, Bernadete W. **A Vitória dos Vencidos**. Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Universitária/UFSC, 1986.
- AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. **Sem Medo de Dizer Não: o PT e a política no Rio Grande do Norte (1979-1990)**. Natal: Dissertação de Mestrado, MCP, UFRN, mimeog., 1996.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A Estrela Partida ao Meio**. Ambigüidades do Pensamento Petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. Uma Contribuição à História das Lutas Sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.
- BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UND e o Udenismo**. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo**. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.
- BERNSTEIN, Serge.; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès.; TÉTART, Philippe (Orgs) **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p 127-130.
- BETO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembléia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sociais Ulisses Guimarães, 1994.
- BOBIO, Noberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BORBA, Ângela. et al. (Org.) **Mulher e Política**. Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: Laços Permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, vol 12, N. 23/24, 1991 / 2, p. 7-18.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A Esquerda Positiva**. As Duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 5. ed., 1986.

BUCCI, Eugênio. Nós que amamos tanto as reformas. **Teoria e Debate**. N. 14, São Paulo: p. 40-46. abr/mai/jun. 1991.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no Pós-Guerra**. A Formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. et al, Comunidades Eclesiais de Base, In: SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org.). **São Paulo: O Povo em Movimento**, Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 3. ed. 1982, p. 59-81.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo: Publifolha. 2001.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**, São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, Apolônio de. Momento de Exclusão. **Teoria e Debate**. N. 9. São Paulo: p. 64-68. jan/fev/mar. 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: A elite política Imperial. Brasília: UNB, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Dados**. V. 40 N. 2. Rio de Janeiro: 1997, p. 229-250.

CASALECHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista**. Política e Poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**. Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937). Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-16.

CERRONI, Umberto. **Teoria do Partido Político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

CHAUVEAU, Agnès.; TÉTARD, Philippe. Questões Para a História do Presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7-37.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 111-137.

CITTADINO, Monique. **Poder Local, Modernização Econômica e Reforma do Estado**: a Face de Janus do Governo João Agripino. Paraíba (1966/1971). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, mimeog., 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto P. História Oral: Considerações Sobre Suas Razões e Objetivos. In: José Carlos Sebe Bom Meihy. (Org.). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 63-70.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estreito fio da navalha. **Teoria e Debate**, N. 52. São Paulo: p. 10-13. dez. 2002/ jan/fev. 2003.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma & Poder**. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB**: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELLA CAVA, Ralp A. A Igreja e a Abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred, **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 231-273.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. 8 ed. São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Irene R.; AMORIM, Laura Helena B. **Atividades Produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Universitária / UFPB, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e Tempo Presente. In: José Carlos Sebe Bom Meihy. (Org.). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 11-21.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: Um Inventário das Diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Entre-Vistas: Abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.
- FEVEREIRO, José Luís. Balanço de uma Disputa. **Teoria e Debate**, N. 18. São Paulo: p. 54-56. mai/jun/jul, 1992.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**, 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- FRANCO, Augusto. A Crise da Matriz da III Internacional. In: **O PT e o Marxismo**. São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, 1991, p. 65-75.
- FRANCO, Augusto. Congresso do PT: Quebra-cabeça de três peças. **Teoria e Debate**, N. 17. São Paulo: p. 19-22. jan/fev/mar., 1992.
- FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 3-13.
- GADOTI, Moacir. & PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário: Notas para discussão. **Desvios**, N. 1, São Paulo: p.10-27. nov. 1982,
- GARCIA, Marco Aurélio. (Org) **As Esquerdas e a Democracia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986.

- GARCIA, Marco Aurélio. Leninismo & Social-Democracia na História. In: **O PT e o Marxismo**. São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, Diretório Regional, 1991.
- GARCIA, Marco Aurélio. A Social-Democracia e o PT. **Teoria e Debate**. N. 12, São Paulo: p. 47-56. out/nov/dez., 1990.
- GARCIA, Marco Aurélio. Esquerdas: Rupturas e Continuidades. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 119-126.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- GENRO, Tarso. O PT e o Marxismo. In: **O PT e o Marxismo**, São Paulo: Cadernos de Teoria e Debate, 1991, p. 39-45.
- GOMES, Ângela de Castro. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na Fronteira entre o Público e o Privado. In: Lilia Schwarcz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Contrastes da Intimidade Contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 489-558.
- GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O Capitalismo Selvagem e o Conflito da Grande Alagamar. **Cadernos de Estudos Regionais**. João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1981.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5. ed. 1984.
- GUEDES, Nonato. et al. (Org.). **O Jogo da Verdade**. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994.
- GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas: Origens e Questões de um Partido a Caminho do Poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. Paraíba (1889 / 1930). João Pessoa: Universitária / UFPB, 1994.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 53-95.

- HARNECKER, Marta. **O Sonho era Possível**. A História do Partido dos Trabalhadores Narrada por seus Protagonistas. São Paulo: Mespla/Casa América Livre, 1994.
- HECKER, Alexandre. **Socialismo Sociável**: História da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Unesp, 1998.
- HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e Reformista** – O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**. Uma Política de Compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Refletindo Sobre História Oral: Procedimentos e Possibilidades. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 56-62.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: Balanço da Metodologia e da Produção nos Últimos 25 Anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 43-62.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.
- KECK, Margaret E. O 'Novo Sindicalismo' na Transição Brasileira. In: STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 381-440.
- KECK, Margaret E. **A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad-Aenauer-Stiftung, 1993.
- KONDER, Leandro. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KOWARICK, Lúcio.; SINGER, André. A experiência do PT na prefeitura de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, nº 35, março 1993, p. 195-216.
- LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 216-240.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.

LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. História Oral: Muitas Dúvidas, Poucas Certezas e uma Proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-45.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os Partidos Políticos Brasileiros**. A experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LYRA, Rubens Pinto. O Socialismo Petista. In: LYRA, R. P. (Org.). **Socialismo: Impasses e Perspectivas**. São Paulo: Página Aberta, 1992, p. 147-203.

LYRA, Rubens Pinto. O Impacto da falência dos regimes do Leste Europeu no Partido dos Trabalhadores. In: DINIZ, Eli. et al (Org.). **O Brasil no Rastro da Crise: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/IPEA, 1994, p. 124-155.

MACHADO, Jório. **1964: A Opressão dos Quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991.

MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo**. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978.

MADEIRA, Maria T. C. **O Novo Sindicalismo e o Movimento de Professores de 1º e 2º Graus da Paraíba**, João Pessoa, Dissertação de Mestrado, MSS-UFPb, 1986.

MAINWARING, Scott. Os Movimentos Populares de Base e a Luta pela Democracia: Nova Iguaçu. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 315-380..

MARCONDES, Celso. Anos Incríveis. **Teoria e Debate**. N. 35, São Paulo:1991, p. 4-9, jul/ago/set, 1997.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão Revolucionária**. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARIZ, Celso. **Memória da Assembléia Legislativa**. (Ampliada por Deusdedit Leitão). João Pessoa: Edição comemorativa do sesquicentenário da Assembléia Legislativa, 1987.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada**. A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral: Um *Locus* Disciplinar Federativo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 48-55.

MELHEM, Célia Soibermann. **Políticas de Botinas Amarelas**. O MDB Paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO NETO, José Francisco. **Organização Popular**: A Construção do Conceito de Partido no Partido dos Trabalhadores. João Pessoa: UFPB/Universitária, 1998.

MELO NETO, José Francisco. **Política e Mudança**: Perspectivas Populares. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2002.

MELO, José Octávio de Arruda. Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições da Paraíba em 1978. In: REGO, Rogério (Org.). **As Eleições Nacionais de 1978** – Estudos, vol. II. Brasília: Ed. Fundação Milton Campos, 1978, p. 281-354.

MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba**: Da Formação à Crise. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**. O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.

MELO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder**: O (P)MDB na Paraíba (1965/99). João Pessoa, mimeog., 2002.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a Formação de um Partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, Evelina. (Org.) **Anos 90**: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.151-172.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?. In: MOISÉS, J.A. et al **Alternativas Populares de Democracia: Brasil Anos 80**. São Paulo: Vozes/CEDEC, 1982a.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de Liberdade e de Opressão: O Novo Sindicalismo e a Política**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

MOISÉS, José Álvaro. Partido de Massas: Democrático e Socialista. In: SADER, Emir (Org.). **E Agora PT? Caráter e Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 177-189.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997.

MORONI, Amnérís. **A Estratégia da Recusa** (Análise das Greves de Maio de 78), São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTA, Eunice Matias. **Histórico e Análise das Divergências Internas do PT de Pernambuco e sua “Arraesistência” na Política de Alianças (1982 a 1996)**. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, mimeog., 1997.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia**. História Oral de Vida Política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia**. Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, N. 35, março 1993, p. 217-237.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **A Questão Democrática no Sindicalismo Cutista no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFPB, mimeog. 1996.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: **Saeculum: Revista de História**. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.

OLINDA, Ercília Maria Braga. **Reconstrução Histórica do Processo de Formação Política no Partido dos Trabalhadores**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Educação, mimeog., 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. E Agora PT?. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, N. 15, julho 1986, p. 32-43.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT?. In: SADER, Emir (Org.). **E Agora PT? Caráter e Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-34.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: MENEGUELLO, Rachel. **PT: a Formação de um Partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 9-13.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

PINTO, Valeska Peres. Os Desafios do PT em Diadema. **Desvios**, N. 4, São Paulo: p. 109-123. jul. 1985

POLARI, Rômulo Soares. **Economia Paraibana**. Análises, Problemas e Soluções. João Pessoa: Universitário/UFPB, 1997.

POLARI, Rômulo Soares. **A Economia Paraibana no Contexto Regional e Nacional**. Evolução no Período 1960-85 e Perspectivas Atuais. João Pessoa: (mimeog.) 1988.

POLARI, Rômulo Soares. **A Involução da Economia Paraibana no Contexto Nordeste**. Os Porquês. João Pessoa: (mimeog.), 1990a.

POLARI, Rômulo Soares. **A Precária e Preocupante Situação Sócio-Econômica da Paraíba**. João Pessoa: (mimeog.), 1990b.

POLARI, Rômulo Soares. **As Forças Fracas da Industrialização Paraibana**. João Pessoa: (mimeog.), 1990c.

POLARI, Rômulo Soares. **As Transformações da Agropecuária Paraibana**. O Alto Custo Social do Baixo Progresso. João Pessoa: (mimeog.), 1990d.

POMAR, Valter. Que Partido é esse? O Enigma Petista em Letra de Fôrma. **Teoria e Debate**, N. 9, São Paulo: 1990, p. 69-70. jan/fev/mar., 1990.

PONT, Raul Anglada. **Da Crítica ao Populismo – Construção do PT**. Porto Alegre: Sirieama, 1985.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira.; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A Democracia Ilustrada** (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: Do 'Indizível' ao 'Dizível'. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. (Org.). **Experimentos com História de Vida** (Itália – Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p. 34-51.

RAMOS, Severino. **Agripino**. O Mago de Catolé. João Pessoa, A União, 1991.

REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. (Org) **Imagens da Revolução**: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961-1971, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996b, p. 441-450.

RIBEIRO COUTINHO, Marcus Odilon. **Poder, Alegria dos Homens**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1965.

RIOUX, Jean – Pierre. Pode-se Fazer uma História do Presente?. In: CHAUVEAU, Agnes.; TÉTARD, Philippe. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 35-50.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos**. A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa**: poder privado x poder instituído. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **História da Paraíba em fascículos**. nº 21, João Pessoa: A União, 1997, p. 19-22.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os Dirigentes e a Organização. In: Boris Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 10, Cap. VIII. São Paulo: Difel, 1986, pp. 361-443.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: Os Militantes e a Ideologia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990a.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política**. São Paulo: Ática, 1990b.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais. In: BOITO Jr.(Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 15-16.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROSANVALLON, Pierre. Por Uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol 15, N. 30, 1995, p. 27-52.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. O que é que está escrito na estrela?. In: SADER, Emir (Org.). **E Agora PT? Caráter e Identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 153-176.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e PSP**. São Paulo: Global, 1982.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: Norberto Bobbio et al. (Org.). **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: UNB, 1986, p. 306-308.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos**. Comunistas e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba – 1930 / 1940. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2000.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SEILER, Daniel-Louis. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil** (Origens, Cisões e Propostas). São Paulo: s.d.

SILVA, José Luiz Gomes da. **O Partido dos Trabalhadores em Pernambuco: Do Radicalismo ao Pragmatismo das Alianças Eleitorais. 1982-1994**. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, mimeog., 1997.

SILVA, Luiz Dário da. **PSB/ O Socialismo Pragmático**. Uma Análise Política e Histórica. Recife: Cepe, 1989.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. **Os Comunistas e a Democracia: A “Nova Política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954 – 1964)**. Recife: Dissertação de Mestrado em Ciência Política – UFPE, mimeog., 2002.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SINGER, Paul. **Um Governo de Esquerda para Todos**. Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOARES, José A. Pernambuco e Paraíba: Tendências Atuais do Sindicalismo no Nordeste: Modernização Conservadora ou Mobilização Social. In: **Sindicatos em uma Época de Crise**. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1984, p. 89-109.

SOARES, José A. Os Limites do Novo Sindicalismo no Nordeste. In: **Movimentos Sociais para Além da Dicotomia Rural-Urbano**. Recife/João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/ MCS-MSR-NDIHR da UFPb, 1985, p. 182-208.

SOUSA JÚNIOR, Luiz de. **Educação e Política: O Projeto de Educação do Partido dos Trabalhadores e a Constituinte de 1988**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Educação, mimeog., s/d.

SOUSA, Maria do Carmo C. Campello de. O Processo Político Partidário na Primeira República. In: Carlos Guilherme Mota. **Brasil em Perspectivas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 162-226.

SOUSA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**, 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SYVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e de Morte**. Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945 / 1953). Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1982.

SYVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo**. Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954 / 1964). Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988.

SYVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo**. Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. As Esquerdas e a Redescoberta da Democracia. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.

VÁRIOS, **Desafios do Governo Local**. O Modo Petista de Governar. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

VOLDMAN, Danièle. Definições e Usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 33-41.

WEBER, Max. **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada**. Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos. Petrópolis: Vozes, 1993.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 97-153.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WEFFORT, Francisco. (Org.) **PT**. Um Projeto Para o Brasil (Política). São Paulo: Brasiliense, 1989a.

WEFFORT, Francisco. (Org.) **PT**. Um Projeto Para o Brasil (Economia). São Paulo: Brasiliense, 1989b.

WINTER, José Sebastião. **República, Política e Partido**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

Z Aidan Filho, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.

Z Aidan Filho, Michel. **PCB (1922-1929)**. Na Busca das Origens de um Marxismo Nacional. São Paulo: Global, 1985.

Artigos e/ou matéria de jornal e revistas semanais (Citados)

A DIREÇÃO do PT já acusa os ex-militantes de “sabotagem”. **O Norte**, João Pessoa, 17 mar. 1981. Política, p. 6.

ACORDO no PT vai depender das bases. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 07 abr. 1994. Política, p. 3.

ALFREDO, Marcos. Política de alianças provoca divisão no PT de Campina Grande. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 09 jun. 1999. Política, p. 3.

----- Petista quer anular aliança. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 abr. 2000a. Política, p. 3.

----- Petista entra na Justiça contra o PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 set. 2000b. Política, p. 3.

AL CRIA CPI da transparência para investigar as denúncias. **O Norte**, João Pessoa, 16 jun. 1993. Política, p. 3.

ALIANÇAS entusiasma petistas. **O Norte**, João Pessoa, 13 jun. 1992. Política, p. 2.

ANÍSIO MAIA INSISTE em Lopes para o Governo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 29 ago. 1993. Política, p. 4.

ANÍSIO MAIA PEDE a intervenção da nacional contra pizza no PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 fev. 1996. Política, p. 3.

ANOTE. **O Norte**, João Pessoa, 16 out. 1997. Política, p. 7.

APOIOS. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 17 jun. 1998. Informe, p. 5.

ARAÚJO, Janaina. Petista quer apoio de dissidentes. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 jun. 1998a. Política, p. 5.

----- Deputado desvia salário de assessores para pagar dívidas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 dez. 1998b. Política, p. 3.

----- Cícero pretende fazer aliança com o PT para a eleição 2000, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 dez. 1998b. Política, p. 3.

----- Deputado desvia salário de assessores para pagar dívidas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 dez. 1998c. Política, p. 3.

ARRUDA, A.; COUTINHO, R.; RIBEIRO, Frei A. Por um PT de Luta. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 13 ago. 2000, p. 3.

ARRUDA, Avenzoar. Para onde vai o PT?. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 25 jun. 1996. Política, p. 2.

----- (Carta a Welligton Farias). **O Norte**, João Pessoa, 01 set. 1993. Política, p. 2.

----- Alianças com critérios. **O Norte**, João Pessoa, 05 mar. 1994. Política, p. 2.

AVENZOAR SUGERE na Câmara a renúncia de Wilson Braga. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 abr. 1994. Política, p. 2.

AVENZOAR GARANTE que continua na disputa. **O Norte**, João Pessoa, 09 jun. 1994, Política, p. 3.

AVENZOAR DIZ que PT deve repensar política de alianças. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 mar. 2000. Política, p. 4.

AVENZOAR NÃO vai indicar o vice do PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 21 jun. 2000. Política, p. 3.

BARBOSA, Adelson.; RODRIGUES, Adriana. Petistas voltam a avaliar proposta de aliança com prefeito de CG. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 25 fev. 2000. Política, p. 3.

BARBOSA, Adelson. PPS diz que PT nega a história e perde discurso ao apoiar Lúcia. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 out. 1996. Política, p. 3.

----- Tapas e empurrões marcam convenção do PT na Capital. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 set. 1999a. Política, p. 3.

-----, Grupo do PT quer aliança com ronaldistas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 08 out. 1999b. Política, p. 2.

BATISTA, Andréa. Desenvolvimento Humano: PB está entre os cinco piores do País. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 31 dez. 2002. Cidades, p. 01.

CAIXE, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 set. 1985. Informe, p. 2.

CANDIDATO garante que PT tem propostas renovadoras. **O Norte**, João Pessoa, 19 jul. 1986. Política, p. 3.

CANDIDATO DO PT denuncia manipulação no interior. **O Norte**, João Pessoa, 12 nov. 1986. Política, p. 3.

CANDIDATO DO PT SE diz à vontade para debater com “esquema mais reacionário. **O Norte**, João Pessoa, 07 set. 1986. Política, p. 2.

CANDIDATURA de Avenzoar pode ser retirada. **O Norte**, João Pessoa, 08 de jun. 1994. Política, p. 3.

CARDOSO, Fábio. Carta enviada a Walter Aguiar revela insatisfação de Coutinho. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 10 mar. 2000a. Política, p. 3.

----- PCO, PTN e PSTU podem ficar fora do guia eleitoral. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 11 ago. 2000b. Política, p. 3.

----- Candidato do PT sugere renúncia de Luiz Couto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 30 ago. 2000c. Política, p. 2.

----- Luiz Couto descarta renúncia de candidatura. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 31 ago. 2000d. Política, p. 2.

----- PT exclui PDT da Frente na Capital. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 17 mar. 2000e. Política, p. 2.

CARLOS ALBERTO GARANTE: PT fará coligação. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 26 jun. 1988. Política, p. 2.

CARLOS ALBERTO AFIRMA que não esqueceu. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 20 set. 1988. Política, p. 2.

CBS JÁ ameaça sair do partido. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 fev. 1996. Política, p. 3.

CEM militantes deixam o PT e dizem que o partido está morto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 jul. 1992. Política, p. 3.

CHICO LOPES CRITICA dissidentes e assegura que PT não rachou. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 17 jul. 1992. Política, p. 2.

CHICO LOPES DEFENDE revogação. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 out. 1991. Política, p. 3.

CHICO DIZ que só petistas de má-fé lançam sua candidatura. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 12 set. 1993. Política, p. 3.

CHICO SUGERE a adesistas que deixem o PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 dez. 1994. Política, p. 2.

COMEÇA amanhã na Capital encontro estadual do PT. **O Norte**, João Pessoa, 28 mai. 1993. Política, p. 3.

COSTA, Florência.; ROCHA, Leonel. Elo partido. **Isto É**. São Paulo, n.1741, p. 34-38, fev. 2003.

COUTO NEGA ter exposto Poder ao pedir fim de aposentadorias de parlamentares. **O Norte**, João Pessoa, 27 mar. 1995. Política, p. 4.

DECISÃO nacional leva PT a adiar reunião com defensores de Lula. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 20 abr. 1994. Política, p. 3.

DEPUTADO do PT renuncia aposentadoria. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 fev. 1996. Política, p. 3.

DERLY PEREIRA DEFENDE Mesa eclética, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 13 dez. 1988. Política, p. 3.

DERLY AFIRMA que o grupo divergente é insignificante. **O Norte**, João Pessoa, 17 jul. 1992. Política, 2.

DERLY AFIRMA QUE a compra de voto envergonha a Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 06 nov. 1986. Política, p. 2.

DERLY ADVERTE para união de oligarquias na Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 13 mar. 1986. Política, p. 2.

DERLY É contra proposta de “frente popular”. **O Norte**, João Pessoa, 24 abr. 1987. Política, 3.

DERLY NÃO aceita aliança com Braga. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 17 jan. 1990. Política, p. 3.

DIREÇÃO nacional do PT repudia ação de Ronaldo. **O Norte**, João Pessoa, 19 mar. 1992. Política, p. 3.

DIRETÓRIO Municipal do PT será eleito domingo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 mai. 1988. Política, 3.

ESQUERDA encerra entendimentos. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 jul. 1998. Política, p. 3.

EXECUTIVA do PT esclarece sobre expulsão de Isidro. **O Norte**, João Pessoa, 30 set. 1982. Política, p. 2.

FARIAS, Vanderlan. CBS denuncia arrumadinho no PT e ameaça deixar o partido. **O Norte**, João Pessoa, 30 jan. 1996. Política, p. 3.

-----. Disputa pela presidência divide o PT na Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 23 jul. 1995. Política, p. 3.

FARIAS, Wellington. PT divulga nota afirmando que quer o apoio de Ronaldo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 jun. 1998. Política, p. 3.

-----. Ricardo diz que não abandonou disputa pela prefeitura da Capital. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 14 abr. 2000. Política, p. 4.

FERREIRA, Marcone. Crescimento no Estado. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 07 out. 2000. Política, p. 4.

FLASHES. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 ago. 2000. Informa Campina. Cidades, p. 5.

FRENTE descarta aliança com PDT e PMDB. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 nov. 1989. Política, p. 3.

GALVÃO, Adriana. Aguiar: PT não aceita sugestão de Milanez. **Correio da Paraíba**, João Pessoa. 09 jan. 1999. Política, p. 4.

-----. Assessores repudiam denúncias. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 dez. 1998. Política, p. 3.

GOVERNADOR entra com ação contra Lopes que diz não temer ameaças. **O Norte**, João Pessoa, 13 mar. 1992. Política, p. 3.

GRUPO defende Chico Lopes e rejeita composição com o PDT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 15 fev. 1992. Política, p. 3.

“GRUPO REALISTA” do PT defende coligações. **O Norte**, João Pessoa, 20 mar. 1988. Política, p. 2.

GUEDES, Nonato. Couto e as aposentadorias. **O Norte**, João Pessoa, 09 jul. 1995. Política, p. 3.

JAIRO É condenado e partido acusa os Cunha Lima. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 jun. 1991. Política, p. 3.

JOAQUIM NETO pede que petistas votem em Mariz. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 out. 1994. Política, p. 3.

JÓRIO MACHADO afirma que Luiz Inácio da Silva é o “Cabo Anselmo” de hoje. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 29 jul. 1984. Política, p. 3.

JÚLIO RAFAEL É acusado de boicotar Ricardo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 07 abr. 2000. Política, p. 3.

LEARTH, Tatiana. Couto desautoriza petistas a anunciarem alianças para 2000, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 16 out. 1999a. Política, p. 4.

----- . PT elege novo presidente e admite aliança com o PFL e PPB. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 18 out. 1999b. Política, p. 4.

----- . PT tem dificuldade para firmar alianças. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 30 dez. 1999c. Política. p. 2.

----- . Ricardo não vai apoiar Luiz Couto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 30 abr. 2000a. Política, p. 5.

----- . Cozete afirma que acredita na inocência de Cássio. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 13 jul. 2000b. Política, p. 4.

----- . Avenzoar Arruda diz que Cozete foi ingrata com ele. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 ago. 2000c. Política, p. 4.

----- , PT repudia uso eleitoral da CPI do Finor. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 11 ago. 2000d. Política, p. 4.

LOPES PEDE lista de deputados aposentados para instruir ação. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 mai. 1991. Política, p. 3.

LOPES QUER reunião da AL para discutir gastos com benefício. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 31 ago. 1993. Política, p. 3.

LOPES CHAMA advogado de mentiroso. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 19 mai. 1993. Política, p. 3.

LOPES DESTACA pontos de sua administração. **O Norte**, João Pessoa, 24 out. 1992. Política, p. 2.

LOPES QUESTIONA o lançamento de sua candidatura. **O Norte**, João Pessoa, 23 jul. 1993. Política, p. 2.

LOPES DIZ que Ronaldo é marajá e tenta imitar o presidente Collor. **O Norte**, João Pessoa, 12 out. 1991. Política, p. 3.

LOPES LAMENTA situação do funcionalismo. **O Norte**, João Pessoa, 01 jan. 1992. Política, p. 3.

LULA QUER voto de Mariz para discutir composição. **O Norte**, João Pessoa, 23 jul. 1994. Política, p. 3.

LUNA, Hermes. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 ago. 2000a. Política, p. 4.

----- . **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 16 ago. 2000b, Política, p. 4.

- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 18 ago. 2000c, Política, p. 4.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 30 ago. 2000d. Política, p. 4.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 09 set. 2000e, Política, p. 4.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 29 ago. 2000f, Política, p. 4.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 dez. 2002, Política, p. 4.
- MARCOS, Antônio. Lula aprova coligação do PT com o PMDB em Campina Grande. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 23 mar. 2000a. Política, p. 3.
- Petista quer anular aliança. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 abr. 2000b. Política, p. 3.
- Avenzoar: Certidão de Cássio nada vale. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 31 jul. 2000c. Política, p. 2.
- MÁRIO RENUNCIA e Avenzoar é candidato. **O Norte**, João Pessoa, 12 abr. 1994. Política, p. 3.
- MARIZ INSISTE em acordo com o PT. **O Norte**, João Pessoa, 16 jun. 1994. Política, p. 3.
- MARIZ NEGA acordo com PDT e descarta exigências do PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 mai. 1994. Política, p. 3.
- MARIZ QUER deixar a vice para negociar alianças com as esquerdas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 19 mar. 1994. Política, p. 3.
- MILITANTES condenam frente progressista. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 08 jul. 1988. Política, p. 3.
- MOURA, Helder., JOSÉ, Francisco. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 29 mai. 1991. Estadual, p. 12.
- MOURA, Helder, **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 nov. 1995. Política, p. 2.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 10 fev. 1999. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 fev. 2000a. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 12 mar. 2000b. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 13 mar. 2000c. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 jun. 2000d. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 21 jun. 2000e. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 21 jul. 2000f. Política, p. 3.
- **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 jul. 2000g. Política, p. 3.

-----. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 ago. 2000h. Política, p. 3.

-----. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 ago. 2000i. Política, p. 3.

-----. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 12 ago. 2000j. Política, p. 3.

-----. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 16 out. 2000k. Política, p. 3.

NOTA do PT. **O Norte**, João Pessoa, 19 abr. 2000.

OPTAMOS pelo novo. **O Norte**, João Pessoa, 14 nov. 1982. Política, p. 6.

PARTIDO explica a saída de dissidentes. **O Norte**, João Pessoa, 16 mar. 1981. Geral, p. 3.

PARTIDOS definem formação da Frente. **O Norte**, João Pessoa, 22 mai. 1992. Política, p. 2.

PARTIDO DOS Trabalhadores lança candidato e pode fazer coligação. **O Norte**, João Pessoa, 12 jun. 1988. Política, p. 2.

PETISTAS realizam plebiscito hoje e amanhã para decidir apoio. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 nov. 1994, p. 03.

PETISTAS ADMITEM reabrir negociações com PMDB para garantir vitória de Lula. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 jun. 1994. Política, p. 3.

PETISTA NÃO quer prévia para senador. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 10 mar. 1998. Política, p. 3.

PETISTAS QUEREM o fim do recesso na Câmara. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 dez. 1998. Política, p. 3.

PETISTAS QUEREM APOIO de Ronaldo no segundo turno. **O Norte**, João Pessoa, 28 out. 1992, Política, p. 2.

PETISTAS RECUARAM e Chico Lopes não deverá mais ser expulso. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 23 mar. 1999. Política, p. 3.

PETISTAS SE antecipam ao partido e lançam manifesto apoiando Mariz. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 16 out. 1994. Política, p. 2.

PETISTAS SE REÚNEM hoje em João Pessoa. **O Norte**, João Pessoa, 19 mar. 1994. Política, p. 2.

PMDB É acusado de distribuir dinheiro e colchão com eleitor. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 08 nov. 1988. Política, p. 6.

PRÁTICA. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 mar. 2000. Informa Campina, Cidades, p. 5.

PRESIDENTE do PT lamenta as agressões. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 13 ago. 1994. Política, p. 3.

PRESIDENTE DO PT aponta principal meta do partido. **O Norte**, João Pessoa, 02 dez. 1987.

PRESIDENTE DO PT REBATE censuras de Cunha Lima. A União, João Pessoa, 29 jan. 1982. Política, p. 3.

PROJETO para aumentar salários dos vereadores é inconstitucional. **O Norte**, João Pessoa, 05 out. 1991. Política, p. 2.

PSB ENTREGA documento em apoio a Mariz. **O Norte**, João Pessoa, 12 ago. 1994. Política, p. 3.

PSB VAI manter Cariri na chapa de Avenzoar. **O Norte**, João Pessoa, 09 ago. 1994. Política, p. 3.

PT, PC do B e PSDB já conversam para rearticulação da Frente. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 jul. 1991. Política, p. 2.

PT ACUSA governistas de moleques e despreparados. **O Norte**, João Pessoa, 07 nov. 1991. Política, p. 7.

PT APROVA entendimento com PDT e PSDB. **O Norte**, João Pessoa, 17 fev. 1992. Política, p. 3.

PT COBRA definição pública de candidato. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 26 abr. 1994. Política, p. 3.

PT COBRA ESCLARECIMENTOS de Mariz. **O Norte**, João Pessoa, 23 mar. 1994. Política, p. 2.

PT CONDENA a violência ao ex-governador. **O Norte**, João Pessoa, 07 nov. 1993. Política, p. 5.

PT CONSIDERA aposentadoria de deputado um achincalhe. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 19 abr. 1991. Política, p. 2.

PT CRITICA adesão de Ronaldo ao presidente. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 set. 1998. Política, p. 3.

PT CRITICA LOPES mas não vai punir. **O Norte**, João Pessoa, 06 abr. 1999. Política, p. 4.

PT DE Patos se esvazia com a saída de quarenta militantes. **O Norte**, João Pessoa, 25 mar. 1981. Estadual, p. 8.

PT DECIDE: Anísio Maia continua presidindo o partido na Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 01 jun. 1993. Política, p. 2.

PT DECIDE PELA pela expulsão definitiva de J. Isidro. **O Norte**, João Pessoa, 04 nov. 1982. Política, p. 3.

PT DESCARTA coligações. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 21 jan. 1990. Política, p. 1.

PT DESCARTA COLIGAÇÃO com o PC do B. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 23 jun. 1988. Política, p. 2.

PT DIVULGA nota de apoio a Frei Anastácio. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 08 dez. 1999. Política, p. 4.

PT É contra as coligações com outros partidos. **O Norte**, João Pessoa, 31 jan. 1988. Política, p. 3.

PT ESTÁ decidido a não formalizar coligações. **O Norte**, João Pessoa, 22 jan. 1988. Política, p. 3.

PT EXPLICA em nota expulsão de José Isidro. **O Norte**, João Pessoa, 05 nov. 1982. Política, p. 2.

PT INICIA a expulsão de Ricardo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 out. 2000. Política, p. 2.

PT JÁ debate estratégia da campanha. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 06 abr. 1993. p. 3.

PT JUSTIFICA aliança com o braguismo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 26 out. 1996. Política, p. 3.

PT MANDA Derly devolver NC\$ 1,7 mil à Câmara. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 30 abr. 1989. Política, p. 3.

PT NACIONAL mantém acordo de CG. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 02 ago. 2000. Política, p. 3.

PT NÃO aceitará Marcondes Gadelha. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 jan. 1982. Capa, p. 1.

PT NÃO DEVE participar da administração. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 11 dez. 1994. Política, p. 3.

PT PROPÕE plebiscito sobre segundo turno. **O Norte**, João Pessoa, 21 out. 1994. Política, p. 3.

PT QUER Mariz como candidato a governador. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 dez. 1989. Política, p. 3.

PT QUER ESQUERDA fora do governo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 set. 1991. Política, p. 2.

PT QUESTIONA apoio ao governo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 12 mai. 1995. Política, p. 3.

PT REAFIRMA decisão de lançar candidato próprio. **O Norte**, João Pessoa, 26 jun. 1987. Política, p. 3.

PT RECEBE voto mas não aceita presença de Braga no palanque. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 dez. 1989. Política, p. 3.

PT RESISTE a coligação com PCs por considera-los comprometidos. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 nov. 1991. Política, p. 2.

PT VAI À Justiça para revogar aposentadoria de ex-governador. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 19 mai. 1991. Política, p. 2.

PORFÍRIO, Waldir. Lula foi seguido na Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 03 nov. 2002. Fim de Semana, p. 3.

RAFAEL, Júlio. Quem disso cuida ... (Carta a Wellington Farias). **O Norte**, João Pessoa, 31 ago. 1993a. Política, p. 3.

-----. Eleições. **O Norte**, João Pessoa, 22 ago. 1993b. Caderno 3, p. 5.

RAMOS, Biu. O PT burguês faz o jogo de Maluf. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 28 jul. 1984. Política, p. 2.

RIBEIRO, Frei Anastácio. Em defesa da unidade do PT, pela repactuação interna. **O Norte**, João Pessoa, 08 nov. 2000. Política, p. 3.

RICARDO responderá processo disciplinar. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 09 nov. 2000. Política, p. 2.

RICARDO VAI tentar permanecer no PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 29 dez. 2000. Política, p. 2.

RODRIGUES, Adriana.; LEARTH, Tatiana. Petista vem agindo de má-fé. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 02 ago. 2000. Política, p. 3.

RODRIGUES, Adriana. Aposentadoria pode custar a Chico Lopes a expulsão do PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 22 mar. 1999a. Política, p. 3.

-----. Dirceu admite aliança com o PMDB na Paraíba. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 11 dez. 1999b. Política, p. 3.

-----. PT prepara expulsão de três deputados e de onze filiados. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 04 out. 2000a. Política, p. 4.

-----. Ricardo não depõe e o PT mantém processo de expulsão. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 25 out. 2000b. Política, p. 3.

-----, Fulgêncio quer provas. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 ago. 2000c. Política, p. 3.

-----, Esse é o trabalho do parlamentar. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 01 ago. 2000d. Política, p. 3.

-----, Direção estadual faz manifesto. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 25 mar. 2000e. Política, p. 3.

SAÍDA dos militantes não afetou o PT, diz direção. **O Norte**, João Pessoa, 22 mar. 1981. Política, p. 6.

SANTIAGO, Henriqueta. Mapa da Miséria na PB: 91 cidades compõem cenário da fome. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 03 nov. 2002. Cidades, p. 01.

SANTIAGO, Henriqueta. PB avança no ranking nacional do IDH. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 jan. 2003. Cidades, p. 04.

SETORES do PT traçam táticas eleitorais. **O Norte**, João Pessoa, 19 set. 1993. Política, p. 3.

TRÊS candidatos concorrem ao diretório do PT. **O Norte**, João Pessoa, 20 fev. 1988. Política, p. 2.

VEREADOR que a saída de Júlio e Anísio Maia da direção do PT. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 28 ago. 1993. Política, p. 2.

VISITA de Lula a Patos é considerada decepcionante. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 24 ago. 1984. Interior, p. 10.

WANDERLY VOLTA a prever inviabilidade do partido. **O Norte**, João Pessoa, 17 mar. 1981. Política, p. 6.

Documentos e boletins (citados)

A ORGANIZAÇÃO DO PT na Paraíba. João Pessoa, 1981. Arquivo Pessoal.

ATA do Diretório Nacional do PT. São Paulo, 5 mai. 1996. Arquivo do PT/PB.

ATA DA Comissão Executiva Regional do PT/PB. João Pessoa, 31 jan. 1991. Arquivo do PT/PB.

ATA DA Comissão Executiva Nacional – CEN. São Paulo, 15 jul. 1996a. Arquivo do PT/PB.

ATA DA COMISSÃO Executiva Nacional – CEN. São Paulo, 22 jul. 1996b. Arquivo do PT/PB.

ATA DO Diretório Regional do PT. João Pessoa, 6 set. 1981. Arquivo do PT/PB.

ATA DO Diretório Regional do PT. João Pessoa, 9 nov. 1997a. Arquivo do PT/PB.

ATA DO Diretório Regional do PT. João Pessoa, 9 nov. 1997b. Arquivo do PT/PB.

ATA DO Diretório Regional do PT. João Pessoa, 21 mar. 1998. Arquivo do PT/PB.

ATA DO Diretório Regional do PT. João Pessoa, 17 jul. 2000. Arquivo do PT/PB.

BOLETIM do 1º Encontro das Oposições Populares. João Pessoa, nov. 1979. Arquivo Pessoal.

CARTA AOS filiados e simpatizantes do PT. João Pessoa, 21 out. 2000.

CONSTRUIR O PT/PB: uma estratégia socialista para o Brasil”. In: **Cadernos de Teses para o Encontro Estadual de 1997**. João Pessoa, 1997. Arquivo Pessoal.

NOTA OFICIAL DA Comissão Executiva Estadual. João Pessoa, 19 abr. 1999. Arquivo do PT/PB.

PELA CRIAÇÃO do Partido dos Trabalhadores. João Pessoa, 1980. Arquivo Pessoal.

PELA UNIDADE do Povo Brasileiro Contra a Ditadura Militar. João Pessoa, mar. 1981. Arquivo Pessoal.

PONTO DE VISTA, Caderno de textos, N. 3. João Pessoa, jan. 1980. Arquivo Pessoal.

PRIMEIRO Encontro das Oposições Populares. João Pessoa, 13 nov. 1979. Arquivo Pessoal.

PRIMEIRO ENCONTRO de Militantes do PT/PB. João Pessoa, 2 mar. 1980. Arquivo Pessoal.

PT INFORMA. Boletim Informativo do Diretório Regional – PB, N. 7. João Pessoa, set. 1981. Arquivo Pessoal.

RESGATAR o PT. In: **Cadernos de Teses para o Encontro Estadual de 1997**. João Pessoa, 1997. Arquivo Pessoal.

RESOLUÇÃO sobre Alianças. Encontro Estadual do PT/PB. João Pessoa, 1997. Arquivo Pessoal.

RESOLUÇÃO sobre Política de Alianças. São Paulo, 2000. Arquivo do PT/PB.

RESOLUÇÃO sobre as Eleições Municipais de 2000. João Pessoa, s/d. Arquivo do PT/PB.

RESOLUÇÃO sobre a expulsão do deputado Ricardo Coutinho. João Pessoa, 20 jan. 2001.

RESOLUÇÃO DO Diretório Nacional do PT. São Paulo, 2001. Arquivo do PT/PB.

RESOLUÇÃO SOBRE aposentadorias especiais. João Pessoa, 24 abr. 1999. Arquivo do PT/PB.

RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos (1979-1998), Partido dos Trabalhadores/ Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

RESOLUÇÕES DO II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Belo Horizonte, nov. 1999.

SEGUNDO Encontro de Militantes do PT/PB, João Pessoa, 06 abr. 1980. Arquivo Pessoal.

UMA CARTA Necessária e Verdadeira. João Pessoa, 14 abr. 2000.

VIDA Nova Para o PT. In: **Caderno de Teses para o Encontro Estadual de 1997**. João Pessoa, 1997. Arquivo Pessoal.

VIDA NOVA para o PT: O PT Rumo às Eleições 2000. In: **Cadernos de Tese do Encontro Estadual de 1999**. João Pessoa, 1997. Arquivo Pessoal.

Fontes Orais

Foram entrevistados os seguintes militantes, ex-militantes, dirigentes, ex-dirigentes e parlamentares do Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba:

Anísio Maia (dezembro de 2001)
Avenzoar Arruda (dezembro de 2001)
Antônio Barbosa (fevereiro de 2002)
Carlos Alberto Dantas (março de 2002)
Cleto Leclerc (novembro de 2002)
Derly Pereira (março de 2002)
Eliezer Gomes (março de 2002)
Giucélia Figueiredo (março de 2002)
José Alves (dezembro de 2001)
Josenilton Feitosa (janeiro de 2002)
Júlio Rafael (janeiro de 2002)
Laércio Losano (dezembro de 2001)
Lourdes Sarmiento (março de 2002)
Luiz Couto (março de 2002)
Ricardo Coutinho (fevereiro de 2002)
Rômulo Xavier (julho de 2002)
Ronaldo Barbosa (dezembro de 2001)
Sérgio Botelho (abril de 2002)
Vanderley Amado (fevereiro de 2002)
Wanderly Farias (janeiro de 2002)
Wilson Aragão (setembro de 2002)

ANEXOS

Comissões Estaduais Executivas do PT/PB (1980-2001)¹⁶⁵

Comissão Regional Provisória (1980-1981)

Wanderly Farias

Vanderlei Amado

Sônia Germano

José Alves

Anísio Maia

Neide Miele

Eliezer Gomes

Climídia Nunes

Manoel Bernardino

Afonso Francisco

Comissão Executiva Estadual (1981-1983)¹⁶⁶

Eliezer Pedrosa Gomes (Presidente)

José Alves (1º vice-presidente)

Francisco Nóbrega Gadelha de Queiroz (2º vice-presidente)

Laércio Losano (Secretário-geral)

Wagner Braga Batista (Tesoureiro)

¹⁶⁵ Durante as gestões, algumas mudanças de nomes, não identificadas por nós, devido à falta de documentação, podem ter ocorrido.

¹⁶⁶ Como já salientamos, esta Executiva foi definida em reunião do Diretório Regional do PT, no dia 06 de setembro de 1981. No entanto, anteriormente, após o Encontro Estadual, em março do mesmo ano a imprensa anunciou a Executiva Estadual do PT com a seguinte formação: Eliezer Gomes (presidente); Vanderley Amado (vice-presidente); José Alves (secretário-geral); Anísio Maia (tesoureiro); Afonso Abreu (1º secretário). E um boletim interno do PT, de setembro de 1981, portanto no mesmo mês da reunião do Diretório Estadual que definiu a Executiva citada acima, informou uma composição um pouco diferente: Eliezer Gomes (presidente); Rafael Romualdo do Nascimento (1º vice-presidente); Francisco Nóbrega Gadelha (2º vice-presidente); Laércio Losano (secretário geral); Severino José de Lima – Xangai (secretário) e Wagner Braga Batista (tesoureiro).

Comissão Executiva Estadual (1983-1984)

Derly Pereira (Presidente)

Francisco Nóbrega Gadelha de Queiroz (1º vice-presidente)

Josevaldo Cunha (2º vice-presidente)

Alberto Nunes de Oliveira (Secretário-geral)

José Calixtrato (Tesoureiro)

Comissão Executiva Estadual (1984-1986)

Derly Pereira (Presidente)

José Calixtrato (1º vice-presidente)

Manoel A. de Oliveira (2º vice-presidente)

Alberto Nunes de Oliveira (Secretário-geral)

Theresa Cristina Zavari (1º secretária)

Ronaldo Barbosa (Tesoureiro)

Comissão Executiva Estadual (1986-1987)

Derly Pereira (Presidente)

Benedito Anselmo Martins (1º vice-presidente)

Chico Lopes (2º vice-presidente)

Anísio Maia (Secretário-geral)

Antônio Barbosa (1º secretária)

Alberto Magno Gondim (Tesoureiro)

Comissão Executiva Estadual (1987-1989)

José Maria Gurgel (Presidente)

Júlio César Nóbrega (1º vice-presidente)

Josevaldo Cunha (2º vice-presidente)

Anísio Maia (Secretário-geral)

Ednaldo Leite (Tesoureiro)

Comissão Executiva Estadual (1989-1992)¹⁶⁷

Laércio Losano (Presidente)
Anísio Maia (1º vice-presidente)
Ronaldo Barbosa (2º vice-presidente)
Júlio Rafael (Secretário-geral)
Maria Aires Teixeira (1º secretária)
Ednaldo Leite (Tesoureiro)

Comissão Executiva Estadual (1992-1993)

Anísio Maia (Presidente)
Ronaldo Barbosa (1º vice-presidente)
Giucélia Figueiredo (2º vice-presidente)
Cely Andrade (Secretário-geral)
Valquíria Alencar (1º secretária)
Antônio Barbosa (Tesoureiro)
Chico Lopes (Líder da Bancada)

Comissão Executiva Estadual (1993-1995)

Anísio Maia (Presidente)
Giucélia Figueiredo (1º vice-presidente)
Cely Andrade (2º vice-presidente)
Avenzoar Arruda (Secretário-geral)
Francisco Linhares (1º secretário)
Wallene Cavalcanti (Tesoureiro)
Chico Lopes (Líder da Bancada)

¹⁶⁷ Em 1991, com a renúncia do presidente da CEE, Laércio Losano, houve uma reorganização da mesma, que a passou a ser presidida, por Júlio Rafael.

Comissão Diretora Regional Provisória (1995-1996)¹⁶⁸

Derly Pereira (Presidente)

Zoraida Arruda

José Ivonaldo

Paulo Afonso

Paula Fransinete

Ricardo Tabosa

Maria Aires Teixeira

Comissão Executiva Regional (1996-1997)

Laércio Losano (Presidente)

Francisco Adelino (1º vice-presidente)

Chico Lopes (2º vice-presidente)

Anísio Maia (Secretaria Geral)

Adalberto Fulgêncio (Secretaria de Assuntos Institucionais)

Ana Paula Romão (Secretaria da Juventude)

Ivonete Rodrigues dos Santos (Secretaria de Finanças)

João de Deus (Secretaria Sindical)

José Bonifácio Cabral (Secretaria de Movimentos Populares)

Noaldo Belo de Meireles (Secretaria de Formação)

Paulo Afonso Barbosa Brito (Secretaria de Interior)

Wallene Cavalcanti (Secretaria de Comunicação)

Zoraida Arruda (Secretária de Organização)

Luiz Couto (Líder da Bancada)

Comissão Executiva Regional (1997-1999)

Luiz Couto (Presidente)

Francisco Adelino (1º vice-presidente)

Walter Aguiar (2º vice-presidente)

Zoraida Arruda (Secretaria Geral)

Adalberto Fulgêncio / Hosana Correia (Secretaria de Assuntos Institucionais)

¹⁶⁸ Esta Comissão Provisória foi nomeada, pela Direção Nacional do Partido, devido acusações de fraudes no Encontro Estadual de 1995, que impediu a posse da diretoria eleita no mesmo.

Rodrigo Soares (Secretaria da Juventude)
Íris Chaves / Adalberto Fulgêncio (Secretaria de Finanças e Planejamento)
Edvan Silva / Nelson Aleixo (1º Tesouraria)
João de Deus (Secretário Sindical)
Marizete Vieira (Secretaria de Movimentos Populares)
David Coelho (Secretaria de Formação)
Anísio Maia (Secretaria de Comunicação)
Francisca (Chica)Carvalho (Secretaria de Organização)
José Bonifácio Cabral (Secretaria Agrária)
Socorro Pontes / Maria da Paz (Secretaria da Mulher)
Ricardo Coutinho (Líder da Bancada)

Comissão Executiva Regional (1999-2001)¹⁶⁹

Adalberto Fulgêncio (Presidente)
Francisco Adelino (1º vice-presidente)
Chico Lopes (2º vice-presidente)
Zoraida Arruda (Vogal)
Charlinton Machado (Secretaria Geral)
Noaldo Belo de Meireles (Secretaria de Assuntos Institucionais)
Jaildes José P. Felismino (Secretaria da Juventude)
Ivonete Rodrigues dos Santos (Secretaria de Finanças e Planejamento)
Nelson Aleixo Júnior (Vogal)
João de Deus (Secretário Sindical)
David Coelho (Secretaria de Comunicação)
Giucélia Figueiredo (Vogal)
Anísio Maia (Vogal)
Francisca (Chica) Carvalho (Secretaria de Organização)
Dorival Fernandes / Maria de Jesus Amorim Fárias (Vogal)
Ricardo Coutinho (Líder da Bancada)

¹⁶⁹ O grupo que perdeu o Encontro Estadual de 1999, não aceitou a de divisão de cargos proposta pelo grupo vencedor, dessa forma, assumiram na condição de vogal, posteriormente, houve um acordo e eles assumiram suas secretarias.